

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 235

ABRIL - JUNHO

1957

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possin. sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO
CLAUDIO GANNS
CEL. REF. EX. J. B. MAGALHÃES



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

Digitized by the Internet Archive
in 2024

TRABALHOS ORIGINAIS

NEUTRALIDADE E BOA VIZINHANÇA NO INÍCIO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASILEIROS E VENEZUELANOS. DOCUMENTÁRIO

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

PRELIMINARES

A fronteira entre o Brasil e a Venezuela, no trecho que nos vai interessar para o presente estudo, isto é, o trecho banhado pelas águas do Rio Negro, foi objeto, no decorrer do período colonial, de disputa entre as coroas portuguesa e espanhola, que alegavam razões para afirmar-se legítimas senhoras daquelas áreas ainda em ser. Religiosos, militares, sertanistas, de ambos os lados, procurando alcançar a região, foram-na desbravando, plantando os núcleos humanos, que procuravam organizar pela feição ocidental, domando a gentilidade, criando, destarte, os títulos do descobrimento e da ocupação e da exploração econômica em que suas pátrias se afirmariam para os choques diplomáticos em torno à soberania que deveria ser ali a definitiva.

No decorrer do século XVIII, essa obra de expansão, de reconhecimento e de ocupação foi realizada com sempre crescente desenvoltura. Os luso-brasileiros chegando primeiro ao Cassiquiare, ano de 1726, com a expedição do sertanista Francisco Xavier de Moraes, alcançaram o Orenoco, encontrando as missões jesuíticas, que possibilitariam, à literatura histórico-geográfica de então, aquele delicioso retrato, ou perfil biográfico do grande curso fluvial, da autoria do padre Gumila, *O Orenoco Ilustrado*. O Tratado de Limites e Amizade, firmado entre portugueses e espanhóis, em 13 de janeiro de 1750, Tratado de Madrid, regulando a linha de fronteira, na realidade não foi executado, pondo termo às questões que vinham separando os homens que criavam os impérios espanhol e português na Sulamérica.

Data dessa fase, todavia, a preocupação maior, das duas Côrtes, em ocupar mais vivamente os territórios sôbre que incidiam, de certa maneira, os apetites de ambas. Os luso-brasileiros, numa azáfama bem positiva, estabeleceram vários núcleos de povoamento ao longo do Rio Negro, em direção ao Cassiquiari. Os espanhóis, de seu lado, numa atividade não menos intensa, trataram de estabelecer os seus núcleos descendo pelo Orenoco, igualmente em direção ao Cassiquiari, e por fim penetrando nesse curso fluvial em direção ao Rio Negro. Com êsse objetivo procuraram mesmo, após um inventário minudente do que valia a região, de suas características humanas, econômicas e fisiográficas, tombadas com uma acuidade memorável, passar ao Rio Negro, tentando estabelecer-se, por todos os meios e modos, nos trechos sôbre que já se vinha afirmando, insofismavelmente, a soberania luso-brasileira, atestada pelos núcleos urbanos, pelo exercício ininterrupto do comércio com a multidão gentia, pelas casas fortes e pelos destacamentos volantes que subiam e desciam o rio, policiando-o, defendendo-o, garantindo-o para a Coroa de Portugal.

De parte portuguesa, os estabelecimentos fortificados eram São Gabriel e Marabitanas. De lado espanhol, São Fernando e São Carlos. Êsses estabelecimentos protegiam dezenas de pequenos povoados indianos, onde as autoridades das duas pátrias encontravam os elementos humanos necessários ao trabalho econômico e à constituição dos destacamentos de que se valiam para as eventualidades das aventuras militares.

Essas aventuras militares, objetivando a conquista de territórios, embora mais de uma vez projetada e mesmo tentada por parte de Espanha, em 1777, quando forças partidas de Angustura, sob o comando do sargento D. Marcos Zapata, penetraram no vale do Rio Branco e iniciaram a construção de uma casa forte onde, posteriormente, os luso-brasileiros, contida a penetração espanhola, ergueram a fortaleza de São Joaquim, não tiveram a expressividade que observamos no Sul, na região platina. As desconfianças existiam, é certo. Os preparativos para enfrentar quaisquer surpresas sempre se fizeram, de parte a parte. Embora, não se registrou naquele trecho da fronteira entre os territórios espanhóis e portugueses, o estado de guerra permanente que foi uma das mais impressivas características das relações entre hispano-americanos e luso-brasileiros no extremo sul do Brasil. Quando o domínio espanhol começou a declinar, pela tomada de armas dos hispano-americanos, que se firmavam na posse de uma consciência já perfeitamente definida de seus direitos à liberdade de organização e de vida, na zona de fronteira, no distrito do Orenoco-Cassiquiari-Rio Negro, não havia sinais, sequer, de uma animadversão que possibilitasse ou sequer autorizasse

a suspeita de que as velhas desafeições, entre portugueses e espanhóis e seus respectivos descendentes na Sulamérica, estavam tão vígasas que pudessem dar margem ao choque pelas armas. Os momentos nevrálgicos da expansão e da caracterização política da fronteira estavam encerrados, evidentemente. Vivia-se uma bonança, uma quietude que mais parecia inércia. Os desentendimentos que marcavam a hora política na Europa ecoavam muito mansamente ali. Os destacamentos luso-brasileiros e hispano-americanos da fronteira, de quando em vez avisados dos sucessos do Velho Mundo, mandados estar alertas para qualquer eventualidade, não davam mostras de ardor bélico, de vontade para medir forças entre si. Teria passado o período dos desentendimentos que levariam às soluções drásticas ou aquêle arrefecimento representava apenas um hiato na desafeição de raízes tão profundas? O princípio de boa vizinhança que constaria do texto do Tratado de Madrid estava produzindo frutos?

OS PRIMEIROS CONTATOS E A BOA VIZINHANÇA

Governava a Capitania de São José do Rio Negro, em 1817, o capitão de mar e guerra José Joaquim Vitório da Costa, matemático, que desde fins do século XVIII trabalhava na Amazônia luso-brasileira nos serviços das demarcações das fronteiras. Sua experiência, na região, assegurava-lhe a credencial de profundo conhecedor das realidades locais, e o haviam titulado para o exercício da alta administração da Capitania, onde, aliás, não produzia com o rendimento que todos esperavam de suas virtudes cívicas e de seus talentos.

Vitório da Costa empossara-se em 1806. Succedera a José Antônio Salgado. Recebera ordens, mais de uma vez, para ter atenção particular sobre a fronteira com os territórios espanhóis nos rios Solimões, Negro e Branco. Tratava-se, agora, não mais de evitar ou reagir à invasão do território por forças espanholas, mas de manter a neutralidade portuguesa em face da guerra civil que estava resultando na independência da America Espanhola. D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves estabelecido com a Córte na cidade do Rio de Janeiro, se de um lado intervinha no sul, na Banda Oriental, para salvaguardar a paz e defender os interesses de seu cunhado, o rei prisioneiro Fernando VII, cujo império ultramarino ameaçava desaparecer, na zona norte do Brasil ordenava, com a vigilância, a manutenção da mais estrita neutralidade. Duas políticas, duas atitudes? Na zona sul, é de esclarecer-se, a fronteira apresentava-se nevrálgica. Na zona norte, a fronteira mostrava-se mansa, pacífica. Não autorizava sobres-

saltos. O que se devia fazer, portanto, era manter a neutralidade. Nem tomar o partido dos realistas, nem dar demonstrações de simpatia pelos rebeldes. Demais, havia tôda conveniência em evitar que as idéias da revolução penetrassem as fileiras dos súbditos luso-brasileiros. A peste da doutrinação francesa, que estava causando o drama secessionista espanhol, devia ser evitada no Brasil, pensavam os realistas do Rio de Janeiro. Mas, para alcançar êsse objetivo, a neutralidade e a vigilância seriam suficientes? A semente revolucionária, apesar de todos os rigores das autoridades portuguesas, já não atingira o Brasil? A explosão pernambucana, para referir apenas um episódio mais próximo, fôra um pronunciamento impressionante. Embora, os realistas portugueses não cediam à evidência do fato, procurando evitar que novas ocorrências viessem encerrar o período de dominação no Brasil. As ordens baixadas para manter a fronteira de sobreaviso e garantir a neutralidade tinha seu fundamento nessa atitude política de preservação. Na Amazônia essa política produziria os resultados estimados?

Pela documentação que encontramos na seção de manuscritos da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará, na correspondência dos governadores da Capitania do Rio Negro com os capitães gerais do Pará, e na dêstes com aquêles, documentação que divulgamos no apêndice destas notas — que visam mais chamar atenção para o tema, que prôpriamente interpretá-lo nos seus detalhes — podemos acompanhar a marcha dêsse estado de neutralidade que se pretendeu manter na fronteira, o início da política de boa vizinhança que se propuseram manter os venezuelanos de Paez com os brasileiros, a possível influência que começava a ser exercida sôbre o destacamento da fronteira do rio Negro pela vizinhança rebelde, os sobressaltos das autoridades portuguesas que se arreceiavam da infiltração ideológica que tão caro lhes podia custar. E concluir sôbre o rendimento da política mandada adotar. Para executá-la, o Governador Vitório da Costa, no exercício de suas funções, ordenara aos comandantes militares de Tabatinga, no Solimões e São Gabriel e Marabitanas, no rio Negro, e São Joaquim no Rio Branco, que nenhum contato tomassem, fôsse com os rebeldes, fôsse com os realistas, que se avizinhassem da fronteira.

Comandava a praça de Marabitanas o Tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, oficial moço que, já em fins de 1817, comunicava a seu superior estar em perigo a fronteira, para o que requeria reforços e o equipamento que garantisse a eficiência defensiva da praça. Os rebeldes aproximavam-se pelo Orenoco. As forças espanholas, conquanto se declarassem prontas para dominar o avanço dos patriotas, já sentiam a fôrça da revolução com as de-

feções que se registravam em suas fileiras. Um realista, de nome D. Francisco Orosco, capitão, ex-comandante de S. Carlos, era acusado de maquinar um pronunciamento pelos patriotas. Os primeiros contatos iam registrar-se.

O novo comandante da fortificação espanhola de São Carlos, D. José Benito Lopes, que se proclamava «Tenente de los Reales Exercitos, Segundo Ayudante Mayor de las Milicias de Infanteria de esta Provincia de Guayana, por S.M.C. que Dios Guarde, Comandante Politico y Militar de Alto Orinoco y Rio Negro», foi quem iniciou êsses contatos. Sentindo o perigo da aproximação dos bandos rebeldes, receioso das atividades de D. Francisco Orosco, entendera que para o bem dos interesses da Realeza que representava só havia um caminho a seguir. E êsse caminho era transferir para o Brasil, entregando-o à guarda das autoridades militares luso-brasileiras, o homem que punha em perigo a soberania espanhola naquelas alturas do império.

O Tenente Ferreira Barreto, que estava suficientemente esclarecido sobre a política de sobreaviso e de neutralidade a seguir, sem aguardar qualquer autorização do governador da Capitania, recebendo a solicitação do Tenente Lopes, deferiu-lhe o pedido — aceitou o conspirador, que estava prêso a ferros. E como pelo perfil que dêle fazia seu colega espanhol, D. Francisco Orosco era um tipo temível, o oficial brasileiro tratou de mantê-lo na mesma situação, para evitar que, assaz astuto como lhe parecia, «com as suas maldades, e más conversassões», seduzisse a tropa e o gentio. O próprio Tenente Ferreira Barreto, em conversa com o patriota, escutara-lhe coisas perigosas... bem ao estilo ideológico da época.

Como era natural, o Governador Vitorio da Costa, uma vez informado do que ocorria, ao mesmo tempo que cientificava de tudo o capitão-general paraense Conde de Vila Flor, censurava o tenente comandante de Marabitanas e tomava as providências que o momento estava exigindo para a preservação da fronteira. A política da neutralidade devia ser mantida a todo custo. Êsse rebelde Orosco podia ser um motivo para maiores inquietações, atraindo a odiosidade dos rebeldes e êle próprio fazendo-se agente da desordem, com suas idéias, que eram os pecados políticos, ideológicos, da época, entre os soldados e os índios das aldeias subordinadas ao forte de Marabitanas. Vitorio da Costa, apostrofando o tenente, fazia considerações acêrca do movimento revolucionário venezuelano através da correspondência do comandante realista de São Carlos, remetida por Ferreira Barreto. O perigo de uma incursão dos patriotas sobre o território nacional não era tão premente. Em São Carlos, os rebeldes não encontrariam elementos materiais de guerra para a empresa. Tampouco ha-

veriam de querer ficar entre dois fogos — o dos realistas espanhóis e o dos luso-brasileiros. Mesmo assim, cumpria estar de sobreaviso.

Poucos dias decorridos, os patriotas apoderavam-se de São Carlos e atingiam a fronteira. E de logo reclamaram a entrega de seu companheiro Orosco. O destacamento de São Carlos passava ao comando de Hipólito Cuevas. As fôrças venezuelanas de todo o Orinoco e Cassiquiari obedeciam à direção de José Antônio Paez.

Cuevas, dirigindo-se ao comandante de Marabitanas, proclamou a intenção de manter boa vizinhança com os brasileiros. E sugeriu a abertura de comunicações comerciais com os povos libertados pela espada de Paez, por delegação de quem agia na fronteira. Ao mesmo tempo, porém, fazia chegar-lhe às mãos uma proclamação em que Paez reclamava, dos súditos de D. João VI, a devolução de Orosco, proclamação que equivalia a verdadeiro ultimatum. Se o patriota não fôsse imediatamente devolvido, o general venezuelano penetraria o território luso-brasileiro para buscá-lo, à frente de 4.500 homens e poderosa artilharia...

Vitorio da Costa, consultado, ordenou que a devolução fôsse efetuada. Mas se tomassem as medidas para evitar o choque que as palavras de Paez, de certa maneira, autorizavam esperar. E de seu lado, providenciou a imediata preparação de fôrças que garantissem a soberania nacional.

O Tenente Ferreira Barreto, antes mesmo de receber as instruções de Vitorio da Costa, respondera a Paez. A amizade devia ser a conduta política a manter-se entre os dois povos fronteiriços. De pronto, todavia, ficasse seguro o bravo soldado venezuelano, que não se intimidara com as alegações de fôrça feitas em sua reclamação. O patriota Orosco só seria restituído se a solicitação viesse em tom cortês. Hipólito Cuevas, a essa altura, escrevia ao tenente brasileiro, em linguagem polida, requerendo a entrega de Orosco. Ferreira Barreto, já agora autorizado, por Vitorio da Costa, a fazer a devolução, num longo officio respondeu ao comandante de São Carlos. Explicava o procedimento que tivera; estranhara, porém, a reclamação intempestiva de Antônio Paez. Parecia-lhe que andava aí alguma mistificação. Talvez alguém interessado em provocar choques entre os patriotas e os luso-brasileiros houvesse escrito a peça na certeza de que provocaria um conflito. A carta era em linguagem tão rústica, expressava uma falta de tato tão forte! Ferreira Barreto desconfiava do sacristão do padre Frei João de Aldecoa. Não era crível que um soldado de porte do comandante venezuelano agisse daquela forma, desafiando uma nação neutra, nação que saberia repelir a afronta. F. Ferreira Barreto, com uma dignidade e uma compreensão bem firme do que valia aquêlê passo, pediu ao official revolucionário que dissesse claramente dos intuitos que animavam a revolução

quanto aos vizinhos luso-brasileiros. As promessas de boa vizinhança, expressas no início da correspondência entre as duas autoridades da fronteira, precisavam ser reafirmadas para não permitir qualquer dúvida.

José Antonio Paez, a esse tempo, ao que se depreende da documentação que vai anexa, infelizmente incompleta, parece que tomou conhecimento dos dizeres da carta de Ferreira Barreto, datada de 7 de fevereiro de 1818, revidando as ameaças que lhe haviam sido feitas pelo mesmo Paez. E dirigindo-se ao official brasileiro, por offício de 22 de julho de 1818, deu-lhe a entender que não deveria ter receios, sustos, com relação aos Republicanos venezuelanos, que se punham à disposição dos luso-brasileiros para ajudá-los no que carecessem. Ferreira Barreto, todo vibrante às considerações do comandante insurgente, respondeu-lhe que nem precisava de sua ajuda nem se arreceiava do poderio que pudesse apresentar. A declaração que exigira visava preservar a paz, e a manifestação de neutralidade dos Republicanos no tocante à fronteira que lhe cumpria preservar.

Em face de todos esses sucessos, cabe aqui a indagação: como se comportavam as autoridades maiores da Amazônia? Aprovavam a correspondência do Tenente Ferreira Barreto com os rebeldes, estariam no propósito de continuar a manter a neutralidade cederiam às solicitações dos patriotas venezuelanos?

Em princípios de 1819, vinha substituir o Governador Vitório da Costa, na administração da Capitania de São José do Rio Negro, o Coronel Manoel Joaquim do Paço. O capitão-general do Pará, Conde de Vila Flor, numa série de instruções que lhe baixou, advertiu-o acêrca da situação na fronteira. Convinha estar de sobreaviso, mantendo a neutralidade, que era o rumo político recomendado do Rio de Janeiro e do qual se não devia afastar.

O Coronel Joaquim do Paço, empossando-se, informou-se do que se passava em Marabitanas. Soube então que os rebeldes não haviam dado demonstração de hostilidades. Seria suficiente? De Belém, pouco depois, mandava-lhe dizer Vila Flor que a fronteira devia ser mantida de qualquer modo, guardando-se a mais absoluta neutralidade. Devia cessar, conseqüentemente, o entendimento do comandante de Marabitanas com os chefes rebeldes. Joaquim do Paço avisara o capitão-general dos propósitos pacíficos de Antônio Paez, expressados esses propósitos na segunda carta a Ferreira Barreto. Vila Flor alegrava-se com a nova, mas advertia — «nem nos pertence o tratar-mos com elles negócios de semelhante natureza, nem mesmo podemos ademetir semelhantes proposições, sem sabermos qual he o estado das nossas relações politicas com os Americanos Hespanhoes; pelo que só nos compete conservarmo-nos em hum estado de defeza».

Pouco depois chegava a São Carlos, por ordem de Simão Bolívar, com instruções expressas para manter a tranquilidade na região, entre a gentildade, organizando fôrças com os habitantes do distrito, o Coronel João José Leandro.

Diante das ordens vindas de Belém, a atitude de Ferreira Barreto devia ser a de estrita reserva. Tal, todavia, não ocorreu. Porque o comandante da fronteira, num zêlo que foi posteriormente considerado como suspeito, se de um lado mobilizava destacamentos, levantava três posições fortificadas para resistir a qualquer embate inicial com os rebeldes e ocupava com uma guarnição o Cucui, numa demonstração de sobreaviso e de compreensão de suas responsabilidades em face de um perigo que poderia ocorrer a qualquer momento, de outro lado procurava entrar em contato com o Coronel Leandro. Para tal, Ferreira Barreto mandou-lhe presentes, imediatamente retribuídos, pretendeu mesmo banqueteá-lo em Cucui, escrevendo-lhe antes uma carta em que lhe dava as boas vindas.

O chefe republicano, como era natural, em face do comportamento do comandante brasileiro, apressou-se em vir ao encontro de seus desejos de boa vizinhança. E reunindo seus oficiais em junta de guerra, em São Fernando de Atabapo, a 24 de fevereiro de 1819, fez votar uma declaração de sólida amizade da República Venezuelana à nação portuguesa, convindo num tratado com a monarquia brasileira, representada pela dinastia bragantina de D. João VI, sob a bases de reciprocidade quanto à boa vizinhança, cooperação e respeito mútuo.

Pedro Miguel Ferreira Barreto, de posse do documento, que se guarda em original em magnífico estado na seção de manuscritos da Biblioteca paraense, deu-se pressa em remetê-lo a Joaquim do Paço. E em carta ao Coronel Leandro, confessou-lhe o entusiasmo em que se encontrava com a atitude de rebeldes venezuelanos. Tôda sua atuação na fronteira visava justamente entreitar os sentimentos de respeito e de boa vizinhança. Ao invés de simples neutralidade, seria preferível essa aproximação com os Republicanos vizinhos, tanto mais quanto a Revolução era um fato consumado de que êle tinha agora a mais viva segurança.

Findaria assim êsse capítulo da história sulamericana, sôbre que infelizmente ainda nos faltam algumas peças que poderão permitir um conhecimento mais nítido do episódio e das primeiras tentativas para o entendimento entre o Brasil e a Venezuela?

Manoel Joaquim do Paço, logo que foi inteirado dos propósitos de vinculação internacional que seu subordinado dera sem sua autorização e em detrimento das ordens emanadas do capitão-general do Pará, por sua vez obedecendo às instruções emanadas da Côrte, instalada no Rio de Janeiro, reuniu um con-

selho. Haviam, ademais, chegado a Logar da Barra, sede do governo da Capitania do Rio Negro, vários espanhóis imigrados da Venezuela, fugitivos da Revolução. Esses imigrados tinham sido remetidos por Ferreira Barreto, que os acolhera em Marabitanas. Circulava, então, obra de um soldado que se inimizara com o comandante de Marabitanas, uma nova sensacional e grave: Ferreira Barreto acamaradara-se de tal maneira com os rebeldes que recebera carta do próprio punho de Simão Bolívar, um dos emigrados seria até agente do Coronel Leandro e estaria, em combinação com o comandante brasileiro, tirando plantas, mapas, que facilitariam ações militares futuras dos Republicanos.

O conselho ouviu os emigrados, ouviu oficiais, funcionários, todos quanto, enfim, podiam esclarecer de qualquer modo sobre a conduta do militar brasileiro. O inquérito não resultou contrário à dignidade de Ferreira Barreto. Em todo caso, ficou constando dos autos que o comandante da fronteira recebera uma carta de Simão Bolívar, ameaçando-o de invadir o território confiado à sua guarda, no caso de consentir em abrigar os realistas que fugissem à ação dos Republicanos, que construíam o Estado Venezuelano. Ao invés de uma epístola que compromettesse o diligente fronteiro, a missiva do Libertador era, ao contrário, uma peça que lhe vinha assegurar uma ótima posição como defensor do Rio Negro. Ferreira Barreto não estaria, portanto, a serviço de Bolívar.

Apesar de tudo, Vila Flor mandou que Joaquim do Paço o destituisse do comando da praça e o remetesse a Belém. Isso de tratado com rebeldes era perigoso, senão um truque deles com algum objetivo oculto. A política a seguir devia continuar sendo a da neutralidade.

Ferreira Barreto, à falta de oficial capaz, não foi logo substituído. E disso resultou que, mesmo sentindo-se ferido na sua dignidade militar pelas suspeitas em que o envolveram, ainda recebeu, sob as maiores reservas, em presença de testemunhas, um correio dos patriotas venezuelanos, um português morador de São Fernando de Atabapo. Ansioso por inteirar-se da situação nas linhas Republicanas, Ferreira Barreto, num ardil inteligente, embriagou o correio, dele sabendo, então, que os vizinhos estavam grandemente receiosos de uma ação conjunta de forças luso-brasileiras e espanholas combinadas, sobre eles, que não guardavam, no entanto, qualquer animosidade para com os brasileiros, com os quais, antes, desejavam calorosamente entrar em aproximação comercial.

O correio fôra portador de uma carta do governo venezuelano para o ministro dos negócios exteriores do Reino do Brasil. Nessa

mensagem, esclarecera o correio, os venezuelanos pleiteavam o reconhecimento da República pelo Brasil.

Ferreira Barreto, pouco depois descia para Belém. Continuaria nas fileiras de exército regular. No decorrer dos sucessos que marcaram, de modo tão rubro, na Amazônia, o início da experiência liberal-democrática sob o primeiro Império e sob as Regências, traria a sua contribuição, combatendo, mantendo-se o mesmo militar decidido, que sabia honrar a farda que envergava.

O reconhecimento da independência da Venezuela, então parte componente da Grã-Colômbia, não seria realidade ao tempo de D. João VI. A carta em que os venezuelanos pleiteavam a declaração amistosa, como a segunda carta de Paez e a de Simão Bolívar, onde estarão? (1) Não encontramos vestígios delas no Arquivo do Pará. Terão sido remetidas ao Rio, por Vila Flor?

De quanto aqui fica e foi apreciado na base do documentário que vai a seguir, temos o direito de concluir que há mais um nome a inscrever no rol dos que, por palavras e obras em favor de uma melhor inteligência entre os povos sulamericanos, se fizeram credores da admiração coletiva desses mesmos povos. E esse nome é o do Tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, que escrevia um capítulo interessante da história continental. A política da neutralidade fôra mantida, é certo. As relações amistosas entre brasileiros e venezuelanos, todavia, estavam iniciadas, graças a êle, sem a retumbância das missões diplomáticas, mas no contato de seus «fronteiros», que se procuravam dar às mãos para a boa vizinhança e para o relacionamento mercantil. Feita a independência brasileira, as autoridades paraenses ordenaram para o Rio Negro que esse relacionamento pacífico continuasse. Nenhum motivo devia ser dado que autorizasse a quebra da boa vizinhança (2).

(1) Será esse documento o que Quijano Otero divulga na *Memória Histórica sobre limites entre la República de Colombia y el Imperio del Brasil*, Bogotá, 1869, pág. 241?

(2) Documentação nos Codices 629, 772 e 774, da Biblioteca e Arquivo Públicos do Estado do Pará.

DOCUMENTÁRIO

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor.

O prezente Officio, quanto ao seu objeto, he o 3.^o depois dos meus Officios — N.^o 167, e N.^o 173: He objecto de todos tres os Rebelles Hespanhoes da Guiana relativamente a nos pela nossa Fronteira com a Goiana Hespanhola; e he pela importancia do objecto que eu adianto a V.^a Ex.^a oprezente officio.

Errou contra a minha opinião, e contra o meu Sistema o nosso Commandante em Marabitenas, dando ali carcere, e fazendo-se Carcereiro do reo Ex-Commandante Hespanhol Orosco, dito do Partido dos rebeldes pelo actual Commandante Hespanhol em S. Carlos: Da Copia aqui junta, de signada (A) do officio do nosso Commandante amim, datado de 18 de Dezembro do anno passado, aqual vai seguida das Copias das peggas nelle referidas, verá V.^a Ex.^a este, aqu eu chamo erro; vendo igualmente V.^a Ex.^a lamentações do nosso Commandante sobre a segurança daquella Fronteira, apartadas, ao meu parecer, do terror incutido pelo Commandante Hespanhol ao nosso com a Bicha dos rebeldes.

Tudo por diante: Da Copia aqui junta de signada (B) do meu officio — N.^o 66 — Commandancia de Marabitenas, aqual vai seguida das Copias das Peças nelle referidas, verá V.^a Ex.^a que eu, seguindo a minha opinião, e o meu Sistema; 1.^o Emendei o mencionado erro do nosso Comandante, ordenando-lhe que recambiasse promptamente para S. Carlos o dito reo, Hespanhol Orosco; 2.^o — calmei as mencionadas lamentações do nosso Commandante dictando-lhe hua bastante extensa, ainda que apoucada, lição escolar; 3.^o expedi mais algumas providencias tendentes a reforçar mais aquella Fronteira: Aqui tem V.^a Ex.^a de declarar-me, se deve subsistir, ou não a emenda, que eu fiz ao que eu chamo erro do nosso Commandante, Mandando-lhe rejeitar de todos os modos o, dito reo, Orosco, acuja declaração de V.^a Ex.^a me conformarei; tendo também V.^a Ex.^a de perdoar-me o enjão que lhe cauzará a minha extensa lição escolar dictada ao nosso Commandante, atendendo V.^a Ex.^a a que o discipulo, ainda que dos mais adiantados

desta minguada Escolla, está muito atrasado para Commandar Fronteiras.

Deos guarde a V.^a Ex.^a Lugar da Barra do Rio Negro, 22 de Fevereiro de 1818.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senñ. Conde de Villa — Flor.

Joze Joaquim Vitorio da Costa

(Relativa ao N.º 175)

Copia (A)

Illustrissimo Senhor = Não acho melhor expressão para mostrar a V.^a S.^a o estado actual em que se-acha esta Fronteira/ hoje tão arriscada a algum conflicto / do que fazendo remetter a V.^aS.^a as Copias juntas, tanto dos Officios, que do Comãdante Hespanhol tenho recebido, depois do ultimo de 6 de Novembro, que tambem tive a honra derigir a V.^a S.^a em data de 12 de dito, como das Copias das respostas que á dito Commandante tenho dado: V.^a S.^a he quem hoje onicamente pode providenciar asalvação, e segurança desta Fronteira, e Estados do Nosso Amado Suberano, soccorrendo com o auxilio necessario; pois que eu de minha parte farei, não so pelo que devo, e sou obrigado, senão todo o ultimo exforso de não sacrificar, nem arriscar o que V.^a S.^a se servio honrar-me de confiar de minha inutil capassidade; mediante sempre asua providencia.

Pelas mesmas referidas Copias verá V.^a S.^a que aqui se acha prezo em hum par de ferros o Capitão D. Francisco Orosco por assim me-haver novamente supplicado o Commandante de S. Carlos; cujo Capitão eu assim o concervo não só pelos atrozes crimes, que me faz conhecer aquelle Commandante, o que igualmente V.^a S.^a verá da Copia junta; como porque não me-fio em tello aqui solto, por ser assás astucto, e puder com as suas maldades, e mas convercassoens / as quaes lhas tenho privado seduzir a Tropa, ou Indios ao seu partido: En suma seguro a V.^a S.^a que eu d'elle não me-confio, e porisso assim o farei conservar com as mesmas prizões ate que V.^a S.^a me ordene oque for servido pois eu nada a este respeito farei, e assim mesmo o não tornarei a entregar a sua Fronteira, por mais que mo — reclamem, sem expressa determinação de V.^a S.^a

Queira V.^a S.^a lembrar-se em que triste situação não está esta Fronteira, que se-acazo for necessario por algum accidente indispensavel hir de noite ao Parque, ou Caza da Polvora, que não se poderá tal fazer, porque nestes Armazens não só não tem hum

Lampião de vistas, como ainda que ohouvesse, não sepoderia fazer uzo d'elles, por não haver em ditos Armazens hua so pinga de Manteiga: Em vista de todo V.^a S.^a queira lançar os olhos, e attender as minhas rogativas, e pedidos abeneficio desta ariscada Fronteira, que d'ella me — honrou V.^a S.^a fazer responsavel. Igualmente achará V.^a S.^a a Copia junto do Officio que dirige ao Commandante do Forte de S. Gabriel, e arespоста d'elle com dezengano de soccorro.

Tambem tenho ahonra de remetter a V.^a S.^a oborrador da Bateria, de que já participei a V.^a S.^a havido construido.

Deos Guarde a V.^a S.^a Forte Fronteiro de S. Jozé de Marabitenas 18 de Dezembro de 1817 = Illustrissimo Senhor Governador Jozé Joaquim Vitorio da Costa = Pedro Miguel Ferreira Barreto =

Copias das Cartas do Comandante Hespanhol

1.^a

D. Jozé Benito Lopes Teniente de los Reales Exercitos Segundo Ajudante Mayor de las Milicias de Infanteria de esta Provincia de Guayana por S.M.C. q. Dios Guẽ; Commandante Politico, y Millitar, de Alto Orinoco, y Rio Negro em esta Prov.^a &. Porquanto sehajja esta Prov.^a y Cap. ymbadida de Enemigos y amennassada esta Comãdancia de los mismos y hayarme enteram.^{ta} falto de tropa p.^a poder contener qualquier q. yntenten por tener empleado el certo numero en Custodia del Cap.^{am} D. Francisco Orosco que se haya prezo enesta y este certo numero me podia ser mui util allado de los yndios porque solos son nadie/ como sabe Vd/= Enesta virtud y la aliança que tiene ese Reyno con este y el cazo en que me hayo enteramente desamparado por ahora me obriga asuplicar aVd tenga la vondad de admitir en sufuirte ala persona de dho Cap.^{am} com sus mismas priziões a suas ordenes endonde estará com mas seguridad por razon deq. hay no tendra aliança con la tropa de su mando y por qualquier cazo que me puede occurir puder atender con libertad y tomar mais providencias sin este ostaculo, ademas de esto aqui no me combiene por hora, que melorando estodo poderozo sus oras almomento lo reclamare, y dare parte amis Jefes de los muchos serviços que se adgnado haserme enfabor de nuestro amado monarca y seguridade Publica em las actuales circunstancias siendo estos cazos en que mas se agradezem los Serviços y Creo muibien que por mis Jefes tendra Vd una Gran recomendacion por sua mucha croisidad con que se aportado, ademas de que sus muchos y grandes servicios no nesecitaran de esta recomendacion por que sea Vd un Eroẽ de

Su Nacion = Per lo que respeita alamanuntencion Ud me dira el melor modo que sepueda en la ynteligencia que almomento sera abonado de sus sueldos porque asi lo hare prezente.= Si sus Jefes no aprobarem esta detreminacion en todos tiempos estoy pronto amandar por el ademas a que creo mui bien que no lo dezabrobaran por ser asunto de la Mayor consideracion. D.^s G.^o a Vd. m.^s an.^s S. Carlos de Rio Negro, 26 de Novembro de 1817 = Joze Benito Lopes = S.^or. D. Pedro Miguel Ferreira y Barreto, Commandante de Marabitena= Esta conforme.

2.^a

Em esta fha acabo de tener noticias que en el Pueblo de Sr Fernando de Atabapo se trataba de una Cospiracion contra el legitimo Gob.^{no} y quitar las vidas a Muchos Sug.^{tos} de estes Pueblos y ami empacticular, este desorden se a contenido con haber mandado al Sargento ad ho Pueblo y se a quedado em los gueso por ahora mi entras logran alguna collontura alproposito para excustar sus proletos= En esta virtude estimare a Vd baixo de nuestra aliança me franque quize, o veinte hombres de los de sumando para haser respetar las authorid.^{es} del ligitmo Gob.^{no} que con esto es mui suficiente nada mas que para respeito que yo mismo apesar de mis enfermedades pasare con ellos a Sr. Fernando y con cluida que sea sedebolber au almomento, y esto puede dilatar un Mez poco mas, o menos, y cortado este hilo quedaremos tranquilos tanto Ud como yo, porque lo que debemos temer y no alos enemigos de fuera, enfín para que Ud quede mas ynformado mando a D.^a Christobal Garcia sugeto de mi confiança el que le ynformará por menor de quãto a pasado y esta pasando en el Dia.= Espero enfée de amigos que no sidesintimda deste asunto que nos puede ser mui per Judicial y con nada esta certado por a hora lo que dando tiempo no sipudra con neuha fuerça y ahora sin deramar sangre se puede haser a la callada. D. G. a Ud. m. an. S. Carlos 30 de Nobiembre de 1817 = Jozé Benito Lopes = S.^or D. Pedro Miguel Ferr.^a Barreto, Comand.^{te} de Fuerte de Marabitana = Estão ambas conforme o Original, que ben escrupulozam.^{te} os Copiei = Pedro Miguel Ferreira Barreto =

3.^a

Herrecivido el Oficio de Ud de 3 del Corriente, en contestacion del que dirigi contha de 26 del p.^o pd.^o en donde le suplico me admita en su fuerte ala persona de D. Francisco Orosco, y en su mismo oficio me estrecha tanto su remicion que buelbo de nuevo a suplicar mire y considere lasituacion en que me hayo.= El

remitirle el proseso como me-dise en su oficio es ymposible porquanto no esta concluido ni puede estar porque mis Ordenes no se estienden amas que poner elproseso en estado de ricibir la confecion al Reo, que espunto de nuestras ordenanças quando se le tome confecion al Reo nombre se defensor, estas formalidades no sepueden uzar aqui pro que sabe Ud. es una Comandancia Sudbalterna; e demas que este hombre se haya acuzado desiete crimines y cada uno tiene su Cauza por separado, delas que dare a Ud una noticia para que este enquanto de sus hechos = El que Ud lo remita asua Cap.¹ me es vu estrabio mui grande por que tengo que responder a mis Jefes tanto de el como de las cauza a el suplicar melo admita hay no es mas que mientras sesere... ou poco estas conspiraciones y novidades enque el tiene parte.= Vuelbo de nuebo asuplicar a Ud enfee de nuestra amistade y aliança lo admita dando parte asu Cap.¹ que sino lo aprobare lomandare boscar. = ademas de lo e...nesto arreglandome altratado de amistade y Garantia a Cordado em 11 de Março del ano de 1778, enel Sitio Real de S.M.C. nuestro amado Rey D^a Carlos; y su mui Cara y amada Sobrima D.^a Maria Reyna Fidelissima de Portugal, a presencia del Ministro plenipotenciario de la misma Fidelissima Reyna, D.ⁿ Francisco ynosencio de Souza Contiño, e nel Capitulo 2 d'este tratado Combiennen ambas M.M. / entre otras Cozas/ que reciprocamente se auxilien para ympidir arrearpar el daño opre Juizio de quales quira de las dos Coronas; a cujo fin se comonico alos virreyes y Gobernadores de las provincias entreze de Agosto de Mil sete sientos setenta y nueve. = En este virtud remito ala persona de D.ⁿ Francisco Orosco con un par de Grillos ala Disposicion de Ud con una noticia de sus Crimines para su conesimento. Dio Guẽ a Vd m.^s an.^s S.ⁿ Carlos 6 de Disiembre de 1817 = Jozẽ Benito Lopes = Senhor D.ⁿ Pedro Miguel Farrera y Barreto — Commandante del Fuerte de Marabitena = Esta conforme o Original = Pedro Miguel Ferreira Barreto= Copia deoutro Officio 2. anteriorm.^{te} medirigio d.^o Com.^o Hespanhol.

4.^a

Hallandome enteiramente sin un tiro de Polbora para municionar las Flecheras que tengo en los raudales que nos sirbem de Custodia, estimarea Ud. me franque una arroba de polbora prestada odel modo que se pueda pus me ynteresa muchisimo, por heyarme amenasado de los enemigos y notenes en el Dia de quien baterme para el caso, tengo quatro flecheras en el Raudales de Maypure que es mui suficiente para contener qualquier ymbasion con las demas Armas de fuego de particulares y Soldados.= Deos guẽ a V. m.^s an.^s Sn. Carlos 13 de Nobiembre de 1817 = Jozẽ Benito Lopes

= Sôr. D.ⁿ Pedro Miguel Farrera y Barreto, Commandante de Marabitana= Esta Conforme o Original = Pedro Miguel Ferreira Barreto=

Resposta q̃. dei aeste Officio de 13 de Novembro.

N.º 1.º

Em consequencia do seu Officio de 13 do corrente mez; sou aresponder a V.M., que emquanto a arroba de Polvora, que me-pede eu do meu Parque lhe-franquei, anão posso nem emprestala, nem de outra maneira desfazerme d'ella, porque com maduro juizo devemos olhar aofucturo, e as actuaes circumstancias emque nos achamos; portanto lembrando-me ja do risco aque está esposta asua Fronteira, por falta de Municoes de Guerra; não devo por consequencia ariscar tambem aminha lançando-me emfraqueza, e esgutan-dome do mais exsencial objecto.

Deos guarde a V.M. Forte de Marabitenas 16 de Novembro de 1817 = Senhor Tenente Commandante do Forte de St.º Agostinho = Pedro Miguel Ferreira Barreto=

Resposta dos 2., de 26, e 30 do mesmo mês de Novembro.

N.º 2.

Hontem que se contarão 2 do corrente mez, me forão entregues 2 Officios de V.M. datados em 26 e 30 do mez preterito, aos quaes he resposta oseguinte.

Ao de 26 respondo, que suposto sem ligitima authoridade do meu Governador eu nada posso obrar em beneficio d'essa Fronteira, contudo por attender a grande opressão, e risco em que se acha, e puder V M mais commudamente accudir, e providenciar os repentinos a Saltos deque acada momento está aser inquieto, accietarei neste Forte do meu Commando apessoa do Capitão D. Francisco Orosco com todas aquellas cautellas, e seguranças que se-fazem necessarias aminha Fronteira, sendo hua de taes Cautellas o V.M. apromptar o Prosseço de dito Capitão com a maior brevidade, e remeter-me com hum Officio seu aodito meu Governador, para eu junto de dito Officio, e Prosseço fazer remetter immediatamente aminha Capital dito Capitão de donde seguirá para a Capital Geral do Estado, edella para Europa aonde o Legitimo Monarca fará executar nelle suas Sagradas Leyz: E entens que conclua odito Prosseço terá V.M. abondade quando remetter o mencionado Capitão de me remetter hua acuzação resumida da que já por V.M. se acha justificada, declarando por Artigos os Crimes mais atrozes que elle tiver cumetido contra as Leyz do seu Sobe-

rano; cujo documento Me he assáz interessante para Minha defeza com o meu Governador, e sem o qual eu não posso aceitar prezo o refferido Capitão; declarando também V. M. na referida acuação os mesmos obstaculos que dito Capitão ali lhe — cauza, segundo V. M. agora mecomonica. = Quanto a sua Manutenção eu estou prompto aministrar-lhe, fazendo-lhe apromptar Pescador, ao qual se lhe pagará mensalmente aquanti de duze reaes, e ao Compañheiro seis reaes; quanto aopão não caresse haver dispendio, porque eu de minha Caza lhe-darei = Ao de 30 respondo, que quanto o auxilio das 15, ou 20 Praças que me pede para hir manter a conspiração premidita no Povo de S. Fernando, que tal onão posso fazer por não ter ainda recebido do meu Governador decizão do primeiro auxilio por V. M. requerido; oque creio não tardará, mas Como V. M. tem afazer remetter para esta Fronteira o obstaculo que o impossibilita o movimento livre de sua Tropa; fica portanto V. M. habilitado para fazer uzo della nas marchas, ou diligencias que lhe-furem necessarias. = Deos guarde aV. M. Forte Fronteiro de Marabitenas, 3 de Dezembro de 1817 = Senhor Tenente Commandante do Forte de St.º Agostinho = Pedro Miguel Ferreira Barreto.

Resposta do Officio de 6 de Dezembro

N.º 3.

Fica recolhido emprizão feixada, e segura o Capitão de Infantaria D. Francisco Orosco, com os mesmos ferros emque V. M. o remetteo, e segundo anatureza de seus Crimes tenho determinado o mais util que nos possa ser interessante. = Vejo oque V. M. me dis no seu Officio de 6 do Corrente, que acompanhou dito Capitão, que quer, e novamente me supplica eu ademita dito Capitão; eque dei parte aminha Capital, o que sem duvida assim ofarei emais aselerado que for possivel, logo que esse Official inferior d'ahi se — recolher. = Tambem fico certo emtudo o mais contheudo de dito Officio; e muito mais certo de que V. M. como cheio de todos os conhecimentos nada obrará se não oque as suas Leys lhe-insinão: Assim mesmo eu pela fe de amizade lhe seguro que não lhe estreito soccorro algum / segundo V. M.º me acaba de dizer/ e sim unicamente executo oque as Ordens do meu Governador me ordenão.

Deos guarde a Vm.º Forte Fronteiro de Marabitenas 9 de Dezembro de 1817 = Senhor Tenente Commandante do Forte de St.º Agostinho D. Jozé Benito Lopes = Pedro Miguel Ferreira Barreto =

Copia do 1.º Offício requerente, que dirige
ao Com.º do Forte de S. Gabriel.

Novos receios, e disconfianças emque está esta Fronteira, com a Fronteira Hespanhola Limitrofe com nusco, segundo o ultimo avizo que do Commandante d'aquella Nação acabo de receber com data de 6 do corrente mez; faz com que eu rogue a V.M., que em observancia da Ordem do Illm.º Senhor Governador desta Capitania = N.º 49 Commandancia de Marabitenas, que me-queira V. M. auxilliar com dez Praças Milicianas; vindo estas na Conformidade de dita respeitavel Ordem.

Deos guarde a V. M. Forte Fronteiro de Marabitenas 12 de Novembro de 1817 = Pedro Miguel Ferreira Barreto = Senhor Sargento Commandante do Forte de S. Gabriel=

Copia da resp.ª de d.º Com.º de S. Gabriel

Senhor Tenente Commandante do Forte de Marabitenas = Recebi o Officio de Vm.º datada de 12 de Novembro do Corrente anno e vi todo o seu contheu Vm.º me roga dez praças Milicianas de auxilio a essa Fronteira armados com os seus Armamentos; Se Vm.º caresser de Armamentos, e de algumas monçoens de Guerra pode pedir-me por suas quantidades passando-se os seus competentes recibos por que nisso não pode haver duvida, pois para isso está este Parque para Fornecer esse como convier a esse Forte como á este; Vou dizer a Vm.º que no tempo prezente está este Forte tão desgarnecido de Tropa de Linha como de Milicianos, e muito mais de Indios, pois me he tambem preciso reforsar a Vigia do Rio Cababuris omenos com trez, ou quatro praças, alguns auxiliares ja atempos andão fora ao negocio da Salça huns com licença minha, e outros atem tomado por si proprios.=

Eu mandei dizer ao Illm.º Senhor Governador que este Forte não tem gente, e que eu assim omandava dizer a Vm.º segundo oque diz amesma respeitavel Ordem sobre auxilio deenganar o Commandante requerente como Vm.º la verá na mesma respeitavel Ordem.

Vou dizer a Vm.º cazo que tenha com serteza venhão alguns Inimigos avizar-me para eu d'aqui auxiliar com aquillo que puder ser.

Deos guarde a Vm.º Forte de S. Gabriel 15 de Novembro de 1817 = João de Mattos Rapozo = Esta conforme = Original = Pedro Miguel Ferreira Barreto=

Copia d'hua Carta particular que recebi
do Com.º Hespanhol.

Senhor D. Pedro Miguel Ferreira y Barreto = S. Carlos 13 de Novembre de 1817 = Estimado amigo y Duño, estimare sies

posible me mande un Buque de los de Ud que no tenga o cupado para tenerlo en este puerto por sillegare el cazo tener en que embarcar mi familia hasta que bengan dos q̃. emandado benir de Sn. Fernando para el fim de la Artilheria como tengo escrito en mi oficio anterior. = Amigo dispense mis yncomodidades que ebenido en un tiempo que todas son contratiempos, = deseo que vd lo pase bien y mande a su siempre Amigo y Companéro que no se holbidadá jamas de sus Servicios y rueaga.

Dios que S. V. m.^a an.^s Jozé Benito Lopes = Está conforme o Original = Pedro Miguel Ferr.^a Barreto =

Copia de 2 §§.^{os} d'hua Carta particular q. acabo de receber de mesmo Comt.^o Castelhana com data de 14 de Dez.^{bro} corrente oqual he o seguinte.

1.^o §.^o — Manãna 15 del corriente Salgo p.^a S. Fernando, aber si de algum modo logro contener aquel Pueblo hasiendo algunas Justicias enel / como nolo hagan antes conmigo / q. de este modo lograremos quedar tranquilos algun tiempo y de qualis quier novedad tendre Coidad de abisar a Ud como ygualm.^{te} mi familia que se-debera dirigir a esa silega el cazo... q. desde ahora recomiendo = 2.^o 3.^o = Al momento q. llegan las Lanchas q. espero conduzirán la Artilleria q. ya dezo dispocicion para ello con el Cabo Jozé del Pas Mena p.^a su conduccion = Pedro Miguel Ferreira Barreto =

Copia dos Delicto do Cap.^{am} D. Franc.^o Orosco
D.^m Jozé Benito Lopes Teniente de los R.^s Exercitos, Segundo Ayudante Mayor de las Milicias de Infantaria d'esta Prov.^a de Guay.^a p.^r S.M.C. / 2. Dios Gñe / Comand.^{te} Politico, y Militar de Alto Orinoco y Rio Nigro en esta Provincia, &^a

Como mibeo oprimido y esta Comand.^a amenasador y cada .es mas complicada y arrisgada por falta de fuersas, y vd. ningun auxilio me tiene dado, por no tener resposta de su Jefe segun costa de sus Oficios de 4 de Outubro y 3 de Diziembre del Corriente ano, en respuesta de los mius de 16 de Septiembre, y 30 de Nov.^o de dho años y lapoca tropa q. tengo se haya empleada en la Guardia del Cap.^{am} de Infantaria D. Francisco Orosco y porque isto no me — sirba de ostaculo, y movimiento de la tropa p.^a poder contener, las frequentes Cospiraciones de estos yn confidentes Basallos, como por que dho Cap.^{am} en la mesma prizion seduze alos yndios y tropa, p.^a dho atentados y p.^a q. la referida tropa quede libre dipoder la mantener Junto a mi lado, y de algunos fieles Bizinos, y de las nuebas disenciones y. Ud pueda tener un entero conosimiento de sus Crimes atrozes remeto adho Cap.^{am} con las acusaciones Sing.^{tes}
— Causa 1.^a acuzado del Delito de ynfidencia y comprobada por seis testig.^s &^a

Cauza 2.^a tambien de ynfidencia seguida en la Cap.^l p.^r el Señor Mayor de Plaça D.ⁿ Jozé de Olacarra y mandada ratificar a esta.

Cauza 3.^a p.^r haber faltado alatropa consu haber Justificada com la miesma tropa.

Cauza 4.^a p.^r huna q. siguiu contra un Religiozo de estas Miciones, sendo falça su acusacion, Justificada con los mismo testig.^o q. declararon en la cauza da fuerça p.^r su Mandato.

Cauza 5.^a p.^r representacion echa del R. P. Prezid.^{to} de estas Miciones apedimento de los Indios p.^r q. no les pagaba sus tabasos.

Cauza 6.^a p.^r haver Malgasto los Enseres del Rey como Polvora, feramientas, &^a Justificada com la misma tropa.

Cauza 7.^a de una conspiracion 2. yntento hazer e neste Pueblo con la tropa y tne delatado el Dia 2 del corriente alas sinco y media de latarde por los mismos aquien seduzia.

Y para q. entodos tiempos conste endonde combenga y para resguardo del Comand.^{te} de la frontera de Portugal doy laprezente firmada en Sn. Carlos de Rio Negro a 6 de Dizembre de 1817 = Jozé Benito Lopes = Esta conforme oproprio original = Pedro Miguel Ferreira Barreto, Tenente Commandante =

Estão conformes o Ten.^{te} Jozé de Napoles Tello de Menezes

(Relativa ao N.º 175)

Copia (B)

N.º 66 = Commandancia de Marabitenas = Finalmente cahio Vm.^{co} na trempe, que lhe armou esse, que agora he Commandante Hespanhol em S. Carlos, para fazer desse nosso Forte de Marabitenas Carcere, ede Vm.^{co} Carcereiro do reo Ex. Commandante Orosco, e isto depois de Vm.^{co} por seu Officio de 11 de Outubro do anno passado, em resposta aoutro de dito Commandante Hespanhol, de 16 de Setembro de dito anno / os quaes eu ja fis presentes ao Exmo. Senr. General do Estado por meu officio — N.º 173 — / ter dito com admiravel continencia, primeiro, adito Commandante Hespanhol, que tal Orosco prezo eu não aceitava. Que Vm.^{co} cahio emtal trempe assim mo anuncia o seu Officio de 18 de Dezembro do anno passado, que acabo de receber, carregado de hum arranzel de Hespanholadas de dito Commandante Hespanhol aVm.^{co}, e respectivas repostadas de Vm.^{co} a elle, cujo Officio, Hespanholadas, e repostadas merecerão, para abreviar a sua chegada aqui, amotinarem-se os Districtos d'ahi aqui por recommendação de Vm.^{co} E omais he, que, segundo dito seu Officio de 11 de Outubro a dito Comandante Hespanhol, tendo-se Vm.^{co} primeiro excluido absolutamente de aceitar adito Orosco prezo, excluia-se logo depois condicionalmente, accrescentando — Salvo se fosse com acondição logo que elle ahi chegasse remeter-mo para aqui =, quer

isto dizer, = Salvo se fosse com a condição de Vm.^{co} fazer do Governador de Rio Negro Carcereiro, e da residência do Governo Carcere para dito Orosco prezo: Que saída mais dezacordada que esta! Negarse, e negar o seu Posto a serem Carcereiro, e Carcere para hũ reo estrangeiro oferecendo ao mesmo tempo para isso o seu Governador, e a residência deste, como que para isso tivesse eu alcada sua, ou permissão Minha! E que Commandante Hespanhol em S. Carlos ainda menos cuidadoso que esse emcimentar, edezobstruir a sua anticipada fuga para nos, deixará de aceitar aoferta!

Muito bem. Oque Vm.^{co} tem afazer agora, /se-assim o não tem já feito, logo que recebeo o meu Officio — N.º 59 — Commandancia de Marabitenas —/he, recambiar immediatamente para S. Carlos, a entregar áquelle Posto, o reo Orosco, aquem ahi no nosso Forte deu Carcere, ede quem ahi se fez Carcereiro de Seu arbitrio só; e muito mais immediatamente sem dilação de hum so momento o deve recambiar, porque Vm.^{co} em dito seu Officio de 18 de Dezembro acaba de dizer-me, que = Não se fia de tal homem, por ser assás astuto, e poder com as suas Maldades, e más Conversaçoens seduzir ahi a tropa, ou Indios ao seu partido =: Devendo Vm.^{co} francamente dar por razão deste procedimento, que não he da sua alçada dar Carcere, e Carcereiro nesse Posto a hũ reo estrangeiro; que oGovernador desta Capitania, aquem Vm.^{co} como subordinado, propos ja o cazo negou ja o Carcere, e Carcereiro nossos, pedidos para tal réo, /e com efeito assim ofiz já pelo meu Officio — N.º 59 — Commandancia de Marabitenas/; e poderá acrescentar/ concedolhe/, que o mesmo Governador, como subordinado ao Exmo. Senhor General do Estado, tendo já participado asua Negativa a S. Ex.^a/ e com efeito assim o fiz ja por meu Officio N.º 173—/ Se S. Ex.^a reprovando anegativa do Governador Mandar, que tal reo tenha Carcere, e Carcereiro desta Capitania o mesmo Governador tem toda a subordinação para cumprir a Ordem de S. Ex.^a; e toda a franqueza para dizer, que S. Ex.^a assim lho ordenou. Rematando agora este Artigo julgo necessario advertir a Vm.^{co}, que evite, quanto for possivel, contestaçoens por escripto com esse, ou outro Commandante Hespanhol ahi; nas contestaçoens que forem indispensaveis não ame discretiar, segue o estilo, reduzindo-o a, sim, não, fundando-se estrictamente nas Ordens que tiver, uzando sempre da negativa aonde acazo lhe faltarem ordens, e escuzando anegativa pela estreiteza da sua authoridade, aqual não lhe permite mais sem recorrer aoGoverno; tema tanto os ardis do Commandante Hespanhol ahi vezinho para arrastar a Vm.^{co} a tomar parte na cauza delle com os rebeldes da Goiana, quanto Vm.^{co} parece temer os rebeldes a hua distancia prodigioza, e escabroza, para virem atacar aVm.^{co}, sem que aisso

tenham sido de modo algú, directo, ou indirecto provocados por Vm.^{co}: Aqui dão Vm.^{co}, e o reo Orosco lugar a reflexão seguinte para confusão de Vm.^{co}: Que não soubesse Vm.^{co} evitar de provocar contra si o odio dos rebeldes da Goiana, negando-se aser Goarda do reo Hespanhol Orosco; dito do Partido dos rebeldes, para entregar logo este reo mais seguro a vingança que sedeva tomar d'aquelle Partido; e que soubesse Vm.^{co} evitar de provocar contra si o odio dos mesmos rebeldes, negando-se a prestar contra elles a polvora, e homens, que lhe forão pedidos pelo Commandante Hespanhol em S. Carlos por Officios deste a Vm.^{co} de 13, e 30 de Novembro do anno passado, que vierão juntos por Copia ao de Vm.^{co}, que acaba de dirigir-me, em data de 18 de Dezembro do mesmo anno!

Outra trempe vejo eu armada a Vm.^{co} por esse, que agora he Commandante Hespanhol em S. Carlos, na Carta familiar d'elle a Vm.^{co}, de 13 de Novembro anno passado, que Vm.^{co} juntou por Copia ao seu mencionado Officio, que me expedio de 18 de Dezembro; e vem aser atrempe: Pertender elle sacar a Vm.^{co} hum Buque/ hua Canoa/= por se alegre el caso tener / diz elle en q. embarçar mi familia, hasta que benga los q. ã mandado benir de S. Fernando p.^a el fin de la Artilleria=, acrescentando a isto a sobrecarga, deq. Vm.^{co} lhe mande o Buque a S. Carlos. Não sei se Vm.^{co} evitaria esta armadilha; Vm.^{co} não mo dis; Se Vm.^{co} lançando avista ao longe recozou destra, e habilmente aCanoa pertendida, ou cedeu somente algua podre, decurta duração, louvor a Vm.^{co} Commandando essa Fronteira; Se Vm.^{co} estreitando a vista ao perto franqueou hua Canoa boa, de longa duração reprovação a Vm.^{co} Commandando essa Fronteira. Acaso pensa Vm.^{co} que essa Hespanhol,= Se/ na lingoage delle/no llegare el caso = restituirá a Vm.^{co} facilmente tal canoa, se ella foi ali por tempo. Elle terá mil modos para illudir a restituição da Canoa, mais do que teve para lha sacar. Eque segura fiança tem Vm.^{co} de que elle deixará de uzar de taes modos em vantaje do Posto que Commanda, aonde não há outras embarcações, se não toros de pau Cavados/ Ubas/; não pode haver outras d'ali, se não fazendo chegar da Capital áquella Fronteira Artifices, Artigos de construcção, e utensilios, que ali não há; não podem vir outras da Capital, se não com largo tempo, e incomodo, suspendidas, e arrastadas por aparelhos nas dezabridas Cachoeiras de Maipure. Ataes vizinhos em tal difficuldade de meios auxiliares da força para atacar essa nossa Fronteira devem ser recuzados, não só Embarçaçoens, mas geralmente quaesquer Artigos da construcção Naval; nenhua occazião será bastante para desculpar hũ Commandante Portugues nessa Fronteira de ter afroxado na recuzação de taes Artigos, nem mesmo aocazião presente em que parecem querer evacuar de S. Carlos para nós esses Hespanhoes que ali ha; oCommandante Portugues ahi em Marabi-

tenas deve em opposição a tudo supor, que á manhãa os rebeldes, que ahi agora são inculcados, poderão ser dispersados, que no dia seguinte os Negocios da nossa Corte com ade Madrid poderão mudar de face, que em sequencia disto poderá ter pela proa os Hespanhoes de S. Carlos, aquem indiscretam.^{to} franqueou Meios para o ataque: Demais, esses Hespanhoes em S. Carlos tendo devir por interesse seu azilar-se anós, seja fugindo, seja recuando, não percizão rigorosamente que para isso lhe emprestemos as Segex e lhas mandemos a caza; a falta de Embarcações de talha, ou forma voltem-se para as Suas Balsas / Jangadas/, Transportes que elles fazem de paus leves, colligados por sipo, as vezes bastante asseados, edequé geralmente se servem em longas navegaçoens descendo rios, mesmo caudalosos, como o Amazonas naparte em que opossuem: A viagem que tem a fazer de S. Carlos a Marabitenas descendo he apenas de dois dias, anavegação he franca.

Farei agora alguma reflexão sobre o tom pathetico em que Vm.^{co} compós o§= Não acho melhor expressão, &^a=, de dito seu Officio de 18 de Dezembro do anno passado, que acaba de receber; e isto farei no intuito de restabelecer a Vm.^{co} o animo, ao parecer abatido. O tom da composição de ditos dois § — não pode deixar de ser efeito do terror, que essa Commandante Hespanhol em S. Carlos tem sabido infundir em Vm.^{co} com a grande Bicha dos rebeldes da Goiana, para assim sacar a Vm.^{co} acampo com elle contra a Bicha. Com efeito; os rebeldes da Goiana, segundo as Cartas mesmo d'esse Commandante Hespanhol, achão-se ainda para baixo das Cachoeiras de Maipure no Orinoco, a hua distancia, ainda que incerta para nós, sem duvida alem de 120 Legoas arduas, e crespas; Os rebeldes da Goiana, segundo o mesmo Commandante Hespanhol, senhores ha pouco da Capital da Goiana, perto das bocas do Orinoco, tem de conservar-se, provavelmente por muito tempo, concentrados sobre aquelle unico Baluarte da Provincia, sem se dividirem d'ali em fortes Expediçoens muito ao longe ate anosso Fronteira com a Goiana, porquanto, se-as Provincias Hespanholas de Cumaná, e Venezuela, lemitrofes da de Goiana ao Norte desta, se achão em obediencia os rebeldes da Goiana devem esperar atodo o instante contra si forças vingadoras d'aquellas Provincias, que os castiguem, as quaes, ainda suposto que não venção logo accuza, ao menos adilatarão muito; Se- porem as mesmas Provincias Hespanholas de Cumana, e Venezuela se achão azazo em rebelião os rebeldes da Goiana, a cuja fortuna convem mais que tudo, que adiante de si os rebeldes d'aquellas Provincias sejam bem sucedidos nas suas operaçoens Militares para diante sobre os Pontos Capitaes da Costa Maritima d'aquellas Provincias, devem antes de tudo occupar-se em força abrir, e segurar fortemente communicaçoens com a retagoarda d'aquelles contra forças vingadoras,

que, ou do exterior pelas bocas ainda francas do Orinoco, ou do interior pelas avenidas ainda francas das Provincias de Venezuela, e Santa Fé de Bogota, lemitrofes, podendo meter-se entre elles, e cortallos, os Castigue por partes, e primeiro, e mais decezivamente os da Goiana, não deixando á estes Salvação se não nas Montanhas que as apoião na retagoarda, de sorte que tudo bem calculado pode dizer-se, que quanto de Expediçoens Militares ha ainda agora que esperar da parte dos rebeldes da Goiana sobre a Fronteira commum com nosco he meia duzia de homens destacados, que annunciando-se na Marcha a vanguarda de hũ formidavel Exercito que vem atraz faça com este falso rebate deitar a fugir para nos a toda apressa esses poucos Hespanhoes, muito avariados, que ha agora ahi em S. Carlos; Os rebeldes da Goiana não lhes convem por ataques agora feitos da sua parte sobre nós por essa Fronteira desafiar contra si as nossas Armas, alem das Armas vingadoras das outras Provincias Hespanholas lemitrofes com osde Goiana, antes que chegue a epoca em que possão conciderar-se bastante confirmados na posse da Provincia rebelada, cuja epoca se não he somente ideal, pelo menos deve supor-se ainda agora bastante remota, de Sorte que supondo mesmo que esses rebeldes cêdo apparecem nessa Fronteira Hespanhola, no chamado Forte de S. Carlos, e que cedo se-assenhoream delle por fraqueza, ou cobardia d'esses Hespanhoes que ahi odevem defender agora, não será dezacerto conciderar este Movimento dos rebeldes no seu principio, e sem boas provas em contrario, perpetrado por prevenção, ou no intuito de obstarem quanto possão com ajuda das defensas naturaes que tem ate essa Fronteira ao progresso das nossas Armas sobre elles, cazo que estas venhão adeclarar-se por ahi contra elles emquanto a sua Cauza pende, ou no intuito deprotegerem, e apoiarem no interior da Provincia rebelada algumas operaçoens d'aquella rebelião, principalmente a retirada dos rebeldes as fortes defensas naturaes do Alto Orinoco, cazo que do Baixo-Orinoco venhão aser dezalojados por forças vingadoras, que ali sobre elles venhão por avenidas ainda abertas, ou mal seguras, tanto do exterior, como do interior; Os rebeldes da Goiana chegando acazo a assenhorearem-se de S. Carlos nessa Fronteira Hespanhola não acharão ali para nos atacar Muniçãoens algúas de guerra, Segundo depuzerão primeiro os dezertores d'ali, e o confeça agora a Vm.^{ca} por Officios esse Commandante Hespanhol em S. Carlos, nem tão pouco acharão ali para nos atacar Artigos alguns de Parque, por quanto tudo o que destes Artigos ali ha agora, segundo tem deposto osdezertores d'ali, a saber, hua meia duzia de Peças de Artilheria de Calibre 6 para baixo, em parte avariadas, extendidas no chão sobre a lama, e hua meia duzia de Mosquetes estragados, com que ali se faz a sentinela em hua Goarita, que por só dá áquelle lugar

o nome de Forte de Marabitenas pelos Hespanhoes de S. Carlos acolhidos a nós, se elles fizerem neste parte o seu dever, aoque pareessem agora dispostos, segundo a sua lingoage nos diversos Officios que a Vm.^{cc} tem escrito. — Agora da epoca futura, emque os rebeldes da Goiana hão de vir declarados inimigos nossos atacarnos por essa Fronteira, que Vm.^{cc} goarda, recuemos á época prezente, em que ainda ahi não apparecem nem ao menos fingidos. A prezente data, ahi em Marabitenas, unica avenida de facil accesso aos inimigos em força, tem ja Vm.^{cc} d'antemão contra os rebeldes a força seguinte, asaber; Tem 16 Peças d'Artilheria, de Calibre 4, 1,½ em bateria flanqueada, e coberta pelos parapeitos, e fossos d'esse Forte; Tem 530 balas d'Artilheria dos Calibres ditos; Tem 414 Lanternetas dos Calibres ditos; Tem alguma metralha em leada, de Calibre 4; Tem 14 arrobas de Polvora; Tem utensilios do Serviço de, dita Artilheria em proporção; Tem em reserva hum Parque de 50 Armas de mosquetaria, completo de baionetas, Cartucheiras, e mais utensilios do serviço deditas armas; Tem dois mil cartuchos de Mosquetaria embalados; Tem 27 arrobas de balas de Mosque-taria; Tem oito, e meia arrobas de perdigotos; Tem efeitos diversos em Armazem, auxiliares da força, e utensilios d'algumas Officinas mais necessarias; Tem ao receber deste prezente 40, e tantas Pra-ças da Tropa de Linha, completamente armadas, os poucos Mili-cianos com todos os Ligeiros das Aldeas do recinto da regencia dessa Comândancia; Oito Milicianos por Destacamento do Districto de Thomar: Tudo isto constando respectivam.^{te} pelos ultimos Estados Semestres do Trem Real nesse Posto, e por ordens anterior-mente passadas a esta, e essa Commandancia, e ao Juizo de Thomar. E he emprezença de tudo o referido no prezente Artigo que Vm.^{cc} em ditos dois —,§— do seu Officio de 18 de Dezembro do anno passado conjura o Governo por toda a providencia á Salvação, e segurança dessa Fronteira, concebida, e inculcada por Vm.^{cc} em triste situação! Eis aqui onde se pode permitir á pena hum salto no estilo, beliscando no jocoço; ei-lo ahi vai: Hum doido, conta-se, tendo hum dia entrado hua estreita, ecomprida rua de Lisboa, apenas entrado gritava em alto berreiro; e em vai-vens deza-tinados, assim: Tem la mão não me calques, tem mão, não me pizes; espera lá, dame tempo; espera deixa-me abrigar; mal es-treitada a hora em que eu entrei nesta rua: Isto dizia o doido para o conductor de hũa sege de aluguel, muito mal montada, e equipada, que apontava ao longe á entrada opposta da rua, eque oconductor debalde pertendia da fraqueza da Parelha fazer tirar para diante atomar hua das travessas que dezembocavão na rua, receozo de Ser elle mesmo, e sege a massados por outra Sege d'estado, muito bem montada, e equipada, que em largo terreno á retaguarda da primeira voava em direcção a entrar na mesma rua.

Ultimamente, continuando aprover á segurança dessa Fronteira quanto posso, refiro os soccorros, e providencias, que para ahi destino agora: Expeço agora ahi o Destacamento de Tropa de Linha, que consta pela Copia aqui junta da Minha Ordem á Commandancia aqui, em data de 16 de Janeiro corrente; Expeço agora ahi apregaria, e a Lanterna, que constão da Copia aqui junto da minha Ordem á Provedoria aqui, na mesma mencionada data de 16 de Janeiro corrente, sendo apregaria destinada a aliviar o consumo do ferro que para ahi tenho ja Mandado, e o trabalho da forja que ahi tenho, na construcção da Igarite Artilhada, que pelo meu Officio a este seguinte,— N.º 67 —, Ordeno a Vm.ª, e sendo a Lanterna destinada a melhorar aque Vm.ª no Segundo dos ja mencionados — § — do Mencionado seu Officio de 18 de Dezembro do anno passado chama= Triste Situação dessa Fronteira=, por falta de hũ Lampião de vistas, que ainda agora aprimeira vez representa, para entrar agora de noute nesse Parque, e Armazem de Polvora, e por falta de manteiga para a Luz do Lampião, de sorte que tendo ja Vm.ª lanterna para muito tempo naque vai agora d'aqui, se azecar, e tendo já Lux para oprezente na manteiga que foi ja daqui na ultima Expedição para ahi em Novembro precedente/ se he que chegarão ahi a salvo pelas Cachoeiras assim os potes em que foi/, e para ofuturo podendo ter Lux no Oleo, que Vm.ª ahi poderá haver, se-com empenho for por Vm.ª cumprida a minha Ordem por Officio a este Subsequente — N.º 68 £, ter-se-ha nisto providenciado muito, segundo Vm.ª insinua, á que agora he no conceber de Vm.ª =Triste situação dessa Fronteira=; Expeço agora á Villa de Thomar hum Official, atomar ali posto permanente nesta conjunctura, para ali promover, accelerar, e fiscalizar o cumprimento das minhas Ordens, e das requiziçoens de Vm.ª d'ali em concequencia d'ellas, á Authoridade Civil d'aquelle Districto rellativas aessa Fronteira, constando a Vm.ª a Ordem que dito Official leva pela Copia aqui junta do meo Officio ao mesmo Official na mesma mencionada data de 16 de Janeiro corrente: Expedirei logo ahi/ tão depressa elle acabe de chegar aqui da Commandancia d'onde o mandei já recolher/ hum Official, a fazer ahi a Vm.ª companhia grata, e repartir com Vm.ª ahi os cuidados, que lhe dão ja esses Hespanhoes de S. Carlos com afugida, ou retirada que ja preparão, e que lhe poderão dar os rebeldes da Goiana com oacesso que ahi poderão ter; ficando por esta providencia excluidos agora de irem ahi dois unicos Officiaes que aqui tenho disponiveis, hum d'Artilheria, que podendo ahi servir de Muito se acha há muito invalido sem esperança de restabelecimento, outro d'Infantaria, que sabendo so baralhar tudo iria perturvar ahi a ordem que Vm.ª com louvor tem sabido fazer ahi observar.

Deos guarde aVm.^{co} Lugar da Barra de Rio Negro, 28 de Janeiro de 1818= Jozé Joaquim Vitorio da Costa= Senhor Pedro Miguel Ferreira Barreto=

O Senhor Capitão Commandante ponha prompto, e faça expedir ao Serviço do Forte de S. Jozé de Marabitenas hum Destacamento de seis praças de Soldado, e hum Anspessada da Goarnição deste Quartel, completamente armados. Lugar da Barra do Rio Negro, 16 de Janeiro de 1818= Estava a Rubrica do Illustrissimo Senhor Governador da Capitania= Ponhão-se prompts, e sejam expedidos à Commandancia de S. Jozé de Marabitenas, cempreços de caverna, puxados; trezentos ditos de meia caverna, puxados; trezentos ditos Caibraes, puxados; duas Lanternas hua de Vistas, e outra de Folha de Flandres. Lugar da Barra de Rio Negro, 16 de Janeiro de 1818= Estava o aPelido do Illustrissimo Senhor Governador da Capitania.

N.º 67 — Commandancia de Marabitenas= Procederá Vm.^{co} ahi immediatamente á construção de hua Igarite Artilhada, destinada para obrar nella na occazião hua Peça d'Artilheria de Calibre 1, ou $\frac{1}{2}$ de Libra de bala, e obrar tão bem nella alguma Infantaria, tudo em movimento. Quanto á forma de dita Igarité Artilhada, e distribuição das suas partes observará Vm.^{co} á risca á forma, e distribuição representadas pelo Modelo, que com este officio vai d'aqui a Vm.^{co} expedido em Caixãozinho fechado, e quanto as qualidades de madeiras para a obra, seja para que a Igarite vezita a concussão daPeça, seja para que aduração d'ella seja amaior possivel; fará Vm.^{co} observar á risca a Instrucção que vai aqui junta, por mim assignada: Deve tal Igarite, depois de construida, conservar-se ahi com todo o relato, e com todo o amanho, que atenha sempre em bom estado de prompto serviço na Guerra, acujas operações somente deverá ser applicada; Deve tal Igarite, na guerra, sendo acazo inhabilitada por efeito della, ser immediatamente substituida por outra igual, applicando logo para isso o Commandante desse Posto os meios que tiver disponiveis, e requerendo do Governo os que acazo lhe faltarem, e na paz, chegando ainhabilitar-se pela diuturnidade do tempo, deve esperar por Ordem do Governo para ser substituida: Portanto deve oCommandante referi-la no Estado Semestre da Marinha Real desse Forte, que semestrememente tem dexpedir ao Governo, com a nota de Capaz, ou incapaz, que lhe está ordenado para todos os Effeitos Reaes ahi.

Para efeito da Construcção ordenada vai d'aqui agora no Destacamento Militar que para ahi mado, o Anspessada Miguel Francisco, primeiro Carpinteiro, e o mais habil, para ser a frente da obra, debaixo porem daboa intelligencia, a direcção de Vm.^{co}, arregladas pontualmente á Forma, e a Instrucção assim referidas,

cujo Anspessada leva ferramenta sua propria, com que o mandei aqui abonar; vai o Soldado Elias de Freitas, bastante Carpinteiro; vai o Soldado Jozé Antonio de Bairos, bastante Calafate, vai a minha Ordem por Portaria aqui junta da presente data ao Commandante do Forte inferior de S. Gabriel, relativamente a Officiaes d'Officios auxiliares á construção da Igarite Artilhada, que alli haja, bons, ou maos, aqual Vm.^{ca}, sendo necessário, porá em execução prudentemente pelo tempo necessario, de sorte que aquelle Forte não fique inteiramente despido d'auxilios taes: Vai apregaria, que referi no meu precedente Officio — N.º 66.º — Deverá Vm.^{ca} pois alem dos Operarios referidos por em exercicio para aobra todos os Rapa paus de Officios, que ahi houver, seja em Soldados, seja em Milicianos, seja em Indios; todos servem, ocazo he saber aque parte da Obra devem ser applicados com vantagem: Se em operarios rigorosamente necesarios, mais do que os apontados, se em utensilios, ou materiaes auxiliares para aobra Vm.^{ca} julgar rigorosamente necesarios mais do que agora ha de provimento nos Armazens Reaes desse Forte expedir-me-ha Vm.^{ca} requisição sua circunstanciada, para eu aservir quanto possa; emquanto ahi se tirão as madeiras para aobra ha tempo de servir as requiziçoens de Vm.^{ca}

Deos guarde a Vm.^{ca} Lugar da Barra de Rio Negro, 29 de Janeiro de 1818 = Jozé Joaquim Vitorio da Costa = Senhor Pedro Miguel Ferreira Barreto =

P. S.

Acabada aobra deve o Modélo ser remettido a Secretaria deste Governo.

Qualidades de Madeiras

para a Igarite Artilhada Ordenada por Officio — N.º 67 — Com.^{da} de Marabitenas

«Para Casco, e Curvas — 1.º Angelim; — 2.º Tanimbuca»

«Para Falcas; Taoos de Convez, e de espelho de popa, e proa; Taboas quaesquer ao tempo — 1.º Itauba — 2.º Tanimbuca»

«P.^a Cavernas; Bracos; Aposturas; Coivamento d'Aposturas, e pilares; Quilha; Leme; Cadastre; Coraes; Bancos de fechar por sima, atracando verdugos; Pilares; Barrotes; Travessas para atracar, ou para descanzo; Pecinhas quaesquer ao tempo — 1.º Itauba — 2.º Tanimbuca—»

«P.^a Cintas; Verdugos; Escoas; Dormentes; Trincanizes; Sobre-quilha; — 1.º Massaranduba; — 2.º Itauba — 3.º Tanimbuca.

«P.^a Anteparas interiores: Entaloamentos interiores; assoalhados interiores; — Madeira ligeira.

N. B. —

O Pau d'Arco, havendo-o, pode entrar por todas as madeiras, e para todas as Peças assim mencionadas.

Dimensoens, e Medidas fundamentaes aobserver na Construcção da Igarite Artilhada nas quaes amingoa do Modelo não permite representar

Dimensoens

«Casco — Comprimento sincoenta palmos = com quatorze Cavernas, distribuidas a intervalos iguaes entre si — grossura; duas pollegadas.»

«Falcas, Taoovens de Convez, e de popa, e proa — Grossura; duas pollegadas.

«Taboas exteriores, que sobre passando assima da linha horizontal tirada de hum a outro verdugo servem de parapeito, ou acobrir do inimigo, — Grossura, hua polegada, e hum quarto.

«Cintas; — Largura; Sinco pollegadas e meia; — Grossura; tres pollegadas, e meia.

«Verdugos; — Largura; tres pollegadas; e meia; — grossura; tres pollegadas.

«Dormentes; — Largura; Sinco pollegadas, e meia; — Grossura; tres pollegadas, e meia.

«Escoar; — Largura, quatro pollegadas, e meia; — Grossura; tres pollegadas.

«Sobre — quilha — Grossura; Sinco pollegadas, e meia.

«Coraes de popa, e proa; — Grossura; tal como ada Sobre-quilha.

«Quilha, pela sua parte inferior; — Grossura; tres pollegadas.

«bancos de fechar por sima, atracando verdugos — Grossura; quatro pollegadas.

«Os 6 Pilares primeiros, ou Mestres, levantados nas extremidades dos diversos Coroamentos; — Largura, e grossura, a mesma; sinco pollegadas, e meia.

«Os 12 Pilares secundarios, levantados entre meio dos Primeiros, em duas Linhas, formando a Bombordo, e Stibordo parapeitos a Infantaria; — Largura, e Grossura, a mesma; Três pollegadas, e meia.

«Os Trincanizes, ou Travessas, que correm, e ligão 6 a 6 os 12 pilares secundarios; — Largura; quatro pollegadas; — Grossura; tres pollegadas.

Medidas

«Boca da Embarcação; — Dezassete palmos.

«Pontal de Embarcação; — Seis palmos, e meio.

«Comprimento dos Bancos dos Remeiros, contando entre o Guarda-remos, e a taboa dita de Coberta, que serve de parapeito á Infantaria — Tres palmos, e meio.

— N. B. —

Haja atenção a não fazer esta medida menor doq. fica prescripto, sob pena de dificultar aos remeiros na occazião o abaterem-se promptamente ao porão, acobrirem-se com o Costado da Embarcação.

«Altura do Parapeito do Convez de popa; — Na sua parte dianteira,/ mais baixa como se vê no Modélo, servindo acobrir o Reparo da Peça d'Artilheria montada sobre este convez, e jogando por sima deste Parapeito/, trez palmos, e meio; — Na sua parte trazeira/ mais alta, como sevê no Modélo, servindo acobrir de flancos, e retagoarda, quem pega ao Leme, e os do Serviço da Peça que ali se recolhem; huns, e outros abati com hum joelho no Convez; Sinco palmos, e meio.

«Altura do Parapeito sobre o Assoalhado no porão pizo da Infantaria; contada esta Altura do Assoalhado para sima em cada Pilar dos que formão este parapeito, coberta por elle a Infantaria abatida cõ hũ joelho no Assoalhado; — Sinco palmos, e meio.

«Altura do Parapeito do Convez de proa, determinasse pela popa do Modo seguinte; — O Espaldar da popa, que fica nas costas dequem pega o Leme divide-se ao meio d'alto abaixo ate o Convez por hua Linha; Nesta Linha, contando do Convez para Sima, marque-se atres palmos, e meio d'altura hum ponto; Deste Ponto extenda-se pela Embarcação adiante até o Coral de proa hũ Cordel, cujo Cordel no seu Curso raze, sê cortar, o Parapeito da Parte dianteira do Convez de popa: O Ponto do Coral de proa marcado pelo Cordel assim extendido será o mais alto aque deve subir no Coral o Parapeito do Convez de proa, e esta altura deverá ser amesma para todo este Parapeito.

— N B —

Haja atenção a não fazer esta altura maior do que fica determinada, sobpena de perder os tiros horizontaes, e mesmo hum pouco mergulhantes á proa.

«Portão d'entrada de baixo do Convez de popa — Largura; aterça parte da distancia que ali houver de Bombordo a Stibordo; — Altura; toda aqui permitir o Pedireito ali.

«Por linhas debaixo do Convez de popa, nos Paioes de Ballas d'Artilheria, e de Polvora; — Largura; dois palmos, e meio; — Altura; toda aque permitir o Pedireito ali.

«Escotilha no Convez de Popa, para descer aos Paioes ditos; — largura; toda adistancia entre dois Braços, em que he metida; —

Comprimento; tres palmos. «Postigos do Depozito de Cartuchos d'Artilheria no Combate praticado no Espaldar depopa, como sevê no Modelo; — Largura, palmo, e meio; — Altura; o mesmo.

Portinhola debaixo do Convez de proa; — Largura; tres palmos; — Altura o maior possivel.

Emendem-se dois Erros dos Carpinteiros no Modélo. — 1.º, subão as Escoas aduas pollegadas das pontas das Cavernas; — 2.º, Corrão-se segundas Escoas entre meio das primeiras, e dos Dormentes, ao meio desse intervallo = Jozé Joaquim da Costa= O Commandante do Forte de S. Gabriel para efeito da construcção da Igarite Artilhada, que agora ordeno ao Commandante do Forte de Marabitenas, porá adisposição deste Commandante todos os officiaes de Officios auxiliares de dita construcção, bons, e maus, das Povoações do recinto da sua Commandancia, tirando — os dequalquer applicação emque se — acharem á hora que dito Command.^{te} do Forte de Marabitenas julgar necessário apresentar-lhe esta ordem, e pelo tempo que este julgar necessario taes Officiaes adita Construcção: Ficando ao Commandante do Forte de S. Gabriel somente o recurso de rogar ao de Marabitenas adispensação de hú, ou otro de ditos Officiaes paraqualquer reparação, ou obra que se-offerecer necessaria as Couzas Reaes do seu Forte, e pelo tempo somente a isto necessario. Lugar da Barra de Rio Negro, 29 de Janeiro de 1818= Estava a Rubrica do Ill.^{mo} Senhor Governador da Capitania.

N.º 68 — Commandancia de Marabitenas= D'ora em diante fará Vm.^{ca} annualmente em estação propria colher nas Matas dessa redondeza que quantidade bastante das frutas Oleosas de hua-cana, Pataña, Meriti, Castanha, &, donde pelo modo que ahi parecer mais conveniente, de expressão trituração, de cocção, &, fara extrahir o oleo necessario ao consumo do anno nas Luzes dos

Alojamentos Militares, e Oficinas ahi; Cessando deste modo acalaçaria, e ma criação ahi desdeantigo tempo arreigados, de esperar d'aqui ahua prodigiosa distancia d'ahi, e cheia de riscos a manteiga necessaria annualmente para ditos Misteres. Ha ahi tudo quão sepreciza para obom exito desta providencia; ha matas seguidas das frutas mencionadas, pelo menos das tres primeiras, que se podem colher para o comodo mais facilmente do que ahi se colhe a Salça para o lucro, ha madeiros sem conta, que se podem cavar em grandes vazos para atrituração, e expressão, do mesmo modo que ahi secavão pequenos para triturar Ipadú; ha barro sem acabar, que se-pode formar, e cozer em vazos simples para adecocção menos habilmente do que ahi se-formão, e cozem compostos para adestilação d'agoa ardente de diversos fructos: Que se requer pois mais para ocazo, senão aboa vontade.

Deos guarde a Vm.^{co} Lugar da Barra de Rio Negro, 30 de Janeiro de 1818= Jozé Joaquim Vitorio da Costa= Senhor Pedro Miguel Ferreira Barreto.

Mando agora a Vm.^{co} á vista de Thomar, aonde se conservará ate ordem Minha em contrario. Acommissão deque encarrego ali a Vm.^{co} he facil, e vem aser: Excitar, e encaminhar, quanto necessario julgar, a Authoridade Civil ali ao prompto, e bom cumprimento das Minhas Ordens expedidas áquella Authoridade relativas de qualquer modo ao Serviço dos Fortes de Marabitenas, e de S. Gabriel; excitando, e encaminhando igualmente a mesma Authoridade Civil á prompta, e boa satisfação das requiziçoens, que os Commandantes de ditos dois Fortes fizerem adita Authoridade Civil em virtude de ditas Minhas Ordens.

Para Vm.^{co} satisfazer a Commissão ordenada convem que tenha conhecimento de ditas Minhas Ordens adita Authoridade, eu as enviarei a Vm.^{co} por Copia sempre que as expedir; e he por isso que vão agora aqui juntas por Copia as ja expedidas ate aprezenste data: Convem igualmente que Vm.^{co} tenha conhecimento das requiziçoens de ditos Commandantes adita Authoridade Civil; elles as farão saber a Vm.^{co} por Copias, sempre que as exigirem: No que elles ficarão desde agora d'inteligencia pelo prezente Officio, que a eles agora expeço por Copia.

Acrescento de fora aparte; que o Juiz de Thomar, em virtude d'Ordem que agora lhe expeço dará ali a Vm.^{co} rezidencia bastante; que a elle pertence encaminhar ao seu destino ao Marabitenas o Destacamento Militar, e haveres Reaes, que acargo de Vm.^{co} seguem d'aqui agora só ate Thomar; eque Vm.^{co} deve dar adito Juiz deste prezente Officio.

Deos guarde aVm.^{co} Lugar Barra de Rio Negro, 16 de Janeiro de 1818= Jozé Joaquim Vitorio da Costa= Senhor Joaquim Antonio de Macedo=

Estão conformes

O Ten.^{te} Encarregado da Secretaria do Gov.^o

Jozé de Napoles Tello de Menezes

O prezente Officio he o 4.^o depois dos meus Officios — N.^o 167 — N.^o 173 — N.^o 175 —: He objecto de todos quatro os Rebeldes Hespanhoes da Goiana relativamente a nos pela nossa Fronteira com a Goiana Hespanhola; e he pela importancia do objecto que eu adianto a V.^a Ex.^a oprezente Officio.

Os Rebeldes Hespanhoes da Goiana achão-se ja na Fronteira della Senhores do chamado Forte de S. Carlos, junto de nós, sobre os Hespanhoes avariados, que ahi tinham aparentemente o nome de Realistas: Assim verã V.^a Ex.^a na Copia aqui junta, designada (A), do Officio do Novo Commandante pelos Rebeldes ali, Ypolito Cuevas, de 21 de Dezembro passado, ao nosso Commandante em Marabitenas, que este me transmitio em 10 de Janeiro passado, dizendo, que nesse mesmo dia 10 havia recebido. Parece que caldearão facilmente os Hespanhoes avariados do Alto Orinoco com os Hespanhoes Rebeldes do Orinoco baixo, Servindo de Solda apratica do Missionario referido, Ypolito Cuevas, acompanhado de poucos assistentes mais na Sua Missão. Com effeito, não consta que os Rebeldes subissem em força ao alto Orinoco, não houve conflicto algũ d'Armas para sima das Cachoeiras de Maipure no Orinoco até S. Carlos, e não obstante não apparece ca algum d'aquelles, que devendo defender o seu Posto sabião que tinham Salvação certa, e emmediata entre nós emcazo d'aperto, e que tinham protestado por ella; nem tão pouco apparece cá propriedade algũa Real, ou particular, que os mesmos sabião tinham entre nós deposito immediato, e amigo, pelo qual tinham já protestado: Que se pode pois dizer senão que caldearão todos, huns com os outros? Quanto á mim a viagem do ultimo Commandante em S. Carlos, Realista de nome, o velhaco: Jozé Benito Lopes, sahindo d'ali a S. Fernando com o especiozo pretexto de = *Ver ci de algum modo logro contener aquel Pueblo, haciendo algunas Justicias en el* = (Lingoage delle esta, que a V. Ex.^a fis ja saber por Copia de hu § de húa Carta Hespanhola de dito Lopes, de 14 de Dezembro passado, inserida nas Copias que seguirão á Copia (A) relativa ao meu Officio — N.^o 175 — a V.^a Ex.^a), indo ali dito Lopes indefenso d'homens leaes, armas, e Munigoens, que não tinha, não teve outro objecto, senão sondar a Comissão

dos 3 Emissarios dos Rebeldes vindos em proxima data anterior ás Cachoeiras de Maipure no Orinoco (Vinda de Emissario esta; que a V.^a Ex.^a fis já saber por Copia de outra Carta Hespanhola de dito Lopes, de 6 de Novembro passado, que seguio a Copia (E) relativa ao meu Officio — N.^o 173 — a V.^a Ex.^a), de cujos 3 Emissarios hú hé provavelmente o Missionario Ypolito Cuevas, agora Commandante pelos Rebeldes em S. Carlos, acuja Missão seductora se converterão, pr.^o em S. Fernando o Velhaco Benito Lopes, e depois d'elle em S. Carlos o Velhaco Sargento Romão Garcia, com Mais hum, ou dois d'aquella falsa Seita: As prizoens, que o nosso Commandante em Marabitenas sobre narraçoens infieis, as quaes são agora ali á sua vez, me anuncia feitas a algús dos convertidos, como o Velhaco do Commandante Lopes, Sargento Garcia, e outros taes, a serem certas não são, ao meu ver, senão rolhas, que esses Cobardes, ou infieis, aquem tocava a resistencia, ou a retirada, obtem ali de graça, cuidando tapar com ellas aboca aquem deva censura-los. Antes de passar adiante observarei a V.^a Ex.^a, que o nosso Commandante em Marabitenas deve saber haver-se com aquelle Officio do novo Commandante em S. Carlos o Rebelde Ypolito Cuevas, desde odia 17 de Janeiro passado, emque onosso Commandante me participa ter recebido com outros o meu Officio — N.^o 64 — Commandancia de Marabitenas —, que eu ajuntei ja por Copia deizgnada (G) ao meu Officio — N.^o 173 a V.^a Ex.^a, e sobre cujos pontos de decizão minha espero, ou approvação, ou reprovação de V.^a Ex.^a

Os Rebeldes Hespanhoes da Goiana offerecem ainda mais que dizer agora. Logo que forão Senhores de S. Carlos reclamarão fanfarroens, á Hespanhola, do Nosso Commandante em Marabitenas aquelle disfarçado Rebelde Orosco, que fora Commandante em S. Carlos antes do infiel Realista Lopes, e que eu fis ja saber a V.^a Ex.^a por meu Officio — N.^o 175 — ter sido recebido, egoardado prezo ao nosso Forte de Marabitenas pelo nosso actual Commandante ali, e por arbitrio só deste a solicitaçoens d'aquelle infiel Realista Lopes, commandando em S. Carlos; de cuja reclamação dos Rebeldes pelo seu Orosco o nosso Commandante em Marabitenas exigio reforma com Certas clausulas, adiando entretanto a reversão do Rebelde Orosco para os seus: Assim verá V.^a Ex.^a na Copia aqui junta, deizgnada (B), do officio do nosso Commandante anim expedido em data de 8 de Fevereiro passado, seguida das Copias das duas Cartas nella referidas, a 1.^a, a Carta reclamante do Rebelde Hespanhol Jozé Antonio Paes, intitulado nella= El General de los bassos de Apure, e alto Orinoco, e Rio Negro=, a 2.^a, a Carta em resposta á reclamante, pelo nosso Commandante em Marabitenas. A vista do mencionado Officio do Nosso Commandante de 8 de Feve-

reiro, e Peças nelle referidas, e aelle juntas, provi immediatamente as que mais se inculcava, expedindo immediatamente ao Nosso Commandante o meu Officio — N.º 70 — Commandancia de Marabitenas, de que vai aqui junta Copia, de signada (C), p.^a intelligencia de V.^a Ex.^a, ordenando eu nelle ao nosso Commandante, que atirasse immediatamente para S. Carlos com aquelle pezado fardo em tão mingoado volume, o Rebelde Orosco, fosse qual fosse em S. Carlos o Partido dominante, assim como eu ja lhe tinha Ordenado por meu Officio — N.º 66 Comãndancia de Marabitenas (que juntei por Copia de signada (B) ao meu Officio — N.º 175 — a V.^a Ex.^a), q.^o recambiasse immediatamente aquelle perfido Orosco para o infiel Commandante Lopes, que lho havia empurrado: Sobre esta minha deliberação, rejeitando, e mandando deitar fora aquelle Rebelde Orosco, rogo a V.^a Ex.^a Se-digne honrar-me com a sua Censura, que me illumine para outras deliberaçoens Minhas precipitadas pelos novos vizinhos. Logo porem sobre o meu mencionado Officio — N.º 70 Commandancia de Marabitenas — Continuei provendo, quanto posso, ásegurança daquella Fronteira, expedindo ali os reforços e Soccorros que constão da Copia aqui junta, de signada (D), do meu Officio N.º 71 — Commandancia de Marabitenas, e das Copias a elle juntas, e nella referidas; e immediatam.^{te} sobre expedindo o outro reforço que consta da Copia junta, de signada (E) do meu Officio N.º 72 — Commandancia de Marabitenas, e da Copia aella junta, e nella referida.

Ultimamente farei a V.^a Ex.^a a seguinte observação abeneficio da Segurança desta Capitania, para converter á ella a atenção de V.^a Ex.^a, aquem ella incumbe assima de mim. No prezente estado de Couzas, emque os Rebeldes da Goiana são nossos Confinantes, e que portanto a audacia se acha as portas da nossa Fronteira de Marabitenas, he necessario dar agora a essa Fronteira hua Certa força capaz de enfrear pela sua presença a audacia detaes vizinhos, e capaz de rezistir por algum tempo pelo seu efeito a hum imprevisto ataque precipitado por elles sobre nós, esperando que outras forças a ella se reunão. Para formar a força mencionada que hade fazer respeitar a nossa Fronteira de Marabitenas pelos nossos vizinhos de hoje, inquietos, e audaciosos, sem com tudo deixar desgouarnecidos, e indefensos outros Postos principaes desta Capitania, percizão-se aqui agora principalmente, e essencialmente os Artigos seguintes, os quaes V.^a Ex.^a tem de mandar d'ahi, e os quaes eu de V.^a Ex.^a espero, asaber; — Perciza-se aqui agora hũ Destacamento de Tropa de Infantaria de Linha, forte pelo menos da força inteira de hũa Comp.^a para applicar por inteiro á goarnecer aquella Fronteira; na intelligencia V.^a Ex.^a deque, a Goarnição que agora ali se acha de hũas 50 praças dessa Tropa

he feita acusta das Goarniçoens de outros Postos desta Capitania, principalmente deste Quartel do Governo, aonde agora so goarnecem, e fazem o Serviço algũas praças de Tropa d'Infantaria inhabéis para o serviço activo juntamente com os Milicianos; e na intelligencia tambem V.^a Ex.^a de que, a Goarnição inteira desta Capitania sendo agora de hũas 200 praças de Tropa d'Infantaria, das quaes hum bom numero incapazes de Serviço activo, não permite goarnecer certos Postos principaes com muito mais de 15 praças, sem, como agora succede, ficar inteiramente desgoarnecido este Quartel do Governo. — Perciza-se aqui agora hum Destacamento mediocre de Tropa d'Artilheria, goarnecido com propoção d'Officiaes Inferiores desta Arma, para ser repartido ao Serviço das Baterias dos Postos emque ha Artilheria; na intelligência V.^a Ex.^a deque não ha nesta Capitania Tropa desta Arma, havendo baterias: — Perciza-se aqui agora algua polvora, na intelligencia V.^a Ex.^a de que, no Fôrte de Marabitenas depois, da recepção ali dos ultimos soccorros que ali expedi haverá hũas 20 arrobas, de polvora, nos outros Postos, que tem baterias ha agora por hú meio desta quantia; neste Quartel do Governo em reserva ha agora somente hũas 26 arrobas; — Percizase aqui agora Ballas d'Artilheria dos Calibres, 6, 4, 3, 1, $\frac{1}{2}$, dos quaes ha Peças Montadas, em estado de Serviço, nos Postos; na intelligencia V.^a Ex.^a deque no Forte de Marabitenas depois da recepção ali dos ultimos Soccorros que ali expedi haverá hũas 700 ballas de Artilheria dos Calibres ditos, e ali montados; nos outros Postos ha agora por hũ meio desta quantia; neste Quartel do Governo em reserva ha agora somente hũas 600 dos Calibres ditos, das quaes hú terço de Calib. 6, hum terço de Calib. 1, hum terço dos Calib. 4, 3, $\frac{1}{2}$ por igual — Perciza-se aqui agora Mitralha, e Lanternetas dos Calibres ditos; na intelligencia V.^a Ex.^a deque em Mitralha nada ha, em Lanternetas quazi nada ha, seja nos Postos que tem baterias, seja aqui no Centro em reserva; — Perciza-se aqui agora Armas brancas; na intelligencia V.^a Ex.^a de que em alguns dos Postos Fronteiros ha por pouco mais de hua dezena de Chifarotes, ou Terçados, em outros de ditos Postos, e aqui no Centro em reserva nada ha de arma branca —: O estado exacto d'Armamentos em reserva nos diversos Postos desta Capitania constará logo a V.^a Ex.^a por Semestres, quando, segundo o estilo que tenho uzado, expedidos aqui Semestrememente pelos Commandantes dos Postos os Estados do Trem Real de Guerra dos Postos eu os fizer Semestrememente Subir á prezença de V.^a Ex.^a para sua intelligencia.

Deos guarde a V.^a Ex.^a Lugar da Barra de Rio Negro, 17 de Março de 1818.

III.^{mo} e Ex.^{mo} Señor. Conde de Villa-Flor.

Joze Joaquim Vitorio daCosta

RELATIVA AO N.º 177

COPIA (A)

El Ciud. Benemerito José Antonio Paes, del ordem del Libertador, General de Brigada delos Exercitos de la Republica y en nome del q. obra en el Baxo Apure y Llanos de Casanare & me ha destinado, no atalar ni destruir los Pueblos del Alto Orinoco y Rio Negro si no a restituir a sus moradores su Libertad Civil y Politica y el goze de sus naturales e inpresseptibles Dros, pues a si como la seguridad de cada Ciudadano em particular no consiste se no en la proteccion acordada por la sociedad a cada uno de sus miembros para la conservacion de sus personas desus Drös y de sus propiedades; la gral de la Republica consiste en la identidad de opinion en los Pueblos que la componen.

No me detendre en questionar p.^r menor acerca de la Justicia que le asiste a nuestra Cauza p.^r ser materia tratada larga y vulgarmente por muchos y graves A. A. solam.^{te} dire con el Sabio Doctor Adam Smit que la yndependencia de la America Espanöla es un acontecim.^o que está en el ordem de los de la Naturaleza.

No es nuestro animo declarar anadie la guerra si no defendernos de la oprecion y a si este V, persuadido q.^o nuestras tropas jamas llegaran a invadir los Pueblos de su Guarniçon y a un q.^o ntros enemigos hacen de nos otros un retrato extraordinario puede V. Creer que sus fronteirizos instruidos ahora em sus derechos, y obligaciones podremos dezempenar estas del modo debido y defender aquellos con el tinos q.^o es proprio a unos honbres libres. La tranquilidad de q.^o ahora destrutamos protegida de 18000 honbres situados en las Probincias de Casanare, Barrinas, Caracas, Cumanna, Barcelona y Guayana nos hace tener en sus puertos el mas vivo Comercio con todas las Naciones principalmente por el Canal del Orinoco p.^r lo q.^o no ofrecemos p.^r si V. quisiece de esta algum articulo de Comercio de esta ultima p.^r el mas pronto recurso ó de las naturales producim.^{to} de los Pueblos de ella, de los q.^o tal vez carecera por el lugar esteril de suposicion, Dios Guë a V. m.^s anos, Sn. Fernando de Atabapo 21 de Diciembre de 1817 1.^o de nuestra Independencia

Ypolito Cueva

Sõr. Commd.^{te} de Marabitenas

Está conforme

O Tent.^o Encarregado da Secretaria do Gov.^o Jozé de Napolles Tello de Menezes

RELATIVA AO N. 177

COPIA (B)

Ill.^{mo} Sñr. = O Furriel José da Silva Delgado chegou a esta Fortaleza no dia 17 de Janeiro passado, tempo em que me achei bastantemente molesto, eporisso nada pode fazer brevemente; senão agora a poucos dias que me levantei da Cama, e que principiei a dispor o meu plano sobre o ataque, e defeza desta Fronteira.

Por ora não me resta tempo a responder os Officios de V.^a S.^a que tive ahonra de receber por mão de dito Furriel, eos ultimos que tornei a responder por via do Commandante deS. Gabriel, expedidos pelo Juiz da Villa de Thomar; isso sim se me offerece Participar aV.S.^a que hontem as cinco horas da tarde recebi hum Correio de Castella com Cartas do intitulado General Patriota, aqual por Copia junta tenho ahonra remetter aV.S.^a e assim mais a Copia da resposta que lhe dei, dezejarei esta seja do agrado de V.S.^a, que eu julguei não merecer outra reposta similhante insulto de tal traidor.

Fique V.S.^a descansado sobre esta Fronteira, que elles só serão Senhores della, quando as Ruinas da nossa honroza Fortaleza servir de Sepulcro atoda abrava Guarnição, que hoje ameu lado adefende, debaixo das sabias direcçoens de V.S.; pois assim espero no Onipotente Deos saber desempenhar esta tão honrosa Commissão, q.^e V.S.^a se servio confiar demim. Ficão apresentadas as oito Praças Milicianas, que o Juiz de Thomar por ordem deV.S.^a fez incorporar aGuarnição desta Fortaleza, e nesta mesma occasião supplico a dito Juiz me socorra comtodo o auxilio, que lhe for possivel, de Tropa Miliciana, athe o numero de quarenta, cu Cincoenta Praças, e lhe augmento asupplica, dizendo-lhe que se elle não poder juntar o referido numero, que depreque ao Juiz deBarcellos para o complecto, pois V.S.^a bem conhece que agora mais que nunca me devo dispor p.^a o Ataque, segundo a ameassa desse Traidor; eu para lhe fazer ver, que a Nação se não acovarda de temores panicos, nem de amiassas fantasticas lhe dei a resposta que se vê do inserramento de dita reposta.

Participo aV.S.^a que da Vigia do Rio Xié /a qual tenho hoje reforçada/ dezertou o Miliciano Hipolito Galvão morador no Lugar de Castanheiro, e julgo estar com o Pai Gabriel Galvão em seu Sítio: Também sou aParticipar aV.S.^a, que por providencias futuras recorri ao Commandante deS. Gabriel me soccorresse com toda a subsistencia possível, e como naquella Commandancia se acha Gado Vacum, pertencentes aos Dizimos, e algum a N. Sr.^a, e aS. Gabriel lhe roguei me mandasse algúas Cabeças, edesse parte a V.S.^a, elle athe o presente me tem remettido duas Vacas pertencente ao Dizimo, eficou de enviar-me mais, o que farei em outra occazião certo a V.S.^a se elle me remetter, pois V.S.^a conhece a escassidão de sustento neste Paiz, eportanto se o inimigo nos atacar quer ter Conduto para manter aGuarnição: E se aV.S.^a for possível mandar soccorrer esta Fronteira com algúa Carne seca feita nas Fazendas deS. Mag.^o no Rio Branco, certamente me porá dehúa vez descansado.

Muito positivamente vou supplicar aV.S.^a se queira dignar prover esta Fronteira com hum Capelão; pois o Vigario Fr. Ignacio creio este dia dará o Spirito ao Creador, porque já está desenganado sem falla, nem sensação, eV.S.^a queira lançar os Olhos sobre o estado presente em que se acha dita Fronteira, por isso confio nabenevolencia humanidade, e caridade de V.S.^a que não deixará esta Guarnição ao desamparo, por falta de hum Ministro Evangélico, ainda que seja emquanto dura este conflicto, se não poder ser existente.

D.^s Gd.^o a V.S.^a Forte Fronteiro de Marabitenas 8 de Fevereiro de 1818 = Ill.^{mo} Sñr. Gov.^r José Joaquim Victorio da Costa// Pedro Miguel Ferreira Barreto./

Copia

Isla de Achaguas y enero 18 de1818 = Sr. Comandante en atencion ha abern realisado por la independencia, y tomado la provincia, nuestra con su Castillo, y realisado por nuestra causa todos sus abitantes y en particular todos los Rd.^{os} P.^{es} y el Com.^{te} con su familia los q.^o con la mayor seguridad tengo; asta q.^o V.S. se digne poner a la persona del Ciudadano Orosco en libertad en la inteligencia que en la actualidad no espero mas q. su favorable repuesta, y de lo contrario no solamente pere seran todos los prisioneros si no yo mismo en gefe con quatro mil y quinientos hombres q.^o tengo; con la Artilleria suficiente, afin de solisitar su persona pues no ha yo ninguna dificultad a un que no me parece que V.S. permitirá que por aplaudir a un hombre apacionado y ambiciozo como el que lo hizo remitir a esa su frontera le resulten tantos males.

En fin nos otros solicitamos la amistad con todas las de mas naciones y que nos tratemos con la mayor orbanidad que se apossible ibien recibida en nuestros republicanos.

Y estos a las ordenes deV.S.

Del General de los bassos de Apure alto Orinoco, e Rio Negro

José Antonio Paes

Copia

Agora me acabão de entregar húa Carta particular de Vm. datada em 18 do mez proximo preterito, aqual respondo aVm.^{ce} dizendo-lhe em 1.^o lugar que se VM.^{ce} exige apessoa de D. Francisco Orosco junto ao seu partido que me dirige VM.^{ce} hum Officio, 2.^o Que dito seu Officio seja supplicativo, epolitico, e que não seja da natureza da sua Carta que agora acabo de citar, naqual principiando Vm.^{ce} bem amostrar sua honra com que me trata, logo no mesmo instante se transtorna querendo-me com estilo tão empraticavel tratar, podendo Vm.^{ce} como prudente reflectir, que húa vez, que Vm.^{ce} trata assumptos de circumstancias como húa Nação Amiga, o Neutral nas dependencias em que Vm.^{ces} se achão, que se não deve escandalizar nem offender dita Nação, eque antes pelo contrario se deve procurar realizar mais a amizade, logo que VM.^{ce} isto confesse/ o qual julgo VM.^{ce} não deixará de ver com maduro juizo/ como passa Vm.^{ce} em lugar de supplicar apessoa de D. Francisco que ainda não sabia se se lhe negaria, ou entregaria, a escandalizar, aminha Nação e afrontar aminha Fronteira com amiaossos deGuerra asinalandome o N.^o do seu Exercito para ver se me intimidava e se sigo o systema de Muchachitos. Direi pois novamente aVM.^{ce} que se me dirigir hum Officio/ como espero de seu conhecimento e luz/ attenciozo, e amigavel que duvida nenhũa terei de restituir dito Orosco, fazendoo recolher aS. Carlos, e de lá para onde elle quizer, e se for igual a esta Carta oseu conteudo desde já digo a VM.^{ce} que, adesigualdade de forças sempre foi hum estimulo que animou os Portugueses, porisso mesmo, a não desampararem os seus Postos.

Deos Gd.º Forte Fronteiro de Marabitenas 7 de Fever.º de 1818 = Pedro Miguel Ferreira Barreto // Sñr. Commandt.º Republicano Jose Antonio Paes//

Estão conformes

O Ten.º Encarregado da Secretaria do Governo

Jozé de Napoles Tello de Menezes

N.º 179

, Ill.º e Ex.º Senhor

O prezente Officio pelo seu objecto he o 5.º depois dos meus quatro officios deizgnados — N.º 167 & N.º 173 — N.º 175 — N.º 177 — He objecto deste prezente, como dos quatro mencionados os Rebeldes Hespanhoes da Goiana relativamente anos pela nossa Fronteira com a Goiana Hespanhola; e eu adianto oprezente officio por não retardar a V.ª Ex.ª o conhecimento de tudo oque me-parece interessante sobre tal objecto.

Primeiramente direi oque respeita á nossa Fronteira da banda de Rio Branco. Aoque ultimamente sobre Rebeldes Hespanhoes da Goiana relativamente a nós da banda de Rio Negro participei a V.ª Ex.ª pelo meu officio — N.º 177 — acresce o seguinte, digno de conhecimento de V.ª Ex.ª, e deduzido em recentes Officios que tenho recebido do nosso Commandante em Marabitenas, dos quaes o recentissimo he datada de 27 de Abril do anno corrente. — He deduzido em officio do nosso Commandante em Marabitenas de 17 de Março do anno corrente o seguinte: 1.º; Respondeu o nosso Commandante em Marabitenas ao primeiro officio que lhe dirigio o intitulado Commandan.º pelos Patriotas em S. Carlos, Hipolito Cuevas, datado de 21 de Dezembro do anno passado, o qual eu transmitti ja a V.ª Ex.ª por Copia deizgnada (A) em meu officio — N.º 177 —; e respondeu pelo modo que V.ª Ex.ª verá da Copia aqui junta, deizgnada (A) do Officio de dito nosso Commandante de 10 de Janeiro áquelle Hipolito Cuevas: 2.º; Reclamou também á sua vez dito Hipolito Cuevas de dito nosso Comandãte aquelle abjecto Hespanhol Orosco, oqual sendo verdadeiro rebelde no partido fora falso Commandante Realista em S. Carlos antes do ultimo Commandante ali Jozé Benito Lopes, que parecendo então Realista parece incerto depois, cujo Orosco a solicitação de dito Lopes recebido em custodia pelo nosso Commandante em Marabitenas ali seachava detido; e o reclamou pelo modo que V.ª Ex.ª verá da Copia aqui junta, deizgnada (B) do Officio de dito Hipolito Cuevas de 7 de Fevereiro a dito nosso Commandante; 3.º; Respondeu dito nosso Commandante á mencionada reclamação d'Orosco por dito Hipolito Cuevas; e respon-

deu pelo modo que V.^a Ex.^a verá da Cópia aqui junta, designada (C) do Officio de dito nosso Commandante de 4 de Março o dito Hipolito Cuevas. — He deduzido em Officio do Nosso Commandante em Marabitenas de 18 de Março do anno corrente o Seguinte: 1.º; Aquelles dos Rebeldes que subirão a S. Carlos não se dilatarão ali; pouco depois voltarão, dezamparando aquelles lugares depois de os saquear, e presume-se que para S. Fernando de Alabapo, a reunirem-se ali ao seu inculcado Hipolito Cuevas, que se alcança não ter subido d'ali a S. Carlos: 2.º — Com aretirada dos Rebeldes de S. Carlos emigrarão por ali para nos, primeiramente dois Paizanos, Hespanhoes debaixa laia, e depois seis familias de Indios no numero de 30 pesssoa, as quaes dito nosso Commandante fez aldear nas Povoações mais interiores do recinto d'aquella Comandancia. — He deduzido em Officio do nosso Commandante em Marabitenas de 27 de Março do año corrente o Seguinte: 1.º; Recambiou dito nosso Commandante para S. Carlos adito rebelde Orosco, e o recambiou no dia 25 de Março, tendo recebido no dia antecedente 24 a minha Ordem para isso em meu officio — N.º 70 — Commandancia de Marabitenas, o qual transmitti ja a V.^a Ex.^a por Cópia designada (C) em meu Officio — N.º 177 — Ajunto aqui agora para intelligencia de V.^a Ex.^a o que hũ dos Paizanos emigrados assimia mencionados, Hespanhol Europeo, D. Christovão Garcia, exp.^{da} aqui por dito nosso Commandante afim de me informar sobre rebeldes, e seus Movimentos, depoem mais interessante; cujo depoimento para ser acreditado tem a seu favor, que dito Garcia subindo, e descendo amiudo no Orinoco por motivo do Commercio deque se occupava teve occasioens de ver as couzas ao perto, e ao longe; e tendo sido na sua Carreira roubado por vezes por banditos de rebeldes ate ultimamente escapar das garras delles, e da Morte, acha-se por isso inteiramente indisposto contra elles. Depoem dito Garcia; Que ainsurreição na Goiana Hespanhola não lhe — consta ter companheira declarada nas outras Provincias ao Norte della na Capitania Geral de Caracas, depois que Morillo as reduzio á obediencia, de que intentarão sahir; e que esta insurreição, se não he maquinada pelos Inglezes, he certamente favorecida por elles; Que hũa Expedição de mil, e tantos homens fora primeiramente mandada da banda de Caracas contra os rebeldes da Goiana Hespanhola, aqual fora mal succedida, attribuindo-se o mau successo em grande parte ao Commandante da Expedição; Que os rebeldes da Goiana Hespanhola quando se assenhorearão da Capital não podião achar ali Artigos alguns de Parque, pois que todos se salvarão atempo, sahindo com oque ali havia de leaes pelas bocas do Orinoco para Cumauá, excepto alguma grossa Artilheria, a qual ficou encravada, fora d'estado de Serviço;

Que hũa segunda expedição forte se annunciava da banda de Varinas, e Caracas contra os rebeldes, commandada por Morillo mesmo; Que afim de Dezembro passado, achando-se elle em S. Carlos na Fronteira, entrara ali hũ dia hum bando de ladroens, intitulado de Patriotas, que não montava a hũa duzia de homens, e que dizião ter por Commandante a Hypolito Cuevas em S. Fernando de Atabapo; os quaes, tendo-se detido ali poucos dias roubando oque encontrarão, largarão hum dia d'ali precipitadamente, arremegando da ribanceira abaixo ao rio a Artilheria que ali havia desmontada, e abandonando tudo, fazendo-o conduzir a elle D. Christovão prezo a cargo de alguns Indios, que em viagẽ o deixarão escapar, e donde se passou por S. Carlos para nós em Marabitenas pelo meio de Janeiro passado; Que os rebeldes da Goiana Hespanhola abrem communicações, conduzem gados, &*, na plaga Maritima, e Montanhosa da Provincia, na direcção da Capital á Colonia de Essequibo, Holandeza antes, mas que elle supoem hoje (e eu com elle) debaixo da dominação Ingleza, seja que elles por ali pertendão haver clandestinamente para porfiar na sua Cauza soccorros d'aquella Colonia, ou por aquella Colonia entrados defora, seja que por ali esperem seguramente salvar-se nas montanhas a favor da proximidade d'ellas, e das Missoens, á Capital naquella direcção, cazo de se verem obrigados a evacuar a Capital, e a esconderem-se diante de alguma força que os aperte; em cujas Montanhas húa vez internados será de maior deficuldade subjoga-los por força. atendidas as insuperaveis difficuldades, que aquelles Montanhosos Certoens, e inteiramente despovoados opoem ao movimento de grandes forças, e de cujas Montanhas farão, como ladroens por profissão, e por necessidade, incursoens para toda aparte que lhe-oferecer rapina, de sorte que a nossa Linha de Fronteira da banda de Rio Branco entrando (como tem ouvido dizer) na Serrania da Goiana os rebeldes poderão acostar aella, e insulta-la, se-nisso lhe-for conveniencia.

Até aqui tenho dito dos rebeldes pelo que respeita á nossa Fronteira da banda de Rio Negro, agora direi pelo que respeita a nossa Fronteira da banda de Rio Branco. O nosso Commandante no Forte de S. Joaquim em Rio Branco por seu officio de 20 de Fevereiro passado, o mais recente que d'elle tenho recebido, inculca recear por aquella banda para anossa Fronteira, referindo-se anoticias que Indios Gentios de Nação Porocutú, nossos amigos, amontados para as cabeceiras do nosso Rio Branco, e por tanto vezinhos das Cabeceiras do Rio Caroui Hespanhol, vierão dar-lhe ao Forte ao principio de Novembro passado sobre movimentos dos rebeldes na Goiana Hespanhola, (que provavelmente exagerarão ao seu modo), dizendo, que Brancos d'aquella banda pertendião

descer das Cabeceiras de Rio Branco, e para isso pegavão Indios para lhes carregarem trens: (talvez não seja dezacerto intender que aquelles movimentos dos rebeldes, ou são os de preparação para a retirada ao interior das Montanhas, que assim deixo mencionados pelo depoimento de D. Christovão, ou são os de retirada por motivo de desbarato que experimentarão). O mesmo dito nosso Commandante por dito seu Officio tambem inculca recear para anossa Fronteira por aquella banda da parte do Rio Repunuri, confluyente do Rio Essequebo na Colonia deste nome, (aqual Holandesa primeiro, Ingleza na guerra passada, eu supponho ainda hoje Ingleza depois da paz geral), fundando o seu receio emque ha seis mezes áquella data cessarão devir ao nosso Forte Gentios amigos habitantes do alto Tacutú, os quaes vinhão ao Forte a miudo, e que nem a Espia ambulante no alto Tucutú os tem encontrado, do que dito nosso Commandante suspeita algúa convulsão naquella Colonia de Essequebo, infesta para nós. Consequentemente ataes movimentos, e atal receio dito nosso Commandante pede-me, (e com razão), acrescimo de Guarnição, atendida a mingoa da que tem áquella data, com posta so de 17 praças entre pagas, e Milicianas, e atendido o extenso serviço de ter Espias ambulantes para as Cabeceiras de Rio Branco, e do Rio Tacutú: Da Copia aqui junta, designada (D), do Meu Officio — N.º 57 — Comandancia de Rio Branco, seguida das Copias das Ordens em dito Officio referidas, verá V.^a Ex.^a que eu principiei a occorrer as novidades por aquella parte da Fronteira como me — he possivel.

Em vista de tudo intendo, que V.^a Ex.^a Se persuadirá, que he necessario applicar agora á nossa Fronteira da banda de Rio Branco hũa força capás de afazer respeitada dos nossos Vezinhos por aquella banda: O que assim Sendo, se he necessario acrescentar agora aforça desta Capitania, como eu já inui a V.^a Ex.^a por meu Officio — N.º 177 —, para por em respeito anossa Fronteira da banda do Rio Negro, tambem he necessario para por em respeito anossa Fronteira da banda do Rio Branco.

Deos Guarde aV.^a Ex.^a Lugar da Barra de Rio Negro, 30 de Julho de 1818.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Señr. Conde de Villa-Flor.

Joze Joaquim Vitorio daCosta.

RELATIVA AO N.º 179

COPIA (A)

Acabo de receber o seu officio de 21 de Dezembro do anno passado em oqual me-participa achar-se Vm.^{co} encarregado de

tranquilizar os Povos do Alto Orinoco, eu me alegrarei Muito de bom exito, e dezempenho de sua palavra. = Quanto o dizer Vm.^o que não declarão guerra a ninguém, e que so se-defendem das oppressões, assim odevem fazer, por quanto oque diz respeito a Portugal, assim como elle não toma partido nas guerras civis de Vm.^o, assim mesmo toma hũa immudavel neutralidade em todas as suas questões. = Eu lhe agradeço asua generosa attenção na facilidade de negocios pelos seus Estados, oque certamente me-não utiliza, por não estar em tempo algum isso empratica com esta Fronteira. = Deos guarde a Vm.^o Forte Fronteiro de Marabitenas, 10 de Janeiro de 1818 = Pedro Miguel Ferreira Barreto = Senhor Commandante da Republica do Alto Orinoco =

COPIA (B)

Em virtude de loque V. se serve expresar-me en seu Officio de 19 del passado que la nacion Portugueza no toma partido en utras questionnes, sino antes al contrario obserba una inmutable neutralidad, me parece justo que deba restituir-se a este. Destino El, C. Capitana Francisco Orosco, que contra el Dro de Gentes habia sido remetido a esse por el Commandante Lopes, por tanto me tomo la libertad de suplicarle para que asi lo execute; y para que Mi suplica no encuentre ningun obstaculo incluyo a V. un Officio del sitado Lopes, para que sirba a V. de resguardo en cazo que haya V. dado parte asu Superior, pues me-parece que interesando-se la benignidad del Coracon de V. no quedará desairada mi suplica. Dios que aV. m.^o an.^o Caribene, y Feb.^o 7 de 1818 = 8.^o = G. Polito Coebas = Senhor Commandante de S.ⁿ Jozé de Marabitenas =

COPIA (C)

He innegavel para mim adistinta honra, e generosa pulitica deque Vm.^o he dotado, e agora me acaba de testemunhar com oseu Officio de 7 de Fevereiro do corrente ano: A docil supplica de Vm.^o por mim sem duvida será satisfeita no regresso, que me emplora do Capitão Francisco Orosco para essa Provincia, pois amim duvida nem hũa se-me offeresse, hũa vez que elle não he Imigrado, e sim por Direito Tribunal foi remettido aminha Fronteira, e hoje pelo existente Tribunal me-he reclamado; o entregarei mui pontualmente; pondo sempre a Vm.^o na intelligencia que oque o seu honrozo, e pulitico Officio de mim não conseguisse, muito menos consegueria o Officio de hum homem particular, como he

Jozé Vinito Lopes, oqual direito algum hoje lhe — assiste para medirigir Officio por que não ha conhecimento nesta Fronteira deque elle pelo Governo Republicano / que hoje domina nessa Fronteira Limitrofe com Portugal/ tenha encarregado de couza algúa, e sim se sabe ser elle hum prizioneiro da Republica; por tanto he para mim de nenhũa concideração a Carta do mencionado Lopes; e-sim de grande apresso ade Vm.^{co}; Porem como dito Capitão Orosco necessite de gente que o conduza na sua Lancha, que aqui tem; e eu apesar da neutralidade, que segurei a Vm.^{co} em meu Officio de 10 de Janeiro, que Vm.^{co} me sita ser de 19, comtudo não me-resulvo adar-lhe hũa so pessoa para sua equipagem, pelo motivo que abaixo direi, por consequencia de Vm.^{co} providencias, para que de sua Provincia venhão Indios buscalo.

He de presumir que a Constituição da Republica Hespanhola não deixe de fundar-se nos Direitos das Gentes que regem todo o Orbe, e por isso estranho muito que dito Governo Republicano si dezorganiza-se tanto do que lhe-he necessario para o seu bom regimen; Mas por que vivo em suspeita de que algum traidor queira manchar a neutralidade, que eu tenho segurado ao Governo Republicano da parte da Minha Nação, Vou por isso aparticipar-lhe que no dia 7 de Fevereiro passado recebi hũa Carta datada em 18 de Janeiro do anno Corrente na qual vem firmado o nome do Cidadão Jozé Antonio Paes, de cuja lhe-remetto Copia por letra do Capitão Orosco para Vm.^{co} melhor intender, nella verá Vm.^{co} arusticidade, e cega ignorancia do traidor que a escreveo em nome de dito Cidadão ameassando aminha Fronteira, quando ainda ninguem tinha exigido de Mim apessoa do Capitão Orosco, e nem tão pouco sabião se eu lhes-negaria, ou entregaria, e sem olhar aproxima seguridade que eu acabava de dar a esse Governo da neutralidade de Minha Fronteira, eque por tanto só deveria supplicar arrestituição de dito Capitão/ como Vm.^{co} acaba de me fazer/ e não ter aliberdade de ameassar hũa Nação que he neutral nas suas pendencias quando antes se devia sullicitar, e realizar os vinculos da neutralidade. = Este tão grande insulto me-obriga a rogar a Vm.^{co}, que para bom exito nosso se-sirva Vm.^{co} de hũa vez decidir-me que se o Governo Republicano Hespanhol preziste na rezignação que Vm.^{co} em seu Officio de 21 de Dezembro do anno passado me segura dizendo «No es nuestra animo declarar anadio la guerra, si no» «defendernos de lasprecion, y asi este V. persuadio que nuestras» «Tropas ja mas lhegarão a invadir los Pueblos de su Guarnicion, &.^a: Portanto se-me-faz necessario que Vm.^{co}s quando pertendão comgratullar-se com esta Fronteira e Nação me-remettão hum Tratado de neutralidade em

todas as suas dependencias, e que declarem que nada exigem, e nem pertendem de Portugal; porque dessa forma ficarei bem persuadido que amencionada Carta escripta em nome do Cidadão Paes he traissão de quem a escreveo pois conheço ser aletra, e assignatura feita pelo Sacristão do Padre Fr. João de Aldecoa, por nome Jozé Maria Soares; eaVm.^{cs} não me certificar com o Tratado que lhe rogo então viverei na intelligencia que he verdadeira, e que o Governo Republicano se tem dezorganizado, porque Vm.^{cs} segurando-me hũa amizade Solida por outra parte meatação com hua insultante Carta; farei portanto meu juizo particular, e applicativo sobre oque devo obrar. = Espero pois, e confio da grande honra de Vm.^{cc} que com efficacia me falle sobre o esposto. Deos guarde aVm.^{cc} Marabitenas Fronteira de Portugal, 4 de Março de 1818 = Pedro Miguel Ferreira Barreto = Senhor Commandante Republicano Hipolito Coevas.

Esta conforme

O Ten.^{te} Encarregado da Secretaria do Governo Jozé de Napolés Tello de Menezes.

RELATIVA AO N.º 179

COPIA (D)

N.º 57 — Commandancia do Rio Branco = Mando agora de reforço á esse Forte assocorros que constão das Copias aqui juntas das minhas Ordens a Commandancia, ao Parque, e aos Armazens, todas ellas da data de 3 do corrente. As praças, que vão em virtude da Ordem á Commandancia, são as que agora podem hir, attendido o reforço que neste artigo tenho feito chegar á Fronteira de Marabitenas por motivo da insurreição da Lemitrofe Goiana Hespanhola; Mandarei porem logo atras mais algumas que for carpiando, principalmente chegando do Pará aaccessimo á Guarnição desta Capitania, como espera. As Armas de Infantaria, e Cassaria, que vão em virtude da Ordem ao Parque, são as que já promitti a Vm.^{cc} pelo meu Officio de 20 de Novembro passado, em substituição de outras ahi em ruina, cujo dito Officio Vm.^{cc} deve fazer cumprir immediatamente, fazendo recolher para aqui as que nelle Ordenei. O Papel que vai em virtude da Ordem aos Armazens he para fazer mil, e quatro centos cartuchos de Mosquetaria, para completar dois mil que ahi faltão, os quaes tenho ordenado geralmente atodos os Postos d'Armas.

O Officio de Vm.^{ca} de 20 de Fevereiro do anno corrente, que recebi, fica tomado em consideração, para eu hir accudindo á Fronteira por essa parte com os meios que poder dispor, e que as circumstancias me — inculcarem necessarias. Entre tanto deve Vm.^{ca} Saber, que a insurreição de Goiana Hespanhola tomou Corpo, e se incustou ja anossa Fronteira de Marabitenas, aonde tem ja chamado anossa attenção, e que os movimentos que Vm.^{ca} emdito seu Officio me-anuncia balbuciados por Indios Silvestres nessa Fronteira de Rio Branco, são consequencia da Sublevação da Goiana Hespanhola, e provavelmente serão por ora Somente acostamento dos sublevados sobre a Colonia, hoje Inglesa, de Essequebo, recuando de ataques, que sobre elles tem feito forças realistas, acuja Cauza dos sublevados parece não ser disfavoravel aquella Colonia; Seja oque for; Olho vivo, eu hirei acudindo ahi pouco a pouco, como poder, e se-chegarem do Pará forças, que espero, será tambem posta essa Fronteira em Maior respeito por essa parte do Rio Branco.

Deos guarde a Vm.^{ca} Lugar da Barra de Rio Negro, 11 de Junho de 1818 = Jozé Joaquim Vitorio da Costa = Senhor Luis Antonio Franco.

Havendo ElRey Nosso Senhor encarregado aVm.^{ca} o Governo da Capitania de S. José do Rio Negro do qual vai tomar posse; e devendo esperar-se, que Vm.^{ca} pelos seus conhecimentos, honra, e fidelidade para com o mesmo Augusto Senhor, cumprirá exactissimamente com as obrigaçoens, aque pelo juramento, que prestou, se acha ligado; julgo com tudo ser do meu dever, e do Serviço de Sua Magestade dirigir a Vm.^{ca} as seguintes instrucções, visto ser aquella Capitania subalterna desta, q̃. tenho ahonra de governar, afim de que oReal Serviço se faça de hũa maneira conveniente aos interesses do Nosso Soberano, e do Estado.

Primeiro que tudo deve Vm.^{ca} obter do seu Antecessor todos os conhecimentos necessarios sobre o estado actual daCapitania, tanto arespeito da sua força militar, como do governo economico, e civil; assim como do estado das Fortalezas das Fronteiras, relativamente aos Insurgentes Hespanhoes, suas muniçoens, petrexos, guarnição &c.^a

2.^o Por nenhum modo Vm.^{ca} consinta as mais pequenas relaçoens dos Povos daquella Capitania com os das Provincias insurgidas Hespanholas, empregando todos os meios q̃. lhe forem possiveis para cortar toda a communicação, que possa haver entre elles.

3.^o Para isto deverá Vm.^{ca} ter sempre as Fortalezas das Fronteiras em estado de poderem obstar aquaesquer tentativas.

q̃. possão fazer algũas partidas dos Insurgentes, reforsando com maior numero de Tropa tanto de Linha, como de Milicias aquelles pontos, q̃. o precisam mais procurando fazer respeitar a integridade do nosso Territorio, e sustentar os direitos d'El Rey Nosso Senhor.

4.º Hê essencialmente necessario que Vm.^{co} tenha as mais exactas noticias, e informaçoens do progrêso do espirito revolucionario nos paizes limitrofes da Capitania, da força armada, q̃. tem naquellas fronteiras, movimentos, e direcção dos Corpos, e das dispoziçoens hostis, ou pacificas a nosso respeito, para que com a possivel providencia, e antecipaçã Vm.^{co} possa fazer me as devidas participaçoens, assim como as requiziçoens dos objectos, q.^o forem necessarios, ou para conter em respeito os mesmos insurgentes, ou para os repelir no cazo de aggressão, na certeza de q.^o atudo satisfarei promptamente, dando Vm.^{co} entretanto as providencias q̃. julgar convenientes.

5.º Fas-se muito necessário q̃. Vm.^{co} remetta logo pela embarcação, q̃. ora serve para o seu transporte, algũa madeira de construcção continuando successivamente a remetter todos aquelles generos do paiz, de q.^o se costumão fazer remessas para os Armazens Reaes d'esta Cidade, como amarras de piaçava, e outros artigos para o serviço do Estado.

6.º Sendo hum dos objectos mais importantes p.^a hum bom governo a administração, e arrecadação da Fazenda Real espero q̃. Vm.^{co} lhes dará todo o impulso não só para q̃. ella tenha o augmento deq̃. for susceptivel, mas para q.^o a arrecadação sefaça de hum modo o mais prompto, e exacto; evitando todos os abuzos, q.^o se possão cometer ante respeito, assim como todas as transaçoens com a Fazenda Real, q. forem prejudiciaes aos credores della, os conloios e mas comunaçoens nos Contractos, e as fraudes, q̃. se possão praticar contra os verdadeiros interesses da mesma Fazenda, exigindo, q.^o se lhe apresentem as mais exactas contas tanto dos artigos de rendimento, como de despeza, e remetendo-me todos os annos hum estado d'estas Contas assim formalizadas.

7.º Finalmente procurará Vm.^{co} fazer com q̃. se mantenha a ordem, a paz, eo socego entre os povos; que elles respeitem as Authoridades constituídas, q.^o estas não abuzem do seu poder cometendo dispotismos, e vexaçoens; que o espirito publico seja dirigido de tal forma q.^o não só os povos sejam obedientes, efieis á El Rey Nosso Senhor, mas tambem que elles amem, e respeitem o Seu Nome, e Governo: o que Vm.^{co} poderá conseguir, inspiRANDO-lhes intuziasmo, e adherencia em todas as occasioens, que para isso se lhe offerecerem. Eu assim o espéro da sua sabedoria,

prudencia, e muito lho recommendo não só pela responsabilidade em que estou para com Sua Magestade pelos sucessos d'aquella Capitania, mas tambem pelo desejo que tenho de que ambos lhe possamos merecer a sua Real approvação, ebenevolencia.

Deos G.^o aVm.^{co} Pará em 27 de Junho de 1818= Conde deVilla Flôr= S.^or Manoel Joaquim do Paço.

N.^o 8

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

He o objecto d'este meu Officio o mesmo que o do precedente N.^o 7 continuar a dar a saber a V.^a Ex.^a o que vai pelas nossas Fronteiras para tranquilizar o Espirito de V.^a Ex.^a

Da nossa Fronteira de Marabitenas acabo agora de receber hum Officio do nosso Commandante ali com data de 4 de Fevereiro proximo passado, pelo qual elle me participa não haver ate aquella data novidade alguma da parte dos insurgentes Hespanhoes; com tudo he necessario conservar sempre em respeito aquella nossa Fronteira; por cujo motivo mandei para ali destacadas algumas praças Artilheiras, não me sendo possivel na mesma ocasião Mandar dois Officiaes Inferiores para Commandarem cada hũ d'elles duas Baterias avançadas que ha alem do nosso Forte Fronteiro de S. Jozé de Marabitenas, as quaes exigem de necessidade, segundo aquelle nosso Commandante me-representa ao menos hum bom Official Inferior para as Commandar; por não haver em toda a Guarnição hum unico Official Inferior capaz para isso, não so pela decrepita idade em que todos elles se-achão, como pela inaptidão de todos elles; com tudo esperancei a aquelle nosso Comãdante que esperava de V.^a Ex.^a alguma providencia nesta parte segundo as requiziçoens que eu ja havia feito a V.^a Ex.^a sobre este objecto, e que hũa vez, que V.^a Ex.^a annuisse a ellas mandando-me para a Guarnição desta Capitania algũa Troppea, como eu devo esperar, accudirei estantaneamente anecessidade que tem aquella Fronteira de Tropa.

Junto ao supra dito Officio de 4 de Fevereiro proximo passado me-remetteo odito nosso Commandante a resposta que deu ao intitulado General Paes, aqual tendo odito nosso Commandante deixado de ma-remetter, por descuido, e tendo por isso ela deixado de subir a Prezença de V.^a Ex.^a junta ao meu officio N.^o 7 = vai agora aqui incluzo, para intelligencia de V.^a Ex.^a como eu prometti aV.^a Ex.^a pelo meu mencionado Officio N.^o 7 = datado de 13 de Fevereiro proximo passado, em cuja data eu deixei de dizer a V.Ex.^a algũa couza arespeito da nossa Fronteira de Tabatinga no Rio Solimoens por me-não ter chegado ate então Participação do Commandante d'aquella nossa Fronteira, o que agora faço segurando a V.^a Ex.^a que com data de 12 de Fevereiro

proximo passado recebi hū Officio d'aquelle nosso Commandante em que me-diz não haver por aquella Fronteira novidade alguma da parte dos Hespanhoes, mais que amudança da Capital para Xiveiro.

Deos guarde a V.^a Ex.^a Quartel de Governo de Rio Negro,
5 de Março de 1819.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Señr. Conde de Villa — Flor Governador,
Cap.sm General do Estado

De V.^a Ex.^a

O mais submisso Subdito

Manoel Joaquim do Paço

RELATIVA AO N.º 8

Tenho presente o seu Officio de 22 de Julho do corrête anno, e certo do seu contheudo passo a segurar a Vm.^{co} que em mim não existe susto, nem temor algum, e nem tão pouco desconfiança algũa de sua Republica, por que com aminha justa conducta tenho feito mostrar a esse Departamento aminha immódavel neutralidade no que diz respeito as dissençoens particulares; sim exige hum Tratado de Neutralidade para livrar aminha Nação, e Fronteira de ser por essa Republica aniquilada com o Epitheto de agressor.

Agradeso-lhe aoferenda de suas Armas pois que aminha tranquila, e submissa Nação não se acha nas circumstancias de necessitar do soccorro, ou Auxilio de força Armada alguma; segundo o seu Espirito em Variavel, e segundo a paz geral que hoje convida atodo o Universo em consequencia do que gratifico a Vm.^{co} todas as de monstraçoens de apresso, e amizade com que me-trata, eque fico conhecendo serem effeitos nascidos de sua grande honra.

Deus guarde a Vm.^{co} Quartel Commandante de Marabitenas
26 de Setembro de 1818 = Pedro Miguel Ferreira Barreto =
Senhor General em Cheffe do Exercito debaixo Apure Jozé Antonio
Paes = Está conforme o Original = Pedro Miguel Ferreira
Barreto =

Está conforme

O Sargento Mor que serve de Secretario doGoverno.

Jozé Napoles Tello de Menezes.

Recebi o Officio que Vm.^{co} me dirigio com data de 13 de Fevereiro proximo passado N.º 7, em que me expõem o estado das couzas

relativamente ás nossas Fronteiras, assim como aos Fórtes de Marabitanas, eS. Joaquim.

Pelo que respeita ás propoziçoens pacificas feitas pelo General dos Insurgentes Hespanhoes, José Antonio Paes, he para estimar que elles tenham tão boas dispoziçoens, porem nem nos pertence o tratar-mos com elles negocios de semelhante natureza, nem mesmo podemos ademetir semelhantes propoziçoens, sem sabermos qual he o estado das nossas relações politicas com os Americanos Hespanhoes; pelo que só nos compete conservarmo-nos em hum estado de defesa. Para isto deve Vm.^{ca} evitar quanto fôr possivel toda a comunicação com os ditos Insurgentes, e quando aquelle General, ou outro qualquer pedir algum soccorro, ou auxilio de qualquer natureza que seja deve Vm.^{ca} responder, que não tem Ordem para cfazer, e só sim para conter aquellas Fronteiras em respeito, edefeza. E como em materias de tanto melindre se deve sempre proceder com tanta digo com toda cautella, eprudencia he conveniente que Vm.^{ca} me remetta logo para aqui não só todos os Hespanhoes emigrados, que ahi se acharem, ou nas Fronteiras, mas tambem todos aqueles que forem emigrando para o que passará as Ordens convenientes aos respectivos Commandantes afim de que não tenham ali demora alguma.

Pelo que respeita ao Forte de Marabitana, quanto antes lhe mandarei as peças d'Artilharia, que mefor possivel arranjar; entretanto cuidará Vm.^{ca} em determinar que se fação naquelle fôrte os repáros de que precisa empregando para isso todos os meios, e recursos, que tiver ao seu alcance com preferencia a todo outro qualquer serviço, de maneira que deve ser o seu primeiro digo principal cuidado fazer todos os exforços para pôr essa Capitania no melhor estado dedefêza possivel, participando-me qualquer acontecimento, que sobrevier para se darem as providencias, que forem precisas.

Quanto aos Indios, que descerão para se estabelecerem entre nós, e se achão no Estabelecimento de St.^o Antonio da Bôavista Vm.^{ca} recommendará ao Commandante do Fôrte de S. Joaquim que os trate o melhor que lhe fôr possivel, não lhes fazendo a menor violencia, e se os poder persuadir a que venhão estabelecer-se mais proximo a estaCapital em alguma das Aldeias, ou Sitios, que hoje se achão despovoados, e que Vm.^{ca} lhes poderá indicar, será isto muito conveniente ao Serviço de S. Mag.^a; e Vm.^{ca} lhes prestará para isso todos os soccorros que poder, ou me participará aquelles deque carecer, e que sejam necessarios para este estabelecimento, aliaz tão contagiozo.

Praticou Vm.^{co} com muito acerto, e prudencia quando negou ao Commandante de Marabitanas a licença que elle lhe pedio para vir aesse Quartel, porque em semelhantes circumstancias já mais o Commandante de hũa Fortaleza adevé dezamparar.

Deos G. aVm.^{co} Pará 28 de Março de 1819 = Conde de Villa Flôr = S^{or} Governador de S. José de Rio Negro.

N.º 12

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Na presente data se recolhe daqui a esse Quartel General o meu Antecessor o Chefe de Divisão José Joaquim Vitorio da Costa; por elle tenho a honra de participar a V.^a Ex.^a que por agora não tem havido na nossa Fronteira de Marabitanas novidade Algũa que nos enquete segundo me participa o nosso Commandante da quella Fronteira em data d. 3 de Março proximo passado em cuja sua participação só me refere por novidade na Fronteira dos Hespanhoes ter alli chegado hum Coronel do partido dos Inssurgentes mandado pelo General em Cheffe Simão Bolivar com a Comição de tranquilizar os Povos Indianos daquela Fronteira e igualmente criar huma Companhia de Milicias formada dos mesmos habitantes do ressoito de S. Carlos. He todo quanto por agora tenho de levar apresença de V.Ex.^a

Deus guarde a V.^a Ex.^a Quartel do Governo do Rio Negro 6 de Abril de 1819.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senr. Conde de Villa Flor,

Governador e Cap.^{ani} General do Estado

De V.^a Ex.^a

Subdito mt.^o A.^{to}

Manoel Joaquim do Paço.

N.º 18

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Acabo de receber do nosso Commandante do Forte Fronteiro de S. José de Marabitanas o 1.^o Ajudante do 2.^o Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto o prezente Officio, que vai aqui incluzo por Copia debaixo da Letra (A), pelo qual V.^a Ex.^a verá, que elle me participa ter escripto hũa Carta de comprimento a hum Coronel dos Hespanhoes Insurgentes por nome João José Leandro, que se-achava no Forte do St.^o Agostinho, e que dito Coronel em consequencia da recepção de dita Carta lhe inviara o Tratado Original, que vai aqui junto debaixo da Letra

(B) assignado em S. Fernando de Atabapo em 24 de Fevereiro de 1819, cuja remessa de dito Tratado dito nosso Commandante agradeceio tão indescrета, e excessivamente como se ve da Copia aqui junta debaixo Letra (C), oque tudo invio agora a Presença de V.^aEx.^a Certeficando aqui a V.^aEx.^a, que este acontecimento me angustiou bastante, por quanto tendo eu já por repetidas Ordens Minhas recomendado áquelle Commandante, que evitasse todas as relações com ditos Insurgentes Hespanhoes, até enviando-lhe ultimamente transcripto por Copia no meu Officio N.^o 1 — Com-madancia de Marabitenas = da data de 25 de Novembro de 1818 o § 2.^o das Instruções, que V.^aEx.^a se dignou dar-me na data de 27 de Junho de 1818 elle continuou acomunicar-se com ditos Insurgentes Hespanhoes como seve daMencionada Carta, q̃. vai transcripta por Copia debaixo da Letra (A).

A providencia que eu dei sobre este acontecimento, em quanto o levo a Prezença de V.^aEx.^a vai descripta nas Copias aqui juntas (D,C,F): V.^a Ex.^a agora me Ordenará em vista de todo o exposto oque melhor convier.

Junto a este meu Officio levo igualmente aPrezença de V.^aEx.^a 6 Gazetas, que dito nosso Commandante me inviou daquella nossa Fronteira; as quaes lhe forão remetidas pelo Supra dicto Coronel Hespanhol Insurgente João José Leandro.

Deus guarde a V.^aEx.^a Quartel do Governo de Rio Negro 23 de Julho de 1819.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Villa-Flor

Governador e Cap.^{am} General da Provincia.

De V.^a Ex.^a

Subdito mt.^o Obediente

Manoel Joaquim do Paço.

Copia

(A)

Relativa ao, (N. 18)

Illustrissimo Senhor = Na Participação passada de 3 de Março tive a honra de Informar a V.^aS.^a da existencia, que no Forte de St.^o Agostinho tinha hum Coronel Republicano, agora novamente o affirmo a V.^a S.^a ser certo pela razão que tenho a honra agora Participar aV.^a S.^a

Como eu tivesse noticia da vinda de dito Coronel /segundo aminha Participação ja referida/ e não tivesse inteiro conhecimento de sua Commissão para puder de tudo Informar aV.^aS.^a, segundo me-ordena lhe participe todas, equaesquer novidades, valime neste

cazo de extratagem a de dirigir a Guarda avançada do Cucui, para esta entregar a algum Indio que tivesse habitação d'ali proxima, hua Carta de Comprimento para dito Coronel, dando-lhe as boas vindas, e ao mesmo tempo obrindei com alguns mimos segundo me-premite minhas posses, e oPaiz, como a V.^a S.^a poderão Informar todos os individuos que vão nesta occazião. Dito Coronel logo que recebeo a minha Carta se pus em Caminho para S. Fernando de Atabapo daonde me respondeo da mesma forma em particular, dizendo-me que para testemunha de sua amizade meremettia hum seguro d'ella, cujo Documento he hum Tratado, oqual nesta occazião tenho ahonra de fazer chegar a Muito respeitavel Prezença de V.^a S.^a, edezejarei este seja satisfatorio a V.^a S.^a

Eu escrivi ao refferido Coronel agradecendo-lhe como V.^a S.^a verá da Cópia de Minha resposta, agora V.^a S.^a determine oque julgar acertado, pois elles suspirão pela sagrada resposta de V.^a S.^a, porque todo oseu dezejo he tratarem harmonia comnosco, e como eu as Ordens que tenho tido do Ill.^{mo} Antecessor de V.^a S.^a, como mesmo as de V.^a S.^a so me ordenão que me exente de mecomprometer, e adquirir o odio dos Insurgentes, e nem tão pouco de os escandalizar, ou irritar contra nos, por isso tenho procurado debaixo detoda apolitica, e amizade, não só tractar a elles como por esse modo livrar anossa Fronteira de algum insulto por que elles não so respeitão a Fronteira, como amim meamão, e pode V.^a S.^a ficar crente, que os receios que dantes tinha anossa Fronteira de ser atacada pelos Insurgentes, que hoje ja fiz sepultar no esquecimento d'elles toda, e qualquer tentativa que sobre nos tivessem.

Tambem tenho a honra de fazer remeter a V.^a S.^a essas seis Gazetas, que me mandou dito Coronel, as quaes eu aqui tive com bastante cautella, para que ninguem as lece, e não se persuadirem das fabolas, e maos systemas deque elles ornão ditas Gazetas para enganarem aos leitores.

Tambem me-consta que a Divisão do General Insurgente Jozê Antonio Paes em hum grande ataque que teve nos Campos de Apure, com o Exercito Realista commandado em chefe pelo General La Torre, que dito Pais destruio a Divisão Realista matando-lhe ainda mais dois Generaes que vinhão debaixo das Ordens do Torre, que são Calçada, e Morales. Por ora quanto se-me offerece Participar a V.^a S.^a de noticias que occorrem nesta Fronteira.

Deos Guarde a V.^a S.^a Forte Fronteiro de Marabitenas o1.^o d'Abril de 1819 — Ill.^{mo} Senhor Governador Manoel Joaquim doPaço = Pedro Miguel Ferreira Barreto =

Está conforme

O Sargento Mor que serve de Secretario doGov.^o

Jozé de Napoles Tello de Menezes

(B)

Acta Celebrada en Junta de Guerra de este dia a nombre desta Republica de Venezuela precedida por el Senor Coronel, y Comandante General de sus Exercitos Irian Joze Leandro de la distinguida Orden de Libertador eS ec.^a Y los vocales SS. Oficiales que abajo subscriben.

Sendo nesecario dar á la Nacion Portuguesa un testimonio irrefragable de la rectitud de nuestras intenciones yo el Coronel Juan José Leandro ec.^a

Convoque los seis Oficiales de las dos Compañías q.^{as} han venido á mis Ordenes para por medio de una Junta de Guerra asegurar a nombre de la Republica la solida amistad, y reciproca corespondencia entre las dos Naciones de S.M.F. y la nueva Republica Venezolano, y aviendonos reunido, hoy dia de la fecha en este Canton Subalterno de S.^{ta} Fernando Atabapo hemos convenido en los siguientes pactos.

- 1.^o Reconoserse entranhas Naciones, y respetarse mutuamente sus Banderas.
- 2.^o Guardar, y observar entre si el sagrado derrecho de gentes, como q.^{as} estamos en una tranquila Pas.
- 3.^o No permitir q.^{as} por nuestro Territorio tranciten tropas Enemigas q.^{as} puedan ofender directa, ó indirectamente los Vasallos de S.M.F. Ni por elcontrario.
- 4.^o Poder tratar, y contratar mutuamente debuena fée Negocios Mercantiles.
- 5.^o La Republica de Venezuela no abrigara las deserciones de las tropas de S.M.F. Ni esta Nacion abrigara las de aquella Republica en reciproca correspondencia.
- 6.^o No se ampararan de una, ni otra parte los Reos, criminales de Lesa ~ Magestad, y Lesa Patria.

Todo lo que firmamos en esta Junta de Guerra q.^{as} a Nombre de la Republica, y sen obsequio de la tranquilidad se hu congregado protestando aver Jurado Taxo nuestra palabra de Honor guardar, y haser guardar los seis tratado anteriores si son admitidos p.^{as} los Gefes de S.M.F. Para lo que esperamos su aseptacion en iguales terminos.

Canton de S.^u Fernando de Atabapo à 24 de Feb.^o de 1819 9.^o de la Independencia.

Subtenientes	Tenientes
Pedro Manzano	Pablo Yanes
Contrera	
Pio lePoyana zi	Senewn Faxeas
Capitanes	Capitanes
Franc. ^{co} Jean Pierre	Jose Ramos
Como P. ^{to}	
Juan Leandro	

Como Edecan y Secretario del Coronel y de Junta de Guerra
Lazaro Burgos y Gomes.

Copia (C) Relativa ao (N.^o 18)

Senhor Coronel João Liandro = Marabitenas 10 de Março de 1819
= Meu Amigo, o Senhor. Hê indispensavel, e incomparavel o
complacente gosto que inundou no meu Coração na recepção de sua
dolsissima Epistola de 24 de Fevereiro passado. Eu agradeço a
Vm.^{co}, tanto por minha pessoa, como por parte de Minha Nação
os rasgos de amizade com que Vm.^{co} se distinguio para com ella
no Tratado que se dignou inviar-me; cujo ja, e ja ovou por em
caminho para aminha Capital a entregar ao meu Governador, o
qual de sua parte reconvirá aessa Republica com iguaes demons-
trações de Amizade, cuja resposta tenho a honra de me compro-
meter fazer inviar a essa Republica; porem emquanto não chega
ja me-honro ir agradecer da parte do meu Governador a Vm.^{co}, e
atodos os Senhores Officiaes, que de acordo Convierão unanimi-
mente apreciar; suposto que eu nada posso deliberar, nem rezolver
sobre elle, porque Vm.^{co} sabe q. eu sou Authoridade Sobalterna,
e so sim o Senhor Governador, o qual em sua resposta decidirá como
julgar acertado para inteira satisfação Minha espero merecer de
Vm.^{co} agração de fazer com o Senhor General Paes, que me res-
ponda o meu Officio, para acabar de Comprazer o meu Governador.

Recebi todas as incommendas que o seu Amor, e amizade se
servio brindar-me, de que beijo a Vm.^{co} as Maos, elhedou repetidas
graças pela lembrança, que deste seu Amigo teve, ou por persoação
que me devia reconvir o limitado brindo que lhe-fiz, e portanto julgo
que este meio me-franqueia canal livre para tomar a confiança
de lhe-remetter esse Caixãozito com seis embrulhos de Conserva,
ou dusse, para que comendo, coma aduçura da Nossa amizade,
e outro dito com duas Camizas, sendo hũa para sua espoza, e minha

Senhora, e outra para Vm.^{ca} edecimule o arrojo de Minha audacia, pois a amizade todo dispença.

Disponha deste que tem a honra de ser DeVm.^{ca} Amigo, e Camarada= Pedro Miguel Ferreira Barreto=Está conforme oOriginal Pedro Miguel Ferreira Barreto=

Está conforme

O Sargento Mor que serve de Secretario do Gov.^o
Jozé de Napoles Tello de Menezes.

Original (D) Relativa ao n.º 18

Aos vinte etres do mez deJunho anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo demil oitocentos edezenove em Sessão deste dia, que por Ordem do Ill.^{mo} Senhor Governador daCapitania deRio Negro, Manoel Joaquim do Paço se convocou na Secretaria do Quartel doGoverno do mesmo Senhor em consequencia dOrdem Official dirigida ao Doutor Dezembargador Ouvidor Geral da Comarca Antonio Filiciano de Albuquerque Bitancourt, e aos mais Officiaes daGuarnição, que vão assignados em dita Sessão, tendo primeiramente omencionado Doutor Dezembargador Ouvidor Geral defferido ojuramento dos Santos Evangelhos á todos os Officiaes, que compoem a mencionada Sessão, para que guardassem hum inviolavel segredo, sobre oque dito Ill.^{mo} Senhor Governador passava a expôr, e ao depois imparciaes dessem oseu parecer: Principiou dito Illustrissimo Senhor Governador a expôr ofacto do modo seguinte.= Tendo eu feito te a que muito bom conceito do primeiro Ajudante do Segundo Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto, Commandante do Forte Fronteiro de Sam Jozé de Marabitenas, não tendo delle senão provasalias convincentes da sua honra, do seu patriotismo, ezello no Real Serviço principalmente pelo que tem feito e obrado no Comando daquella Fronteira, acaba com tudo agora de praticar ali certos actos q. pellas suas circumstancias me poem em perplexidade, tal que eu por mim só não quero rezolver, e este he omotivo porque fiz convocar esta sessão na qual offereço os Documentos Numeros 1, 2 e 3. Que aqui os aprezo dos quaes constão os mesmos factos que fazem o objecto daprezente deliberação, e acrescentarei demais, que tendo chegado aeste Quartel da minha residencia oSoldado da Oitava Companhia do Segundo Regimento delinha do Estado Jozé do Couto digo Jozé Antonio do Couto, que se achava destacado n'aquella Fronteira espalhou noticias pôco agradaveis ahonra e Credito d'aquelle Official, e do Hespanhol imigrado Dom Jozé Benito Lopes, dizendo q. vinha tirar Plantas por parte dos Insurgentes de accordo com dito Cõmandante doForte de Marabitenas Pedro Miguel Ferreira Bar-

reto, talvez recentido pelos castigos, q. elle lhe manda fazer por faltas do serviço; constandome aomesmo tempo porhũ Religiozo Hespanhol emigrado por nome Fr. João São Tiago Marques, q. daquela Frôteira acaba de chegar, ter recebido dito Comandante Barreto hũa Carta doGeneral emChefe dos insurgentes Simão Bolivar pela qual o ameassava por mar, e por terra, e daqual elle me não fez parte; nem tão pôco da resposta q. áella deu, oq. tudo exponho na prezente Sessão, para q. ouvindo ler os mencionados Documentos, sobre elles deliberem o q. convier, prestando cadahũ oseo parecer, tendo eu ja antes defazer convocar esta Sessão, extrahido muito áquelle Comandante aindiscrissão comq. aceitou e agradeceo a recepção daquelle Tratado, em meu nome, e do da Nação, como fasso ver pelo meu officio numero 7 Comandancia de Marabitenas, oqual igualmente aqui apresento, lembrandome aomesmo tempo mandar áquelle Fronteira o meu Ajudante d'ordens o Capitão addido ao Estado Maior do Exercito do Brazil João Benedicto Gaspar Giffinigi; paraq. este; emquanto eu levo á Presença do Ex.^{mo} Sñr. Governador e Capitão General, toda a historia deste facto porvia da prezente Sessão; tome ali hũ escrupulozo conhecimento da conducta d'aquelle Official, e me participe prontamente, para eu occorrer ao q. for conveniente deliberar; em consequencia da sua participação officioza; conservandose elle naquella Fronteira ate q. eu tenha resposta do Ex.^{mo} Sñr. General da Provincia sobre este objecto: Immediatamente o Doutor Dezembargador Ouvidor Geral da Comarca, pegando de dittos Documentos como Juiz Relator, passou alelos cada hũ de per si emvóz clara, e intelligivel e antes defazer o relatorio disse q. era necessario serẽ chamados os mencionados Religiozo, e Soldado, igualmente opaizano Domingos Jozé Soares, oq. o Ill.^{mo} Sr. Governador Prezidẽte mandou executar, e comparecendo cadahũ de per si selhe fizerão as Seguintes interrogaçoens — Interrogatorios = Fr. João de São Tiago Interrogatorios. 1.^a Testemunha.

Marques, presente em Sessão selhe deferio o juramento dos Santos Evangelhos emq. pôs sua mão direita, efeito interrogatorio pelo Capitão de Tropa Ligeira de Milicias Manoel Joaquim da Silva Pinheiro, Nomeado para este exercicio. Como se chama, donde he natural, de quem he filho, q. idade tem equal seu emprego. = João de São Tiago Marques, natural de zaza da Capilha filho de João Marques, e de Maria da Cruz Duran Ramires, Religiozo de S. Francisco, Missionario Apostolico da Missão de S. Francisco Solano no alto do Rio Negro, idade Sessenta e dois anos poco mais ou menos. = Que motivo o obrigou a largar sua Missão, evis-refugiaria a Fronteira de Marabitenas, edali para este Lugar? = Por não querer seguir o partido dos Hespanhoes insurgentes, eser leal ao meulegitimo Soberano, e por ter sido roubado e perseguido porditos

insurgentes foi lhe mais perguntado se sabia dever, prezenciar, ou ouvir algúa couza q. podesse cauzar desconfiança contra o Credito, fidelidade honra e patriotismo do Comandante daquella Fronteira o primeiro Ajudante do Segundo Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto, relativo as obrigações de seu Cargo. Respondeo, que nada sabia devêz e prezenciar, e menos de ouvir, e que unicamente o que sabia era ter visto hũa Carta do General em Chefe dos Hespanhoes insurgentes Simão Bolivar, escripta ao mesmo Comandante em que o amiasava por mâr e por terra no cazo de admitir —, e deixar passar para os Dominios Portuguezes, Realista, e que quanto a sua conducta Militar no serviço daquella Comandancia, era excessiva, e a tinha fortificada do melhor modo possível conservando a Tropa da Guarnição della em Disciplina esobordinação. E do costume disse nada. E sendolhe lido o seu Depoimento, e achandose conforme ao que tinha ditto, assignou comigo Interrogante.

M.^{es} Joaq.^m da S.^a Pinhr.^o

Fr. Juan Santiago Marques

2.^a Test.^a

Jozé Antonio do Couto presente em Sessão se lhe defferio o juramento dos Santos Evangelhos em que pos sua mão direita, e foi interrogado pelo Capitão de Ligeiros Milicianos Manoel Joaquim da Silva Pinheiro nomeado para este exercicio.

Como se chama, donde he natural, de quem he filho, que praça tem, e que tempo tem d'ella? Jozé Antonio do Couto, sou natural da Cidade da Guarda, filho de Balthazar Jozé do Couto, e de Maria da Assumpção, tenho de idade trinta e hũ annos pouco mais, ou menos, sou Soldado do Segundo Regimento de Linha do Estado, etenho de praça dez annos. Folhe perguntado o que sabia, que prezençoens que provas tinha contra a falta de patriotismo do Comandante de São Jozé de Marabitanas o primeiro Ajudante do Segundo Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto. Respondeo: Que nada sabia devêz e prezenciar, e menos de ouvir, e que unicamente o que sabia era que aquelle Cōmandante se comunicava particular e officiozamente com os insurgentes Hespanhoes, e que mandara convidar ao Coronel insurgente João Jozé Leandro para lhe dâr hũ Banquete na Serra de Cucuy, e que este não aceitara o convite, e por isso continuando a querer mostrar-lhe o seu agradecimento pela remessa do Tratado que ditto Leandro lhe havia remetido, lhe fez hũ mimo de varias couzas entre ellas duas Camizas bordadas, huma de hoĩe outra de Molher, e alguns vidros de conserva, e o mencionado Leandro lhe agradecera este mimo brindando com outro de póca monte bem como hum Casal de Ovelhas &c. E do costume disse nada. E sendolhe lido o seu depoi-

mento e achandose conforme aoque tinha ditto assignou comigo Interrogante.

M.^{el} Joaq.^m daS.^a Pinhr.^o

Soldado Jozé Ant.^o do Couto.

3.^a Test.^a

Domingos Jozé Soares presente em Sessão se lhe defferio ojuramento dos Santos Evangelhos em que pos sua mão direita, efoi interrogado pelo mesmo Interrogante Nomeado para este exercicio erespondeo. Como se chama, donde he natural, deque he filho, que idade tem, e de que vive?

Respondeo.

Domingos Jozé Soares; sou natural de Oeiras, filho de Antonio Soares, e de Feliciana Thereza, tenho de idade quarenta annos; sou cazado, evivo de meu negocio. Foihe perguntado oque sabia, que prezumpçoens, que provas tinha contra afalta depatriotismo do Comandante daFrenteira de São Jozé de Marabitenas oprimeiro Ajudante do Segundo Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto.

Respondeo: Que nada sabia de vêr ouvir, eprezenciar contra opatriotismo daquelle Comandante, eque unicamente oque sabia era que omencionado Comandante tinha recebido huam Carta doGeneral em Chefe dos insurgentes Hespanhoes Simão Bulivar, pela qual o mesmo o ameaçava por mar e por terra se continuasse a colher no nosso Forte Hespanhoes Realistas, a cuja Carta dito Comandante respondeo com reganho Militar, e hindo esta resposta parar á mão do Coronel João Jozé Leandro q. se achava em Sam Fernando de Atabapo, este a abrio, e aleo, evendoa consebida em termos bem crespos, atornou aremeter ao dito Comandante para que amodificasse, oque com effeito elle assim fez, edahi proveio remeterlhe o mencionado Coronel Leandro oTratado que aqui se apresenta assignado em vinte equatro deFevereiro de mil oito centos e dezenove. Quanto aConducta Militar de ditto Comandante he muito regular, tem asua tropa em boa disciplina esobordinação, etem fortalecido com louvor geral aquella Frõnteira oquanto lhehe possivel. Edo costume disse nada. Sendo lhe lido oseu depoimento e achandose conforme ao que tinha dito assignou comigo Interrogante.

M.^{el} Joaq.^m daS.^a Pinhr.^o

Domingos Jozé Soares

Interrogadas as tres Testemunhas supra fez o Doutor Dezembargador Juiz Relator oseu Relatorio naforma Seguinte. Se os procedimentos do Comandante daFrenteira de Marabitenas, tem ounão o character de insobordinação e desobediencia, vistas as ordens

que tem recebido para se obter detoda acommunição, trato, e contrato com os insurgentes Hespanhoes daquella Fronteira Se ha ou não motivos bastantes para supor, e reear que no mesmo haja pôca firmeza, efalta de fidelidade ao Soberano, e aPatria no exercicio doseu Comando. Equaes as providencias, que depronto devem tomar-se em hum eoutro cazo, são os tres pontos principaes, que sepropoem adiscutir, e adeliberar em este ajuntamento e Sessão.

Parece aprimeira vista que oditto Cõmandante desobedeceo, e transgredio o § Segundo da Ordem de Sua Excelencia de vinte esete deJunho proximo passado, que o Illustrissimo Senhor Governador Prezidente desta Sessão lhe transmitio por copia no Offiçio de vinte ecinco de Novembro passado, continuando acõmunicar-se com os insurgentes, segundo dizem oSoldado da Oitava Companhia da pelos mesmos assignados, são os que adiante se seguem. Elogo pelo dito Capitão da Policia Francisco Simoens de Carvalho foi dito q. havia dado varejo ebusca em todos os Coffres de Dom Jozé Benito Lopes enada lhe achava deque podesse desconfiar-se da sua conducta infiel anosso respeito, eo resultado dasua diligencia eratal, qual apresentava e constava da Attestação q. offerecia com tres testemunhas assignadas q. prezenciarão o acto; evai ao diante por elle assignada. Eque quanto a Justificação exigida do mesmo Dom Jozé Benito, senão achava todavia concluida, mas q. prometia dar Copea della logo q. se achasse formalizada e Sentenciada.

Epor não haver mais atratar deliberar edecidir ouve o Ill.^{mo} Snr. Gov.^or Prezidente a Sessão por concluida, edeterminou q. senão expedissem os Autos sem sejuntrar ajustificação mencionada apençada por Termo anterior ao daremessa deque tudo selavrou este Termo de Incerramento em que todos assignarão. Eu Manoel Joaquim daSilva Pinhr.^o que o Escrevi.

Bonifacio João de Azd. ^o	Estevão Dias daCosta
Alferes	Alf. ^{es}
Joaquim Jozé daCosta	Luis Antonio Franco
Tenente	Tenente
M. ^{el} Joaq. ^m daS. ^a Pinhr. ^o	Francisco Simoes deCarv. ^o
Cap. ^{am}	Camp. ^{am}
Jozé Antonio Franco	
Sargt. ^o Mór	
Jozé de Napoles Tello de Menezes	
Sargt. ^o Mor	
O Dezbq. ^o r Antonio Feliciano d'Albuquerque	
Manoel Joaquim do Paço.	

Ill.^{mo} Senhor Governador

Respondeo na Respeitavel Presença de V.S.^a Tendo o Ill.^o Ajudante domeu Regimento Pedro Miguel Ferreira Chegado a Fronteira de Marabitanas a 10 de Fevereiro do anno de 1816 a Renderme naquele Posto; Logo depois daminha entrega a Caba de chegar a noticia que os Insurgentes da America Espanhola Subia pello Rio Orinoco com o destino de deser pello Rio Negro, adestrohir aquelles Povos: Edevião mais querem passar a Nossa Fronteiras: Logo Sea Sentou que se deveria fazer Duas o Poziçoens, como se fez por Direção daquele Commandante huma Na Ilha de Santa Urçula, e outra na Enciada parabaixo nas quaes em cada huma dois Pedreiros, e fornecidos com Tropa, e Melicianos que naquele tempo sefes chamado na forma das ordens, e como não hove mayor novidade, Marchei para meu Destino o Cupar a Fronteira de Rio Branco: Tive o Cazião de reconhecer o zello, a atividade, e Ardor com que sederegia com maduro Conselho nas Suas despoziçoens tudo em dispor a defender aquele Posto.

O Fazer-se Esquecido a execução das Ordens que recebeo do Ill.^{mo} Senhor Gov.^{or} Não selhepode emputar rebelião: Será mais zello e openião de querer p.^r aquele meyo de secomcordar com os Insurgentes, Será Macima desua hidêa para conhecer os fundos da maquina do Chefe daquela Devizão Contrario, p.^a as Suas Aprecaçoens.

Não se deve esperar quem ao principio mostrou e entrepido a repelar e atacar qualquer Emvazão que daquela Parte Se esperase: Fraquear de Animo de responder na respeitavel presença de V.S.^a

Luis Antonio Franco

Ten.^e do 2.^o Regimt.^o de Linha

Voto de M.^{el} da S.^a Pinhr.^o Cap.^m do 1.^o Corpo de Tropa

Ligeira de Milicias do Rio Negro.

Pela exposição q. acaba de fazer o Ill.^{mo} S.^{or} Gov.^{or} Presidente desta Sessão, meparese q. está obviado e precavido tudo tão adquadam.^{te}, quanto se possa suspeitar mal da conducta Militar do Ajud.^{te} Pedro Miguel Ferr.^a Barreto actual Comd.^e da Frontr.^a de S. Jozé de Marabitanas, praticadas as Provid.^{as} q. o mesmo Ill.^{mo} Sr. Gov.^{or} ha tomado aseo respeito. Bem se ve q. em taes materias, ninguem conhesse melhor, a conducta, e as operaçoens precautas com q. ali seha fortificado od.^o Comand.^e, doq. o mesmo Ill.^{mo} Sr. Gov.^{or} Prezid.^{te} Não tendo havido outro motivo para vassilar o juizo sobre aleald.^e, e firmeza daq.^{le} Comd.^e, como od.^o Ill.^{mo} S.^{or} Gov.^{or} tem exposto; mais doq. as noticias espalhadas pl.^o Sold.^o João, digo, Jozé Antonio do Couto recentemente castigd.^o nad.^a

Fronteira pl.^o mesmo actual Comd.^e della, emrazão daSua insobordinação emá conducta no Real Serv.^o, como todos affirmarão nesta Sessão; ecomo pondera della noSeu Relatorio o meritiss.^{mo} Juiz Relator desta Sessão; mepersuado q. areputação ecredito daq.^{1o} Official, ainda fica merecendo maior conceito, p.^r q. olhando ao depoimento q. dod.^o Sold.^o diz. q. o Comd.^e de Marabit.^{as} recebera húa Carta do Gen.¹ em Chefe dos Hespanhoes insurgt.^{as} Simão Bolivar em aq.^{a1} este ameassava & & Aqui sevê aindiffer.^a comq. od.^o Comd.^e danossa Fronteira os ha tratado. A falta de obed.^a, essencialm.^{te} naGuerra, he súpam.^{te} nocivo; p.^rq. he mais necessaria e util aobediencia, doq. o mesmo valor; salvo qd.^o algú se decida amorrer no conflicto, ou asairse bem da impreza: Nada disto tem havido; ameu ver ficarão desvanecidas quaesquer suspeitas, com aremessa q. aq.^{1o} Comd.^e logo deve fazer, como selhe exige, das cartas q. deBolivar recebeo, edas respostas q. aellas deu. Quando tudo isto não bastasse, ficava sp.^o precavido tudo qt.^o hede suspeita, com asuspeita, com achegada aql.^a Frontr.^a do Cap.^{mo} João Benedito Gaspar, Ajud.^o d'ordês doGov.^{no} oqual com asua perspicacia, econhecimt.^o pôco ordinarios, vai Atalaiar os feitos epor fazer, eos passos daq.^{1o} Comd.^e, q. tudo satisfará com amadureza q̃. desua Comissão se espera.

M.^{ci}Joaq.^m daS.^a Pinhr.^o

III.^{mo} Senhor Governador Prezidente

Tendoçe rezervado p.^a aSigunda Sessão defenirse Sobre aConduta do primeiro Ajudante do Sigundo Regimento deLinha do Estado, Pedro Miguel Ferreira Bareto actual Commd.^e do noço Forte Fronteiro de S. Joze de Marabitanas no alto do Rio Negro, aSaber;

- 1.^o Que Seaquele nosço Commd.^e deixou, ou não de obedecer o 2.^o § das Instorçoens do Illmo. Exmo. Senhor Governador eCapp.^{am} General da Provincia, que V.^aS.^a lhe transcreveo no seu Officio de 25 de Novembro de mil eoitto Sentos e dezoito pelo qual lhe poribe total mente todas as relações com os Insurgentes Hespanhoes.
- 2.^o Que Seaconduta daquele Offceial deva, ou não julgarçe pelo que tem praticado buziva otraido a respecto do Noço Augusto, e Subrano Munarca, e da Nação.

Decidirei quanto ao 1.^o artigo, q. aquelle offceial dezobedeceu as Ordens Supriores que lheforão transmitidas como asima levo dito; porem direi igoalmente que aquelle offceial ao meo ver não dezobedeceo deporpozito e emSebordinadamente aquella Ordem

Suprior; porem talves que intuziasmado de hum amor proprio de que fazia Ao noço Augusto Subrano Serviço relevante, e a Patria não dovidou faltar ao Comprimento daquela Ordem napersuação deque isto mesmo lhe Seria admissivel, recebendo O Tratado feito entre os Insurgentes Hespanhoes, enoz, ecomunicandoçe particular eofficizamente com os Chefes daqueles rebeldes.

Direi Coanto ao Sigundo Artigo que nada dovido a respeito do patriotismo daquele offeial; por.anto aSua Comduta Militar na Commandancia daquela noça Fronteira nostem mostrado evidentemente oCoanto ele Se entereça pelo Serviço da Patria e do Subrano.

Este hé o meo parecer relativamente aos dois pontos que restavão adefinirçe na 1.^a Sessão a respeito daConduta daquele offeial.

Assignado em Sessão no Quartel do Governo do Rio Negro aos 28 de Junho de 1819.

O Cap.^{am} do Regimen de linha
Francisco Simoens deCarvalho.

Ill.^{mo} Senhor Gov.^{or}

Tendo vindo da Cidade do Pará o 1.^o Ajudante do 2.^o Regimento de Linha Pedro Miguel Ferreira Barreto, aqui Servio, eLogo depois passou acommandar aFronteira de Marabitanas, Logo depois chega anoticia deque seavizinhava aquela Fronteira os Insurgentes, Aoque od.^o Comm.^c pos todos os esforços p.^a defender aquela Fronteira com aSerto eboa deSeplina como aqui constou.

Segundo as Cartas que apresenta deAmizade com os Insurgentes, tendo Ordem Contrarias ja expedidas pello Antecesor de VS.^a ereformadas p.^r V.S.^a Obrou ent.^o mal, ehé deestranshar Semi-lhante proçedimento, hé oque tenho de responder. V.S.^a mandara oque for servido.

Joze Antonio Franco
Sargt.^o mor Reformado.

Ill.^{mo} Senhor Governador Prezidente

Tendo-se sentado na 1.^a Sessão Militar, que V.^aS.^a Ordenou se-fizesse sobre aconducta do 1.^o Ajudante do 2.^o Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto, Commandante do Forte Fronteiro de S. Jozé de Marabitenas, que na Segunda

Sessão desse cada hum dos Vogaes o seu voto por escripto sobre os dois pontos seguintes, a saber;

1.º Se aquelle Commandante dezobedeceo, ou não o 2.º § das Instruções, que o Exmo. Senhor Governador, e Cap.^{am} General da Provincia dirigio a V.^aS.^a na data de 27 de Junho de 1818, e que V.^aS.^a lhe dirigio transcripto no seu Officio de 25 de Novembro do anno passado, prohibindo-lhe totalm.^{te} acommunição com os Insurgentes Hespanhoes por aquelle nosso Forte Fronteiro.

2.º Se ha que duvidar do Patriotismo efedilidade contra o nosso Augusto Monarca, e contra aPatria.

Direi arespeito do 1.º, que dezobedeceo; por quanto deixou de cumprir com o que V.^aS.^a lhe ordenou; porem ao meu ver, e segundo oconhecimento pessoal, que tenho daquelle nosso Com.^{te}, de certo não foi hũa dezobediencia feita de propozito, e insubordinada; a ignorancia talvez deq. obrava bem, e de que lhe seria toleravel, e ate mesma louvado a recepção do Tratado, que elle dirigio a V.^aS.^a feito entre nos, e os Insurgentes Hespanhoes oconduzio a transgredir dita disposição ordenada no mencionado 2.º 3. de ditas Instruções, persuadindo-se com a recepção de dito Tratado fazia ao Suberano, e aPatria hum relevante Serviço.

Direi a respeito do 2.º, que den-hum modo se deve duvidar do Patriotismo, e fedilidade d'aquelle Official; porquanto asua conducta Militar tem sido n'aquelle Posto muito regular, e o seu maior disvelo nelle tem sido a fortificação d'aquella Fronteira, aqual lhe foi parar as mãos na maior fraqueza, e relação, que se pode imaginar, elle comtudo á exforços seus tem posto aquella Fronteira no melhor estado de defeza possivel estabelecendo pelo alto do Rio Negro, alem d'aquelle nosso Forte Fronteiro de S. Joze de Marabitenas mais trez pequenos Fortes, com hua vigia avançada colocada na Serra do Cucui, oque todo he publico, e notorio, e não ha hua so pessoa que desça daquella Fronteira, que não houve oserviço daquelle Com.^{te} nella, e aboa disciplina, e subordinação emque tem a Troppe daGuarnição d'ella.

Este he omeu parecer, e omeu modo de pensar a respeito da Conducta d'aquelle Official.

Em Sessão no Q.^{el} do Gov. de Rio Negro 28 de Junho de 1819.

O Sargt.^o Mor Joze de Napoles Tello de Menezes.

Participo a V.S.^a em Comcequencia da Ordem dada da Seção de 23 do Corrente, e Como emcarregado da Policia focce pessoalm.^{te} a Residencia do Imigrado D. Joze Venito Lopes a dar-lhe Varejo ou bosca nos papez q. se achacem p.^a ver se nelles achava alguma

Couza q. de negrice o Credito e Honrra, tanto do d.^o Imigrado como do Com.^{te} da Fronteira de Marabitanas Pedro Miguel Ferreira Barreto oq. comprindo Escropolozam.^{to} nada achei. Quartel de Rio Negro 24 de Junho de 1819.

Francisco Simoens deCarvalho

Cap.^{am} Comm.d.^e

João da Silva eCunha

Raimd.^o Barroso d'Bastos

Alf.^{es} d'Mellicias

Raymundo José Franco

Cabo d'Esqd.^a

Aos vinte e tres dias do mez deJulho do Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oitocentos edezenove, neste lugar daBarra do Rio Negro na Secretaria do Governo daCapitania ahi me foi entregue aCopea da Justificação prestada por Dom Jozé Benito Lopes deq. sefaz menção na Segunda Sessão aqual aqui Autoei, evai por apenço ao diante junta para constar fiz este Termo, e eu Manoel Joaquim daSilva Pinheiro que o Escrevi e assignei.

M.^{el} Joaq.^m daS.^a Pinhr.^o

E logo no mesmo dia mez eanno em ditta Secretaria determinou o Ill.^{mo} Sñr. Govern.^{or} sepreparassem estes autos, e sepozessem em estado e arranjamto depoderem ser dirigidos ao Illustrissimo eExcellentissimo Senhor Governador eCapitão General do Estado com officio seu; oq. pratiquei por este Termo de remessa que ao mesmo tempo serve de interramento final entregando os Autos ao mesmo Ill.^{mo}Sñr. Governador do modo, e da maneira que atraz e aodiante vão Escriptos eformalizados. E eu Manoel Joaquim daSilva Pinheiro q. oEscrevi.

M.^{el} Joaq.^m daS.^a Pinhr.^o

Traslado de huma Justificação a que seprocedeu neste Juizo da Ouvidoria arequerimento do Hespanhol Dom Jozé Benito Lopes aqual Justificação he aqui aodiente se segue —————»

Lugar da Barra de Rio Negro 1819 Ouvidoria Geral EsCriven....
Costa —————

Autos Civeis de Justificaçam em que hé Indificante Dom Jozé Benito Lopes —————»

Autoam.^o

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo demil oitocentos edezanove neste Lugar da Barra de Rio Negro aos treze

dias do mez de Julho dodito anno em omeo Escriptorio authoei estes Autos Civeis de Justificação, nelles petição despacho, Inquirição detestemunhas, comais que ao diante sesegue, deque para constar fiz e . . . assento: Eu Joaquim Jozê daCosta que oescrevi —»

Requerer.^o

Diz Dom Jozê Benito Lopes, Tenente dos Reaes Exercitos de Sua Magestade Catholica, Ajudante Maior das Milicias da Provincia de Goiana, Comandante pulitico, eMilitar que foi do Alto Orenoco, e Rio Negro, e Castello de Santo Agostinho Fronteiro aeste Reino de Portugal eactual Imigrado, depois dehaver sofrido nove meses deprizoneiro pelos rebeldes contra El Rei de Hespanha, ehavendo chegado aeste Lugar da Barra Capital de Rio Negro em oprimeiro de Fevereiro do corrente anno donde esteve mantido com apretenção de Vossa Senhoria esperando a Ordem do Excellentissimo Senhor General do Estado para seguir o seu destino acontece ter noticias pozetivas que neste Lugar da Barra de Rio Negro sedivulgarão varias especies, contra oSuplicante pelo Soldado Jozé Antonio doCouto, vindo de Marabitanas, dizendo-se que havia vindo aeste Pais d'Emissario dos Rebeldes revolucionarios de Hespanha atirar planos detodos estes Paizes para entregar aos ditos revulucionarios decomum acordo com oActual Commandante da Fronteira de Marabitanas, o Ajudante Pedro Miguel Ferreira Barreto e avendo determinado Vossa Senhoria segundo as vozes comestas fazer reconhecimento detodos os seus papeis deque não rezultou nada como deve constar a Vossa Senhoria como deve constar digo Senhoria pela parte do Commandante geral desta Tropa Commissario da Junta de Guerra, eeste brado emdia vinte etres do corrente, não sendo isto bastante, para sua justificação, edaquelle Commandante sem seu primeiro protestar nasua felis imigração, que comtanto esmero serve aSua Magestade Fidelissima, dando provas todos os dias do seu muito amor ao Serviço do Serviço ebem geral da sua Nasção, não despençando momento de trabalho emjustificar e fazer respeitar a Fronteira dos malvados revolucionarios, como se manifesta em seu exatto dezempenho emcumprimento de sua obrigação, e para maior satisfação e em linição desua conduta, edaquelle Comãdante, supplica a Vossa Senhoria tenha a bondade tirar huma Justificação sumaria offerecendo para testemunha os que constar na relação junta que tem ahonra de apresentar narespeitavel prezença de Vossa Senhoria, mandando igualmente selhe entregue copia do Sumario para resgoardo do Suplicante Erecebera merce —————»

Relação das Test.^{as}

Relação dos Senhores que vierão da Fronteira de Marabitanas, e mais Senhores com quem me tenho dado nesta Barra de Rio Negro,

epodem declarar sobre aconduta politica do suplicante parecendo
sufficiente os lembrados, esendo precizo dou portestemunho todos
os moradores deste Lugar ————— Dom Christovam Garcia
Hespanhol Imigrado juramentado ————— Domingos Jozé Soa-
res, vindo da Fronteira de Marabitanas ——— O Padre
João de Santiago Marques, Hespanhol Imigrado, vindo de Marabi-
tanás ————— Dom Joze Maria Soares, Hespanhol imigrado
ejuramentado ————— O Reverendo Padre Capellão
que foi de Marabitanas ————— Remetido ao Senhor Doutor

Desp.^{co}

Dezembargador Ouvidor Corregedor da Comarca, aquem compete,
para inquirir sobre oque aqui se allega, fazendo parte do que rezultar
detal inquirição. Quartel do Governo de Rio Negro sete de Julho
de mil oitocentos edezanove/ Estava a Firma do Senhor Governador
da Capitania/

Desp.^{co}

————— Seção inquiridas as testemunhas, que aponta esobre os
factos que relactam por Venceslau Borges Pereira aquem dou
comissão. Barra de Rio Negro oito de Julho de mil oitocentos e de-
zanove ————— Albuquerque —————

Termo d'Assent.^a

Aos tres dias do mez de Julho demil, digo aos treze dias do mez
de Julho de mil oitocentos edezanove neste Lugar da Barra do
Rio Negro em meu Escriptorio appareceu prezente Venceslau
Borges Pereira, Inquiridor por Comissão do Doutor Dezembargador
Ouvidor Geral da Comarca para a prezente Justificação para serem
inquiridas testemunhas, ... no mes, idades, Officios em termo são
os que aodiante seceguem, deque para constar fiz este termo. E
eu Joaquim Jozé da Costa que oescrevi —————

Test.^{as} foi

Antonio Soares de Souza, Presbitero Secular na Ordem de Sam
Pedro eCapellam do Forte de Sam Joaquim de Rio Branco natural
da Cidade do Pará, idade que disse ter quarenta ecinco annos
Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum Livro
emque sua mão direita. E disse nada E sendo
perguntado aelle testemunha pelo contheudo da petição do Justi-
ficante aqual lhe foi explicada pelo Inquiridor —————

Dito

Disse que há tres annos atras por falta de Sacerdote fora elle
testemunha nomeado pelo Vigario Geral soccorrer a necessidade
aparte Superior, onde chegara ao Forte de Marabitanas, onde
conheceo ao Tenente Comandante Pedro Miguel Ferreira Barreto

Comandando aquella Fronteira, onde veio que tudo, quanto fazia, eobrava não hêra senão porquerer ser hum fiel Vassallo de Sua Magestade Sustentar-lhe a Corôa Emais não vio doque assignar deque dou fé Eu Joaquim Joze daCosta Escrivão que oescrevi — Antonio Soares de Souza ————— Venceslau Borges Pereira

Test.^a 2.^a

Dom Christovão Garcia, natural das Ilhas de Canarias, de idade decincoenta annos solteiro Officio vive de sua agencia Testemunha jurada aos Santos Evangelhos emhum Livro delles emque pos sua mão direita eDocostume disse nada Esendo perguntado aelle testemunha pelo contheudo da petição do Justificante aqual lhefoi explicada pelo Inquiridor —————

Dito

Disse que conhecia bem ao Justificante, e que hê oproprio Tenente dos Reaes exercitos de sua Megestade Catholica, eque sempre se empregou no Serviço do dito Soberano com muito zelo, eque por occasião da revolução dos Patriotas Americanos damesma Nassão, foi o Justificante prizioneiro, como defensor da Coroa, epor escapula seveio valer das Bandeiras Portuguezas apresentando-se no Forte de Marabitanas, aonde propos ao respectivo Comandante que selhe desse licença tornaria aos Dominios de Hespanha, e sereuniria ao partido dos Realistas, e reconquistaria os Dominios que setenhão usurpado pelos Rebeldes ao que o Commandante referido não concentindo, mas que seguisse o seu destino que hera apresentarce neste Lugar da Barra ao Governador desta Capitania o que amim executor Enada mais disse deque assigna de Cruz por não saber escrever deque dou fe: Eeu Joaquim Joze daCosta que oassinou ————— De Dom Christovão Garcia /Estava

Test.^a 3.^a

assignada de Cruz/ Venceslau Borges Pereira ————— Domingos Joze Soares, natural de Vila d'Oeiras Patriarcado de Lisboa, idade que disse ter quarenta annos cazado Officio Lavrador Testemunha jurada nos Santos Evangelhos emhum Livro delles em que pos sua mão direita Edocostume disse nada. E sendo perguntado nelle testemunha pelo contheudo dapetiçam do Justificante aqual

Dito

lhe foi explicada pelo Inquiridor. Disse que conhece bem ao Justificante eque he oproprio dequefala, sua petição, eque lhe não consta que o Justificante viesse aos Dominios de Portugal atirar planos deste Paiz, mais sim figitivo dos Rebeldes Hespanhóes que o preceguião E nada mais disse de que dou fe. Eu Joaquim Joze daCosta que oescrevi Domingos Joze Soares ————— Venceslau

Test.^a 4.^a

Borges Pereira ————— ... João deSantiago Marques Religiozo Franciscano natural de Za.za de Capita, Dominios da Extremadura da Europa de Hespanha, idade que disse ter cincoenta e oito annos Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum Livro delles emque pôs sua mão direita E do costume disse nada: Esendo perguntado aelle testemunha pelo contheudo da petição do Justificante aqual lhe foi explicada pelo Inquiridor.

Dito

Disse amesma que conhece bem ao Justificante ahinda quando foi Comandante de Sam Carlos no Posto deTenente, pelejando contra os Rebeldes a favor da Corôa de Hespanha foi por elles prizoneiro, em ferros, e da... fando eescapandose delles fora a Marabitanas, eaprezentando-se ao respetivo Commandante, econsultando o Justificante com este sobre o aconthecido lhepedio licença para voltar contra os Insurgentes apelejar pelo partido Realista aoque odito Comandante não concedeu, dizendo ao Justificante que seria em certa avitoria pelos diverços rumos de marchas dos Rebeldes, eque dali o dito Comandante fes marchar ao Justificante aeste Lugar o aprezentarse ao Governador desta Capitania, ignora que o Justificante aeste Lugar, digo o Justificante viesse por Imissario como em vós constão es... peitou Enada mais disse deque assignou com o Inquiridor deque dou fé Eeu Joaquim Joze daCosta que oescrevi ————— Frei João de Samtiago Marques —————

Assent.^a

Venceslau Borges Pereira ————— Aos quinze dias domez de Julho demil oitocentos e dezoito neste Lugar da Barra de Rio Negro em o meu Escriptorio appareceu o Inquiridor Venceslau Borges Pereira para o fim de se inquirirme testemunhas na presente Justificação e a foi nome, idade, Officios soa os que aodiante que para constar fiz este termo E eu Joaquim Joze da Costa que o escrevi —————

Test.^a 5.^a

Jozé Maria Soares natural das Ilhas de Canarias, idade que disse ter trinta e quatro annos, cazado Officio vive da sua agencia Testemunha jurada aos Santos Evangelhos em hum Livro delles emque pos sua mão direita. E do costume disse nada. Esendo perguntado aelle testemunha

Dito

justificante. Disse que conhece bem ao Justificante ser o proprio deque fala sua petição, e que he verdade fora prizoneiro pelos Insurgentes, como allega namesma sofrendo encomodos tudo abem da Coroa de Hespanha do que mostrou ser fiel Vassallo, eobtendo

escapula viera ao Forte de Marabitanas pedir ali ao Comandante auxilio para tornar aos Dominios de Hespanha areconquistar dos Insurgentes os mesmos Dominios, ao que o referido Comandante não condescendeu com o Justificante edali o fez aeste Lugar da Barra áprezente ao Governador desta Capitania E nada mais disse deque assignou Eu Joaquim que oescrevi ————— Joze —————

V. do Sello Cl.^{hos}

Venceslau Borges Pereira —————/ A folhas outenta e cinco /Pagou de onze meias folhas cento e des reis —————
Carvalho ————— Costa ————— E fiz concluzos E eu Joaquim Joze daCosta que oescrevi ————— Concluzos aos vinte de Julho de mil Oitocentos edezanove ————— Hei por justifi-
S.^{cm}

cados os requeзитos da Justificação, digo os requeзитos dapetição do Justificante afolhas duas emquanto quatro depoem as cinco testemunhas nestes autos inquiridas e assignadas easim ojulgo porSentença salvos os direitos deterceiro, e mando se cumpra Barra vinte de Julho de mil oitocentos edezanove ————— Antonio Feliciano d'Albuquerque Ditament —————»

Publicação

Foi proferida a Sentença supra pelo dito Ministro epublicada namão demim Escrivão dia mez e ra ... Supa Eeu Joaquim Joze da Costa que oescrevi —————»

E nada mais continha adita Justificação aqual bem e fielmente acopiei amão tem couza que davida fa..... aqual me reporto. Dada e passada neste Lugar da Barra aos 23 de Julho de 1819

L1320

O Escriv.^{am} da Ouv.^a G.^{al} da Capt.^a

Joaquim Jozé da Costa.

«Aj.

Pagou de Sello de 9 meias folha 360 rs

Carv.

Costa.

Copia

(E)

Relativa ao N.º 18

N.º 7 — Commandancia de Marabitenas — Lamentei-me, e feichei as Mãos na Cabeça quando li o seu Officio de 1.º d'Abril proximo passado, que recebi, juntamente com a Cópia da Carta, que Vm.^{ce} nelle incluio escripta d'ahi por Vm.^{ce} ao Coronel Hespanhol insurgente João Liandro, e ainda mais lamentei ver a indiscrição com que

Vm.^{ce} acceitou, e agradeceo em meu nome, e do da Nação o Tratado de paz que dito Liandro lhe remetteo feito entre nos, e os Insurgentes Hespanhoes, sem Vm.^{ce} saber qual he o Estado das Nossas Relaçoes puliticas com os Americanos Hespanhoes, nem estar ligimamente authorizado para tal fim, antes pelo contrario privado puzitivamente de ter relaçoens com ditos Insurgentes por diversas, e repetidas recommendaçoes minhas, e do meu antecessor, e ultimamente ate pelo, § 2.º das Instrucçoens do Exmo, Senhor Governador, e Capitão General da Provincia de 27 de Junho de 1818, que lhe fiz transcrever no meu Officio de 25 de Novembro do mesmo anno; cujo § principia assĩ = Por nenhum modo Vm.^{ce} consintirá as mais pequenas relaçoens, &, e não obstante tudo isto mete-se Vm.^{ce} atractar d'hua materia tão sezuda, e d..... milindre como he anegociação d'hum Tratado entre duas Naçoens; cuja materia se torna muito mais milindroza por isso mesmo que he com ditos Hespanhoes Insurgentes contra oseu Legitimo Suberano com quem nos temos hoje intimas relaçoens de amizade, e parentesco: Portanto, entre que eu levo a Prezença do Exm.º Senhor Governador, e Capitão General da Provincia dita Carta de Vm.^{ce} escripta á dito Liandro, e dito Tratado, para que o mesmo Senhor dilibere sobre este objecto oque convier; responderá Vm.^{ce} á dito Liandro, se-elle lhe exigir resposta sobre aretificação do Mencionado Tratado, que Vm.^{ce} ja mo remetteo, e que não podendo eu por mim so deliberar sobre aretificação d'elle o inviei immediatamente a Prezença doEx.^{mo} Señr. General da Provincia de quem cumpre esperar adeliberação respectiva sobre tal objecto. Não devendo Vm.^{ce} meter-se adizer-lhe sobre este respeito mais nada do que oque ja lhe fica dito, evitando d'hua vez toda acommunicação com os ditos Insurgentes o que lhe ordeno aqui muito pozitivamente, assim como que sem perda de tempo me apresente promptamente a Carta Original que Vm.^{ce} recebeo do General em Chefe dos Insurgentes, Simão Bolivar, e aresposta que deu a ella.

Deus guarde aVm.^{ce} Quartel do Governo

Copia

(F)

Relativa ao N.º 18

N.º 2 — A Salla das Ordens = Divolgando-se agora aqui por via do Soldado do 2.º Regimento de Linha do Estado Jozé Antonio do Coutto eestas noticias vagas, e incertas contra oCredito, character, e honra do Commãdante do Forte Fronteiro de S. Jozé de Marabitenas ol.º Ajudante do 2.º Regimento de Linha do Estado Pedro Miguel Ferreira Barreto, de quem eu tenho todas as boas informaçoes; foi-me necessario tomar sobre isto huma prompta provi-

dencia, e para isso fiz convocar hũa Sessão Militar para nella se-deliberar a providencia, que se-devia tomar sobre este acontecimêto, e tendo sido deliberado em dita Sessão, que Vm.^{ca} subisse debaixo d'hum pretexto especiozo áquelle Forte atomar secretamente conhecimêto da Conducta Militar, e Patriotismo d'aquelle Commandante anosso respeito, e dos Insurgentes Hespanhoes: Ordeno por tanto a Vm.^{ca} que se embarque na Canoa da Fazenda Real denominada = Pirata =, que se-acha prompta no Porto d'este Quartel da Minha Rezidencia, e que nella suba atoda apressa ate ao Lugar de St.^a Izabel dedonde deve requerer ao Commandante do Forte de S. Gabriel todo osocorro, que lhe-for necessario tanto de Canoas, como de Indios, Mantimentos, &, para d'ali poder continuar asua viagem até áquelle Forte Fronteiro de Sam Joze de Marabitenas de donde eu omandarei recolher logo que tenha resposta do Exmo. Senhor Governador, e Capitão General da Provincia sobre este objecto, e emquanto Vm.^{ca} ali existia observará excrupuloza, e miudam.^{te} aconducta d'aquelle Official, o seu patriotismo a nosso respeito, e dos Insurgentes Hespanhoes, fazendo muito por entrar no fundo da communicação familiar, e Officioza, que elle tem tido com os Chefes d'aquelles Insurgentes, bem como com oGeneral em Chefe Simão Bolivar, e oCoronel João Liandro: Observando demais o estado de deffeza emque aquelle nosso Commandante tem posto aquella nossa Fronteira para de tudo me-dar promptam.^{te} hũa Parte circunstanciada, e miuda doque encontrar para eu em consequencia providenciar oque convier a este respeito. O que tudo espero que Vm.^{ca} cumpra com aquella honra, interesse, zello, e disvello comque sempre o tenho distinguído empregar-se no Serviço de El-Rey Nosso Senhor.

Deos guarde a Vm.^{ca} Quartel do Gov.^o de Rio Negro, 25 de Junho de 1819 = Manoel Joaquim do Paço = Senhor Ajudante d'Ordens João Benedito Gaspar Giffinig

Está conforme

O Sargt.^o Mor que Serve de Secretario doG^{al}

Jozé de Napoles Tello de Menezes

N.^o 22

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor,

Cumprindo com a Ordem, q. V.Ex.^a me dirigio na data de 28 de Março proximo passado faço agora apresentar com este a V.Ex.^a os dois Hespanhoes Imigrados D. Christovão Graçia, e Fr. João de San Tiago Marques; aquelle navegando daqui em hũa Canoa sua propria leva em sua companhia omencionado Fr. João,

e mais quatro Tóros de Muirá piranga com doze palmos de comprimento cada hum, e quinze polegadas de groço para entregar no Arcenal Real doPará como consta do Reçibo aqui junto.

Deus guarde a V.^aEx.^a Quartel do Governo de Rio Negro
29 de Julho de 1819.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Villa Flor

Governador, e Cap.^{am} General da Provincia do Pará

De V.^a Ex.^a

Subdito emt.^o Obediente

Manoel Joaquim do Paço

N.^o 24

Ill.^{mo} e Ex.^m Senhor

Com este faço apresentar o Hespanhol Imigrado pela nossa Fronteira de S. Jozé de Marabitenas D. José Maria Soares cazado, com dois Filhos de menor idade, o qual prestou na mesma Fronteira Juramento de Fidelidade ao Nosso Augusto Soberano segundo eu já participei a V.^aEx.^a pelo meu Officio datado de 13 de Fevereiro do anno corrente.

Acintece ter Dezertado para nós pela nossa Fronteira de Tabatinga os dois Hespanhoes seguintes, asaber; Justo Pastor Graçia, e Paulo Rico; os quaes não obstante não terem relação alguma com os Imigrados da nossa Fronteira de S. Jose de Marabitenas pretendia eu em consequência da Ordem de V.^aEx.^a fazer-los recolher a essa Cidade; porem tendo-me elles feito os requerimentos que aqui vão incluzos, e tendo eu mandado Informar ao D.^{or} Ouvidor da Comarca elle me Informa segundo V.^a Ex.^a verá da Informação incluza em ditos dois Requerimentos: Portanto DigneSe V.^a Ex.^a sedeve entender igualmente arrespeito dos Hespanhoes Imigrados por aquella nossa Fronteira de Tabatinga para eu em consequencia executar a respeito d'elles a Ordem de V.^aEx.^a com aquella promptidão, que devo.

Deus guarde a V.^aEx.^a Quartel do Governo de Rio Negro
31 de Julho de 1819

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Villa Flor

Governador e Cap.^{am} General da Provincia

De V.^a Ex.^a

Subdito mt.^o reverente

Manoel Joaquim do Paço.

Ill^{mo}, Senhor

Não só pelo que me fizerão Sciente os Hespanhoes Paulo Rico, e Justo Pastor, quando aqui chegarão, senão pelo que tenho indagado sobre oSeu comportamento, econduta, sei, eposso dizer aV.^a S.^a que o primeiro he natural d'Almeiria provincia de Andaluzia veio da Europa a mais deSeis annos; Servio de Potsão, ou commandante de húa Canhoneira Real em Goiana; epreceguido pelos Insurgentes Subio o Ourinoque, ese refugiou em Portugal, aliás debacho das suas Bandeiras em Marabitenas, donde desceo p.^a este Lugar, em 1817, com licença do Antecessor de V.^a S.^a

O Segundo hé natural deCadis, ecomo Soldado do Regimento de Extremadura, Servio no Perú, eChilli debacho doComando do G.¹ Morilho; etendo dezertado como dis, se refugiou igualmente a Tabatinga, daonde se passou com licença a este Lugar, há mais de anno e meio, Ambos chegarão aqui emmiseravel estado, mas pela sua conduta tem cido ajudados, e em poucos tempos se pozeram em hum pé de vida, ede estabelecimento milhor do que outros em muitos annos. Hum já tem casa sua propria, eo outro, está dando pr.....o fazella. Ambos estão contratados para casar com mulheres do pais. Ambos tem dado convincentes provas dese quererem Estabelecer em Dominios Portugueses. Vivem conforme os .ias, ede nenhum d'elles há amais leve suspeita de infedilid.^o, eainda, q. aquizessem ter lhe hera impraticavel, por se acharem mui afastados dos Portos de Mar, eperto de trezentas legoas distantes das fronteiras. Vejo a Ordem de V.^a Ex.^a o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Gd.^{or} Capitão G.¹ do Estado; mas assim como não há regra, por mais genercia, q. não tenha alguma excepção, assim tambem não há, nem pode haver Ordem, determinação, ou Ley, que possa abranger todos os casos occurrentes, ehé aqui que se passa a maduresa, eaprudencia do executor imparcial. A linguagem destes homens hé Realista, inda mesmo entre o Vulgo. Inda que queirão ser traidôres ou Espioens não podem. Estão promptos a jurar fidelid.^o as Leis de Nosso Soberano: e em fim querem ser Portugueses; epor que razão se lhe não hade permitir, principalmente em húa terra tão Sentral, etendo nós falta degente no Brasil, ecom especialid.^o neste Certão? Parece-me portanto, eathé embeneficio, e augmento da População, edos Direitos Soberanos, me atrevo a entender p.^a que se lhe premita agraga q. supplicão ao menos athe que se casem, eq. S. Ex.^a sendo informado das circumstancias, decida dasua Sorte oque bem lhe parecer, prestando elles no em tanto ojuramento, que promentera, e tomou.... as medidas cautelosas sobre oseu

modo de proceder. A. S. defira oq. mais acertado convier. Rossa 22 de Julho de 1819.

Illmo. Senhor Major Manoel Joaquim do Passo.

Governador da Capitania

Antonio Feliciano d'Albuq.º

Tenho recebido os seus Officios N.º 18, 19 e 21 com as datas de 23, e 28 de Julho do presente anno.

Pelo que respeita ao 1.º dos ditos Officios á vista dos documentos, que o acompanharão relativamente ao procedimento do Commandante do Forte de Marabitanas Pedro Miguel Ferreira Barreto para com o Coronel dos Insurgentes João José Leandro, entablando com elle correspondencias, e relaçoens, que não podia, nem devia estabelecer, quaesquer que fossem as intençoens, com que elle adoptou hũa tal medida de correspondencia, não pode daixar de se conhecer, que ofez com excesso, cometendo hũa falta, que he sempre reprehensivel em taes circumstancias, attenta alimitada authoridade de hum tal Commandante, alem de contravir inegavelmente ás Ordens que se lhe havião communicado sobre este objecto. Não he menos reprehensivel o pouco discernimento, e indiscreta satisfação com que aceitou hum Tratado proposto pelos ditos Insurgentes, lisongeando-os até com a esperança de ser ractificado por Vm.º que eu duvido muito que elles podessem acreditar, e persuadirem-se de que está em nosso poder, o acceitar-mos ractificar-mos, ou modificar semelhantes tratados, sendo tudo isto hũa farça ridicula digna de todo o desprezo. Pelo que Vm.º mandará logo render oditto Commandante Pedro Miguel Ferreira Barreto por algum outro Official, que seja não só intelligente do Serviço, porem sizudo, e prudente, remetendo prezo para esta Cidade ao dito Commandante, edará ao que ofôr render as precisas Instrucçoens, bazeficadas sobre as que deva Vm.º na parte relativa atal objecto, e no que lhe participei no meu Officio de 28 de Março do presente anno.

Quanto ao Officio N.º 19 fico sciente do que nelle me participa, e espéro que continuará a empregar-se com todo o zêlo, ede acordo com o Dez.ºr Ouvidor nabôa administração, arrecadação, e applicação dos rendimentos da Fazenda Real.

Em quanto ao N.º 21 ficão entregues neste Arsenal os seis toros de Abuirá-pirunga, que remeteo por José Bento Affonso.

Deos G. aVm.º Pará 3 de Setembro de 1819 = Conde de Villa Flôr = Sr. Manoel Joaquim do Paço.

N.º 28

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Tive a honrra de receber o Offiçio de V.^a Ex.^a de 3 de Setembro do Anno proximo paçado em que me detremina mande render da Fronteira de Marabitenas ao Commandante da mesma Pedro Miguel Ferreira Barreto por algum outro Offiçial, que seja, não só inteligente do Serviço, porem sizudo e prudente: He necessario Exm.^o senhor, que eu falle a V.^a Ex.^a com aquella verdade, e inteireza que omeu Carater premite, e á Pessoa de V.^a Ex.^a hé devido: Com as condições que V.^a Ex.^a propoem;/ e que são as que na realidade devem acompanhar qual quer Official benemerito que se esforça quanto lhe hé possivel no bem do Serviço de Sua Magestade Fidelissima El Rey Nosso Senhor;/ não há hum só de que possa lançar mão, por que se tem alguma das ultimas qualidades o que duvido/ aprimeira hé imoçivel tella por serem Offiçiaes que vierão para qui em Offiçiaes Inferiores, e que nestes Certoens aonde nunca adisciplina Melitar apareceu, e nem foi conhecida, chegarão a Tenentes, Capitaens, e a Manjores; Quando isto se entende com os de Tropa de Linha; o que se não deverá supor dos Melicianos, e Ligeiros porem comtudo querendo eu segamente obedecer as sabias Ordens de V.^a Ex.^a mandei conservar naquella Fronteira, tomando posse daquelle Comando, ao meu Ajudante de Ordens, oqual se achava naquelle Posto em Serviço, como tinha parteçipado a V.^a Ex.^a pelo meu Offiçio N.º 18, e lhe Ordenei remeteçe prezo para este Lugar a Ordem de V.^a Ex.^a o ex Commandante Pedro Miguel Ferreira Barreto, para eu dáqui ofazer remeter prezo aPrezenssa d' V.^a Ex.^a Hé do meu sagrado dever Ex.^{mo} Senhor novamente pedirlhe que para benefício do Serviço de Sua Magestade, e para segurança das Fronteiras d'esta Capitania haja por Bem de mandar guarnecer esta mesma Capitania com quatro Offiçiaes de providade conhecida, dezemtereçe, e limpeza de mão, e seis Offiçiaes Inferiores inteligentes do Serviço, e dois Tambores, pois que tudo isto há falta irremedeavel; torno outra vez a rogar a V.^a Ex.^a haja de annuir a huma representação tão justa, etão necessaria para a conservação dos Estados de El Rey Nosso Senhor, os quaes eu não posso só por mim defende-los; além disso sabe V.^a Ex.^a como hum perfeito General que hé, que para os Postos avançados sempre se escolhem os Offiçiaes mais benemeritos, e de maior reputação por que destes depende a segurança de todo o Exercito.

A vista pois do que tenho esposto a V.^a Ex.^a; V.^a Ex.^a detreminará oque mais conveniente lhe parecer.

Deus Guarde a V.^a Ex.^a Quartel do Governo de Rio Negro
8 de Janeiro de 1820.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Villa Flor
Governador e Capitam General da Provincia do Pará
De V.^a Ex.^a
Subdito mt.^o reverente
Manoel Joaquim do Paço.

N.^o 32

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor

Acuzo, e certifico ter recebido os Off.^{os} de V.^a Ex.^a de 26 de Novbr^o, e de 13, 16, e 17 de Dezembro todos do anno passado, e os de 14 de Janeiro, e 23 de Fevereiro, e 21 de Março deste corrente anno; em quanto aos primeiros dois de 26 de Novembro, e 13 de Dezembro do Anno fico certo em tudo quanto V.^a Ex.^a me detremina, e logo fiz apromptar os quarenta Indios com o mantimento necessario para a expedição d'Matto Groço de que hia encarregado/ segundo o avizo d'V.^a Ex.^a/ o Tenente de Pedestres Luiz Manoel Pinto, e tendo eu conservado os quarenta Indios quatro mezes sem ter que lhes dar afazer, e tendo de mais amais o sustentalos os fiz recolher as suas Povoações athé ver o resultado de tal deligencia, pois que ainda athe adata desta noticias nenhuma ha certas, só dizem que otal Tenente Luiz Manoel Pinto subira pelo Rio Tapajos.

No Officio de 16 de Dezembro do anno passado me estranha V.^a Ex.^a o eu ter proihibido o uzo dos Uniformes dos Officiaes desta Guarnição; ao que respondo que mal os poderia eu prohibir quando tanto eu como os mesmos Officiaes ignoramos qual seja o Padrão que V.^a Ex.^a tenha dado para os Auxiliares, e Ligeiros desta Capitania, pois q. nem nesta Secretaria, nem em poder dos Commandantes dos Corpos se achão as devidas, e necessarias instruções pelas quaes eu agora reclamo; fazendo por isto ver a V.^a Ex.^a que queira que demim fizerão foi indiscreta, e intempestiva.

No Officio de 17 de Dezembro diz V.^a Ex.^a fassa eu constar aos Melicianos de que elles não podem ser izemptos dos empregos para que os dittos forem nomeados pelo Dez.^{or} Ouvidor desta Comarca, e pelas Camaras respectivas pela falta/ que dizem haver/ nesta Capitania de pessoas capases, e que deixem de ter Praça; pelo que sou obrigado a dizer a V.^a Ex.^a que enganarão totalmente a V. Ex.^a, e lhe representarão, ou requererão huma couza tal, pois que o Magistrado Antonio Feliciano de Albuquerque Bitancourt sempre athe agora tem nomeado os Auxiliares, e Paizanos/ que há bastantes nesta Capitania, e capazes/ para os Cargos

Civis porem com amesma facilidade com que os nimêa, com essa mesma os dispença, certificando ou a V.^a Ex.^a que os Auxiliares/ ainda mesmo aquelles que onão são/ antes querem fazer obrigação Militar do que servirem com tal Ministro: porem com tudo fiz distribuir a Ordem de V.^a Ex.^a aos Comm.^{tes} dos Corpos logo que me ella chegou amão.

Pelo Cabo de Pedestres Manoel Antonio remeto prezos a Ordem de V.^a Ex.^a segundo a Ordem de V.^a Ex.^a de 23 de Fevereiro deste anno os Paizanos Jozê Correa da Rocha, e Pedro Jozê Teixeira moradores da Villa de Silves.

Em quanto na Nossa Fronteira de Marabitenas nada tem havido de novidade athe oprezente, porem apreço-me em fazer hir com amaior brevidade pocivel a Copia do Officio do Commandante daquella Fronteira com os Artigos das Novidades que poude saber do Correio que veio de Hespanha trazer a Carta, que incluzo remeto para o Ill.^{mo} e Ex.^o Senhor Ministro de Estado dos Negócios deste Reino, da qual o nosso Commandante passou recibo. Não me tem sido pocivel ainda fazer chegar a Prezenssa de V.^a Ex.^a o Tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, Comm.^{te} de Marabitenas por não ter tido hum Official por quem possa mandar render; e se bem q.^{ta} eu avizei a V.^a Ex.^a em que otinha mandado render pelo meu Ajudante d'Ordens, este por cauza de grande molestia não poude cumprir aminha Ordem, agora he que fica em estado de poder subir para cima athe ao Forte de S. Gabrile para oCap.^{am} que ali se acha Joaquim do Espirito Santo Maquines hir tomar conta daquelle Commando para antão remeter prezo a Ordem de V.^a Ex.^a o sobreditto Pedro Miguel Ferr.^a Barreto, que ainda se acha naquella Fronteira: fazendo lembrar a V.^a Ex.^a que aquelle Maquines he hum Official reformado, e que anecessidade hé que me tem obrigado a lançar mão d'elle para o Serviço de Sua Magestade, porque entre os Officiaes de Milicias, e Ligeiros não conheço hum com os requezitos necessarios para amanutenção, e deffeza de huma Fronteira: agradeço ao mesmo tempo a V.^a Ex.^a oavizo que me faz no seu Officio de 21 de Março Relativo a Tropa, Artelheria, e Officiaes, que ficão para aqui, marchar.

Participo a V.^a Ex.^a que o Sargento Mor Joze de Napoles Tello de Menezes, que servia de Secretario morreu no dia 17 de Junho com a impertenacia de se não querer recolher a essa Cidade a gozar da Licença que lhe eu tinha dado no dia 7 de Março deste corrente anno ficando eu sem ter quem me ajude no inmenso trabalho desta Secretaria, e sem ter quem Nomeie para o lugar de Secretario segundo a Ordem de V.^a Ex.^a de 21 de Março: e apenas poderia lansar mão do Ten.^{te} Bonifacio João de Azevedo como mais capas para occupar tal lugar, porem com o inconveniente deser Escrivão, e Contador da Provedoria, e eu querer evitar

etiquetas e milindres, entre mim e a Pessoa do Provedor; sendo estas as circunstancias ã ã. eu estou desde Outubro do anno passado/ epoca em que adoeceu ofallecido Sargento Mór;/ carregd.^o com opezo detoda esta Secretaria: pelo que mevejo obrigado apedir a V.^a Ex.^a, ou aNomeação de Secretario p.^a o Ten.^{te} Bonifacio João de Azevedo, não ficando por isso desligado das obrigaçoens de Escrivão, e Contador, oque pode muito bem suprir pela sua actividade, e expediente, ou servir-se V.Ex.^a mandar-me dahi hum Official para o Lugar de Secretario, que tenha os requzeitos do sobre dito Tenente.

Deos guarde a V.^a Ex.^a Quartel do Governo do Rio Negro
6 de Julho de 1820.

Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde de Vila-Flor, Governador e Cap.^{am}
General da Provinsia do Pará.

De V.^a Ex.^a

Subdito mt.^o Atento

Manoel Joaquim do Paço.

Ill.^{mo} Senhor Gov.^{or} = Sou a participar a V.^a S.^a que no dia 1.^o deste Corrente Mez chegou ao Posto de Cucuy hum Correio de Hespanha, oqual logo me foi entregue pelo Soldado Commandante ali, enesta occazião faço remeter a V.^a S.^a pelo Furriel do Corpo de Artelharia aqui destacado Pedro Soares de Souza, tanto oque vem para o Exmo. Senr. Ministro de Esttado como a Copia do que me dirigirão, e Copias de duas particulares, e assim mais a resposta que lhe dei ao su Officio; enão mando Copia de resposta particulares por que não respondi, para não accuzar novos motivos de discredito aminha honra; eessim tomei a rezolução de hir athé dito Posto de Cucuy, levando em minha Companhia oSargento Rabello, o Furriel portador desta, e alguns Soldados para serem Testemunhas das minas converçaçoens, e assoens que hia ter com o condutor do Correio insurgente; oqual hera hum Portuguez por nome Manoel Cordeiro Morador de S. Fernando de Atabapo. = Eu tomei este acordo de lhe fallar pelos motivos de a mais de 6 mezes não se ter noticias do Esttado das marchas, movimentos, edireccoens dos dittos Insurgentes, e saber se avia alguma idéa que nos cauzace disconfiança, e igualmente ser o conductor Portuguez aquem todos entendião bem. = Para eu poder efectuar omeu dezejo em beneficio da Fronteira e Estados do nosso Augustissimo Soberano, eSenhor, não só pela fidelidade que lhe devo, como pela responsabilidade da Sua Fronteira, que o Ex.^{mo} Senhor General Conde, e o Illustre Antecessor de V.^a S.^a de mim confiarão, me vali do estratagema de por oditto Conductor do Correio Insurgente hum tanto embriagado, para com lizura e verdade me descubrir tudo

que se paçava naquellas Provincias Insurgidas; oque com effeito conseguiu, e são as seguintes = 1.^o Quanto anosso respeito, diz elle que não há a mais leve idéa de nos fazerem guerra, e que antes pelo contrario assás se receião de que não só nós o ataquemos, como nos unamos com os Hespanhoes Realistas dando-lhe passagem por esta Fronteira, para os hir atacar, ebater pela retaguarda; e que este he o maior cuidado, e temos delles = 2.^o Que para se segurarem deste temor invião esse Officio ao Exm.^o Senhor Ministro de Estado para fazer subir aReal Prezensa de Sua Magestade, no qual diz elle conductor, que pedem ao Nosso Soberano se lhe reconheça asua Republica por Amiga, e se lhe premita huma Communicação franca por esta Fronteira para o ramo do Comércio. = 3.^o Que entre a Commandancia de S. Fernando, e de S. Carllos, só exzistem quarenta Praças incluindo-se neste N.^o alguns Indios Moradores dessas Povoaçãoens a quem elles tem aListado. = 4.^o Que os Insurgentes ja/ digo/ Que quanto as Fortificaçoens de S. Carllos são nenhuma; Pessas que não tem huma só montada em reparo, e munição de Guerra bem pouca, só de Mosquetaria. = 5 Que os Insurgentes já Conquistarão Caraca, Nova Granada, e parte de alguns Estados pertencentes ao Reino de St.^a Fé, cuja Capital se achava Citiada, epela falta de Tropas que Bolivar tinha, passara o Vice Prezidente Francisco Antonio Zea as Ilhas Inglezas á ajuntar Tropas Voluntarias. = 6.^o Que o General Morillo se acha com oSeu Exercito defendendo o Citio de St.^a Fé. = 7.^o. Que os Insurgentes se achão vechados 1.^o porque não tendo elles dinheiro para pagar aos Inglezes, que lhe fornecem com tudo o necessario, sussedeo apoucos tempos vir huma embarcação dos ditos a receber o dinheiro q. lhes devião, e que apenas lhe puderão dar 900\$000 pezos duros; 2.^o que elles estão inteiramente apertados, por não terem mais que huma Embarcação grande de Guerra no Porto de Angustura; e que não sabem para que Guerra se preparem, por que os Pardos, e Negros que elles alfurriarão se querem sobrevar contra elles/ tal vez para seguirem o methodo dos da Ilha de S. Domingos/ e dizem os Insurgentes que receião mais a Guerra dos Negros, por que ser-lhes-ha mais funestas que ados Hespanhoes Realistas; e que os dittos Negros já fallão na Sublevação com muita liberdade; 3.^o que as suas Fazendas de Gado Vacuum estão assas destruidas e estas guardadas pelos ditos Pardos de quem hoje se receião. = 8.^o Que ouvira dizer, ao bem mandante Hipolito Coibas que os Inglezes Americanos se determinavão ahir atacar anossa Provincia do Pará. = Deos guarde a V.^a S.^a = Fronteira de Marabitenas 8 de Junho d' 1820 = Ill.^{mo} Senhor Governador Manoel Joaquim do Paço = Pedro Miguel Ferreira Barreto.

Está conforme ao original = Raymundo José Franco.

NA HOLANDA, COM FRANS POST

ARGEU GUIMARÃES

Rio, 1955

(Seguido de um catálogo crítico da obra de Post)

Ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

«Je prends la liberté de présenter à Votre Majesté une curiosité, à laquelle j'ai travaillé huit années en suite, pendant ma demeure au Brésil, en sorte que Votre Majesté verra ce beau pays, qui n'a pas son pareil au monde, en portrait, par diverses pièces, représentant les hommes, bêtes, oiseaux, poissons et fruits, tous à la grandeur de vif, desquelles on pourra former une tapisserie la plus rare qu'on aie jamais vu...»

MAURÍCIO DE NASSAU A LUÍS XIV)

Procurei abranger no título a dupla intenção deste livro, que não é sistemático nem erudito, porque se contenta com a reunião de crônicas esparsas, todas recolhendo, porém, um eco da obra brasileira de Frans Post na Europa, sobretudo na Holanda, onde mais longamente me detive.

Assim se explica o duplo aspecto das páginas que ora apresento um itinerário pontilhado de impressões, sempre na companhia do pintor dileto de Maurício de Nassau.

Algumas vezes saio da Holanda, para procurar, à sombra dos museus, das coleções particulares e dos antiquários, em outras cidades, vestígios da passagem de Frans ou restos mais ou menos perdidos do seu espólio, por tanto tempo esquecido, e que nos parece hoje mais precioso que nunca.

Nesse longo passeio, entremeado de anedotas e surpresas, andei sempre com o fantasma de Frans ao meu lado e ainda quando

me distraía na busca das outras sombras que o seguiram na aventura brasileira, era êle, afinal, com a sua pachorra de tesoureiro do *Gilde* de Haarlem, o companheiro constante que me animava na descoberta de novas pistas e novas obras. A êle, pois, competem tôdas as preferências nesta espécie de inquérito prosseguido através da minha carreira, ao sabor do acaso, e da variação do pouso, nem sempre propício aos objetivos.

Frans Post, no discreto ressurgir da sua evocação proporcionou-me bons momentos, e tanto basta para o meu prazer. Se o que me propiciou sua imaginária companhia não contiver nenhuma revelação, fica, pelo menos, o gôsto da pesquisa e da interpretação, e o empenho de servir uma causa de relevância insofismável.

Ao mesmo tempo, as imagens fugitivas da Holanda e de outras paisagens amadas animarão um quadro que também iluminou a sensibilidade de Frans, cuja retina guardava reflexos do nosso trópico ao lado dos que recebeu pela Europa a fora.

O seu caso me interessou desde cedo, desde quando, em 1918, apresentei à Escola de Belas Artes a tese sôbre *Artes plásticas no Brasil*, e, em 1929, escrevi a *Sereia escandinava*, dando conta da obra de Alberto Eckhout no Museu Etnográfico de Copenhague, e dos que com êste pintor formaram a chamada missão artística de Nassau.

Nos anos posteriores apareceram trabalhos de vulto em tôrno do mesmo tema, e Eckhout, como Post, foram definitivamente arrancados do olvido. O que se havia pesquisado e escrito antes era pouco, era lacunoso, à mingua de fontes e documentos. Depois, a pintura holandesa, em nosso país, saiu à plena luz, os quadros de Post foram procurados em tôda a parte, muitos vieram para o Brasil, e as nossas letras contaram novos «postianos», dotados, certamente, de penetração, de argúcia, de senso crítico.

Aquêles aspectos magníficos da iniciação nas ciências e nas artes, que realça, pela primeira vez na história colonial da América, a presença de Nassau em Pernambuco, mereceu, por fim, a atenção dos estudiosos brasileiros. E a paleta de Frans se engrandeceu pelos documentos que foram aparecendo, e servem até para estudos de sociologia, de etnologia, fornecendo provas visuais revestidas de uma probidade indiscutida e de uma eloquência manifesta, para quantos saibam contemplar o que êle pintou, a paisagem, a natureza, o homem, a arquitetura, a vida rural, o ambiente de uma época, a fisionomia de uma terra.

Ao voltar ao estudo e à admiração de Frans Post, não pretendo aprofundar o significado da sua obra, senão registrar

notas e achegas que me foram surgindo aqui, ali, alhures, sem esquecer provas fotográficas, e datas de um singelo jornal de viagem.

Ao abrir estas páginas para conduzir o leitor à Holanda na companhia de Frans, quando algum tempo já passou, matarei saudades fugindo ao vêzo dos memorialistas, tanto mais facilmente quanto o presente andaré sempre ligado ao passado, sem paixões inimigas da verdade, e com a vista afeiçoada à paisagem inigualável dos Ruisdael, na lhanura dos campos enxadrezados de canais, com os seus moinhos decorativos e as suas dramáticas celagens.

A ante-sala da minha visita à Holanda foi a Inglaterra, quando o govêrno da Rainha Guilhermina ainda concluía os dias do exílio torturante da guerra.

Em Londres mesmo bisbilhotei museus e coleções, sem esquecer a obsessão de Post, ponto de mira da minha curiosidade à margem das obras primas dos outros mestres maiores.

Depois, restaurada a independência do país, embarquei num vaporzinho em Gravesend para, numa noite gelada, atravessar o canal e desembarcar no Hook van Holland. Era o comêço do inverno.

A Holanda, afinal... e a caravana da nossa legação conduzida pelo protocolo da Haia redimida ao hotel do castelo de Vassenar...

CASA GRANDE

Londres, 1946

As pinturas holandesas de inspiração brasileira, do venturoso domínio de Maurício de Nassau em Pernambuco, perduram na Europa inteira, à espera de um arrolamento avisado e necessário, que precisamos instaurar desde já, para saber o que subsiste do flagelo da guerra, antes que outra conflagração venha acabar de destruir o que ainda existe.

Penso com confrangimento nos quadros que se acham na Alemanha e Deus sabe se não foram irremissivelmente devorados pela tragédia. Oxalá conseguisse, mesmo com modestos recursos, tentar uma busca e inventário do que ainda pode ser encontrado, e escapou outr'ora à investigação solerte de um José Higino, um Souto Maior, um Oliveira Lima.

Esse pensamento, confesso, muitas vêzes me seduziu, pela circunstância de achar-me destacado em Haia, ponto ideal para início de semelhante emprêsa, partindo do próprio coração da Holanda. Contra as aparências, o acaso nem sempre me favo-

receu, nesse desejo de transmitir ao Brasil impressões diretas de uma peregrinação pelos escombros da civilização européia em busca de relíquias esquecidas ou extraviadas do nosso passado.

Nem a minha estada na calma «Residência» foi isenta de interrupções, que prejudicaram o curso de pesquisas premeditadas num largo raio de ação em torno do berço da escola holandesa. Primeiro, a forçada estação em Londres, junto da côrte exilada da Rainha Guilhermina, até a transferência definitiva do corpo diplomático para a capital do país, livre do invasor depois de tantas penas. Em seguida, já na Haia, o cumprimento de outros deveres, que de novo me conduziram à vizinha Albion para representar o Brasil na comissão de refugiados e deslocados de guerra das Nações Unidas.

Quando, afinal, regressei à terra das tulipas (era em junho e já o magnificante tapete multicolor — manto de realza a opulenta a monótona lhanura — se havia desvanecido, depois da florescência espetacular de abril e maio) não logrei, no sereno ambiente do castelo de Vassenar, em cujo hotel residi, dispor do necessário lazer para a tarefa que, entre tôdas, me fascinava. Mais de uma vez ausentei-me, quando outros trabalhos não me acorrentaram ao pôsto, fora da projetada excursão.

Assim, o que pude ver, na própria Holanda, foi pouco, e merecia um desenvolvimento adequado e paciente. Mas as notas tomadas poderão servir, como subsídio mínimo, a quem, em circunstâncias mais favoráveis, e com elementos mais seguros, consiga retomar o itinerário interrompido nestas linhas, que valem, para o autor, pela saudade de dias vívidos ao contato de um povo bom, laborioso, porfioso na reconquista da própria felicidade, interrompida, em anos de dor, pela dureza de um assaltante implacável.

Antes de conduzir o leitor à Holanda, como pretendo fazer, visitarei o primeiro quadro de Frans Post em Londres, na residência do banqueiro inglês John Hugh Smith, apresentado por um auxiliar da nossa embaixada, que tem no sangue a fleugma britânica de mistura com o nervosismo brasileiro, um autêntico ânglo-brasileiro que assimilou o ruço petropolitano ao *fog* londrino. Achei-o às voltas com gravuras de Maria Grahman e quadros de Post. Só uma boa fada podia ajudar-me dessa vez. Em meio dos exaustivos trabalhos que, dia e noite, me levavam à *Church House* de Westminster, achei jeito, por obra e graça dêsse diligente Bob Nothmann, de fazer uma visita matinal ao banqueiro Hugh Smith, no dia 10 de abril de 1946.

Hugh Smith pertencera ao Banco Hambro e mereceria descrito com arte na sua sólida, confortável e sanguínea aposentadoria



O tamanduá e o tatu
(*Galeria Nacional, Praga*)



O cavaleiro negro
(Coleção Argeu Guimarães, Rio)



Tapuias
Tapeçaria das Novas Índias
(Palácio Arquiepiscopal, Praga)



A Ilha de Itamaracá
(*Museu da França de Ultramar, Vincennes*)



O carro de bois
(Museu da Marinha, Paris)



O painel da Várzea
(Museu do Estado, Amsterdam)



*Frontão da Maurits-Huis
(Haia)*



Igarazu
(Coleção Argeu Guimarães, Rio)

britânica. Mora num apartamento perto da embaixada, em Mount Street 45. Às nove da manhã bati-lhe à porta, depois de atravessar a pé o Hyde Park, aproveitando um sol que filtrava do arvoredado verde tenro com arrepios de frio. Quanta perspectiva vista e amada a que desejaria tornar, se não temesse espriar-me em divagações fora do tema.

Subo a escada estreita e íngreme de Hugh Smith, intacta, como antes da guerra, numa casa que escapou por um triz da blitz e das bombas-foguetes alemãs. Sem preâmbulo sou introduzido na saleta onde se encontra a pintura a óleo sobre madeira, assinada pelo bom mestre que, *par droit d'ainesse et de conquête*, foi o avô da nossa pintura. Não me lembro, nem tenho meios de verificar, as menções já feitas ao quadro, nem sei se figura no album de Joaquim de Sousa Leão, ou no catálogo postiano de Ribeiro Couto, ou nas páginas mais antigas da minha *Sereia escandinava* (1). Mas, não importa.

Ali o tenho, diante da vista, com o motivo central de uma casa grande, destacando-se, no primeiro plano, um grupo de pretos e, em redor da casa, árvores ramalhudas e copadas. O colorido não se aproxima daquele tom azulino que se acentuou em outras composições do pintor. Hugh Smith, desinteressado da História do Brasil, explicou-me que comprara a pintura, no meio de outras, por causa da torre que realça o ângulo direito da casa, e lhe pareceu tão sugestiva que até supunha tê-la vislumbrado antes em qualquer recanto de Northumberland. Rematou, por isso, o quadrinho por vinte libras, em leilão. (Estaria pronto a ceder-m'o por mil guinéus!)

O valor dêste Post, como documento, é por demais visível para que precise encarecê-lo. Seria um gôzo para Gilberto Freyre. A concepção não deixa de ser singular em Post, cujas casas de engenho, e aspectos da lavoura pernambucana, servem em geral de acessórios a largas composições paisagísticas. Desta vez o

(1) Figura na «Relação dos quadros brasileiros de F. Post», de Sousa Leão: *Casa grande*, madeira, 45 x 60, datado de 1651, com assinatura. Transcreve o comentário de Robert C. Smith: (*The brazilian landscapes of Frans Post, Art Quarterly*, outono, 1838): «Post pintou neste quadro uma casa de plantação no interior, uma *casa forte* com uma robusta torre para protegê-la contra ataques. Tem um tom mais tranquilo que dramático. As características exóticas da paisagem foram por êle descuidadas a fim de realçar a serenidade do pequeno grupo dos proprietários holandeses e seus servidores. A pintura se relaciona estreitamente com as primeiras séries brasileiras. O espectador uma vez mais se sente próximo da cena; a qualidade atmosférica é quase tão marcada quanto numa verdadeira pintura impressionista. Há um sentido de realismo que a maioria das paisagens de artistas europeus não consegue atingir». (Os proprietários devem ser portugueses e não holandeses).

motivo essencial é a casa, o resto passa a subsidiário. Observo a torre que inspirou Post, saudoso daqueles delicados torreões holandeses, luzidos e mimosos como brinquedos de criança. A claridade solar envolve e detalha a casa na moldura do céu escampo e desmaiado e da fronde bem verde das gameleiras. Post explora os efeitos da luz e da côr, resolvendo-os, como bom holandês, em harmonia com a honestidade e segurança do desenho. A natureza se reduz a algumas árvores. O grupo humano oferece mais um flagrante da vida primitiva de Pernambuco.

Demorei o olhar diante daquela natureza e daquela humanidade rústica, revivendo, pela imaginação, a modôrra de um meio dia quieto da gente de engenho, que tanto poderia ser de ontem como de hoje.

Em Londres, ao Frans Post de Hugh Smith é preciso associar, em nossa própria embaixada, na Mount Street, os da rica coleção de Moniz de Aragão: *Engenho*, madeira, 43 x 48, 1661, assinado; *Paisagem*, tela, 63 x 93, sem assinatura; *Povoado*, madeira, 36 x 48, assinado; *Paisagem*, sem outra indicação na *Relação* de Sousa Leão.

Para êstes quadros requer-se um capítulo especial.

O MANGUE

Amsterdam, 1946

Em Amsterdam, na galeria de arte de D. A. Hoogendijk (*Oude Schilderijen*, Pinturas antigas), vi o famoso Post da coleção Alfred Kay, paisagem pernambucana de bela concepção e delicado acabamento.

Desde dezembro de 1945 um crítico de arte holandês me prometera descobrir-lhe a pista. Era o professor Jean Baptiste de la Faille, de origem francesa, mas holandês de lei, a quem devi preciosas indicações em Haarlem, onde fui visitá-lo.

Soberba obra d'arte, dizia-me entusiasmado o Dr. de la Faille, essa pintura foi feita por Post sôbre madeira, medindo 32 centímetros de altura por 67 de largura, assinada e datada de 1667. A conhecida publicação *L'Amour de l'Arte* consagrou-lhe em Paris uma linda página ilustrada, em dezembro de 1931.

Devendo, naquela época, tomar o avião para Londres, procurei à pressa, antes de partir, o antiquário numa daquelas avenidas aquáticas, se assim posso dizer, do primeiro pôrto e capital teórica da Holanda — o *Keizersgracht*, ou cais do Imperador, avenida abaixo do nível do mar formada por um grande canal bordado de calçadas, com o casario alto, severo, sombrio. Os

gracht, seja dito de passagem, recortam Amsterdam em linhas paralelas.

E o antiquário Hoogendijk vivia ali como um escafandrista à caça de tesouros de arte. Graças a êle, e sobretudo ao Dr. de la Faille, admirei mais êste Post, celebrizado por citações ilustres. Tinha o lugar de honra da galeria e estava dignamente emoldurado.

O plano da paisagem se desenvolve em largura e profundidade como um oceano verde em que apenas se encrespa o tufo dos arbustos e se alteia o dorso ondulado dos cômoros arenosos entre o leito de águas mansas que escorrem pela várzea. Seria, para João Cabral de Melo Neto, a quem mostrei a fotografia, um «mangue» entre Recife e Olinda. Reconhecimento topográfico evidente. Só à extrema direita se perfila até o céu a folhagem protetora de uma gameleira.

A linha do horizonte dir-se-ia traçada com a calma e correção de uma paisagem de Ruisdael ou de Hobbema e o céu amplo e descoberto apenas insinua uns farrapos brancos que até parecem nuvens da Holanda. A degradação da perspectiva descaindo para longe é concebida com mão de mestre, na fusão dos tons com o azul pálido do horizonte, repetindo, em tôda a extensão, o mesmo motivo da lhanura alternada de pequenos bosques, águas serenas e montículos de areia.

À frente, no primeiro plano, um grupo de oito figuras repousa à beira do rio. Pousam no chão os samburás de frutas e descansam do torpor da tarde. Sempre, em Post, a paisagem enriquecida pela composição de gênero que nos oferece ao vivo uma lição de sociologia, em correlação, bem longe, à esquerda, com o frontal branco de uma igrejainha, a assinalar discretamente a presença humana na amplitude da natureza.

A pintura, datada de 1667, corresponde à segunda fase de Frans Post, aquela em que, já fora do Brasil, e mais seguro dos seus recursos de artista, afeiçoado na grande escola dos mestres do torrão natal, imprimiu à paleta uma ciência suplantada nas primeiras composições por uma espontaneidade, uma simplicidade mais realista. Embora a fiel memória visual garantisse a exatidão de todos os motivos na evocação perene do Pernambuco gravado no fundo da sua retina, aquela arte mais sábia e mais estilizada desmereceu o encanto primitivo, a mocidade adorável dos primeiros painéis pintados em plena natureza bruta, quando usufruía, no próprio Brasil, a proteção principesca de Nassau.

Dêsse jeito o quadro que tenho à vista no Keizersgracht, e tôdas as paisagens brasileiras realizadas por Post na Holanda, representam a maturidade do pintor, a plenitude dos recursos do

seu pincel, mas perdem o encanto simples das primeiras palhetadas, em que o toque era mais brusco e a côr e a luz mais cruas. Nenhum convencionalismo entibiava o impulso inicial do artista, a tal ponto que Jacques Combe o indigitou como precursor do impressionismo, enquanto os contemporâneos taxavam de *sauvagerie* a sua pintura pernambucana.

O exame da obra de Frans Post não pode circunscrever a sua arte àquela face primária, que nos comove e instrui, mas desconhece as sutilezas de uma técnica mais exigente, só adquirida de retôrno aos lares.

Pode-se acrescentar que, tendo desvirginado para a grande pintura a natureza do trópico, prolongou o seu deslumbramento até a velhice, poetizando-a e embelecendo-a através de composições cada vez mais castigadas, mais afeiçoadas, mais acadêmicas. Na mesma Amsterdam o Museu Real reuniu tôda a sua coleção postiana, em que figuravam «primitivos» e «posteriores», documentando, para meu exame, a evolução do artista.

Contento-me, nestas linhas, com a evocação daquela brumosa tarde de Amsterdam e do meu primeiro encontro com Frans Post na Holanda. Devo confessar que o antiquário Hoogendijk ofereceu-me o quadro por seis mil florins. Eram mais ou menos dois mil dólares! O professor de la Faille se interessou pela compra, mas, com a minha ausência, passou o ensejo, e foi vendida a paisagem de Frans Post ao Sr. H. M. Knight, de uma companhia de seguros de Rotterdam. O novo proprietário habita uma herdade em Haamstede, na Zelândia (*Huize Westernen Ban*). Não logrei acertar um encontro com êle (1).

Mas Jean Baptiste de la Faille, erudito e prestimoso, deu-me outras indicações sôbre a existência de quadros de Post em Leide, Haia, Amsterdam, especialmente no Museu Naval desta última cidade, e nas galerias particulares do professor Martin e do Barão de Vassenar.

Aos poucos ia levantando um itinerário postiano que, se não de todo aproveitado, proporcionou-me horas de proveito e prazer.

(1) O quadro foi logo depois adquirido pelo saudoso Filadelfo de Azevedo, então juiz da Côrte de justiça internacional de Haia. Tive a satisfação de constatar que, em mãos amigas, não se perdeu para o Brasil.

ITINERÁRIO

Vassenar, 1946

Depois de conversar com mestre de la Faille em Haarlem, compreendi a necessidade de orientar metódicamente as pesquisas, fazendo algumas consultas preliminares e traçando um itinerário, além de procurar leituras que me abrissem novos horizontes.

Dirigi em julho uma circular aos diretores de museus e arquivos através da Holanda, para dar um balanço do que subsistia depois da guerra.

Indaguei sobre os catálogos dos museus e, recorrendo aos conhecimentos dos diretores, escolhidos sempre entre gente pro-
vecta, perguntei quais as velhas residências nas quais se pudessem assinalar quadros dos pintores holandeses que estiveram no Brasil no primeiro quartel do século XVII com o príncipe João Maurício de Nassau, assim como pinturas decorativas nos tetos e nas paredes dessas mansões. Citei, na circular, para facilitar a investigação, os nomes dos artistas indigitados como participantes da expedição do príncipe, a começar por Frans Post.

As respostas não tardaram, embora, em alguns casos, não se pudessem considerar concludentes e satisfatórias. As referências, e o resultado do que obtive, irão surgindo no curso das notas que se vão ler. Abrangeram, no mapa da Holanda, de norte a sul, de leste a oeste, uma rede de pontos de interesse, que se estendia de Groninga a Maastricht, de Middelburgo a Arnhem. Dado o espírito de exatidão e seriedade dos holandeses, as informações obtidas, mesmo quando negativas, baseadas muitas vezes em citações eruditas, serviram de ponto de partida para as excursões em que, estimulado pela curiosidade histórica e artística, me permitiram, ao mesmo tempo, conhecer, em todos os seus quadrantes, aquele delicioso país.

A Holanda foi feita, no dizer de um escritor francês, «à medida do homem», indicação do equilíbrio e harmonia das concepções do filho da terra conquistada ao mar e arrumada com asseio, medida e graça. As cidades se sucedem num perímetro exíguo, ligadas por estradas e canais que facilitam as comunicações e amenizam as dificuldades, colocando, por assim dizer, ao alcance da vista, sem

esforço e com prazer, as jóias da paisagem, da arquitetura e da arte semeadas pelo território.

Parti em várias direções pela terra batava, tendo, na própria Haia, o museu de belas artes, instalado na Maurits-Huis — o gabinete real de pintura — além dos museus Brédus e Mesdag, da coleção do professor Martin, e outras, e os palácios reais, e os arquivos onde ainda existem documentos não devassados por olhos brasileiros.

Logo depois de Haia, a grande cidade de Amsterdam, com o museu real — o *Reijksmuseum* —, e o museu naval, possuidor também de peças essenciais para este processo histórico e estético, além dos museus Fodor, Six, o municipal e colonial, todos encerrando obras primas, se não aquelas que diretamente interessavam o meu objetivo.

No correr destes apontamentos serão evocados outros sítios e outras coleções, assim o castelo do Barão de Vassenar, na província de Gueldra; a mansão do banqueiro Knight, na Zelândia; o museu de Dordrecht; o museu Boymans, em Rotterdam; o museu da Sociedade de Ciências de Middelburgo; o museu Huis Lambert van Meerten, em Delft; o museu municipal Lakenhal, de Leide; os museus Teyler e municipal de Haarlem; o museu central e o municipal de Utrecht; o museu municipal de Groninga; o museu Genieente, de Arnhen; e outros.

Desdobro o mapa.

Tôda a Holanda está aí, com os seus canais, os seus moinhos, os seus tapetes de tulipa, nos dias luminosos de maio, os seus *polders* e as suas dunas, a animação dos invernos à Hendrick Avercamp e a doçura da primavera na floresta de Vassenar, e aquêlê céu que põe fogos de artifício sôbre as imensas lhanuras — cujo mistério profundo requeria a paleta dos Ruisdael e de Hobbema e de Cuyp e de van Goyen para interpretar-lhe as transformações súbitas e espetaculares... Tôda a Holanda, com sua vida clara, simples e ordeira, e o seu povo pacato mas tenaz, hoje como no tempo de Guilherme o Taciturno.

Sigo de automóvel pelas estradas, tão perfeitas que, à falta de acidentes topográficos, chegam a inventar passagens de nível e pontes desnecessárias, para quebrar a monotonia da planície infinita — o próprio fundo do mar soerguido e drenado nos *polders* para construir a pátria...

E percorro cidades e aldeias, castelos e herdades, ruas e praças, afeiçãoados por uma arquitetura e por uma fisionomia nacional que é exclusiva da Holanda, e vejo na transparência do diafragma iluminado por um sol ora claro ora ambíguo a Groninga setentrional, o lago do Zuiderzê separado das marés do mar do Norte

pelo cordão umbelical da famosa obra hidráulica e que vai se convertendo em terra firme, cada vez mais contraído; Volendam, às suas margens, famosa pelas camponesas bonitas que Luis Guimarães elogiou; a Ilha periclitante de Marken, que ressurge das ondas com os tesouros do seu folclore; Alkmar, a metrópole dos queijos do Reino, com seus vaqueiros enfarpelados de branco para carregar as grandes bolas ao mercado; Amsterdam, com as prerrogativas de capital de direito, senão de fato; Amersfort, onde se conjugam tantas coincidências na história dos pintores de Nassau; o castelo de Doorn, onde o kaiser destronado se converteu em lenhador; Haarlem, o berço de Post e da paisagem holandesa; Lisse e Hillegom, centros de floricultura e horticultura; as grandes praias do mar do Norte, Nordwijk e Scheveningue; Vassenar, com o castelo e a floresta onde passei calmos e belos dias; a sábia Leide; a episcopal Utrecht; a aprazível Arnhem, ferida em cheio pela tragédia dos paraquedistas; Delft e o mimo das faianças; Gouda e o milagre dos vitrais; Hook van Holland, primeira porta de entrada; Rotterdam, sôbre o caudal avolumado do Reno e do Mosa, com o seu prodigioso pôrto; a encantadora Brielle, burgo de pescadores recordando a presença da França em dias que longe vão; Nimega, com o prestígio da História; Schiedam e Dordrecht, nas grandes águas terminais dos rios que se repartem ali em mil canais; Breda, que procuro em vão nas *Lanças* de Velasquez; Hertzogenbosch, capital do Brabante setentrional que a geografia afrancesa em Bois-le-Duc; Middelburgo, a capital da Zelândia; Maestricht, numa ponta que se encrava no Limburgo belga; Rosendal e a fronteira, que me aproxima de Antuérpia.

Fromentin, que era pintor e sabia imprimir à prosa os matizes da paleta, via a verdadeira Holanda a partir de Breda — mais verdor no horizonte, moinhos de perfil incontrastável, gado, tudo plano, fugitivo, vivo, úmido... e garças reais, cegonhas e *vanneaux* (1) que no verão abandonam os ninhos nas anfractuosidades das dunas, e cujos ovos pintalgados de roxo são em primeiro lugar oferecidos à rainha, e logo servidos no castelo de Vassenar como iguaria rara... Sente-se o ar do mar na linha do horizonte, névoas azuis banham as distâncias... De espaço a espaço se recorta acima dos juncos uma silhueta pardacenta de cidade estendida na planície com a flecha de algum campanário: Schiedam, Delft, Haia. Mais adiante as dunas formam um deserto apenas ondulado, ora de areais nus, ora revestido de ervas rasteiras, precedendo as grandes praias...

Mal dizem êsses nomes da complexidade do panorama, apesar da unidade fundamental que os enfeixa em diversas províncias

(1) Não sei como traduzir *vanneaux*: o dicionário diz «pavãozinho...»

irmãs gêmeas umas das outras, ainda as mais distantes, como Groninga ao norte e o Limburgo ao sul, acentuadas, condensadas, quintessenciadas sobretudo nas Holandas do Norte e do Sul, que deram nome ao país, e na Frísia, na Gueldra, e na Zelândia, até o Brabante.

Mas o que importa, e o que fica na retina, é a atmosfera dignificada pelo encantamento de uma gente e de uma terra que possuem o signo da personalidade, da originalidade, e não se confundem, nos seus traços próprios, com quaisquer outras — galardão e privilégio que os pintores souberam imortalizar no século de ouro, o século XVII, marcado pelo nascimento da pátria imultâneamente com o da grande escola de pintura.

Abro de novo o mapa para desenvolver o itinerário, começando pelo Museu Real de Amsterdam.

OS «POSTIANOS»

Amsterdam, 1946

Na mesma Holanda o pintor de Nassau conta hoje alguns amigos. Amigos da sua obra, amigos da sua originalidade, amigos do Brasil (1). O primeiro dêles é o Dr. Arthur Van Schendel júnior, conservador atual do Museu Real de Amsterdam (*Rijksmuseum*), onde existem tantos quadros célebres das grandes escolas, por êle estudadas em nutridas monografias.

Devia, no meu itinerário à *la recherche de Frans Post*, procurá-lo para orientar-me, tanto mais que a sua estréia na crítica e na história artísticas ocorreu em 1936, em Paris, ao apresentar a uma comissão da Escola de Belas Artes uma tese sob o título sugestivo de *Frans Post Le Brésilien*, na qual cita *A sereia escandinava*. O contato foi rápido, mas instrutivo para quem escreve êste registro.

Van Schendel ofereceu-me um exemplar dactilografado daquele trabalho, tendo enviado outra cópia a Ribeiro Couto. Modesto e discreto, apesar do relêvo das funções que exerce, Van Schendel não deu aos prelos a sua monografia, digna de ser divulgada, entretanto, não só pelo que revela de método, concisão, clareza e boa documentação, como por abrir perspectivas novas, em estudo tão pouco versado até hoje na Europa e no Brasil.

Na dedicatória com que me honrou se eximia de possíveis falhas num ensaio da primeira mocidade. Essas falhas, se existem, só podem ser devidas ao entusiasmo de quem, abrindo caminho em terreno virgem, deixou-se empolgar pela figura daquele patrício do século XVII enamorado da natureza pernambucana. Mas o essencial foi observado e dito por Van Schendel, que não abandonou mais o interesse por Frans Post e completará por certo algum dia uma obra de fôlego sôbre os artistas de Nassau.

Grande fortuna a nossa, a de contarmos com o Dr. Van Schendel no cargo de mais responsabilidade do Museu Real, pois durante

(1) Entre os amigos de Frans Post na Holanda devo incluir o Dr. W.J. van Balen, autor de um bom livro sôbre Nassau, o Dr. Martin do museu Mesdag, o historiador e filólogo Dr. M. de Jong, o Sr. D.W.A. Van der Kemp, que dirige em Schiedam um instituto onde se ensina o português, os Srs. Ch. J.A.M. Welter e E. Henny, do Instituto holando-sulamericano, a senhorinha Bertina de Mulder Bonello, secretária do Dr. Van Balen.

a guerra foi o guardião zeloso e providente de nove pinturas possuídas do patrimônio daquele ilustre estabelecimento. Sob a ameaça dos bombardeios aéreos, cuidou logo de preservar, em abrigo seguro, os quadros de Frans Post, que, à míngua de um verdadeiro amigo, cederiam o passo talvez a tantas obras primas de outros mestres. Seja dito de passagem que Amsterdam, com uma sorte que faltou a Rotterdam, nada sofreu das bombas alemãs.

Quando voltei à Holanda, após a libertação, o Dr. Van Schendel fêz reunir em uma sala do Museu os quadros de Post, para facultar-me o estudo comparativo das duas fases que assinalam a evolução do seu estilo. O comentário oral ilustrou e desenvolveu a tese de concurso. Frans ressurgiu na dupla feição da sua arte, impregnada a princípio de singeleza e realismo, engalanada depois por atributos de uma técnica mais sábia.

Merece recapitulado êsse comentário, mas, antes de resumi-lo, recordarei que o estudo se abre por uma devassa nos arquivos das equipagens dos baixéis holandeses do século XVII, para verificar até que ponto os artistas participaram das expedições aos mares longínquos. O rol das equipagens registra, na realidade, marinheiros, homens de armas, mercadores, agentes da Companhia das Índias e, fora disso, cartógrafos, físicos, padres, artezãos, jamais figurando os artistas.

Alguns pintores, cuja pista se perde na Cochinchina, na Índia, no próprio mistério do oceano, haviam sido engajados na qualidade de marujos, soldados, administradores, assim o pintor de gênero Isaías Boursse, o paisagista Michel Sweerts, e o genro de Rembrandt, o retratista Cornelis Suythoff. Nassau não teve imitadores nas frotas da conquista em tôdas as latitudes. Os artistas não tinham o que fazer entre os homens rudes que saíam da Europa à devassa do mundo desconhecido.

Só êle, com a fantasia do seu temperamento, pensou em levar pintores pagos do seu bolso, além de verdadeiros sábios, cujos nomes não preciso repetir, e constituíram em tórno do govêrno uma espécie de conselho cultural — Plante, capelão e poeta, Post, Eckhout, Vingbooms, o cartógrafo, Piso, o médico, Cralitz, o naturalista, Marcgrave, astrônomo e geógrafo.

Na carta que dirigiu a Luis XIV, para oferecer vistas decorativas com motivos brasileiros, Nassau afirmou: «tive a meu serviço, durante o tempo em que vivi no Brasil, seis pintores, cada qual para pintar as coisas para que se sentia mais apto».

Diante dessa afirmação categórica, e não conseguindo descobrir outras pinturas feitas no Brasil, além das de Post, Eckhout, Wagner, o Dr. Van Schendel resolveu vasculhar os róis de equipagem, na esperança de completar a lista. Releva ponderar que

Nassau fala em «seis pintores», não sendo pois curial incluir nesse número os cartógrafos. Claro está, os cartógrafos, não só a serviço da Holanda no Brasil, mas alhures, sob outras bandeiras, foram responsáveis na Europa por imagens inverossímeis e descabeladas da natureza, da fauna, da humanidade da América primitiva. O processo de averiguação precisa ser continuado.

Enquanto não se completa a lista, o Dr. Van Schendel acrescenta aos nomes de Post e de Eckhout o de Abraão Willaerts, reconhecendo, embora, que as raras marinhas e retratos dêste último pintor em nada revelem que o longo périplo de que participou haja exercido qualquer influência no seu estilo ou na escolha dos temas.

O Dr. Van Schendel entra afinal no exame da vida e da obra de Frans Post, cujo irmão, o arquiteto Pedro, mais velho, trabalhou para Nassau, a quem teria feito a indicação do nome do caçula. Frans dedicou-se ao príncipe de corpo e alma e o acompanhou em Pernambuco em tôdas as excursões, de paz ou de guerra, pintando, desde o primeiro dia, sob a inspiração do chefe, prêsa do mesmo deslumbramento, bizarras da nossa natureza.

Era moço, não lhe faltava o ardor dos vinte e quatro anos, e a sua sensibilidade, e a sua técnica, aprendida em boa escola, deviam sofrer inevitavelmente o choque do ambiente tão diverso pela luz, pela côr, pelas imagens.

Desde o ano de chegada ao Brasil, em 1637, debuxou a primeira grande paisagem, que irei apreciar no próprio Museu Real, onde se conserva, graças ao Dr. Van Schendel, o amigo de Post, o paladino da sua ressurreição na Holanda.

ITAMARACÁ

Amsterdam, 1946

Ao apresentar do dia 5 de setembro os quadros de Post em uma das galerias do Museu Régio de Amsterdam ainda avançado de andaimes, o conservador Van Schendel quis descobrir-me em primeiro lugar a pintura mais antiga, de luz mais crua, de colorido mais direto, de figuras ingênuas e simples, mostrando, por assim dizer, a marca da terra rude, e a emoção inicial do artista inseguro dos próprios recursos.

Era a *Vista da Ilha de Itamaracá*, composta dois meses após a chegada de Frans ao Brasil, em março de 1637.

O título holandês se arrevesa na moldura: *Gesicht op het eiland Tamaraca* e, na parte posterior da tela, há uma descrição escrita: «Desta maneira os portugueses viajam a cavalo na praia... a ilha tal como se vê da cidade... ao alto do morro laranjais em flor...» Figura no catálogo do Museu sob o número 904. Assinado e datado, pintado em tela de 62 x 88 cm. Adquirido em Paris em 1879.

Dos nove quadros examinados, este é o único pintado no Brasil. Em torno dele o Dr. Van Schendel comentou a sua tese de Paris sobre a evolução do estilo de Post. Em Paris, aliás, essa tese pode ser mais amplamente ilustrada pelos remanescentes do presente de Nassau a Luís XIV, que se acham no Louvre, no Museu da Marinha e no das Colônias, em Vincennes, e são: *Serinhaém* ou *Paisagem do carro de bois*, o *Forte de Ceulen*, *Embocadura do São Francisco*, *Pôrto Calvo*, todas datadas de 1638. No Museu de Dusseldorf, na Alemanha, existe ainda (?) a *Vista de uma planície*, pintada em 1640 (1).

(1) Sousa Leão, na sua *Relação* (passim) estabelece a seguinte cronologia:

- 1637 — *Itamaracá* (Amsterdam)
- 1637 — *Pôrto Carlos* (Paris)
- 1638 — *Carro de bois* (Paris)
- 1638 — *Rio São Francisco* (Vincennes)
- 1639 — *Forte dos reis magos* (Vincennes)
- 1640 — *Forte das cinco pontas* (Rio)

O grupo de pinturas «primitivas» de Post abrange as executadas no próprio Brasil de 1637 a 1644. São contadas, seis ou oito, datadas até 1640. Primitivas pelo feitio, como pela cronologia. A classificação, distinguindo os trabalhos realizados pelo pintor depois que voltou à Holanda, ressalta o significado da viagem como acontecimento na vida do homem, ao mesmo tempo que fixa a transformação do seu estilo.

Nem importa considerar, no estudo de Post, o período pre-brasileiro, tendo em conta a sua pouca idade, e a raridade de documentos dessa época, tais como o *Combate de cavalaria*, da Galeria Schonborn de Viena (ainda existirá?) (2), que parece um decalque de composições de Pieter Post, catalogadas na Maurits-Huis, da Haia, e no Museu Walraff Richartz, de Colônia.

Essas pinturas pré-brasileiras de Frans denunciam apenas a identidade do seu mentor ou condiscípulo, aquêlê irmão mais velho afeiçoado à arquitetura, com quem era tão unido.

O *Combate* de Frans podia ser assinado por Pieter, que o ajudou nos últimos retoques — quem sabe? Os primeiros e esquecidos esboços de Frans reincidentem no mesmo gênero em que Pieter, o arquiteto, grangeou possível renome. A Frans tem sido atribuídas também paisagens com figuras mitológicas e bíblicas. Tudo isso constitui o acervo do principiante. Só no Brasil acertaria com a sua vocação definitiva de paisagista.

Voltemos, com Van Schendel, aos «primitivos». De paradigma serve, à nossa vista, o *Itamaracá*. Caracterizam-se pelo estilo, nem seria mister a confirmação da assinatura com a data. As afinidades de composição e a tibieza de colorido ressaltam, na espontaneidade das primeiras pinceladas. Nos quadros posteriores sobreleva o enriquecimento progressivo da paleta.

A tarefa para o moço Frans no Brasil não era fácil, segundo Van Schendel, porque o príncipe lhe recomendara a máxima fidelidade topográfica em um país onde as proporções, os matizes, as formas, divergiam tão profundamente do que vira na Holanda natal. Observei a Van Schendel que, para um pintor holandês do século XVII, educado na escola da probidade artística, da exatidão do desenho, do culto do realismo com exclusão de toda fantasia, o problema havia de resolver-se sem óbice, requerendo apenas a adaptação ao ambiente. E Frans, por educação e por temperamento, não tardaria em adaptar-se.

Rasgava-se, diante dos olhos de Frans, um litoral lhano, atrás do qual o terreno apenas se alteava em colinas de suave declive entre rios coleantes. Sôbre o horizonte razo o céu se agigantava,

(2) Ver o capítulo sôbre os *Cavaleiros africanos*.

ora pardacento, saturado de evaporações, ora sereno, de ofuscante azul. O céu, ajuntei, daria motivo de meditação, e variação da paleta, a um paisagista holandês do século XVII, habituado a enxergar nas nuvens e celagens da Holanda, haja vista Ruisdael a mais fabulosa e mágica fonte de inspiração.

Chegado a Pernambuco, Frans pousou o cavalete na praia, ou na várzea, como se fôra numa duna do país dos moinhos. E deixou sentir na tela sem artifício a funda impressão que abalara as mais íntimas fibras da sua sensibilidade. Fiel aos preceitos da sua escola, foi verídico, foi honesto, foi simples. A forte reação se equilibra na sinceridade com que trata aquela natureza, e na negligência das regras convencionais, transmitindo-nos um retrato de Itamaracá sem qualquer veleidade de imaginação. A ilha estende o dorso sôbre as águas e nas alturas aparece o forte Van Schuppen escoltado de coqueiros, cujos capitéis rendilham o céu alto e dilatado, empalidecido o grande azul pela claridade.

No primeiro plano o grupo humano que serve de *repoussoir* denuncia um pincel inexperiente, e acentua, pelo contraste, a solidão daquelas paragens. Dois portugueses a cavalo, com seus meninos escravos, param ali, um dêles apeia e ergue o braço para fazer sinal à barca em que provavelmente farão a travessia para a ilha. Melhor acabado o perfil do português montado a cavalo, com o seu chapelão de palha e a sua blusa floreada, nem assim merece as honras de um bom pincel. Os outros três vultos estão de costas. Fran contorna as dificuldades evitando a figura.

Êsse grupo deu ensejo ao paralelo proposto por Jacques Combe com o *douanier* Rousseau, paralelo que não convence, porque Frans era um estreante titubeando em face da natureza brasileira, enquanto Rousseau era um velho idealizando fantasias inspiradas na lembrança do trópico mexicano.

Mas a vocação de Frans Post como paisagista brasileiro se afirma desde o primeiro quadro.

Por um esforço de perspectiva aérea, conclui Van Schendel, o pintor consegue sugerir, com os recursos mais simples, quase sem linhas convergentes, a vastidão do litoral atlântico.

ESTUÁRIO DO SÃO FRANCISCO

Amsterdã, 1946

O *estuário do São Francisco* ou *Forte Maurício*, outro dos quadros primitivos de Frans Post, que não temos presente, datado de Pernambuco em 1638, desperta o entusiasmo do conservador do Museu de Amsterdã pela extrema sobriedade do conjunto às minúcias, da amplitude das linhas à delicadeza dos tons. É muito superior a *Itamaracá*. Destaca-se entre os demais existentes no Museu da Marinha em Paris. Prefigura as qualidades paisagísticas do moço holandês.

Frans rematou o vasto panorama fluvial colocando no primeiro plano, no recanto esquerdo, como *repoussoir*, uma planta bizarra, o cacto, e um bicho exótico, a capivara.

Esse seria o esquema geral das suas paisagens daí por diante, acentuando a singularidade brasileira do tema. Do *Estuário do São Francisco* até a última das composições brasileiras que realizou na boa cidade de Haarlem, onde envelheceu e se extinguiu em 1680, sempre ofereceu aos olhos atônitos dos seus patrícios, à margem de largos panoramas, alguma minúcia peculiar do país que tanto amou. Ademais, por meio desse característico pormenor, permitia medir a distância do horizonte, a largura do rio, a altura do céu e até mesmo sentir o silêncio misterioso e profundo das margens solitárias.

Em tudo Frans era impelido pela preocupação de ser exato, preciso, minucioso. Não se tratava apenas, para ele, de transfigurar a atmosfera da paisagem equatorial. Operava, como observa Van Schendel, com a consciência escrupulosa do cartógrafo e do naturalista e anotava com correção a situação das fortalezas, das aldeias, dos engenhos de açúcar, do mesmo passo que se comprazia em desenhar à porfia as formas estranhas das árvores, das plantas, dos animais, dos insetos. Não era desregramento de imaginação. Era a reprodução, fiel até a saciedade, de quanta coisa nova e insólida feria a sua retina de holandês pachorrenco e probo.

Se assim fazia com as imagens, outro tanto ocorreria em relação à luz, o elemento mais sutil da paisagem, em que tampouco pediu galas à fantasia nos quadros de Pernambuco. A luz, nos

«primitivos» de Post, que aterrou os seus contemporâneos na Europa, é o reflexo puro e simples da verdade da natureza.

O tempo, o afastamento do Brasil, e quem sabe se a influência daqueles mesmos contemporâneos na Europa, induziriam Frans a fugir cada vez mais, à proporção que os anos avançavam, da visão original, da claridade solar que primeiro lhe inundou os olhos deslumbrados. E o resultado foi que os quadros posteriores, pintados na Holanda sôbre bosquejos levados do Brasil, se afeiçoaram, se estilizaram, se convencionalizaram, afastando-se, porém, do paradigma primordial. A transformação do estilo se operou em função da interpretação da luz que, por assim dizer, Frans começou a «europeizar» nas pinturas datadas de 1644 em diante.

Os tons, ao primeiro contato, eram velados, como em surdina, verdes sombrios ou desbotados, cinzentos de nacar, marrons delicados, enquanto na segunda fase, longe do modelo, as côres se reavivaram em matizes mais abertos e em contrastes mais impressionantes. O verde da natureza, na vista inicial, é menos capitoso, a claridade dos muros se esbate ao reverbero solar, as nuvens se esgarçam alvacentas na amplidão cujo azul se dilui na intensidade da luz. Sobreleva ainda, no princípio, a despreocupação do artista pelo efeito decorativo da composição, que domina a segunda época.

Tal, em linhas gerais, o processo de transformação de Post como intérprete da paisagem brasileira. Daquele realismo tímido mas espontâneo, daquela rigidez bisonha, da extrema sensibilidade colorística das primeiras obras, passou êle a uma ciência mais requintada do desenho, à construção mais racional da composição, à aplicação mais vigorosa da côr.

Não perdeu, por certo, a preocupação honesta de prestar um depoimento sempre verídico, continuou, durante tôda a vida, a evocar, nas moitas do primeiro plano, bichos e vegetais de inconfundível feição, reproduziu, ainda e sempre, a humanidade rude daquele mundo virgem, sobretudo índios e escravos, pintou, sem descanso, o infinito das lhanuras e o perfil luso-colonial dos casarios, perpetuando, para nosso regalo, a imagem incorruptível de Pernambuco no sécuio XVII.

Durante trinta e cinco anos, na pacata Haarlem, Frans voltou sem cessar às fontes de inspiração brasileira e, entre tantos paisagistas que eram seus colegas na Confraria dos Pintores da cidade, êle se distinguiu pelo apêgo ao dom privilegiado do seu destino. A paisagem era o gênero favorito em Haarlem, mas não se pode dizer que Frans recebesse qualquer influxo dos que o cercavam: é ainda uma notação de Van Schendel. Post se manteve cioso e independente no seu gênero e feitio.

Mas, observei, ao reconhecer a variação do seu estilo com rumo ao convencionalismo europeu, será lícito deduzir que os confrades de Haarlem influíram, de modo imponderável, na sua arte. Ao estudar êsse ponto Van Schendel aproximou Post de Philips Koninck e de Joris van der Haagen, assinalando algumas analogias na interpretação e no tratamento do motivo comum, que era a paisagem panorâmica. Trata-se de uma fortuita identidade de visão, conclui o comentador.

Sem elevá-lo à linhagem dos grandes mestres da escola holandesa, não é lícito negar a Frans Post um talento pessoal bem definido entre os seus coetâneos. Se deveu a sua formação ao isolamento no Brasil e voluntariamente limitou o seu horizonte pictórico, por outro lado criou uma obra única, fora dos sistemas convencionais em voga.

No Brasil fixou desde logo um esquema de composição que retomaria através da longa vida, dentro de um repertório modesto, mas cuja singularidade era o seu *panache*, era a indisputável credencial que lhe assegura a sobrevivência entre paisagistas menos ilustres e afortunados de Haarlem.

Mais uma troca de impressões com Van Schendel e estará finda a visita ao Museu de Amsterdam.

A VÂRZEA

Amsterdam, 1946

Com exceção da *Vista de Itamaracá*, adquirida em Paris em 1879, os quadros de Frans Post conservados no Museu Régio de Amsterdam se englobam na segunda fase da sua obra, quero dizer, foram pintados depois da volta à Holanda.

Passsei em revista os caracteres desses quadros naquela tarde inolvidável em que o Dr. A. Van Schendel recapitulou as suas observações e pontos de vista sobre o estilo do pintor.

A luz dardejava das altas vidraças coando agradavelmente na galeria onde o Conservador arrumara a bel-prazer a coleção postiana. E o mestre, presente pelas suas nove paisagens pernambucanas alinhadas em cavaletes e nas paredes, revivia em nossa imaginação.

Sobrelevava pelas dimensões o *painel decorativo*, pintado em 1652, rico e saboroso repositório de motivos nordestinos, desde a vista da várzea, trabalhada com esmero, num requinte de harmonia, até os acessórios profusos e deliciosamente combinados que emolduram o primeiro plano. Há de tudo naquela retrospectão composta que Frans fixou do seu Pernambuco inesquecível. Figura no Catálogo, ed. de 1934, sob os números 193 e 1.905 A. (Tela de 2^m,82 por 2^m,10).

Dir-se-ia que o pintor se colocou sob um arco de verdura engalanado pela mais graciosa exibição do pomar pernambucano para vislumbrar do alto o mangue, e engenhos, casas grandes, senzalas, capelas, alpendres, terreiros, lavouras, dendezeiros, tamarindos, tape-rebás, ingás, umbuzeiros, a maré com a sua canoa solitária, tapeçaria viridente a desenrolar-se até os azuis do horizonte. Engri-naldando a tela, no primeiro plano, o luxo das folhagens, cardos, palmas, frutas, o abacaxi, a laranja, o girimum e uma cabaça em que o autor assinou e datou como se gravasse na casca: F. Post pintou em 1652, 22 de dezembro. Há ainda bem destacados um cardeal ou galo de campina e um grande gafanhoto. (Direi de passagem que o passarinho, pousado no rebordo inferior, sugeriu a Van Schendel a lembrança de outra pintura não identificada do século XVII, representando aves do trópico, que fui mais tarde

procurar em Arnhem). Paira sôbre o Painel decorativo a sinfonia de uma pastoral, a doçura virgiliana de uma égloga. . .

É proveniente de Rijswijk (pronunciar Réisvéique), arrabalde da Haia, sítio de vilegiatura na orla das florestas que cercam a «Residência». Mas o Conservador não conseguiu apurar a identidade do doador, nem do castelo ou solar a cuja decoração serviu o Painel, nem a data em que foi recebido pelo Museu.

Ora, em Rijswijk existiu um castelo do príncipe de Orange, onde foi assinado em 1697 um tratado de paz com a França. O castelo desapareceu, demolido em 1792. Maus fados. O *panneau* bem podia proceder da sua decoração mural. Perdura apenas o velho parque, com um obelisco comemorativo. As alfaias teriam sido salvas.

Por indicação do burgomestre do lugarejo, consultei os Drs. L. A. Rademaker (Prins Hendrik Laan, 16) e L. G. Van Dijk (Waldeck Pyrmont Laan, 15), membros da sociedade histórica Heemschut. Segundo êles, o teto de um dos salões do castelo, ricamente pintado por Gerard Van Honthorst, foi transferido para o Paço Real de Nordeinde, na Haia. Acêrca do Painel decorativo de Post nenhum dado concreto subsiste. Mas a hipótese da sua procedência e remoção para Amsterdam é aceitável. (1)

A *Vista da Vila de Igaraçu*, pintada sôbre madeira, atraiu em seguida a minha curiosidade. É mencionada no Catálogo sob o n.º 1905. Da coleção exposta, êste é o quadro mais prejudicado pelo tempo, pois perdeu muito da limpidez primitiva, mercê das camadas amarelecidas e sujas de verniz que o recobrem.

Quinze anos depois de ter deixado o Brasil, Frans conservava o mesmo empenho de ser exato, baseando-se nas notas e desenhos tomados na mocidade. Alguém supõe que os quadros da segunda fase postiana não apresentam qualquer valor topográfico, reduzindo-se a hábeis arranjos sôbre assuntos brasileiros. Van Schendel identificou, entretanto, a *Vista de Igaraçu*, comparando-a à gravura correspondente do livro de Barleu. É incontroversa a semelhança.

Investigações pacientes permitiram talvez identificar outros sítios representados por Post. Van Schendel está convencido de que tal arraial, tal ruína de igreja, tal canavial, não são puro brinco do artista. Ademais, as paisagens de Post que merecem o epíteto de «imaginárias» nunca são inteiramente inventadas. É bem possível que, anos adiante, tendo tantas vêzes recorrido à mesma fonte inexaurível, Frans se permitisse algum capricho de composição,

(1) Segundo Houbraken foi pintado para a casa de campo Rijksdorp. Vendido no leilão de V. van der Vinne, em 1816, em Haarlem.

embora sôbre a base correta dos seus apontamentos e a recordação de imagens conhecidas.

De 1647 data a admirável *Catarata* do Instituto Stadel, peça única na pintura holandesa da época que, pela majestade do cenário, observa Van Schendel, só pode representar uma queda d'água de rio brasileiro.

Por outro lado, há em Rotterdam uma grande paisagem, datada de 27 de março de 1648, em que pode ser admitida a contribuição fantasiosa do artista (2). Merece examinada a seu turno.

E de 1652 é o vasto panorama decorativo a que me referi no começo, no qual a preocupação cenográfica dá direito a admitir a liberdade na distribuição dos motivos. Em resumo, será sempre possível avaliar e cotejar as representações verídicas e as «imagi-nárias» ou «inventadas» que, não obstante, exibem sempre um fundo de autenticidade.

Passei então a examinar o quadro n.º 1902, em que estão figuradas várias construções e a ruína de uma igreja, reproduzindo as elevações do terreno no interior da cidade de Olinda. É uma paisagem de maior amplitude, tema predileto de Post, explorado em outros ensejos.

Anotarei de passagem que a velha moldura é esculpida com motivos brasileiros. Viria do palácio de Nassau, do espólio primitivo da Maurits-Huis?

Releva observar ainda a predominância do azul, característico dos pintores do século XVII. A natureza se reveste de uma gradação glauca excessiva que não corresponde à realidade. Do primitivo verde da paleta de Frans o amarelo da paisagem de Olinda se desintegrou, de fato, perdurando o azul, que hoje dá ao quadro um tom geral pouco verossimil. O mesmo fenômeno ocorreu com as telas de outros mestres e foi analisado pelos críticos, que o denominam de «blauzickte», ou «doença do azul».

Datada de 1662, esta bela visão de Olinda serve de contra-prova à transformação final de Post. O objeto mais próximo, como a colina mais distante, parecem enxergados através de uma atmosfera cristalina. Quanta diferença com a luz e o toque de *Itamaracá*! O *repoussoir* ganha em variedade, povoando o primeiro plano de um emaranhado de ervas e bichos, o arvoredo abrange múltiplas espécies, os grupos humanos se multiplicam, as nuvens compõem um céu mais movimentado,...

Vi ainda um par de quadrinhos, do mesmo esquema, formando um lindo *pendant*. São os de números 1904^a e 1904^b do Catálogo.

(2) Ver o capítulo: *Manoah*.

E mais os de números 1903, 1906 e 1907, vilas e casarias da mesma família dos anteriores. Nos museos holandeses é dada a denominação genérica de «paisagem brasileira» às pinturas de Post. Seria possível rebatizá-las e distingui-las por algum motivo sobressalente na composição. Nestas três últimas telas se destacam, além das figuras e tugúrios, coqueiros, a fruta pão, particularidades fáceis de assinalar.

Figuram finalmente na galeria dois retratos de Nassau, um de pintor desconhecido (236^b) e outro de M. Van Musscher (1693).

Para completar o documentário postiano em Amsterdam será necessário ir ao Museu Náutico, onde outras coleções me esperam.

MASSAPÊ

Amsterdam, 1947

O diretor do Museu Holandês de História Naval (*Nederlandsch Historisch Scheepvaart Museum*), o conspícuo W. Voorbeijtel Cannenburg, foi dos primeiros a responder ao meu inquérito, assinalando a presença de duas paisagens brasileiras de Frans Post. «Devo acrescentar que são datadas de 1654. Não há, pois, dúvida de que foram pintadas depois da volta do artista ao nosso país. O Museu real também possui quadros da sua mão, dos quais um foi pintado durante a permanência de Post no vosso país. A visita ao Museu de História Naval deve interessar-vos porque contamos uma grande coleção de livros e gravuras contemporâneas, relacionados com a nossa tentativa de colonização brasileira».

Essa informação concisa e segura foi corroborada logo depois pelo conservador do Museu real, A. Van Schendel, ao dar-me testemunho da existência, naquela outra coleção, de nove pinturas de Frans. «Dos outros pintores, que teriam formado a equipe do príncipe Maurício de Nassau, não possuímos nenhum quadro. O *Reijksmuseum* e o *Scheepvaartmuseum* são os únicos que abrigam obras de Post em Amsterdam».

O velho diretor Cannenburg expôs-me, no dia 5 de setembro, os objetivos do seu museu, que oferece uma sinopse da história da navegação nos Países Baixos desde os tempos mais recuados: assim, modelos de navios, como o *Hollandia*, comandados pelos heróis navais do século XVII, e uma coleção de mapas, atlas, globos terráqueos, desde o século anterior, além de documentos referentes às antigas colônias neerlandesas, inclusive sobre a fundação de Nova Iorque, a princípio Nova Amsterdam, e sobre a conquista do Brasil.

Ao lado desses elementos, que não posso pormenorizar, avultam no museu quadros de batalhas navais, vistas de portos, marinhas, retratos de almirantes, enfim tôdas as pinturas alusivas à glória naval da Holanda.

Antes de revelar-me esse setor o professor Canneburg mostrou-me um álbum com as fotografias de todos os quadros de Frans Post, notadamente os do museu da Marinha, de Paris, e do

Deutsch Museum, de Dusseldorf. Essas fotografias serviam de preâmbulo ao estudo das duas obras do pintor ali presentes.

Pertenceram êsses quadros anteriormente à coleção Six, e ao Museu real, sempre em Amsterdam. São assinados e datados, medem 51 x 70 cm., pintados em madeira.

Ao primeiro se pode dar o título de *Massapê*, pela característica do chão argiloso das zonas do nordeste mais fecundas para as plantações de cana de açúcar, como observou Sousa Leão, que reproduziu, a propósito, um fragmento do jornal de Maria Graham. Era o terreno predileto dos holandeses, pela feição utilitária.

Num cotovelo de estrada, agrupam-se as árvores à direita, as habituais gameleiras e coqueiros de Frans, enquanto desce para o primeiro plano a gente dos roçados próximos, pretos e índios, com os costumeiros caracteres de vestimentas simples, dando à cena a animação de um grupo abigarrado. À esquerda se desenvolve o terreno calcáreo entre faixas pretas e verdes, e fios de água, tudo sob o docel de um céu amplo, limpo, luminoso. «Nada mais belo, escreve Maria Graham, que o verde fresco da planície atravessada pelo rio amplo e sereno...»

No segundo quadro, a que dão o título de *Aldeia*, a casaria alteia no primeiro plano, ficando a lhanura para o fundo razo, sob o vasto céu em que se esgarçam alguns farrapos de nuvens. A vegetação próxima pouco representa, apesar de não faltarem árvores e palmeiras esparsas.

Serve ilustrativamente para o estudo social daquele mundo luso-brasileiro, representado não só por grupos mais numerosos, como pelas casas de variado perfil, desde as de taipa e sapê até a de melhor construção, uma igreja que se diria um trapiche, à esquerda. A escravaria se diverte no terreiro e os senhores penetram na portada da casa principal. Uma tosca cruz de madeira está fincada no primeiro plano à direita.

Há uma atmosfera de paz e descuido no cenário que dir-se-ia arranjado para teatro.

A pintura, pela data, foi feita de memória, e Frans, sem descuidar a verdade da paisagem, se entreteve em animar aquela humanidade de um ar festivo e feliz.

MAURITS-HUIS

Haia, 1947

A Maurits-Huis, ou Casa-de-Maurício, com a sobriedade elegante da sua arquitetura, dá a fachada para uma das entradas do Binnenhof e reflete os fundos no espelho líquido do Véiver.

Antes do mais, convém dizer o que significam êsses nomes.

O Binnenhof, ou Páteo interior, é o coração da Haia pedaço da idade média conservando os primeiros edifícios da cidade, sobretudo a Riderzaal, ou Sala dos Cavaleiros, construída no século XII para transformar em sede do govêrno o antigo «couto» ou tapada de caça onde os condes da Holanda costumavam espairecer de lutas e canceiras.

E o Véiver, com a sua ilhota verde sobrevoada de gaivotas, recorda as lagoas de outrora cercadas de densa mataria. No curso do tempo as águas foram sendo reduzidas e canalizadas, os atoleiros convertidos em ruas e calçadas, as árvores submetidas a um alinhamento geométrico. Os Stadhouders, ou governadores, ergueram os seus palácios naquela moldura campestre, aprazível e serena.

Maurício, sobrinho neto de Guilherme o Taciturno, o fundador da pátria, mandou construir, antes de partir em 1636 para o Brasil, a sua casa ao lado residência dos tios, que deram nome à capital: — Graven's Haag — Haia dos condes.

Revejo a Casa de Maurício.

Em tôrno a Haia apresenta a sua feição mais vetusta e evocadora. Para restaurar a Sala dos Cavaleiros os holandeses chegaram à perfeição de montar, com materiais e métodos do século XII, oficinas destinadas a talhar grandes blocos de pedra e a cortar vigamentos, reconstituindo o trabalho dos alvanéis e ensambladores antigos. Naquele quadro autêntico de nave de catedral gótica se reuniu a segunda conferência da paz, na qual Rui Barbosa comoveu a Europa com a sua erudição e eloquência, em um mundo policiado, de respeito às soberanias, que já parece imemorial.

Revejo, nas imediações, o Plein, ou praça principal, a arcada medieva da prisão de Cornélio de Witt, o Voorhout, ou Beira da floresta, com suas residências nobres, o palácio da Rainha Ema, o

Teatro real, o Hotel das Índias, a Biblioteca, a Livraria Vijhoff... a Haia inteira, no sucessivo evoluir renascentista da sua arquitetura.

A Holanda simples, laboriosa, igualitária, esquece momentaneamente os seus moínhos para revestir-se, ali, pela primeira vez, de um certo aparato, com um protocolo de côrte e atributos de nobre tradição, e acolher, num ambiente condigno, embaixadores e gentilhomens. Mas nas ruas estreitas continua a desfilar a mesma gente sadia e ordeira, sem ostentação, sem alarde. A Haia, grande, bela e rica aldeia, como já dizia o cronista florentino, Ludovico Guicciardini, em 1567, sabe presar a distinção e o conforto.

A Maurits-Huis. Revejo-a num halo de fantasia.

Através do ar enevoado, nas calçadas úmidas do cais do Vêiver, procuro descobrir, entre os burgueses calmos que caminham a passo lento e seguro, Alberto Eckhout, ou Frans Post, carregando para a casa do amo a paleta e o cavalete. A atmosfera, envolvendo tudo na delicadeza fluída de uma gase, ajuda a imaginação.

Para um brasileiro não existe na Europa recanto mais poderosamente evocativo do nosso passado. Porque Mauricio, ao construir aquela casa, em que premeditava acabar os dias entre troféus da deliciosa aventura do seu destino, criou, de fato, um «museu brasileiro», todo trabalhado no interior em essências finas enviadas do Brasil, e móveis esculpidos com motivos da nossa flora e da nossa fauna, e telas de Frans Post reproduzindo paisagens de Pernambuco, e livros recordando as glórias do famoso octênio, e labores rústicos e armas dos índios, e colgaduras e tapeçarias com figuras de caboclos por Alberto Eckhout, e mapas, e animais emalhados, um conjunto de bizarras, excentricidades e maravilhas.

O sonhador e perdulário se vingava assim do utilitarismo da Companhia das Índias, que jamais compreendeu os caprichos do seu temperamento.

O destino não permitiu que se perpetuasse a ilusão dourada. O próprio fausto de Maurício o obrigaria a dispersar o tesouro de tantas recordações. Hipotecada a casa, mimoseou com presentes, em troca de favores, o rei da Dinamarca, o eleitor do Brandeburgo, Luís XIV. Seja dito de passagem que essa munificência, disfarce de dura necessidade, serviu para salvar muita coisa, muita pintura de Post e de Eckhout enviada a outras capitais. Porque o fogo, depois da morte do dono, não tardaria em devorar o que ainda guarnecia o palácio.

O que hoje vejo é apenas a moldura do sonho de Maurício. O devastador incêndio de 1704 só poupou a alvenaria dos muros,

devidos ao risco clássico de Jacob Van Campen com a colaboração, na direção da obra e na ornamentária, de Pieter Post. Pieter e Frans contribuíram para caracterizar e completar o arranjo interno.

Desaparecido o museu brasileiro, o edifício foi restaurado com menos luxo, servindo sucessivamente de residência de embaixadores e sede da biblioteca real. Em 1820, afinal, já propriedade do Estado, abrigou as mais preciosas coleções da escola holandesa. Lá está a celeberrima *Lição de anatomia*, de Rembrandt, o *Touro*, de Paulo Potter, e obras primas de Ruysdael, Vermeer, Hobbema, Frans Hals. . .

Ficou apenas uma janela aberta para o Pernambuco do século XVII, uma única paisagem de Frans Post, para cujo conhecimento convidarei o leitor a uma segunda visita à Maurits-Huis.

Revejo a Casa de Maurício através da bruma do outono, querendo enxergar nas imediações os fantasmas redivivos dos que ajudaram o príncipe amável a concretizar o seu devaneio.

Pela estreita viela medieval que conduz ao Binnenhof chega, num estrépido de ferragens e campainhas, a carruagem daquele que no Brasil achou o reinado da sua fantasia e quis guardar intacta, de volta à terra do bêrço, a imagem da sua Ilusão até os extremos dias.

No pátio de entrada um autêntico tapuia, de libré agaloada, com as armas dos Nassau, abre a porteira ao amo e senhor ... (1).

(1) Em 1645 Nassau ofereceu uma recepção na qual tapuias nus dançaram e cantaram, com escândalo da pudícia da corte — réplica da memorável *Fête brésilienne célébrée à Rouen* para a entrada de Enrique II, em 1551, também com indígenas do Brasil.

AINDA A MAURITS-HUIS

Haia, 1947

Na véspera do natal de 1704 o Véiver proporcionou aos atônitos habitantes da Haia um espetáculo imprevisto, grandioso e terrível, refletindo no seu espelho de gelo a fogueira da casa de Maurício, a decantada Maurits-Huis, cujo madeiramento precioso e frágeis alfaiais foram irremissivelmente devoradas pelo fogo em poucas horas.

Naquele dia aziago o duque de Malborough, embaixador especial da Grã-Bretanha e hóspede do governo batavo, partira de volta a Londres, e um laçao descuidado deixara cair na escadaria interna uma tocha acesa, rastro fatal, contra o qual não foi possível lutar devido à carência da água, congelada nos canais.

Assim se consumiu, ao sôpro da fatalidade, o tesouro brasileiro de Maurício de Nassau. Dois anos depois os credores organizaram uma loteria para promover a reconstrução. Só em 1718 a Casa renasceu das cinzas, despida, porém, dos ricos atavios que lhe deixara o dono. Maus fados a perseguiram nos últimos tempos. Em 1660 Maurício já a havia cedido ao governo por uma bagatela de florins para hospedar o rei Carlos II da Inglaterra. Tentou arrendá-la, tentou vendê-la. O acervo de dívidas crescia. Quando faleceu, em 1679, deixou-a hipotecada.

Entre o esplendor e a decadência serviu aos fins mais inesperados e contraditórios, ora residência de diplomatas, ora sede da Corte militar ou de associações literárias, ora coletoria de impostos, casa de detenção, depósito de vinhos... O reverso da medalha, depois das horas de fausto...

Em 1820, afinal, foi convertida em museu, dos mais célebres da Europa. Maurício, do outro mundo, terá experimentado um alívio, ao renascerem para a glória da pintura holandesa aqueles muros em que depositara o mais belo sonho da sua mocidade.

Desde a escolha do terreno, em 1633, formando quase uma ilha no ângulo sul da lagoa da corte, com uma passagem em terra firme para a entrada do Binnenhof, procurou uma situação pitoresca invejável. As gravuras da época mostram a Casa de Maurício

cercada de água, quando na atualidade apenas os fundos dão para o Véiver, tendo sido aterrado o resto do contôrno.

Pedi a Jacob Van Campen, o arquiteto da moda, autor de grandes edificios como o Paço real de Amsterdam, um projeto ao gôsto das construções novas que iam dignificando os arredores de Binnenhof medieval e gótico: uma casa elegante, de risco clássico, airosa e confortável.

A construção foi confiada pouco depois ao moço arquiteto Pieter Post que, antes de receber a incumbência, acompanhou Nassau ao Brasil — fato incontroverso para os primeiros biógrafos. Como logo em seguida a 1637 Pieter aparece de novo em Haarlem, há quem ponha em dúvida a sua ida a Pernambuco. Atribuem-lhe, não obstante, os planos urbanísticos da Mauricéia. A verdade é que esteve pouco tempo em nossa terra, voltendo logo à Holanda, para casar-se, como afirma Van der Willigen (*Os artistas de Haarlem*), bem como para dirigir as obras da Huis, em cujo interior o príncipe-governador resolvera empregar materiais enviados do Brasil, sobretudo belas madeiras.

Pieter levou do Brasil, segundo informação precisa do mesmo autor — «esboços exatos de sítios e lugares para poder ser útil ao seu protetor».

Entre êsses esboços figurava também o alto relêvo do frontão, de que fiz tirar uma fotografia para ilustrar estas linhas. Representa um combate entre tapuias e holandeses, dizem os historiôgrafos (1).

O incêndio não prejudicou o exterior da casa. E o frontão persiste até hoje na fachada posterior, viva recordação brasileira encaixada no classicismo daquela arquitetura.

A responsabilidade da deficiência documentária do alto relêvo cabe a Pieter Post, mas o simbolismo da concepção autêntica para a posteridade o desejo de imprimir ao edificio um cunho de evocação dos fastos holandeses no Brasil. O escultor nada revela de caracteristicamente nosso. Num corpo a corpo desesperado, sobressaem cavalos e guerreiros nus. Do holandês se distinguem os capacetes, do tapuia um escudo guerreiro que mais

(1) A Fréquin, da *Photographie d'objets d'art*, da Haia, escreveu-me em 1949: «Tirei especialmente novas fotografias da Maurits-Huis para atender ao seu pedido, pois perdi durante a guerra os negativos anteriores. Fiz igualmente as fotografias dos frontões dos dois lados, que lhe envio juntas. É pena que o outro lado do edificio não receba nunca claridade durante o inverno. Quanto à fotografia do teto do paço real, sugiro-lhe pedir permissão ao Joukher Sickinghe, intendente da corte, para que eu possa reproduzir a fotografia que ele possui, pôsto que aquela sala foi destruída pelo fogo no anno passado».

parece da Papuásia. Pieter reconstituiu como pôde o entrevero violento, mas o que importa assinalar é que a lembrança do Brasil ficou assim perpetuada na alvenaria da Huis.

Pieter se esmerou sobretudo no ornato interno, infelizmente desaparecido, engendrando um estilo, que, sem desmentir nas linhas gerais as exigências do gosto neerlandês, conjugou os motivos europeus e a heráldica dos Orange com imagens coloniais, indígenas e da flora e da fauna do Brasil.

Era uma tarefa sedutora pela novidade, essa justaposição de decorações brasileiras a preceitos de arte escrupulosamente estilizada. O tema merece desenvolvido com vistas aos nossos arquitetos que se disponham a reconstituir, sob a mesma inspiração, uma réplica holando-brasileira do estilo luso-colonial. Nem faltam documentos gráficos minuciosos e abundantes para fornecer as bases.

Quando Maurício voltou à Haia, oito anos depois, a casa, quase pronta, acumulava no interior peças de marcenaria, marçheteria e serralharia, inclusive móveis de marfim da Guiné, e pinturas, troféus, armas, livros, mapas, curiosidades brasileiras, de mistura com retratos dos Nassau e Orange, faianças de Delft, veludos lavrados de Utrecht, filigranas de prata, candelabros de bronze e cobre, reliquias de família, um ambiente aristocrático holandês realçado de exotismo.

Até a moldura dos quadros era talhada com frutas e flôres do Brasil — haja vista a que mencionei na visita ao museu de Amsterdam, milagrosamente salvo do incêndio.

Tudo pereceu, num fogaréu de espanto, através do hall, das seis salas do andar térreo e das oito do sobrado — a escadaria nobre, o salão de honra com janelas para o Véiver, no qual se admiravam uma vasta cúpola e duas lareiras monumentais, a galeria da família de Nassau, a sala dos Pássaros do Brasil, a das Tapeçarias de Frans Post e Eckhout, em que trabalharam outros pintores, segundo menção de W. Martin.

Frans e Pieter Post, os obreiros da primeira hora, ficariam ausentes da Huis reabilitada, se em 1906 o filântropo J. Van Dokkum não presentearse o museu com um quadro do primeiro, e dois do segundo em 1922.

Observe num relance esta última paisagem de Frans, que tem o número 706 no catálogo atual. São os arredores da Mauriciópolis. Nas primeiras alturas do terreno, à esquerda do observador, sobressaem três dendezeiros, mamoeiros, pássaros. Do mesmo lado, a várzea representa os jardins de Friburgo. À direita, viven-

das de ricos holandeses. Ao centro, no primeiro plano, um grupo indígena. Distinguem-se, ao longe, o rio, com as margens arborizadas, e morros verdejantes. Céu nublado.

De Pieter há dois quadrinhos no museu: *Combate de cavalaria*, e *Ataque a um comboio armado*. Nada têm que ver com o Brasil. Pieter só pintou nos primórdios da sua carreira.

Perdida embora, naquele fatídico dia de 1704, a famosa coleção brasileira da Haia, a Maurits-Huis merece considerada o ponto de irradiação de um itinerário empós da sombra dos artistas que compartilharam o sonho de Nassau.

GERSON

Haia, 1949

O mar dá a imagem das grandes almas, disse Carlos da Suécia — por agitado que pareça, o fundo é sempre calmo. O aforisma serve para interpretar o caráter da Holanda, que é fundo de mar, onde a superfície glauca trocou as ondas pelas searas.

E a Haia, no seu retiro nobre e tranquilo, fornece a imagem daquele caráter. É a cidade serena a sonhadora por excelência, afastada do bulício dos grandes portos, recolhida na sua dignidade de cômte pouco dada à farândola das recepções, a «grande aldeia» do frasear do cronista antigo, onde até o movimento noturno é mesurado e retraído. Que direi nestes dias de após guerra com as cicatrizes ainda sangrando... Haia só tem, sob êsse prisma, uma rival — Berna, a outra capital que dorme cedo e foge ao barulho...

Ora, um ambiente tão austero há de ser o ideal para a reflexão e o estudo. Assim o entenderam, por certo, os holandeses ao multiplicarem na sua capital museus, bibliotecas, arquivos, institutos sábios, centros de ciência.

Assenta-lhe como uma luva o título de que se ufana, de «capital do direito internacional», sob a égide incomparável de Grócio, porque o *jus gentium* é o mais frágil perante a violência, e requer os debates acadêmicos mais que qualquer outro, para subir, vacilante, às sanções da prática. Só a Haia poderia dar guarida e polícia a uma Cômte de justiça internacional e a uma Cômte permanente de arbitragem...

Sem generalizar, o que me atrai aqui é o refúgio para a pesquisa em outros domínios, a arte e a história, num meio propício, mais que qualquer outro, à concentração espiritual, à rebusca paciente de velhos papéis, à contemplação de painéis luminosos no próprio sítio em que foram concebidos.

Os focos de atração são tantos que nem cheguei a visitar todos. A lista dos museus se desdobra. Só a Maurits-Huis, o museu principal de pintura, entretém a atenção durante dias, no

convívio de Rembrandt, Potter, Vermeer, Van Goyen, Ruisdael, Hobbema, Frans Hals, Steen, Terborch, Van Ostade, Gerardo Dou... a enumeração levaria ao infinito, no enxame do século de ouro, só na Holanda.

Os quadros de mestres estão para admirar-se em vários museus, de que vou repetir apenas os nomes: a Academia de belas artes, com a reprodução de esculturas de tôdas as épocas; o museu Orange e Nassau, com quadros, estampas e curiosidades concernentes à casa real; o museu Meermanno Westreenianum, consagrado ao Oriente; o museu Brédius, doado pelo pintor dêste nome, contendo quadros, móveis, porcelanas, argenteria, cristais; a Casa de Spinoza, ou *Domus Spinozana*, museu e centro de estudos rico em iconografia, cartas e livros; o museu Mesdag, reunindo as coleções de quadros do século XIX deixadas pelo pintor que lhe dá o nome; o museu comunal, ou *Gemeente*, com tudo o que se refere ao passado da cidade...

Há muito mais, porém, nos domínios artísticos, através dos palácios reais, das coleções particulares, do Circulo literário, de diversas academias, da Biblioteca real, com o tesouro de Livros de horas, manuscritos e incunábulos, o Palácio da Paz, e até a Livraria Nijhoff, a mais monumental e copiosa da Europa...

No meio de tantas instituições, uma seria a minha preferida — O Instituto holandês de História da arte, ou *Rijksbureau voor Kunsthistorische Documentatie*, às margens da lagoa retangular do Vijver, a que já me referi a propósito da Haurits-Huis, quer dizer no coração da cidade.

Instalado num edificio clássico, o Instituto, cuja origem é um legado do historiador C. Hofstede de Groot, é o centro oficial de conferências e cursos sobre a pintura holandesa, contando, nos seus arquivos, 300.000 fotografias e reproduções de obras holandesas e flamengas, um índice de cartões anotados sobre a arte no século XVII, catálogos de museus e livros especializados.

Logo de início o professor Willem Martin, exímio postiano, crítico e colecionador, diretor do museu Mesdag depois de havê-lo sido da Maurits-Huis, cujo catálogo prefaciou, me alertara por carta: «o tema que lhe interessa foi discutido na obra notável do Dr. H. Gerson: *«Ausbreitung und Nachwirkung der holländischen Malerei des 17ⁿ Jahrhunderts»* (1942, à página 553). E como o Dr. Gerson é sub-diretor do referido Instituto, poderá sem dúvida fornecer-lhe os esclarecimentos de que necessita».

Gerson, por seu turno, em agosto de 1946, escreveu-me: «O Instituto possui grande número de reproduções de quadros

de Frans Post e de alguns de Eckhout. Acredito que lhe seja familiar o livro de Th. Thomsen sobre Eckhout publicado em Copenhague em 1938. Pela minha parte, escrevi algumas páginas sobre os pintores holandeses no Brasil em livro a respeito da *Expansão da pintura holandesa no século XVII*».

O trecho indicado por Martin, da obra de Gerson, não é longo e merece traduzido, tão diretamente diz respeito a este inquérito:

«Situado o Cabo no caminho das Índias, demorava São Paulo de Loanda no roteiro marítimo para o Brasil, perto da ilha de São Tomé. Essas duas colônias portuguesas foram conquistadas pelos holandeses. Quando João Maurício de Nassau partiu em 1636 para assumir o governo do Brasil, mandou Abraão Willaerts regressar com a frota do Brasil para Loanda. Possuímos documentos de B. L. Van Berckenrode sobre as duas colônias, com desenhos feitos *in loco* (1). Berckenrode acompanhou provavelmente essa expedição, como cartógrafo reputado e que já estivera nas Índias. É igualmente possível que Abraão Willaerts fôsse o autor dos aludidos desenhos, pois, embora engajado como soldado para o Cabo, sabia também desenhar com perfeição».

O excerto de Gerson demonstra o caráter minucioso da sua pesquisa, e vai servir-me, em Utrecht, para decifrar o enigma daquele pintor cuja história é pouco conhecida.

Aludindo ao trecho transcrito, o sábio historiador escreveu-me: «Quanto aos desenhos para as gravuras de Van Berckenrode que seriam de Willaerts, era apenas uma suposição da minha parte, de que uma série de desenhos num leilão poderiam ser idênticos aos esboços para aquelas gravuras. Nunca pude verificá-lo, nem sei onde se acham tais desenhos». É nota que convém juntar ao texto do livro.

Os meus contatos foram até fins de 1949. Aconselhou-me ainda a ler Lincoln Kirstein, *the Latin-american collection of the museum of modern art* (Nova Iorque, 1943), que reproduz a *Mulher tupi* de Eckhout, do museu de Copenhague, e a *Vista de Pernambuco*, de Frans Post, da biblioteca de Oliveira Lima, em Washington.

(1) C. HOFSTEDE DE GROOT, A. HOUBRAKEN, pág. 258. Edição de L. X. Lannoy etc. Amsterdam, 9-5-1825 (nr. 835-836 a), contendo vistas de cidades do litoral africano. (Citação de GERSON).

Assinalou-me um artigo do *Burlington Magazine* de março de 1942, e dois quadros de Post, um no *John and Mable Rindling Museum of Sarasota*, nos Estados Unidos, e outro figurando num leilão de *Cristie's*, em Londres: 2-12-1949, nº 9. *F. Post. Tropical landscape, datado de 1649.*

Recorri ainda a Gerson para informar-me sobre o arquivo particular da casa de Orange, notadamente a correspondência de João Maurício com o Dr. Piso e eventualmente com Frans Post e outros.

Do epistolário de Nassau, guardado na *Koninklijk Huisarchief*, esclareceu-me não existirem cartas dirigidas a Frans Post, o qual poderia estar mencionado nas cartas do Dr. Piso.

Eis aí os tópicos isolados dos assuntos tratados com H. Gerson, o infatigável e douto historiador, a quem se deve recorrer em Haia, para esclarecer os pontos obscuros dêste longo processo.

É ele um dos pontífices daquela tebaida, que sabe quebrar-lhe a solidão.

O TETO DOS MACACOS

Delft, 1947

Os Museus Municipal e Lambert-van-Merten, de Delft, não possuem quadros de Frans Post, nem de outros pintores que tenham estado no Brasil com Nassau.

A diretora do segundo daqueles museus, senhorinha Peelen, não acreditava na presença de pinturas do século XVII de interesse para o meu inquérito em qualquer estabelecimento público ou residência particular da cidade que Ribeiro Couto apelidou comovidamente «a jóia da Holanda».

A diretora Peelen assinalou apenas, em uma casa do Markt, ou praça central, um teto pintado na mesma centúria reproduzindo figuras de macacos paradoxalmente no meio de tulipas e cupidos.

Não impede isso que, à margem do itinerário postiano, diga ao leitor o que senti ao descobrir que, como Bruges, Delft é também «a morta». Falta-lhe, é certo, um Rodenbach, para cantar o segrêdo da sua quietude, do seu silêncio, da sua saudade, das suas águas dormentes, dos seus canais sombrios, das suas casas de tijolo róseo, vidro e cerâmica, tão velhas pela idade e tão novas pelo apuro com que são diàriamente lavadas, repolidas, enfeitadas de flôres.

Delft-a-Morta, onde outrora também «retumbaram hinos», disfarça sob o manto do esquecimento a vida que palpita nos seus monumentos, na sua história, na glória da sua faiança e, porque não dizê-lo, na mocidade constante do seu coração.

Fui conhecê-la por contraste em um sábado que era o maior feriado da Holanda, com as ruas em bulício desde a Haia, os castanheiros convertidos em laranjais à fôrça de inumeráveis globos côr de laranja pendurados na ramaria em honra da Casa de Orange, e gaitas e realejos e bazares e tumulto numa atmosfera de pura quermesse: era o dia de aniversário da boa Rainha Guilhermina, a bem amada do seu povo.

Saí da Haia, ia dizer dobrei a esquina e cheguei... tão perto era Delft, a seis quilômetros, com a tôrre inclinada e os canais cismadores.

Outra descoberta ingênua: pensava que a única tórre inclinada fôsse a de Pisa... Adjudico a Delft esta atração turística. Seis quilômetros. Não há distâncias na adorável Holanda, mais feita para a bicicleta do que para o automóvel. Aliás seja lembrado que um dos esportes favoritos consiste em percorrer o país de ponta a ponta em patins, no inverno, através dos canais gelados.

Os museus, os arquivos estão fechados. Feriado de rigor. Tudo em festa. E há o risco de derrubar tanta bicicleta rodando pelas ruas, tanta boa gente flanando distraída. Uma criada explica que os diretores daqueles estabelecimentos estão ausentes. Consegui o endereço da senhorinha Peelen e um colegial em bicicleta me pilotou mediante o oferecimento de um chesterfield. Ruelas, canais, pontes, recantos emotivos da Holanda. O museu fica à beira de um cais, refletindo a fachada nas águas mansas, por entre a copa das faias.

Puxo a campainha.

Aparece, falando-me por trás do gradil da grande porta, Anávava: treze anos, dois olhos azuis arregalados e uma trança loura. Às primeiras palavras responde que não sabe nada. De repente, tem uma inspiração — ir perguntar a Mammie. Esta, sim, sabe de tudo, e solta-a, para conduzir-me ao Markt, cujo centro Grócio pontifica em bronze, e a casa setecentista onde existe o indigitado teto dos monos.

Anávava é esperta, conversa correntemente em inglês, é muito estudiosa, fala-me da severa estátua do Pai do Direito internacional, das tórres da nova igreja gótica e da mais antiga, a inclinada, devastada por um incêndio histórico, um mundo de erudição numa cabecinha deslumbrada.

E fala de Van Mieris, Van Ostade, Pieter de Hoch, Paulo Potter, os pintores célebres, que em Delft se inspiraram e amaram e sofreram. E fala de Guilherme o Taciturno e dos sarcófagos dos reis. E afinal fala dos ceramistas que criaram uma indústria sem par naquelas mesmas casas, à beira daquelas mesmas águas mortas envolvidas de mistério.

Tanta saudade e tanta glória se resumiam no Markt, humildemente, por um sobradinho com teto de *pignon* semelhante a outros que emolduram a praça, onde se vendem porcelanas e faianças.

Da loja-miniatura trouxe um azulejo moderno representando a tórre inclinada, e duas bomboneiras realçadas pelo azul ferrete

sôbre branco privativo daquela louça que constituiu outrora uma indústria legendária do país.

A «Casa dos macacos» ficava em frente, no número 30, ocupada por uma quinquilharia. Foi construída em 1536, mas decorada em 1650. É essa a data da pintura do teto. Representa, de fato, macacos e papagaios e araras em boa sociedade com esquilos e tulipas e outros motivos locais, além de uma guirlanda de anjinhos holandeses esvoaçando em tórno... Não revela qualquer primor digno de menção.

Mas as reminiscências do trópico são fiéis, despidas de fantasia em cada figura isolada. Reminiscências ou cópia de imagens estranhas que naquele ano começavam a ser divulgadas na Europa, graças em grande parte aos artistas de Nassau.

Nem seria impossível que o pintor tivesse estado no Brasil, entretendo-se depois em misturar imagens do torrão natal com lembranças raras do equinócio. Outro ponto a ser elucidado pelos amadores do *believe it or not*.

O Atélier Talens (Markt 36) prometeu-me a fotografia do teto, que até hoje espero receber.

RETRATO

Haarlem, 1948

Haarlem a «Porta de Amsterdam», a pitoresca praça do mercado, a igreja com um órgão célebre... A velha Haarlem, a metrópole das tulipas, onde Frans Post nasceu, se educou, casou, viveu e se extinguiu depois de uma longa e fecunda sobrevivência à bela aventura do Brasil, constituía para o meu itinerário um ponto de atração incomparável. Lá fui pela primeira vez a 1 de outubro de 1946. Anotei no meu caderno: Outono. Pôr do sol em Hillerhop, Jardins e campos de tulipas.

O objetivo era conhecer e consultar um provector «postiano», mestre João Batista de La Faille. Depois voltei e apelei para os museus Teyler (*Teyler's Stichting*) e Frans Hals, no desejo de saber o que subsistia do espólio pictórico de Nassau, numa cidade célebre pela Confraria de pintores do século XVII, a que pertenceram nada menos que Ruisdael e Hals, príncipes da paisagem e do retrato, amigos e compartes do nosso pintor.

Tudo o que pude apurar foi que naqueles dias o município estava organizando no Museu Frans Hals uma exposição de mestres haarlemenses da grande época, para a qual fôra solicitado ao Museu Régio de Amsterdam um quadro de Post emprestado.

As ilações se impunham: de que não existiam outras obras dêste pintor em Haarlem, e de que a comissão organizadora da exposição julgava imprescindível tê-lo representado entre tantas estrêlas de primeira grandeza, como figura digna da plêiade famosa.

O professor H. P. Baard, diretor do museu, autor de um livro sôbre a situação das obras de arte na Holanda de 1939 a 1945 (Haia, 1946), convidou-me para o *vernissage*, lamentando não dispor de mais elementos concernentes a Post, cuja glória, reconhecida em nosso tempo, lhe grangeara um lugar à parte na copiosa legião dos paisagistas de Haarlem.

Era em agôsto de 1947 e parti da Haia numa radiosa manhã, iluminada por um tépido sol que para nós seria de inverno, a cujos raios rebrilhavam tanto o espelho dos canaís como a placa brunida dos telhados.

O céu como sempre avultava sôbre a lhanura lisa e homogênea, cobrindo-a de um desmedido pálio sem mácula — aquêlê céu capaz de compensar a repetição monótona da paisagem, de engrandecê-la com estranhos efeitos de luz e de côr, inspiração de poetas e sobretudo de pintores que graças a êle encheram de mistério e encantamento as visões das landes e das dunas natais, de Ruisdael e Hobbema aos menores, sem passar, aliás, por Post, que só enxergou até o fim da vida o horizonte distante de Pernambuco.

Mas naquela manhã, às onze horas, em caminho, pude observá-lo no imprevisto das suas caprichosas variações, como numa tela de technicolor, porque de súbito se toldou o azul e cedeu a vez ao plúmbeo, prenunciando chuva, num desamparo de pleno mar. Minha filha, já familiarizada com a rapidez daquelas mutações, não se deixou iludir e disse cheia de convicção — teremos sol em Haarlem . . .

Passamos por Lisse e Hillegom, duas cidadezinhas típicas holandesas, sobretudo Lisse, com o seu ar novo, jovial, asseiado. As casas não têm pátina. Uma cidade de Minas pareceria mais velha e esborcinada. As casas da Holanda, anteriores, não raro, ao próprio descobrimento do Brasil, continuam a ser lavadas, areadas, ia dizer envernizadas diâriamente e, para comodidade das donas, foram concebidas em miniatura: são pequeninas, graciosas, leves, tôdas de vidro e faiança.

Em tórno dos campos vasiaos fizeram recordar-nos a maravilha da floração das tulipas em maio, quando (é ainda outra observação feminina) se desenrolam sôbre êles verdadeiros tapetes persas, com desenhos multicores, de um brilho e variedade que não conseguiria descrever. Os campos de tulipas se estendem por Booskop e Aalsmeer, abaixo do nível do mar.

Afinal Haarlem surgiu, banhada em uma claridade de transição, como num dilúculo.

Logo à entrada, o bosque, a ufanía da cidade, a desforra da plena natureza no meio daquele «polder», ou terreno emerso e drenado, onde até 1840 rugiam ondas encapeladas de um vasto mar, tão profundo que ali se feriram cruentas batalhas navais.

O Museu Frans Hals, nos seus muros históricos, numa rua-zinha de ar medieval, é um sacrário de evocações comovedoras. Sente-se a gente transportada por um passe de mágica ao século XVII, à confraria dos mestres pintores de São Lucas, ao mundo morto daquela idade de ouro.

E a humanidade de Hals está presente não só por aquêles retratos que são verdadeiras transfigurações do corpo e da alma,

como porque os mesmíssimos rostos e as mesmíssimas expressões, afora a característica da indumentária e dos penteados, são os da Holanda de hoje, da sua raça e do seu temperamento.

Se falta imaginação, não direi espiritualidade, sobra a preocupação da verdade na interpretação genial, notação dominante, aliás, em todos os mestres batavos. Uma equação pode ser proposta tendo em conta de um lado o que falta na escola holandesa e do lado oposto o que sobreleva na italiana, na espanhola, na francesa. Sobressairá a sua singularidade, a sua superioridade, a perenidade da sua criação entre as grandes escolas de pintura.

Depois de meditar diante de tantas fisionomias redivivas pela paleta de Frans Hals, procurei em Ruisdael, também presente, na *Vista das dunas*, analogias com Post, por ousado que isso possa parecer (1). (Direi entre parênteses que o nome se pronuncia em neerlandês Rausdal).

Post teria aplicado, sem os dons de Ruisdael, uma técnica não muito distante a uma natureza tão totalmente diversa que a aproximação torna-se difícil. Em vez de dunas pintou várzeas e mangues. Alguma coisa, porém, deve existir entre dois pintores da mesma raça, da mesma época, da mesma escola, do mesmo gênero.

O Post que tenho hoje como paradigma (n.º 1903 do Catálogo de Amsterdam) mostra com sua igreja, *bouquets* de coqueiros e fruta-pão, um grande abacaxi, reptis, figuras de servos, ambiente de inteiro exotismo na coleção holandesa do Museu Frans Hals. Mas a transparência da luz, a frescura do colorido, o toque largo, firme e delicado, a sabedoria da *mise-en-scène* insinuam certa afinidade de recursos dos contemporâneos. Longe estamos de Ruisdael, um gigante, mas não de outros menores, experientes no arranjo de certos efeitos entre motivos análogos.

Dois outros pintores, de marinhas, merecem um comentário, que será tentado em ocasião mais propícia: os Willaerts, Abraão e Adão, pai e filho, êste indigitado como participe da missão de Nassau.

O Diretor Baard estava interessado em falar das relações entre Hals e Post e do retrato que o primeiro pintou do segundo. Anotou as fontes, com a reprodução fotográfica do quadro, em

(1) Ver a crônica em *O Jornal* de 20 de novembro de 1949: *Revendo Haarlem*. Diversas outras crônicas sobre o tema foram publicadas na mesma série.

W. R. Valentiner, Wilhelm von Bode e C. Hofstede de Groot (2).

Os dois Frans se ligaram na Confraria e o grande Hals não desdenhou tomar por modelo, na sua galeria inumerável, já ao apagar das luzes, aquêlê colega detentor do segrêdo de uma natureza bizarra.

Fixou-lhe a bonomia, a singeleza, a tranquilidade de consciência.

Da última vez que estive em Haarlem quis conhecer o túmulo de Post.

Na catedral católica de São Bavon o vigário, culto e afável, mostrou-me as maravilhas modernas da sua construção, apontando-me o equívoco da pista: Post fôra enterrado na catedral primitiva do mesmo santo. O novo templo havia sido erguido para substituir o antigo quando perdido para o catolicismo.

A catedral protestante está no centro urbano, em um ponto que diria estratégico — escoltada por um sem número de anti-quários nos seus flancos góticos. Folheeí o velho registro de óbitos conservado em uma estante da sacristia e lá descobri a fôlhas tantas a menção desejada: *lápide número 38*.

Penetrei no templo com o pastor que foi direito à lage funerária, hoje número 212, ao lado esquerdo. Está quase invisível a inscrição, depois de trezentos anos de contínuo palmilhar de fiéis sôbre ela.

Ali jaz, ignorado e esquecido, Frans Post, convertido, como o próprio templo, ao protestantismo.

É a única lembrança que Haarlem conserva da sua memória.

(2) O retrato de Post por Hals pertence hoje à coleção Weyerhauser, de Mineápolis, segundo a verificação de Sousa Leão. Foi identificado por E. W. Moes (*Iconographia batava*, 6.034), cotejado com a gravura contemporânea de Jonas Suyderhoef, e como tal exibido em Amsterdam, em 1906. A gravura está exposta no *Valentinum* de Viena. Ilustrado no catálogo da Coleção Widener, de Filadélfia, e em outras publicações.

BIOGRAFIA

Haarlem, 1948

Para descrever em linhas gerais a vida de Frans Post, convém vir a Haarlem na época fabulosa da floração das tulipas, que revestem os campos de retângulos das côres mais capitosas e fascinantes. É um espetáculo sem paralelo do mundo, uma festa do espectro solar nas suas gamas mais finas.

Outra coisa é a *infiorata* de Genzano, na Itália, em que os artistas do povo cobrem o chão de iluminuras artisticamente combinadas, formando desenhos de flôres diversas igualmente ricas de colorido. Na Holanda, ao invés, não influi a fantasia folclórica, contentando-se os holandeses em rigoroso risco geométrico, com o esplendor da luz e dos tons.

Convém estar em Haarlem nessa fase encantada de abril e maio para compreender de onde os paisagistas tiraram os tons para as suas paletas. Molharam o pincel nas tintas da própria natureza (1). E quando careciam do fator mais sutil e mais decisivo da luz olhavam para o céu e para as nuvens nas suas fantasmagorias de rápida e surpreendente transformação.

Frans, ao volver aos penates em 1644, não podia deixar de obedecer aquela poderosa sugestão que lhe entrava pelos olhos ainda atônitos da visão do trópico, dos sete anos consumidos em Pernambuco diante de outro espetáculo da natureza, também, maravilhoso, mas diverso. O exotismo foi mais forte, para dominar a sua inspiração criadora nos anos que se seguiram, mas, através das concepções estranhas, imprimiu um não sei que de artifício na côr e na atmosfera que deriva da influência ambiente.

Nem só a natureza devia cativá-lo e de certo modo transformar a sua arte. Porque Haarlem, com sua arqui-famosa confraria de São Lucas, colocava-o no centro mesmo da escola realista da paisagem holandesa, com os mestres mais famosos, e um inumerável séquito de artistas menores. De um lado a «oficina de pitoresco», como diria Silvio Romero, de outro a escola prodigiosa dos paisagistas, com Ruisdael e Hobbema à frente.

(1) A tulipomania, como se diz na própria Ho'landa, começou em Haarlem em 1634.

Se submetesse Frans ao processo crítico de Taine iria assinalar, como fatores primordiais do seu estilo, os do ambiente, do meio físico e moral, começando pela caracterização de uma época sem par, a do século XVII, em que a pintura surgiu em toda a Holanda, para a imortalidade, como expressão criadora da alma nacional libertada do jugo estrangeiro.

Prudente, modesto, metódico, probo, o nosso pintor, possuindo o cabedal de uma paisagem extraordinária assimilada em outras latitudes, não logrou fugir ao imperativo do ambiente, para disciplinar os seus recursos, decantar a sua paleta, afeiçoar o seu desenho, imprimir ao seu estilo um caráter mais escolástico.

Van Schendel comparou os seus panoramas aos de outros colegas da mesma categoria, para concluir, aliás, que as analogias observadas entre um e outros eram obra de mera casualidade. Em Haarlem mesmo procurei subir mais alto, aproximando, na concepção e na feitura, um Ruisdael de um Post, ambos presentes no museu Frans Hals. Não é uma comparação, um paralelo, mas uma busca de parentesco, que pode ser tècnicamente demonstrada. Um e outro sabem transmitir a poesia da natureza, comunicar-lhe um pouco da própria alma.

Visitei a pedra funerária de Frans na catedral protestante de São Bavon. Mas a biografia requer datas e fatos, e isso Sousa Leão foi descobrir não só no arquivo da casa real, em Haia, como no arquivo comunal de Haarlem, e no da corporação dos pintores. Assim pôde completar os dados inseguros de Houbraken, Kramm, Descamps, Nagler, Willigen e Wurzbach.

Nasceu em Haarlem (e não em Leide) em 1612, terceiro filho do pintor de vitrais Jan Janszoon Post, sendo primogênito Pieter e segundo Anthoni. Teve uma irmã caçula, Joana. A mãe, Francyntie Peters, após a morte do marido em 1614, casou-se em segundas núpcias com Harman Van Warden.

Na volta do Brasil, em 1644, estabeleceu-se de novo em Haarlem, e dois anos depois entrou para a confraria de São Lucas, na qual desempenhou os cargos de procurador e de tesoureiro.

Casou-se em 1650 com Jannetye Bogaert, filha de um professor. Tiveram descendência — Anthoni, Jan e Raquel. Em fins de 1660 acompanhou a Paris e a Londres o astrónomo Christian Haygens, pintando vistas de Fontainebleau. O nome de Frans aparece ainda nos arquivos notariais, renunciando em 1656 à herança materna, nomeando tutor para a caçula, Raquel, em 1664, após a morte de Jannety. Faleceu a 18 de fevereiro de 1680, ficando como testamenteiros Bastião Wendels, e o primo João Post.

Essa cronologia familiar não adiante muita coisa. Sabe-se ainda que Pieter, o irmão mais velho, foi nomeado arquiteto da cõrte em 1645, ao tempo de Guilherme II de Orange, para quem também trabalhou Frans em 1650. Isso explica como entraram em contato com João Maurício de Nassau, no próprio serviço da casa reinante. A viagem ao Brasil se coloca entre 1637 e 1644.

A biografia não elucida quem foram os seus mestres, pois o lacunoso Houbraken apenas deixou constância do que começara aprendendo a pintar vitrais, com o pai. Conhecem-se, porém, estudos de cavalaria, ao gôsto de Ván de Velde, tanto de Pieter como de Frans, feitos antes da viagem ao Brasil. É ponto a ser abordado em outro capítulo. Além da pintura equestre, Frans teria perpetrado, nos verdes anos, e na própria Holanda, a paisagem das dunas e composições bíblicas. São indicações demasiado vagas para serem verificadas. E para sondar-lhe a psicologia, penetrar-lhe nos arcanos da alma, resta apenas o retrato feito por Frans Hals, já na maturidade...

Em Haarlem pintou muito, pintou tôda a vida. Seus quadros brasileiros são calculados em uma centena. Fornecem-nos o único documento direto e eloqüente para a análise da sua vida e da sua obra.

A CONFRARIA DE SÃO LUCAS

Haarlem, 1948

Trouxe dos alfarrabistas de Haarlem o livro editado pelos herdeiros F. Bohn, daquela cidade, em 1870 — *Les artistes de Haarlem, notices historiques avec un précis sur la Gilde de Saint Luc* — da autoria do médico A. Van der Willigen, edição revista e aumentada.

A obra é uma das fontes mais apreciadas para o estudo de Frans Post, embora passível de correções e ampliações que vieram com o tempo e com a crescente curiosidade pelo artista.

O mesmo médico e escritor se ocupou de Pedro Post, o irmão arquiteto, em artigos de revistas locais, *Navorscher* e o *Jornal de Haarlem*. Tem o mérito de nos conduzir à atmosfera gloriosa da confraria e dos paisagistas do grande século.

Consignou informações sobre a vida privada dos mestres, de tradição oral ou escrita, descuidadas pelos biógrafos que o precederam, retificou ou ratificou datas, e acumulou um acervo de notas para a pequena história, suscetíveis de maior relevo quando submetidas à boa crítica e à filosofia da arte.

Willinger esmiuçou particularidades, às vezes insignificantes, tomando por lema um pensamento de *Gazette des beauxarts* daqueles tempos — «as datas são os alfinetes de ouro de que se serve a História para segurar as pregas soltas do seu manto...»

O que me interessa reter é que, em torno do *Gilde* ou corporação de pintores, aparece constantemente o nome dos irmãos Post através da devassa de Willinger.

Ao recuar, na sua pesquisa, ao século XV, descobriu um precioso manuscrito íntimo do pintor Vicente Lourenço Van der Vinne, continuado por filho e neto também pintores.

Nesse manancial se descobrem fatos sintomáticos da importância da cidade de Haarlem como centro e escola de pintura, que atraía mesmo os mestres de outras paragens da Holanda e da Flandres. Enxameavam os artistas e em volta deles os estudantes e os aprendizes.

A observação serve para explicar os inícios de Pieter e Frans Post. «Vários ilustres artistas viveram em Haarlem com numerosos alunos que a seu turno se transformaram em grandes mestres». Está a indicar, nesse testemunho contemporâneo, que os filhos do pintor de vitrais não precisaram ficar circunscritos ao atelier paterno para assimilar, com algum mestre contemporâneo de Haarlem, os primeiros preceitos da arte pictórica.

Em certo momento os membros do *Gilde* convieram em presentear a instituição com uma tela de suas mãos, e aí registro, num elenco em que aparecem Van Ostade, Wouwerman, Jacob Ruisdael e outros, o nosso Frans Post, na melhor companhia. A confraria recebia tais presentes para realizar sorteios, loterias, leilões, numa remuneradora defesa da classe. O nome de Frans se impõe mais uma vez nos inventários que Willinger pôde ainda consultar.

Cita um período notadamente fecundo, em torno de 1637, ao referir-se aos aludidos presentes, antes, portanto, da viagem de Nassau ao Brasil.

Mas não diz se o velho Jan Post, o pai de Frans, pertencia ao *Gilde*, em cujo estatuto, desde o século XVI, se incluíam como membros os «pintores sobre vidro e iluminadores». No caso afirmativo, os filhos poderiam concorrer, embora muito moços. E Pieter foi inscrito em 1623.

Frans é arrolado como membro em 1656, e na lista dos decanos e comissários da corporação, aparece o seu nome de 1658. No pagamento das cotas de 1666 ressurge Frans numa longa enumeração, entre Hals, Salomão Ruisdael, Van Ostade, Jan Steen, Vermeer — numa plêiade em que são selecionadas as figuras mais famosas. Tudo contribui para confirmar o alto conceito e prestígio do nosso pintor no círculo das suas atividades.

No artigo sobre o arquiteto Jacob Van Campen, Willinger se detem mais uma vez nos Post. Intercalo aqui uma citação sobre Pieter, tirada de uma descrição de Haarlem, editada em 1628 por S. Ampzing — «com relação aos arquitetos, existem Frederich Vroom, Jacob Campen, Salomão de Bray e Lieven de Kaij, arquiteto da cidade que não é dos menos hábeis, além de Pieter Post, que é hoje o mais afamado e bem visto pelo príncipe».

Jacob Van Campen era originário de Haarlem, mas residiu em Amersfoort, local a que conduzirei o leitor em outro parágrafo. O seu nome se cobriu de glória, na construção de monumentos

que perduram na Holanda, e está estreitamente associado ao de Pieter Post, mais moço e não menos brilhante (1).

Em outra parte do livro, Willinger reúne tôdas as informações que pôde extrair dos arquivos sôbre a família Post. Aí se anotam as certidões de nascimento e de casamento, de Jan, o pai, e dos diversos filhos, inclusive Pieter e Frans. Pieter, nascido em 1608, entrou para o *Gilde* aos quinze anos. Willinger sustenta que acompanhou o príncipe João Maurício em 1636, tendo permanecido pouco tempo no Brasil. O príncipe aparece como testemunha de batismo de um dos filhos de Pieter em 1645. As datas de nascimento da prole se escalam desde 1639.

Willinger constrói a hipótese de que Pieter fôsse noivo de Raquel Ridders desde 1636. «Pelos seus méritos despertou a atenção de João Maurício, que o contratou para acompanhá-lo ao Brasil. Honrado com a proposta, aceitou-a e adiou o casamento. Chegado ao Brasil, porém, não pôde esquecer, no meio dos seus labores, a futura espôsa. Retornou, pois, mas antes de partir tomou os esboços exatos de sítios e lugares, a fim de ser útil ao seu protetor quando estivesse longe. De volta à pátria casou-se provavelmente em 1638».

Quanto ao nome de Frans, Willinger só o assinala em 1645, como testemunha de batismo da filha de Pieter. No ano seguinte entrou para o *Gilde*. Os dados de família coincidem com os já indicados. No convite para o entêrrão do conselheiro Bogaerts, êste é elogiado como «mestre da escola latina e sôgro de Frans Post». Mostra isso quanto era prezado em 1664, em plena maturidade, com um nome feito.

O historiógrafo fala finalmente no leilão de quadros e objetos de arte de Sebastião Heemskerck, em Amsterdam, em 1749, em cujo catálogo é mencionado com a assinatura de Frans Post «um grande quadro feito do natural, representando a casa do príncipe Maurício no Brasil», vendido por oito florins. E refere os nomes de outros membros da família Post, não dedicados à arte.

Na biografia de Jonas Suyderhoef inclui uma lista de gravuras da autoria dêste outro artista, entre elas o retrato de Frans Post por Frans Hals, a que já me referi. O exemplar existente na Trippenhuys está anotado com as seguintes palavras, escritas

(1) Também pintor, Van Campen é autor de um painel alegórico alusivo aos feitos de Nassau, em que se vêem personagens indígenas e africanos. O catálogo da Exposição postiana da Haia, em 1953, apresenta uma fotografia dessa obra.

na época: «Segundo Frans Hals, por Suyderhoef». Em 1865 foi vendido um exemplar por 81 florins nos leilões de Frederico Muller, em Amsterdam.

Tôdas essas informações, um tanto descosidas, servem para corroborar conclusões a que cheguei depois da visita a Haarlem (2).

(2) Sobre Pieter Janszoon Post (Haarlem, 1608-1669) a Bibliografia indica, como fonte de informações, Willinger, Blok e outros. Cooperou com Campen nos palácios de Nordeinde, Maurits-Huis, Hofwijck, na Haia, e outras construções públicas em Leide, Maastricht, etc.

ENGENHO REAL

Vassenar, 1947

Do seu castelo na província de Gueldra o Barão de Vassenar escreveu-me explicando como, nos azares da guerra, fôra dolorosamente perdido o «Post» da sua coleção.

Antes de reproduzir a informação (que antecipei, aliás, a Joaquim de Sousa Leão) desejo recordar os dias vividos na cidadezinha contígua à Haia que dá nome ao baronato histórico.

Vassenar e Scheveningue representam os polos extremos da «Residência», o primeiro no seio da floresta e o segundo à beira mar. Mas se o último se perde na banalidade dos balneários populares, o outro merece uma rapsódia em tom sentido, que gostaria de tentar, desenvolvendo estas notas rápidas.

A floresta da Haia, moldura da cidade, sofreu rudemente nos dias amargos da ocupação e os próprios habitantes, frementes de horror, foram forçados, em invernos sem carvão, a derrubar troncos centenários. Tombaram, ao golpe impiedoso da machadinha, faias, tilias, carvalhos de fronde venerável.

Ramalho Ortigão enxergou, como bom panteísta, naves de catedral no seio umbroso daquele arvoredo, e paços do Walhala, e a harpa de Ossian, e fantasmagorias de Ariosto e do Dante, e outras belas coisas, sugestionado pelo mistério da natureza, engendrada, aliás, graças à tenacidade do holandês, que onde havia água e brejo amassou e chantou o barro da pátria.

A poucos quilômetros ao sair da capital, de Marlot a Vassenar, perduram, apesar de tudo, entre a mata e os relvados, vilinos espalhados no meandro das alamedas, sem falar no castelo real, hoje visível da estrada e outrora escondido na espessura, e mansões senhoriais da elegância de Clingendal, com suas deliciosas *pelouses*, onde residem, como senhores do tempo antigo, meus amigos Van Tuyl. Em Vassenar Sousa Leão assinala a casa de campo — Rijkssdorp — que Nassau fêz Pieter Post construir, na qual existiam painéis de Frans.

As casas, à sombra da mata, convidam ao prazer calmo da vida, com as suas *baies* envidraçadas, melhor dito com vitrinas

em vez de janelas, casas de cristal, paredes transparentes, que abrem à vista o interior ordenado e florido com gerânios em cobres luzidos sem transição com o primor dos jardins em derredor.

Depreende-se facilmente a concepção da residência holandesa, num país onde se cultivam, apesar do rigor do clima, flôres e hortaliças durante todo o ano em estufas. Dir-se-ia que a casa, como o hibernáculo, é feita para recolher os raios solares, aquecendo-se assim no meio da própria neve.

Uma dessas residências, o castelo do Velho Vassenar (*Kasteel Oud Wassenaar*) foi convertido em hotel e, durante a ocupação, teve a deshonra de hospedar personagens como Hitler, Goering, Seiss-Inghuart. Após a liberação o Governo da Rainha reservou o Kasteel para receber os diplomatas vindos de Londres. Para lá fui obsequiosamente encaminhado pelo protocolo holandês. Outros colegas foram albergados no Hotel das Índias, na Haia.

Longamente desfilaram as estações diante da minha «vitrine», e evoluiu o painel com a majestade da floresta, as árvores cuja ramagem se debruçava até as águas do lago fronteiro povoado de cisnes e gansos e patos selvagens, o pasto onde vinham, num prodígio de paz bucólica, as vaquinhas com guisos e laços de fita, e os faisões dourados voando algumas vezes nas noites de luar para tornar de madrugada ao terreiro, num alarido de irerês.

No outono a paleta da natureza se enriquecia de púrpuras suntuosas, respirava-se nas sendas sombrias o odor do corpo vegetal em decomposição sob o tapete espesso de líquens e folhas mortas.

No inverno cegava a luz na alvura do quadro transfigurado, os galhos nus polvilhados de branco, mas a vida ganhava estranha animação pela alacridade dos patinadores no ringue natural dos canais e lagos gelados.

Lembro um casal de cisnes que se deixou ficar na placa meio endurecida durante a noite e, após uma repentina e violenta queda do termômetro, achou-se prisioneira do gelo. Ao amanhecer vi da minha janela os cisnes imobilizados, como que esculpidos pelo inverno para criar, na multiplicidade das fantasias da neve, uma imagem inédita em estilo e pureza. Os jardineiros conseguiram libertá-los ainda vivos e restituir-lhes os movimentos à força de fricções.

Na primavera a tinta dominante era o verde nas suas gamas mais sutis, mais translúcidas uma sinfonia de esmeraldas em cintilações delicadas nas copas que rapidamente se repovoavam de

fôlhas — um rebate de mocidade nas plantas, nos animais, na gente.

O verão finalmente adensava o mistério do bosque em verdes carregados, pletóricos, profundos.

Durante a guerra as imensas e inumeráveis vidraças das casas-hibernáculos se reduziram a pó, porque a floresta, não mais da bela adormecida, serviu de esconderijo traiçoeiro às plataformas das bombas-foguetes alemãs, e o extremeção provocado pelas detonações atingia em cheio o frágil teto dos habitantes. Vassenar se despovoou e só após a liberação, aos poucos, foram sendo readquiridos os grandes vidros, para tornar possível a volta dos moradores.

Perdoe-me o Barão L. M. G. Van Vassenar-Crocius, que reside longe, na herdade de Neder-Hemert (*Bij Heusden*), esta aproximação de nomes portadores de emoções (1).

O castelo também foi vítima do fogo da artilharia em janeiro de 1945, quando o grande drama estava perto do desenlace. E lá desapareceu, com móveis, quadros, livros, alfaia, tesouro de tradições de família, a maior das paisagens de Frans Post, herança de avoengos. Representava, disse-me o barão, um cafetal brasileiro. Era evidentemente um canavial e um banguê (Tela, de 1^m,4 por 1^m,86).

Existe felizmente uma reprodução do quadro no volume *De monumenten van de Geschiedenis en Kunstion de Provintie Gelderland*, publicado em 1932 pela «Algemeene Ladsdrukkerij» na Haia, à página 121.

Em vasto panorama de dunas, o pintor no primeiro plano descreve prolixamente o engenho, com seis altas arcadas, e dependências, além do carro de bois carregado de cana, e da escravaria em pleno reboiço de atividade. Na planície posterior, ondulada pelos cômodos de areia, escasseia a vegetação, sobrelevando apenas, à direita, em tórno de uma casa, alguns flêbeis coqueiros desamparados. Atmosfera limpa, num panorama de luz e movimento. Mais do que a paisagem, esta pintura fornece bem um flagrante de vida surpreendido no interior pernambucano.

Como descobrisse no Museu Régio de Amsterdam um *Barão de Vassenar* pintado por Abraão Willaerts, fiquei intrigado pela coincidência de ser êste artista um dos supostos pensionados de

(1) Guardo, da correspondência que com êle troquei em 1949, a fotografia do quadro, uma água forte do castelo e um opúsculo com ilustrações sobre o mesmo: *Dorpesschetsen*, por W. Knoop, Heusden, firma L. J. Veerman, 1944 — recordações que teve a bondade de oferecer-me.

Nassau no Brasil. O atual barão só pôde explicar que se tratava de um antepassado, almirante da esquadra neerlandesa, o celebér-rimo Cornelis Tromp, senhor d'Obdam e de Vassenar, parecendo-lhe natural que se fizesse retratar por um pintor especialista em combates navais e coisas do mar.

Nem podia afirmar que o quadro de Frans Post tivesse vindo para o solar no século XVII, levado pelos cuidados do mesmo tataravô. Quem sabe se Nassau não engajaria Willaerts justamente por aquêles títulos náuticos, na previsão de algum acontecimento ou recontro merecedor de ser perpetuado na tela (2).

Para uma resposta cabal seria necessário consultar Obreen, *Het geslacht van Wassenaer*, mas a biblioteca da família desapareceu no incêndio conseqüente ao bombardeio de 1945.

O fato, a ser verificado em outro tópico, é que o Almirante Vassenar foi a Angola e teve Willaerts a seu serviço. Passaram pelo Brasil ?

(2) «*Vos lignes du 4 novembre (1946) m'arrivent lorsque je me trouve sur le point de partir pour quelques semaines à l'étranger. Il m'est impossible de répondre suffisamment aux questions que vous me posez, mais si vous avez le temps de consulter Obreen, vous y trouverez tout ce qui vous désirez. Il s'agit de notre ancêtre l'amiral de la flotte néerlandaise. A mon retour je vous écrirai de nouveau et nous pourrons peut-être nous rencontrer à la Haye. Malheureusement toute nôtre bibliothèque a péri dans l'incendie du chateau et je ne puis plus rien consulter moi-même sans me rendre à la Bibliothèque nationale.*».

WILLAERTS

Dordrecht, 1948

Van Schendel e outros admitem que Abraão Willaerts haja sido um dos pintores contratados por Nassau para vir ao Brasil, do mesmo jeito que Post Eckhout, perfeitamente identificados na missão e tendo deixado copiosos atestados de trabalho em Pernambuco.

De Willaerts, ao contrário, não existem provas, pois sempre tratou temas europeus em seus quadros. O fato é que velhas referências biográficas o apontam como membro do séquito do príncipe.

Por que esqueceu o Brasil? Seria um desenraizado que resistiu ao canto da sereia? As perguntas se impõem à minha curiosidade. E convidam a desdobrar a pesquisa em tórno daquela alma penada, para saber ao certo se assentou o cavalete em nossas praias, se se inspirou em motivos brasileiros, ou se algum dos desenhos e esboços existentes, relacionados com a expedição e de duvidosa autoria, podem ser atribuídos ao seu lápis ou pincel.

Aliás, a constatação da carência de quadros de Willaerts na Holanda nada prova contra a sua participação na empreitada pictórica de Nassau, pois de Eckhout tampouco se encontra coisa alguma no país natal, estando todos os seus quadros na Dinamarca. E o próprio Nassau, nos vai-vens da fortuna, se incumbiu de dispersar as pinturas brasileiras pela Europa inteira.

De Dordrecht me assinalaram uma tela de Willaerts, além de dois retratos de sua autoria conservados nos museus de Amsterdam e de Utrecht. Um fio a desenrolar no labirinto.

Passei algumas vezes por aquela cidade holandesa, a caminho de Antuérpia, seguindo trajeto Haia-Delft-Rotterdam-Dordrecht, para transpor em seguida a grande ponte mutilada de Moerdijk sobre um braço do Reno, cruzar Breda, que nada sugere das célebres *Laças de Velasquez* (*A Rendição de Breda*, do Museu do Prado) e penetrar finalmente na Bélgica.

Dordrecht, pôrto entre os estuários do Reno e do Mosa, assenta à margem da estrada a sua casaria silente e tranquila, com

a torre quadrada de uma igreja dominando o horizonte raso. Ruas pachorrentas, grandes vidraças nas janelas com vasos de flores, a mesma construção baixa das outras cidades holandesas, sem qualquer novidade ou relêvo que me fizesse deter.

Muitas dessas cidadezinhas se confundem na uniformidade da arquitetura, com maior ou menor número de canais e moinhos em redor. Raros são os casos como o de Brielle, aldeia construída pelos franceses no século XVI e que até hoje guarda uma diferença de fisionomia inconfundível no meio de aspectos mais ou menos uniformes através do país, e que nem por serem delicados e sugestivos evitam a monotonia da repetição.

Só Willaerts me animaria a parar em Dordrecht.

Eduardo Six, conservador dos museus locais, informou, em resposta ao meu questionário, que se Dordrecht não possuía qualquer obra dos artistas de Nassau sobre o Brasil, contava, no entanto, uma grande tela panorâmica da cidade, assinada pelo indigitado Abraão. Lamentava não poder mostrar-ma, pois o museu continuava fechado devido aos estragos produzidos pelo último bombardeio aliado. Faltavam sobretudo as vidraças, as indefectíveis vidraças da Holanda, e a municipalidade não dispunha de elementos para uma restauração imediata. Os quadros ficariam ainda algum tempo em depósito. Nas velhas residências tampouco existiam pinturas decorativas referentes à paisagem, aos costumes, à etnografia do Brasil.

Logo em seguida o presidente do Museu, professor Blussé Van Oud Alblas, retificou que o autor do panorama era Adão, pai de Abraão Willaerts.

Recuada uma geração, já não sentia motivo para deter-me em Dordrecht, mas mantive desde então profícua correspondência com Van Oud Alblas. Êste, após pesquisas sizudas e obsequiosas, afirmou-me ser fora de toda dúvida que Abraão esteve no Brasil a serviço de Nassau. Recopilou dados sobre a questão, dados que resumirei quando escrever sobre Utrecht, a cidade natal do pintor.

A *Vista de Dordrecht*, apresentando a cidade do lado do estuário do Noord, mede quase sete metros de comprimento e mostra as melhores aptidões do artista que foi o pai e mestre do que nos interessa. O mesmo tema seria ilustrado pouco depois, e com que maestria, por um filho da cidade, o insigne Cuyp, capaz de ofuscar, pela genialidade, o minucioso panorama de Adão Willaerts...

Adão era holandês adotivo. Veio de Antuérpia, onde nasceu em 1577, fixou-se em Utrecht em 1611, extinguiu-se em 1664. O filho e discípulo já nasceu holandês, em 1613. Marinista conceituado, Adão pintou praias do mar do Norte, gente do mar, caravelas, aspectos dos rios e do litoral batavo.

Da delicadeza do seu pincel no gênero conservo um diminuto mas precioso atestado em um quadrinho adquirido nos leilões de Frederick Muller, em Amsterdam.

Abraão, que do Brasil apenas conservou para o resto da vida o apelido de «Índio», será exumado dos arquivos em próxima crônica.

O «INDIO»

Utrecht, 1948

Volto a Utrecht e a Abraão Willaerts.

Utrecht, ou Ultrajectum em latim, divide com Leide, na Holanda, o predicado de cidade «sábia», centro universitário e cultural de velha e austera estirpe.

É também cidade «episcopal», hoje sede de um cardinalato, ontem baluarte de lutas religiosas, com a sua catedral, que é como uma fortaleza, e cuja dominadora torre gótica ficou cindida da nave, isolada no meio de um pátio, mercê das vicissitudes que desde o século XIII, data dos primeiros alicerces, afligiram a veneranda fábrica arquitetônica: como um bastião erecto graças à sólida membratura, quando em tórno ruíram pilares e arcadas ao sôpro dos vendavais da História.

O que mais se aprecia de Utrecht são aquêles luxuosos veludos lavrados que, segundo reza a crônica antiga, Pernambuco conheceu nos paços governamentais da Cidade Maurícia. Se os veludos já não existem, persiste a moldura do quadro sapiente e monacal ao longo das ruas abertas entre canais profundos.

Utrecht diversifica o perfil uniforme da cidade holandesa pelo tamanho e pelo espaço, cortada de canais consideráveis, sugerindo talvez, com suas pontes, o Sena ou o Tibre ao atravessarem Paris ou Roma. Margeando as águas se alinham calçadas arborizadas, ao fundo de parapeitos que sobem até o nível superior da rua. E dir-se-ia que as casas são maiores, os jardins mais amplos.

Tudo numa atmosfera quieta, fugindo ao ruído, subjugando o movimento, reprimindo o gesto brusco, apagando o estridor dos veículos, velando as luzes. Utrecht dormita e reflete na severidade do seu passado. E não perde o gôsto das predileções históricas.

É tempo de assinalar no meu itinerário, sem transição, a diretora do Museu Central de Utrecht, a «jonkvrouwe» (título que não sei traduzir, feminino de «jonkheer» ou «chêvalier») e doutora C. H. De Jonge, gentilíssima cicerone na busca de obras de Abraão Willaerts, o filho da cidade que fez parte, com Post e Eckhout, no séquito de pintores de Nassau.

A certidão do nascimento garante aqui tôdas as preferências para Willaerts, nada constando a respeito dos seus companheiros menos esquecidos da posteridade.

A Doutora De Jonge ponderou as qualidades de retratista de Willaerts, de quem estão catalogados na Holanda dois retratos, um naturalmente no Museu de Utrecht e outro no de Amsterdam, o do Almirante Vassenar, a que já fiz alusão. Interessada na pesquisa, colecionou dados que convém resumir, combinando-os com outros, obtidos em Dordrecht, Amsterdam e Haia, de Van Schendel, Van Oud-Alblas e Gerson.

Abraão Willaerts foi o único pintor de Utrecht que fêz a viagem ao Brasil. Nenhum dos citados informantes põe em dúvida a sua participação na empresa de Nassau. Esteve em nossa terra. O fato é mencionado por autores como E. Benezit, no *Dictionaire Critique et documentaire sur les peintres*.

Filho e discípulo do marinheiro Adão Willaerts, nasceu em Utrecht em 1613, dois anos após a fixação do pai naquela cidade. Extinguiu-se lá mesmo em 1669. Benezit dá 1671 como ano do passamento.

Viajou desde moço, tendo freqüentado em Paris o *atelier* de Simão Vouet, depois de receber, na própria Utrecht, lições do pai e de João Van Bijlert. Todos marinheiros e retratistas. Vouet, reputado em Paris e Roma e de quem o museu do Louvre conserva várias obras, fundou uma grande escola de pintura, na qual Willaerts teve colegas como Le Brun.

Em 1637 partiu para o Brasil e voltou, segundo a doutora De Jonge, em 1644, ano em que datou o retrato existente na galeria de Utrecht.

Benezit informa que fêz o serviço militar holandês às ordens do Almirante Barão Jacob Van Vassenar, com quem esteve em Angola.

Para esclarecer o ponto convém ler o livro do historiador Gerson sobre a expansão da pintura holandesa no século XVII, obra do melhor quilate e fonte preciosa, já citada.

Segundo êle, está para ler-se em C. Hofstede De Groot, que quando João Mauricio de Nasau foi assumir em 1636 o cargo de governador do Brasil, deu ordem para que Abraão Willaerts voltasse com a esquadra para Loanda. Existem documentos de B. F. Van Berckenrode contendo desenhos feitos na África e no Brasil. Deduz Gerson que Berckenrode acompanhou a expedição como cartógrafo projecto e experimentado que já havia freqüentado

as Índias. É provável, conclui, que Abraão Willaerts seja o autor desses desenhos, pois embora prestasse serviços como militar sabia pintar à maravilha.

Em resumo, Willaerts esteve no Brasil, mas não permaneceu entre nós por decisão do próprio Nassau. Gerson admite que seja autor dos desenhos brasileiros recolhidos no arquivo de Berckenrode. É uma hipótese razoável.

Sabe-se ainda que, de volta à Holanda, foi morar nos arredores de Utrecht, em Amersfort, no castelo de Randenbroek, junto com um colega, Jacob Van Campen, o arquiteto do paço municipal de Amsterdam e da Maurits-Huis, na Haia. Coincidências: Amersfort foi o berço de Alberto Eckhout, e Campen trabalhou com Pieter Post. Aproximações expressivas.

Em 1659 é assinada a presença de Abraão em Roma, apelidado no meio artístico pelo apodo de «Índio», devido à sua viagem ao Brasil.

A parte conhecida da sua obra está nos museus de Amiens (*Pátio de granja*), *La Fère* (*O pequeno flautista*), Grenoble (*O tocador de gaita*) e Munique (*Retrato e família*), além dos referidos retratos de Utrecht e de Amsterdam.

Deve ser também autor de algum dos retratos não identificados de Nassau. Levando mais longe a conjectura, quem sabe se não será do seu pincel a paisagem brasileira de Bretton Park, na Inglaterra, cuja fotografia Sousa Leão reproduziu. Proveniente da coleção do filho do célebre Canning e atribuída inverossimilmente a Frans Post, essa paisagem, com o perfil vertical das palmeiras e a serra abrupta, é uma obra à procura de autor. Willaerts, que não era paisagista, podia haver-se permitido aquela fantasia recordando uma visão fugaz do Brasil.

Não é famoso como pintor, acrescenta a doutora De Jonge, embora artista de certa qualidade, nem podia ser de outro jeito, dada a sua acurada formação por bons mestres, de influência tão exclusivista que não lhe consentiram, na escolha dos temas, e apesar de ser «o Índio», deixar qualquer coisa digna de registro sobre o Brasil.

Por que chamavam-no de índio? Não, certamente pelo tipo... Só poderia ser por alguma coisa relativa à sua arte e à sua estada no Brasil. Onde e como se perderam as suas inspirações indígenas?

Razão teria Nassau para não retê-lo, preferindo o entusiasmo juvenil e a simpatia espontânea de Post Eckhout.

O DENDEZEIRO

Leide, 1948

O diretor do museu municipal «De Lakenhal», de Leide, professor E. Pelinck, enviou-me a fotografia de mais um quadro de Frans Post, que conheci nas suas galerias, catalogado sob o n.º 1925-36.

O título é simplesmente *Paisagem do Brasil*, sem qualquer caracterização específica, seguindo o denominador comum a todos os museus da Holanda. Assinado «F. Post», mede 54,5 x 71,8 centímetros, provém da coleção R. Peltzer, de Colônia, e foi adquirido em leilão, em Amsterdam, a 26 de maio de 1914. O *Art. Quarterly* reproduziu-o em Londres em 1938, à pág. 266 do número, 52, I, e o *L'Amour de l'art* em Paris, em 1931, à pág. 489.

Como em tantas composições da fase derradeira do pintor, a vista se projeta sobre a várzea do Beberibe, tendo como ponto de referência, à esquerda, no primeiro plano, um alto dendezeiro, e em torno uma imbaúba, mamoeiros e pés de sapoti ou de manga.

A arrumação é atraente, graduando-se para além de um grupo indígena também no primeiro plano, os motivos habituais da várzea, casas, capelas, caminhos, espelhos d'água, eirados, e os sapotizeiros com as suas copas arredondadas, tudo esvaindo-se numa cadência agradável até o azul indeciso do horizonte, quase sem linha demarcadora com o grande céu. Sobre o realismo da interpretação do artista, sente-se o gosto do seu arranjo, como se recompusesse pormenorizadamente as delícias da lavoura e do vilarejo qual um parque afeiçoado pela mão do homem.

Não só para ver esta pintura de Frans Post atravessei muitas vezes Leide na intermitência do meu itinerário holandês, mas confesso que, absorvido pela perspectiva histórica, enxerguei sobretudo o passado naquela cidade berço de tantas celebridades e cenários de episódios significativos — marcos miliários na formação da cultura nacional.

A imagem da vida e da natureza fugiu-me, por isso, da retina, na similitude de aspectos neerlandeses característicos mas repetidos ali, através do perfil da casaria, vetusta ou moderna, à beira dos

numerosos canais que constituem um verdadeiro labirinto aquático de entradas e saídas no espriado caudal do Reno.

Impressiona mais duradouramente o retrato retrospectivo de Leide. É a Universidade Maior da Holanda, o centro por excelência acadêmico e erudito, o refúgio austero da ciência, do pensamento, da liberdade. Porque na história de Leide correm parelhas a elevação do espírito e a dignidade da consciência. Os exemplos vêm de longe, da própria fundação do estabelecimento, no século XVI, por Guilherme o Taciturno, da luta pela independência contra o invasor estrangeiro, formando um patrimônio moral tão inabalável que ainda em plena ocupação alemã, não há muito, a congregação de professores teve a coragem cívica de um gesto de repulsa digno dos antepassados.

A Universidade ilustra e dignifica quatro séculos de tradição sábia e heróica. Cultura e liberdade seria a sua divisa altaneira. Nela pontificaram Grócio e Descartes. Alguns dos ilustres colaboradores de Nassau, como Marcgrave, passaram pelos seus bancos, lá sua sombra organizaram-se esplêndidos museus, além do citado «Lakenhal», de belas-artes, como o etnográfico, o geológico e mineralógico, o da Antiguidade, sem esquecer a Biblioteca e os arquivos.

Por outro lado em Leide viveu e labutou o avô da pintura holandesa, aquêlê famoso Lucas gravador, cujos quadros primitivos iluminam à distância a plêiade de mestres da grande época. De Lucas de Leide a Rembrandt pode ser traçada a linha ascencional da escola, do primeiro balbúcio até o zênite. Como Rembrandt, lá nascido em 1606, outros mestres, Dou, Stean, Metsu, Mieris — passo por alto muitos nomes — tiveram o mesmo bêrço.

É uma sementeira de privilegiados temperamentos.

O mesmo Frans Post foi indigitado como filho da cidade, de onde provinha o pai, o pintor de vitrais Jan Janszoon Post, mas a certidão de nascimento prova que veio ao mundo em Haarlem, onde se estabeleceu a família, onde nasceram todos os irmãos, Pedro, Antônio, Francisco e Joana.

Não poderia omitir, nesta resenha brevíssima, o prelo dos Elzevir, a dinastia de tipógrafos oriundos de Lovaina que gearam para Leide, com as suas inigualáveis edições de clássicos, uma primazia sem rival na Europa.

Êsse o invejável padrão de glória da cidade por onde passei tantas vezes com os olhos fitos no passado.

Vagando por aquelas ruas, à beira daqueles canais, com o pensamento em eras esquecidas, procurei gravuras e quadros nos antiquários que me lembrassem o Brasil holandês.

Num beco escuso um dêsses antiquários, digno de inspirar uma composição de gênero de Van Ostade, recordou-se de mim, quando lhe encomendara, dez anos antes, um retrato de Nassau.

Ora, dez anos antes estava em Roma, longe de Leide, longe da Holanda.

Confusão plausível e inofensiva com o saudoso Luís Guimarães...

ECKHOUT

Amersfoort, 1948

A segunda cidade da província de Utrecht, rumo a leste, é Amersfoort, cujo nome pouco aparece nos baedekkers.

No entanto tive o meu *rendez vous* marcado naquele lugar com Alberto Eckhout, o companheiro de Frans Post na viagem ao Brasil, e que lá nasceu (1).

Amersfoort entrou assim por direito de prioridade no meu itinerário postiano.

Tem a sua importância relativa, ao lado da grande e nobre Utrecht. É centro militar e entroncamento ferroviário, onde o que mais se aprecia são os pinhais nas dunas, que só impressionaram Frans para as paisagens da primeira mocidade.

Amersfoort possui uma esguia torre gótica do século XV, alta de cem metros, ou quase, e uma igreja do mesmo período, e portas medievais, com as suas torrezinhas e bastiões holandeses mais para enfeitar do que para assustar.

Não posso omitir, mesmo com o risco de parecer guia turístico, o museu «FleHITE», onde dormem o sono do esquecimento as antiguidades da cidade e vizinhanças. São encantadores êsses minúsculos museus das pequenas cidades da Holanda. Em presença do de Amersfoort estou me lembrando do de Brielle, outro exemplar digno de enternecimento, guardado zelosamente por pescadores.

Alberto Eckhout nasceu no meio daqueles pinhais, e se ilustrou na pintura em circunstâncias que os biógrafos desconhecem, mesmo o mais exaustivo, o meu amigo dinamarquês Thomsen, a quem me refiro em outras páginas, e foi o reabilitador da sua memória, em obra cuja publicação antecipei em a *A sereia escandinava*. Porque Eckhout ficou esquecido durante três séculos, enquanto Frans Post, mais conhecido, mais universal, ia aos poucos sacudindo a poeira do olvido, e reaparecendo para a posteridade.

(1) Este nome se escreve indiferentemente Eckhout ou Eeckhout, como assinava o pintor, começando, pelo monograma.

Os quadros de Eckhout, a sua galeria etnográfica e as suas naturezas mortas, dormiam no museu em Copenhague. Fora dali a sua obra se dissipara misteriosamente. Só nos dias que correm se soube afinal que partiu para a Saxônia, ao serviço do eleitor João Jorge II.

A Holanda nada, absolutamente nada, guardou do seu pincel. Frans, o paisagista, teve a fortuna de agradar, pela finalidade decorativa da sua arte. E o Brasil tomou a seu cargo restituí-lo ao lugar de honra que lhe compete *par droit d'ainesse et de conquête* no seio da grande escola holandesa.

Os documentos pictóricos legados por Eckhout não são de menor valia, na particularidade do seu gênero, que serve para completar em muitos sentidos o testemunho de Frans Post — sobre a imagem humana e social do Pernambuco de seiscentos.

Amersfoort guardou-me, infelizmente, todos os segredos de Eckhout. Nada me revelou, na modéstia dos seus arquivos, sobre o segundo pintor da missão de Nassau, pintor, aliás, de consumada habilidade, senhor de uma técnica admirável, perfeitamente digna da sua época e da sua escola.

Estou certo, apesar de tudo, de que Amersfoort poderia dar a chave para a elucidação de pontos obscuros neste inquérito apenas esboçado.

Abraão Willaerts, que teria sido o terceiro dos pintores de Nassau, ao voltar da viagem foi morar naquele ditoso recanto, próximo a Utrecht, seu bêrço. «De volta do Brasil», rezam os biógrafos, mas hoje está provado que, embora conhecido em Roma pelo sintomático apelido de «índio», só esteve de raspão em nossa terra, logo recambiado pelo príncipe para ir servir em Angola. Nem teve tempo de empunhar o pincel, em Pernambuco.

De volta do périplo da conquista, em 1645, foi residir em Amersfoort, no castelo de Randenbroek, em companhia de um amigo, o famoso arquiteto e pintor Jacob Van Campen. A referência o coloca de novo no círculo dos colaboradores de João Maurício, pois Van Campen não só serviu ao príncipe, como pô-lo em contato com os Post. Pieter Post foi o executor do risco da Maurits-Huis, em Haia, obra de Van Campen.

Creio que se aprofundasse o veio iria descobrir todos reunidos naquele encantador oásis das dunas — os Post, Eckhout, Van Campen, Willaerts, e o próprio Mecenas Nassau...

Amersfoort abriu-me o horizonte para a imaginação, na quietude dos seus pinheiros e dos seus torreões medievais, mas não quis abrir-me o cofre das suas revelações postianas...

Descendo para o sudeste, no seio de uma natureza que se enriquece em verdes, num ar embalsamado, penetro em outra cidade, Arnhem, reputada outrora como centro de veraneio.

A região renana, de Arnhem a Nimega, «agreste, inculta, semeada de arbustos e urzes, se diferencia das pastagens planas, sulcadas de canais e intermináveis fileiras de árvores, na parte mais característica da Holanda (2).

(2) Para documentar as minhas pesquisas com Thomsen, sobre Alberto Eckhout, traduzo a seguir o texto das cartas que me enviou: «O diretor M. Mackeprang entregou-me a sua comunicação de 13 de maio. É exato que os quadros em aprêço constituem uma dádiva do príncipe João Mauricio de Nassau Siegen ao nosso rei, Frederico III, em 1654. A carta que acompanhou o presente é ainda conservada, e foi reproduzida no *Danske Magazin*, quinta série, volume VI, páginas 379 e seguintes. Uma publicação com a reprodução dos quadros e todas as informações que sobre eles consegui obter em diversas fontes, está sendo preparada e deverá aparecer provavelmente dentro de dois anos. O próprio príncipe Mauricio, bem como os quadros de Eckhout, constituem o tema principal. Os quadros merecem por todos os motivos ser publicados, mas infelizmente subsistem muitas circunstâncias obscuras e dados contraditórios. Suponho que V. conhece a biografia de Ludwig Driessen: *Leben des Fürsten Johann Moritz von Nassau Siegen*, Berlim, 1849. Vi citado um estudo brasileiro de José Higino Duarte Pereira na *Revista trimestral do Instituto histórico*, Rio, 1886, volume 49, tomo II, concernente a pesquisas na França, que procurei em vão nas bibliotecas dinamarquêsas. Ficaria muito grato se V. me informasse se ainda é possível obter esse trabalho no Rio. Continuo sempre à sua disposição». (20 de maio de 1943) «Apresento-lhe os melhores agradecimentos pela amabilidade de enviar-me o seu estudo, cuja leitura muito me interessou. Não compreendo, infelizmente, todas as palavras no texto português, mas o suficiente para apreender o sentido. Os quadros que Humboldt viu no castelo de Fredericsburgo são os mesmos que atualmente se acham na coleção do museu de Etnografia. Esses quadros foram colocados, logo depois de recebidos em 1654, na Real câmara de arte (*Kunstammer*), museu onde havia de tudo, desde os quadros até todas as espécies de raridades, zoológicas e outras. Esses variados objetos foram sendo sucessivamente transferidos para os nossos diversos museus. A descrição da *Kunstammer* foi publicada em 1696 por Holger Jacobaeus: *Museum Regium*. Em fins do século XVIII começou-se a separar em grupos especiais os objetos interessando os museus de arte e de ciência, de sorte que em 1820, aproximadamente, a *Kunstammer* deixou de existir. Os quadros de Eckhout foram enviados a Fredericsburgo em 1827 e aí permaneceram até 1848 e 1849, época em que foram confiados ao museu de Etnografia, o que os salvou do incêndio do aludido castelo em 1859. Mas alguns quadros não seguiram os demais: um retrato do príncipe Mauricio, e uma pintura em que figuravam o príncipe e alguns brasileiros. Passaram estes para a galeria de Cristiansburgo e foram perdidos no incêndio deste castelo em 1794. No palácio do príncipe existem vários quadros de Eckhout além dos que estão atualmente expostos ao público, assim, por exemplo, um homem e uma mulher de raça mestiça, e doze quadros de frutas. Quando V. vier ao nosso museu, terei verdadeiro prazer em mostrar-lhos. Peço-lhe, pois, telefonar-me com antecedência, para que não venha num dia em que esteja ausente. Logo que o novo museu estiver terminado, os quadros de Eckhout serão expostos em sala especial a ele dedicada. Sinto não poder dizer-lhe ainda o título da minha futura publicação. Era meu desejo fazê-la

aparecer em inglês, mas é também possível que prefira o francês. Terei a honra de enviá-la logo que saia dos prelos. Nada pude descobrir nos arquivos do nosso museu a respeito da visita do imperador Pedro II, nem a respeito da cópia dos quadros. O assunto deve ter sido tratado no Ministério dos Negócios Estrangeiros» (25 de maio de 1932).

«Conforme o seu desejo expresso verbalmente quando estive no museu, de obter as fotografias dos 14 quadros, permito-me enviar-lhas junta a esta, pedindo-lhe para aceitá-las como oferta do nosso museu, em reconhecimento pelo vivo interesse que mostrou tanto pelos nossos quadros brasileiros, como pelos nossos museus em geral». (8 de junho de 1932).

O TUCANO

Arnhem, 1947

O diretor do Museu Gemeente, de Arnhem, enviou-me uma informação negativa quanto à existência de quadros de Frans Post naquela região e adjacências.

O Museu de Arnhem, disse-me êle, gravemente atingido pela guerra e ainda à espera de restauração, nada possui de quadros dos mestres do século XVII que estiveram no Brasil, notadamente Post e Eckhout.

No entanto, dada a existência de numerosos castelos históricos perto das margens do Reno, na província de Gueldra, de que a antiga Arenacum dos romanos é a capital, não seria impossível descobrir alguma coisa mesmo de indireto interesse para a minha pesquisa.

Tive a confirmação dessa suspeita e a curiosidade aguçada quando o Conservador do Rijksmuseum de Amsterdam me informou que o antiquário Alexandre Taks, daquela cidade, lhe oferecera uma tela da época de Post figurando pássaros brasileiros.

E, com o último sol do outono de 1946, parti pelas majestosas autostradas holandesas que, da Haia, me abriram o caminho de Arnhem, passando pela universitária Leide e pela episcopal Utrecht. É uma zona freqüentada pelos turistas, atraídos pela beleza dos bosques, tão raros na Holanda, e copiosos sobretudo depois de Utrecht, em cujas imediações fica Doorn, onde o kaiser acabou os seus dias rachando lenha, e depois de Arnhem, até Nimega, mais ao sul.

O céu descerrado sobre a planície imprimia um tom magnificante à paisagem profunda e melancólica. Muitas vezes êste céu da Holanda, aberto sobre a uniformidade silente das lhanuras, oferece a surpresa de fantasmagorias inimagináveis.

Agora, num firmamento claro, risonho, cristalino, azul, forma-se um amontoado de nuvens tenebrosas, de torva catadura, no mais absoluto e impressionante dos contrastes. E de repente, por uma brecha rasgada no bojo mais caliginoso, o sol espadana um

feixa gigantesco de raios resplendentes que se projetam do alto em perpendicular sôbre campos, canais e moinhos...

Depois do almôço em Utrecht, em face da flecha gótica da catedral, prossegui com rumo à decantada Arenacum.

Logo em seguida, porém, diante da miséria da paisagem devastada, compreendi a extensão do martírio atroz que flagelou a cidade na última guerra, quando os paraquedistas inglêses, empenhados em apressar a libertação da Holanda, desceram nos arredores, aproveitando justamente os acidentes do terreno alteroso de dunas e aquelas legendárias florestas e refúgios campestres, e acabaram massacrados e dizimados pelos alemães, depois de dias e dias de angústia universal.

Com a luta violentíssima, abriram-se feridas naquela terra outrora feliz e bucólica, e ruíram muitos castelos e vilinos com seus vestibulos envidraçados, e desapareceram os parques de gazelas e os belos jardins esmaltados de tulipas na primavera e de rosas no verão.

No exíguo centro comercial, com as ruas desmanteladas, encontrei a loja do conspícuo Alexandre Taks, que na taboleta inscreve as suas habilidades: *Antiquiteiten — Expertise — Beeedigte taxateur — Speciale inrichting voor het restaureren van schil derijen*, ou seja: Antiquidades, perícia, avaliação e restauração de pinturas.

Uma velhota saiu à soleira da porta — ia dizer saiu em corpo e alma de uma tela de Frans Hals ou de Rembrandt, e ficou estarecida à simples idéia de ter que mostrar-me o quadro precioso. Atrás da velha, o filho e o neto, três gerações em uma casa típica holandesa, emergindo de um misterioso claro-escuro, como a veria o mestre dos mestres. O susto se explicava, pois o filho ficou com a cabeça transtornada depois da tragédia dos paraquedistas, e o velho andava em apuros, longe da casa.

Voltei à Haia.

Para uma segunda visita, Taks marcou hora. E penetrei afinal no interior do brique-a-braque com o seu atravancamento de coisas heterogêneas, valiosas ou inúteis, móveis para colecionadores, fundos de lareira, candelabros de cobre, relógios, espelhos, quadros, faianças de Delft, uma mesa de whist marchetada de tartaruga e marfim.

Mas o quadro da passarada estava bem escondido, na sala de jantar, ao fundo. Antes de vê-lo, a primeira notícia desalentou, pois se tratava, segundo Taks, de um galinheiro, no qual se destacavam: um faisão dourado e prateado, dois galináceos com três

pintainhos, duas aves voando, e finalmente uma grua e uma galinhola estabelecendo o pânico no terreiro.

O velho deixou para o fim a revelação: figurava também, empoleirado num tronco, um pássaro aparatoso e desconhecido, que bem podia provir do Brasil.

A tela é assinada, acrescentou, com as iniciais M.D.H., que devem corresponder ao nome de Melchor de Hondekoeter, especialista na pintura avícola, notável, segundo os biógrafos, pelo toque firme e ao mesmo tempo minucioso.

Melchor de Hondekoeter tem alguns quadros assinados com as iniciais (1636-1695). Mencionadas no catálogo de Amsterdam, há pinturas dêle representando papagaios, periquitos, saguís, pelicanos e pássaros exóticos. Denominaram-no o Rafael dos passáros. O velho Taks estava muito atrasado na sua erudição de antiquário...

Hondekoeter trabalhou em Haia e Amsterdam. As dimensões dêste quadro, que cobriria uma bandeira de porta, são diminutas: 137 x 92 centímetros.

A vista da obra permite a identificação de mestre tucano no meio daquele aviário heteróclito. Dada a época da pintura serve talvez para mostrar a influência das imagens brasileiras de Post e de Eckhout na inspiração de alguns contemporâneos. Aliás podia ser pintada diretamente, com o modelo presente, algum tucano trazido pelos marujos da Companhia das Índias.

Por indicação de Taks fui adiante de Arnhem alguns quilômetros, até o vilarejo de Dieren, onde eram assinalados vários antiquários bem providos de quadros do século XVII. O mais importante dêles já sabia que a Legação do Brasil andava à procura de quadros de Post, já o sabia mesmo antes de declinar-lhe a minha identidade.

Possuiu (pretérito, infelizmente) dois Post procedentes de um castelo da região, duas paisagens brasileiras assinadas. Onde estarão? Nada mais esclareceu. Os antiquários de toda a Holanda andam no rastro de Post e guardam zelosamente os seus *tuyaux*.

O momento não era propício à pesquisa na cidade martirizada. E Alexandre Taks, assoberbado por tanto sofrimento, falhou à minha expectativa.

MUSEOLOGIA

Groninga, 1947

Algumas vêzes foi inútil a ronda dos museus que me propus realizar na Holanda em busca de pinturas do século XVII relacionadas com o mecenato do príncipe de Nassau no Brasil.

A curiosidade era, aliás, recompensada sempre pelo conhecimento direto de obras primas dos grandes mestres que se acham em tôdas as cidades, orgulhosas da escola holandesa e particularmente dos pintores nascidos em cada uma.

Depois de uma excursão de pouco proveito a Groninga, posso fazer o balanço do que foi visto.

Groninga está longe, bem ao norte. Capital de província, bem arejada, bem construída, com belos parques, quase perde o jeito da Holanda, no cinturão de água que a envolve, sem a graça peculiar de outras latitudes.

Apesar do seu museu comunal, o museu Van Oudheden, com reliquias de boa pintura e muito espaço e muita ordem, estava fora do círculo postiano. Por carta lacônica, a conservadora M.A. de Visser foi a mais negativa nesse setor. Sem crônica e sem fantasia, Groninga me permite passar a outras localidades de mais relêvo histórico e artístico.

Passo em revista os museus a que me dirigi, e com os quais troquei correspondência, em parte já consignada em notas anteriores.

Dos três mais ricos e famosos já disse alguma coisa, e basta mencioná-los em primeira linha — o *Reijksmuseum* de Amsterdam, a *Maurits-Huis* da Haia, e o *Boymansmuseum* de Rotterdam. Em segundo plano, Haarlem, Leide e Utrecht, a primeira com o *Frans Halsmuseum* e o *Teyler's Stichting*, a segunda com o *Stedelijkmuseum De Lakenhal*, a terceira com o *Centraal museum der Gemeente*.

Em Haarlem demorei-me no museu de Frans Hals, onde o diretor H.P. Baard me serviu de cicerone avisado e erudito, mas

não pude ver as coleções de arte do *Teyler's Stichting*, onde igualmente existem obras de mestres. Nem logrei avistar a *Cascata* de Frans Post que, segundo Sousa Leão, existe na coleção do professor Gratama.

Leide foi propícia à investigação, graças ao diretor do museu De Lakenhal, E. Pelinck, que me forneceu os dados necessários, e uma bela fotografia. Claro está, aproveitei para tratar de perto Lucas de Leide.

Utrecht me revelou, pela gentileza da diretora do museu municipal (*Gemeente*), a doutora C.H. De Jonge, as interrogações sobre Abraão Willaerts, filho da cidade, mas nada a respeito de Post. Utrecht deu-me naturalmente um convívio mais prolongado com os seus mestres.

Citarei em seguida Delft, Otterlo, Eindhoven, Maastricht, Arnhem, Dordrecht.

Em Delft, o Prinsenhof, o *Archief en museum der Gemeente Delft*, pelo intermédio da diretora, senhorinha Peelen, mostrou-me não possuir pinturas inspiradas no Brasil — a não ser aquela «teto dos macacos», do século XVII, cujo exame nada ou pouco me descobriu.

O *Gemeente museum* de Arnhem estava tão prejudicado pela guerra, que o seu diretor, A. Van Ewan Derens, nem quis abri-lo. Arnhem possui também um museu de folclore, ao ar livre.

A correspondência mais nutrida foi a trocada com o diretor do *Dordrecht museum*, o professor P. Blussé van Oud-Alblas, que esgotou, para meu conhecimento, o tema de Willaerts, indo até o extremo de indicar-me onde podia encontrar as obras do «índio», no museu de Amsterdam, e na França, em Amiens, La Fère e Grenoble.

Em Otterlo há a coleção Kroller-Muller, moderna, estranha, por isso, à minha pesquisa. Coleções modernas, de impressionistas a cubistas e a abstratos, se encontram em Amsterdam, e na Haia, sobretudo. Não figuravam no meu modesto programa. Nem seria possível abarcar todos os museus de pintura, grandes e pequenos, que existem em todas as cidades holandesas. Ainda há pouco li que os museus de pintura nos Países Baixos atingem a cifra de tresentos.

Não tentei evidentemente percorrê-los. A alguns escrevi.

Quando as respostas não registravam a presença de quadros de Frans Post, procuravam ser úteis ao meu trabalho, fornecendo-me

obsequiosas indicações, que por certo aproveitei, assim do professor Martin, diretor do museu Mesdag, da Haia, e da professora Joana Felhoen Kraal, do Instituto Real das Índias, que se propôs a mostrar-me aspectos etnológicos e históricos das Índias orientais e ocidentais.

A Holanda se apresentava dessa arte em um dos seus aspectos mais nobres e cativantes.

MANOAH

Rotherdam, 1947

Quando Deus, para provar-lhe a fé, ordenou ao pai da nação judaica para sacrificar o próprio filho, na hora terrível sustou-lhe o braço homicida, substituindo o pequeno Isaac por um cordeirinho, poupando ao velho patriarca Abraão a dor inenarrável.

O tema patético inspirou os mestres da pintura, nada menos que Rembrandt e Andrea del Sarto e, desde o *quattrocento* florentino, Brunelleschi.

Na escala menor da sua celebridade, Frans Post também o aproveitou, introduzindo, porém, as personagens bíblicas numa arbitrária paisagem pernambucana.

Haja vista o catálogo do museu Boymans, de Rotterdam, ao mencionar nas suas coleções duas obras do pintor de Mauricio de Nassau: uma paisagem brasileira de dimensões menores, e outra textualmente descrita: *Paysage brésilien avec le sujet biblique de l'offrande de Manoah*, tela 191,5 x 166 centímetros, assinada F. POST, 1648-3-27. Merecia ser vista de perto essa exdrúxula combinação da história sacra com o Pernambuco do domínio batavo.

Antes de estudar a obra, conduzirei o leitor a Rotterdam, na metade da pista de asfalto que me levava habitualmente de Haia a Paris.

Rotterdam não era lugar que me seduzisse como aquelas faianças delicadas que são as outras cidades da Holanda. Associava o seu nome, por certo, a Erasmo o ao *Elogio da loucura*, assim como à sinagoga dos portugueses, cujos últimos membros desapareceram volatizados nos campos de tortura. Mas, fora dessas atrações intelectuais e históricas, observava que o grande entreposto do comércio da Europa, admirável pôrto da foz do Reno e do Mosa, ressurgiu mais pujante após o cataclisma da guerra, com a sua floresta de mastreações entre os rios e canais que o entrecruzam.

As cicatrizes da guerra, aliás, ainda se percebem. O núcleo central, cheio de relíquias, foi destruído «cientificamente» pela sanha impiedosa dos invasores. Pouco se nota, porém, a não ser o espaço

vasio. Porque o holandês, com aquêlê sagrado instinto da ordem e do asseio que o caracteriza, removeu sem demora os escombros, e fêz jardins, aplicando-se igualmente à renovação das linhas da arquitetura. Ao passar tantas vêzes por ali, nas azas fagueiras da velocidade, só retive a lembrança do prodigioso e imenso túnel que passa por baixo do volumoso caudal do Mosa.

Numa sexta-feira treze (em setembro de 1946) resolvi ir a Rotterdam especialmente para visitar o museu Boymans. É um dos três grandes museus da Holanda. O edificio escapara ao cataclisma. Persistia intacto, entre jardins, longe das ruínas.

Claro, florido, no seu revestimento de tijolos róseos sôbre alicerces de pedra, circunda uma tôrre de pequena altura, quadrada, única condescendência do arquiteto com os motivos tradicionais.

É tudo quanto há de mais moderno em matéria de museus. Construído em 1935, pretende ter resolvido os problemas essenciais da museologia para apresentação e ordenação das obras, em salas amplas, claras, arejadas, de material apropriado, filtrando-se a luz harmoniosamente dos tetos altos. O visitante, graças àquela concepção, recebe, através das salas e galerias, uma lição metódica de épocas, escolas, gêneros. Desde os primitivos, até os maiores mestres do século de ouro.

Rembrandt e o claro-escuro, os paisagistas, com os dois Ruisdael à frente, Jacob e Salomão, igualmente célebres, e Cuyp, e Hobbema, e Frans Hals, e tôda a coorte de privilegiados. Destaca-se Gerbrandt van der Eckhout com tôda a sua obra classificada. Do mesmo jeito, os flamengos, não podendo faltar Rubens. E até os modernos. . . Tudo em série, em ordem severa. É o museu didático por excelência. O seu patrimônio tem se enriquecido sempre, desde que abandonou a primeira sede, deixada pelo doador conselheiro Boymans em 1847, num vetusto casarão erguido no século XVII pelo irmão de Frans Post, Pieter, a quem se deve na Haia a Maurits-Huis.

Dá gôsto percorrer aquelas salas em cuja atmosfera nada se perde dos primores da grande pintura. Tive por cicerone o próprio diretor J.C. Ebbinge Wuben, que me revelou primeiro a *Paisagem* — melhor se diria a *Várzea do Capiberibe*. Sousa Leão informa que veio da coleção Van der Heuvel, de Amsterdam. Frans pintou três vêzes o mesmo tema, dos mais estimados pelo brilho decorativo. Uma dessas versões está no Itamarati. Mas, não se compara com êste outro exemplar do museu Boymans, mais capitoso de colorido, mais rico de pormenores, mais caprichado, e sobretudo realçado pela filtração da luz neste admirável ambiente.

Ebbinge Wuben o considera a melhor composição do paisagista. Será verdade. Ou será mero orgulho do colecionador...

Passa em seguida à peça excêntrica, o famoso «sacrifício de Abraão» situado em outro ângulo da várzea com os habituais recursos da paleta de Frans.

Alastra-se no chão o girimum, passeia a um canto o tatu, erguem-se à esquerda, no primeiro plano, mamoeiros e bananeiras. Para transigir com a legenda bíblica azulam no horizonte discretas mas inverosíveis colinas. Sara, prosternada, chora diante da ara. Abraão ergue os braços para o anjo do Senhor que emerge da fumaceira do sacrifício em que se distingue o carneirinho em lugar de Isaac.

A legenda mal se integra na unidade da paisagem. Segundo Ebbings Wuben não foi Post o autor da estravagância. Sobre a bela paisagem sua, outro pintor contemporâneo, Fernando Bol, teria sobreposto a alegoria bíblica, por capricho de um inidentificado comprador do quadro, ou por própria recreação.

Nada indica, nas figuras, a «maneira» de Frans, que jamais perpetrrou coisa igual, ou seja o desnaturamento das suas composições tão fiéis, tão verídicas, tão escrupulosas. Estou com a opinião do diretor do museu. Nem vale a pena perder-me em conjeturas.

De qualquer modo, após a superposição das pinturas, este quadro ficou sendo o mais estranho de toda a copiosa obra de Frans Post.

Enquanto estava no recinto do museu, alheio ao tempo tão volúvel naquela latitude, as nuvens se haviam adensado sobre a cidade bêrço de Erasmo.

Ao sair desabou o dilúvio, confundindo as águas do céu com as da terra...

IGARAÇU

Antuérpia, 1950

Depois da ponte imensa de Moerdick e da cidade de Dordrecht, quer dizer, atravessado o Mosa, entra-se na Bélgica, e pouco após em Antuérpia.

O Mosa é, pois, o sulco divisor dos dois países que não se podem dizer gêmeos, porque as diferenças estão à vista na simples travessia da fronteira.

Há nessa fronteira todo um mundo a transpor, não só o rio, disse-o Fromentin. E Rubens se entenderia melhor com Veroneso, Tintoreto, Ticiano, Corrégio, mesmo Rafael, do que com Rembrandt. Nessa observação se consubstancia a contradição orgânica entre os temperamentos e entre as escolas flamenga e holandesa.

Mas não vim a Antuérpia e ao seu museu para colocar-me nas pontas de um dilema. Para outra vez ficará o estudo dos flamengos e da sua escola, da qual tanto se apartaram aqueles irmãos de raça e de língua que demoram na Holanda.

Depois de acumular tantas notas marginais sobre o holandês que deu ao Brasil de seiscentos uma centelha da sua grei dedicada de corpo e alma à grande pintura, consegui descobrir, para a minha modesta coleção, um quadro, e dos mais perfeitos, de mestre Frans Post, o poetizador distante da paisagem de Pernambuco. Foi uma recompensa consoladora pelo meu esforço de informação, de rebusca histórica em torno dos pintores de Nassau.

E' o *Convento de Igaraçu*. Quadro ótimo da segunda fase de Frans.

Obtive-o em Antuérpia que, apesar do seu comercialismo, é a terra abençoada de Van Dyck e dos Téniers. Como poderia prevê-lo, ao atravessar tantas vezes o grande cais da Bélgica, no caminho de Haia a Paris... Agora, Antuérpia possui para mim o galardão de haver-me proporcionado um Frans Post, e dos mais inspirados, dos mais felizes.

Na realidade o ponto de partida para a descoberta foi a gentileza de uma nobre dama da Haia, a *donairière* M.M. Roell Van Hemert, que me apresentou a um velho parente, o Sr. P. Smit Van

Gelder dono de um castelo às margens da Escalda, onde se encontram preciosas telas flamengas e holandesas. Ora, Van Gelder, cujo irmão (J. G. Van Gelder) é diretor da Maurits-Huis, convidou-me para visitá-lo na mansão senhorial perto de Antuérpia, e prontificou-se a ceder-me o quadro que lá estava há cinquenta anos! *Albo lapillo diem notare...*

O quadro não figura em nenhum dos elencos até hoje organizados, inclusive no mais completo, o do meu colega e amigo, também postiano irredutível, Joaquim de Sousa Leão. O setuagenário Van Gelder guardava-o bem escondido nas galerias do seu castelo. Trago-o à luz da publicidade, ao conhecimento dos meus patricios. Mede 68 por 55 centímetros. Está assinado, datado de 1661, pintado em madeira.

Troquei com P. Van Gelder uma série de cartas, desde 1946. Pagou outrora pelo quadro a pingue soma de quatorze mil e quatrocentos florins. É colecionador apaixonado, como o pai, que igualmente possuiu um Post, em mãos do outro filho, também crítico e historiador, J.G. Van Gelder, que dirige o museu da Haia (1).

No ato da compra, estando eu na Espanha, houve uma série de dificuldades, pois uma obra de arte sempre está sujeita a restrições e controle na exportação. Tudo foi vencido (ou superado, como se diz agora) graças aos bons ofícios de outro saudoso colega e amigo, Renato Lago, que faleceu como embaixador em Bruxelas. E o quadro chegou ao meu poder em 1950.

Je suis heureux pour vous et pour moi que l'affaire soit terminée et j'espère que vous aurez du plaisir pour votre acquisition durant de longues années — escreveu-me Van Gelder, formulando um voto que espero se cumpra, nas incertezas da vida. O fato é que guardo zelosamente o troféu em minha casa.

Sousa Leão afirmou logo: «trata-se de outra composição em torno do convento franciscano de Igarapu, a que Post acrescentou uma segunda capela pela retaguarda, o que é uma inovação. Parece-me de ótima qualidade».

O reconhecimento topográfico é imediato. E o tema serviu a várias paisagens do pintor, que mais de uma vez voltou, com o seu pincel, a Igarapu, a Olinda, a Serinhaém, e aos contornos todos do Recife.

(1) Adquirido em leilão em 1913, em Amsterdam, por 2,800 florins, este outro quadro, segundo escreveu-me Sousa Leão, acaba de ser cedido a um súdito holandês estabelecido em Pernambuco por 20,000!

No *Igaráu* de Van Gelder limitou a vista ao convento, abandonando a amplitude do panorama que está para ver-se na estampa número 11 da obra de Barleu. Neste quadro se limitou a um motivo, esmerando-se na reconstituição minuciosa e exaustiva da arquitetura.

Basta compará-lo com o outro *Igaráu*, pertencente ao Schleisches Museum, de Breslau, que não pude averiguar, *et pour cause*, onde foi parar depois da convulsão polonesa. A pintura de Breslau abrange mais ou menos o ângulo central da gravura de Barleu, com o convento e o longo muro escondendo o pomar, guardando a distância.

No que tenho presente o convento se aproxima do observador, num realce direto da fachada, em que se distinguem até as ramagens, as heras e as trepadeiras.

No museu de Amsterdam, em outra interpretação já citada, o mesmo mosteiro se amesquinha em um pormenor à direita, numa tela dedicada às ruínas de Olinda. Nada comparável à visão direta e objetiva do tema como executou o artista na obra que Van Gelder me cedeu.

O quadro é belo, decorativo, admirável por tudo o que constitui o encanto da paleta de Post — técnica, colorido, atmosfera, probidade no retrato da natureza, riqueza de minúcias, e aquêlê ambiente familiar aos nossos olhos, redivivo, em tons capitosos, graças à transfiguração da arte. Regalo para a vista e para o coração, com a poesia dos muros brancos emoldurados pela sombra fresca da vegetação.

Nem sofreu, na táboa tricenténaria em que foi pintado, e que se conserva intata, aquela «doença azul» a que já me referi, a *blauzikte*, que tanto prejudicou, pela deterioração das tintas, outras pinturas do mesmo autor.

Os tons, a luz, o céu, a natureza, as casas, principalmente o convento humilde no seu barroco, se ostentam quase em relêvo, na frescura da composição maravilhosamente preservada. Não falta ao meu Frans Post o costureiro *repoussoir*, neste caso, no primeiro plano, alguns especimes da bicharia típica — tatu, macaco, garça, cobra et coetera.

A várzea prolonga à esquerda o mistério do panorama, enquanto de um lado e de outro da composição se alteiam as árvores, nos variegados exemplares que Frans estudou com tanto amor nos seus desenhos do livro de Barleu, e nas suas pinturas, que são, não raro, a recapitulação minudente dos conjuntos desenhados, ou simples fragmentos desenvolvidos.

Assim, no caso presente, vemos o *Igaráu* intercalado como um episódio no panorama da estampa XI de Barleu.

POST E ROUSSEAU

Paris, 1948

Van Schendel chamou a minha atenção para o artigo de Jacques Combe sobre *Un douanier Rousseau au XVIII^e siècle: Frans Post (1612-1680)* inserto em dezembro de 1931 na revista *l'Amour de l'art*, a bela publicação de René Huyghe. Em Paris tratei de conseguir um exemplar daquele número, que comentei rapidamente.

Jacques Combe é, de fato, o homem que «buliu» com a noção de Frans Post, tal como o haviam visto até então os biógrafos e historiógrafos. Se a sua tese nem sempre é razoável, traz, sem dúvida, para estudar o assunto, elementos da crítica moderna, ainda pondo de lado a analogia, só de aparência, que pretende insinuar, com o primarismo do «aduanheiro» Rousseau.

Começa por mostrar o choque psicológico de Frans ao transferir-se de Leide para Pernambuco — um primeiro êrro, porque Frans nasceu e viveu de fato em Haarlem. A retificação não invalida evidentemente a demonstração — de que Post vai incorporar à paisagem holandesa uma terra e uma luz desconhecidas.

Não é só a luz que representa um valor diferente para o moço pintor, pois tudo é novo na terra nova, gente, natureza, flora e fauna, arquitetura, cenas da vida, enfim o «mistério de um vasto país pouco conhecido» — ou, como diria mais tarde Ribeiro Couto, «o mistério da nacionalidade».

Nos sete anos de Pernambuco Frans reúne um repertório de impressões, lugares e motivos, em que há de inspirar-se toda a vida. Depois, de volta a Haarlem, até 1680, pinta êle, no seu atêlier, as mais variadas paisagens brasileiras, de uma composição quase uniforme, nas quais só a técnica se transforma sob influências adquiridas.

Em Paris o crítico tinha à mão, para estudar, as primeiras pinturas de Post no Brasil. O Louvre deveria possuir a mais rica coleção postiana, pois o inventário de Bailly registra vinte nove quadros representativos de diversas vistas «do país das Índias», quadros atribuídos por Durameau a Post. De passagem, Combe

comenta a assinatura fantasista de um dos quadros — «F. Correio» — atribuindo-a «a qualquer restaurador pouco atento». Sabe-se que a tradução brasileira do nome do pintor é apenas um gesto de bom humor... Lembrava-se de Antônio Moro, também holandês de nascimento, cujo nome mudava de aspecto conforme o lugar em que se achava, Espanha, Itália ou Inglaterra.

O crítico assinala a novidade e o primitivismo das obras iniciais de Frans, que assumem um caráter maravilhoso de realidade nova sem afinidade com o que era conhecido na Europa. «A novidade, demasiado absoluta para ligar-se à experiência anterior do artista, é logo por êle aceita como independente».

Post não se espanta com homens, bichos e plantas que se lhe apresentam, mas não compreende nada, e é com «olhos de infância» que descobre aquela natureza inédita. Parece ter pôsto de lado o que sabia, para orientar-se na interpretação franca do que enxerga, livre do entrave de artifícios aprendidos antes.

Mostra Combe que os primeiros quadros comprovam a habilidade do pintor, na exploração daqueles motivos, e as inseguranças que revela não são de um ignorante — ao contrário, derivam do encontro de dificuldades inesperadas, «a ignorância nova de uma infância reencontrada».

Não obstante tais imperfeições, considera essas obras as mais ricas e originais, atestado de uma visão excepcional, de uma sensibilidade aguda e comovedora.

O pintor não consegue dar uma imagem sintética de tudo quanto observa. Explica-se em pormenores, descreve com minúcia e precisão.

Adota, porém, um tipo de composição de uma simplicidade rudimentar — no primeiro plano, quase sempre à esquerda, um grupo de árvores, moitas, ervas, qualquer bicho, são para a paisagem o que uma platibanda é para uma cena de fundo — fornecem uma escala e afastam os longes.

Ademais, o chão e a água se desdobram suavemente até um horizonte que reserva para o céu um vasto espaço em que o azul do ar e a mancha das nuvens combinam com o tom do rio ou do mar. Dentro dessa moldura evoluem figuras de negros e europeus.

Reconhece Combe que são dados familiares ao espírito holandês — o sentimento do espaço, o relêvo da linha do horizonte, a

preponderância do céu. E oferece o paralelo de paisagens de Post com Felipe de Koninck e Joris van der Hagen, desprovidas de primeiro plano, constituídas sumariamente de duas faixas paralelas — a terra e o céu.

Na primeira fase de Post, se a gama das pinturas não é tão alta como se poderia prever, o jôgo de valores, ao invés, é inteiramente novo. A preocupação científica da exatidão predomina, no rigor de um pincel duro e sêco, enquanto a atmosfera se perde, sem sutilezas de névoa, sem esfumatura.

Chega o momento de aproximar Post de Rousseau, apesar dos três séculos que os separam.

Rousseau volta do trópico mexicano para continuar pintando vegetais mágicos, enquanto Post se submete a uma ciência menos espontânea, evolui. Rousseau permanece sempre no estado de insipiência que Post só manifesta enquanto está no Brasil.

Combe reconhece que a espontaneidade de Rousseau antes e depois do México ficou intata, enquanto Post já dispunha de «habilidades» quando freqüentou Pernambuco, compondo por força de um artifício. Por isso é só no pormenor que as visões espontâneas de ambos se encontram. E aí ressalta a inverossimilhança da tese.

A relação mais visível é tirada da interpretação das árvores e das plantas em geral, os mesmos troncos de toque alongado e sinuoso em que a tonalidade parda dá o modelado e acentua as saliências da casca. É Combe quem fala. Nos galhos intrincados as folhas parecem penduradas uma por uma.

Ora, em Rousseau isso é devaneio tropical, mas em Post é a cópia verídica da natureza.

Diante dos quadros do Museu da Marinha, acrescenta — «dir-se-ia um Rousseau que dispusesse de maiores recursos técnicos». Post é sensível aos efeitos do toque, o que não sucede ao outro. Enfim, o paralelo é mais um brinquedo da imaginação, em que não vale a pena insistir, aproveitando apenas, no artigo de *l'Amour de l'Art*, a análise e a definição da obra de Frans, sem pensar nas coincidências com o *douanier*.

De retôrno à Holanda, o pintor aos poucos se adapta e se transforma.

Essa evolução deve, pois, ser situada em volta de 1645, quando ilustrou com gravuras o livro de Barleu, aliás da técnica mediocre, se comparadas aos seus desenhos que se conhecem em reduzido

número, de traço, porém, muito mais sensível. A documentação reproduz imagens trazidas do Brasil, algumas já convertidas em quadros.

A evolução se operou progressivamente. Nos dois quadros existentes em Schleissheim, datados de 1649, embora próximos daqueles que pintou na América, já se nota a tonalidade mais viva.

Aí fica, condensada, a teoria e exegese de Jacques Combe.

Abre perspectivas, mas não esgota o tema da interpretação de Frans Post, que na realidade nada aproveita do confronto com o endeusado pintamonos francês.

A COLEÇÃO DE LUÍS XIV

Paris, 1947

A pesquisa capital a realizar em tórno da obra de Frans Post deve ser em Paris — o ponto mais acessível e fácil e nem por isso o melhor esquadrinhado. Nem sei porque não tentei fazê-la quando, antes da guerra, fui exercer funções de conselheiro da nossa embaixada. Tempo e constância são requeridos para essa espécie de entretenimento. A devassa continua aberta para quem quiser penetrar no mistério dos arquivos e dos museus.

Alberto Rangel, convertido em beneditino do Quai d'Orsay, durante anos, achou tanta coisa fascinante relativa ao Brasil, que não lhe sobrou vagar para esta outra verificação um tanto fora do seu itinerário. E desde 1886 José Higino Duarte Pereira, empenhado em arrancar os primeiros segredos dos arquivos europeus sôbre o domínio nassoviano em Pernambuco, esbarrou diante da impossibilidade de descobrir quadros de Post no Louvre. Só Pedro Souto Maior, guiado por idêntico anelo em 1912, foi mais afortunado, e descobriu o véu da esquiva revelação.

Para dar uma idéia do interêsse oferecido por Paris neste estudo, é preciso lembrar que João Maurício, desiludido e arruinado, mas acalentando sempre o sonho dourado da sua vida, se dedicou na Holanda a fazer presentes de maravilhas brasileiras aos testas coroadas que mais admirava. Daí o presente ao eleitor do Brandeburgo em 1652, dado com tóda a elegância, embora revestido de forma prática, pela recompensa em moeda. Daí a oferta a Frederico III da Dinamarca em 1654, em troca igualmente de favores de que carecia. Daí, igualmente, a oferta a Luís XIV, um ano antes da morte, em 1678, com idênticos carâcteres.

Importa ressaltar, com Michel Benisovich, que nem só de pão vive o homem, e Nassau, embora premido por eternas necessidades de dinheiro, visava, nesse intercâmbio de coleções brasileiras com reis estrangeiros, salvar alguma coisa do seu desvaneio, e espalhar pela Europa as criações artísticas que haviam sido o fruto do seu clarividente govêrno no Brasil.

A Luís XIV enviou quarenta e duas telas de assuntos brasileiros, que encontraram o refúgio natural no Louvre e na manufa-

tura real dos gobelinos. Essas telas eram de Eckhout e de Post. Dispersaram-se, infelizmente, as de Post, ao sabor do acaso e da fatalidade. Foram localizadas, em nossos dias, apenas oito, e na procura das restantes é necessário, é forçoso que o Brasil aplique o seu esforço. Compete-nos a tarefa. De passagem lanço daqui o apêlo veemente.

Agora, um pouco de cronologia, para recapitular os passos dados anteriormente no mesmo sentido. Primeiro, aparece o autor dos *Fastos pernambucanos*, com o êxito de haver assinalado, no museu da Marinha, no Louvre, cinco dos quadros aparentemente perdidos. Souto Maior, que foi bibliotecário do Instituto histórico de 1917 a 1925, na mesma diretoria de que Artur Guimarães, meu pai, era tesoureiro, Souto Maior contou a história com minúcia em conferência realizada na Escola Nacional de Belas Artes, em setembro de 1916, reproduzida dois anos depois na *Revista do Instituto Histórico* sob o título de — a *Arte holandesa no Brasil*.

O pesquisador pernambucano se dirigiu, como era natural, ao Louvre e, graças ao conservador Leprieur, verificou a existência das aludidas cinco telas, datadas de 1637 a 1644, compostas, por conseguinte, no Brasil. Leprieur indicou uma referência aos quadros no inventário das pinturas reais, de 1709 a 1710, editado em 1899 com apostilhas de Fernand Engerand. Os quadros se encontravam no castelo de Chaville. Eis a nota de Engerand a respeito: «No inventário geral de quadros, desenhos e outros objetos, sob a guarda particular do sieur Yvert nos Gobelinos (*Archives nationales* 0-1694), inventário de termo de posse após a morte de Le Brun, destaca-se esta referência: quadros da «colgadura das Índias», pintados nos próprios lugares, dados ao rei pelo príncipe Mauricio, e que foram retocados por Housse e Bonnemer nas figuras, de Fontenay nas flôres e frutas, e Desportes nos animais».

Em seguida: Outros oito quadros da mesma série. Segundo a relação dos quadros que estão no Trianon, em Meudon e em Chaville, haviam sido retirados do depósito de quadros de Versalhes a 1 de março de 1696 (*Archives nationales*, 0-1695) os vinte e três quadros se encontravam em Chaville em 1696. Durameau os registra no inventário de 1784, como — muito interessantes pela verdade — e os atribui a Frans Post. Tudo isso segundo Leprieur, *apud* Souto Maior.

Sousa Leão prossegue no inquérito, desenvolvendo o estudo dos motivos de tapeçaria das «Velhas» e das «Novas Índias», que tanto relêvo gozaram nos gobelinos no século seguinte. A sua leitura é reveladora, para quem intente recomençar o trabalho de busca, pois reproduz na íntegra, no seu livro sôbre *Frans Post*,

o texto original da «descrição dos quadros que o príncipe Maurício de Nassau ofereceu ao rei Luís XIV».

O presente continha, em conclusão, quarenta e dois quadros, tanto grandes como pequenos, só a metade sendo descrita no inventário. Sousa Leão reconhece nos grandes a obra de Eckhout e nos pequenos a de Post, e compara os nove hoje visíveis na França às estampas do livro de Barleu, chegando a resultados positivos.

Em 1802 o ministério da Marinha recebeu do Louvre dezoito dos quadros de Post. Não podem ter desaparecido, é o mais provável. Cumpre desentocá-los sem tardança.

Em Paris existem, pois, os seguintes, no museu da Marinha: *Pôrto Calvo* e *Carro de bois*; no museu das Colônias, em Vincennes: o *Rio São Francisco* e o *Forte dos reis magos* (Ceulen); no Louvre: *Serinhaém*; no Quai d'Orsay: *Paraíba* e *Paisagem*; na prefeitura de Air sur Adour, outra paisagem. René Huyghe informara a Sousa Leão que os dois quadros do Quai d'Orsay haviam sido queimados nos dias da liberação, o que felizmente era inexato: o mesmo colega viu-os com os seis mais do depósito do Louvre no gabinete do diretor Bazin. Ainda em Paris informa que existem duas paisagens de Post na coleção Goerges Bollack. A *vista de Olinda*, que Souto Maior visitou na residência da Viscondessa de Cavalcanti, é a mesma que hoje se encontra no Instituto Histórico

Em outras páginas fiz a análise dos Post de Paris, que proporcionam modelos únicos das primeiras concepções do pintor em presença da natureza de Pernambuco. São os documentos mais expressivos e valiosos da sua obra. Encerram a reação mais espontânea da sua sensibilidade.

Admite Benisovich que Post houvesse colaborado com Eckhout nos acessórios paisagísticos dos seus grandes retratos etnográficos que se vêem em Copenhague. Não creio na paridade de execução sobretudo diante destas telas de Paris. Nem Eckhout precisava de ajuda ao ilustrar as suas grandes composições com pormenores da vida cotidiana, e fragmentos de paisagem. Se há analogias entre ambos devem ser buscadas na identidade de visão, no destino comum.

OS CAVALEIROS AFRICANOS

Praga, 1954

Quando vi pela primeira vez o par de quadrinhos a óleo de Frans Post representando cavaleiros mauritanos, ou egípcios, ou núbios, não repeli a possibilidade de serem autênticos, apesar da data que seguia a assinatura de um dêles, 1627, correspondente aos quinze anos do pintor, e apesar do tema, alheio ao Brasil, que constituiu o motivo quase exclusivo da sua inspiração durante toda a vida.

A primeira impressão, intuitiva, é a mais feliz.

Os dois quadrinhos bem poderiam ser os ensaios primeiríssimos do artista que mais tarde se dedicaria definitivamente à paisagem. Para corroborar a suposição nota-se a falta de virtuosidade do pincel, embora sem discrepância do estilo que só com a maturidade se definiria.

No primeiro quadro um prêto montado num cavalo cinzento exhibe os paramentos guerreiros caprichosamente detalhados — lança, aljava com setas. Veste ricamente, roupão branco, manto azul, atado sobre os ombros, brincos nas orelhas e sobre a cabeça um turbante de plumagens. A figura enche o quadro, indicando o fundo, em tonalidade imprecisa, e perspectiva apenas indicada, o areal, tamareiras, uma grande dominando o primeiro plano à esquerda, o perfil de um obelisco ao longe. No segundo quadro, que faz *pendant* ao primeiro, uma preta num cavalo negro, ao pé do obelisco, mostra igualmente atributos bélicos, vestida de amarelo, com turbante, brincos e pulseira, os pés num estribo. Os cavalos, em ambos, estão luxuosamente ajazados com um penacho côr de rosa. As figuras aprumadas sobre as selas de franjas não se particularizam pela finura do retrato. São dois africanos nédios, de bôca carnuda e olhos redondos, modelos convencionais, sem realismo. Dois estudos de atelier, em que talvez só os cavalos fizessem o modelo vivo. Falta-lhes de todo a «luz do oriente» que os franceses celebrizaram no século passado.

Antoine (dou ao antiquário êste nome, com que se encobria na clandestinidade) pouco podia adiantar sobre a proveniência das duas pinturas, cuja moldura, aliás, robustecia a alegação da idade,

sendo de madeira esculpida em folhagens que lhe acentuavam o exotismo.

Os quadros teriam pertencido, segundo Antoine, à coleção dos Condes de Mensmdorf ou Mermdorf, do castelo de Boskowitz, na Morávia. Acrescentou reiteradamente que provinham em tempo remoto da Holanda. Não levei a cabo a indispensável pesquisa. Nem posso garantir a grafia dos nomes. Saíam, porém, de uma dessas mansões senhoriais como se vêm tantas nas velhas terras da Boêmia e da Morávia. E a origem, na convicção do antiquário, era a própria Holanda. Um dos quadros está assinado na base da tamareira à esquerda «F. Post, 1627», com as maiúsculas características do pintor, tão conhecidas em toda a sua obra posterior. O outro, aparentemente inacabado, não tem assinatura.

Ora, pouco se sabe do que Frans pintou antes de estar no Brasil. O capítulo mais incompleto da biografia de Houbraken, na qual se abeberaram os que escreveram depois, é justamente o dos inícios de Frans, o aprendizado, a formação como pintor. Devo, por isso, tatear num terreno inseguro, carecendo das fontes mais elementares para determinar onde e como aprendeu a manejar o pincel. Houbraken quer que tenha começado com o pai, o pintor de vitrais, no mesmo ofício.

Não basta essa perfunctória explicação de vitralista (admita-se o neologismo) para justificar a mestria de recursos de que dispunha quando desembarcou em Pernambuco em 1637, com vinte e cinco anos incompletos. As sugestões e os exemplos pululavam em torno de Frans no século XVII, sobretudo em Haarlem, onde nasceu e viveu, no meio da maior floração de paisagistas.

Van Schendel procurou aproximar a sua técnica paisagística da de Philipe Koninck, ou de Joris Van der Haagen, e não trepidei em admitir que fôsse orientado por Salomão Ruysdael (1600-1670), o tio de Jacob Ruysdael, a mais luminosa estirpe de mestres da paisagem da escola holandesa (1). A comparação visual de telas desses pintores não desautoriza tal suposição.

Frans, ao chegar ao Brasil, já desenhava e pintava, com perfeito conhecimento da arte. Por isso mesmo foi um dos escolhidos de Nassau, entre os «seis pintores» a que o príncipe se referiu na célebre carta a Luís XIV. Mas, quando começou a aprender? A sua pintura mais antiga, uma paisagem holandesa, recentemente identificada, na coleção Lombard, é datada de 1631, quando contava vinte e um anos. Não admira, pois muitos outros mestres, e dos

(1) V. O *Jornal*, ed. de 20-XI-1949: *Na metrópole das tulipas*.

mais afamados, foram precoces. Paulo Potter compôs com menos de vinte e três anos o *Touro*, uma obra prima.

Outras composições atribuídas a Frans nos primórdios são combates equestres, que através da vida não mereceram nenhuma atenção da sua paleta. Nem o gênero prosperou na Holanda. Fromentin o assinala com aquela elegância e percuciente agudeza que anima tôdas as páginas dos *Maitres d'autrefois*. Uma carga de cavalaria, pintada embora por um mestre hábil, se desenrola em lugares que excluem a idéia de guerra ou sequer de perigo. Expri-mem uma «fantasia anedótica» na qual não se sente a emoção do pintor. Os holandeses poucas vêzes compuseram episódios de bandidos ou recontros anônimos, que têm o ar, segundo Fromentin, de serem pintados por ouvir-dizer . . .

Seja como fôr, Frans e seu irmão Pieter começaram por êsse gênero ingrato ao temperamento holandês. Não tardaram, aliás, em descobrir a verdadeira vocação, de paisagista, para o primeiro, de arquiteto, para o segundo. Ficaram, porém, documentos comprobatórios dêsses exercícios iniciais, que não chegaram a cristalizar em obra acabada e perfeita. Em carta de 1952 Sousa Leão confirmou ter visto meia dúzia de fotografias no Instituto de documentação artística e histórica, da Haia, «de quadros mais ou menos fantasistas ou exóticos, talvez por êste motivo atribuídos ao pintor». E adiante: «Eu mesmo vi dois dêsses quadros no comércio, que acredito tenham recebido recentemente a assinatura, mais óbvia que a do próprio artista, os quais afirmo nada tem da feição de Post. Também vi outro, paisagem européia, assinado, que, êsse sim, será dêle. Há referências a paisagens de dunas, datadas de antes da ida ao Brasil, que acredito sejam de Pieter, autor de quadros dêsse gênero, que conheço».

De Pieter existem dois combates equestres na Maurits-Huis, na Haia, assim como duas paisagens holandesas, que Van Schendel considera deliciosas, nas coleções dos professores Wilem Martin e Frits Lugt, na Haia. O dinamarquês S.J. Gudlangsson, acaba de publicar, segundo me informa Sousa Leão, um artigo na revista *Oud Holland* sobre os quadros que identificou como sendo de Pieter. Surgiram em diversos museus espalhados pelo mundo obras pictóricas dêsse artista que anida não lhe haviam sido atribuídas, assinadas umas, outras não. A nota predominante é o cavaleiro em escala maior ou menor. Também os há com motivos arquitetônicos, como era de esperar. De Frans se indicam três ações de cavalaria, uma na galeria Schönborn, de Viena, e duas, aliás sem assinatura, na Wallraf-Richartz, de Colônia. Sousa Leão duvida da atribuição, embora não haja sido até hoje discutida a menção dos respectivos catálogos. Pela minha parte, não tenho como subscrever a objeção, sobretudo depois de ver a assinatura dos

quadrinhos da Mauritània, que não são de combates, mas de guerreiros a cavalo...

Estive em Viena, a *gemütlich*, com o objetivo firme de ir à galeria Schönborn. Estava fechada, ainda não refeita dos transtornos da guerra. Em maio de 1953 o diretor escreveu-me para prestar esclarecimentos desanimadores: «o quadro de Frans Post, que antes figurava em nossa coleção, extraviou-se devido à guerra».

Resta-nos apenas o recurso de copiar o item alusivo à obra, no livro: *Kleine galeriestuden von Dr. Theodor von Frimmel, neue Folge, III Lieferung, Die Grafllich Schönborn-Buchheim'sche Gemaltesammlung in Wien* (Leipzig, Verlag von George Heinrich Meyer, 1896):

«115. Frans Janszoon Post. *Combate de cavalaria*. Pequeno quadro em extensão. Assinado, em baixo, à direita, F. Post. Frans pintou em geral paisagens brasileiras caracterizadas pelo fundo azul, como se vê na galeria de Amsterdam. Um quadro típico da fase brasileira existe em Viena de propriedade do cônsul geral Dr. Gotthelf Mayer. Post, que acompanhou em 1637 o príncipe João Maurício de Nassau ao Brasil, inspirou-se em motivos brasileiros. O presente quadro, representando um combate de cavalaria, pertence verossimilmente a um período anterior à referida viagem, pôsto que recorda os quadros de Isaías Van de Velde, e de outros pintores holandeses, em tôrno do ano de 1630. W. Bode igualmente atribui êste quadrinho à mocidade do pintor, em *Zeitschrift für bildende Kuns*, VII, S. 353. Foi mencionado na galeria, em 1830, sob o título de *Escaramuça*. A.R. von Perger o mencionou em 1853, atribuído sempre a F. Post. Na casa Hoet existiam vários quadros do mesmo pintor. Assim também a galeria Municipal de Mainz, Zchille em Dresde a Habich em Cássel. Consulte-se Wussin, Jonas Suyderhoff, n.º 68 e *Kunschronik*, XX, s. 596 (Quadros do leilão Friesen) Nenhuma fotografia subsiste do quadro».

A *Escaramuça* é, pois, atribuída a época anterior ao périplo brasileiro, na órbita de outras pinturas holandesas de 1630. Frans contava dezoito primaveras. Aproximo-me, nesta dedução, do ano por êle mesmo indicado sob a assinatura do mauritano, 1627, em plena adolescência, quando, na companhia do irmão, procurava acertar na escolha de uma carreira. Ambos se dedicaram ao estudo das refregas equestres, sôbre dados históricos, ou anedóticos, como conjectura Fromentin, seguindo uma trilha que, por ser rara e estranha ao gênio nacional, não deixou de registrar-se, em casos isolados. Não tinha mais que reproduzir modelos e preceitos propinados por

alguém naquela colméia de pintores, alguém que ficará talvez para sempre ignorado.

Os quadrinhos que foram dormir o sono dos séculos em Boskowitz, na Morávia, partem do mesmo princípio, concretizando os primeiros modelos do pintor, prisioneiro de um artifício que não tardaria em alijar. As palmeiras do norte da África, os ginetes fogosos, o casal de cavaleiros com atributos bélicos, o fundo da paisagem apenas insinuado, tudo indica o agenciamento de elementos não tirados do natural. Não discrepam, entretanto, na afirmação precoce do pincel, do toque, do colorido, do relêvo das imagens com que mais tarde, ao longo da vida, comporia o ideal artístico da paisagem brasileira.

Quando, no ano da chegada a Pernambuco, pintou a ilha de Itamaracá, alfa do seu brasileirismo pictórico, inseriu no primeiro plano dois cavalos, um negro e um branco, os únicos que aparecem em tôda a sua copiosa obra. E tanto os desdenhava que, ao reproduzir a mesma vista para as pranchas do livro de Barleu, retirou-os da cena, mudo repúdio do passado.

Desde então preferiu pintar cotias, capivaras, tamanduás, tatus, reptis, pássaros e insetos do Brasil, com a marca nova do seu exotismo.

OS FALSOS «POST»

Praga, 1954

O que os técnicos denominam «o jogo de atribuições» em matéria de pintura constitui um dos exercícios mais atraentes não só para o crítico como para o colecionador e amador de arte. Diante do enigma de uma tela desconhecida ou controversa há uma natural emulação entre entendidos e curiosos para descobrir-lhe uma origem, estabelecer-lhe uma identidade possivelmente ilustre. O quadro encerra em si mesmo uma evidência visual capaz de desarmar a incredulidade do próprio são Tomé, escreveu Louis Hourticq, autor de um livrinho precioso sobre o assunto — mas ele mesmo mostra como o «jogo» é inçado de dificuldades e requer uma longa preparação.

Vou contar um caso que em parte servirá para corroborar a lição dêste historiador da arte.

Um antigo negociante de quadros em Praga, o alemão Frans Ferdinand Weis (posso publicar-lhe o nome porque está morto) propôs-me a compra, no ano passado, de um suposto Frans Post a que dava o título de *Desembarque dos holandeses no Brasil*, acrescentando que «entre as figuras estava representado o príncipe de Nassau-Siegen». Seria o suplício de Tântalo não poder adquiri-lo ...

O quadro veio. A assinatura parecia bem de Frans Post e a composição revelava paleta de mestre, senão do século XVII pelo menos dos começos do XVIII; os navios ancorados içavam de fato a bandeira holandesa. Tôda a aparência de autenticidade. Mas o resto...

Tântalo-Weis mandou fazer duas perícias para persuadir-me. A primeira, depois de descrever a pintura a óleo sobre tela, medindo 48,5 x 59,5 cm., dava-o como bom e valioso. Eis a descrição em resumo:

Numa praia apertada entre rochedos abruptos, com vegetação rala, agita-se no primeiro plano uma multidão de figuras, descarregando mercadorias de vários navios ancorados, um deles bem perto de terra, com a bandeira holandesa no mastro principal.

O colorido delicado da cena contrasta agradavelmente com os longes esbatidos do céu alto. Os figurantes são marinheiros europeus com blusas azuis e chapelões de palha, além de um algemado, transportando pesados fardos. Sobressai um tipo importante (o Nassau de Weis) com um manto vermelho e uma espécie de turbante, ao abrigo de um guarda-sol sustentado por um pretinho de roupas bizarras. No meio da praia uma maleta chata mostra no costado estreito o nome com clareza: F. POST. À esquerda duas casas e uma fortaleza. No céu, uma nuvem esgarçada, com dois pássaros voando. Ótima a conservação da tela, na qual apenas se registram retoques superficiais.

Tal a descrição abreviada. Com tudo isso, nada havia ali do Brasil. Nem de Frans Post. Nem de Maurício de Nassau. Herrn Weis caíra num êrro, ou fôra embaído.

Qualquer quadro trás em si mesmo os dados essenciais para ser identificado — matéria, desenho, tons, notações fisionômicas, olhos, nariz, mãos, indumentária, tiques do pincel, o toque, os mil e um pormenores que dizem quem o pintou, onde e quando. Ora, neste caso, Post estava instantâneamente excluído.

Para sabê-lo basta, em primeiro lugar, essa espécie de intuição, de senso divinatório, de faculdade instintiva que domina, resume e tira conclusões sôbre incertezas. Indivíduos de escasso preparo podem possuir êsse dom. Assim é o «faro» dos antiquários ignorantes que não vacilam diante de uma obra em cujo julgamento hesitaram os conservadores de museus.

A intuição se robustece com um elemento preparatório, por assim dizer, que é a cultura histórica, o conhecimento prévio de documentos úteis. Em terceiro lugar ela se estimula desenvolvendo a memória visual nos grandes museus, armazenando um número considerável de imagens. Tudo isso, que demanda tempo, paciência, perseverança, invalidava a convicção de Herr Weis. O quadro não podia ser de Frans Post.

O vendedor teimava em argumentar com a autenticidade da assinatura. A falsa assinatura é que constitui o quadro falso. Ora, o falsificador muitas vezes forja uma firma para reforçar uma atribuição vantajosa de autor. A falsificação integral de uma pintura é rara, quase impossível. O mistificador em geral se contenta com retoques que acentuam o caráter da obra, ou ajunta-lhe uma firma convincente. Neste caso, diga-se entre parêntese, o acréscimo só servia para comprometer, pela mentira, uma composição não destituída de qualidades.

Weis, renitente, recorreu, pois, a uma segunda perícia. Não era difícil. Há ateliêrs especializados para fixar pela análise química e os raios X os elementos certos sobretudo da técnica antiga: processos científicos, análises de laboratório, fotografia do invisível, toda a variedade de aparelhos óticos inventados para esquadrinhar os segredos da matéria (1). Pelo método objetivo, fora do empirismo, seria possível abalar uma convicção.

Os holandeses, desde o século XVII, começaram a assinar os seus trabalhos, coisa que antes não se costumava fazer. Vendiam-se nas feiras quadrinhos e águas fortes nos quais os modelos, que eram gente do povo, gostavam de reconhecer a própria fisionomia. Eram sobretudo pinturas de gênero, estranhas à grande arte, segundo o severo juízo de Fromentin — a anedota introduzida na composição, o fato em lugar da idéia plástica, a narrativa pitoresca procurando a exatidão da cena, da indumentária, a verossimilhança do efeito. O nosso Post nunca se perdeu nessa inspiração, apesar do seu amor da minúcia. Os pequenos pintores, imitando Van Ostade, pintavam os camponeses bebericando cerveja nas quermesses e nas tabernas. E punham a assinatura como uma marca de fábrica, se assim posso dizer.

Frans Post não escapa à mesma regra. O perito, Juc Ludvick Muller, concluiu com honestidade: «A assinatura «F. POST» foi provavelmente examinada há alguns anos pelo sal de amoníaco (NH₄ CL) e as letras «F» e «P» foram apagadas e em seguida retocadas. As restantes letras «OST» exibem a mesma fluorescência da pintura original e são da mesma época do resto da obra. Tal o exame pelos raios ultra-violetas».

Assinatura retocada... A fraude se confirmava.

Carteei-me, a propósito, com o Dr. Van Schendel, do Museu Real de Amsterdam, e insigne «postiano». «Não vejo (respondeu-me ele) qualquer motivo para justificar a atribuição de Weis. A cena parece representar um pôrto mediterrâneo ou levantino, como tantos mestres holandeses ditos *italianizantes* pintaram. A fotografia dá a impressão de que o estilo do quadro em nada recorda

(1) Para o exame científico das pinturas se contam hoje mil recursos, de variada natureza, como a iluminação para a visão ocular com lente, microscópio, lâmpada Mono-Leitz com condensador e filtros de cor, pinamoscópio pousado diretamente na pintura; a fotografia, a macrofotografia e a microfotografia tangencial; a radiosopia e a radiografia; os raios ultra-violetas; os raios infra-vermelhos; a lâmpadas de sódio; o espectógrafo e o refractômetro; a fotocolorimetria; reações químicas e microquímicas.

o de Post. Fora de Pieter e de Frans se conhecem do mesmo nome o retratista Sebastião Post, nascido em 1777 e Johannes Robertus Post, também retratista, nascido em 1811. Frans, antes de estar no Brasil, deve ter pintado alguma coisa, alguma paisagem, mas não há disso uma só prova» (2).

(2) Mestre Afonso de Taunay escreveu sobre as falsificações modernas de Frans Post, em artigo de que me lembro, mas cujo retalho não guardei. É compreensível o pesar com que deixo de socorrer-me das suas luzes.

O TAMANDUÁ E O TATU

Praga, 1952

Com título de fábula indígena, entra mais um quadro de Frans Post no elenco da sua obra conhecida.

Encontrei-o em Praga. Vale a pena recordar como reapareceu nas coleções não expostas da Galeria nacional tchecoslovaca. Não encerra em si mesmo qualquer caráter diferencial em relação ao esquema das paisagens brasileiras do mestre holandês, mostrando o repertório habitual dos seus motivos pernambucanos, várzea, maré, ruínas, taperas, magotes humanos, vegetação multiforme em todo o primeiro plano e, à esquerda, bem perto do observador, o formigueiro com o simpático tamanduá bandeira em conversa com o tatu.

Extraio do catálogo da *Privatgesellschaft fuer patriotische freunde*, na exposição efetuada no «Rudolfinum» em 1889, a descrição sob número 558: *Sued-amerikanische landschaft. In mittelgrunde einzelne zerstreute huetten inmitten westlaufiger Anpflanzungen. Rechts vor einem mit schlingpflanzen bewachsenen das von einer Palme und anderen kleinen baumen uberragt wird, mehrere neger mit inren kindern. Links vorn ein ameisenbar und ein gurteltier. Weite fernsicht. Besiechnet links unten, etwas gegen mitte. F. Post. Eichenholz 0,36 x 0,41. Eingeschrieben 1815. E.F. 1285 (inventaire).*

Conservo o texto alemão, na sua fácil clareza. A obra de Post em quase todos os museus da Europa se perde nessa espécie de anonimato de um título genérico — «paisagem sul americana» ou «paisagem brasileira». Só o Brasil sabe bem do que se trata e procura caracterizar melhor aquelas composições mais ou menos uniformes e repetidas.

O quadro, segundo Sousa Leão, pertence à Associação patriótica dos amigos da arte e está na respectiva biblioteca, à rua Valentinska número 2. Nesse local existe hoje uma galeria de pintura moderna. Não há vestígios, é claro, da *Gesellschaft et coetera*. Nem se deve esquecer que em 1945, mesmo antes do comunismo, foram expulsos da Tchecoslováquia três e meio bilhões de alemães, cujos bens foram confiscados e dispersos.

O diretor da nova galeria se recordava, a ciência certa, de haver visto ali um quadro que lhe ferira a atenção pelo exotismo, pelos grupos afros e uma palmeira retorcida, com o capitel dominando o céu de uma claridade crua. A informação era preciosa, com o complemento de que outras velhas pinturas existentes no mesmo local haviam sido recolhidas ao castelo de Sbraslav, nos arredores de Praga, utilizado pelo Estado para hospedar comunistas estrangeiros. Fui a Sbraslav, sem resultado.

Interessei o Ministério dos Negócios Estrangeiros na busca. Em setembro obtive a informação oficial: «segundo as informações recolhidas, só figura na Galeria nacional um quadro de fundo panorâmico, única obra existente no território da República, da autoria de Frans Post. Nenhum outro quadro, tendo por motivo o Brasil e de autoria de pintores holandeses, figura na aludida galeria».

Dirigi-me à Galeria, onde o conservador Sip recebera instruções para mostrar-me o Post redescoberto, e fornecer-me uma boa fotografia.

A Galeria ocupa um magnífico palácio no flanco esquerdo da Cúria, na praça do Hradcany, em cujo fundo se alteia o castelo que foi dos reis da Boêmia e hoje é dos presidentes da Tchecoslováquia. Em tórno do vasto retângulo perdura o passado, na dignidade do barroco, que imprimiu a fisionomia de tantas mansões senhoriais que dão o cunho desta senhorial cidade. O barroco predominou e se impôs, apagando quase por completo a anterior traça arquitetônica da Renascença e do gótico primitivo desde mais de mil anos.

Praga, poupada pelas guerras da Europa, não consegue apagar nos seus muros vetustos um passado de aristocracia e riqueza que, se não se compara a Viena, com a suntuosidade de Schonbrunn e do Belvedere, possui e conserva uma série de nobres construções, palácios e igrejas dos séculos XVII e XVIII. E o Hradcany, o castelo, e o bairro onde mais se concentram os casarões antigos, a Mala Strana, estão no coração da capital, dêste outro país *du milieu du monde*, como diria Guy de Pourtalès. (Não é do meio do mundo, mas do meio da Europa, como assinala geodèsicamente o obelisco perto de Pilsen).

A Galeria nacional encerra muitos primores de arte, sem esquecer os que foram «nacionalizados», como os da coleção dos príncipes de Lobkovicz, que vem de longe, de Jan de Lobkovicz, o primeiro burgrave de Praga no século XVI.

Os holandeses figuram dignamente nos velhos castelos e palácios, em que não poderiam faltar, como afirma a informação oficial, Post e Eckhout. O fato, porém, é que só subsiste *O taman-duá* e o *tatu*. Até a Boêmia deviam ter chegado peças de sucessão de Nassau, como as que foram parar no Brandeburgo. Quem sabe se é possível uma nova prospecção mais frutuosa.

Jaromir Sip fêz-me as honras dêste quadro de Frans, que passa a figurar no catálogo da Galeria nacional sob a etiqueta D-0-91. Marcas anteriores: E-C-1285 e OP-167.

GOBELINOS

Praga, 1954

Há coisa de um ano, talvez em um dia de agosto, marquei com pedra branca a minha residência em Praga, porque consegui ver, no palácio do arcebispo, os famosos gobelinos de tema brasileiro que o guarnecem.

A coisa não era fácil e tive que contar, para satisfazer o meu desejo, com a extrema boa vontade do governo tcheco. Pelo interesse que nos inspira o assunto, vou transcrever aqui os ligeiros apontamentos então tomados.

Voltei à grande praça do castelo do Hradcany onde perduram as sombras dos reis da Boêmia. Tudo ficou indene da guerra. Praga é a única capital intacta do centro da Europa. O palácio do arcebispo está nos flancos do castelo, à esquerda do vasto quadrilátero barroco. Monsenhor Beran, o arcebispo, continua prêso, mas o protocolo, comovido ante a minha ardente curiosidade, abriu as portas do monumento, dando-me ainda um cicerone de escolha, o Dr. Jaromir Sip, da Galeria nacional.

Graças a essas circunstâncias pude apreciar as famosas tapeçarias denominadas das «Novas Índias», nas quais o francês Desportes, servindo-se dos esboços e desenhos do holandês Eckhout, figurou, ao lado de indígenas, a flora do nordeste e a fauna brasileira, além da africana, em alguns exemplares.

A tapeçaria, sobretudo nestes belos palácios antigos, tem um imenso valor decorativo, dentro das suas analogias com a pintura. Ao ser terminado o paço da cúria de Praga, em 1761, prelados esclarecidos fizeram encomendar aquelas tapeçarias, sob medida, a rigor, para cobrir as vastas paredes dos salões principais, realçando assim, com sentimento estético, a decoração. Arte mais rude que delicada (reconhece Lurçat), a tapeçaria, através dos trabalhos do liço, transpõe para o pano, por meio de lãs, tintas e tecidos, painéis muito maiores que os permitidos pelo cavalete aos pintores. Por isso, desde o século XIV, quando a arquitetura tomou um caráter grandioso, os artistas sentiram a necessidade de revestir os grandes muros de imagens decorativas apropriadas pelo tamanho e pelo gênero. Isso ocorreu sobretudo na França e na Flandres, enquanto

na Itália os vastos espaços murais eram preenchidos com os «afrescos». Tão estreita é, pois, a ligação da tapeçaria mural com a arquitetura, que aos arquitetos compete fixar-lhe as dimensões e determinar-lhe o sentido, razão pela qual em Praga a encomenda aos gobelinos foi previamente submetida aos arquitetos do palácio.

O motivo preferido foi o das «colgaduras das Índias», (*tentures des Indes*), série executada nos bastidores dos gobelinos em 1685, com a interpretação, não a cópia, dos modelos de Alberto Eckhout, oferecidos pelo príncipe de Nassau a Luís XIV, tema de que me ocupei há mais de vinte anos, quando secretário em Copenhague — porque os quadros brasileiros dêste pintor se acham todos no museu etnográfico da Dinamarca.

O chefe da igreja de Praga encomendou justamente a série das «Índias», a qual, retomada por François Desportes em 1727, adquirira mais dons de vida, uma apresentação menos rígida e convencional. A série composta por Desportes passou a denominar-se das «Novas Índias», cujo estilo se assinala pela diferença de objetivos que caracteriza a pintura do século XVIII em contraposição à majestade simples da do Grande Século.

Evitarei a dissertação erudita, para apresentar ao leitor, de modo sumário, o que pode ver.

As tapeçarias são oito. Estão maravilhosamente conservadas. Exemplos idênticos, das «velhas» e das «novas Índias», mas não melhor conservados, encontram-se em Paris, no *Mobilier National*, e no palácio dos cavaleiros de Malta, em La Valeta, e talvez em raras outras mansões na Europa. Quando a encomenda foi feita, os gobelinos já não constituíam «manufatura real», sendo Desportes o único responsável. Todos os que vi tem a assinatura do executor, e alguns as do autor. Formam painéis de cores nítidas emoldurados no mesmo estilo barroco do teto, das portas e das paredes, dourado sobre fundo branco.

Nas duas primeiras tapeçarias Desportes respeitou rigorosamente o desenho de Eckhout, o que faz com que sejam por felicidade só e apenas brasileiras. Na primeira, há quatro robustos tupis de rija academia, um dêles, ao centro, retesando o arco. Pássaros de Pernambuco. Toda a flora do nordeste. Composição impressionantemente decorativa. Gostaria de vê-la no Itamarati.

Idênticas observações quanto à segunda tapeçaria, toda consagrada ao Brasil. A primeira é datada «Neilson ex. 1753» e a segunda «Neilson ex. 1756». A confecção durou anos.

A terceira é de 1759 e dá preferência à fauna africana, mas, entre animais múltiplos, pavão, rinoceronte, tigre, aparecem os

nossos, como um grande tatu. Estão as três tapeçarias no salão principal.

No salão seguinte, admiro a quarta, em que aparece o nome de Desportes, omitido o de Neilson, que talvez não fôsse o executor, o que se poderia deduzir do colorido menos puro, menos vivo. África. Leões e tigres (1).

Na quinta tapeçaria, também sôbre a África, destaca-se um imponente elefante, garças, et coetera, com frutas à esquerda. Dois pretos, uma mulher e uma criança. Um cajueiro arriado de frutas, puro Eckhout. Sem o nome de Neilson.

Na sexta reaparece Neilson, como nas primeiras, com a data de 1755. Um camelo, uma lhama. Desportes completa a sua arca de Noé, mas reservando sempre algum cantinho para Pernambuco.

Na sétima, de 1758, além de coqueiros, e frutas no primeiro plano à esquerda, sobressai uma cena de banguê com moenda e terreiro. O motivo central é um grande carro de bois e dois pretos sustentando uma rêde. Tudo se enquadraria nos arredores da cidade Maurícia no século XVII.

Na oitava tapeçaria sobreleva outra grande rêde sustida por dois pretos, e uma preta sentada, vestida com garridice, com uma espécie de touca e uma umbrela, tendo ao peito uma cruz. Neilson assinou mas não datou. Coqueiros, árvores tropicais, muitos bichos, cobras, peixes, reptis, além de um mostuário succulento de Pomona.

O doutor Sip indica-me as fontes para qualquer busca sôbre a história das tapeçarias e do palácio. Lá teria voltado se não fôssem as contingências da partida.

Mas a maior surpresa para mim foi, ao despedir-me oficialmente do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Vaclav David, ter recebido das suas mãos, como dádiva do Govêrno tcheco, um álbum contendo as fotografias, especialmente tomadas neste ensejo, de tôdas aquelas obras de arte.

Prometo voltar ao assunto, recuando aos avoengos de Jean Lurçat, que povoa, nestes dias, o Rio da mesma arte de Desportes com imagens tão diferentes e tão novas, para gaudio dos amigos brasileiros da tapeçaria contemporânea.

(1) Talvez seja por exceção um exemplar das «Velhas Índias».

GOBELINOS (II)

Praga, 1954

Volto ao tema para explicar um pouco da história dos gobelinos brasileiros.

Aquelas colgaduras das «Novas Índias» encomendadas no século XVIII pelo arcebispo de Praga, foram obra de François Desportes, executadas quase tôdas no atêlier de Neilson.

Ora, Desportes, animalista exímio e pintor de naturezas mortas, que pela sua própria habilidade prejudicou o caráter original dos modelos fornecidos pelos pintores de Nassau, teve intervenção no caso desde o momento em que Luís XIV recebeu o famoso presente de João Maurício, em 1667.

É fácil, em presença de vários escritos sôbre o assunto, discriminados na bibliografia, de Souto Maior, Panhuys, Thomsen, Benisovich, Fenaille, Janneau, Sousa Leão, recapitular e resumir os pontos de referência.

O mesmo Nassau deixou um atado de cartas ao Rei Sol, pelo intermédio do Marquês de Pomponne, conservadas nos arquivos reais da Haia. Teria oferecido o precioso legado pelo ardente desejo de conseguir que a obra dos seus pintores fôsse consagrada na incomparável fábrica dos gobelinos. Disso ficou constância no texto epistolar. . . *ce beau pays qui n'a pas son pareil au monde — en portrait, par diverses pièces représentant les hommes, les bestiaux, oiseaux, poissons et fruits, tous à la grandeur de vif, desquelles on pourra former une tapisserie la plus rare qu'on ait jamais vu.*

Não importa indagar se agiu premido pelas necessidades do vil metal. Foi uma fada benfazeja que o inspirou, salvando, com aquêlê gesto, um complexo de documentos brasileiros, inclusive desenhos e pinturas de vários artistas, Post, Eckhout, Wagner, que de outro jeito teriam perecido no incêndio histórico da Maurits-Huis.

Luís XIV recebeu a dádiva com tôdas as honras, competindo ao conde d'Estrades, que se achava no congresso de Nimega, e ao pintor da côrte, Paul de Milly, o encargo de trazer tudo para a França. A coleção brasileira foi assim exposta no Louvre, onde

a admirou o próprio rei e a família real em setembro de 1679. Extinguiu-se Nassau no mesmo ano, sem ter conhecido o aproveitamento dado aos fragmentos do seu tesouro.

Os mestres dos gobelinos, sob a direção de Charles Le Brun, o ativo decorador de Versalhes, pintor por excelência dos cartões destinados às tapeçarias, tomaram em mãos os esboços e pinturas holandeses, para imprimir-lhes um cunho artístico que, segundo a opinião da época, lhes faltava. Daí poderia resultar uma deturpação dos originais, mas se é lícito chegar a essa conclusão, Benisovich, *apud* Sousa Leão, se reporta a um depoimento posterior do filho de Desportes, quando assegura que o pai «retocou os originais feitos no Brasil pelos pintores holandeses, copistas exatos da natureza, dotados, porém, de pouca inteligência».

A vítima dêsse desvêlo foi sobretudo Eckhout devido aos pendores do animalista, porquanto Post, com as suas paisagens olhadas com menosprêzo, não mereceu idênticas atenções. Os «retoques» se deveram, ademais, a Housse, Bonnemer, Monoyer e Fontenay. Jean Baptiste Monoyer é o único famoso como pintor de flôres e frutas, seguido, aliás, por Jean Baptiste Blan de Fontenay. Pedro o Grande da Rússia visitou os painéis já retocados em 1717.

A primeira série de colgaduras entrou em bastidor, na manufatura real, em 1687, tendo os modelos ficado durante o lapso de tempo anterior no *Garde-Meuble*. A partir daquele ano, durante um século, fabricaram-se em coleções, constituindo os exemplares hoje denominados das «velhas Índias». Dêsse grupo inicial, saído do *atelier* de Le Blond, existe a coleção completa do palácio dos Cavaleiros de Malta, revelada por Sousa Leão (1).

A segunda série, ou das «Novas Índias», como está para ver-se no palácio dos arcebispos de Praga, foi iniciada em 1735, sob a direção de Desportes. Perdeu-se ainda mais o flagrante do pincel de Eckhout, e talvez de Post e Wagner, pôsto que o mestre francês entendeu substituir certos animais em algumas colgaduras, tumultuando o cenário numa disparatada confusão da América com a África. O prejuízo não foi total, nesse acomodamento, com que Desportes pretendeu valorizar o teor decorativo da obra, pois, como assinalei, em certas tapeçarias só aparecem indígenas e a flora e a fauna brasileira. Outrossim, Desportes obedeceu à evolução do

(1) *Antigas Índias, Combate de animais*, segundo A. Eckhout. Baixo liço, gobelinos, atelier de Mozin, 1689. Lã e sêda, sete fios por centímetro. (*Mobilier National*) (Guillaume Janneau, *Evolution de la tapisserie*, com reproduções em heliogravura).

gôsto no século XVIII, harmonizando as côres, procurando maior simplicidade, maior realismo.

A execução competiu aos *ateliers* de Gozette, Le Blond e Neilson, Jacques Christophe Le Blond foi o mais notório. Em Praga registrei uma assinatura do próprio Desportes, e as demais de Neilson (2). As tapeçarias são tôdas de alto liço — bastidor com a trama vertical — como de regra nos gobelinos, ao invés do baixo liço, trama horizontal, usado em Beauvais, Aubusson, Nancy, Lille e Tours.

(2) *Novas Indias*, segundo François Desportes, *apud* Janneau, *o camelo e o cavalo baio* (1737-1741). Baixo liço, gobelinos, atelier de Cozette, 1743-1747. Sete fios por centimetro. A peça é constituída de duas partes ajustadas e emolduradas de uma franja no *Mobilier National*. O mesmo autor reproduz o detalhe de duas peças dos Combates de animais: a) o *jaguar*; b) o *Cavalo baio*, tecidos por Cozette. «A comparação das fórmulas das antigas e das novas *Indias* é reveladora da profunda mudança que se produziu no fim do século XVII; pode-se confrontar a maneira firme e formal das primeiras com envolvimento de atmosfera das segundas».

MOCAMBO

Nurembergue, 1953

O título parece exdrúxulo nesta moldura bávara de antanho, entre muros vetustos e pedras historiadas, tão penetrantemente impregnadas de forma, lenda e poesia germânica.

Mas o *Mocambo* nordestino aqui ficou na rude contextura do seu primitivismo, conservado, como prenda exótica, nas galerias do Museu nacional germânico, com a contra-senha de Frans Post, entre quadros dos grandes mestres das mais ilustres escolas. Desgarrado do itinerário holandês, Nurembergue, às portas da «cortina de ferro», está ao meu alcance para mais uma verificação postiana.

Sempre que atravesssei a Alemanha, confrangia-me a presença das ruínas nas grandes cidades, sobretudo de monumentos dignificados pela Arte e pela História, que dir-se-iam particularmente visados por um gênio mau, sem que, durante a luta, nem de um lado nem de outro, se houvesse registrado um gesto salvador do patrimônio da civilização. Só uma invocação apocalíptica poderia configurar o que se perdeu.

Nurembergue, como Munique, como Stutgar, como Berlim, foram desventradas, subsistindo apenas, em alguns pontos, fachadas de pedra, ainda vacilantes. O arrazamento não se contentou com o novo colosseum (tem tudo de colossal) do partido nazista. Encarniçou-se contra os tesouros da arquitetura que haviam vencido o tempo desde a idade média. Terminada a luta, só restava o recurso de terminar as demolições, para segurança pública, ou cobrir as ruínas de remendos melancólicos, para dar-lhes ao menos utilidade, no pujante renascimento do trabalho alemão.

Os museus de arte haviam sido, entretanto, evacuados de mansinho antes do cataclismo, e os quadros recolhidos a refúgios subterrâneos. Não obstante, muita coisa se perdeu, e mesmo para nós brasileiros foi constatado o desaparecimento de reliquias do domínio holandês.

Os gobelinos das «Novas Índias», que ornavam a embaixada francesa na Pariser Platz de Berlim, arderam irremediavelmente no incêndio do palácio bombardeado pelos bolcheviques.

E os *in fólhos* de aquarelas e óleos em que haviam colaborado todos os artistas de Nassau, além de Jorge Marcgrave, constituindo o *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*, perderam-se na Biblioteca prussiana. Há ainda um fio de esperança, de que os russos o guardem a sete chaves, não se sabe para que, pois nem responderam às consultas diplomáticas que lhes dirigimos. Sousa Leão se inquieta sobre o paradeiro dos quadros de Post catalogados antes da guerra em Nurembergue, Francoforte e Düsseldorf. O enigma continua sem decifração.

Apesar da pressa que me impedia de uma longa permanência em Nurembergue, procurei a pista do *Mocambo* consignado no museu local. (*Germanischen Nationalmuseums zue Nürnberg*).

Nada encontrei no museu residência de Bomberg, perto da cidade.

O negociante de arte H. Pfeuffer, estabelecido atrás da igreja de São Lourenço, estava a par do caso, mas não quis abrir-se. Visitei-o pela primeira vez em maio de 1952. Tirou dos seus arquivos a fotografia do quadro — *de cuja venda fôra êle o intermediário* logo após o fim da guerra. Existe, pois, entre os salvamentos, esta obra de Frans Post. Não se perdeu, como supõe Sousa Leão. Onde porém? Pfeuffer ficou mudo, como um túmulo. Segrêdo profissional.

A pintura assinada e datada de 1655, em madeira, medindo 47 centímetros por 63, é única devido ao motivo singular da choupana avantajada e meio cambaia, com a sua ondulada cumeeira de sapê, as paredes perclitantes, a varanda ao redor. Nem faltam árvores selváticas por trás da casa, à esquerda, um pernalta no primeiro plano, e o indefectível grupo humano à direita. Mas a fotografia, é óbvio, não permite um julgamento razoável da reconstituição por Post daquela construção quase palafita, sobre pau a pique, com o rebôco primitivo de taipa.

É preciso insistir no «S-O-S» para que se constate, no resto da grande Alemanha, a sobrevivência de diversas obras de Frans, classificadas anteriormente. Passo os olhos pelo elenco de Sousa Leão, o mais recente.

Em Munique, onde os quadros dos museus foram zelosamente preservados de hecatombe, há duas paisagens, uma assinada e datada no tronco de um coqueiro, tendo como ponto de referência central, do primeiro plano, um grande tatu, a presidir o dilatado panorama campestre, e outra com as características habituais da visão postiana. São ambas de 1649, medindo, em madeira, 53

por 59 centímetros. Classificadas na «Velha pinacoteca», não figuram, entretanto, no Catálogo oficial de 1938, o último editado.

Em Francoforte figurava a *Cachoeira de Paulo Afonso*, outro motivo não repetido, e por isso mesmo notável, no Instituto de arte Städel. Madeira, 1647, centm. 46 por 59.

Em Mainz, o *Engenho*, na *Gemälde Galerie*, de 1652, também assinado; madeira, 41 x 62.

Em Schwerin, duas paisagens igualmente representando engenhos, assinadas mas não datadas, em madeira medindo 47 x 64 centímetros. (De passagem seja lembrado que os quadros feitos no Brasil são em tela, enquanto os compostos na Holanda são quase sempre em madeira).

Em Karlesruhe, outra paisagem, assinada e não datada, em madeira, de 45 por 52 centímetros.

Em Siegen, no *Museum des Siegerland*, ainda uma paisagem, assinada, em madeira, de 55 por 66 centímetros.

Falta apenas indicar outra visão da inanura da várzea na *Gemälde Galerie de Düsseldorf*, no plano simplificado de duas faixas — a terra e o céu — seguindo uma inspiração peculiar aos holandeses.

Em Berlim, o *Povoado*, da galeria de Poulton Nicholson, Lepke, datada de 1651, madeira, assinada, uma paisagem, medindo 46 centímetros por 68.

Alguns desses quadros foram objeto de aquisições recentes, por brasileiros, como a Sra. Iolanda Matarazzo. Outros continuam, ou não continuam, nos museus alemães. E outros, em mãos particulares, nem são conhecidos.

A Alemanha oferece o maior campo de pesquisa. O Brasil não pode abandoná-lo.

DANÇA NEGRA

Viena, 1954

A Áustria, não menos que a Alemanha, oferece um promissor horizonte à pesquisa postiana.

Viena, por si só, que já foi capital do maior império da Europa, encerra tantos tesouros de arte, tantas magnificências do passado, que alguma coisa haveria de subsistir nos seus museus e nas suas coleções, apesar das vicissitudes tremendas que a afligiram e flagelaram desde a primeira guerra mundial.

O meu dileto colega e amigo Bueno do Prado foi contemplado, nos azares das transformações ingentes por que passou Viena, com uma pequena mas preciosa dádiva do espólio de Frans Post. Outros exemplos do mesmo gênero comprovam a existência oculta e ignorada na nobre e imperial cidade de quadros e relíquias estreitamente ligados ao périplo de Nassau no Brasil.

Vizinho de Viena, no meu pôsto, não podia parder de vista a tentadora indagação, realçada, ainda mais, pelo quadro histórico e diplomático em que a curiosidade brasileira continua alerta, desde o congresso de 1815, desde Metternich, desde a suntuosa embaixada do Marechal Marquês de Barbacena para casar Pedro I.

E relia as páginas do delicado espírito de Ciro de Azevedo sobre os museus vienenses, o riquíssimo museu imperial de pintura, e as coleções principescas e condaís da nobreza austro-húngara, como a do príncipe soberano de Lichtenstein, a de Harrach, a de Schönborn.

Da coleção Schönborn, também conde, (narra Ciro) fugira o melhor quadro, um *Sansão e Dalila* de Rembrandt. A trôco de muito dinheiro, fôra viajar e ficou morando no museu de Francoforte sobre o Meno. Em Praga conheci o último titular da ilustre casa hoje de proletários envergonhados.

Schönborn está assinalado no itinerário postiano por uma peça inconfundível, a *Escaramuça*, combate equestre, que deve ser colocado entre os primeiros passos do pintor, como já tive ensejo de verificar. Por aí começaram, pois, as indagações, sem resultado

prático, constatado o desaparecimento do quadro depois do *anschluss* hitleriano.

A sedução de Viena agia, entretanto, no subconsciente, para conduzir-me de novo às margens do Danúbio, de fato bem azul, e ao anel do *Ring*, e à perspectiva do Pratter, e à grande metrópole de sugestões irresistíveis, entre a majestade e a beleza daqueles dominadores palácios extremos de Schömburn e do Belvedere. Quem visita Viena viaja idealmente pela história da Europa nos seus lances mais belos, mais sutis, mais galantes.

À margem dos museus e dos arquivos, pairavam no ar harmonias de Beethoven e de Haydn, do mesmo passo que a música popular, a opereta do Volks-theater, a valsa e o *lied*. Viena, a festiva, no dizer do poeta de *Um desfiar de lembranças*, que durante tantos anos representou o Brasil na corte de Francisco José: Viena, a *gemütlich*, como escreve Ciro de Azevedo — termo intraduzível, porém que exprime bonomia, acolhimento ameno e trato amável. Ciro de Azevedo, a quem o governo da República não quis conceder uma embaixada para que coroasse a carreira no mais alto posto, monstruosidade contra a qual se insurgiu Oliveira Lima, outro sacrificado nessa investidura tão barateada depois. A política e o pistolão estavam vigilantes, desde aquela época, para frustrar as melhores intenções e os atos de justiça.

A assiduidade junto à galeria de Schönborn esteve a ponto de produzir frutos, senão facultando-me o conhecimento de a *Escaramuça*, revelando, pelo menos, outra pista compensadora.

Ausente de Praga, em férias extraordinárias no Rio, esperava-me, com data de 30 de novembro de 1953, uma carta de Paulo C. Hofstätter, cujo texto passo a copiar, pelo gosto da documentação, senão pelo proveito que dela não tirei:

«Em visita à galeria de Schönborn, em Viena, onde procurava material para o estudo do paisagista holandês Frans Post, soube do seu interesse por êsse pintor. Estou escrevendo um artigo sobre as paisagens holandesas feitas além mar, para o que recolhi alguns dados sobre Frans Post, que, aliás, ponho à sua disposição. Possuo uma obra de Post assinada e datada de 1650, pintada em madeira, medindo 37 centímetros por 54,5, e que representa uma paisagem brasileira. Vê-se, no primeiro plano do quadro, à direita, um negro dançando, no meio de holandeses e um padre diante de uma igreja, onde um pretinho puxa os sinos para a missa. No plano posterior há um panorama ao longe colorido com o célebre azul. Nenhuma dúvida pode existir sobre a autenticidade desse quadro.

O estado da pintura é perfeito. A meu ver, êsse quadro ainda não foi estudado cientificamente, tratando-se, pois, de uma descoberta de primeira ordem».

Ao voltar a Praga, tarde de mais, em fevereiro de 1954, telegrafei ao solícito senhor Hofstätter, que logo me desiludiu, com a informação de que vendera a obra na Suíça, quase na véspera.

Pedi fotografias e dados complementares, mas nem o nome do comprador consegui obter.

Aí deixo esta nota fragmentária e recente, para quem quiser procurar outros esclarecimentos. Paulo Hofstätter reside à Schonburggasse 15, em Viena.

GILLIS PÉTERS

Genebra, 1954

Ao favor do itinerário de volta ao Brasil, passo por certos lugares prediletos, através da Alemanha, da Suíça e da França.

Lugares que deixam n'alma o ressaibo da saudade, o mistério de atrações ignoradas, o encanto ou a ilusão da vida. Refúgios para a meditação e o enlévo.

Não estão longe de Bayreuth, a acrópole wagneriana, de Nurembergue, a pátria de Dürer, de Munique, com a melancolia da corte dos Wittelbahs, de Ulm e sua universidade, de Constança, com as brumas e lendas do grande lago, de Zurique, na estação de repouso e conforto do *Baur au Lac*, de Berna, com os seus ursos, as suas arcadas e as suas fontes douradas, de Lausanne, de Vevey, de Genebra ... até Paris, fazendo alta no albergue à beira da estrada, dos *Compagnons de Jehu*.

Antes de embarcar em Marselha ainda reverei as ruínas papais de Avignon, onde me dizia Cícero Dias que dava vontade à gente de atirar-se no chão para beijar as pedras — e o colar das pérolas da Côte d'Azur, Menton, Monte Carlo, Cannes, Antibes, Juan les Pins ...

Não é êste o momento para cair na banalidade de um roteiro de viagem. Reconheço ser difícil, em tal calidoscópio, reter o nome de Frans Post, e prosseguir no empenho de revolver-lhe as cinzas.

Ao parar em Genebra, porém, mais imperiosa que a magia do lago Lemán, e a recordação conspícua de Calvino e de Jean Jacques, tinha no pensamento um artigo que me intrigara, de *Habitat 6*, e bela revista de São Paulo, encimado pela fotografia de uma vista panorâmica do Recife, de pintor do século XVII.

Um nome novo neste inquérito: Gillis Peeters. (Entre parêntese, a vogal geminada em holandês e em flamengo serve para indicar a sílaba tônica; dois ee se pronunciam é).

É essa a assinatura do quadro, com a data de 1637. Como saiu à baila o nome de Péters? Em que circunstâncias? Quem des-

cobriu a pintura? Ignoro tudo. Limito-me a inserir aqui a lacônica referência de *Habitat*:

«Outra tela excepcional, referente ao Brasil, que apareceu no mercado alemão, encontra-se agora na conhecida galeria Durand-Mathiesen de Genebra. Trata-se de uma vista do alto, do Recife, de Gillis Péters. Muito raros são os trabalhos dêsse pintor holandês, e mesmo nas galerias da Europa pouco se encontra da sua obra, que é todavia representada nos museus de Dresde, Amsterdam, Antuérpia e Leningrado. Considerando o fato de que a sua biografia é pouco conhecida, é muito curioso para nós têmos agora encontrado uma paisagem brasileira, o que faz supor que Péters veio ao Brasil com navios holandeses no tempo de Nassau. Essa vista do Recife deve ser considerada documento básico da história da cidade. É um pintor inédito, que vem aumentar o grupo de Post, Eckhout e Wagner; êsse problema não poderá deixar de interessar aos nossos historiadores».

Como o depoimento é o único que possuo, transcrevo-o na íntegra. Porque nesse ponto pára o articulista. A fotografia diz mais, evidentemente, na sua variedade panorâmica, embora não deixe apreciar a côr e a qualidade do pincel.

Da acumulação de tanto documento sôbre o tema, jamais emerge o nome de Péters.

Figura nos léxicos, é claro, mas sem revelar qualquer nexo direto ou indireto com o Brasil. É citado por De Bie, Branden, Kramm, Nagler, Michiels, Woltmann, Charles Blanc, Wurzbach. Nasceu e viveu em Antuérpia (1612-1653). Era flamengo.

Contemporâneo de Frans Post, mal ultrapassou, entretanto, os quarenta anos. Irmão de Boaventura e Catarina, ambos marinhistas. Boaventura teve um grande renome. Pertenciam ao *Gilde* de Antuérpia. Alguns dos quadros de Gillis são datados de 1633. Nada, na sua biografia, evoca a terra brasileira.

Como, pois, inclui-lo no rol dos pintores de Nassau? Êste último deixou à posteridade uma verdadeira charada sôbre o número dos pintores que o acompanharam. Já citei mais de uma vez a célebre carta a Luís XIV, que se refere a seis pintores. Os respectivos nomes nunca puderam ser verificados. Pintores, pintores só se reconhecem dois, Frans Post e Alberto Eckhout, juntando-se, por muito favor, Zacarias Wagner e Abraão Willaerts, o primeiro com provas e o segundo com simples indícios.

De Wagner a obra foi divulgada em 1889 por Paulo Emilio Richter, com a autobiografia traduzida no Recife por Alfredo de Carvalho.

Mas os biógrafos dos quatro aludidos não omitem o pormenor da viagem ao Brasil. Dos dois que faltam, ninguém até hoje devassou o mistério.

Não me parece curial que se incluíam entre os pintores os cartógrafos e os cientistas, igualmente acompanhantes do príncipe, e que sabiam desenhar. Barleu especifica as categorias da missão de Nassau, pintores, arquitetos, sábios, et coetera. Mais recentemente foi descoberta a lista dos comensais do paço de Friburgo, e nela ressurgem, como freqüentadores da mesa de João Mauricio, Post e Eckhout.

É tudo quanto se sabe. Tomo, para argumentar, o exemplo de Zacarias Wagner, alemão, engajado como soldado da frota, e aproveitado pelas suas aptidões para o desenho. De trabalhos seus, originais ou cópias, há conhecimento certo. Caminhando com cautela sôbre a mesma hipótese, é lícito admitir que Péters poderia ter vindo na mesma frota alistado como marinheiro ou soldado, sem ter em conta as suas habilidades de pintor, que não foram aproveitadas. O flamengo não teve a mesma sorte do alemão.

Teria estado no Recife, e daí o flagrante da sua pintura ora assinalada em Genebra. Assim como Nassau recambiou Willaerts para Angola, quem sabe para onde teria sido mandado Péters. Incrível é que se omitisse o fato na biografia. Mas Gillis, ou Gilles, menos notório que Boaventura Péters, não mereceu maior atenção dos historiadores.

Em todo o caso, a sua obra presente em Genebra, comprova uma visão direta do cenário, numa atmosfera ampla, palpitante de movimento e vida, e uma inspiração criadora que não poderia ser de oitiva.

Antes dos pintores de Nassau estiveram no Brasil e em tôda América geógrafos e cartógrafos que se divertiram pintando e desenhando fantasias descabeladas sôbre o novo mundo. Péters não pode ser confundido com êsses falsos pioneiros. Ao admiti-lo na equipe de Nassau, é forçoso e justo classificá-lo na mesma categoria de Post, Eckhout, Willaerts, Wagner.

Dentro da conjectura, e à espera de outras revelações, é tudo quanto ocorre dizer sôbre Gillis Péters, nesta ligeira nota escrita num balcão do hotel Richmond, em Genebra, tendo à vista o azul do Leman e com os *Marins d'eau douce* de Guy de Pourtalès diante dos olhos . . .

MAURICIÓPOLIS

Rio, 1955

Os holandeses não foram positivamente grandes arquitetos, apesar do surto criador que coincide, nas artes plásticas, com o vigoroso brado de independência política da Holanda.

A pintura, no século XVII, o denominado século de ouro, de tal jeito sobrepuja tôdas as afirmações estéticas, que o seu clarão ofusca as demais artes. A pintura por si só concretiza o gênio da raça naquela fase privilegiada da História. É uma predestinação política, social, geográfica.

Nem se deve esquecer que a falta de montanhas e a falta de pedra desviavam o povo da preferência pela arquitetura e pela escultura. Ramalho Ortigão chega a dizer que as formas mais belas e as decorações mais elegantes da arte arquitetural, colunas, pilastras, arcadas, cariátides, medalhões, baixos relevos, aplicam-se aos belos e monumentais armários, aos leitos de carvalho incrustados de ébano, às arcas de roupa branca, às mesas de estilo flamengo, às chaminés, às estantes, aos contadores e às molduras dos espelhos.

Colocada, embora, num segundo plano, a arquitetura também se firma pela correção e originalidade do estilo. Os grandes mestres como Jacob Van Campen, Piéter Post e sucessores, influenciaram tôda a arquitetura do norte da Europa — Suécia, Dinamarca, Alemanha — dando prova da sua força de expansão. A arquitetura holandesa era ao mesmo tempo sóbria e harmoniosa, fugindo à concepção terra a terra por meio das tôrres esguias que caracterizam alguns monumentos em Amsterdã e em cidades menores.

A madeira, substituída pelo tijolo, era usada com parcimônia e critério, por não desperdiçar um material custosa e penosamente obtido pelo homem no plantio de florestas «sobre o mar», quero dizer nos terrenos drenados, recuperados ao salso elemento por prodígios de engenharia hidráulica.

Ainda agora, autênticas jóias, igrejas, paços municipais, pesagens públicas se impõem pela graça e delicadeza de linhas a quem visita o país. Nunca, porém, ultrapassam as proporções limitadas,

impostas pelo gosto em uma terra mais de miniaturas que de vastas construções. O paço de Amsterdam, obra de Van Campen terminada em 1648, ano da paz de Westfália, constitui exceção pelo bôjo maciço da sua fábrica.

Nas colônias perdidas pela Holanda (mais do que nas conservadas, porque nestas a influência moderna se enxertou sobre a da Renascença) perduram restos arquitetônicos daquele passado fecundo. Heinrick Riemens, historiador e sociólogo, aponta, por exemplo, o «castelo da Mina», em São Jorge, na Guiné, remanescente do século XVII. Na Cidade do Cabo, o castelo forte da companhia das Índias orientais, levantado em 1666, é ainda hoje o monumento principal. O mesmo se observa na igreja de Wolven-daal e outras construções holandesas do centro de Colombo. Em Málaca, que já foi uma das chaves do oriente, conservam-se portas e fortificações do século XVII. Ao longo da costa da Índia, sobretudo na Presidência de Madras, subsistem fortalezas, cemitérios, monumentos. O mesmo no Japão. Quanto a Pernambuco (conclui Riemens), se desapareceram os palácios de João Maurício, a cidade, que se denominou Mauritsstad ou Mauricéia, conserva um aspecto diverso do resto do Brasil, pelas numerosas pontes, e ainda viu o interior das casas guarnecido com ladrilhos de faiança azul de Delft.

Na verdade Nassau, ao embarcar para o Brasil, não podia iludir as mesmas influências, sobretudo porque o seu temperamento, mais do que o de outros colonizadores, o impelia para as seduções da arte e do espírito. Não é novidade, tanto os nossos historiadores têm proclamado o caráter cultural do seu governo em Pernambuco, propiciando-nos uma invejável iniciação em um terreno geralmente sáfaro nos tempos coloniais. Antes de partir, o seu primeiro cuidado consistiu em procurar Pieter Post, pedindo-lhe não só a cooperação para construir na Haia a Maurits-Huis, como planos para a edificação de uma nova cidade em Pernambuco.

Leio, a êste propósito a *plaquette* de Joaquim de Sousa Leão, filho, sobre o *Palácio das tôrres* (separata da revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Sousa Leão não acredita que Pieter tenha acompanhado Nassau ao Brasil. Veio apenas Frans, o irmão pintor. Tampouco aceita que Pieter haja traçado os planos da Cidade Maurícia, e dos dois palácios que o príncipe fez erguer às margens do Capiberibe. Maurício em pessoa, segundo Sousa Leão, teria dirigido os mestres de obra que construíram os palácios. A tese é sempre conjectural, à falta de documentos irrefragáveis. Mas não esqueçamos que os holandeses são inimigos da improvisação e, neste caso, a própria dignidade do risco arquitetônico está a indicar a presença de técnicos.

Os palácios foram o da Boavista e sobretudo o de Friburgo, ou das Tôrres, que me recorda muito vagamente o perfil do castelo de Fredericsburgo, em Copenhague, guardadas as distâncias em todos os sentidos.

Sousa Leão traçou o probo e cuidadoso inventário dos depoi-mentos históricos sôbre o paço de Friburgo, descrevendo-o conforme os desenhos do livro de Barleu, dando os pormenores sôbre a cons-trução, que levou tempo, o que serve para mostrar que não era tão frágil como pareceu a observadores mal informados. Não era grandiosa, conforme as medidas conhecidas, o que não espanta, porque o holandês fugiu sempre às *rudis indigestaque moles*.

Aponta em seguida as vicissitudes por que passou a esplêndida concepção de Nassau e mostra que o seu desaparecimento se deveu mais à incúria e à incultura dos homens do que às guerras e às fôrças destruidoras da natureza. Em grande parte o material era certamente perecível. Mas a construção não esconde a solidez nas paredes altas de argamassa e tijolo.

Fraco consôlo é o de saber a gente que a atual sede do govêrno estadual se acha exatamente no lugar da extinta residência de Nassau, hoje afastada da beira do rio devido aos sucessivos aterros.

Confirmo a proveitosa e elegante exposição de Sousa Leão com os desenhos de Frans Post no livro de Barleu. As perspectivas são imponentes. E copio do texto em latim: *Fulget jam haec Insula Palatio Comitum. Friburgo, ad usum ejus & Imperii decus, sumtibus ipsius, magnifice extracto, ut & Urbe Mauritiopoli & pontibus ad miraculum in gemino flumine jactis.*

NOS MUSEUS DA DINAMARCA (1)

Copenhague, 1929

A caminho da aldeia de Hilleroed, na ânsia de conhecer um dos mais afamados castelos de Dinamarca, a memória persistentemente me recordava certo fragmento do *Kosmos* de Humboldt, citado por Varnhagen, no qual se afirma que dentro daqueles aristocráticos e vetustos muros foi guardado um vasto quadro a óleo com a assinatura de Alberto Eckhout, figurando ao vivo palmas e helicônias, pássaros de plumagem betada e fortes indígenas americanos, nada menos que uma preciosa tela da missão artística do Conde Maurício de Nassau pintada em Pernambuco, uma paisagem *d'après nature*, gêmea de outras paisagens a óleo que foram as mais antigas feitas em o novo mundo. Por outras palavras, uma alfa da pintura brasileira e americana, uma jóia de preço incomparável, digna de ocupar, em nossas pinacotecas, lugar de honra e primazia.

Era mister descobrir tão insigne documento de arte e história brasileira indicado pelo sábio alemão com sinceros gabos há pouco mais de um século.

Eis-me, dessa arte, transpondo a ponte-levadiça do castelo de Fredericsburgo, com o pensamento todo absorvido pelo passado holandês do Brasil. Atraído e seduzido embora pela ostentação do cenário, a rosada membratura do monumento a pompear no fundo verde gaio do parque e da floresta em luminoso dia de junho, a irradiação das maravilhas da arquitetura e do ornato interno e a magnificência das coleções incomparáveis, obsedava-me uma curiosidade brasileira e antiga.

Com real esforço tinha olhos para sentir a paisagem e admirar a robusta arquitetura do edifício estilizado em puro renascimento nórdico. Orgulhoso e sobranceiro, o castelo de Frederico, erguido no recesso de um fiorde, no meio de um parque dilatado, entre pitorescos ilhotes, se denomina também «Versalhes escandinavo», tal o prestígio da sua tradição multissecular de fausto e grandeza, testemunha augusta e silenciosa da coroação de quantos reis vem

(1) Capítulo de *a Sereia Scandinava* (ed. Lelo, Pôrto, 1930). Só transcrevo o que não está repetido ou glosado em páginas do presente livro.

presidindo, desde os começos da dinastia, à felicidade do suave país de Dan. Monumento quicá mais venerável e ilustre do renascimento setentrional, foi construído no século XVI e várias vezes ampliado e refeito, até transformar-se, depois do incêndio de 1859, em museu de História nacional. Exibe sugestivos atestados da riqueza e do gôsto das épocas anteriores, desde a fonte do Netuno, no primeiro pátio, sólido grupo de estátuas de bronze contemporâneas dos alicerces, até o interior evocativo e solene, a clara e garrida capela de armoriadas paredes, a imensa e severa sala do trono e os salões intermináveis, com os muros tapizados de retratos e grandes telas antigas e modernas.

Mais acolhedor e variado me parece, talvez, o feitiço de Rosenburgo, outro castelo-museu de que falarei adiante — íntimo e ao mesmo tempo rico e luxuoso na inesgotável coleção dos seus móveis rijos móveis dinamarqueses, alguns de ouro e prata maciça, e quadros, alfaia, tapeçarias, porcelanas, vitrinas repletas de jóias e paramentos, guardados e recolhidos ali pela casa reinante desde mais de trezentos anos, com infinita paciência e carinho. Na alcova de extintos monarcas, diante de nobres lembranças de um passado longínquo, em face de retratos e painéis alegóricos ou descritivos, sente-se palpar comovidamente a história da Dinamarca e ressurgir na imaginação toda uma teoria de louras princesas e esquivos príncipes, brilhantes e legendários, como egressos dos domínios imateriais do Valhala.

Importa, porém, volver a Humboldt e a Pôrto-Seguro, improbos cicerones, para bem medir o mérito da pintura por eles encomiada, falando, de relance, sobre a missão artística holandesa, que, por invejável fortuna, assegurou ao Brasil, no conjunto da civilização americana, foros de gloriosa prioridade. A capital da Dinamarca facilita a tarefa, exibindo nos seus museus belos originais capazes de escancarar-nos uma janela para o primeiro quartel do século XVII em Pernambuco, através de impressões de franco realismo, ou nos descobrem vigorosas academias de guerreiros tupis e tapuias, tratadas com maestria e sinceridade.

Não seria, entretanto, no recinto do grande castelo de Fredericburgo que iria lobrigar tão palpitante regalo para o meu olhar curioso.

O capítulo é continuado pelo estudo da denominada missão artística de Nassau, passando em seguida à evocação de Zacarias Wagner, Alberto Eckhout e Frans Post. Suprimo a parte relativa a Post.

OS TAPUIAS DE ECKHOUT (1)

Copenhague, 1929

Em seguida a Post e a Wagner, cita-se Eckhout, outro notável artista, outro legítimo pioneiro. Estou em dividir com êle, por equanimidade, os direitos de avô da pintura brasileira . . . Seus quadros vieram parar em Copenhague por obra e graça da municipalidade de Nassau com as côrtes européias do tempo. Assim como oferecera numeroso lote a Luís XIV, lembrou-se também de contemplar com régia dádiva o rei Frederico III da Dinamarca, em troca quiçá do regalo de garbosos falcões da Islândia, com que o monarca escandinavo costumava mimosear os seus «bons e grandes amigos».

Eckhout, seja dito de passagem, não tem nenhuma afinidade com Gerbrandt Van der Aeckhout, outro holandês, discípulo mediocre de Rembrandt, nascido em Amsterdam em 1621 e morto em 1674; nem como Antônio Van der Aeckhout, flamengo, nascido em Bruges em 1656, portanto depois da missão de Nassau, e que viajou pela Itália e faleceu em Lisboa em 1695. Ressalve-se a identidade e semelhança do nome, para prevenir confusões.

Êste outro Eckhout foi à Veneza americana e trabalhou até 1644 com seus compartes citados. Seus quadros, naturezas mortas a academias a óleo, com paisagens acessórias, se encontram, de fato, no Museu Nacional de Copenhague. E' o que vou constatar e verei que dois dos seus melhores painéis se perderam num terrível incêndio, no castelo de Cristiansburgo — o fogo, consumindo várias obras dêstes admiráveis mestres holandeses, parecia conspirar com o tempo para a perda e olvido daquele mirífico surto pictórico em pleno alvorecer do Brasil.

Eckhout é menos citado que Post. Melhor destino merecia êle — mestre admirável, cioso temperamento, senhor de invulgares faculdades, formado numa escola de rigorosos preceitos. É estranho que o seu nome haja escapado aos mais antigos léxicos biográficos.

(1) *Screia escandinava*, passim. Os dados aí recopilados foram em parte revistos posteriormente, sobretudo depois da publicação em Copenhague do Livro de Thomas Thomsen sobre Eckhout, para a qual contribui com informações bibliográficas.

Deve ter-se extinto muito moço, logo ao volver do Brasil com o conde. E caiu no esquecimento. Nem de outra forma se compreenderia a injusta omissão da sua obra.

Nenhum parentesco, nem mesmo espiritual, ligava-o aos xarás aludidos, e a sua personalidade, através dos quadros de Copenhague, impõe-se com caracteres ímpares. A confusão com Gerbrandt Van der Eckhout deu ensejo a observações vagas e errôneas de Ludwig Driesen, biógrafo de Nassau, em 1849. «Discípulo de Rembrandt — diz o historiador alemão — Gerbrandt pintou no mesmo estilo e não deve ser autor dos quadros em aprêço. Segundo Houbraken, figura nas galerias do castelo de Honselaarsdyk um quadro assinado por Frans Post e não me parece impossível que as sete pinturas aludidas por Humboldt sejam do mesmo pincel».

Não são evidentemente da paleta de Post e menos de Gerbrandt (2). Na atmosfera diáfana, na luz dardejante, na nitidez das tintas, na peculiaridade dos motivos, nem se adivinham os mestres vindouros do claro-escuro. Da mesma maneira que Post Eckhout, retratista e compositor de naturezas-mortas, criou um feitio diverso, a incriminada *sauvagerie* de Descamps, ao contato da nossa terra. Tudo indica tratar-se de outro artista, fora do ciclo de Rembrandt.

Das mais antigas referências à obra brasileira de Eckhout é a que se encontra no já citado *Kosmos* de Humboldt:

«... acham-se expostos na Dinamarca, no belo castelo de Fredericburgo, vastas telas a óleo do pintor Eckhout, que em 1641 esteve no litoral brasileiro em companhia de Nassau. Palmeiras, meloeiros, bananas e helicônias são fielmente reproduzidas, da mesma forma que indígenas, diversos pássaros e pequenos quadrúpedes. Tais flagrantes da natureza raramente haviam sido fixados por artistas até a segunda viagem de Cook à volta do mundo».

Humboldt, sem especificar, constata a existência de vários quadros no castelo real de Fredericburgo — e não de um único, como está em Varnhagen. Muitos anos depois surgem referências aos mesmos labores, deslocados para outras pinacotecas e coleções de Copenhague. O inspetor Kristian Banhson, do Museu Etnográfico, chamou a atenção, nos *Arquivos internacionais de Etnografia*, em 1889, para o valor inestimável daqueles trabalhos, considerados

(2) Fromentin coloca este outro Eckhout no seu lugar, discípulo pouco brilhante de Rembrandt. Seus quadros de História e de gênero parecem oleogravuras. Gerbrandt Van der Eckhout nasceu em 1621 e extinguiu-se em 1674. Pude apreciá-lo sobretudo no Museu Boymans de Rotterdam. Aplicado e consciencioso, nada o aproxima da inspiração do mestre.

as mais antigas representações artísticas de tipos da raça páleo-americana.

Só mais tarde P. Enrenreich, no *Globus* de Berlim, explicou a procedência dos quadros, doados por Nassau a Frederico III da Dinamarca, tendo antes pertencido à grande coleção do príncipe holandês no seu palácio Maurits-Huis em Haia. Oliveira Lima divulgou no Brasil êsse escrito de Ehrenreich. Idênticas informações constam no Catálogo *raisonné* do Museu Real da Haia, de 1895.

Outro inspetor do Museu de Copenhague, Sr. H.C. Bering-Liisberg, estudando em 1897 numa monografia as origens da primeira «Câmara Artística» da Dinamarca (*Kunstammer*) — mostrou que, num catálogo de 1673, já se fazia menção de — oito grandes telas brasileiras com retratos.

O *Dansk Magazine*, pouco depois, recapitulando essas várias informações, acrescentava estarem no Museu Etnográfico **expostos** ao público quatro dos aludidos quadros, um representando a *Dança dos Tapanas* (*sic*) e outros dois armazenados; dois colocados nas paredes da Sala dos Documentos Antigos; um, finalmente, representando uma paisagem brasileira, na Sala da Biblioteca do **Museu de Arte**.

Eis aí tôda uma série de pistas a palmilhar.

A COLEÇÃO DE FREDERICO III

Copenhague, 1929

A mesma revista explica em seguida em que circunstâncias fôra feita a dádiva de Nassau ao monarca dinamarquês. Por ato de 18 de setembro de 1652 Johan Moritz tinha cedido ao Eleitor de Brandeburgo, por avultada quantia, as suas queridas coleções, deslocadas, dessa arte, para a Alemanha. E num inventário da época, citado e comentado por Driesen, biógrafo aludido de Nassau, arrolou-se, sob a rubrica número 13, o seguinte:

«Sete grandes quadros a óleo, da altura de sete varas brabantinas, podendo servir, como tapeçaria, para revestir as paredes dum grande salão; representam índios *in natura*, tamanho natural, e índias de diferentes províncias e várias estaturas, além de inúmeros acessórios, diversos animais, peixes, pássaros, cobras, reptis, árvores, frutas, folhagens e flôres, obedecendo o conjunto a uma linda disposição; idem, nove peças menores para serem dispostas nos vãos das janelas, adequadas em proporção e tamanho, de maneira que não se conhece em parte alguma do mundo... formando outro inestimável conjunto para os entendidos».

O Eleitor de Brandeburgo recebeu êsses quadros em 1652 e o presente a Frederico III foi feito em 1654, constando de vinte e seis quadros representando igualmente imagens da natureza brasileira. O *Danske Magazine* acha que Nassau retivera na Holanda essas últimas peças, não inventariadas no lote do Eleitor, e no Museu de Berlim faltam justamente as mesmas. As telas oferecidas ao soberano da Dinamarca eram portanto originais e autênticas.

O presente correspondia a um gesto de gratidão de Nassau para com o rei que lhe protegera o irmão, Conde Enrique, falecido em 1652 e condecorado em 1649 por Frederico III com a invejada insignia do «elefante» da Dinamarca, ordem exclusiva de soberanos. O magazine transcreve na íntegra, a epístola de Nassau ao rei, datada de Cleves, de 13 de julho de 1654.

Por ela se vê que o almirante dinamarquês Christovão Lindenauw conhecera na Holanda as coleções da Maurits-Huis e, apro-

veitando o seu regresso à côrte de Copenhague, Nassau resolveu fazê-lo intermediário de uma significativa homenagem:

...Compreendi pelo Almirante Lindenauw que Vossa Majestade teria interêsse em conhecer algumas das pinturas brasileiras por ordem minha executadas naquele país e não lhe seria desagradável contar algumas na sua coleção. Resolvi por isso enviar a Vossa Majestade, por intermédio do mesmo senhor, e com a mais respeitosa deferência, vinte e seis peças, na esperança de que Vossa Majestade acolha benèvolamente a lembrança e distribua os quadros aludidos, dando-lhes a disposição que melhor parecer e fazendo-os reproduzir em cópias, se julgar necessário, por se tratar de originais autênticos, de que não existem outros semelhantes no mundo.

Mais tarde Frederico III condecorava com o «elefante» o mesmo Nassau e êste pedia ao rei dinamarquês, em 1656, proteção para Enrique-Frederico, cognominado o Manszfelt, que prestara durante vários anos notáveis serviços militares no Brasil.

Como se depreende da carta, Nassau aconselhava Frederico a fazer copiar os quadros, para que existissem mais exemplares daquelas obras únicas e difíceis de adquirir. Frederico aceitou a sugestão. Cópias foram feitas das telas de Eckhout. A prova: segundo o citado Liisberg, uma notícia acêrca do Contencioso Régio, em 1656, mostrava que foi paga certa quantia a um negociante de arte em Hamburgo, por uma série de nove quadros sem especificação e mais doze representando frutas, a *Dança dos Tapanas*, bem como um retrato do Conde Maurício. Era a nossa coleção sem margem a contradita. Eis o dado positivo a respeito:

«Lazarus Baratta, contrafeier, vendeu a 15 de abril de 1656, por 150 thalers, os seguintes quadros: 9 grandes, a 2 thalers; 12 de frutas, a 2 thalers; o *Conde Maurício de Nassau* a 24; a *Danga dos Tapanas*, a 24».

É fácil a identificação com a obra de Eckhout, como afirmou Karl Madsen, outro dinamarquês, numa *Relação das pinturas da coleção régia*, em 1904. Não se sabe onde foram parar essas cópias.

DESTINO DOS QUADROS DE ECKHOUT

Copenhague, 1929.

Indicados tais pormenores, vejamos a situação atual dos quadros, com a ajuda gentilíssima do diretor do Museu de Copenhague, o sábio e venerando Mackeprang, em cujo austero e recolhido gabinete de trabalho se ostentam, longe das vistas do público, duas das mais primorosas criações do batavo; bem como do ilustre professor Thomas Thomsen, que atualmente aprofunda o veio etnográfico em torno da mesma coleção eckhoutiana, para uma obra de fôlego a ser publicada dentro de dois anos.

Recebidos, de fato, em 1654 por Frederico III, os quadros foram colocados na Real Câmara Artística, a *Kunsthkammer* a que já me referi e englobava, além de pinturas de preço, as mais variadas raridades e espécies zoológicas, que se podem imaginar através de Holger Jacobaeus no seu *Museum Regium*, catálogo editado em latim em 1696 e que tive o prazer de compulsar na Biblioteca Real.

A *Kunsthkammer* tornara-se afinal pletórica, no seu *potpourri* de antiguidades e extravagâncias. Em fins do século XVII começaram a ser classificados e distribuídos objetos para novos museus artísticos e científicos, que se iam organizando e desdobrando, de sorte que a «Câmara», em 1820, tinha desaparecido completamente. No seu lugar se instalavam os esplêndidos museus modernos da Dinamarca. Os quadros de Eckhout pareceram a princípio mais próprios para quebrar a monotonia das residências reais, em cuja austeridade escandinava poriam uma nota bizarra de exotismo. Ei-los, por isso, recolhidos às galerias do paço de Fredericsburgo, em 1827, onde os assinalou Humboldt e onde em vão os procurei, parecendo-me verossímil que se queimassem no terrível incêndio em que se consumiram os tesouros artísticos do aludido castelo em 1859. A verdade era outra, afortunadamente. Antes de documento de arte, a obra eckhoutiana foi considerada inestimável lição etnográfica e os cientistas oficiais fizeram transferi-la em 1848 e 1849 para o novo Museu de Etnografia. Salvaram-se assim por milagre das chamas implacáveis.

No Museu ficaram desde então os quadros que mais interessavam à ciência, sendo, por exceção, destacados dois mais decorativos para o castelo de Christiansburgo, outra residência real, no centro de Copenhague. Eram: um *retrato de Maurício de Nassau* e — *O Príncipe de Nassau cercado de indígenas brasileiros*. Já não existiam essas preciosíssimas pinturas na data da instalação do Museu. Christiansburgo não escapara ao signo do fogo — ardera, até os alicerces, em 1794. Várias vezes foi destruído êsse colossal castelo, edificado no local mesmo das mais remotas edificações da Capital — os fortes do bispo Absalão, o fundador. A formidável mole de granito que hoje assenta no mesmo perímetro, é de construção e estilo moderno e o castelo de Christiansburgo perdeu em nosso dias o perfume da tradição.

O grupo inicial de vinte e seis quadros de Eckhout ficou assim desfalcado e reduzido a vinte e quatro, dos quais sete expostos aos visitantes do Museu Nacional, no Prins-Palae — outra velha arquitetura, nas imediações de Christiansburgo. Inventário e descrevo a seguir essas sete primeiras peças da coleção. Do catálogo da Seção Etnográfica do Museu, destaco os números respectivos, 153 a 157, 213 e 214. O primeiro grupo obedece à rubrica geral — retratos de índios de diversas tribos, pintados de 1641 a 1643 no Brasil por Eckhout e presenteados em 1654 por João Maurício de Nassau a Frederico III da Dinamarca. «Como se sabe, diz o catálogo, Eckhout é o mais antigo e ilustre pintor da natureza humana». Eis a discriminação:

153. *Retrato de um índio tupi* «Brasilião, homem da tribo tupi, do nordeste do Brasil». Representa um tupi em tamanho natural, armado de arco e flecha, tanga e facão à cintura. Nos longes da paisagem um grupo de índios toma banho num rio. Assinatura: *AEckhout fecit 1643 in Brasil*.

154. *Retrato de uma índia tupi*. «Brasiliã, mulher da tribo tupi». Ao lado de uma bananeira, uma índia, com a cintura cingida por tanga branca, carrega na cabeça um cesto contendo mamões, abóboras e cajás; tem uma criança ao colo e segura uma moringa com a mão direita. No chão, no primeiro plano, um sapo-boi. Ao longe, a vaga perspectiva de canaviais e de uma casa de engenho. *AEckhout fecit 1641 in Brasil*.

155. *Dança guerreira dos tapuias*. Ao som de instrumentos peculiares, oito índios dançam em círculo, brandindo flechas e tacapes, dois deles empunhando palhetas de arremêso enfeitadas de penas vermelhas e azuis. É uma vasta composição, plena de harmonia e vida. Acessórios: à direita, um tufo de coqueiros e um frondoso galho de cajueiro vergado de frutos; duas índias enlaçadas

se entreolham, à sombra do cajueiro, tapando o nariz com as mãos. No primeiro plano, um tatu. As índias usam tangas de folhagens. *AEckhout fecit 1641, in Brasil.*

156. *Retrato de um índio tapuia*, com arco e flechas, adorno plumário na cabeça, calçando sandálias. No chão, um lagarto. *AEckhout fecit 1641 in Brasil.*

157. *Retrato de uma índia tapuia*. À beira de um regato e à sombra de copado ingazeiro, uma tapuia, junto a um tinhorão do tamanho de um arbusto, mostra-se com um cesto pendurado nas costas, cheio de frutas, de entre as quais sobressai um pé humano. Numa das mãos segura um braço decepado. Folhagens lhe encobrem as partes pudendas. Calça sandálias. Junto aos seus pés, um cachorro bebe a água do regato. *A Eckhout fecit 1641 in Brasil.*

Os retratos do casal de tapuias, maximé o da índia, a par dos caracteres de antropofagia, revelam tipos de esbelto perfil e sensível beleza, tratados com esmero por Eckhout. São os exemplares raciais mais finos da coleção.

Os quadros 213 e 214 estão deslocados, figurando no grupo africano da Guiné, embora o catálogo assinale a procedência exata, afirmando que, pelo aspecto das armas visíveis, devem pertencer às tribos ashanti:

213. *Escravo de Pernambuco* — retrato de um negro com tanga, flechas e grande cimitarra à cintura. Ao lado, uma palmeira e helicônias. *AEckhout fecit 1641 in Brasil.*

214. *Escrava de Pernambuco* — retrato de uma negra com saiote, chapéu de palha enfeitado com penas de pavão, brincos de coral, colares de contas brancas e encarnadas, um cachimbo. Sustenta na mão direita um vaso com frutas e flôres. À sua esquerda um menino mestiço, com uma espiga de milho numa das mãos e na outra um periquito. O fundo da paisagem é uma restinga, distinguindo-se em alto mar veleiros e pequenas embarcações e, em terra, um grupo de cinco pescadores com uma escada e uma rede de pesca. Palmeiras e coqueiros. *AEckhout fecit 1641 in Brasil.*

Esses são os quadros catalogados e expostos no Museu nacional, grandes painéis, dos quais o maior é a *Densa tapuia*. O professor Thomsen propôs-se obsequiosamente a revelar-me os restantes, com a intenção de agrupar todos num salão especial, no edifício que está sendo construído para ampliar o Museu, mal acomodado atualmente numa ala do Prins-Palae, o Palácio do Príncipe. Foi grande a alegria com que conseguiu restituir, na

quase integridade, a galeria eckhoutiana. E ficamos a dever-lhe êste inestimável benefício.

Graças ao seu desvêlo, logrei assinalar doze naturezas-mortas, em admirável estado de conservação, através das quais se passa em revista todo o pomar pernambucano; e dois grandes perfis de mamelucos, dos mais esmerados, dos mais cativantes que fixou o pintor, na moldura de ensolaradas paisagens de canaviais, entre acessórios expressivos para a História. Guardei as fotografias dessas eloqüentes composições que não foram certamente apreciadas antes, em sua totalidade, por olhos patrícios. Eis a descrição dêsses quatorze quadros:

Retrato de mulata — uma mulher sustenta na mão direita um cesto de flôres e com a esquerda arregaça o vestido — um camisolão de cambraia — mostrando graciosamente a perna e os pés descalços. Está junto a um bosque com flôres silvestres, à sombra de um cajueiro carregado de frutos. Em plano inferior, a planície se desdobra ao longe até a linha do horizonte. No primeiro plano, um casal de coelhos. *AEckhout fecit 1643 in Brasil.*

Retrato de mulato. De saiote e arreios militares a tiracolo, espada à cintura, ar marcial, um mulato descalço sustenta ao hombro um arcabuz com a mão esquerda, tendo a direita cruzada à cintura. Está entre uma touça de canas e um mamoeiro e distingue-se ao fundo o litoral, o mar e, na linha do horizonte, três navios.

Êstes dois grandes retratos, tamanho natural, são talvez as composições mais expressivas da coleção; Eckhout desenvolveu os seus motivos, do conjunto ao detalhe, com perícia não excedida nas outras telas; conservam-se no gabinete do próprio diretor Mackeprang. E num corredor excuso do Palácio, podemos apreciar os doze quadros restantes.

Naturezas mortas. Recapitulam, em doze conjuntos diferentes, o pomar e a horta pernambucanas, com harmonia e louçania de côres e de formas inéditas para a Europa; trinta ou quarenta variedades frutais, agrupadas ou isoladas, dentro de cuias de lavor indígena ou em plena exposição, desde minúsculos amendoins e pitangas até grandes cocos, abacaxis e cabaças. Não têm assinatura, estas naturezas-mortas; a mesma mão de mestre deve tê-las executado. Pode-se por tôda a coleção formar uma idéia do que foi o direto contato do pintor holandês com imagens do Brasil, durante quatro anos de trabalho.

Quando o Imperador Dom Pedro II visitou a Escandinávia em 1876, em trânsito para a Rússia, deteve-se embevecido, na contem-

plação de nove quadros de Eckhout que lhe foram mostrados no Prins-Palae. Era apenas uma parcela do legado de Nassau a Frederico III, mas, espicaçada embora a curiosidade brasileira do nosso Magnânimo, tempo não lhe sobrava para demoradas pesquisas. Passava, de fato, a correr por Copenhague, rumo a Estocolmo e Helsinquia, escalas voluntárias para São Peterburgo, meta final da viagem ao setentrião. Compreendendo de relance o mérito da excepcional descoberta, pensou logo em obter cópias a óleo, que pudesse levar para o paço da Boa-Vista. Mandou contratar dessa arte um pintor dinamarquês e as cópias reduzidas feitas por êste se encontram hoje no Rio de Janeiro, no Instituto Histórico; sofríveis cópias, em verdade, devidas ao pincel de um popular miniaturista e pintor de gênero — Niels Aagaard Lytzen, 1826-1890 (*). São: a *Dança tapuia* e os retratos da cafusa e dos casais de tupis e tapuias.

Eis o pouco que se sabe do ilustre Eckhout, a quem quereria atribuir o título exclusivo de avô da nossa pintura — se não fôra a glória paralela de Frans Post. Pouco, embora, não desespero de levantar algum dia pistas mais concludentes. Souto-Maior garante que em Londres, na Biblioteca Sloniana do Museu Britânico, se encontram sete aquarelas indigitadas como da mesma olvidada paleta. Oxalá possa algum dia admirá-las e por elas colher um fio novo da meada.

(*) Segundo carta de Leo Swane, diretor do Museu Real de Belas Artes de Copenhague (18 de maio de 1932), o dicionário de Weilbach sobre artistas dinamarqueses dá tôdas as informações biográficas a respeito de Lytzen, de quem se encontram dois quadros na galeria Johan Hansen. É citado por Lemberger no livro: *Bildnisminiatur in Skandinavien*. — Quanto à correspondência com Thomas Thomsen vai transcrita no capítulo anterior, sobre Eckhout.

A PINTURA NO BRASIL HOLANDÊS (1)

Rio, 1942

Quando, em 1637, a Holanda enviou ao Recife, para governar o seu novo domínio, do nordeste do Brasil, o Conde João Maurício de Nassau Siegen, às preocupações graves da administração, mais empenhada no desenvolvimento mercantil do que propriamente na organização de um Estado, sucederam outras, de caráter mais elevado, seguindo as inclinações de um príncipe amável e esclarecido.

Os lucros da empresa comportavam essa variação suntuária de diretrizes. A metrópole, por sua vez, em plena expansão civilizadora, possuía os elementos indispensáveis a uma obra de cultura e beleza. O mesmo espírito liberal e munificente do chefe explicava a transformação. Era do seu sentir, do seu querer, do seu gosto. Sobre a estrutura colonial, insulsa e materialista, devia pairar, graças a essa afortunada inspiração, o gênio criador da raça que, com o alvorecer do século XVII, realizava primores no próprio torrão do bêrço, chamado, de súbito, a um destino glorioso na Europa.

Maurício de Nassau foi o órgão providencial desse gênio, aplicado ao mundo virgem, palpitante de ineditismo, do Brasil primitivo. Graças a ele, podemos contar com uma verdadeira floração de cultura e de arte, enquanto o resto do Brasil e da América ainda padecia a subalternidade dos governos coloniais de horizontes escassos. Assim, aquele período refulge em nossa história como um clarão de luz numa longa noite de obscura evolução.

A solução de continuidade imposta depois em vista do nosso destino nacional, latente na consciência dos primeiros habitantes e afinal vitorioso, se eliminou para sempre a presença daqueles ativos obreiros, não nos impede de agradecer-lhes o esforço e elogiarmos a obra que porfiosamente realizaram.

(1) Conferência pronunciada no Instituto Histórico, no Rio, em 29 de setembro de 1942. Encerra o primeiro estudo do autor sobre Frans Post, antes da visita à Holanda.

Perduram os atestados do trabalho e, se não restam, para a posteridade brasileira, pedras de monumentos, sobram, em compensação, documentos imperecíveis de cultura, em cujo manancial nos abeberamos hoje, cheios de curiosidade e simpatia, bastante afastados da época em que o fragor das paixões colocara em campos irredutíveis os adventícios e os donos legítimos da terra. Ademais, essa vasta obra ilustra a nossa própria formação nacional pelo depoimento vivo e direto que nos proporciona, três séculos volvidos, da nossa gente e da nossa natureza, flagrantes incomparáveis do nosso viver primitivo. São principalmente livros e quadros inspirados sempre num visível amor pela revelação das coisas brasileiras ao mundo culto da Europa.

As grandes virtudes do holandês transparecem nítidas nessas páginas e nessas telas. Procuraremos defini-las, essas virtudes, para justificação daquele surto excepcional em todo o continente. E havemos de ver como o pendor pela parte pictórica constituía, antes do Brasil, o imperativo de um povo pouco afeiçoado à arquitetura e à escultura por isso que lhe faltavam nas dunas natais os elementos plásticos dessas artes. O holandês foi pintor desde a primeira hora por inclinação de temperamento e sobretudo pela carência de materiais que lhe permitissem desviar a vocação para outros rumos.

O mesmo raciocínio aplicado a Atenas nos explica porque os antepassados de Fídias porfiaram em fixar no mármore a perfeição da forma humana, servindo-se daquele maravilhoso elemento plástico que cobria o chão da Ática. Explica também porque os romanos, dispondo das pedreiras de travertino, foram os maiores arquitetos da História, e, neste exemplo se impõe, sem sair da antiguidade, o duplo sentido da expressão. Os mesmos holandeses puderam desenvolver a engenharia hidráulica, porque foram obrigados a dilatar para além das ondas o território exíguo que o destino lhes concedeu, a desafiar-lhes a tenacidade e o engenho. Deus fez o mundo, diz o rifão, e o holandês fez a Holanda.

Além da pintura, o holandês se esmerou nas artes gráficas, desde os primórdios, no horizonte de uma vocação paralela. Os irmãos Elzevir deram nome às mais famosas edições de todos os tempos, verdadeiras obras primas de tipografia, e não é de somenos considerar que as elocubrações e observações dos sábios de Nassau se destinavam aos prelos holandeses, sem rival na Europa. Na projeção do governo de Nassau, vários livros sobre o Brasil aparecem em Amsterdam. Raridades, hoje, muitos desses livros constituem o luxo de qualquer brasileira que se preze.

Os elzevir, por si sós, dariam matéria para uma alentada palestra. De um modo geral, em todos os setores da administra-

ção de Nassau, é lícito assinalar um interesse artístico, uma feição estética. A história da arte tem o melhor quinhão no famoso octênio do seu governo. Pelo prisma da cultura ou da estética tudo pode ser encarado, desde o ornato dos paços governamentais até os planos de urbanismo, incluindo aterros e terraplenagens para arruamentos, abertura de praças, edificação monumental, além de pontes, balaustradas, monumentos. Nassau em pessoa se entreteinha, segundo Varnhagen, no risco topográfico da cidade Maurícia. Tal como se diz da Haia, fundada pelo capricho de um príncipe, poderia dizer-se da Mauriciópolis, concebida no trópico pela imaginação de outro príncipe da mesma estirpe. No paço das Tórres ou de Friburgo enterrou seiscentos mil florins. Não era uma bagatela, principalmente tendo em conta os labores artísticos, de puro prazer suntuário, alfaias, mobiliários, colgaduras, quadros. O que era feito no Brasil mostrava, além das armas dinásticas de Nassau, decorações de flôres e frutas brasileiras. Frei Manuel do Calado, evocando os jardins circundantes, descreve-os como um recanto do paraíso. Driesen, biógrafo de Nassau, anota que, à beira mar, todo o cais era de mármore.

Mais tarde, as melhores peças daquele deslumbrante palácio das Tórres, conduzidas à Holanda, serviram para régios presentes, à trôço de retribuições não menos régias, de que necessitava o dono para cobrir o eterno déficit dos seus orçamentos. São conhecidas, por exemplo, as listas do que Nassau enviou, em 1652, a Frederico Guilherme, grande Eleitor do Brandeburgo, em 1654, a Frederico III da Dinamarca e, um ano antes de morrer, em 1678, a Luís XIV.

Devo pôr de lado êsses aspectos tão sedutores, para cingir-me ao estudo da pintura, cuja primazia, no Brasil holandês, se impõe pelo número, qualidade e variedade dos atestados que nos legou. Na modéstia dos seus trabalhos, foi êsse um dos que há mais tempo me atraiu; a pintura holandesa no Brasil. Volto ao mesmo tema com o encanto dos primeiros anos. E espero que me perdoem a singeleza dêstes apontamentos, pelo sentimento que os inspirou, pela admiração antiga que exprimem.

Meu contato inicial com os artistas que estiveram em Pernambuco no primeiro quartel do século XVII, sob o signo de mecenato de Nassau, foi através de uma saudosa figura do Instituto, de quem, não há muitos dias ainda, falava mestre Max Fleiuss, naquelas suas justiceiras crônicas do *Jornal do Comércio*, nas quais, em forma breve e incisiva, faz reviver fatos e homens do passado do nosso querido Brasil. Refiro-me ao Dr. Pedro Souto Maior, autor dos *Fastos pernambucanos*, bibliotecário desta Casa de 1917 a 1925.

com quem mais de uma vez departi sôbre aquêlê dourado interregno da nossa História.

Souto Maior, na esteira da atilada inteligência e patriotismo de José Higino Duarte Pereira, visitara a Europa, coligindo informações valiosas para elucidação de tantos pontos obscuros ou incertos, relativos à presença dos batavos em nosso nordeste. Apaixonara-se pelo tema e dera especial destaque ao capítulo sôbre os artistas do séquito de Nassau, cabendo-lhe a alegria de ter identificado no museu do Louvre cinco telas de Frans Post, o mais ilustre dos pintores holandeses daquele grupo.

Eram paisagens do Brasil, assinadas e datadas de 1637 a 1644, feitas, portanto, em nossa terra. Colocadas, a principio, nos pequenos castelos de Chaville e de Meudon, restaurados posteriormente por Housse e Bonnemer na parte relativa às figuras, De Fontenay na das flôres e frutas, e Desportes nas dos animais, essas telas foram recolhidas em data incerta ao museu da Marinha, em Paris, ignorando-se o paradeiro das restantes 35 que completavam o presente ao Rei Sol.

Foram cuidadosamente classificadas por Jacques Bailly, conservador da pinacoteca real (1701-1768) no seu conhecido *Catalogue des tableaux du Gabinet du Roi, au Luxembourg*. (Paris, 1777).

Souto Maior, com o seu espírito sizudo e o seu apêgo às coisas do bêrço, cioso, ainda daquela prioridade em todos os setores da cultura que marca o destino de Pernambuco no continente, era um cicerone capaz de orientar os meus primeiros passos no atraente caminho.

Naquele tempo era escasso o interêsse pelos precursores holandeses que revelaram à Europa as bizarrias e originalidades da natureza do novo Mundo. As referências a tais pioneiros se perdiam em construção mais vasta, em que os historiadores, como o próprio Varnhagen, buscaram debuxar o quadro completo do domínio holandês. Reservando, embora, para o período de Nassau, o melhor das suas indagações e comentários, os primeiros mestres careciam de dados diretos para imprimir o necessário desenvolvimento ao capítulo das artes. Raros conheciam uma ou outra pintura das muitas esquecidas nos museus da Europa.

Só depois das viagens de José Higino, em 1886, e Souto Maior, em 1911, e das pesquisas diretas de Oliveira Lima em anos posteriores, se começou a verificar a riqueza e variedade do espólio conservado na Europa, último eco da munificência de Nassau. Oliveira Lima foi dos que mais se interessaram pela matéria, pos-

suindo, na sua coleção, hoje na Biblioteca da Universidade Católica de Washington, uma paisagem de Post, além do seu retrato, com a assinatura de Frans Hals.

Aquêles historiadores, e pouco mais, abriram a perspectiva em que os pintores entram na órbita de novos estudos, e são analisados e admirados não só pelo ensinamento de arte, como pelo documento humano que fixaram, e de que tiram proveito tôdas as disciplinas, desde a etnografia até os aspectos mais flagrantes da civilização brasileira naquele período. Multiplicaram-se as monografias, estabeleceu-se, a propósito do centenário de Nassau, um verdadeiro prêmio erudito, e Frans Post, a quem já tive ensejo de apelidar «avô da pintura brasileira», ganhou em prestígio e suscitou uma curiosidade ainda há pouco culminada na exposição realizada na Escola de Belas Artes, por iniciativa do ilustre diretor do Patrimônio artístico, Sr. Rodrigo de Melo Franco de Andrade (2).

Os mais autorizados, os mais aptos a versarem o assunto foram trazendo a sua contribuição. Novos artigos, novos estudos foram publicados, à vista das telas legitimamente reintegradas em nosso meio, e que representam apenas um começo de reabilitação histórica, se assim posso dizer, pensando que o olvido e o desconhecimento da obra de Post significavam uma injustiça digna de ser reparada.

Quando, em 1917, tive ocasião de abordar o assunto, como livre docente de história na Escola de Belas Artes, nada ou pouco se possuía em nossa terra do muito que havia deixado o artista maior de Nassau. Hoje, é possível reunir, em nossa Pinacoteca, provenientes de coleções particulares, ou do Estado, um lote de 24 paisagens. É um fato auspicioso, em cuja verificação ser-me-á permitido tomar alguma parte.

(2) Rodrigo de Melo Franco de Andrade e Oswaldo Teixeira, conseguiram reunir vinte e quatro quadros de Post, sendo sete do palácio Guanabara, um da Biblioteca pública de São Paulo, um do Museu Nacional de Belas Artes, um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dois de Sir Henry Lynch, cinco do Sr. Caio de Lima Cavalcanti, dois do Sr. Paulo Plínio Prado, um do Sr. J. de Sousa Leão filho, um do Sr. Afrânio de Melo Franco Filho.

— Em 1953, o Sr. Ary de Vries, diretor do Instituto de Documentação histórica sobre arte, na Haia, promoveu uma «exposição Frans Post» na Maurits-Huis, para ser sucessivamente transportada a Paris e ao Rio. Não pude corresponder ao convite do Sr. de Vries, transmitido por Sousa Leão, para comparecer. O respectivo catálogo constitui um peça valiosa da Bibliografia.

Em Amsterdam foi realizada outra exposição Frans Post em 1937 — a primeira da série.

Tive a fortuna, na peregrinação diplomática em que venho batendo os quadrantes do mundo há mais de 25 anos, de travar conhecimento direto com outro dos mestres de Nassau, companheiro segundo de Post, seu comparsa na glória de fixar na tela aspectos inéditos do novo mundo. Ocorreu isso em Copenhague, em cuja legação fui servir em 1928. Pedro II, em trânsito para a Rússia, tivera em 1876 a atenção voltada para uma série de quadros do Brasil, assinados por Alberto Eckhout, com a data de 1643, conservados na capital da Dinamarca. Era o outro dos acompanhantes de Nassau.

O primeiro pensamento do Magnânimo foi o de mandar tirar umas cópias para o Instituto. Em três dias de permanência em Copenhague, dias que, para a sua infatigável curiosidade, não eram bastante longos, com o tempo ocupado em variadíssimas visitas e excursões, não descurou dêsse empenho e tratou o trabalho com o célebre miniaturista e pintor de gênero Nils Aagaard Lytzen. Essas cópias, nas proporções reduzidas em que foram executadas, com prejuízo sensível das vastas e admiráveis composições originais, aqui estão, no meio de tantos documentos preciosos que revestem as paredes das várias salas do Instituto.

Seja recordado que, nas coleções desta Casa, acham-se representados os dois grandes artistas de Nassau: Eckhout, pelas aludidas cópias de Lytzen, e Post, pela famosa vista de Olinda, com a sua Sé em ruínas, proveniente da galeria da Viscondessa de Cavalcanti, em Paris (3).

Residindo em Copenhague, empenhei-me em conhecer os quadros admirados pelo Imperador em 1876. Li, simultaneamente, graças a uma citação de Varnhagen, o *Kosmos* de Humboldt, onde

(3) Encimando a parte posterior da moldura que guarnece o quadro de Frans Post, oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pela Viscondessa de Cavalcanti, há um pequeno retalho impresso no qual se lê o seguinte:

«Frederik Muller & Co. — Amsterdam. Catalogue de géographie de 1894. Brésil, VUE du BRÉSIL — Vue d'un panorama prise d'une chapelle, style Renaissance, dont surtout l'entrée décorée de sculptures captive d'oeil. On voit au fond de la ruine les restes d'un autel avec des peintures. Un peu plus bas, l'entrée d'une rue à grandes maisons que se perdent derrière la chapelle. Sur l'avant plan des habitants tels qu'un planteur, un soldat portugais, etc. Au loin la vaste plaine; par ci par là se découvre entouré de verdure un moulin-à-sucre, une flaque d'eau, etc. Tableau à l'huile, signé F. Post. Toile — hauteur, 85; largeur, 113 cent. Un des plus importants tableaux que nous connaissons du peintre. Le lieu représenté sera facile à déterminer, vus les détails qui font supposer le boulevard d'une ville. François Post accompagna le comte Jean Maurice de Nassau Siegen au Brésil et appartenait à la suite de ce gouverneur. Il y peignit plusieurs paysages d'après nature, entre 1637-1640. Ce beau tableau en est un.

há referência a quadros do mesmo Eckhout (e não a um único, como escreve Varnhagen), quadros de tema brasileiro, guardados no castelo de Fredericsburgo, aos quais não faltam indígenas, pássaros brilhantes e esplendores da flora equinocial, para maior autenticidade.

Seguindo a indicação do sábio Humboldt, procurei, na galeria inumerável do castelo que já se denominou o Versalhes escandinavo, o quadro, ou os quadros da deserdada paleta. Foi num ensolarado dia de junho, cuja saudade fixei em páginas da *Sereia escandinava*. Mas, o castelo de Fredericsburgo recusou à minha insaciável curiosidade aquela janela escancarada para o primeiro quartel do século XVII em Pernambuco.

Diversa, a pista a seguir na capital da Dinamarca, para localizar aquelas obras de arte, através das quais o pensionado de Nassau prolongara para além do tempo o sonho da grandeza, a maravilhosa aventura de um verdadeiro príncipe.

Os quadros de Eckhout estavam, de fato, no Museu Etnográfico de Copenhague. E, o que constituía para mim uma recomendação, além da coleção copiada por ordem do nosso Imperador, existiam, no mesmo museu, outros quadros, fora das galerias, esquecidos nos porões do Prins-Palae, atribuídos igualmente a Eckhout.

Era a vez da minha «descoberta» — permitam o têrmo imodesto, mas que corresponde a uma espécie de troféu dos que temos o hábito de procurar o Brasil, pelo mundo fora, no recinto sonolento das bibliotecas, dos arquivos, dos museus. A minha descoberta, pois, consistiu numa bela coleção de naturezas mortas, a óleo, nas quais Eckhout se esmerou em combinar e reproduzir tôdas as frutas, com um senso decorativo, uma perfeição técnica, uma frescura de colorido, dignas de um grande pincel. O pomar pernambucano ressurgue em composições que não envelhecem e poderiam ser assinadas por um mestre de nossos dias. Trinta ou quarenta variedades dêsse pomar, agrupadas em doze composições diferentes, sôbre a mesa ou em cuias e fruteiras, representam aquela pujante amostra de Pomona, desde o abacaxi, o girimum, a pacova, o ingá, o côco, até miúdas pitangas e amendoins.

Quanto à grande coleção etnográfica, suscetível de, com os mesmos direitos, ser classificada numa pinacoteca, era composta inicialmente de vinte e seis quadros, de que perduram vinte e quatro na Dinamarca, segundo me foi dado apurar. Só em meados do século passado foram transferidos dos castelos reais para o museu Etnográfico.

Dois quadros perdidos, dos mais eloqüentes, haviam ficado em outra mansão real, o castelo de Christiansburgo, pelo caráter

histórico mais decorativo que os revestia, sendo um *retrato de Maurício de Nassau*, e outro, o *Conde de Nassau cercado de indígenas brasileiros*. Perderam-se possivelmente no incêndio que assolou o castelo em 1794. O atual Cristiansburgo, com exceção da fachada, é todo de fábrica moderna.

O que nos resta de Eckhout são retratos em tamanho natural, de corpo inteiro, de um tupi, uma tupi, um tapuia, uma tapuia, um negro escravo, uma negra, e a composição — *Dança tapuia* ou sejam sete grandes telas expostas ao público nas galerias do museu. Foram estas as copiadas por determinação de Pedro II. Consegui assinalar mais duas do mesmo grupo; um retrato de mulato, e um retrato de mulata. Adicionadas às doze naturezas mortas, atingimos o total de vinte e uma.

Todos os quadros, exceto as naturezas mortas, são assinados e datados: *Aeckhout fecit 1641 in Brasil*. Ao enviar a oferta a Frederico III, Nassau recomendou o aproveitamento daqueles motivos na decoração de palácios, e indicou a conveniência de serem feitas cópias, para maior divulgação.

Dá relêvo à obra de Eckhout o fato de ter sido ela executada no Brasil, com os caracteres decorrentes, de espontaneidade, colorido e luz. Em tórno dos grandes retratos fixa longes de paisagem e um sem número de detalhes da natureza e da fauna, no primeiro plano, além de cenas do viver nos engenhos, nas praias, nas cidades.

De volta à Holanda, Eckhout, como Post, continuou a pintar, desenvolvendo e variando os mesmos temas brasileiros. Sousa Leão escreveu-me, em 1933, que no castelo dos Eleitores, nos arrabaldes de Dresde, há um teto pintado pelo mesmo artista. É que Nassau, trazendo consigo o pintor de retôrno aos penates, recomendou-o ao eleitor de Saxe, João Jorge II (1656-1680), para quem fêz o aludido trabalho na histórica mansão dos vinhedos de Hoflossnitz, reproduzindo pássaros do nosso nordeste. São oitenta pássaros enquadrados nos caixotões do teto, de feitura um tanto simples e em côres berrantes. O fundo de paisagem que, em alguns casos, emoldura a composição, mais parece, segundo aquêla colega, de inspiração européia, talvez por culpa do restaurador que as retocou em 1915.

Eckhout pode ainda ser julgado por uma coleção de sete aquarelas conservadas na Biblioteca Sloaniana do museu Britânico. E alguns dos desenhos, existentes em Berlim, atribuídos a Wagner, seriam meras cópias e variantes de composições originais de Eckhout.

Finalmente, em 1938, meu velho amigo Tomás Thomsen, do museu de Copenhague, deu à estampa, com o luxo peculiar aos

prelos dinamarqueses, o seu livro *Alberto Eckhout*. O pintor de Nassau ressuscitava assim das sombras do esquecimento.

Uma fronteira demarcada separa a escolha de temas de Eckhout da de Post, consagrado à paisagem na acepção mais nobre do gênero, consoante a discriminação de tarefas imposta por Nassau entre os seus artistas, conforme êle próprio confessou a Luís XIV. Só podemos julgar da aplicação dessa regra pelos dois artistas citados, aos quais se agregou Zacarias Wagner, que já se encontrava em Pernambuco, na tropa de ocupação, e cujas aptidões para o desenho foram aproveitadas. Mas, de Wagner, pouco se conhece, além de algumas aquarelas e do próprio depoimento da sua *Autobiografia*. Não deixou qualquer obra de fôlego.

Há quem pretenda juntar outros nomes, sem prova idônea, assim o de Abraão Willaerts, de quem não se assinala uma só composição sobre o Brasil. É uma dedução conjectural, a que o pretende incorporar à missão de Nassau, e, pelo mesmo raciocínio, não seria difícil arrolar outros nomes, com o fim de completar o número de seis pintores que o acompanharam, a que alude o príncipe na oferta a Luís XIV. A falta de quadros brasileiros dêsses pseudos acompanhantes de Nassau invalida qualquer afirmativa. Seria necessária uma busca mais paciente, nos arquivos da Holanda, para corroborar o assêto do príncipe holandês. Esse estudo deverá ser recommçado algum dia por quem, com títulos mais de pesquisa que de imaginação, queira freqüentar as fontes documentárias da Europa. Baste-nos, por ora, a obra considerável, e perfeitamente identificada, dos três artistas aludidos, Post, Eckhout, e Wagner, com seus documentos inapreciáveis, perfeitos pela técnica, flagrantes pela verdade, sugestivos pela singularidade dos temas, e a luz, o colorido, o movimento.

A pintura holandesa nascera naquela mesma época e tivera a rara fortuna de iniciar os primeiros passos egressa do servilismo devoto, ao contrário do que succedeu no bêrço das outras famosas escolas européias, de tal sorte que os pintores batavos, democratas e emancipados, desde o primeiro instante beberam a inspiração direta da natureza e copiaram a paisagem ou compuseram retratos livres de cânones preconcebidos e estreitos.

Essa orientação fundamental é da maior importância e merece destacada em relêvo quando nos propomos a estudar o trabalho dos que vieram ao Brasil. Apaixonados dos efeitos da luz e da côr, os pintores holandeses, maiores ou menores, tinham por ideal supremo o culto da verdade, o realismo capaz de comunicar às suas telas um alto valor de documentação fiel, proveitosa para qualquer gênero de pesquisas que nêles se inspirassem. No Brasil, sobretudo,

êsse caráter sincero e veraz da pintura holandesa serve para ilustrar qualquer estudo, artístico, histórico ou científico, que seja empreendido, à mingua, não raro, de depoimentos escritos revestidos das mesmas virtudes.

A transmigração para clima tão diverso devia forçosamente influir no feitio dêsses pintores, sem, porém, afetar a orientação básica da sua arte, a formação moral, os ditames da consciência. Pode-se avaliar o contraste dos ambientes examinando a obra dos holandeses dedicados ao Brasil e dos que no próprio torrão natal conquistaram a glória. Outras seriam as gamas da paleta na Holanda. Outra, a atmosfera. Lá, o cenário natural rico em tons cativantes, sem transições bruscas, porém. A própria água, na observação de Taine, dir-se-ia colorir-se de tintas capitosas, ora branca, ora vinosa, ora violácea, ora parda, quando não estriada de sulcos verde limo. No horizonte esfumado pela bruma, espoucavam, não raro, côres cintilantes, no encarnado vivaz de um telhado ou de um muro, no branco puro de uma frontaria. O gado em repouso pontilhava a planície de manchas fulvas. Os canais reluziam como fios de prata brunida, em caprichosas linhas serpentinadas. E os pintores poetizavam essas visões de canais, empinados tetos flamengos, bem como personagens de luzida indumentária, visões quicá monótonas na sua uniformidade, mas sabiam interpretá-las com um raro gôsto, subordinando a fantasia à verdade simples e encantadora da natureza.

Chegados ao Brasil, a emoção seria irreprimível em face de um cenário totalmente diverso, grandioso e fulgurante. Despertadas novas fibras na sua sensibilidade, aplicaram os mesmos processos, a mesma sinceridade aos aspectos inéditos da natureza americana, arrancando da paleta tons mais luminosos, fixando na tela vibrações mais intensas de vida.

Animados de uma curiosidade insaciável, de uma infatigável sêde de trabalho, multiplicaram as telas durante oito anos, numa variedade infinita — celagens menos úmidas que as da Holanda, claridades mais indiscretas, o mar com a cintilação de uma esmeralda, as praias mais alvas, com a franja rendilhada dos coqueiros, as cidades na branca simplicidade da arquitetura lusa, as igrejas e as capelas, os palácios do Recife, e fortalezas, e rios caudalosos, e detalhes maravilhosos da flora e da fauna, e uma verdadeira galeria etnográfica, que dir-se-ia uma ilustração *avant la lettre* da tese de Martius e Silvio Romero sôbre a formação da raça.

Quadros a óleo, aquarelas, sêpias, esboços, desenhos, se multiplicam, convergindo para o mesmo objetivo. Enquanto Post fixou a paisagem em composições de perfeita unidade e cunho artístico,

Wagner, sobretudo Eckhout, porfiaram nos retratos de nativos, nos acessórios da civilização indígena, nas particularidades botânicas e zoológicas. Todos, isoladamente ou em conjunto, pintaram desmedidas folhagens de bananeiras, coqueiros e palmeiras de gracioso capitel, mamoeiros, cajueiros, ingazeiros, jaqueiras em pujante frutescência, e cactos, cipós, orquídeas, sem esquecer as frutas e ervas decorativas. Reproduziram a imagem fascinante das borboletas, e os bichos para êles de uma nova arca de Noé, — tamanduás, preguiças, capivaras, cotias, guaiamuns, onças jacarés siriemas e a plumagem de pássaros encantados. Um mundo de coisas descomuns e insólitas, ao lado de mimos e regalos da natureza, sensações incríveis e irresistíveis a fecundar-lhes o espírito criador.

Nos conjuntos, reservados especialmente para o pincel de Post, o mesmo contraste se impunha com o ponto de referência da Holanda. Assim, o litoral de escampo horizonte, a superfície glauca do mar, ao longe alguma audaciosa jangada de pescadores nativos, ou a mastreação de incerto veleiro em rota oceânica. As casas grandes e as moendas dos engenhos de açúcar, tão diferentes dos moinhos das landes maternas, acionados, agora, por juntas de bois, ou pela água cascadeante de algum regato escondido no labirinto da mata. Os canaviais, dourados pelo sol, ao invés das mansas searas nativas. O gado numeroso e tresmalhado em imensos latifúndios. Vicejantes roças de algodão e fumo. Recantos graciosos e pitorescos do cabo de Santo Agostinho, ou das margens do São Francisco, do Paraíba, do Beberibe. Cidades de grato e hospitaleiro perfil, como Olinda, com a sua sé em ruínas, e a Paraíba, sobretudo a Cidade Maurícia, concepção estranha erguida por encanto nos paúis da ilha de Antônio Vaz, com o garbo e a altivez dos dois célebres palácios, da Boa Vista e das Tôrres, ou do Repouso.

Em todo êsse afã, êsse desvêlo em transportar para o painel o reflexo das coisas e da vida tão oposto ao da Holanda, os pintores obedeceram, sem desfalecimento, ao rigor dos preceitos de sua formação. Conservaram, antes de tudo, aquêlê ciúme da liberdade que em caso algum lhes permitiria tergiversar.

O holandês era, naquele momento, o povo animado de maior ânsia de liberdade, após haver, com um esforço sobrehumano, construído a pátria, fazendo recuar o mar e expelindo as dominações estranhas. Por isso, a sua pintura, que fulgurou, por assim dizer, em função da própria independência política, foi um símbolo de liberdade. Pintura igualitária, denominou-a Fromentin. Porquê, nascida com a independência da pátria, abeberou-se nas fontes mais livres do viver popular, e das imagens da natureza, tanto mais

amada quanto mais difícil havia sido defendê-la contra as investidas do mar.

Arte essencialmente democrática e liberal, a sua lição assume em nossos dias um significado mais transcendente, quando aquêlê mesmo povo padece a injúria e o flagelo da invasão e, de novo, bate-se pelos seus direitos sagrados. Na sua sinceridade, na sua simplicidade, na sua probidade, a arte holandesa do século XVII encarnou supremas aspirações que são também as da nossa época, na Europa e no mundo inteiro — a humanidade em geenas, ansiosa por volver aos princípios cardeais em que foi forjada a civilização.

Essa arte serve de símbolo. Seja-me permitido, de passagem, realçar êsse aspecto, em que, além do extraordinário relêvo da grande escola, sobrepaira a transcendência social e política, em cujos imperativos se retempera a fibra de quantos, brasileiros inclusive, nos batemos pelo triunfo do bem contra as forças desencadeadas da agressão, do vilipêndio, da destruição. Bem hajam os mestres da Holanda, filhos da liberdade, que por isso tão bem souberam exaltar as coisas simples e criaram a beleza sem trair a verdade.

Povo de burgueses, laborioso e parcimonioso, demasiado prático para se distrair em devaneios, procurou na própria singeleza do seu viver o motivo para o exercício da arte. Simples, embora, êsse ponto de partida trazia no bôjo uma renovação, a escôlha inspirada e voluntária de um novo rumo. O holandês fêz uma coisa mais humana, mais espontânea, do que haviam feito antes os mestres das outras escolas de pintura, e, dessa maneira, atingiu rapidamente o nível das obras primas.

Excetuando o gênio de Rembrandt, diverso de todos os demais, com o sentido profundo do seu claro escuro, a escola holandesa se subordina a um único método, que consiste em imitar o que existe, para transmitir sensações puras e exatas. A primeira consequência dessa orientação é o rigor, o capricho, a ciência do desenho. A ondulação de um terreno, o movimento de uma nuvem, a lei de perspectiva de uma arquitetura, os traços permanentes ou os gestos efêmeros de um rosto humano, as peculiaridades de instinto e de compleição de um animal, tudo é desenhado à porfia pelo pintor holandês. Êsse caráter primacial é de extraordinária significação quando pensamos no trabalho executado no Brasil, onde tudo era novo, onde, ao lado da arte, os cientistas do séquito de Nassau requeriam a documentação gráfica das suas pesquisas e observações.

Imbuídos dessa formação moral, os pintores de Nassau têm ainda a favorecê-los a mocidade. Trazem para o Brasil o entusiasmo

ardente da mocidade. Trazem, ainda mais, com a base moral da probidade aplicada à arte, o ardor nacionalista, que fizera da pintura, na sua pátria, uma filha da independência. Frans Post, contando 25 anos em 1637, tem na retina a imagem enternecida da pátria, o senso da probidade, o orgulho daquela arte que aprendera na própria oficina paterna, do velho pintor de vitrais Jean Janz Post, arte que, como um rebate de esperanças, e uma afirmação do gênio nacional, irrompera de súbito, quase simultaneamente, em Haarlem, Rotterdam, Delft, Utrecht, em tantas outras cidades berços da escola. O mesmo fenômeno ocorre com Wagner, nos seus 23 anos, com Eckhout, nas suas 24 primaveras.

O período era, pois, climatérico, quando Nassau velejou para o Brasil. Frans Post nascera em 1612. Aquêles anos, e os mais próximos, desde o início do século, correspondem ao genetliaco de algumas figuras de primeira ordem. 1608 dera três nomes, entre eles nada menos que Rembrandt, 1630 vira nascerem Ruisdael e Hobbema. 1639, o último dos mestres, Van der Velde. São gigantes, cujas vidas dariam para encher páginas.

Os nossos, Post e Eckhout, dotados, embora, de iniludível vocação e altas qualidades, não logram, numa longa existência, um brilho mais dominador entre tantos astros. Desligados da Holanda no período de formação, seu destino consistia em projetar até a América virgem uma centêlha da constelação esplêndida. Quando partiram para o Brasil, enxameavam os privilegiados temperamentos. Quando voltaram à Holanda, não mais puderam fugir à saudade do nosso ambiente, que os faria até certo ponto incompreendidos. Não conseguiram assim emparelhar com os patricios ungidos pela glória. Ficaram, em nossa memória, como estrêlas cadentes desgarradas do firmamento da Holanda para os céus espectrais do equinócio. Sua glória se revestiria de diferentes atributos. A nós brasileiros competiria elevar-lhes o pedestal.

Quando, em 1637, chegaram ao Brasil, enquanto Nassau se entretinha em concretizar o sonho da Cidade Maurícia, os pintores iniciaram logo o trabalho ao ar livre, na fascinação do primeiro contato com a terra. Post pintou nessa época a cachoeira de Paulo Afonso, Itamaracá, Ipojuca, Olinda, aquêles quadros que ainda se encontram no Louvre. Depois, no recinto dos palácios arranjados por Nassau, entre imagens de uma Holanda transplantada e paradoxalmente tropical, encontraram o agradável ambiente propício ao labor. Puderam desenvolver e combinar os apontamentos tomados nas primeiras excursões. Não devemos esquecer que a pintura holandesa tem também êsse característico, de ser uma pintura feita com aplicação, denotando um pincel repousado, o trabalho sentado, o recolhimento consciencioso. Dai a concisão, a densidade de tôdas

as telas holandesas. As feitas no Brasil não fogem a essa notação geral. Os pintores de Nassau tiveram em Pernambuco o seu próprio *atelier*, a sua própria academia, à sombra hospitaleira do príncipe.

O mesmo trabalho calmo, ordenado, refletido, seria por êles continuado na Europa, durante anos a fio, no desenvolvimento e variação dos temas surpreendidos em flagrante nos primeiros dias. Post só de volta à Holanda atinge a maturidade, mas nada acrescenta à pureza da inspiração inicial. Os quadros feitos no Brasil dão o sinete do seu feitio, que a crítica européia nem sempre soube apreciar.

Os pintores de Nassau revelaram à Europa as maravilhas da nossa natureza, não tendo, nessê domínio, qualquer predecessor. Do tempo de Nassau, diz o Visconde de Pôrto Seguro, são talvez os primeiros quadros a óleo que do natural se fizeram acêrca de assuntos do Brasil e da América. A constatação é, aliás, do sábio Humboldt. João Brueghel, ensina êste último, começou a adquirir celebridade em fins do século XVI, representando árvores, flôres e frutas estranhas à Europa. Mas, a verdade é que, até quase meados do século XVII, não existem paisagens pintadas diretamente nos climas equinociais. M. Waagen atribui igualmente a Frans Post essa prioridade.

O ponto é interessante, conduzindo-nos aos primeiros navegantes e aos primeiros cartógrafos, que tiveram a possibilidade de figurar as imagens do trópico. Um dos mais hábeis cartógrafos, Le Moyne de Morgues, segundo Jacques Combe, registrou, em fins do século XVI, aspectos da Flórida, mas não logrou embeber a visão na atmosfera americana e preocupou-se mais com o retrato de autóctones.

Ademais, o mistério envolvente das primeiras viagens favorecia os desregramentos da imaginação, não possuindo os curiosos da Europa elementos para discernir entre os limites da realidade e da fantasia. Só os holandeses, com a sua probidade e a sua técnica, podiam oferecer aos olhos deslumbrados dos coetâneos imagens definitivas e fiéis.

Parece inconteste tal prioridade. O Barão do Rio-Branco cita, porém, nas suas *Efemérides*, um pintor espanhol, Félix Castelo, que teria reproduzido, numa tela existente no museu do Prado, em Madrid, o desembarque de Fradique de Toledo na Bahia, em 1625, fixando, portanto, antes dos holandeses, a paisagem brasileira. Quando estive em Madrid procurei averiguar o fato. Castelo, nascido em 1602 e morto em 1654, pertence à escola de Madrid do chamado bom tempo. Seus quadros foram encomendados para o Salão dos Reinos, na coleção de Carlos II, do paço do Retiro,

segundo Elias Torno, com o objetivo de exaltar os feitos de armas dos espanhóis contra os holandeses. As cenas escolhidas ocorrem, porém, em Pôrto Rico e na Ilha de São Cristóvão e não no Brasil. A *Reconquista da ilha de São Cristóvão*, notadamente, deu ensejo à confusão, figurando nos antigos catálogos como se se tratasse da Bahia.

O quadro relativo ao Brasil, no mesmo museu do Prado, e da mesma época e coleção, é o do frei João Batista Maino, que de fato compôs uma vasta *Alegoria à reconquista da Bahia de São Salvador por dom Fradique de Toledo*. Italiano de origem, o artista, nascido em 1569, representou no primeiro plano um soldado batavo, ferido e prostrado, socorrido por um homem e várias mulheres, e, no segundo plano, uma tapeçaria com as figuras de Felipe IV e do Conde Duque de Olivares. Fradique de Toledo, dós degraus de um estrado, indica a tapeçaria à multidão. Segundo Justi, as cenas se passam na ilha de Itapacerica, em frente à cidade do Salvador. Distingue-se, de fato, ao longe, a praia, com algumas pirogas e figuras de índios. É o único pormenor de côr local. Nada prova, aliás, que o frade pintor tivesse estado na Bahia. É pouco, como se vê, para afetar a gloriosa prioridade dos pintores de Nassau. Nem se observa em Maino aquela fulguração de luz, que descarna os contornos e dilui os coloridos, característica da primeira interpretação da paisagem brasileira.

O estudo deve prosseguir em tórno de Post e de Eckhout. Êles, sim, receberam êsse batismo, e desorientaram, por isso, os críticos da Europa. O fenômeno, aliás, deve ser constatado em todos os paisagistas que, vindos do outro lado do oceano, tiveram a retina inundada pelo nosso sol. Mesmo quando, em épocas recentes se operou a migração de artistas para a América, deixaram êles atônitos os seus patrícios. A denominada «luz de oriente», descoberta por pintores franceses no século passado, serve para corroborar o assêrto.

Ainda não há muito Jacques Combe aproximava Post do *douanier Rousseau*, o antigo clarinetista das tropas que Napoleão III enviou ao México, e que se converteu, de volta aos penates, em pintor bizarro da natureza tropical. O paralelo é uma ilusão, não só pelo abismo existente entre a técnica de Post e a maneira primitiva de Henri Rousseau, como pela distância de três séculos que os separa. Mas o artigo do crítico francês serve para explicar aquilo que Descamps, referindo-se ainda a Post, havia classificado de *sauvegerie*. Combe, analisando os quadros pintados pelo holandês no Brasil, e os muitos que continuou a pintar na Europa sobre temas brasileiros, deduz a espontaneidade e imperfeição dos primeiros, e maestria e correção dos segundos.

As paisagens pintadas no Brasil, revelariam segundo Combe, um pintor hábil e senhor do assunto, desconcertado, porém, por uma visão de infância, determinante de tergiversações e bisonhices. Essa visão foge sistematicamente à síntese, para extenuar-se nos detalhes minuciosos e precisos de cada elemento da paisagem. Post reduz a importância do arvoredo e das moitas que costuma colocar no primeiro plano dos seus quadros, quase sempre à esquerda. Os detalhes desse primeiro plano são de uma minúcia cruel, tratados por um pincel áspero. Se as gamas da paleta não são tão elevadas como se poderia esperar, a combinação de valores é inteiramente nova. A atmosfera desaparece. Tudo é enxergado cruamente, sem a interposição de brumas. O ar não dilui os tons. Os contornos partem-se em arestas duras, toda a paisagem parece refratada por uma lente convexa.

Os longes, menos áridos. O toque se empasta para dar idéia das ondulações do terreno, ou para enfileirar árvores desprendidas no meio da planície. Até a linha do horizonte se impõe o tom local. Mas as árvores que se vislumbra ao longe, e a casaria, entre canaviais de verde desbotado, são tão nítidas quanto o que se vê no primeiro plano. Como esses detalhes sobressaem mesmo a grande distância, a atmosfera é reduzida ao mínimo. Só se excetua, pelo toque menos expressivo, a água e o céu.

Quando Post se encontra de novo na Holanda vai, aos poucos, afeiçoando o seu pincel aos ensinamentos da escola, sem perder, porém, o frescor, a espontaneidade daquele feitio inicial.

Tais as observações de Jacques Combe, muito distanciado para poder «sentir» a magia da nossa paisagem. Aquela crua de detalhes não é mais do que um conseqüência da nossa luz. A nossa claridade impõe efeitos inexistentes na atmosfera úmida da Europa. Os espaços infinitos só podem ter a imagem fiel naquele abandono dos preceitos gerais da paisagem do próprio Post. E o colorido, o relevo, o contorno devem obedecer ao mesmo imperioso realismo que por felicidade jamais abandonaram os holandeses.

Os pintores do Brasil holandês, em verdade, souberam amar a nossa natureza e guardaram na retina, até a morte, a fulguração desses céus, feitos para os grandes pensamentos, no belo dizer do poeta.

SINOPSE

Rio, 1955

Coleção de crônicas de vária feição e de várias épocas, embora em tôrno de um mesmo objetivo, escritas ao sabor das deslocções a que era obrigado o autor no exercício do seu cargo, como chefe interino e depois efetivo de missões diplomáticas, padecem uma certa descontinuidade, no progressivo desenvolvimento das pesquisas e estudos.

Vou, para concluir, tentar condensá-las, como se diz agora, extraindo, depois da concatenação das observações feitas, algumas conclusões gerais.

A presença de pintores holandeses no Brasil na primeira metade do século XVII se explica pela vinda a Pernambuco, em 1636, de um governador apaixonado da cultura e da arte, desejoso de dar relêvo à sua administração para a posteridade. Êsse governador foi o Conde João Maurício de Nassau Siegen, príncipe desde 1652.

A investigação histórica mostra que êle foi o primeiro a ter semelhante idéia, pois desde que começaram as grandes navegações jamais se pensou em incorporar às expedições de descobrimento e conquista representantes da inteligência européia. Os grandes navegantes de Portugal, que abriu o caminho dos mares longínquos, de Venesa, de Castela, da França, da própria Holanda, nunca tiveram nos seus séquitos outros homens que não fôsem de armas, ou administradores, ou cartógrafos, ou prelados, ou escrivães.

Por êsse motivo tardaram em chegar ao velho mundo as imagens das terras distantes, e as primeiras divulgadas foram obra fantasiosa e inverossimil de geógrafos, que não eram artistas, e se entretiveram inventando monstros e grifos delirantes, sem qualquer sentimento estético.

Nassau foi o primeiro a se cercar de autênticos colaboradores culturais — físicos, astrônomos, naturalistas, arquitetos, pintores, a ponto de Ramalho Ortigão dizer que a sua expedição mais parecia de ciência que de guerra. Importa frisar que a Holanda

maravilhosamente constituída pela energia dos seus habitantes, oferecia um quadro de civilização sem rival na Europa. O século XVII, denominado o «século de ouro», marca não só a independência política, como a eclosão da mais gloriosa escola de pintura.

Limitando o âmbito da investigação, são os pintores que atraem a nossa curiosidade. Nas viagens ao extremo oriente as tripulações holandesas contaram, por certo, alguns pintores, mas isso não destrói a constatação anterior, porque os artistas isolados cujos nomes foram assinalados nos róis de equipagem eram simples empregados, como marinheiros ou soldados, sem qualquer relação com a arte em que se ilustraram antes ou depois.

Pouco antes de morrer, Nassau, ao dirigir-se, em célebre carta, a Luís XIV, oferecendo-lhe um lote de pinturas brasileiras destinadas aos gobelinos, referiu-se a *seis pintores* que o teriam acompanhado ao Brasil. Esse número constitui um ponto aberto ainda hoje à discussão, pois não foram identificados todos os nomes.

Sabe-se a ciência certa que estiveram no Brasil, no que imprópriamente se denomina a «missão artística de Nassau», Francisco Post e Alberto Eckhout, pintores categorizados, a que se juntou Zacarias Wagner, soldado alemão alistado na frota, e aproveitado pelas suas aptidões para o desenho e a pintura.

Além desses três, inclui-se Abraão Willaerts, marinheiro e retratista, que, segundo todos os léxicos biográficos, também veio com Nassau ao Brasil, onde não permaneceu, mandado com uma expedição destinada a Angola. Em Roma ficou conhecido pelo apodo de «índio». Dêle pouco se conhece relacionado com a nossa terra, sendo-lhe atribuídos, no entanto, alguns desenhos feitos *in loco*, sem que isso haja sido verificado de maneira convincente.

Em quinto lugar aparece agora, em circunstâncias que não posso pormenorizar, o nome de Gillis Péters, autor de uma vista do pôrto do Recife, em 1637. Os biógrafos, que não lhe atribuem grande projeção, omitem inteiramente a viagem ao Brasil. Diante do documento há pouco assinalado em Genebra, não é lícito duvidar, creio, da sua participação na expedição.

O sexto pintor permanece ignorado. Não aceito a hipótese de que fôsse algum dos sábios que acompanharam Nassau, e sabiam igualmente desenhar, sobretudo o cartógrafo Vingbooms e o sábio Marcgrave. As crônicas e epístolas da época discriminam nitidamente os «pintores», que na Holanda de Nassau desempenhavam um papel de primeira ordem, filiados às célebres confrarias, ciosos das suas prerrogativas.

Os que sabidamente vieram ao Brasil, eram moços, porém revestidos de uma preparação sólida e brilhante. Não eram improvisados.

O maior destaque cabe a Frans Post e a Alberto Eckhout. O primeiro deixou inumeráveis paisagens do nordeste, as primeiras feitas no próprio Pernambuco e em toda a América. O segundo pintou retratos de todas as raças constitutivas da população, tendo a sua obra sido presenteada por Nassau ao rei da Dinamarca, onde ocupa lugar impar nas coleções etnográficas de Copenhagen.

Frans se tornou mais popular, mais conhecido, dado o caráter decorativo e exótico dos seus quadros, que existem na Holanda e em todos os países da Europa, em museus e galerias particulares. Alguns foram adquiridos nos Estados Unidos e um grande número, que se amplia constantemente, veio para o Brasil, procurado com empenho pelos brasileiros.

Seguindo o ditame da pintura holandesa que, em vez de ser devota e aplicar-se aos motivos consagrados pelas outras grandes escolas, se limitou a perpetrar, com uma fagulha de gênio, o retrato da própria Holanda, na natureza, no homem, nas peculiaridades do seu viver popular — Frans Post, integrado no meio brasileiro, dedicou-se, por assim dizer, a traçar o retrato do Brasil. De volta aos lares, até o fim da longa vida, prosseguiu nesse empenho, que tanto nos comove, e deixou mais de uma centena de quadros representativos da nossa terra.

Sua situação na plêiade extraordinária da escola holandesa não o coloca ao nível dos maiores mestres, num país e numa época em que avulta um Ruisdael, o maior paisagista de todos os tempos.

Está, porém, em boa companhia, ao lado de mestres menores, valorizando-se, para nós, pelo exclusivismo dos seus temas, interpretados com dignidade, com perfeita técnica, com recursos seguros, com uma visão poética e sentida do cenário pernambucano.

Para finalizar este resumo, recapitularei e sintetizarei em notas finais o sentido artístico da sua obra, numa tentativa de interpretação e análise.

INTERPRETAÇÃO

Rio, 1955

Enquanto Alberto Eckhout, de volta à Europa, se desorientou como intérprete fiel de temas brasileiros, chegando ao extremo de pintar na Saxônia uma pretinha com trajes de côrte (Charlottenburgo, Berlim), Frans Post, ao invés disso, se singularizou cada vez mais, até o fim da vida, como paisagista exclusivo e verídico da nossa terra.

A sua imaginação, a sua fantasia, se contentavam com a variação inexaurível dos mesmos motivos, dentro de um critério de ordem e honestidade que lhe não permitia falsear as imagens recolhidas diretamente em Pernambuco durante o octênio de Nassau.

Nunca mais se interessou pela paisagem do bêrço e só em casos efêmeros, como quando esteve em Paris e em Londres, em 1660, foi compelido a pintar imagens européias. Fora dessas brevíssimas e inexpressivas exceções, prosseguiu, durante trinta e seis anos, na interpretação do Brasil, segundo a memória visual e a copiosa documentação de esboços e cartões que desde 1645 lhe serviram para as ilustrações de Barleu.

Não se preocupou em fazer concorrência aos grandes mestres que o cercavam, numa auréola de celebridade, limitando-se a repetir até a saciedade os mesmos aspectos, em combinações harmoniosas e variegadas, embora sempre com idêntico fundo de inspiração, e o culto da verdade dentro do exotismo de que só ele era juiz.

Que importa que em suas paisagens brasileiras não se registre aquêlê sentimento que transfigura e dramatiza a natureza, enxergado por Fromentin em uma água forte de Rembrandt (*Três árvores*, ou *Ponte de Six*, ou *Vista de Amsterdam*), ou em um farrapo de horizonte de Paulo Potter ao cobrir de um docel idílico os bovídeos pensativos do primeiro plano, ou numa celagem majestosa de Ruisdael rolando nuvens caliginosas sôbre a planície engalanada com os mimos da vida holandesa, os longes diluídos em uma transparência de névoa?

Frans, que viu de perto a aparição dessa obras primas, apenas não descuidou a fórmula sumária nelas aprendida, que poderia adaptar à visão crua dos seus primeiros quadros brasileiros.

No repertório com que desejava encantar o espectador neerlandês, tudo era diverso, tudo novo, nada de comum com a natureza que o cercava.

Na floresta ia arrumando nas grandes árvores e naquelas heli-cônias e musáceas de inesperado contorno, as folhas uma por uma, bem recortadas, sólidamente desenhadas, para que se lhes admirasse a forma e o viço. E que árvores, que não tinham rival, pelo efeito decorativo, nas do velho mundo — palmeiras, coqueiros, mamoeiros, acácias, paineiras, bananeiras, ingás, e mais cactos, cipós, caraguatás, num emaranhado de plantas imprevistas. (O holandês adora as plantas e flôres e cactos exóticos, que cultiva nos hibernáculos, nas varandas e balcões envidraçados, introduzindo na Europa raridades da Índia, da América, da Oceania.

A floresta holandesa poderia encerrar mais magia nos seus verdes insondáveis, nas águas dormentes à sombra das faias, nas neblinas pairando numa meia luz ambígua e solene. Outro era o sortilégio na floresta brasileira inundada de sol e tão numerosa e variada nas suas espécies que o pintor imigrado nem quis devasá-la nas profundezas, contentando-se com nesgas de arvoredo, ou árvores isoladas, ou moitas discretas, em ângulos do primeiro plano.

Com a sua técnica do pormenor, com o seu desenho escrupuloso na minúcia, nem poderia abordar o complexo da mata virgem. Seria um suplicio para o seu pincel exaustivo, que impressionou Humboldt justamente pela riqueza dos detalhes.

Em seguida, os aspectos da vida se diferenciavam no meio americano, com colonos europeus, índios, negros e mestiços de tôdas as castas, e a arquitetura desde o casebre de taipa e sapê até os sobradões de alvenaria e telheiro, dos mocambos às casas grandes, das igrejas às capelas barrocas, e a vida rural em torno dos banguês, das moendas, dos carros de bois, dos alpendres. Alucinante. E os bichos, cuja originalidade entretinha Frans como um brinquedo infantil, compoendo-lhes fábulas no *repoussoir* dos quadros, cobras engulindo gambás, lagartos na tocaia, simpáticos tatus e tamanduás, e passarinhos maravilhosos de côr e graça, cardiais, xexéus, e insetos enormes, gafanhotos, borboletas.

Tudo isso Frans pintou como tirando maravilhas de uma caixa de surpresas.

Tudo servia para deslumbrar, para dar a nota diferente, para boquiabrir os patrícios. Nesse empenho, nessa obsessão, prejudicou,

sem dúvida, a transfiguração do conjunto, perdido no capricho do detalhe. Aí se estancou a sua faculdade criadora. Não logrou, por isso, atingir as altitudes de um Rembrandt, de um Ruisdael, de um Potter.

O sentimento do espaço, a preponderância do céu, que constitui às vezes a metade de um quadro, ofereciam aos paisagistas da Holanda a força da inspiração. Nos primeiros quadros de Frans não se observam êsses fatores, com o relêvo desejado, que aos poucos, de volta à Haarlem, iria grangeando. A liberação da atmosfera, a sensação do ar livre, a forma mais concisa, a densidade mais profunda, só com as lições posteriores poderia desenvolver. Ganha no rigor das perspectivas aéreas, na relação da côr e dos valores com o plano ocupado pelo objeto.

A luz, base e confidência da paisagem, revela, nas primeiras pinturas, o choque brusco ocorrido entre o artista e o meio americano. Outra luz, outra claridade, desnordeando a interpretação acadêmica daquele mundo inédito. Luz crua, luz áspera, luz selvagem, como chegou a escrever Descamps. O céu, na intensidade do clarão solar, não era o dos polders do Zuiderzê ou das dunas da Zelândia, com as súbitas e espetaculares transmutações, raios pálidos ou estardalhaçantes atravessando nuvens tumultuosas e galoparem sôbre as planícies infinitas. O céu aqui desafiava a sua sensibilidade e o seu amor à minúcia na vastidão do panorama. Servindo também para medir e acentuar os valores essenciais no terreno — aéreo, impalpável, incolor, à força de ser luminoso. Em Pernambuco não lhe era lícito pintar céus dourados, como os de Cuyp, prateados como os de Salomão Ruisdael, cinzentos como os de Wynant.

Mas, desde os primeiros quadros, não se pode negar que Frans se serviu desse elemento fundamental, pondo, sôbre a visão pernambucana, o espaço inundado de intenso fulgor. Nisso, não discrepou do ensinamento dos mais antigos mestres de Haarlem. Vroom e Isaías Van der Velde, para os quais a paisagem se condensava na oposição paralela da terra verde e do céu amplo. Com a plenitude do sol brasileiro, não era dado a Frans manter nas distâncias a precisão de desenho dos objetos sem prejudicar a perspectiva. De retôrno a Haarlem, «corrigiu» tal deficiência dos primeiros quadros de Pernambuco. E ainda fixando os dias de mormaço, de reverbero solar, aplicou a receita da degradação harmoniosa de tons que afinal se esbatem na vaga indecisão dos longes.

De sorte que, em resumo, se por um lado se submeteu à escola em Haarlem, evoluindo para um aperfeiçoamento «europeu», por

outro lado, cioso da sua prerrogativa de intérprete exclusivo da paisagem brasileira, esmerou-se na acentuação da nota exótica, enriquecendo os elementos do primeiro plano, plantas, animais, indígenas, e concentrando a luz no fundo da perspectiva.

O sentimento apurado do pormenor, a boa perspectiva, a sábia distinção de planos, ganharam na segunda fase da obra de Post.

Acentuou o tom azulino, que é bem holandês e bem da época. Os quadros de Potter, bordados a agulha, no dizer de Fromentin, emergiam de meias tintas glaucas. O céu e a natureza, nas composições finais de Frans, exageram, talvez, êsse quase daltonismo. Há, porém, a considerar, o fenómeno a que já me referi, da degeneração do pigmento da pintura, em que os verdes se convertem em azuis — a conhecida «doença do azul». A química das tintas deixava a desejar, apesar do cuidado profissional do artista, naquelas táboas de carvalho em que fixou tôdas as suas obras, após o regresso à pátria. Seguindo a regra da escola, applicava uma camada de bitume preliminar na madeira, nem sempre branca, por isso sujeita a ficar opaca com o tempo.

O toque de Frans era delicado, de acôrdo com as exigências do temperamento, amigo de descer conscienciosamente à particularidade. Está bem nas cordas dos contemporâneos Koninck e Haagen, que, sem saírem da Holanda, pintaram, dentro de um esquema aproximado, planícies verdes e ondulações de terreno encrespadas de moitas, sob céus dominadores.

Salomão Ruisdael, mais velho e mais conceituado, em plena eclosão do gênio paisagístico que iria culminar no sobrinho Jacob, todos em Haarlem, proporcionava a Frans a expressão mais inspirada e perfeita da paisagem na escola holandesa.

Não discrepou êle de tal ensinamento. O tipo, o esquema das suas composições brasileiras se subordina, *mutatis mutandis*, ao mesmo molde. Isso pode ser observado comparativamente.

O lugar de Frans na escola holandesa se situa assim abaixo dos Ruisdael, que possuíam a centêlha do gênio, mas acima dos citados Koninck e Haagen, com o relêvo, ademais, da originalidade dos motivos brasileiros.

CATÁLOGO CRÍTICO DAS OBRAS DE FRANS POST

Nascido e falecido em Haarlem, na Holanda (1612-1680), Frans Janszoon Post foi precoce, com outros artistas do século XVII. Não se conhecem os seus mestres, embora o seu estilo possa ser aproximado do de coetâneos haarlemenses, como Felipe de Koninck, não longe do ensinamento, igualmente presente no mesmo lugar, dos dois Ruisdael, tio e sobrinho, paisagistas aureolados pela celebridade. Frans começou a pintar muito moço, tendo trabalhado na sua própria cidade, até partir para o Brasil com o príncipe João Maurício de Nassau, em 1636. Dêsse ano, até 1644, fase decisiva da sua formação, revelou-se como paisagista brasileiro, sendo conhecidos alguns quadros característicos da transformação da sua paleta em face da nossa natureza. É o mais antigo intérprete da paisagem americana. Só o iluminado e megalomaniaco Nassau poderia ter a idéia de cercar-se de artistas na América colonial. Frans, de regresso à Holanda, continuou até a morte a fazer o retrato do Brasil, tendo como base a recordação visual e os cartões que levou para ilustração do livro de Barleu. Poucos são os seus quadros ou desenhos que não tenham por tema o Brasil. Neste catálogo procurei arrolar todos, inclusive os de duvidosa atribuição. Primeiro ensaio dêste gênero sobre a obra completa do pintor durante tanto tempo esquecido, requer evidentemente cuidadosa revisão e ampliação, que tentarei talvez algum dia, se os colecionadores e museus quiserem ajudar-me. Muitos quadros de «destino ignorado», assinalados na Holanda, Alemanha, França, Inglaterra, Áustria, terão passado a novos proprietários, exigindo correção e esclarecimento nas respectivas notícias. Nesse sentido agradeceria quaisquer contribuições contendo novos dados e informações exatas, para consignar em futura edição (Rua Gago Coutinho, 66, ap. 202). Por ora, sou forçado a contentar-me aqui com a reprodução das notas lacunosas do meu fichário particular.

1 *Homem negro a cavalo*

Quadro a óleo, pintado na Holanda. Um prêto montado num cavalo baio, revestido de paramentos guerreiros, com lança, aljava e setas. O cenário, imprecisamente esboçado, indica o norte da

África, com uma tamareira e o perfil de um obelisco. Tudo inculca tratar-se de uma das primeiras pinturas de Frans Post, não só a data, mas o artificialismo do tema, a carência da denominada «luz do oriente», a insegurança do pincel, evidenciando, aliás, uma vocação decidida. O quadro mereceria comparado com os mais antigos atribuídos a Frans, *Combates de cavalaria*, que se acham em Viena (galeria Schönborn) e em Colônia (galeria Wallraff-Richartz). Pelo colorido, pelo toque, não destoia das produções posteriores do çintor. Tela. Dim.: 30,3 × 43,7 cm. Assinado e datado à esquerda, na base da palmeira: F. Post, 1627. Moldura da época, de madeira esculpida de fôlhas de acanto. Procedência: Praga (antiquário Antoine-Schultz); da coleção dos Condes Mermsdorf, do castelo de Boskowitz, na Morávia (Tchecoslováquia); recebido da Holanda, no século XVII. Bibliografia: nenhuma referência existe em qualquer dos léxicos biográficos que tratam de Frans Post: Houbraken, Weyerman, Immerzel, Kraam, Nagler, Willigen, Kellen, Hoet, Terwesten, Wurzbach, Souto-Maior, Sousa Leão. Ver neste livro e capítulo os *Cavaleiros negros*.

Coleção Argeu Guimarães, Rio de Janeiro.

2 *Mulher negra a cavalo*

Quadro a óleo, pintado na Holanda. Faz *pendant* com o anterior, representando uma mulher negra também com paramentos guerreiros. Embora evidente a correlação dos dois quadros, êste, sem assinatura, dir-se-ia inacabado, nas particularidades que o caracterizam, idênticas às do outro. Tela, 30,3 x 7 cm. Sem assinatura. Moldura idêntica. Procedência: a mesma. Ref.: ver o capítulo sôbre os *Cavaleiros negros*.

Coleção Argeu Guimarães, Rio de Janeiro

3 *Escaramuça*

Pequeno quadro a óleo. Também denominado *Combate de cavalaria*, no cat. da galeria Schönborn, de Viena. Gênero que Frans Post não continuou a explorar, poderia ser aproximado, nesta composição, de algum quadro semelhante de Isaías Van der Velde. Assinado: F. Post. Procedência: Tendo figurado na coleção da galeria Schönborn (Viena), desapareceu durante a ocupação da Áustria pelos alemães (1938). O cat. da Exp. Frans Post, do Rio (1942), informa que foi vendido. Bibl.: Frimmel, Bode, Perger, Wussin, Schendel, cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942). Ver os capítulos *Itamaracá* e os *Cavaleiros africanos*, neste livro.

Destino ignorado.

4 e 5 Combates de cavalaria

Dois pequenos quadros a óleo. Considerado embora da autoria de Frans Post, êste par de quadrinhos, de que não possui a fotografia, foi ultimamente atribuído a Pieter Post, o irmão arquiteto, que nos seus começos também pintou cenas equestres. A nova atribuição é duvidosa, pôsto que figurara sempre com o nome de Frans, pela assinatura, nos catálogos. Assinados: F. Post. Bibl.: os catálogos da aludida galeria. Procedência Colônia, adquiridos para a galeria Wallraff-Richartz.

Galeria Wallraff-Richartz, Colônia.

6 Paisagem holandesa.

Quadro a óleo. A atribuição a Frans foi recentemente considerada infundada em face da retificação das iniciais da assinatura, que de fato revelaram ser «P. J. Post». Importa assinalar a tendência em Haia para discutir a autoria de alguns dos primeiros trabalhos de Frans, nem sempre com fundamento. Neste caso parece comprovado que o autor foi Pieter Post. Antes, ninguém pusera em dúvida que o quadro fôsse das iniciais de Frans. Madeira, 44 x 61,5 cm. Assinado e datado: F. Post, 1631. Exposto: Exp. Frans Post, Haia, 1953. Bibl.: *Maurits de Braziliaan*, cat. da Exp. Post em Haia (1953).

Coleção Frits Lugt, Haia.

7 Paisagem rural holandesa

Quadro a óleo. Representa uma cena com os lavradores nas dunas perto de Haarlem. Assinado e indiscutido como de Frans Post, passou recentemente a ser atribuído ao irmão Pieter, retificação que, salvo melhor juízo, parece-me duvidosa. Madeira, 53 x 79 cm. Assinado e datado: F. Post, 1633. Procedência: coleção Lombard, Colônia, 1866 (n. 28) e galeria C. Benedict, Paris (1938). Exposto no Museu Boymans, Rotterdam (1938-1939); Exp. Frans Post, Haia, 1953. Bibl.: Blok, Sousa Leão (com fotografia), Cat. *Maurits de Braziliaan*.

Coleção Willem Martin, Haia.

8 Itamaracá

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Datado de março de 1637, é o mais antigo dos quadros conhecidos de Frans Post pintados no Brasil. O título em holandês é *Vista da ilha de Itamaracá — Gezicht op het eiland Tamaraca*. Mostra os caracteres mais diretos

da primeira fase do estilo do pintor. Serviu de modelo para a gravura n.º 18 do livro de Barleu, com alteração das personagens, tendo Frans retirado do primeiro plano os homens a cavalo que aparecem na pintura. Na parte posterior da moldura está colado um papel com a descrição da cena. Pincel duro e sêco, no frasear de Combe. Não há gradações até o fundo do horizonte, a luz acusando os pormenores essenciais. Composição de uma simplicidade magnífica, de efeito impressionante. Tela, 63,5 x 89,5. Assinado e datado em baixo à esquerda: F. Post, III 1637. Procedência: adquirido pelo museu de Amsterdam em 1879, em Paris, presume-se fundadamente que fez parte da coleção doada por Nassau a Luiz XIV em 1678. Exposto em Haia, 1953. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior, Cat. do *Rijksmuseum* (n. 1904) — Combe, R. Smith, Gelder, Sousa Leão (repr. fotográfica), cat. *Maurits de Braziliaan*. (tricromia) Ref.: Capítulos *Itamaracá e Coleção de Luís XIV*.

Museu do Estado (Rijksmuseum), Amsterdam.

9 Mauriciópolis & Recife

Desenho a crayon. É dos poucos, e mais expressivos, desenhos de Frans feitos no Brasil. O Catálogo da Exposição Frans Post em Haia (1953) o reproduz. Serviu de base para a estampa n.º 35, grav. por Brosterhuisen no liv. de Barleu. Dim.: 170 × 285 mm. Assinado e datado: F. Post, 1637. Procedência: coleção do Conde de Sternberg; Manderscheid, 1845. Exposto na Exp. Frans Post, Haia, 1953. Bibl. Sousa Leão e cat. *Maurits de Braziliaan*.

Coleção Sousa Leão, Rio de Janeiro.

10 Vista de Dieren

Quadro a óleo. Representa uma estação de inverno na Holanda. Toque simples, despreocupação dos pormenores, figuras mal definidas recortadas contra a luz, céu sem história, carência de atmosfera. A atribuição é baseada obviamente na assinatura, como ensaio de principiante. O que não se explica é a coincidência da data com a viagem ao Brasil. Tela, Assinado e datado: F. Post, 1637. Procedência: do negociante de arte Katz, Haia (cat. 1940), segundo informação e fotografia do Bureau de História da arte, Haia (neg. 12.942).

Galeria Katz, Haia.

11 Carro de bois

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Catalogado igualmente sob os títulos de *Serinhaém* e *Engenho à margem do rio*. A composi-

ção, em que o carro de bois com dois pretos de saio, perto do espectador, forma o centro, representa a lhanura alterosa, com o engenho à margem oposta do rio fluindo entre as ligeiras encrespações do terreno. À esquerda, no primeiro plano, uma grande acácia e um coqueiro dão a nota mais exótica, pelo luxo das parasitas e cipós pendurados dos galhos graciosamente. Essas árvores, que embasbacaram Combe, revelam em Frans o poeta da nossa natureza, que sabia ver os mais delicados mimos da flora. Constituem um dos fragmentos mais decorativos da sua obra. O pintor não as reproduziu infelizmente na estampa do livro de Barleu consagrada a Serinhaém — a de n.º 12. Tela: Dim.: 61 × 88 cm. Assinado e datado: F. Post, 15-8-1638. Procedência: é dos poucos remanescentes da coleção oferecida por Nassau a Luís XIV em 1678. Exposto na Exp. colonial de Marselha (1922), no Museu de História Naval de Amsterdam (1937), na Exp. de paisagistas holandeses em Paris (1951), e na Exp. Frans Post, em Haia (1953), Bibl.: Souto-Maior, Combe (com fot.), Destrem, R. Smith, Thomsen, Gerson, Schendel, Sousa Leão (com fot.) e cat. *Maurits de Braziliaan*. V. neste livro os caps. *Itamaracá e Coleção de Luís XIV*.

Museu da Marinha (Louvre), Paris.

12 *Rio São Francisco*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Denominado também *Forte Mauricio*, representa o estuário do grande rio em frente a Penedo. O museu das colônias, na França, anexou-o sob o falso título de *Vista do Senegal*. A composição se amplifica pelo espaço reservado à água e ao céu, numa combinação feliz que destaca as ribanceiras em frente ao vasto caudal. O xiquexique à esquerda do primeiro plano, sem outros pormenores vegetais, e a capivara meio assustada à beira d'água, dão, com a nota exótica, o ponto de referência para as distâncias, na amplitude do panorama. Dêste quadro foi extraída a estampa n.º 17 do livro de Barleu, gravada por Brosterhuisen, aparecendo, porém, em vez de capivara, os soldados em fuga pelo rio. Os primeiros quadros de Frans foram quase todos convertidos em imagens de Epinal para os fins grandiloquentes de Barleu. Tela. Dim.: 60 × 88 cm. Assinado e datado F. Post, 1638. Procedência: Fêz parte da col. de Luís XIV, de 1678, tendo permanecido algum tempo nos castelos de Meudon e Chaville. Exposto na Haia, Exp. Frans Post, em 1953. Bibl.: Destrem, Souto-Maior, Combe, Schendel, R. Smith, Thomsen, Gelder, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. nos caps. *Itamaracá, Estuário do São Francisco e Coleção de Luís XIV*.

Museu da França de Ultramar, Vincennes.

13 *Engenho Maratapasipe no Brasil*

Desenho em «aguada». Adaptação textual do título em holandês: *Inghenio Maratapasipe in Brazil*. Trata-se de um desenho colorido com tintas transparentes, vendido no leilão das coleções de Eduardo Prado, *apud* Souto-Maior. Assinado e datado: F. Post, 1638. Procedência: da coleção Eduardo Prado, n.º 196, desconhecidos outros antecedentes. Bibl.: Souto-Maior.

Destino ignorado.

14 *Pôrto Calvo*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Visão panorâmica, extensa e nítida, presta o depoimento autêntico do *d'après nature*. Sente-se isso na ausência de fantasia dos pormenores, preferidos pela historieta da sesta à sombra de frondosa figueira, à esquerda: episódio que recorda Brueghel a Combe. Serviu de modelo à estampa n.º 8 do livro de Barleu, gravada por Brosterhuisen, sobre o *Cêrco e tomada de Pôrto Calvo*. Frans «militarizou» as suas pacíficas paisagens, para exaltação do chefe e herói. Na gravura desapareceram também as pretas de camisolão branco, e os pretos de calção ou saio, que figuram neste quadro. A assinatura com a tradução do nome do pintor em português é um atestado do seu bom humor, e não, como supõe Combe, uma fantasia de restaurador. O quadro está muito obscurecido por sucessivas camadas de verniz. Não foi devidamente tratado. Tela. Dim.: 61 × 88 cm. Assinado e datado: F. Correio, 1639. Procedência: a coleção oferecida a Luís XIV em 1678, em cujo inventário corresponde à descrição da letra F. Exposto na Exp. colonial de Marselha (1922), na Exp. do Museu de História Naval de Amsterdam (1937) e na Exp. Frans Post, da Haia (1953). Bibl.: Souto-Maior, Destrem, Combe, Schendel, R. Smith, Thomsen, Sousa Leão (com repr. fot.), cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu da Marinha (Louvre), Paris.

15 *Forte dos Reis Magos*

Quadro a óleo, pintado no Brasil ou *Forte de Mathias van Ceulen*, na foz do Rio Grande. No quadro não aparecem os oficiais holandeses enxertados na gravura n.º 30 do livro de Barleu, que aproveita o mesmo cenário. Dá a sugestiva atmosfera da beira mar, sem vegetação, avultando na praia o bôjo sobranceiro da fortaleza. No primeiro plano os índios nus evocam o amanhecer do Brasil. É outra paisagem em que predomina o céu sobre a esteira líquida, bem holandês, bem da escola, na concepção simples e ampla. Para melhor caracterizar o quadro, Frans assinalou o dia em que o concluiu, 28 de agosto. Tela. Dim.: 60 × 86 cm. Assinado e datado:

F. Post, 28-8-1639. Procedência: da coleção de Luís XIV. Exposto na Exp. colonial de Marselha (1922) e na Exp. Frans Post, da Haia (1953). Bibl.: Souto-Maior, Destrem, Combe, Schendel, R. Smith, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. *Maurits de Braziliaan*, Ref. Caps. *Itamaracá e Coleção de Luís XIV*.

Museu da França de ultramar, Vincennes.

16 *Ruínas em Olinda*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Este quadro que, durante anos, figurou como peça de realce da coleção da Viscondessa de Cavalcanti, em Paris, onde o examinou em 1911 Souto-Maior, passou por doação ao Instituto Histórico em 1920. O tema foi dos mais freqüentemente ilustrados por Frans, desde o Brasil, desde as estampas para o livro de Barleu (ns. 10 e 35-II), até os quadros conservados no museu do Estado, em Amsterdam, na Pinacoteca do Rio, na coleção Júlio Monteiro, do Rio. Souto-Maior assinalou em Paris, na sua pesquisa, outra *Vista de Olinda*, que não sei se será a mesma, mas que registro a seguir, dada a diferença das medidas. Idêntica observação sobre o quadro do castelo Honsholdedijk, também registrado à parte. O Cat. de Frederico Müller, de 1893, contém uma descrição minuciosa. Tela. Dim.: 85 × 1,13. Assinado e datado: F. Post, 1640. Procedência: admite-se que provenha da Coleção de Luís XIV. Não é inverossimil que tivesse sido adquirido nos leilões de F. Müller, em Amsterdam, 1897. Exposto na Exp. Frans Post, no Rio (1942). Bibl.: Souto-Maior, Fleiuss, Fred. Müller, Cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942), Sousa Leão (repr. a fot.). Ref. no cap. deste livro: *a Pintura holandesa no Brasil*.

Instituto Histórico, Rio de Janeiro.

17 *Olinda*

Quadro a óleo; supõe-se pintado no Brasil. Souto-Maior alude a outra vista de Olinda encontrada em Paris, de dimensões maiores que as do quadro da Viscondessa de Cavalcanti. Nada mais acrescenta para orientar a pesquisa. Tela. Dim.: 1,25 × 1,46 cm. Assinado sem data.

Destino ignorado.

18 *Olinda*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Poderia ainda ser o mesmo, o que Sousa Leão achou mencionado no catálogo do castelo de Honsholredijk, na Holanda, sob o n.º 219 (1764). Tem a seguinte descrição: «Cidade das Índias ocidentais sobre uma montanha,

pintada *do natural* por Frans Post». Foi, portanto, pintado no Brasil, como o da Viscondessa de Cavalcanti, antes de 1644.

Destino ignorado.

19 *Forte das cinco pontas.*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Melhor se caracteriza com o título de «Os mangues da ilha de Antônio Vaz antes da construção de Mauriciópolis». Em holandês é o *Forte Frederik Hendrik*. Na grande horizontalidade, avulta, ao gosto dos paisagistas neerlandeses, o espaço reservado ao céu. No primeiro plano se destacam uma mameluca, um negro e um português de costas, cujas figuras se refletem na água. Reproduz com exatidão a planta n.º 33 do livro de Barleu. Tela. Dim.: 60 x 88 cm. Assinado e datado numa pedra do primeiro plano: F. Post, 1640. Procedência: adquirido em Paris, o que faz supor que tivesse pertencido à col. de Luís XIV, figurou também posteriormente nas coleções Bakus, de São Francisco, e Carl Freund, de Nova Iorque. Exposto na Exp. Frans Post do Rio (1942) e na Exp. Frans Post da Haia (1953). Bibl.: Schendel, R. Smith, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. da Exp. F. Post do Rio e da Exp. F. Post da Haia. *A Ilustração brasileira* reproduziu a fotografia, dando ao quadro o título de: *As Fortificações do Recife*. Ver neste livro o cap. *Itamaracá*.

Coleção Sousa Leão, Rio de Janeiro.

20 *Povoado de Ipojuca*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. O grande coqueiro, à direita, domina o céu e a vista humilde de Ipojuca, com casas, tugúrios, mangues e o fundo pouco definido até a linha do horizonte. Os pretos se chegam ao espectador no primeiro plano. Tela. Dim.: 45 x 60 cm. Assinado e datado, F. Post, 1640. Exposto na Exp. F. Post, Rio, 1942. Procedência: foi propriedade de Alfredo de Carvalho, depois de Silvio de Guimarães-Cravo. Bibl.: Souto-Maior, Sousa Leão (repr. a fot.).

Biblioteca Municipal, São Paulo.

21 *O palácio do Príncipe Maurício no Brasil*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Vasta composição, feita *in loco*, segundo informa o cat. do leilão de arte de Sebastião Heemskerke, em Amsterdam, no qual foi vendido a 31 de março de 1749 por 8 florins, quantia hoje exígua, mas que seria considerável no tempo. O quadro, referido em vários léxicos biográficos, corresponde, portanto, à fase brasileira, anterior a 1644. No cat. aludido figura o esclarecimento: «pormenorizada representação do natural».

Souto Maior supôs a obra perdida no «incêndio» de Heemskerke, mercê de uma tradução canhestra. O fato é que se ignora o seu paradeiro. Assinado: F. Post. Bibl.: Willinger, Wurzbach, Souto-Maior. Ref. no cap. dêste livro sôbre a *Confraria de São Lucas*.

Destino ignorado.

22 *Cidade brasileira*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. No catálogo dos quadros do castelo de Honsholredijk, de 1764, figura sob o n.º 6 a indicação seguinte: «Vista de uma cidade das Índias ocidentais pintada do natural por Frans Post». A referência é de Sousa Leão. Não esquecer que o castelo é uma das obras arquitetônicas de Pieter Post, mencionadas por Blok. O quadro deve ser dos primeiros levados do Brasil pelo pintor, anterior, portanto, a 1644. Bibl.: Blok, Sousa Leão.

Destino ignorado.

23 *O mar visto de terra*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. A referência é da mesma fonte do anterior, isto é, o catálogo do castelo de Honsholredijk, de 1764, com a seguinte indicação sob n.º 238: «O mar visto de terra nas Índias Ocidentais, por Jan Post». Trata-se, como esclarece Sousa Leão, do mesmo Frans, cujo nome completo era Frans Janzoon Post — Francisco filho de João Post. À falta de menção precisa, pode-se assimilar à mesma época do anterior, como pintado no Brasil antes de 1644. Bibl.: Blok, Sousa Leão.

Destino ignorado.

24 *Vila Formosa de Serinhaém*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. O inventário do presente de Nassau a Luís XIV em 1678 descreve na letra II, como chama a atenção de Sousa Leão, o seguinte motivo: «Uma capela e uma residência de portugueses; um convento dos padres agostinhos e, mais em baixo, a aldeia onde moram os portugueses». Acrescenta, como em tôdas as descrições de quadro: «*Tout ce qu'on voit dans ce pays et qui a la couleur jaunâtre c'est de la canne dont on presse le sucre*». Pode-se identificar facilmente o tema, comparando-o, ainda, com a estampa n.º 12 do livro de Barleu, gravada por Brosterhuisen, relativa a Serinhaém. Impõe-se igualmente a dedução de que a obra, embora não datada, deve ser anterior a 1644. Tela. Dim.: 1,13 × 1,45 cm. Assinada no meio, em baixo: F.

Post. Procedência: da coleção de Luís XIV. Bibl.: Destrem, Sousa Leão (repr. a fot.). Consultar o capítulo deste livro sobre a *Coleção de Luís XIV*.

Museu do Louvre, Paris.

25 *Paraíba*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Como no caso anterior, pode ser confrontado com a letra EE do inventário de Nassau, mostrando, ainda, o rigor topográfico conservado pelo pintor na estampa n.º 27 do livro de Barleu, gravada também por Brosterhuisen. Ao longe se estende o perfil da cidade. O quadro está bastante escurecido pela falta de limpeza, apesar de que o conservador Germain Bazin o fez colocar no seu gabinete. René Huyghe o supôs perdido nos dias agitados da liberação de Paris, em 1944, informação inexata que Sousa Leão pôde felizmente retificar. Sem data, é razoável atribuí-lo à fase anterior a 1644. Tela. Dim.: $1,04 \times 1,30$ cm. Assinado F. Post. Procedência: da coleção de Luís XIV. Exposto: na Exp. Frans Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Destrem, Sousa Leão (repr. a fot.). V. o cap. *Coleção de Luís XIV*.

Palácio do Quai d'Orsay, Paris.

26 *Séquito de um senhor de engenho*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Como nos anteriores, deve ser confrontado com a descrição da letra BB do inventário Nassoviano: «ao alto do morro, a capela do povoado que se vê ao lado. Convento dos capuchinhos da ordem de São Francisco. Casa de um português nobre». O quadro mostra, de fato, à direita o convento franciscano de Igarau e à esquerda a igreja de São Cosme e Damião. Salvo, como o anterior, dos azares da liberação de Paris, passou a figurar no gabinete de Germain Bazin. Sem data expressa, compreende-se na fase brasileira do pintor, antes de 1644. Tela.: Dim.: $1,00 \times 1,35$ cm. Assinado à esquerda: F. Post. Procedência: da coleção de Luís XIV. Exposto: na Exp. Frans Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Destrem, Sousa Leão, cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. cap. *Coleção de Luís XIV*.

Palácio do Quai d'Orsay, Paris.

27 *Paisagem do engenho*

Quadro a óleo, pintado no Brasil. Mais um caso a conferir com o inventário de Nassau, na letra AA: «Moínho de açúcar movido por um arroio; no alto do morro a capela, mais abaixo a

casa do Senhor. Em baixo, a casa do português plantador de cana de açúcar. Atrás do rio, no alto do morro, a residência de um dos principais portugueses, e a capela mais acima». Representa um cenário movimentado da indústria açucareira no nordeste. Pode ser confrontado com os quadros de idêntico tema de Schwerin, com o engenho e casa grande de galeria, e o do Mogúncia. O quadro, lamentavelmente descuidado, está em mau estado. Sem data, aproximo-o do período anterior a 1644, pelas razões já aduzidas. Tela. Dim.: 1,15 × 1,65. Sem assinatura. Procedência: da coleção de Luís XIV. Exposto na Exp. Frans Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Destrem, Sousa Leão, cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. cap. *Coleção de Luís XIV*.

Prefeitura de Air sur Adour, França.

28 *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo, pintado provavelmente no Brasil. Outra informação incompleta, mas que importa consignar, porque vem repetida nos principais léxicos biográficos na lista de obras conhecidas de Frans Post. À mingua de qualquer descrição, o título não pode ser alterado, nessa designação vaga de «paisagem brasileira», com que costumam batizar os quadros de Frans em todos os museus e coleções da Europa. A indicação de que foi pintado «do natural», autoriza a cronologia antes de 1644. Procedência: da coleção D. Gotthelf Mayer, em Viena. Bibl.: Houbraken, Frimmel, Wegerman, Kramm, Wurzbach, Souto-Maior.

Destino ignorado.

29 e 30 *Canaviais & restingas*

Pinturas a óleo em colaboração com Eckhout. Benisovich admite que nos grandes retratos de índios, negros e mestiços feitos por Alberto Eckhout no Brasil, alguns acessórios paisagísticos fôssem devidos ao pincel de Frans Post. É uma atribuição duvidosa, inteiramente conjectural. Registro-a sem qualquer elemento de convicção. Assim, no *Retrato de uma índia tupi*, distingue-se ao longe o canal e a casa de engenho. Em *Escrava de Pernambuco*, o fundo paisagístico é uma restinga, vendo-se pescadores com uma escada e uma rede de pesca e, em pleno mar, veleiros. A meu ver, não é fácil identificar a paleta de Frans seguindo os caracteres comuns a todas as pinturas feitas no Brasil. A data, de acordo com a assinatura de Eckhout, nome grafado com o monograma AE, é de 1641. Ref.: v. cap. *Destino dos quadros de Eckhout*.

Museu etnográfico, Copenhague.

31 *Ilustração para os mapas de Marcgrave*

Desenhos em aguada e tinta. Constituem verdadeiros quadros de costumes e cenas do viver pernambucano, compostos para acompanhar os mapas de Sergipe, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, no livro de Barleu, editado em Amsterdam em 1652 (v. bibl.). Os originais se acham no Museu Britânico num *in folio* de 56 pranchas, além de sete aquarelas com retratos de índios atribuídos a Eckhout e a Wagner. Frans compôs os desenhos ilustrativos dos mapas, que, embora não assinados, se identificam nitidamente com suas pinturas anteriores e posteriores. O mapa foi desenhado em 1643 por Marcgrave. Procedência: De uma coleção particular, passaram no século XVIII para o Museu Britânico (Biblioteca Sloniana). Bibl.: Wurzbach, Sousa Leão, etc.

Museu Britânico, Londres.

32 *Chegada da esquadra de Nassau a Pernambuco*

Desenho em aguada e tinta. É um dos trinta desenhos compostos por Frans para ilustrar o livro de Barleu, cujos originais se acham em Londres. Foi gravado por Salomão Saverz. Gravura panorâmica n.º 5. Mostra os navios da esquadra holandesa diante da ilha de Antônio Vaz. Assinado e datado: F. Post, 1645. Procedência: de uma coleção particular, como o anterior. Bibl.: Wurzbach, Kellen, Tiele, Naber, Sousa Leão.

Museu Britânico, Londres.

33 *Batalha de Pôrto Calvo.*

Desenho em aguada e tinta. Tema versado na pintura por Frans, transforma-se em estampa de Epinal, neste desenho, pela presença de soldados e o desenvolvimento da luta na planície. À direita um recanto paisagístico ou, melhor, botânico, com um coqueiro e outras árvores. A gravura sobre este desenho foi feita para o livro de Barleu por João van Brosterhuisen. Assinado e datado: F. Post, 1645. Procedência: de uma coleção particular, como as anteriores. Bibl.: Wurzbach, etc.

Museu Britânico, Londres.

34 *Cêrco e tomada de Pôrto Calvo*

Desenho em aguada e tinta. Reproduz o quadro do museu da Marinha, de Paris, sobre Pôrto Calvo, com o acréscimo das forças em luta. À esquerda uma frondosa figueira e na distância a cidade. Sobressaem os índios em refrega na planície alterosa, onde se distinguem o forte, a igreja, a casaria, Gravado por Brosterhuisen,

figura no livro de Barleu sob nº 8. Dim.: 290 × 435 mm. Assinado e datado nas raízes da figueira, à esquerda: F. Post, 1645. Procedência: de uma coleção particular, passou para o Museu Britânico, o original. Uma prova da gravura é conservada no *Rijksprentenmuseum*, de Amsterdam, e foi exposta na Exp. Frans Post, na Haia, em 1953. Bibl. Kellen, F. Muller, Wurzbach, Hollstein, cat. *Maurits de Braziliaan*, Molengraaf-Gerlings, Sousa Leão.

Museu Britânico, Londres.

35 Olinda

Desenho em aguada e tinta. O original está como os demais, no Museu Britânico (IV, fls. 26, 4) e foi gravado por Brosterhuisen para o livro de Barleu, no qual corresponde à estampa nº 10. O tema foi dos prediletos do pintor, que o interpretou do natural no Brasil, em quadros como os que estão para ver-se no Instituto Histórico do Rio, na coleção Júlio Monteiro, no Museu do Estado em Amsterdam, etc. O presente desenho deve ser confrontado com a descrição da letra FF do inventário dos quadros oferecidos a Luís XIV: «É a cidade de Olinda, com igrejas e claustros em ruínas num morro diante do mar; distingue-se ao longe o Recife, sede da regência, dos negócios de holandeses e judeus e armazens de açúcar, pôrto das grandes naus, assim como a residência do Príncipe Maurício de Nassau, governador do Brasil — a casa com duas tôrres brancas». Dim.: 290 × 435 mm. Assinado e datado num marco à beira da praia: F. Post, 1645. Procedência: Coleção particular. Desde o sec. XVIII o original está no Museu Britânico. Existe uma prova no *Rijksprentenkabinet* de Amsterdam, exibida na Exp. Frans Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Kellen, F. Muller, Wurzbach, Hollstein, Molengraaff-Gerlings, cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu Britânico, Londres.

36 Igaraçu

Desenho a lápis e tinta. Original no Museu Britânico, gravado por Brosterhuisen no livro de Barleu, estampa nº 11. Vista panorâmica, forneceu ao pintor o assunto para várias composições, que representam fragmentos do conjunto, tirados também da gravura sobre Olinda. Em outro parágrafo são citados alguns desses quadros — da coleção Argeu Guimarães, do museu de Breslau, etc. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado e datado; F. Post, 1645. Procedência: v. parágrafo anterior; Bibl.: Molengraaff-Gerlings e outros.

Museu Britânico, Londres.

37 *Forte da Mina*

Desenho a lápis e tinta. Representa o castelo de São Jorge da Mina, cujas muralhas perduram na Costa do Ouro, na África. Este desenho suscita, com os de São Tomé e de Loanda, a pergunta sobre a possível passagem de Frans pela África, nas viagens de ida ou volta do Brasil. A resposta deve ser afirmativa, tanto mais que a consciência do artista não lhe permitiria apor a assinatura ao que significasse uma simples descrição de outrem. Dim.: 33 × 51 cm. Assinado: F. Post. Procedência: a mesma. Bibl.: Molengraaff-Gerlings e outros.

Museu Britânico, Londres.

38 *Serinhaém*

Desenho a lápis e tinta. Daí foi tirada a estampa n.º 12 do Livro de Barleu, gravada por Brosterhuisen. Serviu também para modelo de outras composições. E a primeira interpretação do tema deve ser o quadro da coleção de Luís XIV, conservado no museu da Marinha, em Paris. Deve ser confrontado ainda com o quadro da coleção Sousa Leão. Dim.: 33 × 51 cm. Assinado e datado nas pedras da cascata, à esquerda: F. Post, 1645. Procedência: idêntica. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, etc.

Museu Britânico, Londres.

39 *Alagoas*

Desenho a lápis e tinta. Serviu para a estampa 15 do livro de Barleu (Brosterhuisen). Tema menos aproveitado em posteriores composições de Frans. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado e datado à esquerda, num tronco caído: F. Post, 1645. Procedência e bibliografia idênticas.

Museu Britânico, Londres.

40 *Forte Maurício à margem do São Francisco*

Desenho a lápis e tinta. Esta composição, correspondente à estampa n.º 17 do livro de Barleu, é inteiramente baseada no quadro já assinalado no Museu da França de Ultramar, em Vincennes, descritivo da foz do São Francisco. Remeto o leitor para o comentário respectivo. O desenho suprime a capivara que caracteriza o quadro, e acrescenta os soldados portugueses em fuga pelo rio. Gravado por Brosterhuisen. Dim.: 33 × 51 cm. Assinado, sem data, à esquerda: F. Post. Procedência: de coleção particular,

figura no Museu Britânico sob a classificação: IV, fls. 26, n.º 8. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, Sousa Leão, etc.

Museu Britânico, Londres.

41 Itamaracá

Desenho a lápis e tinta. Corresponde à estampa n.º 18 do livro de Barleu, gravura de Brosterhuisen. Baseado, embora, no quadro do mesmo título da coleção de Luís XIV, apresenta modificações sensíveis, assim o grupo com os portugueses a cavalo no primeiro plano, que Combe achou delicioso no seu primarismo, e que o artista retirou do desenho. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1645. Procedência: a mesma. Id. ib. a Bibl.

Museu Britânico, Londres.

42 Forte Nassau

Desenho a lápis e tinta. Frans nos conduz de novo à Costa do Ouro, na África. Estampa n.º 23 do livro de Barleu. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1645. Proc. e Bibl. idênticas.

Museu Britânico, Londres.

43 Ceará

Desenho a lápis e tinta. Foi gravado por Brosterhuisen para o livro de Barleu, estampa n.º 24. Dim. 290 × 435 mm. Assinado e datado, F. Post, 1645. Procedência: idêntica à dos anteriores. O *Rijksprentenmuseum* de Amsterdam possui uma prova da gravura, que foi exibida na Exp. F. Post na Haia em 1953. No Museu Britânico o original tem a seguinte classificação: IV, fls. 26, n.º 12. Bibl.: Kellen, Müller, Wurzbach, Hollstein, cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu Britânico, Londres.

44 Paraíba

Desenho a lápis e tinta. Bela vista panorâmica — o rio, a cidade, o convento de São Francisco, as fortificações à beira do Rio, um barco à vela, uma canoa, majestoso coqueiro à direita, vegetação copada da beira d'água. Mais sugestão, mais atmosfera. Foi gravada no livro de Barleu, estampa n.º 17, pelo próprio autor. Dim.: 33 × 51 cm. Sem assinatura, Proc. e Bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

45 *Ostium fluminis Paraybae*

Desenho a lápis e tinta. Outro belo exemplar: rio, restinga, à esquerda uma bananeira e outras plantas, o forte Margarida; à direita, pescadores com uma rêde; ao centro um grupo de colonos. Grav. por Brosterhuisen, estampa n.º 28 do liv. de Barleu. Dim.: 290 × 435 mm. Sem assinatura. Procedência: coleção particular. O *Rijksprentenkabinet* de Amsterdam possui uma prova da gravura, exibida na Exp. F. Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Kellen, Müller, Wurzbach, Hollstein, cat. *Mauritz de Braziliaan*.

Museu Britânico, Londres.

46 *Rio Grande*

Desenho a lápis e tinta. Baseado no quadro *Forte dos Reis Magos* que pertence ao museu da França de Ultramar em Vincennes (v. §). Serviu para a gravura da estampa n.º 30 do livro de Barleu. Neste desenho os tapuias se encontram com os oficiais holandeses que não aparecem no quadro aludido. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado, sem data: F. Post. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

47 *Bahia de Todos os Santos*

Desenho a lápis e tinta. Mostra a cidade do Salvador, os fortes, a ilha de Itaparica, etc., que Frans certamente viu, na infrutuosa expedição holandesa, pois datou e assinou. No livro de Barleu corresponde à estampa n.º 32. Dim.: 33 × 51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1645. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

48 *Forte do Príncipe Guilherme*

Desenho a lápis e tinta. Os coqueiros em tôrno do forte. Olinda mal se vê ao longe. Numa picada se observam várias figuras, três portugueses a cavalo, uma senhora conduzida em rêde, tema que Frans reproduziu em quadros posteriores. Corresponde à estampa n.º 34 do livro de Barleu. Dim.: 33 × 51 cm. Assinado, sem data: F. Post. Procedência: a mesma Bibl.: Bolengraaff-Gerlings, etc.

Museu Britânico, Londres.

49 *Mauriciópolis*

Desenho a lápis e tinta. É documento precioso sobre a presença dos holandeses em Pernambuco. As construções se alinham à beira-rio, permitindo observar a influência arquitetônica do

ocupante, cujos vestígios se perderam. Percebem-se até a Mauritsburg e o palácio das Tôrres à direita. Corresponde no livro de Barleu à estampa n.º 35¹. Dim.: 33 × 51. Assinado e datado: F. Post, 1645. Procedência: idêntica. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, etc.

Museu Britânico, Londres.

50 Recife & Olinda

Desenho a lápis e tinta. Corresponde no livro de Barleu à estampa 35². Tomado do mar o panorama revela igualmente a construção urbana, a cidade do Recife, os palácios, e Olinda na distância. Dim.: 50 × 35 cm. Sem assinatura. Procedência: idêntica. Bibl.: id. ib.

Museu Britânico, Londres.

51 Friburgo

Desenho a lápis e tinta. Outro documento valioso, pela visão do Beberibe com o palácio de Friburgo ou das Tôrres ao centro. Permite o reconhecimento minucioso da arquitetura. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado, sem data: F. Post. Procedência: idêntica. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, Sousa Leão, etc.

Museu Britânico, Londres.

52 Incêndio da cidade de Todos os Santos

Desenho a lápis e tinta. Correspondente à estampa no livro de Barleu n.º 36, mostra os navios holandeses bombardeando a cidade baixa. Mais uma prova de que Frans acompanhou a expedição. Dim.: 35 × 51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1645. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

53 Cabo de Santo Agostinho

Desenho a lápis e tinta. Reproduzido na estampa n.º 37 do livro de Barleu. Descreve o ataque a Pôrto Calvo. À direita, pescadores. Dim.: 33 × 51 cm. Sem data, assinado à esquerda num tronco caído entre árvores secas: F. Post. Procedência: idêntica. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, etc.

Museu Britânico, Londres.

54 *A esquadra de regresso à Holanda*

Desenho a lápis e tinta. Corresponde à estampa n.º 38 do livro de Barleu, gravada por Salomão Saverz. Dim.: 35×51 cm. Sem data, assinado: F. Post. Proc. e bibl. idênticas.

Museu Britânico, Londres.

55 *Boa Vista*

Desenho a lápis e tinta. Representa o segundo dos palácios de Nassau, distinguindo-se à esquerda o das Tôrres e outras construções. No livro de Barleu corresponde à estampa n.º 42, gravada por Brosterhuisen. Dim.: 33×51 . Sem data, assinado: F. Post. Proc.: idêntica. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, Sousa Leão, etc.

Museu Britânico, Londres.

56 a 59 *Batalha naval*

Quatro desenhos a lápis e tinta. Correspondem às estampas no livro de Barleu ns. 42 a 45, tôdas gravadas por Salomão Saverz. Quatro fases do mesmo recontro, a 12, 13, 14 e 17 de janeiro. Dim.: 33×51 cm. A primeira está assinada, sem data: F. Post. As demais são também datadas: F. Post, 1645. Proc. e Bibl.: idênticas às anteriores.

Museu Britânico, Londres.

60 *São Paulo de Loanda*

Desenho a lápis e tinta. No livro de Barleu corresponde à estampa 47¹. Como tôdas as vistas da África, esta de Angola é igualmente datada e assinada, como prova documental. Frans teria passado por lá em 1644 com Marcgrave. Dim.: 35×51 cm. Assinada e datada: F. Post, 1645. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

61 *Ilha de São Tomé*

Desenho a lápis e tinta. Escala normal das naus holandesas na rota para o Brasil, é seguro que Frans viu esta ilha e assim pôde compor o panorama tomado do mar. Além disso, Paulo Duarte acha que o pintor teria ido expressamente à África na Expedição do Almirante Cornelis Corneliszoon Jol. O presente desenho serviu para a estampa n.º 49 do livro de Barleu. Dim.: 33×51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1645. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

62 *Maranhão*

Desenho a lápis e tinta. Serviu para a estampa n.º 52 do livro de Barleu. Mostra São Luís sob os efeitos do bombardeio holandês. Dim.: 33 × 51. Assinado e datado: F. Post, 1645. Proc. e bibl.: idênticas.

Museu Britânico, Londres.

63 *Dillemburgo*

Desenho a lápis e tinta. O castelo de Dillemburg, em Siegen, foi o bêrço de João Maurício de Nassau em 17 de janeiro de 1604. O seu desenho mereceu, pois, especiais cuidados de Frans, que o traçou para a estampa n.º 55, na última do livro de Barleu. Dim.: 35 × 51 cm. Sem assinatura. Procedência: a mesma. Bibl.: Molengraaff-Gerlings, etc.

Museu Britânico, Londres.

64 *A cachoeira de Paulo Afonso*

Quadro a óleo, pintado na Holanda. É mencionado nos catálogos europeus sob o título genérico de *Catarata*. Sem os pormenores botânicos, nem as particularidades habituais de Frans, representa o despenhar tumultuoso das águas, vendo-se ao fundo o leito do São Francisco. É considerado uma tema único e incontrastável na escola holandesa, descrevendo, na sua rude grandiosidade, um cenário estranho à Europa. Frans viajou bastante com Nassau, no seus domínios, devendo ter conhecido a cachoeira. Sousa Leão supõe, entretanto, que a paisagem foi pintada de oitiva. A data mostra que o pintor já estava de volta do Brasil; é de 1647 e não 1637 como mencionou o Inst. de Hist. Art. da Haia na fotografia que me forneceu. Madeira. Dim.: 58,5 × 46 cm. Assinado e datado: F. Post, 1647. Procedência: Goldschmidt; Wallenstein, Berlim (cat. 1933). Bibl.: Souto-Maior, Schendel, Sousa Leão, (repr. a fot.). Ref. nos capítulos: a *Várzea* e o *Mocambo*.

Städelisches Kunstinstitut, Francoforte.

65 *O sacrifício de Abraão*

Quadro a óleo. Figura no cat. do Museu Boymans, anotado por Ebinge Wubben, sob a variante de *a Oferenda de Manoah*. Todo o lado esquerdo e o chão à vista do observador, recapitulam as folhagens mais caprichosas do jardim nordestino, sem faltarem os bichos da fábula de Frans, do tatu ao cameleão. Parte autêntica e indiscutida de Post. A legenda bíblica, com as personagens patéticas, foram tratadas por outro pincel, que bem poderia ser o de Fernando Bol. Frans nunca presumiu de retratista. Aquelas

figuras comprovam quão duvidosa é a atribuição dessa parte do quadro a Post. A paisagem, sim, é dêle, que até pôs abaixo da firma o dia em que concluiu o trabalho, a 27 de março. Tela. Dim.: 1.91,5 × 1,66 cm. Assinado e datado: F. Post, 1648. 3.27. Procedência: de Christie's, Londres, 7-7-1933 (n.º 61), rematado em leilão; anteriormente, vendido no leilão Ketelaar, Amsterdam, 19-6-1766. Exposto: na Exp. F. Post, na Haia, 1953. Bibl.: R. Smith, cat. do Museu Boymans (1951), Sousa Leão (repr. a fot.) e cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu Boymans, Rotterdam.

66 *Malocas*

Quadro a óleo. Classificado no Museu de Belas Artes sob o título de *Paisagem*. Com um grande coqueiro à direita, pode ser aproximado, na imagem da natureza, das estampas do livro de Barleu. Madeira. Dim.: 33,5 × 50 cm. Assinado e datado: F. Post, 1648. Procedência: leilão da coleção Djalma Fonseca Hermes, 1941, Rio. Adquirido em Amsterdam, da coleção A.W. Mensing, a 15 de junho de 1937 (n.º 41 do respectivo catálogo). Anteriormente, do Museu de Moscou, ou do Ermitage, em São Petersburgo. Exposto: na Exp. Frans Post, Rio, em 1942. Bibl.: Sousa Leão, cat. da Exp. Frans Post Rio, 1942 (com repr. fot.) Fot. e inform. do Inst. de Hist. Art. da Haia.

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro

67 *Aspecto da várzea*

Quadro a óleo. No primeiro plano se arrumam plantas decorativas à Burle Marx, sob a égide, à direita, de um dendezeiro e uma bananeira, escondendo a encosta da colina que se degrada por trás, ao fundo. À vista do espectador, no centro do cenário, um tamanhuá bandeira. Logo atrás os figurantes, o senhor a cavalo e a sinhá na rêde, cercados da famulagem carregando cestas. O plano extenso da várzea se desdobra numa alternativa dos habituais motivos rurais. As moitas se sucedem lambidas por um pincel, que poderia ser de retocador. Céu de altos cúmulos. Zelosa conservação. Datado de 10 de fevereiro. Madeira. Dim.: 53 × 69. Assinado e datado: F. Post, 1649. 2.10. Procedência: da galeria de Schleissheim. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942). Não figura no cat. do Museu de Munique (de 1938). Ref.: o capítulo *Mocambo*.

Alte Pinakothek, Munique.

68 *Panorama da várzea*

Quadro a óleo. Forma par com o antecedente. Bela representação da várzea. Alteia-se à esquerda um cardo e árvores. Estende-se à direita o taboleiro verde com os seus frisos d'água. Um grupo humano adianta-se de um atalho à direita. A canoa, no mangue. O tatu, no primeiro plano, espreita o espectador. Em escala reduzida, a casa de engenho tipo Megahipe. Céu escampo. O Instituto de História artística da Haia forneceu-me boa fotografia (Basserman-Jordaen). Madeira. Dim.: 53 × 69. Assinado e datado: F. Post, 1649. Procedência: da galeria de Schleissheim. Bibl.: Souto-Maior, Sousa Leão, cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942). Ref.: cap. *Mocambo*. — Não figura no cat. da velha Pinacoteca de Munique, de 1938.

Alte Pinakothek, Munique.

69 *Paisagem do mamoeiro*

Quadro a óleo. O mamoeiro avulta nos contornos da várzea: serve para distinguir a composição de tantas outras que lhe são irmãs gêmeas. Não possuo qualquer dado ilustrativo, a não ser a fotografia reproduzida no livro de Sousa Leão. Madeira. Dim.: 62,5 × 92. Assinado e datado: F. Post, 1650.

Coleção O. Marcondes Ferreira, São Paulo.

70 *Cidades da Borgonha*

Quadro a óleo. No *Nassau Domein Archif*, da Haia, está mencionado um quadro de Frans Post «representando várias cidades de Guilherme II de Orange na Borgonha», com a data de 7 de setembro de 1650. Nenhuma outra caracterização. Bibl.: Blok, Sousa Leão.

Destino ignorado.

71 *Negro dançando*

Quadro a óleo. É a nota distintiva do quadro que me foi anunciado de Viena, e que não pude examinar. Representa uma paisagem brasileira, e foi estudado pelo Sr. Paulo C. Hofstätter. Vendido na Suíça, em 1954. Madeira. Dim.: 37 × 54,5 cm. Datado e assinado: F. Post, 1650. Ref.: cap. *Dança negra*, e carta de Hofstätter.

Destino ignorado.

72 *Casa grande*

Quadro a óleo. Vê-se de perto a residência do senhor de engenho, e várias figuras à frente, no primeiro plano. À direita, a copa

de uma gameleira. Descrito no capítulo do mesmo título. A casa grande se caracteriza por uma torre no ângulo direito. Madeira. Dim.: 45 × 60 cm. Assinado e datado. F. Post, 1651. Procedência: adquirido em leilão, em Londres, há alguns anos. Bibl.: R. Smith, Sousa Leão (repr. fot.). Ref.: Cap. *Casa grande*.

Coleção John Hugh Smith, Londres.

73 *Paliçada*

Quadro a óleo. O título para o colecionador é o *Povoado*. Representa, de fato, uma aglomeração humilde no interior de Pernambuco, a que não faltam vegetação, telheiros, magotes, a paliçada. Madeira. Dim.: 46 × 68. cm. Assinado e datado: F. Post, 1651. Procedência: da ex-coleção G. Poulton Nicholson, vendido por Lepke, Berlim, 1924. Ref.: Repr. a fot. por Sousa Leão. Ver o capítulo *Mocambo*.

Coleção Sousa Leão. Rio de Janeiro.

74 *A igreja e a feira*

Quadro a óleo. O Instituto de Hist. Art. da Haia forneceu-me a fotografia, pelo neg. de arte Parys (1949). Não pude proceder a qualquer verificação. Dim.: 34,5 × 45 cm. Assinado e datado: F. Post, 1651.

Destino ignorado.

75 *Plantação nas Guianas holandesas*

Quadro a óleo. Só possuo a referência de Sousa Leão no *The Burlington Magazine* sobre esta pintura. Não vejo como apareça Frans Post em Paramaribo. Fica o registro no vago da informação. Assinado e datado: F. Post, 1651.

Coleção particular, Londres.

76 *Painel da várzea*

Quadro a óleo. Conhecido na Holanda sob o título de *Panorama brasileiro*. As plantas que, dos dois lados, enriquecem esta composição, fariam outro jardim à Burle Marx, no viço e bizarria das folhagens; juntam-se o xexéu, o gafanhoto, o esplêndido

abacaxi digno do cetro de Pomona; a cabaça, os cipós, as palmas, as laranjas, neste caso fora da heráldica dos Oranges; os cactos... depois a planície sob o pálio luminoso do céu, bem assentada até a linha do horizonte nos azuis da distância e da esfumatura. Os elementos da paisagem se distribuem com equilíbrio, como na arrumação caprichada do chão holandês. Primeiro, a canoa solitária, com a sua vela, vogando poeticamente. Para longe, as casas, grandes e pequenas, de telheiro ou de sapê, a vaquinha no terreiro; a capela alpendrada; a vila ao longe. Neste painel Frans procurou ser, como Ruisdael, um poeta do espaço, para compor um poema à natureza brasileira. Aplica tôda a técnica da escola para afeiçoar, engalanar, poetizar a visão pernambucana. O Museu do Estado conserva a obra com desvelos especiais. Tela. Dim.: 2,82,5 × 2,10,5 cm. Assinado e datado: F. Post, 1652.22.12. Procedência: da casa de Rijksdorp, constr. em Rijswyk por Pieter Post e decorada por Frans. Passou da coleção A.G.N. Swart, em Vassenar (1933) para o *Rijksmuseum*. Segundo Blok teria sido rematado no leilão de Vicente Van der Vinne, em Haarlem (1816), sob o título de *Paisagem americana*. Bibl.: Houbraken, Schendel, R. Smith, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. do Museu do Estado de Amsterdam, de 1934 (sob os ns. 193 e 1905 A), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref.: cap. a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

77 *Engenho*

Quadro a óleo. Foi o tema mais tratado por Frans, que se pode chamar o senhor de engenho da pintura: êste quadro merece comparado com os que acham em Schwerin ou em Air, para apreciar o engenho e a casa grande com galeria. Madeira. Dim.: 0,41 × 0,62 cm. Assinado e datado: F. Post, 1652, Bibl.: Souto-Maior, Sousa Leão (repr. a fot.). Cart. da Gemälde Galerie, Mainz. Ref. no cap. *Mocambo*.

Galeria de pintura, Mogúncia.

78 *Natureza brasileira*

Desenhos e pinturas em papel. Na Biblioteca prussiana, em Berlim, existiram quatro grandes volumes contendo milhares de pinturas e desenhos reunidos sob o título geral de *Theatrum rerum naturalium Brasiliae*. Souto-Maior atribuiu essas pinturas a Frans Post, embora hoje se reconheça que para a sua feitura todos os sábios e artistas da missão de Nassau contribuíram, com Marcgrave e Eckhout à frente. Nem seria fácil discriminar no imenso acervo o que é propriamente de Frans. Acrescente-se que, nas mãos dos russos, a preciosíssima coleção teve destino ignorado

Bibl.: Schneider, M.E. Bloch, Lichtenstein, Driesen, Ehrenreich Cuvier, Gudger, Darmstaeter, Wegener, Alfredo de Carvalho, Juliano Moreira, Rodolfo Garcia, Souto-Maior, Sousa Leão. V. cap. *Mocambo*. Procedência: da coleção oferecida ao Eleitor do Brandeburgo em 1652.

Biblioteca prussiana, Berlim.

79 *Massapê*

Quadro a óleo. Primeiro de um par de pinturas conservadas no museu de História naval de Amsterdam, sob o título de *Paisagens Brasileiras*. Pertenceram à selecta coleção do famoso João Six, o amigo e protetor de Rembrandt. Nesta composição sobressai à direita a mata variegada e sombria. Descem o caminho da encosta os exemplares habituais da humanidade de Frans, pretos e índios ou mamelucos com camisolas e calções. A várzea se aprofunda à esquerda com as características do massapê, que dá nome ao quadro. Nos arredores da Mauricéia. Madeira. Dim.: 51 × 70 cm. Assinado e datado: F. Post, 1654. Procedência: os dois quadros do *Nederlandsch Historisch Scheepvaartmuseum* são oriundos da coleção Six, de Amsterdam, adquiridos em 1919 pelo museu do Estado e d'ele transferidos para o outro, fundado naquele ano. Exposto: na Exp. Frans Post, Haia, 1953. Bibl.: Souto-Maior, Schendel, R. Smith, Sousa Leão (repr. fot.), Molengraaff-Gerlings. Ref. cap. *Massapê*.

Museu de História naval, Amsterdam.

80 *Aldeia*

Quadro a óleo. Boa apresentação do viver pernambucano nas cidades e vilas do interior, pela gente que formiga no espaço livre diante das casas com o vestuário elementar, pelas construções de taipa e pedra e cal, pela nesga da várzea, mais além da casaria, na qual não falta a canoa no mangue. Os senhores se dirigem ao longe para o portal de uma igreja. A composição, como em tantas outras paisagens holandesas, se resume da superposição das faixas paralelas de terra e céu. Coqueiros soltos, de gracioso arranjo. Madeira. Dim.: 51 × 70 cm. Assinado e datado: F. Post, 1654. Procedência: a mesma do verbete anterior. Bibl.: Souto-Maior, Schendel, R. Smith, Sousa Leão. Ref. cap. *Massapê*.

Museu de História Naval, Amsterdam.

81. *A vida do engenho*

Quadro a óleo. O lado esquerdo é reservado para a flora e a fauna do entretenimento de Frans, enquanto à direita refere a

atividade do engenho, cuja casa grande domina, do alto, a cena. Entre os extremos abre-se o oceano ilimitado da várzea. Madeira. Dim.: 39 × 62 cm. Assinado e datado: F. Post, 1654. Procedência: Galeria B. Houthakker, Amsterdam (1933). Bibl.: Sousa Leão, cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942).

Coleção C. de Lima Cavalcanti, Rio.

82. *Mocambo*

Quadro a óleo. À esquerda a composição mostra de perto a grande construção na sua rústica membratura, sobre estacas, com uma vasta e ondulada cobertura de sapê e uma varanda ao redor, vendo-se atrás dois coqueiros e uma gameleira. Para a direita se juntam os moradores sentados, com cabazes de frutas, ou de pé, movendo-se em torno dos outros. Perto do espectador, na terra batida, o pernalta solitário. Projeção da vista de Afogados à direita. Céu escampo. Madeira. Dim.: 47 × 63 cm. Assinado e datado: F. Post, 1655. Procedência: vendido por H. Pfeuffer em 1946, tendo pertencido às coleções do *Germanisches Nat. Museum*, de Nurembergue, seria oriundo das coleções do Ermitage, na antiga São Petersburgo. Bibl. Wurzbach, Souto-Maior, Molen-graaff-Gerlings, Sousa Leão, (repr. fot., que também se vê no *Lichdruckt in Klass, Bilderschatz*, VII, 1050). Não figura no atual catálogo de Nurembergue.

Destino ignorado.

83. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Mencionado por Wurzbach, Souto-Maior supõe que se perdeu num incêndio em Munique (Hoch, 1892). Nada mais. Assinado e datado: F. Post, 1655.

Destino ignorado.

84. *Igarçu*

Quadro a óleo. Outro ângulo da vista do convento de Igarçu que como nos casos anteriores, se pode identificar com um trecho da respectiva estampa no livro de Barleu, n.º 11. Sucessivas camadas de verniz prejudicam a nitidez da composição, sobretudo na linha do horizonte. Perto do espectador, um grupo de escravos em que as pretas, sentadas no chão, oferecem aos que estão em pé talvez bolos ou frutos, enquanto mais para trás os senhores se dirigem à capela. À esquerda, na sombra da vegetação, uma ruína. Para o fundo, a lhanura indistinta. A igreja é, segundo Sousa Leão, São Cosme e Damião. O quadro requer uma limpeza em regra. Madeira. Dim.: 40 × 61 cm. Datado e assinado no

primeiro plano, no meio: F. Post, 1659. Procedência: adquirido em F. Kayser, Amsterdam, a 4 de dezembro de 1888 (n.º 80). Exposto na Exp. F. Post, na Haia, em 1953. Bibl.: Schendel, R. Smith, Sousa Leão, (repr. a fot.), cat. do *Rijksmuseum* de Amsterdam (n.º 1905), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. cap. a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

85. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Outra referência de Souto-Maior; «existente em Basileia, na coleção Geldner, segundo a fototipia de Frimmel, vol. III, pág. 124». Se não fôsse a divergência de data, poderia ser o anterior. O catálogo da Exp. F. Post (Rio, 1942) informa que foi vendido em leilão em 1933. Assinado e datado: F. Post, 1658. Bibl.: Frimmel, Wurzbach, Souto-Maior.

Destino ignorado.

86. *Mocambos*

Quadro a óleo. O título, conforme o elenco de Sousa Leão, não encerra o conjunto paisagístico da várzea. Os elementos naturais e humanos são os mesmos de outras composições do pintor, várias vezes descritas. Madeira. Dim.: 34 × 51 cm. Assinado e datado: F. Post, 1659. Procedência: doado pelo governo holandês em 1922, seria oriundo do Ermitage, na antiga São Petersburgo. Bibl.: Sousa Leão, cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942).

Museu de Belas Artes, Rio de Janeiro.

87. *Aldeia de Muribeca*

Quadro a óleo. Representa os contornos da vila. Sousa Leão, repr. a fot. Madeira. Dim.: 52 × 79 cm. Assinado e datado: F. Post, 1660.

Coleção C. de Lima Cavalcanti, Rio de Janeiro.

88. *Canavial e engenho*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 87 × 1,13 cm. Assinado e datado: F. Post, 1660. Procedência: da Holanda, em 1763. Exposto: na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: Cat. do Statensmuseum (Copenhague, 1951, n.º 554), cat. *Maurits de Braziliaan* (Haia, 1953, n.º 22).

Museu Municipal, Copenhague.

89. *O rio Sena em Paris*

Quadro a óleo. Catalogado no castelo de Hohnsholredijk em 1764 (n.º 33), cuja construção e decoração foi confiada aos irmãos Post. Teria sido pintado em 1660, segundo Sousa Leão, na época da viagem efetuada por Frans na companhia de Huyghens. Assinado: F. Post. Bibl.: Blok, Sousa Leão.

Destino ignorado.

90. *Vista do Pont Neuf em Paris*

Quadro a óleo. Observações idênticas às do anterior. Figura no mesmo cat. sob n.º 34. Data provável: 1660. Assinado F. Post.

Destino ignorado.

91. *Fontainebleau*

Quadro a óleo. No mesmo catálogo, com a descrição: «O castelo real de Fontainebleau, pintado por Frans Post» (n.º 349). Data provável: 1660.

Destino ignorado.

92. *Windsor*

Quadro a óleo. Id.ib., descrito sob n.º 358: «Sob a sétima moldura de vidro — Vista do castelo real de Windsor, pintada do natural por Frans Post». Data provável: 1660.

Destino ignorado.

93. *Engenho*

Quadro a óleo. Madeira, Dim.: 43 × 48 cm. Datado e assinado: F. Post, 1661. Bibl.: Sousa Leão. Ref. cap. *Casa grande*.

Coleção Moniz de Aragão, Rio de Janeiro.

94. *O convento de Igaraçu*

Quadro a óleo. Pintado amorosamente por Frans, voltando a um motivo que conheceu de perto e explorou em diversos quadros, haja vista os de Breslau e de Amsterdam (Museu do Estado). Confirma-se o seu dom de poetizador da paisagem, não pelo espaço, como os Ruisdael, mas pela harmonia e delicadeza dos pormenores. Envio o leitor ao capítulo que lhe consagro. Comparar com a estampa 11 do livro de Barleu. Madeira. Dim.: 68 × 55 cm. Assinado e datado: F. Post, 1661. Procedência: foi adquirido em

1950 de P. Smit Van Gelder, que o comprara por sua vez em leilão em 1913. Ref. no capítulo *Igaráçu*.

Coleção Argeu Guimarães, Rio de Janeiro.

95. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Dada a identidade de origem, presume ser da mesma data, formando, talvez, um par com o anterior. Procedência: adquirido por João G. Van Gelder num leilão em Amsterdam (1913), por 2,800 florins, foi cedido a um rico holandês de Pernambuco, talvez em 1950, por 20,000 florins. Informação de Sousa Leão. Ref. cap. *Igaráçu*.

Coleção particular, Recife.

96. *Volta à casa grande*

Quadro a óleo. Primeiro de um par que pertenceu à casa real do Hanovre. Rico pela atmosfera e pelo colorido, na paz rural do campo alteroso que vai do verde ao azul na fimbria das elevações do terreno, revela igualmente no primeiro plano a maneira de viajar do senhor de engenho, a cavalo, seguido pela senhora recostada na rêde, e os pobres criados de volta à casa grande — tema tratado em mais de uma pintura ou desenho. Título anterior: *Paisagem brasileira*. Madeira. Dim.: 44 × 72 cm. Assinado e datado: F. Post, 1661. Procedência: Êste, e o seguinte, foram rematados em 1933 no leilão da famosa coleção do duque de Cumberland, em Londres. Tendo pertencido à galeria Haussman, haviam sido adquiridos com outras obras pelo rei Jorge V, do Hanovre, incorporando-se aos tesouros da casa de Cumberland, ramo da do Hanovre, postos em leilão a 31 de março de 1925 em Berlim. Segundo o cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942), procede do museu de Coblença. Exposto: na Exp. F. Post, em Haia, 1953. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior, R. Smith, Sousa Leão (com bela repr. em tricromia), cat. *Maurits de Braziliaan*.

Coleção Sousa Leão, Rio de Janeiro.

97. *Engenho*

Quadro a óleo. Forma par com o anterior. Comentário idêntico. Madeira. Dim.: 44 × 72 cm. Assinado e datado: F. Post, 1661. Procedência e bibl.: v. o verbete anterior.

Coleção Sousa Leão, Rio de Janeiro.

98. *Ruínas da Sé de Olinda*

Quadro a óleo. Representa apenas um trecho do já referido panorama de Olinda que, neste caso, Sousa Leão classifica de «imaginário». No primeiro plano à esquerda, assembléia de bichos no meio das abóboras, abacaxis e ervas rasteiras. O templo, apesar de arruinado, conserva a parte central, para cuja portada de estilo se dirigem os colonos endomingados. À esquerda e perto do templo, o coqueiral. A casaria e a planície se estendem a direita. Através do azul, céu nublado, com flocos brancos de cumulus. Comparar com a estampa n.º 10 do livro de Barleu, grav. por Brosterhuisen. Boa conservação no *Rijksmuseum*, embora se note a ação da *blauzikte*. Tela. Dim.: 1,07,5 × 1,72,5 cm. Assinado e datado à esquerda, F. Post, 1662. Moldura em madeira esculpida com motivos brasileiros, da flora e da fauna, atribuída por Sousa Leão ao próprio pintor. Procedência: adquirido pelo Estado da coleção Copes Van Hasselt, em Haarlem, a 20 de abril de 1880. Exposto: na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: Schendel, R. Smith, Sousa Leão (repr. a fot.), cat. do *Rijksmuseum* (n.º 1902). cat. *Maurits de Braziliaan*, Ref. no capítulo a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

99. *São Francisco de Igaraçu*

Quadro a óleo. Ainda o convento franciscano de Igaraçu, já observado em outras composições, tudo tirado de um trecho da estampa n.º 11 do livro de Barleu. Na vertical da composição apenas abrange o convento e o muro entelhado, atrás do qual, diz Sousa Leão, faltam as atuais mangueiras e jaqueiras da Índia, só mais tarde importadas. À frente, a aglomeração de escravos. Os senhores se encaminham para o alpendre da entrada do templo. Vegetação mal definida, sobretudo examinada através da repr. fot. que recebi do Inst. de Hist. Art. da Haia, e que denota a má conservação da obra no museu da Silésia. Madeira. Dim.: 50 × 40,5 cm. Assinado e datado: F. Post, 1663. Bibl.: Sousa Leão. Ref. no cap. *Igaraçu*.

Schlesischesmuseum der Bildenden Kunst, Breslau.

100. *Índios caçando*

Quadro a óleo. Acquerone dá-lhe o título de *Amanhecer*, que se ajusta à luz da paisagem, delicioso aspecto da vida dos tupis, na nudez em que também os surpreendeu Eëkhout, mas animados de movimento e mocidade, na alegria da alvorada primitiva. A natureza virgem engalana e enche o quadro, com o espadanar, à esquerda, das águas límpidas de uma cascata. O clarão da ma-

drugada comunica ao cenário dons de vida e realismo. O mesmo tema se encontra no mapa de Marcgrave para o livro de Barleu, e nos quadros de Haarlem (col. Gratama) e de Bóston. Madeira. Dim.: 57 × 72 cm. Assinado e datado: F. Post, 1665. Procedência: adquirido no leilão D. Fonseca Hermes (1941). Exposto: Exp. F. Post, Rio, 1492. Bibl.: Sousa Leão (repr. fot.), cat. da Exp. Frans Post (repr. fot.), Acquarone.

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.

101. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Não são conhecidas as características da composição. Tela. Dim.: 48 × 63 cm. Assinado e datado: F. Post, 1665. Ref.: figura, na *Relação de quadros brasileiros de F. Post*, de Sousa Leão, com essas indicações sumárias.

Coleção de sir R. Greg. Alexandria.

102. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Forma par com o seguinte, datado de 1665. Dim.: 46 × 62 cm. Assinado: F. Post. Procedência; enviado para o Rio pelo *Foreign Office* para o palácio da embaixada, provém do castelo do duque de Montague, em Boughton, da ex-coleção do duque de Buccleugh. O primeiro proprietário foi embaixador britânico junto a Luís XIV. Teria recebido o quadro em Paris? Em Boughton existe igualmente um retrato de Nassau.

Embaixada Britânica, Rio de Janeiro.

103. *Engenho*

Quadro a óleo. Representa outro engenho do tipo Megahipe. O tema foi repetido através da obra de Frans, até o último quadro. Sua apresentação inicial está no mapa de Marcgrave, no livro de Barleu. Sousa Leão assinala a predominância do azul. Voluntária ou de *blauzikte*? A fotografia, que o mesmo autor reproduz, denota um quadro cuidadosamente limpo, afeiçoado, talvez, por pincel de retocador inglês. Madeira. Dim.: 48 × 68 cm. Assinado e datado: F. Post, 1665. Procedência: a mesma do anterior.

Embaixada Britânica, Rio de Janeiro.

104. *Capela*

Quadro a óleo. Melhor se diria: *Igreja e colégio dos jesuítas em Olinda*. Só em parte a igreja foi afetada pelo incêndio de 1631; a fachada e os corpos laterais não sofreram. Nesta composição Frans arrumou primeiro os bichos, em seguida as moitas e árvores,

depois, à esquerda, a igreja com o povilêu à frente, finalmente ao fundo a lhanura até a linha do horizonte. Madeira. Dim.: 50 × 80 cm. Assinado e datado: F. Post, 1665. Bibl.: Sousa Leão (repr. fot.).

Institut of Arts. Detroit.

105. *Olinda*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 34,5 × 47 cm. Assinado e datado: F. Post. 1665. Ref.: Sousa Leão.

Galeria Debret, Rio de Janeiro.

106. *Retrato de João Maurício de Nassau*

Quadro a óleo. Doado pelo govêrno da Holanda ao Brasil por ocasião do centenário da nossa independência, em 1922. Frans não era retratista e, neste caso, teria copiado um quadro de Pieter Nason existente em Bruxelas. Souto-Maior assim o crê, e reproduz a anotação do próprio pintor — «falecido em 1679, com 75 anos de idade», vista em Amsterdam. Por trás da figura de Nassau vê-se um negro. A atribuição é hoje discutida. O quadro é de 1666. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior.

Museu de Belas Artes. Rio de Janeiro.

107. *Arredores de Mauriciópolis.*

Quadro a óleo. O parque do palácio de Friburgo se esboça à esquerda com seus coqueiros alinhados. Mais próximos do observador os escravos seguem pelo atalho. As casas se espalham no meio da vegetação. Terra plana ligeiramente alterosa. Céu sem história. Pintura bem conservada, exemplar único na Maurits-Huis, em cuja decoração tanto trabalhou Frans. Madeira. Dim.: 50 × 69 cm. Assinado e datado: F. Post, 1667. Procedência: doação feita ao museu da Haia em 1922 por M.R.J.D. Van Dokkum, de Utrecht. Bibl.: R. Smith, Souza Leão (repr. fot.), Molengraaff-Gerlings, Combe cat. da Maurits-Huis (nº 70), cat. *Maurits de Braziliaan* (nº 26). Ref. capt. *Ainda a Maurits-Huis.*

Museu Real de Pintura, Haia.

108. *A várzea vista do alto*

Quadro a óleo. Ainda próximo da Mauricéia, ao lado da Boa Vista, o Capibaribe. Ao centro, no plano imediato, escravos à beira d'água. A várzea, com alternativas de água e vegetação, vai até diluir-se no horizonte azulado. Paz campestre e natureza virgem. Obedece submissamente ao esquema de paisagem holandesa, de terra e céu dividindo em duas bandas a composição. Ma-

deira. Dim.: 35 × 68 cm. Assinado e datado: F. Post, 1667. Procedência: originariamente da coleção Alfred Kay, de Glasgow, foi vendido em 1929 por Christie's, em Londres, passando, finalmente, às mãos do negociante de arte de Amsterdam D.A. Hoogendijk, que o vendeu ao agente do seguros Knight, e este ao ministro brasileiro da Corte de Justiça Internacional, Filadelfo de Barros e Azevedo, em 1949. Bibl.: Repr. Fot. em *l'Amour de l'art*, Sousa Leão e Molengraaff-Gerlings. Ref. no capt. o *Mangue*.

Coleção Filadelfo de Azevedo, Rio de Janeiro.

109. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Na carência de qualquer informação, fora da «Relação de quadros brasileiros» de Sousa Leão, pergunto se não haverá coincidência entre este e o já mencionado no § 95, adquirido em Amsterdam em 1913, ano que acompanha também a referência ao grande negociante de arte Frederik Müller. Madeira. Dim.: 58 × 88 cm. Assinado e datado: F. Post, 1668.

Galeria Frederico Müller, Amsterdam.

110. *A bruma da várzea*

Quadro a óleo. Tiro o título do próprio comentário de Sousa Leão, que o classifica como *Paisagem brasileira*. Os coqueiros e a vegetação se concentram à direita, desenvolvendo-se, porém, em diferentes perspectivas, até a frente da casaria que sobressai à esquerda, tudo tendo por fundo a várzea com a sua névoa. No primeiro plano, os pretos caminham no rude mourejar. Apreciei a composição pela repr. fot. do Instituto de Hist. Art. da Haia. O quadro, com o seguinte, de Düsseldorf, serão os últimos datados que se conhecem. Madeira. Dim. 44,1 × 55,9 cm. Assinado e datado: F. Post, 1669. Procedência: coleção R.G. Ward, Londres, 1930, sob a rubrica *Vista de uma plantação de cana em Pernambuco*. Bibl.: R. Smith, Sousa Leão. Repr. fot. na *Ilustração brasileira*.

Coleção Sir R. Greg. Alexandria.

111. *Panorama da várzea*

Quadro a óleo. Vista panorâmica bem no diapasão de Felipe de Koninck, isto é, a faixa horizontal da planície ocupando pouco mais de um terço da composição, enquanto o céu a completa paralelamente, muito claro e azul, historiado por vagos nimbos. Um grupo compacto de pretos vem ao encontro do observador, no primeiro plano. Na amplitude da concepção, o pintor poucos pormenores detalhou, absorvido pela grandeza do cenário. Madeira.

Dim.: 46 × 64 cm. Assinado e datado: F. Post, 1669. Procedência: da coleção Duitsland, Schubert. Da *Gemälde Galerie* passou em Düsseldorf, à *Städtische Kunstsammlungen*. Exposto: na Galeria Bammann, em Düsseldorf, 1929; no Museu de Hist. Naval de Amsterdam, em 1937; na Exp. de paisagistas holandeses, em Essen, em 1938; na Exp. F. Post, na Haia, em 1953. Bibl.: R. Smith, Sousa Leão. Ref. no capt. *Mocambo*.

Galeria de pintura, Düsseldorf.

112. O engenho &

Pormenores paisagísticos, em tapeçarias. Na tapeçaria dos gobelinos denominados das *Novas Índias*, composta por François Desportes sobre desenhos feitos no Brasil por Alberto Eckhout, um fundo de paisagem é atribuído por Benisovich a Frans Post. Na tapeçaria que representa o carro de bois e a rede sustentada por dois pretos, vê-se, por exemplo, o engenho tal qual aparece no mapa de Marcgrave e nas pinturas posteriores de Frans. Desportes serviu-se pois, além dos retratos de Eckhout, mencionados na «Descrição dos quadros que o príncipe Maurício de Nassau ofereceu a Luís XIV» em 1679, das pinturas, indicadas com letra geminada, reconhecidamente da autoria de Frans. (Ver os dois capítulos sobre os *Gobelinos*).

113. Engenho real

Quadro a óleo. Este quadro, que se perdeu no fim da grande guerra, é dos mais ilustrativos para o estudo da indústria açucareira em Pernambuco, com as dependências do engenho e os pretos em pleno labor, carregando a cana no carro de bois. Não é rico em particularidades da flora, porque o que sobreleva é o episódio central, e o panorama em tons degradados até o azul do horizonte. Tenho boa fotografia oferecida pelo próprio Barão de Vassenaar. Informei a Sousa Leão, em 1945, do desaparecimento do quadro, que substituiu a maior paisagem brasileira de Frans Post. Tela. Dim.: 1,04 × 1,86. Assinado: F. Post. Procedência: conservado no cast. de Nederhemert desde o século XVII. Bibl.: Obreen, Knoop, Sousa Leão, repr. a fot. num volume sobre os monumentos históricos da província de Gueldra «*Algemeene Landsdrukkerij*, Haia, 1932). Ref. capit. *Engenho real*.

Ex-Coleção dos Barões de Vassenaar, Nederhemert, (Holanda).

114. Capibaribe

Quadro a óleo. O Capibaribe corta a planície sinuosamente, tendo à esquerda o coqueiro e a mata, com bichos e pássaros no

plano mais próximo. À direita se alteia o engenho, a igreja, a casaria, que também reaparece ao fundo da várzea. Muito há a descrever neste conjunto, em que se pode estudar o viver do povo na rude labuta açucareira. Ebinge Wubben reputa uma das mais belas paisagens de Frans. Admiravelmente tratada pelo Museu Boymans. Tela. Dim.: 71,5 × 91,5 cm. Assinado: F. Post. Procedência: coleção B. de Geus Van den Heuvel, Amsterdam, 1938. Bibl.: Wubben, R. Smith, Sousa Leão (repr. fot.), Anuário Boymans de 1938 e Cat. Boymans de 1951. V. cap. *Manoah*. Exposto: Exp. F. Post, Haia, 1953.

Museu Boymans, Rotterdam.

115. *O dendezeiro*

Quadro a óleo. Do lado esquerdo a mata se adensa, no vale do Beberibe, erguendo o dendezeiro o seu penacho no céu, alto. De uma elevação Frans descreveu, ao fundo e à direita, o aglomerado de uma vila, com a gente escrava chegando até o primeiro plano. O *Stedelijkemuseum* de Leide tem o quadro como peça única do legado de Nassau. Madeira. Dim.: 54,5 × 71,8 cm. Assinado: F. Post. Procedência: da coleção R. Peltzer, de Colônia, a 7 de junho de 1886; rematado em leilão em Amsterdam a 24 de maio de 1914 (n.º 162). Bibl.: Cat. do museu de Leide, de 1949 (n.º 360); repr. fot. no *Art quarterly* (Londres, 1938) e em *l'Amour de l'art* (Paris, 1931). Ref. capit. o *Dendezeiro*.

Museu De Lakenhal, Leide.

116. *Cascata*

Quadro a óleo. Variação do tema já tratado nos quadros do palácio Guanabara (*Índios caçando*) e no vendido em Boston em 1921 sob o título de *Sports and revels of the indians*. Madeira. Dim.: 30 × 35 cm. Sem assinatura. Ref.: Sousa Leão, e o capt. dêste livro — *Museologia*.

Coleção G.D. Gratama, Haarlem.

117. *Índios caçando e dançando*

Quadro a óleo. Ref. no verbete anterior, pôsto à venda em Boston, em 1821, pelo *Dogget's Repository of Art*, apud Sousa Leão.

Destino ignorado.

118. *A vila*

Quadro a óleo. O edifício mais evidente é a igreja à direita, fachada e frontão barroco ou jesuítico bem definidos, alpendre

luso à entrada. O coqueiro e árvores se associam à esquerda, com a bicharia sob a inspeção direta do observador no primeiro plano. Modelos típicos de arquitetura colonial. Elevação do terreno atrás da igreja. Fundo de várzea indefinido. Boa conservação. É um dos nove Post da coleção do *Rijksmuseum* Na «Relação de Sousa Leão» figura com o nome de a *Cidade*. Tela. Dim.: 66×88 cm. Assinado à direita: F. Post. Procedência: da coleção Habich, Cásel, 10 de maio de 1892 (n.º 120). Exposto: em Haarlem, no museu Frans Hals, em 1947, e na Haia, na Exp. F. Post, em 1953. Bibl.: Souto-Maior, R. Smith, Sousa Leão (repr. fot.), Cat. do *Rijksmuseum* (n.º 1903) e cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. no capit. *Retrato*.

Museu do Estado, Amsterdam.

119. *Paisagem de engenho*

Quadro a óleo. A planície apenas se descobre ao longe, vista da parte alterosa em que está colocada a casa de engenho ao molde de Megahipe, com uma torre. No primeiro plano, dos dois lados, os vegetais compõem o *repoussoir*, com o indefectível coqueiro à esquerda. Ao centro, perto do observador, duas pretas e um prêto remontam o aclave, a primeira com o taboleiro na cabeça e um casal com o cesto pousado, enquanto mais longe outros se aproximam da casaria. Capelinha. Ao alto da colina à direita mais construções alvejam no horizonte, com casa grande e torre. Madeira. Dim.: $22,5 \times 28$ cm. Assinado: F. Post. Procedência: adquirido por João Six em Amsterdam, a 25 de novembro de 1851 (n.º 38), passou ao *Rijksmuseum* em 1907 ou 1908. Exposto: na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: Schendel, Sousa Leão, *Catálogo do Rijksmuseum* (n.º 1904 A), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. no capit. a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

120. *Interior pernambucano*

Quadro a óleo. Forma par com o anterior. A escravaria sobe o atalho em direção às casas e senzalas. Fundo alteroso à esquerda, liso à direita, em cujo primeiro plano o vulto de um coqueiro recorta o céu, réplica de outros semados pela terra a dentro. Madeira. Dim.: $22,5 \times 28$ cm. Assinado: F. Post. Exposto na Haia, Exp. F. Post, 1953. Procedência: da coleção Six, como o anterior. Bibl.: Schendel, Sousa Leão, *Catálogo do Rijksmuseum* (número 1904 B), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. no capit. a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

121. *Igrejinha*

Quadro a óleo. Capela, fachada barroca, à entrada o telheiro do alpendre rústico, que mal se denomina copiar ao gosto do nordeste, e menos ainda «tijupá» indígena... Não há grandeza arquitetônica: é preciso vê-la mais com o coração do que com a inteligência. Vêm-se de costas, encaminhando-se para a entrada, o senhor de engenho de braço com a sinhá dona, enquanto três ou quatro figuras de devotos se adiantam. O quadrinho é a miniatura dos temas prediletos de Frans, com um romântico evocar do passado. À direita um simulacro de vegetação e o perfil do coqueiro. Acabamento menos apurado, ou conservação sofrível. Madeira. Dim.: 16,5 × 25 cm. Assinado: F. Post. Procedência: da coleção J. Ph. Van der Kellen, por doação, em 1879. Exposto: na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: Schendel, Sousa Leão (repr. fot.) Catálogo do *Rijksmuseum* (n.º 1906). Ref. capit. a *Várzea*, cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu do Estado, Amsterdam.

122. *Propriedade de um colono holandês*

Quadro a óleo. Descreve, com toque mais apressado, a casaria à beira rio, e o grupo humano em frente à casa do holandês, precedida de larga varanda, sem discrepar da arquitetura das casas rústicas, cuidadosamente arrumadas por fora. A vegetação, coqueiros e árvores, são esboçados. Longes indistintos perdendo-se na linha de horizonte. Madeira. Dim.: 20 × 27 cm. Sem assinatura. Procedência: da coleção J. Ph. Van der Kellen, por doação, em 1879. Exposto na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: Schendel, Sousa Leão, Catálogo do *Rijksmuseum* (n.º 1907), cat. *Maurits de Braziliaan*. Ref. capit. a *Várzea*.

Museu do Estado, Amsterdam.

123. *Arx Archyn*

Desenho a aguada. Creio ser o classificado no Museu Britânico sob n.º IV, fls. 26, 32, gravado por Brosterhuisen. Dêle existe uma prova tipográfica no *Rijksprentenkabinet*, em Amsterdam. Dim.: 290 × 435 m.m. Assinado: F. Post. Exposta a prova aludida na Exp. F. Post, Haia, 1953. Bibl.: Kellen, Wurzbach, Holstein, cat. *Maurits de Braziliaan*.

Museu Britânico, Londres.

124. *Paisagem brasileira*

Aquarela. Vista, em 1911, por Souto-Maior e Manuel Cícero Peregrino da Silva, no *Rijksarchief* da Haia. Souto-Maior indica tratar-se de uma coleção de várias aquarelas. Assinada: F. Post.

Arquivo do Estado, Haia.

125. *Engenho*

Desenho a sêpia. Dim.: 225 × 312 mm. Assinado: F. Post. Exposto: na Haia, Exp. F. Post, 1953. Bibl.: cat. *Maurits de Braziliaan* (n. 58). Ref. gravura n.º 3 do livro de Barleu.

Coleção Atlas van Stolk, Rotterdam.

126 e

127 *Paisagens brasileiras*

Dois quadros a óleo. Ref. do *Dictionnaire des ventes d'art* & de H. Mireur (Paris, 1912), *apud* Sousa Leão. Assinados: F. Post. Procedência: Vendidos no leilão Van Marsellis, 1703.

Destino ignorado.

128. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Mencionado igualmente por Mireur, no dicionário citado, sob o título de *Paisagem das Índias*, vendido em leilão em Amsterdam, em 1705. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

129 e

130. *Paisagens brasileiras*

Dois quadros a óleo. Mencionados no «Catálogo de quadros e preços alcançados em leilões na Holanda e no estrangeiro &», por Gerard Hoet (Haia, 1752), *apud* Sousa Leão. Vendidos no leilão Pool, na Haia. Assinados: F. Post. Sousa Leão pergunta se não será o mesmo par de Schwerin.

Destino ignorado.

131 e

132. *Paisagens brasileiras*

Dois quadros a óleo. A mesma referência do anterior. Não identificados. Vendidos no leilão H. Coninck. Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

133. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. A mesma referência, vendido no leilão de J. Schepen, em Amsterdam, a 28 de abril de 1711, sob o título de — *Paisagem das Índias ocidentais*. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

134. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Referência do dicionário de Mireur. Vendido no leilão Steyn em 1711. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

135. *Aprazível paisagem do Brasil*

Quadro a óleo. Outra indicação de Mireur. Vendido em leilão pela confraria de pintores da Haia, a 24 de abril de 1737, sob designação de «aprazível paisagem das Índias ocidentais». Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

136 e

137. *Vistas do Brasil*

Dois quadros a óleo. Vendidos em Londres, em 1747, sob o títulos de «Vistas das Índias ocidentais», respectivamente nos leilões John Van Spengen (nº 28), e M. Rongent (nº 35), segundo os catálogos examinados por Sousa Leão. O primeiro dos aludidos quadros foi adquirido pelo pintor Knapton. Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

138 e

139. *Vistas do Brasil*

Dois quadros a óleo. Vendidos no leilão de Th. Wilkens, em Amsterdam, a 17 de junho de 1748, sob a mesma rubrica das «Índias ocidentais», segundo o citado G. Hoet. Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

140 e

141. *Paisagens brasileiras*

Dois quadros a óleo. Segundo Mireur, no dicionário citado, foram vendidos em Paris, em 1777, no leilão Conti, dois quadros, o primeiro sob a indicação de «Vista da América», o segundo —

«Paisagem da América com personagens à beira d'água». Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

142 e

143. *Retratos de Frans Hals*

Dois desenhos a *crayon*. Souto-Maior reproduz a informação de Wurzbach, sobre um retrato de Frans Hals mencionado no catálogo D. Van Dyl, (Amsterdam, 1812, pág. 54). O segundo retrato, da col. Markt, também de Amsterdam, Souto-Maior supõe destruído num incêndio. Assinados: F. Post. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior.

Destino ignorado.

144. *Retrato de Cornelis Visscher*

Desenho a *crayon*. Ainda uma informação de Wurzbach veiculada por Souto-Maior. Pertenceu à coleção Kramm, em Amsterdam. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

145 e

146. *Vistas do Brasil*

Dois quadros a óleo. Foram vendidos em Paris, em 1810, segundo indicação de catálogo consultado por Sousa Leão, dois quadros sob a rubrica de «Vistas da América», pertencentes, respectivamente, às coleções do Conde Ferdinand de Hohenzolern e do Conde d'Orsay. Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

147 a

164. *Paisagens brasileiras*

18 quadros a óleo. Souto-Maior, baseado sempre em Wurzbach, se refere ao grande leilão da coleção de Vincent Van der Vinne, em Haarlem, em 1816, venda memorável, de que falam vários autores. O aludido patricio errou, entretanto, ao escrever «incêndio» em lugar de «leilão». Há indícios de que subsistem alguns dos quadros conservados por Van der Vinne, que foi, com o filho e com o neto, todos pintores, o cronista mor da confraria de São Lucas. Blok admite que o *Painel da várzea*, do *Rijksmuseum*, tivesse passado por êsse leilão. Assinados: F. Post. Bibl.: Willinger, Wurzbach, Souto-Maior, Sousa Leão. Ref. capt. a *Confraria de São Lucas*.

Destino ignorado.

165. *Grande paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Vendido em Paris, no leilão Ballin, em 1838, segundo Mireur, sob a rubrica de «grande paisagem das Índias». Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

166 e

167. *Vistas do Brasil*

Dois quadros a óleo. Vendidos em Paris, no leilão Fesch, em 1846, segundo Mireur, sob a rubrica de «Vistas da América». Assinados: F. Post.

Destino ignorado.

168. *Paisagem de um sítio indígena*

Quadro a óleo. Vendido em Paris, no leilão Goldsmith, em 1869, segundo o dicionário de Mireur. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

169. *O engenho e a casa grande*

Quadro a óleo. Forma par com o seguinte. Representa a casa de engenho tipo Megahipe, afeiçoada pelos holandeses com uma galeria no edifício central, exemplo único, que impressionou Sousa Leão. É a peça de relêvo da *Gemalde galerie* de Schwerin. Madeira. Dim.: 47 × 64 cm. Assinado: F. Post. Bibl.: Souto Maior, Sousa Leão (repr. fot.) Ref. capt. *Mocambo*.

Galeria de pintura, Schwerin.

170. *A igreja e o engenho*

Quadro a óleo. À esquerda o banguê e a casa grande, ao centro a igreja com uma torre. No primeiro plano à direita, uma reunião de pernaltas. Ao centro vai o senhor de engenho a cavalo, tendo ao lado a dona numa rêde carregada por escravos; outros escravos. A identidade do motivo central induziu Sousa Leão a identificar o quadro com o vendido no leilão Pool, em 1692, segundo o registro de Hoet, na Haia, Madeira. Dim.: 47 × 64 cm. Assinado: F. Post. Bibl.: *id. ib.*

Galeria de pintura, Schwerin.

171. *Beberibe*

Quadro a óleo. Corresponde à letra H-H do inventário da coleção Luís XIV: «A ruína de uma bela igreja dos jesuítas na cidade de Olinda, que possuía no interior muitos ornatos de ouro; ainda nela dizem a missa. O rio é chamado Beberibe. Mais além, a moenda da cana com a casa do senhor, e mais alto a capela».

Assinado: F. Post. Bibl.: mencionado no cat. da Exp. Frans Post, Rio, 1942.

Galeria de pintura, Mannheim.

172. *A cidade e a várzea*

Quadro a óleo. Bosque, com alto coqueiro, à direita; atrás as casas; à frente, os escravos; à esquerda a várzea. Há ligeira divergência nas medidas indicadas na «Relação» de Sousa Leão, comparadas com as que me forneceu o Inst. de Hist. Art. da Haia. Madeira. Dim.: 55 × 66 cm. Assinado: F. Post. Procedência: da coleção E. Bieber, Berlim, 1922. Ref. capt. *Mocambo*.

Museum des Siegerlands, Siegen.

173. *Paisagem do sobrado*

Quadro a óleo. Gente, casas, mata, condensação dos temas costumeiros, sem maior originalidade. A vegetação se concentra à direita, dominada pelo invariável coqueiro. Madeira. Dim.: 45 × 52. Assinado F. Post. Bibl.: Sousa Leão (repr. fot.). Ref. capit. *Mocambo*.

Galeria de pintura, Karlsruhe.

174. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Como única fonte de informação, o cat. da Exp. Frans Post do Rio, 1942.

Museu Fitzwilliam, Cambridge.

175. *O palmeiral*

Quadro a óleo. Perto do espectador, à frente, um «zoo» do nordeste, com os bichos e aves mais estranhos à Europa. Enche a metade esquerda o bosque em que sobressaem palmas e helicônias, babaçu, carnaúba, coco da praia. À direita as casas com vastos alpendres, carro de bois, vida rural. Prolongando o centro, até a linha do horizonte, a várzea risonha. Pitoresco e variado conjunto. Madeira. Dim.: 49 × 62 cm. Assinado: F. Post. Ref.: Sousa Leão, com fot.

Galeria Nacional, Dublin.

176. *Paisagem brasileira.*

Quadro a óleo. Mencionado, sem características, por Sousa Leão. Madeira. Dim.: 70 × 90 cm. Assinado: F. Post.

Coleção G.F. Dancaster, Londres.

177. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Arrolado, igualmente, por Sousa Leão. Madeira. Dim.: 20 × 28 cm. Sem assinatura.

Ham House, Londres.

178. *Palmeiral*

Quadro a óleo. As palmeiras de tôdas as espécies povoam o quadro, enquanto espadanam pelo chão águas cascadeantes entre pedrouços e declives; ao fundo, do lado direito, elevam-se cumiadas, fora do cenário costumeiro de Pernambuco. Para os hábitos de Frans, faltam as historietas do primeiro plano, e o fundo com a várzea, o mangue, o rio. Percebe-se uma figura de cavaleiro ao lado de duas grandes paineiras à esquerda. É um quadro em busca de autor, ou sequer de reconhecimento topográfico, embora o colecionador o considere «paisagem brasileira», ou, como quer Sousa Leão, «fantasia tropical». Procedência: foi da coleção do filho de George Canning, lord do mesmo título, que possuiu outro «Post» da coleção de lord Harewood (v. §), hoje no museu de São Paulo. Ref.: Sousa Leão, repr. fot.: v. capt. *O índio*.

Coleção de Bretton Park, Inglaterra.

179. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Arrolado por Sousa Leão, sem características, na *Art Collector's Association*. Madeira. Assinado: F. Post.

Associação dos colecionadores de arte, Londres.

180. *Festa no arraial*

Quadro a óleo. Arrolado por Sousa Leão, que reproduz a fotografia e acrescenta ter pertencido antes à galeria de Hampton Court e ser citado por Júlio Rosen, na revista *Cultura política*, ao descrever o vestuário da escravaria alegremente reunida depois da feira.

Hampden House, Londres.

181. *Aldeia de índios*

Quadro a óleo. Sousa Leão, referindo-se aos diversos quadros de Londres, diz que «são ou eram encontrados» nas coleções citadas. Êste, é dos mais precisamente arrolados, embora careça de pormenores. Madeira. Dim.: 50 × 58 cm. Sem assinatura. Bibl.: Souto-Maior, Sousa Leão, cat. da Exp. Frans Post (Rio, 1942) e cat. da galeria de Hampton Court.

Kensington Palace, Londres.

182. *Paisagem dos dois coqueiros*

Quadro a óleo. De ambos os lados do panorama aberto para o Beberibe, com tufos de vegetação no plano largo, postam-se dois coqueiros em guarda. Gilberto Freire enxergou com olhos de sociólogo os elementos da composição nas proximidades do engenho, a casa grande de pau a pique e telhados escorrendo para os lados, o copiar acolhedor, a senzala na humildade da cobertura de sapê, tudo o que, obedecendo aos imperativos da natureza, determinou o caráter da construção, burguesa ou popular. Madeira. Dim.: 55 × 77 cm. Procedência: foi da coleção de Lord Canning, filho do célebre estadista, na qual já registrei o *Palmeiral*, atribuído duvidosamente a Frans. Este Canning foi governador geral da Índia, o que justifica o gosto pela pintura tropical. Adquirido pelo Sr. Antenor de Rezende da coleção do Conde de Harewood, em Londres, e doado ao Museu de São Paulo. Bibl.: Sousa Leão, com repr. fot; revista *Habitat*, São Paulo.

Museu de Arte, São Paulo.

183. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Sem outras informações, além do arrolamento por Sousa Leão.

Coleção Hambro, Londres.

184 e

185. *Paisagens brasileiras*

Dois quadros a óleo. Constam, sem pormenores, do elenco de Sousa Leão.

Coleção Georges Bollack, Paris.

186. *Vista do interior de um palácio*

Quadro a óleo. Vendido no leilão Herrard, em Paris, ao tempo do primeiro Império. Indicação do respectivo catálogo, recolhida por Sousa Leão. Assinado: F. Post.

Destino ignorado.

187. *Paisagem de Olinda*

Quadro a óleo. Pormenor do grande panorama de Olinda, segundo a estampa do livro de Barleu, estando anotado o local no canto inferior esquerdo pelo próprio pintor. Madeira. Dim.: 38 × 57 cm. Sem assinatura. Procedência: do leilão da coleção Djalma Fonseca Hermes, Rio, 1941. Exposto: no Rio Exp. F. Post, 1942. (ref. no respectivo catálogo).

Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro.

188. *Paisagem de Olinda*

Quadro a óleo. Bela apresentação das cercanias de Olinda. Madeira. Dim.: 55 × 65 cm. Assinado: F. Post. Procedência: adquirido pelo Museu Nacional de Belas Artes. Exposto: no Rio Exp. Frans Post, 1942 (ref. no respectivo catálogo).

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.

189. *Panorama de Olinda*

Quadro a óleo. Representa o maior aglomerado urbano, casa-ria e povo, composto por Frans, variando o ponto de vista de um tema várias vezes explorado, que está igualmente no livro de Barleu, e corresponde à letra F-F do inventário da coleção de Luís XIV. Pouco espaço foi reservado nesta pintura para os arbustos, que se arrumam à esquerda, o bastante, porém, para empoleirar nos galhos uma arara e um xexéu e em baixo o plácido tatu e seus companheiros da fábula postiana. O povo se dirige à cidade na alegria do amanhecer. Madeira. Dim.: 78 × 1,01 cm. Assinado: F. Post. Procedência: adquirido pelo Museu Nacional de Belas Artes no leilão da coleção D. Fonseca Hermes, em 1941. Exposto: no Rio, Exp. Frans Post, 1942. Ref.: Sousa Leão e Cat. da Exp. F. Post, ambos com repr. fot.

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.

190. *Arredores de Olinda*

Quadro a óleo. Outro pormenor do grande panorama de Olinda, Tela. Dim.: 90 × 1,14 cm. Sem assinatura. Procedência: e bibl.: idênticas.

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.

191. *Igarazu*

Quadro a óleo. O mesmo tema já comentado em relação aos quadros de Breslau, Amsterdam e do Rio. Fixa São Cosme e Damião, a igreja mais antiga do Brasil, como lembra Sousa Leão. Madeira. Dim.: 33 × 41 cm. Assinado: F. Post. Procedência: adquirido em Santiago do Chile, é provável que tenha pertencido ao Visconde de Pôrto Seguro. Exp.: no Rio, Exp. F. Post, 1942. cujo cat. repr. a fot.

Palácio Guanabara, Rio de Janeiro.

192. *Crepúsculo no engenho*

Quadro a óleo. Aqui o engenho é de pau a pique e alpendre de estacas. Madeira. Dim.: 50 × 75 cm. Assinado: F. Post.

Procedência: doado por Sousa Leão ao Ministério das Relações Exteriores. Exposto: no Rio, Exp. F. Post, 1942 (fot. no respectivo catálogo).

Palácio Itamarati, Rio de Janeiro.

193. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 20 × 32 cm. sem assinatura.

Coleção Djalma Ribeiro de Lessa, Rio de Janeiro.

194. *Engenho*

Quadro a óleo. Tela. Dim.: 65 × 88 cm. Assinado: F. Post.

Coleção Paulo de Matos Pimenta, Rio de Janeiro.

195. *Igreja em ruína*

Quadro a óleo. A comparar com o da coleção Monteiro, sobre o mesmo tema. Madeira. Dim.: 61 × 83 cm. Assinado: F. Post. Procedência: vendido por Sotheby's, Londres, 1946. Ref.: Sousa Leão, com fot.

Coleção S. Pereira da Silva, Rio de Janeiro.

196. *Povoado*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 27 × 32 cm. Assinado: F. Post. Exposto: na Rio, Exp. F. Post., 1942.

Coleção M. Carneiro de Mendonça, Rio de Janeiro.

197. *Paisagem da casa grande*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 50 × 69 cm. Assinado: F. Post. Exposto: no Rio, Exp. F. Post, 1942.

Coleção Sir Henry J. Lynch, Rio de Janeiro.

198. *Paisagem do povoado*

Quadro a óleo. Forma par com o anterior. Madeira. Dim.: 50 × 69 cm. Assinado: F. Post. Exposto: no Rio, Exp. F. Post, 1942.

Coleção Sir Henry J. Lynch, Rio de Janeiro.

199. *Engenho*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 41 × 53 cm. Assinada: F. Post. Exposto: no Rio, Exp. F. Post, 1942. Ref.: Sousa Leão e Cat. da Exp. F. Post, com fots.

Coleção C. de Lima Cavalcanti, Rio de Janeiro.

200. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 30 × 37 cm. Assinado: F. Post. Exposto: no Rio, 1942. Ref.: Sousa Leão e Cat. da Exp. F. Post, com fots.

Coleção C. de Lima Cavalcanti, Rio de Janeiro.

201. *Ruínas da cidade incendiada*

Quadro a óleo. Assim viu Post Olinda incendiada, diz Sousa Leão, Outra visão urbana de proporções, presidida por um coqueiro à esquerda e alguma vegetação. Grupos populares. Madeira. Dim.: 30 × 37 cm. Assinado: F. Post. Exposto: no Rio, Exp. F. Post, 1942. Ref.: Sousa Leão e Catálogo da Exp. F. Post, ambos com repr. fot.

Coleção C. de Lima Cavalcanti, Rio de Janeiro.

202. *Margens do Capibaribe*

Quadro a óleo. Desde a terra até o céu, que ocupa mais de metade da composição, a finura de acabamento indica ser das últimas obras de Frans — personagens, arvoredos, o rio coleante, as nuvens quebrando a uniformidade azul do alto, tudo foi desenhado a capricho e pintado com uma paleta sutil. Ou quem sabe se não entrou aí a restauração de algum pintor inglês insensivelmente inclinado a imprimir à pintura o seu próprio gosto, sem alterá-la a fundo? Tela. Dim.: 63 × 93 cm. Assinado: F. Post. Procedência: adquirido em Londres. Ref.: Sousa Leão, com repr. fot. V. capit. *Casa grande*.

Coleção Moniz de Aragão, Rio de Janeiro.

203. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Ref.: na *Relação de quadros brasileiros de F. Post*, por Sousa Leão, sem especificações.

Coleção Moniz de Aragão, Rio de Janeiro.

204. *Povoado*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 36 × 48 cm. Assinado: F. Post. Ref.: Sousa Leão.

Coleção Moniz de Aragão, Rio de Janeiro.

205. *Ruínas da sé de Olinda*

Quadro a óleo. Reproduz um fragmento da composição maior do museu do Estado, de Amsterdam, datada de 1662. Na estampa panorâmica de Olinda, do livro de Barleu, observa-se a parte posterior do mesmo motivo. Apesar da ruína, distingue-se através do portal o padre oficiando no altar. Pretos, do lado de fora. A igreja é a do Carmo, Madeira. Dim.: 53 × 68,6 cm. Sem assinatura. Procedência: adquirido em Nova Iorque, de Julius H. Weitzner. Exposto: em Detroit, em 1929, e em Los Angeles, em 1936. Bibl.: R. Smith, Sousa Leão, (com fot.). O Inst. de Hist. Art. da Haia transmitiu-me a fot., do negociante de arte P. de Boer, de Amsterdam (1943): foto Savastano n.º 20.253.

Coleção Júlio M. Monteiro, Rio de Janeiro.

206. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Grande colecionador, creio que Djalma da Fonseca Hermes excluiu este quadro do leilão de 1941, em que cedeu os demais que possuía de F. Post ao Museu Nacional de Belas Artes, Madeira. Dim.: 55 × 89 cm. Sem assinatura.

Coleção D. da Fonseca Hermes, Rio de Janeiro.

207. *Paisagem do Capibaribe*

Quadro a óleo. Outra vista panorâmica em que a casaria se concentra sobretudo à esquerda, às margens do rio. No primeiro plano, a humanidade rude das composições de Frans. Há mais atmosfera, mais largueza na linha horizontal da planície, que reparte com o céu o espaço da composição. Procedência: deve ser Londres, tal como o já mencionado da coleção do Conde de Harewood (n.º 184). Adquirido pelo clube do Canguru-Mirim, de São Paulo, foi doado ao museu da mesma capital. Repr. na rev. *Habitat* de São Paulo, em tricromia (1953).

Museu de Arte, São Paulo.

208. *Arcabouço da casa grande*

Quadro a óleo. Este e o seguinte teriam sido adquiridos em leilão por Eduardo Prado, que, segundo Souto-Maior, foi o primeiro a trazer obras de Frans Post para o Brasil. Madeira.

Dim.: 46 × 70 cm. Assinado: F. Post. Exposto: no Rio, na Exp. F. Post, em 1942. Bibl.: Souto-Maior, Sousa Leão, cat. da Exp. F. Post.

Coleção Paulo Plínio Prado, São Paulo.

209. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Madeira. Dim.: 46 × 70 cm. Assinado: F. Post. Bibl.: idêntica à anterior.

Coleção Paulo Plínio Prado, São Paulo.

210. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Aquisição recente da Sra. Yolanda Penteado Matarazzo, na Alemanha, apenas consegui a informação verbal de Sousa Leão. Será, talvez, algum dos quadros já mencionados nos museus alemães.

Coleção do Cdrde Matarazzo, São Paulo.

211. *O mamoeiro e a vila*

Quadro a óleo. Êste e o seguinte lembram, pelo caráter sucinto da composição, dois quadrinhos já catalogados no Museu do Estado de Amsterdam, nos quais Frans evocou, em pinceladas rápidas, a paisagem pernambucana e a composição do gênero, em que afinal se resumem os grupos humanos do primeiro plano. Sobreleva, para dar nome a êste quadro, o mamoeiro. Madeira. Dim.: 22 × 32 cm. Assinado: F. Post. Procedência: oferta do governo da Holanda, em 1922. Ref.: Sousa Leão, com repr. fot.

Palácio do Governo, Recife.

212. *O coqueiro e o engenho*

Quadro a óleo. Forma par com o anterior. Madeira. Dim.: 22 × 32 cm. Assinado: F. Post.

Palácio do Governo, Recife.

213. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Adquirido recentemente em Viena, por Abelardo Bueno do Prado, faltam-me quaisquer elementos para defini-lo.

Coleção Bueno do Prado, Rio de Janeiro.

214. *Paisagem*

Quadro a óleo. Informações inteiramente omissas, nem poderia afirmar tratar-se de outro quadro também consignado na Dinamarca.

Coleção de Kromborg, Dinamarca.

215. *Paisagem*

Quadro a óleo. V. parágrafo anterior. Apenas consegui saber que não tem data nem assinatura. Será sobre o Brasil?

Castelo de Holsteinborg, Dinamarca.

216. *Castelo na Dinamarca*

Quadro a óleo. Recebi a fot. do Bureau Real de História Artística da Haia, que não está certo da atribuição. O tipo da composição é bem holandês, com a predominância de um céu delicadamente rendilhado de nuvens. O castelo à beira d'água, num promontório, e a vegetação que engalana as margens, seriam do melhor Frans. Como o pintor andou viajando pela Europa em 1660, quem sabe se não foi até as margens do Sund, até o país do Hamleto? Madeira. Dim.: 41 × 62,5 cm. Procedência: adquirido em 1943.

Galeria internacional. Haia.

217. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Assinalado por Sousa Leão, não apresenta características.

Museu da vida valona, Liège.

218. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. Pertenceu à coleção Oliveira Lima, que igualmente contaria, segundo Souto-Maior, um retrato de Frans Post. Ponto a verificar. Madeira. Dim.: 36 × 50 cm. Sem assinatura.

Biblioteca da Universidade católica, Washington.

219. *Paisagem brasileira*

Quadro a óleo. À falta de informação direta ou de fotografia, devo restringir-me ao denominador comum de «paisagem brasileira», deficiente para explicar a composição. Madeira. Dim.: 50 × 55 cm. Sem assinatura.

Ringling museum, Sarasota.

220. *Engenho*

Desenho a lápis. O tema, tantas vezes ilustrado por Frans, em quadros a óleo e em desenhos para o livro de Barleu, pode ser ainda aproximado das obras catalogadas no Museu Boymans, em Rotterdam, e na prefeitura de Air sôbre o Adour, na França, bem como no citado Barleu, estampa 3. Dim.: 143×282 mm. Exposto: na Haia, Exposição Frans Post, 1953. Bibl.: Catálogo da Exposição de Grez (Bruxelas, 1913, n.º 2.888), R. Smith, catálogo *Maurits de Braziliaan* (repr. fot.).

Museu Real de Belas Artes, Bruxelas.

221. *O tamanduá e o tatu*

Quadro a óleo. A vegetação enche o quadro desde a mata próxima do observador até os longes da planície crespada de verde. Aqui e acolá, tuguírios rústicos, com os habitantes em frente. À direita, primeiro plano, um grupo confabula, pretas de camisolão, pretos de calção com o dorso nu. Dominando, o tronco retorcido do coqueiro projeta o capitel na altura do céu. À esquerda também confabulam, atrás das moitas, o tamanduá e o tatu. Serviria para ilustrar o folclore indígena de Couto de Magalhães. O quadro tem boa apresentação, recentemente restaurado pelo conservador Jaronir Sip. Madeira. Dim.: 36×41 cm. Sem assinatura. Procedência: pertencente à *Privatgesellschaft fuer patriotsche freunde* de Praga, foi nacionalizado pelos comunistas, em 1948, e passou à galeria do Estado, depositado, a princípio, no castelo de Sbraslav. A respectiva catalogação, ns. 1.285 EC, e OP 167, passou a ser, na galeria, D-O-91. Bibl.: Wurzbach, Souto-Maior, Sousa Leão. Exposto: em Praga, No Rudolfinum, em 1889, sob n.º 558.

Galeria Nacional, Praga.

222. *Desembarque dos holandeses no Brasil*

Quadro a óleo. Trata-se de uma falsa atribuição, estudada em capítulo especial. Com ela encerro o presente catálogo, no qual procurei arrolar tôdas as obras atribuídas, com ou sem fundamento, a Frans Post, obedecendo, assim, a um critério suscetível de revisão e complementação. Tela. Dim.: $48,5 \times 59,5$ cm.

Propriedade do Estado, Praga.

BIBLIOGRAFIA (1)

- AA (van der): *Les ouvrages d'architecture de Pieter Post* (1715).
- ACQUARONE (Francisco e VIEIRA (A. Queiroz): *Primores da pintura brasileira* (2 vls., Rio, 1941).
- AMPZING (S.): *Eloge et description de la ville de Haarlem* (Haarlem, 1621-1628).
- ANDEL (M. A. van): *Willem Piso, en baanbreker der tropische geneeskunde* (Bijdr. tot de gesch. der geneesk, IV, 1924).
- AZEVEDO (Ciro de): *Um desfiar de lembranças* (Montevideu, Barreiro & Cia. 1920).
- BAERLE (Gaspar) : v. BARLEU.
- BAHNSON (Kristian): *Eckhout* (in *Internationalis Archiv für ethnographie*, vol. II, Berlin, 1889).
- BAILLY (Nicolas): *Inventaire des tableaux du Roi, rédigé en 1709 et 1710 par, publié par Fernand Engerand* (Paris, Leroux, 1899).
- BALEN (W. J. van): Johan Maurits in Brazilie (Haia, 1941); *Maurits de Brazilian* (prefácio ao cat. da Exp. Frans Post, Haia, 1953).
- BARLEU (Gaspar) : *História dos feitos praticados durante oito anos no Brasil sob o governo de João Maurício, Conde de Nassau* (trad. e anotações de Cláudio Brandão, ed. em fac. simle, do Min. da Educação, Rio, 1945); edições em latim (Amsterdam, J. Blaeu, 1647), em alemão (Cleves, Tobias Siderling, 1659) e em holandês (S.P. l'Honoré Naber, Haia, 1923).
- BENEZIT (E.): *Dictionnaire critique et documentaire des peintres, sculpteurs, dessinateurs et graveurs de tous les temps et de tous les pays* (3 vls., Paris, Ernest Grand, 1924).
- BENISOVICH (Michael): *The History of the «Tenture des Indes»* (in *The Burlington Magazine*, LXXXIII, 1943); biografia de Nicolau Antônio Taunay, inédita, apud Sousa Leão.
- BERING-LIHSBERG (H. C.): *Kunstkammerets aeldest Historie* (Copenhague, 1897).
- BIE (Cornelis de): *Het Gulden Cabinet van de édele vry Schilder kunst & (Antuérpia, 1662).*
- BLANC (Charles): *Le trésor des curiosités tiré des catalogues de ventes & (2 vls., Paris, 1857).*
- BLOK (Gerard (A. C.): *Pieter Post* (Vorlander, Siegen, 1937); *De bouwmeester Pieter Post als Schilder en teekenaar* (Bouw, Wbl., LXIII, 1942).
- BODE (Wilhelm von): *Frans Hals, sein leben und seine werke* (Berlin, Photographische Gesellschaft, 1914, 2 vls. com reprod. do retrato de Frans Post); *Rembrandt und seine Zeitgenossen Charakterbilder der grossen*

(1) A presente bibliografia abrange todos os temas relacionados com o estudo da arte holandesa no Brasil, não só a pintura de Frans Post e consócios, mas outros aspectos gerais.

- Meister der holländischen und vlämischen Malerschule im XVII Jahrhundert* (Leipzig, 1934).
- BOUMAN (P. J.): *Johan Maurits van Nassau de Braziliaan* (Utrecht, 1947).
- BOYMANS (Frans Jacob Otto): *Notice des tableaux exposés dans le musée de Boymans, fondé par.....* (Rotterdam, A. J. Lammes, 1862; id. ed. holandesa, Rotterdam, 1943).
- BRANDÃO (Cláudio): v. BARLEU.
- BRANDEN (F. Jos. van den): *Geschiedenis der Antwerpsche Schilderschool* (Antuérpia, 1883).
- BRAZILIAN landscape of Frans Post. *A gift of the Detroit museum of Arts founders Society* (in *Art News*, XXXIII, 3 de março de 1955).
- BREDIUS (Abraham): *Johan Post. Mit urkunden über Frans Post & — (Kunstlerinventären, in Archiefsprokelingen, Haia, 1915)*.
- BRUGMANS (H.L.): *Le séjour de Christian Huygens à Paris* (Paris, 1935).
- CALADO (frei Manoel do): *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade* (Lisboa, 1668).
- CARDOSO (Joaquim): *Observações em torno da cidade do Recife no período holandês* (Rev. do Serv. do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, vol. IV, Rio).
- CARVALHO (Alfredo de): *Cartas nassovianas* (trad., in *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, tomo X, números 56, 63 e 69, Recife, 1903); *O zoobibliôn de Zacharias Wagner*, (id., tomo XI, n.º 60, Recife, dezembro de 1903); *A autobiografia de Zacarias Wagner*, (id., Recife, 1904); *Quadros holandeses em Pernambuco* (id., tomo XIII, num. 73, Recife, 1908); *Zacharias Wagner* (in *Jornal do Recife*, Recife, ed. de 11 de out. de 1908 e *Jornal ilustrado*, Recife, ed. de maio de 1912); *Um naturalista do século XVII, Georg Marcgraff* (in *Rev. do Inst. Arq. de Pern.*, tomo XIV, 1909).
- CARVALHO (Ronald de): *Estudos brasileiros* (primeira série, ed. do *Anuário do Brasil*, Rio, 1928).
- Catalogue de l'Exposition coloniale de Marseille* (Marseille, 1922).
- Catalogue der schilderijen & tentoogesteld in het Rijksmuseum te Amsterdam* (publ. oficial, Amsterdam, 1934).
- COMBE (Jacques): *Un douvanier Rousseau au XII siècle — Frans Post* (in *l'Amour de l'art*, vol. XII, Paris, 1931).
- COSTA (F. A. Pereira da): *As artes em Pernambuco* (in *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, Recife, num. 54).
- COUTO (Rui Ribeiro): *Frans Post e o mistério da nacionalidade* (prefácio ao cat. da Exp. Frans Post, Rio, 1942).
- DARMSTÄDTER (L.): *Georg Marcgrav und Wilhelm Piso* (Velhagem Klaser, VI, Berlin, 1928).
- DESCAMPS (Jean Baptiste): *Vie des peintres flammands, allemands et hollandais* (Paris, 1753-1763); *Voyage pittoresque de la Flandre et du Brabant* (nova ed., Paris, 1838).
- DESTREM (J.): *Le Musée de la Marine du Louvre* (in *Gazette des Beaux Arts*, vol. LXI, Paris, 1919).
- DRIESEN (Ludwig): *Leben des Fürsten Joahan Moritz von Nassau* (Berlin, 1849).
- DUARTE (Paulo): *Catálogo da exposição nassoviana* (in *Anais da Biblioteca nacional do Rio de Janeiro*, vol. LI, Rio, 1948); *Bibliographia brasiliensis: Barleus* (in *O Estado de São Paulo*, eds. de 20 e 22 de out. de 1938).

- DUQUE (Luís Gonzaga Duque Estrada, literariamente dito Gonzaga): *A arte brasileira* (Rio, 1888).
- DURAMEAU (Jacques): *Inventaire des tableaux du Cabinet du Roi placés à la Surintendance des bâtiments à Versailles en 1784* (Archives du Louvre, apud Souto-Maior).
- DUSSEN (van der): *Relatório* & (trad. por José Honório Rodrigues, Rio, 1947).
- DYL (D. van): *Catálogo* & (apud Souto Maior, Amsterdam, 1912).
- EHRENREICH (P.): *Ueber einige altere Bildnisse südamerikanischer Indianer* (in *Globus*, Berlim, 1894); *Sôbre alguns retratos de índios sulamericanos* (trad. de Oliveira Lima, in *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, n.º 65, Recife).
- ENGERAND (Fernand): *Inventaire des tableaux* & v. BAILLY.
- FENAILLE (Maurice): *État général des tapisseries de la Manufacture des Gobelins* (tomo II, Paris, 1903, e tomo IV, Paris, 1907).
- FLEIUS (Max): *Aspecto histórico sobre a pintura no Brasil* (in *Jornal do Comércio*, ed. de 7 de out. de 1932); *Recordando* (ed. do *Jornal do Comércio*, de 26 de jul. de 1942).
- FREYRE (Gilberto): *A pintura no nordeste* (in *Diário de Pernambuco*, ed. do centenário, 1925).
- FRIMMEL (Theodor von): *Eine brasilianische Landschaft von Frans Post* (col. K. Geldner, Bazei; *Blätter Gem.*, III, 1907; N.V. Nitgeversbedrift *De Spiegel*, Amsterdam; *Het Kompas*, Antuérpia).
- FROMENTIN (Eugène): *Les maîtres d'autrefois* (ed. Holbein, Basiléia, 1947); *Correspondance et fragments inédits* (Paris, Plon, 1912).
- GALLAND (George): *Der Grosse Kurfurst und Moritz von Nassau der Brasilianer* (Francoforte sobre o Meno, 1893).
- GARCIA JÚNIOR: *Os holandeses no Brasil* (in *Correio da Manhã*, Rio, ed. de 7 de out. de 1932).
- GELDER (Jan G. Van): *Frans Post en Albert van den Beckhout, schilders in Brazilie, 1637-1644* (in *Beeldende Kunst Maandblad*, vol. IX, Utrecht, 1940); *De Schilders van de Orange zaal* (in *Kunsthut, Jaarboek, Haia*, 1948-1949).
- GERSON (H.): *Ausbreitung und Nachwirkung der holländischen Malerei des XVII Jahrh. De expansie der XVII eeuwse Holländsche Schilderkunst* (*Teyle's Tweed Genootschap*, Haarlem, 1942).
- GLASER (Otto): *Prins Johann Moritz von Nassau-Siegen und die Niederländischen Kolonien in Brasilien* (Berlim, 1938).
- GÖBEL (H.): *Wandteppiche* (II, *die Romänischen Lander*, Leipzig, 1928).
- GROOT (C. Hofstede de): *A. Houbraken und seine Gr. Schouburgh* (Haia, 1893); *Besreibundes und Kritisches Verzeichniss der Werke der Hervorragendsten Holländischen Mäler des XVII Jahrhunderts* & (Haia).
- GUDLANGSSON (S.J.): *Pieter Post* (in *Oud Holland*, apud Sousa Leão, 1955).
- GUIFFREY (P.): *Inventaire général des meubles de la couronne sous Louis XIV* (Paris, 1886).
- GUIMARÃES (Argeu): *História das artes plásticas no Brasil* (Rio, 1918); *História Artística* (in *Dicionário Histórico & do Brasil*, Inst. Hist., Rio, Imprensa Nacional, 1922); *a Sereia escandinava* (Pôrto, ed. Lelo, 1930); *a Pintura no Brasil holandês* (in *Diário de Pernambuco*, eds. de 8, 14, 15, 16, 17, 20 e 21 de dez. de 1932); *Quadros brasileiros de Eckhout* (in *Jornal do Comércio*, ed. de 28 de ag. de 1932); *a Pintura holandesa no Brasil* (conf. no Inst. Hist., in *Mensário do Jornal do Comércio*, n.º de 1942); crônicas diversas em *O Jornal*, desde 1947.

- GUIMARÃES, filho (Luís): *A Holanda* (Haia, W.J.A.J. van Zijl, 3ª ed.).
- HAAGEN (J. K. van der): *Het plein, Huygens und Frederik Hendrik* (Anuário *Die Haghe*, Haia, 1928-1929).
- HABRICH Catálogo da coleção... (Cassel, 1892, *apud* Souto-Maior).
- HANTZCH (V.): *George Marcgraff, Bericht und Verhandler die Könige Sächsischen Gesellschaft der Wissenschaften zu Leipzig* (Phil. Hist. Klasse, Leipzig, 1895).
- HIND (A. M.): *Catalogue of drawing by dutch and flemish artists* (vol. IV, Londres, 1931).
- HOET (Gerard): *Catalogus of Naamlyst van schilderijen met verzelven pryzen &* (2 vls., Haia, 1752).
- HOLSTEIN (F. W. H.): *Dutch and flemish etchings, engravings and woodeuts* (Amsterdam, 1950).
- HOUBRAKEN (Arnould): *De groote schouburgh der Nederlantscher konstschilders en schilderessen* (3 vls., Amsterdam, 1718, vol. II).
- HOURTICQ (Louis): *l'Amateur de peinture* (2ª ed., Paris, Floury, 1946).
- HUMBOLDT (Alexandre von): *Kosmos* (Berlim, 1847, vol. II); *Essai d'une description physique du monde* (trad. de Ch. Galusky, Paris, 1855).
- HUTH (H.): *Exotische Elphenbein möbel* (in *Pantheon*, vol. XIII, 1931).
- IMMERZEEL, júnior (J.): *De leven en werken der hollandsche en vlamsche kunstschilders &* (Amsterdam, 1843).
- JACOBEEUS (Holger): *Museum regium* (cat. em latim, Copenhagen, 1696).
- JANNEAU (Guillaume): *Évolution de la tapisserie* (Compagnie des arts photo-mécaniques, il. com heliogravuras, Paris, 1947).
- JOHNSON (Charles): *History of pirates &* (*apud* Sousa Leão).
- JOSÉ HIGINO: v. PEREIRA (José Higino Duarte).
- KALFF (S.): *T'Verzuimd Brazil* (De Gidd, Haia, 1899); *De schilder Frans Post* (in *Oude Kunst*, III, 1917); *Een Haarlemsch schilder in Brazilie* (in *De Tijdspiegel*, Haia e Amsterdam, 1920); *Vroegere koloniale schilderkunst* (in *Oude Kunst*), VII, 1929). Trad. de O Brasil abandonado na Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras., por Souto-Maior, Rio, 1912).
- KELLEN (J. Philippe van der): *Le peintre graveur hollandais et flammand* (Utrecht, 1866).
- KIRSTEIN (Lincoln): *The latin american collection of the Museum of Modern Art* (Nova Iorque, 1943).
- KNOOP (W.): *Dorpsschetsen* (L. J. Veerman, Heusden, 1944).
- KRAMM (Christian): *De levens en werken der hollandsche en vlamsche kunstschilders &* (7 vls., Amsterdam, 1857-1864).
- LAET (Johannes de): *Historie oft' jaerlijck Verhael van de Verrichtingen der Geotroyeer de West Indische Compagnie & Leide*, 1644). Ed. bras. trad. por José Higino e Souto Maior (*Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, 1916-1925).
- LAROUSSE (Pierre): *Dictionnaire Universel* (Paris, 1866).
- LEÃO, filho (Sousa): v. SOUSA LEÃO (Joaquim de).
- Lichtdruckt in Klass* (*Bilderschatz*, *apud* Souto-Maior).
- LIMA (Manuel de Oliveira): *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico* (Leipzig, 1893); *Relação dos manuscritos portadores de interesse para o Brasil no Museu Britânico* (Rio, 1903).
- LUCK (A.): *Der Statthalter* (biogr. romanceada, Haia, 1947).

- LURÇAT (Jean): *Tapisserie française* (Bordas, Paris, 1947).
- LUTTERVELT (R. van): *West Indie en het verre Oosten in Europeesche visie der XVII eeuw* (História, VIII, Haia, 1942).
- MADSEN (Karl): *Kunstens Historie i Danmark* (Copenhagen, 1901-1907).
- MANDER (Karel van): *Het Schilderboek* (Haia, 1618).
- MARCGRAV (Jorge): *História natural do Brasil* (trad. por monsenhor José Procópio de Magalhães, ed. em fac simile do Museu Paulista, escôço biográfico de A. d'Escragnolle Taunay, São Paulo, 1942; ed. original *Historia Naturalis Brasiliae*, Leide, 1648).
- MARTIN (Willem): *Ein gemälde des Pieter Post in Wallraf-Richartz museum der Stadt Köln* (W. R. Jahrb., N.F.I., Haia, 1930); *De hollandsche schilderkunst in de XVII eeuw* (Amsterdam 1942); *Catalogue des tableaux et sculptures. Musée royal des tableaux, Maurits-Huis* (prefácio de W. Martin, 1ª ed, Haia, 1895; reeditado com suplemento e anotações de Jan G. van Gelder, Haia, 1930 e 1939; ed. hol. de 1946).
- MARTIUS — (Carlos Frederico Felipe von): *Genera et species palmarum* (Munique, 1824).
- Maurits de Braziliaan (Expos. Frans Post, 7 de abril a 17 de maio de 1853, cat. oficial, com prefácios de Ary de Vries, W. J. van Balen e J. de Sousa Leão, Haia, 1953).
- MELO, neto (J. A. Gonçalves de): *No tempo dos flamengos* (Rio, 1947): *Relatório van der Dussen* (v. §)
- MICHELIS (Alfred): *Histoire de la peinture flammande depuis ses debuts jusqu'en 1864* (10 v.s., Paris, 1865-1876).
- MIREUR (H.): *Dictionnaire des ventes d'art* (vol. XVI, Paris, 1912).
- MOES (Ernst Wilhelm): *Iconographia batava* (Amsterdam, 1897); *Frans Post gershil'ered door Frans Hals, in Bull. Ned. Ondheick*, VI, Haia, 1905); *Frans Hals* (Bruxelas, 1909).
- MOLENGRAAF-GERLINGS (G.): *Johan Maurits van Nassau en de Korte bloeitijd van Hollandsche Brazilie* (Haia, 1937).
- MOREAU (Pierre): *Histoire des derniers troubles du Brésil entre les hollandais et les portugais* (Paris, 1651).
- MÜLLER (Frederick): *Deschrijvende catalogus van 7000 portretten van Nederlanders* (Amsterdam, 1853); *Nederlandsche Historieplaten, Zinnepraten en Historische Kaarten* (Amsterdam, 1862-1870).
- NABER (S. P. l'Honoré): *Nederlandsche Brazilie onder het bewind van Johan Maurits, Grave van Nassau* (C. Barlaeus, Haia, 1923).
- NAGLER (G. K.): *Neues Allgemeines Künstler Lexikon* (Munique, 1835-1852).
- NASSAU (príncipe João Mauricio de): *Correspondência com Luís XIV, do T'huys Archief, da Haia* (in *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, Recife); *Descrição dos quadros of. por Nassau a Luís XIV* (id., vol. 33, Recife).
- Nationalmuseum. Den Etnografiske Samling* (Catálogo, Copenhagen, 1928).
- Navorsher (De): rev. (Utrecht, 1875, XXV; id. 1898, XLVIII).
- NETO (Enrique Coelho): *As belas artes* (in *Livro do centenário*, Rio, 1900).
- NETSCHER (Pieter Marinus): *Les hollandais au Brésil, notice historique sur les Pays-Bas et le Brésil au XVII siècle* (Haia, Belinfante frères, 1853).
- NICLAUSSE (J.) e JANNEAU (G.): *Musée des Gobelins* (Paris, 1939).
- OBREEN (Fr. D.O.): *Archief voor Nederlandsche Kunstgeschiedenis* (7 vls., Haia, 1877-1887).
- Ordonnantieboeken; Kunstchronik*, 1861 (Haia, *Nederlandsche Spectator*, 1875).

- ORTIGÃO (José Duarte Ramalho): *A Holanda* (8ª ed., parceria A. M. Pereira, Lisboa, 1935).
- OZINGA (M.): *In Kunstgeschiedenis der Nederlanden*, apud Ary de Vries.
- PANHUY (L. C. van): *Compte-rendu de la XXI session du congrès international des américanistes* (Gotemburgo, 1924-1925); *Aanbieding door Johan Maurits, vorst van Nassau, van Schilderijen aan Lodewijk XIV* (Jaarerslag van der Vereniging Oranje Nassau museum, Haia, 1929).
- PELINCK (E.): *Stedelijk Museum De Lakendal, Beschrijvende catalogus van de Schilderijen en Tekenuigen* (prefácio de E. P., Leide, 1949).
- PEREIRA (José Higino Duarte): *Relatório sobre a sua comissão à Holanda* (in *Rev. do Inst. Arq. Pern.*, vol. 30, tomo V, Recife, Junho de 1886) (1); *Documentos sobre o Brasil holandês* (id., vol. 31, de out. de 1886; id., vols. 32, 33 e 34, respectivamente de abril, agosto e dez. de 1887, este último contendo mapas hol. e port.); *Documentos portugueses e holandeses* (id., vol. 35, Recife, abril de 1888).
- PISÃO (Guilherme): *De medicina brasiliense* (trad. bras., Rio, Editora nacional, 1948, da obra de Willem Piso, *De India utriusque re naturali et medica*, Leide, 1658).
- PLANTE (Franciscus): *Mauritiados* (Liv. XII; *Hoc et rerum ab & Joanne Mauritio & gestarum descriptio poetica*, Leide, 1647).
- PÔRTO SEGURO (visconde de): v. VARNHAGEN (Francisco Adolfo de) PRADO (Eduardo): *Colecção* (vol. I, São Paulo, tip. Salesiana, 1904).
- QUELLE (O.): *Zur Kunst und Kulturgeschichte der Zeit Moritz von Nassaus in Brasilien* (in *Ibero-amerikanske archiv*, vol. XIII, Berlim, 1939).
- REIS, júnior (José Maria dos): *História da pintura no Brasil* (São Paulo, ed. «Leia», 1944).
- RICHTER (Paul Emil): *Zacharias Wagner* (Festschrift & des Vereins für Erdkunden zu Dresden, 1889).
- RIO BRANCO (barão do): *Efemérides brasileiras* (ed. da *Rev. do Inst. Hist.*, tomo 82, Rio, Imprensa Nacional, 1918).
- RODRIGUES (José Honório e RIBEIRO (Joaquim): *Civilização holandesa no Brasil* (Rio, Comp. ed. nacional, 1940).
- ROELL (D. C.): *Aanwisten van het Rijksmuseum te Amsterdam — Frans Post, Braziliaansch landschap* (Mededeelingen van het Departement van Onderwijs, Kunsten & Haia, 1934).
- RUBENS (Carlos): *Pequena história das artes plásticas no Brasil* (São Paulo e Rio, Comp. ed. nacional, 1941).
- Sandart: Deutsche Akademie* (1675-1679).
- Scheepvaartmuseum, Tentoonstellingen Amsterdam* (cat. do Museu de História Naval, Amsterdam, 1937).
- SCHENDEL, júnior (Arthur van): *Frans Post le Brésilien* (cópia mimeografada, Paris, 1936); *Tentoonstellingen — Zeldzame meesters en weinig bekende werken in et Rijksmuseum* (Amsterdam, publ. of., 1941).
- SETÚBAL (Paulo): *O Príncipe de Nassau* (rom. hist., São Paulo, Comp. ed. nacional, 1928).
- SMITH (John): *A catalogue raisonné of the works of the most eminent Dutch, Flemish and French painters &* (9 vls., Londres, 1829-1842).

(1) Constitui raridade bibliográfica.

- SMITH, júnior (Robert C.): *The brazilian landscapes of Frans Post in The art quarterly*, fc. II, Detroit, 1938; *Três paisagens brasileiras (in Boletim da União panamericana*, num. 41, Washington, 1939).
- SOMEREN (F. V.): *Beschrijvende catalogus van geografeerde portretten van Nederlanders* (Amsterdam, 1888-1891).
- SOUSA LEÃO, filho (Joaquim de): *Frans Post (in Jornal do Comércio*, ed. de 30 de julho de 1933); *Frans Post, seus quadros brasileiros* (Rio, 1937); *Frans Post in Brazil (in The Burlington magazine*, vol. LXXX, março de 1942); *Frans Post, a postscriptum* (id., vol. LXXXIV, 1943); *Os célebres gobelinos «Teinture des Indes» (in Anuário do Museu Imperial, Petrópolis 1944)*; *Frans Post* (Rio e São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1948); *Arte holandesa* (conf. no Inst. Brasil-Hollanda, *in Jornal do Comércio*, ed., de 4 de jan. de 1948); *Frans Post en Albert Eckhout (in Cat. Exp. Haia, 1953)*.
- SOUTO-MAIOR (Pedro de): *Fastos pernambucanos (in Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Bras.*, tomo LXXV, Rio, 1913); *Arte holandesa no Brasil* (id., tomo LXXXIII, Rio, 1919); (traduções e documentos, no tomo LXX, Rio, 1912).
- STOLK (van): *Atlas & Catalogue der historie, spot en zinneprenten, betrekkelijk de geschiedenis van Nederland bew. door G. van Rijne & (Amsterdam e Haia, 1895-1891, reg. 1933)*.
- TAUNAY (Afonso d'Escragnoille): v. MARCGRAV, *História natural do Brasil*.
- TERWESTEN (Pieter): *Catalogus of Naamlyst van Schildertjen met Derzelver pryzen & (Haia, 1770)*.
- Teatrum rerum naturaliae Brasiliae*: in-fó'io composto por vários artistas da missão de Nassau, existente na Biblioteca prussiana (Berlim).
- THIEME-BECKER: *Allgemeines Lexikon der bildenden Kunstler* (Leipzig, 1933).
- THOMSEN (Thomas): *Albert Eckhout ein Nederlandscher Mahler und seine Gonner Moritz von Nassau, der Brasilianer* (Copenhagen, 1938).
- VALENTINER (W. R.): *Frans Hals paintings in America (Detroit)*; *Frans Hals des Meisters Gemälde in 318 Affilgungen & (Deutsche Verlags Anstalt, Stuttgart e Berlim, 1921)*.
- VARNHAGEN (Francisco Adolfo de): *História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (Viena, 1871; 2ª ed., Lisboa, 1872).
- VEEGENS (D.): *Historische Studien's* (Haia, 1885).
- VERMEULEN (F.): *Handboek tot de Geschiedenis der Nederlandsche Bouwhunst* (vol. III, Haia, 1941).
- VIEIRA (A. Queiroz): v. ACQUARONE (Francisco).
- VRIES (Ary Bob de): *Maurits de Braziliaan en het Maurits-Huis* (cat. da Exp. Frans Post, Haia, 1953).
- WAAGEN (M.): *Treasures of art in Great Britain* (4 vls., Londres, 1854-1857).
- WAGNER (Zacharias): *Autobiografia*: v. CARVALHO (Alfredo de).
- WÄTJEN (Hermann): *Das Holländsche Kolonialreich in Brasilien & (Haia, 1921)*.
- WEGENER (Hans): *Eine Forshung und Kolonialexpedition nach Brasilien im 17 Jahrhundert (in Atlantis*, vol. X, 1938).
- WEIDER (F. C.): *Monumenta cartographica* (Haia, 1925; ref. à aquisição de mapas e atlas da Companhia das Índias Ocidentais por José Higino, em 1886).
- WEYERMAN, júnior (Jacob Campo): *De Lebensbeschrijvingen er nederlandsche Kunstschilders & (3 vls., Haia, 1729)*.

- WILLIGEN (A. van der); *Les artistes de Haarlem* (Haarlem e Haia, 1870).
WORP (J.A.) *De briefwisseling Constantijn Huygens* (Reijk Geschiedk, Haia, 1913-1917); *Life of Barlaeus* (in *Oude Holland*, vls. III e VII, 1885-1889).
WURZBACH (Alfred von): *Niederlandsches Kunstler-Lexikon* (Viena e Leipzig, 3 vls., Halm und Goldmann, 1910).
WUSSIN (J.): *Jonas Suyderhoef* (Leipzig, 1861).
YVART: *Inventaire général des peintures qui ont été faites aux manufactures royales pour les dessins de tapisserie en l'année 1690, à la garde du Sieur...* (Paris, Archives nationales).

Procurando indicar, na bibliografia, tanto quanto possível, as fontes para o estudo da pintura holandesa no Brasil ao tempo de Maurício de Nassau, praz-me fazer uma referência especial ao catálogo da exposição Frans Post que se realizou em Haia de 7 de abril a 17 de maio de 1953, sob os auspícios de sua alteza real o príncipe Bernardo dos Países Baixos.

O catálogo, sob o título expressivo de *Maurits de Brasiliaan*, encerra magníficos prefácios de Van Balen, Sousa Leão, Ary de Vries, além de uma cronologia e genealogia de João Maurício, com a lista dos seus retratos conhecidos. Desnecessário é acrescentar que, saído dos prelos da pátria dos Elzevir, impressiona também pela feição tipográfica, com reproduções, em tricromia e em fotogravura, de quadros dos irmãos Post, de Eckhout, de Van Campen, e outros. É o mais atualizado repositório bibliográfico sobre a matéria.

GENEALOGIA DA FAMÍLIA D'ESCRAGNOLLE (FRANÇA-BRASIL)

LUIZ AFFONSO D'ESCRAGNOLLE

(Do Instituto Histórico de Petrópolis)

DUAS PALAVRAS

Solicita-me o prezado primo Luiz Affonso d'Escragnolle algumas linhas de apresentação, desejo a que gostosamente anuo.

Como o leitor verá, trata-se da história de uma dessas famílias, que a Grande Revolução de 1789 exilou de sua pátria e veio estabelecer-se no Brasil, mercê do apoio encontrado por parte de D. João VI, quer a princípio em Portugal, quer depois no Reino brasileiro, integrante da triplice coroa do Bragança bondoso e conhecedor de membros da fidalguia francesa, reduzidos às mais duras condições de vida.

Os d'Escragnolle, de origem provençal, desde longos séculos fundem-se na monarquia luso-brasileira, mercê da aceitação de Alexandre, Conde d'Escragnolle, nas fileiras do exército português, como igualmente se daria com os seus dois cunhados Marcos e Teodoro de Beaurepaire que acabaram marechal-de-campo e vice-almirante do Império do Brasil, assim como êle Alexandre terminou os dias como coronel, comandante das armas do Maranhão.

Para realizar esta pequena monografia foi seu autor visitar o berço da família na Provença, nos Alpes Marítimos, na pequena aldeia d'Escragnolle, cujo nome se apõe desde séculos à família de Robert.

Transplanta-se ao nosso país com a vinda de Dom João VI; já hoje se contam cinco gerações brasileiras d'estes Escragnolle, desde o primeiro Gastão Luís Henrique d'Escragnolle, Barão



Indicação nos limites da "Vila d'Escragnolles», junto ao qual uma descendente dos Escragnolles, filha do autor deste trabalho, numa foto tirada a 16-8-1953



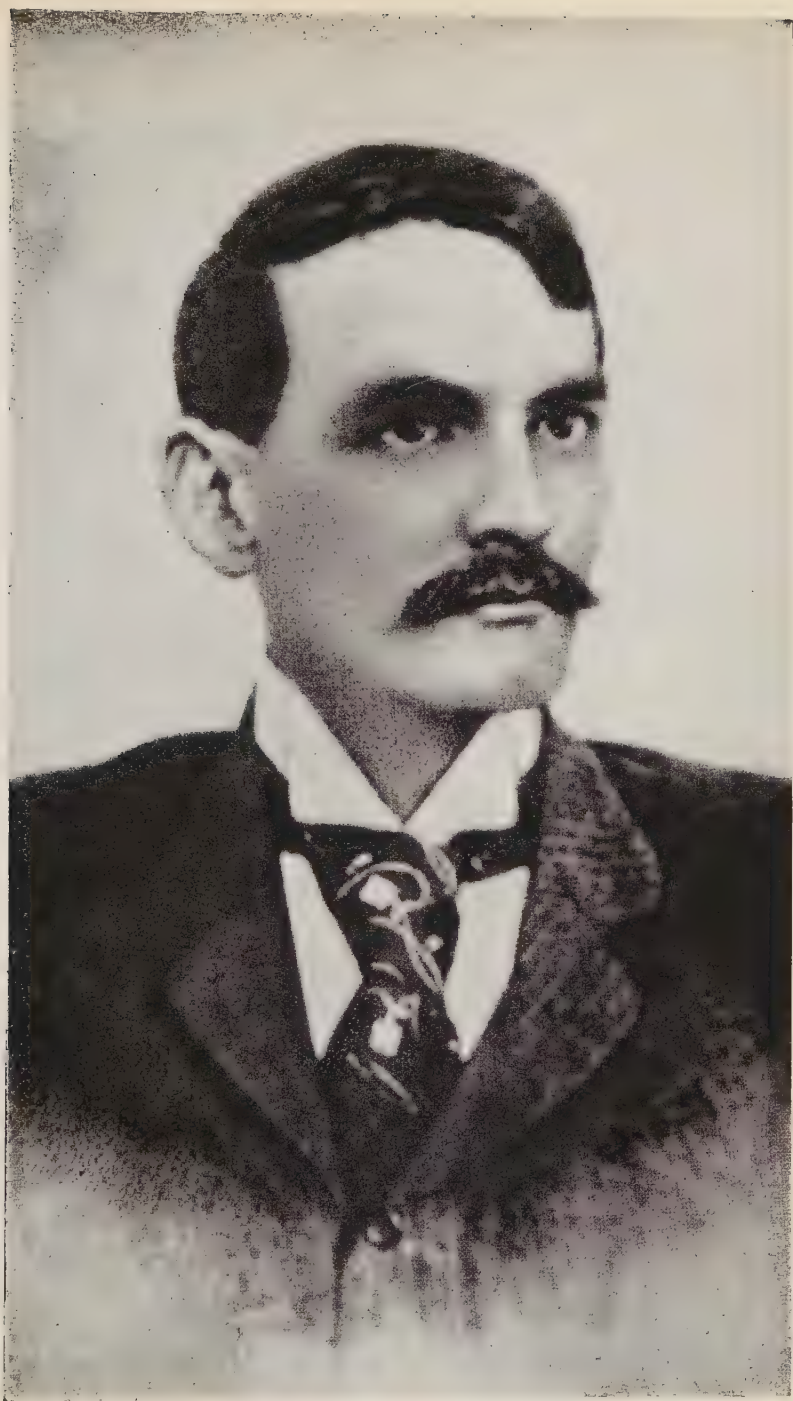
*Tela a óleo, assinada Picoche, representando o chateau senhorial d'Escragnolles,
no seu estado atual*



Barão d'Escragnolle (Gastão Luís Henrique d'Escragnolle 1821-1888).



*Alferes Alexandre Henrique d'Escragnolle, único filho do Barão d'Escragnolle
1847-1869*



Bacharel João Roberto d'Escragnolle (1868-1925), pai do autor



Conde d'Escragnolle (Louis Alexandre Marie de Robert d'Escragnolle 1784-1828), desenho à crayon de J. Batista da Costa — 1893.

d'Escragnolle (1881-1888), em que predominam militares, como o fundador da família no Brasil, servidores públicos, escritores.

Como assim disse, o autor d'êste estudo genealógico conscienciosamente recorreu às fontes arquivais e à bibliografia antiga e moderna francesa e brasileira.

Daí a variedade e o volume das informações que coligiu e tornam o seu ensaio digno de aprêço dos que amam as nossas coisas.

AFFONSO D'E. TAUNAY

São Paulo, 24 de janeiro de 1956

AO LEITOR

Minha longa permanência no Museu Imperial, inclusive como seu diretor em convívio quase diário com estudiosos e investigadores de História, o que me permitiu pesquisar milhares de documentos do soberbo e monumental arquivo de tão conhecida instituição cultural, e ainda a visita que fiz a museus, bibliotecas e arquivos da América do Sul e da Europa, principalmente no Brasil, Portugal, Espanha, França e Itália, deram-me elementos e incentivos para escrever a genealogia da família d'Escragnolle, não só como preito de gratidão ao meu saudoso Pai, pelo nome que me legou, como para contribuir com trabalho, à luz de documentos, oferecido aos meus descendentes e aos que se dedicam a êste gênero de estudos.

Assim, a publicação d'êste despretensioso trabalho tem o mérito particular de interessar especialmente aos descendentes da família dos Escragnolle, aos genealogistas em geral.

A VILA DE ESCRAGNOLLES

Escragnolles, situada no Departamento dos Alpes Marítimos, na Provença, a 30 e 825 quilômetros de Grasse e Paris, respectivamente, na história e muito transitada estrada «Napoléon», tem uma situação única e de atrativo excepcional. Possui uma das mais belas florestas de carvalhos do «Meio Dia», megálitos, acampamentos romanos, passeios e até uma antiga hospedaria. «L'Auberge Napoléon», transferida para o lugar por Antoine de Robert.

Presentemente, o *Sindicato de Iniciativas de Escragnolles*, que se propõe a levantar o prestígio da região, revivendo-lhe a história e aproveitando-lhe a riqueza panorâmica, envia esforços para tornar o lugar em ponto turístico de primeira ordem.

O CASTELO DE ESCRAGNOLLES NA ATUALIDADE

Iniciada sua construção, por Antoine de Robert em 1599, o edifício, de quatro andares, ainda permanece de pé, embora mal conservado.

Atualmente, dividido em dois, por uma parede de tijolos, pertence às famílias Faisolle e Liauteaud.

A parte dos Faisolle acha-se em piores condições. Entretanto, no interior, encontra-se maravilhosa chaminé, embora arruinada.

A parte dos Liauteaud obedece ao mais puro estilo provençal. Possui cozinhas abobadadas e na câmara principal, depara-se-nos soberba chaminé, onde se vê evocado em pintura mural o «Julgamento de Salomão».

Habitado por camponeses, acha-se o castelo muito mal conservado. Suas pinturas estão rebocadas de cal e o pátio encontra-se cheio de urtigas. Suas dependências, pertencentes a outro camponês, estas eu as vi em quase estado de ruína, tal qual sucede com a antiga Prefeitura e a arruinada Igreja de Notre Dame.

DAS ORIGENS DE ESCRAGNOLLES ATÉ A COMPRA POR ANTOINE DE ROBERT

Remontando aos anos da antiguidade, ficamos sabendo que o cantão de Escragnolles — cousa extraordinária! — conta 40 séculos talvez de ocupação ininterrupta. O túmulo de «La Collete» apresenta remotíssimo vestígio, dizem de 25.000 anos! O dólmen dos «Claps» de origem céltica refinada, e a gruta dos «Gras», em região neolítica e paleolítica atualmente em estudos, fazem de Escragnolles uma estação arqueológica de primeira ordem. A paleontogia também ali prospera; os museus de todo o mundo possuem fósseis da região.

Em 808, a invasão muçulmana pôs fim à riqueza do lugar.

Transformado em terra de pastoreio, que só pastores freqüentavam, cobria-se a montanha de carvalhos e acompanhou obscuramente os lances da história. Em 1323, foi o torrão de Escragnolles reivindicado pelo Sr. de Muy, depois pela família de Réquiston, Senhores de Galliau, cujos direitos foram reconhecidos.

François de Requiston doou Escragnolles como dote a sua filha Louise, que desposou Louis de Grasse. Seu filho, Henry de Grasse, começou a interessar-se um pouco por aquela terra selvagem, iniciando um processo, em 1559, para delimitar a fron-

teira de seu senhorio com o de Mons. A questão não deve ter sido juridicamente precisa, porque durante anos se travou a disputa. Pode-se ler no processo: «está o torrão de Escragnolles tão despovoado que os poucos habitantes, que ali têm fé, não podem sequer desfrutar os socorros da religião».

Henry de Réquiston construiu em 1562 a Igreja de St. Pons. Sua filha Francisca de Grasse, com quem se extinguia êsse ramo da família de *Grasse du Mas*, vendeu, em 1598, o senhorio de Escragnolles, que acabava de ser assolada pela peste negra, a Antoine de Robert, capitão do exército real, cuja residência particular era em Grasse.

A FAMÍLIA DE ROBERT D'ESCRAGNOLLE ATÉ ALEXANDRE JOSEPH

Antônio de Robert é oriundo de velha família provençal, cujo nome se encontra na história de várias guerras. Não se pode, contudo, reagrupar êsses lugares familiares. Adquiriu Antoine o senhorio d'Escragnolles em 1598. O preço deve ter sido alto, porque êle revendeu imediatamente aos habitantes e aos burgueses de Grasse grande parte das terras e o direito de se constituírem em comunidade. Iniciou a construção do castelo e faleceu muito cedo, em 1609.

Antoine de Robert era o tipo da «nobreza de espada». O ato de afidalgar, confirma o estado de nobreza, e a compra de um senhorio regulariza a situação. Com efeito: o comando no exército correspondia a um privilégio de nobreza: Era Antoine de Robert capitão, filho de capitão, que se distinguira sob o reinado de Henrique III. Essa nobreza sem terras, sem título, constituiu depois da Idade Média a melhor parte do corpo de oficiais de cavalaria e, posteriormente, do exército francês.

Em recompensa pelos grandes e valerosos serviços e de seus filhos, concedeu-lhes Henrique IV as cartas-patentes de nobreza, as quais chegaram aos seus filhos Melchior e Honoré, dois anos após a morte do Rei, em 1612; portanto, continuaram os dois a tradição servindo no exército real. Assim foram-lhes as terras administradas pelas mulheres e êste costume não mudou até a Revolução. Esta era a sorte da nobreza, única classe sôbre a qual incidia o serviço militar obrigatório.

Em 1612, Melchior, chefe da família, constrói e mobília às suas expensas a Igreja de Notre Dame, e após uma transação com os paroquianos, transfere a paróquia para o Castelo.

Escragnolles, em 1666, com a designação de um vigário para officiar em St. Pons e sob a proteção do Senhor e da comunidade, conheceu a prosperidade, todavia rápida. Os habitantes elegem-os prefeitos e conselheiros e a população aumenta. Transformou o oratório de St. Martin em Capela. Em 1719, instala-se a escola e constrói-se outra igreja St. Clair. O povoado contou desde logo, também, com a presença de um açougueiro e um barbeiro.

Casou Melchior o filho, Alexandre, com Jeanne de Mourgues. E' interessante observar que, se as primeiras uniões se realizaram entre famílias de pequena nobreza, cada casamento futuro significou uma elevação: as duas ultimas (família dos Blacas e dos Suffret de Villeneuve) promovem a família d'Escragnolles a bem mais elevada categoria.

Alexandre, como seus pais, serve na cavalaria real: sua mulher, conforme a tradição, vem de tempos a tempos a Escragnolles visitar e dirigir as terras. Hospeda-se na casa particular da família d'Escragnolles, em Grasse. Teve o casal dois filhos: Jacques, Senhor d'Ansuegue, e Honoré, falecido sem filhos em 1716. As terras de Ansuegue estão situadas atualmente no território de Mons. Jacques casou-se em 1672 com Isabelle de Rochemaure e faleceu em 1714. Seu filho Antoine, um ano mais tarde, em 1715, desposou Catherine d'Andon. Seu primeiro filho, Alexandre-Joseph, assegurou por intermedio de rico casamento com Françoise de Blacas, em 1754, a continuação da linhagem: o segundo filho, Alexandre de Moissac, capitão, incorporado no mesmo regimento que o irmão, assume os encargos da família: sua irmã Charlotte esposa também um oficial do exército. Lamentando a sorte, ela escreve ao irmão, «Ah! meu caro e mui terno irmão, pesa-me a solidão».

No mesmo ano de 1754, morreu Antoine, e Escragnolles passa a ser regido sobretudo por Françoise de Blacas, que doou em 1768 um capital de 600 libras ao municipio, a fim de que os juros se distribuíssem perpétuamente aos pobres.

A caridade não é democrática e a Convenção confiscou capital e juros em proveito de uma instituição popular de beneficência, em Draguinan.

A elevação de Alexandre-Joseph ocasionou-lhe sérios inconvenientes. Disposto de fortuna muito grande, passou a viver cada vez mais em Paris, no «Hotel d'Entragues», rua Tournon.

Mudam os tempos, deixa-se a nobreza seduzir pelos banqueiros e Alexandre-Joseph perde quase todo o patrimônio familiar.

Quando Isabeau de Rochemaure anuncia o nascimento de Antoine, escreve à mãe :

«Deus, em tôda sua bondade, senhora, houve por bem honrar a união, que vós abençoastes. e conceder-me a grande alegria de oferecer um filho a Monsieur d'Escragnolle...»

Um século mais tarde, exatamente, Caroline de Suffret annunciara o nascimento de Louis-Alexandre-Marie, nestes termos: «Mãezinha querida, sua louquinha; mais uma vez, dei à luz a lindo garoto que já se parece com você e eu sinto-me loucamente QUOTANTE...»

Quando, saindo do colégio, os herdeiros d'Escragnolles partiram para o exército, receberam muito mais conselhos do que dinheiro para os gastos pessoais. Alexandre-Joseph enviou ao filho bonito enxoval, e providenciou para que se beneficiasse de licenças, nem sempre muito legais. Aproxima-se a revolução; porém a verdadeira revolução já está feita nos espíritos e nos corações.

Vimos, assim, que por uma série de casamentos felizes e também por uma permanente presença no exército, a família d'Escragnolle prestigiou-se de geração em geração.

A história dessa família é a de tôda a nobreza francesa. Alexandre-Joseph, oficial do regimento de Berry, frequentava os salões literários da capital, onde escolhera domicílio definitivo, não vindo a Grasse, onde residia a família e sua espôsa Françoise de Blacas senão raramente. Seu filho, Antoine-Joseph, oficial por tradição, e também em guarnição, raramente se encontrava na Provença.

Madame de Blacas e depois sua nora Caroline de Suffret, ocupavam-se em dirigir as terras de Escragnolles, com o auxilio de um feitor. Assim, as mulheres frequentavam os salões de Grasse, e os homens, os de Paris e, para ser fiel a seu tempo, Alexandre-Joseph tornou-se mesmo algo cortesão.

Com as idéias voltairianas, o novo sistema bancário iria cativar o Capitão d'Escragnolles, e não obstante os conselhos repetidos de Madame de Suffret, que com êle manterá correspondência, emprestou uma soma considerável, recomendação do seu coronel, a um banqueiro por nome Rambion.

Madame de Suffret nunca deixara de prevenir Alexandre-Joseph contra o rebaixamento moral de sua época. Seu irmão, Louis de Suffret, sacerdote, doutor da Sorbonne, cônego da igreja catedral da cidade de Fréjus, batisou, na igreja de Grasse,

seu primeiro filho Louis-Alexandre de Robert d'Escragnole, a 2 de julho de 1774 (Arquivos de Grasse, registro C.C. 48), presente um ilustre ancião: Alexandre de Robert d'Escragnolle, grande «Prevot» honorário da cavalaria da Provença, uma das altas funções do reino.

Claudine Caroline, espôsa de Antoine-Joseph, teve seis filhos, conforme registros que estão anexados a êste trabalho.

Imaginamos vê-la, graciosa, nas velhas ruas de Grasse, saindo, de seu domicilio na *place aux Aires*. 17, para dirigir-se à *place du Grand-Puy*, 5 (casa de Madame de Blacas).

Caroline, mulher extraordinária, vê o marido apenas uma vez por ano! Escreve ao sogro cartas inflamadas, de ortografia pavorosa. É, quando êste a censura, depois de seus reveses de fortuna, taxando-a de gastadora, responde-lhe, engraçadamente divertida, que irá levantar-se uma hora mais cedo, diàriamente, para vigiar o colono Rebufeel e enumera uma série de economias que pretende fazer; termina a carta pedindo notícias do colar de pérolas que o espôso lhe prometera!...

Madame de Blacas encontrava-se em Escragnolles durante a guerra de Secessão da Áustria em 1746, quando as tropas austro-sardas devastavam a região. Pessoa austera, contrasta muito com a divertidíssima nora. Os assuntos da terra ocupam-na sèriamente, enquanto que Caroline escreve um dia a seu sogro que «os redis de Mons teriam sido queimados pela gente desta montanha, espécie de animais, horríveis de aspecto e mais perigosos que os lobos!»... Ela deixou o rendeiro desenredar-se para maior prejuízo do patrimônio. Devido às negligências de Rebufeel, metade do rebanho de carneiros morreu, e Alexandre-Joseph mandou despedi-lo. Mas Caroline iñtervém em seu favor: «Estando sua mulher grávida, isto seria cometer ação muito má porque esta pobre gente não saberia para onde ir...»

Em Paris, Alexandre-Joseph descobriu muito tarde que o banqueiro Rambion era um larápio refalsado. Chegou mesmo a denunciá-lo à policia, mas tratava-se de um insolvente. Torna-se fora de dúvida que tal malôgro desferiu um golpe muito duro nas finanças de sua familia. Depois desta data endividou-se completamente.

Mas Antoine-Joseph não é nenhum voltairiano amador. Frequentava a casa do Marquês de Mirabeau, cujo irmão acabava de provocar escândalo em Grasse, graças às suas orgias.

Preparava-se a revolução nos salões e a tal sonhada revolução chega! Alexandre-Joseph morreu depois de fazer parte de um

comitê revolucionário de Grasse. A nobreza semeava ventos : êle colhia tempestade!...

A Revolução muda de mãos, e eis que se implanta o terror ! Antoine-Joseph, refugiado nas terras de Blacas, em Nice, depois volta a Escragnolles, onde não é mais do que o cidadão Robert, antes Senhor d'Escragnolles.

Passada a tormenta está a nobreza dispersa, a família quase destruída !... A povoação de Escragnolles muda de lugar; constrói-se uma igreja na hospedaria e Antoine-Joseph fica quase só no Castelo. Seus impostos cadastrais são aumentados e passam de 4.000 a 15.000 libras; as dívidas se acumulam, seus filhos estão crescidos, exceto o primeiro, Louis-Alexandre, que morrerá a 3 de outubro de 1784.

A França, muito se empobrecia depois da dupla tormenta da revolução e da epopéia napoleônica. O horizonte encontra-se limitado para uma juventude que herdava as virtudes dos antepassados.

Antoine-Joseph abandona o castelo e transfere-se para Grasse. A família d'Escragnolles não deixa sinais em Grasse depois dessa época. Continua porém como ramo, oriundo de Louis-Alexandre-Marie de Robert d'Escragnolle, Conde d'Escragnolle, filho de Antoine-Joseph, que se transportou para o Brasil em 1807, e cuja descendência também está adiante descrita.

CONDE D'ESCRAGNOLLE (1784-1828)

Sexto filho de Antoine-Joseph de Robert d'Escragnolle, oficial de cavalaria do exército francês, e de Claudine Caroline de Suffret de Villeneuve. Nasceu Louis-Alexandre-Marie de Robert d'Escragnolle no castelo de seus pais em Escragnolles, perto de Grasse (Alpes Marítimos), a 21 de dezembro de 1784.

Foram seus pais obrigados a fugir de França em princípios de 1793, indo refugiar-se em Verona. Seu irmão Louis-Cesar-Marie, nascido em 1775, e que usava o título de Visconde d'Escragnolle, foi em março de 1793, servir no corpo de franceses exilados que, sob as ordens do Príncipe de Condé, se bateu com os exércitos revolucionários em diversas campanhas infelizes, como se sabe. Licenciado em 1797, ao se dissolver o chamado exército de Condé, passou-se à Espanha e, mais tarde, a Portugal, onde se achava sua família, reduzida à maior penúria. Nessa época, assentou praça como oficial do regimento comandado pelo Duque

de Mortemart, composto, quase todo, de fidalgos emigrados franceses.

Ao irmão, o jovem Louis-Alexandre-Marie, foi dada matrícula no Colégio dos Nobres, donde em 1801 o transferiram para a Companhia de Caçadores Nobres como praça de voluntários da Armada Real portuguesa, conforme interessantes documentos que passamos a transcrever:

«Papéis do Arquivo Histórico Colonial — Lisboa».

«Ilmo, e Exmo. Sr.

O Marquez e a Marqueza d'Escragnolle, Francezes Emigrados, que vivem em Lisboa favorecidos do caritativo beneficio q̃. S. Alteza Real lhes faz na generosa penção q̃ lhes concede; dezejando corresponder com demonstrações da sua gratidão, e agradecimento, offerecem todos os seus sinco filhos p.^a o serviço de S. Alteza Real, rogando m.^{to} a V.^a Ex.» queira ordenar q̃ delles o quarto chamado Alexandre, de idade de dezesseis annos, haja de embarcar como voluntário na Fragata Sirne, comandada pello Marquez de Braije seu tio Capitão de Mar, e Guerra no serviço de Portugal, cuja immediata e quotidiana inspecção sôbre o sobrinho, ainda de annos tão juvenis, e a vigilância e cuidado com q̃ o applicará aos estudos e exercicios da sua profição, virá a constituillo hum habil servidor no corpo da Marinha Real Portugueza, em qũ possa prestar, e desempenhar dealgum modo as grandes Obrigações, de q̃ toda a sua familia he devedora a S. Alteza Real.

E. R. M.^{ce}

Em nota à parte diz : «Já está deferido pelo avizo que mandei passar hoje 28 de Setembro de 1801».

«Arquivo Historico Colonial — Reino 1801 — Papeis avulsos»

«Monsieur

J'ay l'honneur de prier votre excellence de trouver Bon que je luy demande, ses Bontées, en faveur du fils de M. Le M.^{is} d'Escragnolle jeune homme de 15 ans fort joli sujet. Il est neveu de M. Le M.^{is} de Braije qui commande une fregate il desireroit être embarqué avec M. Son oncle comme volontaire j'espere que votre excellence ne trouvera pas ma demande indiscrete, de serai

bien reconnoissant, si elle vene Bien M'accorder cette petite grâce.

J'ay L'honneur d'être avec une haute consideration
Monsieur

de Votre excellence

Les très humble et très obeissant
serviteur

Le duc de Coigny»

Lisbonne, le 16 7.^{bre} 1801

Na qualidade de oficial de marinha, acompanhou, em 1807, Louis Alexandre Marie d'Escragnolle a família real ao Brasil, sendo, em junho de 1809 promovido a 2º tenente. Em junho de 1810 pediu e obteve transferência para o exército, sendo pouco depois promovido a capitão. Casou-se no Rio de Janeiro, a 27 de agosto de 1811, com Adelaide Madalena Francisca de Beaurepaire, filha dos Condes de Beaurepaire, cuja família também se refugiara em Portugal e no Brasil. Tornou-se assim cunhado dos futuros Marechal Conde de Beaurepaire e Vice-Almirante Teodoro de Beaurepaire. Foi em 1817 destacado para servir em Pernambuco contra os revolucionários. Em 1816, pedira para ser enviado a pelear contra os espanhóis da Cisplatina. Elogiado pelos serviços prestados em Pernambuco, teve promoção a sargento-mor em 1818.

Dera-se nesse interim a restauração da monarquia bourbônica em França, ordenando Luís XVIII que recolhessem à pátria todos os franceses nobres emigrados. Consultado o Conde d'Escragnolle se desejava voltar, respondeu que sim, oportunamente. No momento não podia pensar em tal, tantos eram os motivos de gratidão que o prendiam ao serviço de Portugal.

«J'ay l'honneur de diriger à Votre Excellence la lettre incluse pour le ministre secrétaire d'État de la guerre que lui écrit Mr. le Comte d'Escragnolle actuellement capitaine dans un régiment portugais; désirant se conformer aux ordres de Sa majesté il demande être autorisé encore pour quelque temps à continuer son service en Portugal; et il compte rentrer en France et consacrer ses jours au service du meilleur des Rois, dès qu'il pourra quitter ce pays sans blesser la délicatesse. J'ose implorer la bonté de Votre Excellence pour qu'elle veuille bien s'intéresser à faire expedier sa demande», oficiava o Cônsul Maler ao governo francês a 18 de outubro de 1815. Em ofícios subsequen-

tes noticiava o embaixador francês no Rio de Janeiro, Duque de Luxembourg, que os Condes de Beaurepaire, et d'Escragnolle lhe haviam falado em servir ao seu Rei. «Ce serait priver S. M. de serviteurs très fidèles que ne pas faire, valoir leurs titres à la bienveillance particulière du Roi», dizia o embaixador em ofício de 12 de setembro de 1816. Nesse mesmo ofício anexou o duque uma lista de oficiais franceses emigrados no Brasil. «Poucos há, comentava; pertencem a famílias distintas que por dedicação ao seu Rei sacrificaram a fortuna. Têm tido uma vida ininterrupta de bravura e lealdade». A Condessa d'Escragnolle resolvera o governo de D. João VI transferir a pensão que desfrutara sua sogra, a Marquesa d'Escragnolle, recém-falecida, para breve prometendo ao mesmo tempo a promoção de seu marido.

«Devido aos serviços à Coroa Portuguesa, tinha o Conde d'Escragnolle obtido licença de Luís XVIII, por carta passada em maio de 1816, em que lhe garantia os direitos de cidadão francês, ainda mesmo empregado em serviço de nação estrangeira», diz o Professor José Ribeiro do Amaral, o conhecido erudito maranhense, na longa, minudente, documentada e interessante memória que lhe consagrou.

Afeiçoado a D. Pedro I, foi o Conde d'Escragnolle dos oficiais que com mais entusiasmo e dedicação aderiram ao movimento da Independência brasileira. Quando, em janeiro de 1822, tomou a divisão portuguesa de Jorge de Avilez atitude ameaçadora para com o então príncipe regente, acastelando-se no morro de Santo Antônio, foi o Conde d'Escragnolle dos primeiros a oferecer os seus serviços à causa nacional, apresentando-se aos Marechais Oliveira Álvares e Curado, chefes das forças brasileiras. Numa atestação passada pelo primeiro em fevereiro de 1823 lê-se o seguinte: «Em a noite de 11 de janeiro do ano próximo passado se apresentou o tenente coronel comandante do Batalhão de Caçadores nº 4, então sargento-mor agregado ao 2º batalhão de fuzileiros, Conde d'Escragnolle: o qual se mostrou constantemente aquela noite, e no dia 12, isto é em todo o decurso do perigo, vigilante, ativo, bravo, inteligente e imperturbável, e isto muito particularmente na ocasião em que se anunciou que parte da Divisão Portuguesa marchava perto, seguindo uma peça de 6, escoltada por cem praças do Regimento de Artilharia, e por um esquadrão da Cavalaria que eu mandara recolher ao Quartel a requerimento do tenente Coronel Francisco de Paula Vasconcellos.

Havendo eu então ordenado a posição da tropa disponível: foi o Conde d'Escragnolle encarregado de fazer executar literalmente as ordens e de vigiar incessantemente que ninguém delas se desviasse. E deu provas não equivocadas de ser credor de toda a confiança que eu nêle tinha. Atesto igualmente que havendo S. M. Imperial para precipitar o embarque da Divisão Portuguesa, ordenado um reforço tirado dos três Batalhões de Fuzileiros, e do 4º Regimento de Milícias, houve o mesmo Augusto Senhor por bem confiar ao Conde d'Escragnolle o Comando do Corpo da Primeira Linha encarregando-o ainda do Comando em segundo de toda a Divisão que marchou às ordens do Coronel José Joaquim de Lima e Silva. São também válidos o modo por que este official se então comportou; e os elogios que mereceu lhe foram conferidos por S.M. Imperial». Promovido a tenente-coronel após o 7 de setembro por decreto de 27 de novembro de 1822 passou em fevereiro de 1824 a coronel graduado, comandando então um batalhão de caçadores. Rompia meses depois a revolução pernambucana, sendo o Conde d'Escragnolle designado para servir no chamado «Exército cooperador da boa ordem», que, sob as ordens do futuro regente Francisco de Lima e Silva, partira para reprimir a revolta equatoriana na qualidade de comandante da divisão da direita.

Ao partir a expedição, noticiava o ministro francês no Rio de Janeiro, Conde de Gestas, ao seu ministério: «Foi visto com especial agrado o fato de ocuparem posições eminentes nesta expedição dois franceses que aqui gozam de bem merecida estima e consideração. Um é o Coronel Conde d'Escragnolle, que comanda o batalhão de caçadores».

Tais foram os seus serviços nesta expedição, que mereceu ser condecorado com o officialato da ordem do Cruzeiro, êle que já era da militar de S. Bento de Avis e da de S. Luís de França, concedida por Luís XVIII, e possuía a medalha geral do Exército, concedida aos bravos».

Relatando o combate de 15 de setembro, diz Muniz Barreto em sua *A Sublevação em Pernambuco em 1824*.

«No dia 15 de setembro, o Coronel Conde d'Escragnolle, francês ao serviço do Imperador, comandante de um dos batalhões desta Divisão, inutilizou e apagou, êle só, o fogo da Escuna e do Estacionário que tanto o incomodava».

Relatando a tomada do Recife aos insurgentes, dizia o Conde de Gestas ao seu governo que nesta ação de guerra se distinguira sobremodo pela bravura e capacidade o Conde d'Escragnolle.

Encarregou-o Francisco de Lima, após a pacificação, de reorganizar os corpos de milícia de Pernambuco, louvando-lhe então «a reconhecida prudência, saber e mais distintas qualidades». Voltando ao Rio de Janeiro, teve o Conde d'Escagnolle uma comissão que muito lhe repugnava. Nomearam-no comandante de um dos batalhões de mercenários, desastradamente criados por D. Pedro I e organizados pelo abjeto explorador Jorge Schaefer, que conseguira empolgar a simpatia do soberano.

Recusou-a, pois, e só depois de muita relutância anuiu à designação quando o então ministro da Guerra, Marquês de Lages, lhe escreveu uma carta «para lhe desvanecer idéias menos favoráveis que tinha concebido sobre o comando do Corpo Estrangeiro. Assegurava-lhe que muito lhe era lisonjeira a nomeação, por ser de escolha de S. M. o Imperador, quando se tratava na escolha do Oficial benemérito para tal fim». Além de tudo, «seria temporária, esperando o govêrno brevemente da Europa um oficial que se mandara vir com o destino de comandar este corpo». Como segurança do que lhe afirmara, garantia o ministro ainda que deixaria vago o comando do corpo a cuja testa estava o conde, o 4.º de Caçadores, «pois que é V. Excia. quem o há de vir comandar. Julgo ter títulos para que V. Excia. confie em mim», terminava o Marquês de Lages.

E realmente pouco lhe durou a comissão. Promovido a coronel efetivo de Estado Maior do Exército, teve, por patente de 19 de junho de 1826, o pôsto de Governador das Armas da província do Maranhão.

Em S. Luís encontrou o Conde d'Escagnolle muito agitado a situação política. Ao presidente da província, Marechal Manuel da Costa Pinto, fazia a mais ferrenha e desabrida opposição jornalística José Cândido de Moraes e Silva, que acusava o presidente de pender para o partido português, reacionário e perseguir os adeptos da causa nacional. Prêso, violentamente obrigado a sentar praça no exército, como era então costume, ao govêrno imperial representaram os seus amigos e correligionários.

Em 17 de julho de 1827, escreveu a D. Pedro I a seguinte carta:

“SENHOR. A confiança lizongeira que VOSSA Magestade Imperial se dignou fazer de mim, nomeando-me para Governar as Armas desta Província, me impoem não somente o dever sagrado de cumprir rigorosamente e com zelo as Ordens de VOSSA

MAGESTADE IMPERIAL; mas ainda o de levar a Sua Augusta Presença e fiel e sincera exposição de tudo quanto pode concorrer a perturbar a publica tranquillidade.

VOSSA MAGESTADE não ignora o estado de terror em que achei o governo desta Provincia quando cheguei a sua Capital, estando o Palacio do Presidente rodeado de peças de artilharia guarnecidas pelos marinhaes das embarcações de guerra sendo aquellas dos Fortes Desmontadas etc.

Fazendo desaparecer esse aparato militar que assustava os Povos, em pouco tempo tive a satisfação de ver restabelecer a mais perfeita tranquillidade; porem a pesar da moderação das minhas medidas, vi-me obrigado mais de huma vez de remetter a Corte alguns officiaes de 1.^a e 2.^a Linha e passar para o serviço da esquadra vários Inferiores e Soldados; que por suas conduta anterior e soltura de lingua se tornavão sumamente perigosos. Conheci logo pelo bom resultado a efficiencia desse castigo; fazendo assim cessar os clubs que principiavão a trabalhar, e os pasquims que de noute affixavão.

Mas, Senhor, de que servirão todos os esforços de hum fiel soldado para manter a tranquillidade desta Provincia, se todos os dias regressão da Costa aquelles que d'aqui forão mandados por terem concorrido nas differentes desordens que tiverão lugar desde o principio da Independencia, chegando com o mesmo espirito inquieto que sempre tiverão, augmentado do dezejo de vingança contra as authoridades que os mandarão; procurando roubar as mesmas, aquella alta consideração que devem ter entre os povos, para o bom desempenho dos seus deveres, fazendo circular por entre elles que forão muito bem vistos e acolhidos por VOSSA MAGESTADE e o Ministerio, e aquellas desaprovadas; accumulando desse modo o odio e o Desprezo sobre os delegados de VOSSA MAGESTADE.

Ja tive a honra de expor a VOSSA MAGESTADE no meu officio de 19 de Fevereiro do corrente anno, dirigido ao Exmo. Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, a impossibilidade de julgar esses individuos nas mesmas Provincias e na forma das Leys Militares. Cada vez se tornará mais difficiloso; pois ninguem se atreve a jurar contra pessoas poderosas, cujos crimes

ficão impunes. Que devo pois fazer nessa conjuntura? Continuar a proceder do mesmo modo ainda com todo comprometimento meu. Eu o farei Senhor, a pezar de vir ameaças que eu desprezo; pois sempre tive por gloria expor a vida por VOSSA Magestade.

Mas oxalá que os inimigos da ordem, esses homens inquietos e ambiciosos, que a todo custo procurarão mudar de fortuna, se contemplassem de cometer hum crime sobre a pessoa de huma authoridade. Não, Senhor, não limitão ahi sua malícia: semeião continuamente a intriga e a divisão entre os povos; procurão todos os meios de despertar a rivalidade e o odio entre os Brasileiros natos e transatlanticos; sensurão sem reboço todas as operaçoens do Governo de VOSSA Magestade o que causa hum grande danno entre povos ignorantes e incautos.

Eis, aquelles, Senhor, que forão mandados para a Corte e que não podem regreçar sem grande comprometimento da tranquillidade destas Províncias.

VOSSA Magestade tem hum exemplo e huma prova recente do que, com o mais profundo respeito tenho a honra de expender, nos que voltarão ao Pará e forão os mesmos que fizeram as dezordens de Camutá, e aquella que ultimamente teve lugar no trem da Capital daquella Província.

A vista desta fiel exposição que minha consciencia, e amor a Augusta Pessoa de VOSSA Magestade me tem ditado VOSSA Magestade Imperial resolverá a bem desta Província o que for servido.

Sou com o mais profundo respeito. De VOSSA Magestade Imp.^{al} o mais humilde fiel e obediente subdito.

(a) Conde d'Escragnolle. (Doc. n.º 3.313 — Maço 69, do Arquivo do Museu Imperial.)»

Já em janeiro de 1828 ao Imperador instantemente pedira o conde a sua exoneração.

A custo restabelecer-se-ia no Maranhão o prestígio da autoridade, alegava; tais as circunstâncias em que de novo se debatia a provincia que êle, representante, se via «privado da maior parte dos meios de cumprir com os seus deveres». Concedeu D. Pedro I a exoneração, em maio de 1828. Estava o Conde d'Escragnolle no Maranhão à espera de substituto, quando a 16 de dezembro dêsse ano faleceu.

«Por ato posterior daquele mesmo ano, do então ministro da Guerra, Joaquim de Oliveira Álvares, de 30 de novembro, foi mandado continuar no govêrno das armas o Conde d'Escragnoille; mas esta resolução só tardiamente aqui chegou, quando já havia falecido o brioso militar, que, espírito arrebatado, violento e suscetível em excesso, não pôde sobreviver à notícia da sua destituição, provocada por acusações que se lhe faziam de co-participante dos atos de arbitrariedade do presidente e de infidelidade à pessoa do monarca, sendo por isso atacado de violenta febre cerebral, que dentro de breves dias o arrebatara à vida», relata o seu biógrafo.

Sobre o Conde d'Escragnoille expenderam diversos viajantes célebres os mais honrosos conceitos como de Freycinet, que lhe chama «oficial distintíssimo». Dêle diz Saint-Hilaire: «Meu saudoso amigo o Sr. d'Escragnoille, que passou tôda a vida ao serviço de Portugal e do Brasil, homem duplamente distinto pelo espírito e os sentimentos de honra que o animavam». (*Voyage dans les provinces de Saint-Paul et Saint-Catherine*, I, 268).

BARÃO D'ESCAGNOILLE (1821-1888)

Filho varão mais velho dos Condes d'Escragnoille, nasceu Gastão Luís Henrique de Robert d'Escragnoille, Barão d'Escragnoille, por carta imperial de 1 de setembro de 1880, no Rio de Janeiro, a 16 de abril de 1821. Registrado no Cartório da Paróquia da Freguesia de Sant'Ana, no Rio de Janeiro, teve como padrinhos o Barão de Sturner, Ministro Plenipotenciário do Imperador da Áustria e Rei da Hungria, e sua espôsa. Contava apenas oito anos de idade quando o pai faleceu no Maranhão, onde era comandante das armas. Educou-o sua mãe, senhora de grandes virtudes e energia. Assentara praça de menor como primeiro cadete a 12 de outubro de 1832, sendo promovido a alferes em 2 de dezembro de 1839, a tenente graduado em 8 de julho de 1841, a efetivo a 4 de outubro de 1842, a capitão em 7 de setembro de 1847, a major em 19 de junho de 1852, a tenente-coronel em 28 de novembro de 1863, pôsto em que teve de reformar-se devido a incurável e absoluta surdez. Frequentou em 1837-1839 os primeiros anos do curso da Academia Militar do Rio de Janeiro, onde obteve aprovações plenas.

Assim que terminou o tirocínio acadêmico, foi mandado, em dezembro de 1839, servir no Maranhão, na coluna que operava contra os rebeldes dessa província sob as ordens do futuro Duque de Caxias. Tomou parte nos combates de 3, 6 e 11 de junho de 1840. Foi mandado guardar as margens do Parnaíba, distinguindo-se no combate do Riachão.

Encarregou-o o seu general de pacificar o distrito de Pastos Bons e viu-se promovido a 1º tenente pelos serviços prestados no Maranhão. Regressou ao Rio de Janeiro em julho de 1841, donde novamente partiu em maio de 1842 com a expedição do Barão de Caxias, que ia reprimir a revolução liberal de S. Paulo.

Finda esta campanha, acompanhou ainda o ilustre cabo de guerra na luta contra os liberais mineiros revoltados. Tomou parte a 20 de agosto de 1842 no combate de Santa Luzia do Rio das Velhas, «sendo, então, elogiado em ordem do dia do Quartel General das forças em operações, pelas ações de valor que praticou no mesmo combate», diz a sua fé-de-ofício. Teve nova promoção por atos de bravura, a 4 de outubro de 1842, sendo a sua antiguidade mandada contar da data da batalha de Santa Luzia.

Partiu novamente com Caxias, em setembro de 1842, para o Rio Grande do Sul, a combater os *farrapos*. De lá regressou em 1843, pedindo, então, licença para continuar os estudos; obtendo no fim do ano aprovações plenas, foi, então, promovido a capitão graduado. No ano seguinte destacaram-no para servir em Alagoas numa coluna destinada a reprimir as tropelias de bandos armados que assolavam aquela província, sendo-lhe notada a conduta nos combates havidos em Pioca, principal reduto dos bandoleiros.

Casou-se, em 1845, com D. Ana Leopoldina da Silva Pôrto, senhora pertencente a velha família mineira, aparentada com o Barão de Cattas Altas, e dedicadíssima espôsa, que o acompanhou durante quarenta e dois anos de existência em comum. Enfermando gravemente de tifo, ficou com princípios acentuados de surdez que, tenaz e inútilmente, combateu, para tanto havendo estado de 1849 a 1851 na Europa, em tratamento com os melhores otologistas.

Teve numerosos encargos, servindo como vice-diretor do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, na comissão de fortificações.

Agravara-se-lhe a surdez tanto que, em 1857, foi considerado incapaz para o serviço ativo; diversas vezes tentou retornar às fileiras, mas as juntas médicas que o inspecionaram não lho permitiram, pois, realmente, tinha o sentido auditivo absolutamente obliterado. Rompendo a guerra do Paraguai, apresentou-se, pedindo para marchar para o teatro das operações. Chegou a ser designado para servir no corpo expedicionário de Mato Grosso, mas, sendo-lhe por demais patente o defeito físico, viu-se compelido a reformar-se a 1 de julho de 1865. Recebera pelos seus serviços em 1857 o hábito de São Bento de Avis. Tivera, desde 1856, permissão para residir em Teresópolis, onde adquirira uma fazendinha para o plantio da quina e de frutas e o fabrico de conservas. O sítio que tinha a denominação de São Luís, tem sua tradição histórica. Quando, em 1874 esteve em Teresópolis

o Imperador D. Pedro II, com a Imperatriz, a Princesa Isabel e o Conde d'Eu, amigos que eram do Barão d'Escragnolle, ali se hospedaram, deixando a Imperatriz, como recordação da sua passagem, uma «araucária» plantada por suas mãos.

Alguns anos mais tarde, em 1873, nomeou-o D. Pedro II, que lhe tinha especial amizade, administrador da Floresta Nacional da Tijuca. «Foi o criador do admirável Parque Nacional que se estende pelos vales e quebradas do Andaraí, dizem os Barões de Vasconcelos no seu *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*.

Entre as denominações dadas por êle a diversos lugares da magnifica Floresta da Tijuca, uma merece destaque, por seu fundo profundamente sentimental — «Fonte Pirayú», que recorda o local, em Mato Grosso, onde seu único filho perdeu a vida, por ocasião da campanha da Cordilheira.

O Barão d'Escragnolle foi um dos expositores premiados na Exposição Hortícola e Agrícola de Petrópolis, realizada em 1886, pelos exemplares apresentados de plantas vivas e árvores de lei da Floresta da Tijuca.

Agraciado com o título de barão por decreto de 1 de setembro de 1880, faleceu no Rio de Janeiro aos 67 anos, a 20 de junho de 1888. Sobreviveu-lhe a Baronesa d'Escragnolle longos anos ainda, falecendo em Petrópolis a 7 de abril de 1917, nonagenária. Seu único filho, Alexandre Henrique d'Escragnolle, oficial de cavalaria, faleceu aos 22 anos de idade, na campanha do Paraguai. Gabriela Hermínia (1815-1899), irmã do Barão d'Escragnolle casou com o Barão de Taunay (1795-1881) — dando origem à família Escragnolle-Taunay — cujos membros intelectualmente mais representativos são : o Visconde de Taunay (Alfredo de Escragnolle — 1843-1899) e o seu filho Afonso d'Escragnolle Taunay (1876) — ambos membros da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

ALEXANDRE HENRIQUE D'ESCRAGNOLLE (1847-1869)

Filho único dos Barões d'Escragnolle. Bem pouco se pode dizer de um jovem de 22 anos, pois nascido a 31 de janeiro de 1847 faleceu a 9 de junho de 1869.

Entretanto, desde menino, revelou-se um caráter invulgar, audaz e inteligente; logo se encaminhou para a carreira militar, demonstrando a inclinação dos seus antepassados.

Alferes de cavalaria foi mandado servir a 3 de maio de 1869, em um dos corpos de artilharia na Campanha do Paraguai e pôsto à disposição do 2.º corpo do exército. Em seguida,

designado ajudante de ordens do illustre General Polidoro Quintanilha da Fonseca Jordão, Visconde de Santa Teresa.

Não chegou a aproveitar uma licença de 90 dias que lhe havia sido concedida, com soldo e etapa, para tratar da saúde, podendo gozar em Teresópolis, conforme dizia «Ordem do Dia» da campanha, junto aos pais, que então residiam naquele município fluminense.

Faleceu, trágicamente, em consequência de ter sido pisado, em viagem do acampamento, no lugar denominado Taquaral, Mato Grosso, por vagões puxados por mulas.

Sepultado em Pirayú, por seu primo — futuro Visconde de Taunay, mereceu do imortal escritor, dolorosa crônica sobre a trágica ocorrência.

Ainda, o lutuoso acontecimento foi assim descrito pelo capitão Alfredo d'Escragnotle Taunay, em carta ao seu pai, escrita em francês, de que vai aqui a tradução fiel :

«Pirayú, 9 de julho de 1869

Meu querido pai,

(Não leia alto)

Escrevo-lhe com muito pesar. Alexandre não vive mais. Neste momento, acabo de receber o telegrama de Polidoro, informando-me d'este acontecimento fatal.

O infeliz jovem estava com elle em Taquaral, a alguns quilômetros daqui. Hoje, veio visitar-me, em Piraiú e despediu-se à noite. Não deveria mais tornar a vê-lo. Seguindo o caminho da estrada de ferro, não pôde desviar-se de um trem que matou seu cavallo e esmagou as duas pernas. Foi conduzido a Taquaral, onde morreu quase immediatamente. Vou partir agora mesmo, apesar de já ser noite. É quase meia-noite.

10 de junho

Cheguei a 1 hora e meia e logo recebi os tristes detalhes desta morte horrorosa que nos afetou de maneira terrivel, pois elle já havia inspirado muita simpatia entre seus companheiros. Alexandre voltava de Piraiú onde fôra somente visitar-me, num cavallo muito manso. A noite estava muito escura e os trens ainda circulavam repletos de acidentados. Já havia passado por alguns trens, quando, no meio do caminho, encontrou um de três vagões que

estava parado. Tomou o caminho ao lado, quando, subitamente, o trem começou a andar, espantando o cavalo e projetando-o entre as rodas dos vagões, onde êle também ficou prêso, sem se poder explicar como. O infeliz jovem teve a perna direita esmagada, o braço direito e a perna esquerda quebrados e êle ficou sôbre os trilhos, até o momento em que um oficial argentino, atraído por seus gritos, removeu-o até Taquaral, numa padiola. Polidoro, nosso bom amigo, ficou muito pesaroso : fêz todo o possível para tornar menos penosos os últimos instantes de seu subordinado e prontificou-se a receber-me. Alexandre estava plenamente lúcido de espírito : queixava-se de dores violentas e pedia clorofórmio.

«Tentem fazer-me viver, dizia êle, sou muito jovem para morrer ainda». Não foi possível fazer parar a hemorragia, assim, êle se foi extinguindo tranqüilamente; além do mais, uma comoção cerebral foi produzida no momento da queda.

Hoje, seu corpo, carregado até o vagão por Polidoro, foi transportado a Piraiú, apesar da distância considerável entre a estação e a igreja; eu o carreguei com seis outros oficiais. O príncipe veio assistir a cerimônia religiosa e cumprimentou-me com condolências. No cemitério o General João de Sousa nos aguardava; a cova já estava pois preparada para recebê-lo para sempre.

Assim, terminou sua existência que sempre foi infeliz e que, no momento em que abraçava uma carreira certa, esta (carreira) foi cortada pelo mais singular acontecimento que poderia suceder.

Os poucos objetos que tinha, devem-me ser entregues em breve. Vou separar a Medalha de Mato Grosso, algumas cartas, três livros, quadros, um «souvenir», um anel, uma mecha de cabelo que cortei e que está ainda banhada de sangue e remeterei a «Tonton Bodo», o mais cedo possível. Não tenho coragem de escrever-lhe. É um encargo muito difícil, sobretudo nas condições de saúde em que se encontra titia.

A notícia desta morte infeliz afetará muito mamãe; é necessária muita habilidade para explicar-lhe o sucedido; por isso, coloquei ao alto «para ter cuidado».

Não lhe posso dar outras notícias. Estou abatido e cansado, porque passei tôda noite ao lado do corpo de nosso infortunado primo.

Minha saúde está totalmente restabelecida. Não sei se poderei fazer minha correspondência para o Jornal.

Mil carinhos,
Seu filho devotado,
(a) Alfredo.»

Casado muito cedo, com D. Ana da Silva, deixou um único filho, João Roberto d'Escragnolle, ao qual não pôde assistir com o carinho paterno.

JOÃO ROBERTO D'ESCRAGNOLLE (1868-1925)

João Roberto d'Escragnolle nasceu em Cuiabá, a 24 de junho de 1868, filho do alferes Alexandre Henrique d'Escragnolle e de D. Ana Silva d'Escragnolle. Seu pai, oficial do exército aos 22 anos de idade morreu por ocasião da Campanha da Cordilheira. Sua mãe, abalada com o sucedido, pouco depois também falecia. Ficando órfão, ao amparo de seus avós maternos, com eles esteve até a idade de 4 anos. Nessa ocasião foi mandado para a companhia de seus avós paternos — o Tenente-Coronel do Exército Gastão Luís Henrique d'Escragnolle, Ajudante de Ordens de Caxias nas campanhas pacificadoras do Maranhão, São Paulo e Minas, e na guerra dos Farrapos, e sua espôsa, D. Ana Leopoldina da Silva Pôrto d'Escragnolle, que faleceu em Petrópolis. Nessa época era o Barão d'Escragnolle administrador da Floresta da Tijuca, onde residia, e foi em sua companhia que João Roberto d'Escragnolle cresceu e plasmou o seu caráter.

As primeiras letras estudou-as na Escola Primária anexa à Floresta da Tijuca, com o professor Cussen, de quem sempre teve recordações. Posteriormente, foi para o Colégio Pujol, em Mendes, para os estudos preliminares. Em 1882 ingressou no internato do Imperial Colégio de Pedro II, bacharelando-se em Ciências e Letras em 1890, com 20 anos de idade.

Depois de formado, começou a dedicar-se a diversas empresas industriais cariocas, inclusive a Empresa e Construções Civas, fundadora do bairro de Copacabana.

Em 8 de setembro de 1892, casou com sua prima D. Maria Amélia Dória d'Escragnolle, filha do General Dr. Luís Manuel das Chagas Dória (1836-1896), catedrático da Escola Superior

de Guerra e D. Adelaide Carolina Amália d'Escragnolle Taunay (1841-1923), irmã do Visconde de Taunay. (*)

Aliás, seja-me permitido dizer, abrindo um parêntese nesta biografia de João Roberto d'Escragnolle, a sua dedicada e bondosa espôsa foi a mais extremosa companheira em tôda vida do denodado jornalista.

Senhora de educação esmerada, espírito de elite, escritora apreciada, mantinha um círculo de relações que fêz época em Petrópolis.

O seu falecimento a 27 de fevereiro de 1928, por demais sentido, foi motivo de brilhante crônica da escritora Maroquinha Rabelo, que passo a transcrever longo trecho :

«MARIA AMÉLIA

Fêz-se um vazio na cidade de Petrópolis.

Desapareceu súbitamente a ilustre senhora Maria Amélia d'Escragnolle.

A vida mundana continua no seu rodopio, mas há lares enlutados, há corações que choram, há olhos que não secam de dor e de saudade da santa.

Maria Amélia era uma figura notável e especial em Petrópolis. Só quem a conheceu pode compreender o sentimento doloroso que provocou a sua morte.

Há tempos a sua casinha, «Vila Lourdes», seme-lhava um templo, onde os fiéis iam rezar, abrir suas almas, pedir conselhos, dar graças e adorar.

No dia de seus anos era uma romaria desde a madrugada até o dia seguinte. E aquela figura, linda e nobre, correspondia a essa manifestação e homenagem de flores e de dádivas, sorrindo palavras meigas como só ela o sabia fazer.

Improvisavam-se, em sua alegre vivenda, lindos concertos musicais e literários.

Era um gôsto ouvi-la ferir as notas mágicas do seu piano! Sempre a música lhe arrancava lágrimas.

Visitava muito, mas, não freqüentava a sociedade. Nunca foi vista em teatros, sei que nunca assistiu a um cinema.

(*) Do casamento Taunay-Chagas Dória originou-se a família Escragnolle Dória, que teve como expoente o Dr. Luis Gastão d'Escragnolle Dória, jornalista, professor emérito do Colégio Pedro II e notável historiador (1869-1914).

Havia no seu modo de ser um que de misterioso . . . era a dor que escondia por temer empanar a alegria dos outros.

Soube passar por êste mundo de dores, arrastando a sua cruz, com o sorriso nos lábios.

Filha do general de divisão Dr. Luís Manuel das Chagas Dória e de D. Maria Adelaide d'Escragnolle Taunay Dória, conservava na nobreza de sua linhagem o íntimo orgulho de sua hierarquia.

Foi casada com João Roberto d'Escragnolle, o inteligente jornalista de Petrópolis, que, morrendo há três anos, minou-a de dor e de saudade.

Não vivendo na opulência, reservou no cofre de ouro do seu peito, o tesouro precioso da bondade que distribuiu a mancheias.

Bondade tôda especial, abnegada e pura. Foi exageradamente generosa, deu tudo quanto possuía dêsse coração extraordinário».

Em 1894, J. R. d'Escragnolle, acompanhando o sôgro, para uma temporada em Petrópolis, veio residir à rua 13 de Maio n.º 56, na casa situada junto ao palacete hoje de propriedade da família Grandmasson. Foi então que se sentiu fascinado pelo ambiente bucólico da cidade e formou-se-lhe na mente a determinação de, na primeira oportunidade, ali se fixar em definitivo.

Nessa época estêve na Companhia Geral de Estradas de Ferro, até que, em 1895, entrava para o jornalismo como diretor da *Revista Comercial e Financeira* que no momento e no seu meio era tida como autoridade.

Em 1896, apresentou-se-lhe a esperada oportunidade de concretizar o desejo de morar em Petrópolis, muito embora com alguns encargos no Rio.

Com permanência em Petrópolis, foi nomeado, em novembro de 1898, correspondente de *A Notícia*, a rósea fôlha que era um dos mais acatados e difundidos órgãos vespertinos do país. Durante mais de vinte anos João Roberto d'Escragnolle prestou-lhe bons serviços, sendo muito lido seu noticiário, no qual, no dia-a-dia de relatar os fatos principais da vida petropolitana, ressumbrava sempre a propaganda das belezas e dos esplendores da maravilhosa Petrópolis, que era o seu «pedaço verde-azul do seu céu querido», conforme um dos seus sonetos glorificando Petrópolis.

Sua atividade de jornalista, porém, não se circunscrevia apenas a essas correspondências, e assim, em janeiro de 1900, aparecia a *Gazetinha Azul*, semanário elegante, feito de parceria com o professor Álvaro de Catanheda e Mme. Bandeira de Melo (Mme. Crisantème).

Em 1902, fundou com o poeta Leôncio Correia a revista *Verão em Petrópolis*, cujo aparecimento, em magnífico formato, constituiu verdadeiro êxito, sendo considerada uma das principais do Brasil. *Verão em Petrópolis* foi editada em quase tôdas as temporadas elegantes, até próximo à sua morte, merecendo relêvo o número especial por ocasião do casamento do Marechal Hermes da Fonseca com a Senhorita Nair Tefé.

Neste mesmo ano ainda foi João Roberto d'Escragnolle escolhido para Secretário da Associação Agrícola e Pastoril de Petrópolis. Desde então, não mais tiveram conta as suas iniciativas em prol da cidade que foi o «sonho eterno de sua vida inteira», conforme palavras do saudoso jornalista Álvaro Machado.

Em novembro de 1908, escrevia a *Tribuna de Petrópolis* a propósito de uma de suas iniciativas: «É mais um valioso serviço que à nossa cidade vem prestar o distinto jornalista que tanto tem feito para esta querida terra».

Foi um dos mais eficientes auxiliares de propaganda na campanha para a estátua de D. Pedro II. E, ao presidir a solenidade da pedra fundamental do monumento, proferiu uma oração que se iniciava assim :

«Agradeço aos ilustres membros da comissão a imerecida honra que me dão, indicando-me para presidir esta solenidade para mim duplamente festiva e repassada de grande prazer».

Fundou *Petrópolis Revista*, editada em 1909 e *Céu e Terra*, também revista, em 1922. Foi um dos propagandistas da instalação telefônica desta cidade, tendo por conta da sua *Agência Alex* publicado a primeira lista de telefones do município.

Em suas cartas, seus artigos, nos surtos literários, anúncios de suas revistas e jornais, e em sua conhecida *Agência Alex*, em tudo, enfim, conservava sempre vivo o anseio em ver a terra de Petrópolis caminhar cada vez mais célere para o seu grande destino.

Publicou ainda guias e carteiras de Petrópolis, em diversas épocas de sua vida.

Cooperando com o Dr. Pedro Benjamim Cerqueira Lima, o iniciador do turismo no Brasil, fêz, pela imprensa, a maior propaganda pela fundação do Sindicato de Iniciativas de Turismo de Petrópolis.

Em 15 de janeiro de 1911, foi o intérprete da imprensa no oferecimento de uma caneta de ouro ao então Presidente da República Marechal Hermes, para inauguração dos trabalhos da Estrada

Rio-Petrópolis, iniciativa da qual veio a ser um dos animadores mais entusiastas.

Colaborou em quase todos os jornais da cidade, algumas vezes com os pseudônimos de Roberto d'Alle e Marcelo Melo, tendo sido um dos fundadores e diretor do diário da tarde *A Notícia*, que apareceu em Petrópolis em janeiro de 1913.

Em 15 de novembro de 1915, inaugurava-se, por sua iniciativa, no Salão Alex (no antigo Hotel Bragança) uma série de conferências com o título «Palestras de Verão».

Uma das suas grandes realizações constituiu a Exposição Industrial, realizada em 1918, e cuja inauguração teve a presença do Presidente Wenceslau Braz. Por ocasião da abertura do certame, o jornalista Luciano Tapajós produziu notável discurso, e a êle assim se referiu: «Velho amigo de Petrópolis, o Dr. João Roberto d'Escragnolle, entre as iniciativas que tem tido a bem desta cidade, uma aninhava no íntimo de sua vontade. Era a exposição que viesse mostrar o progresso do município».

Iniciou, em 1919 a publicação dos *Anais da Editora Fluminense*, em fascículos, e de cuja oficina saiu também, o panfleto *O Momento*, com a colaboração do jornalista Luciano Tapajós.

Foi um dos organizadores de duas associações de classe — «Círculo de Imprensa» e «Centro de Imprensa», marcantes organizações do jornalismo local.

Graças a seu esforço e vontade férrea, conforme dizia a *Vida Comercial*, fundou-se a Associação de Ciências e Letras, atual Academia Petropolitana de Letras, idealizada por Joaquim Gomes dos Santos, que, escrevendo no *Jornal de Petrópolis* de 30 de março de 1925, a êle assim se referiu: «A hoje florescente Associação de Ciências e Letras é um dos frutos da sua ardente imaginação. Para fundá-la, quantos sacrifícios não fêz? Do seu bolso saíram tôdas as primeiras despesas e não admitia que ninguém mais as fizesse. Foi à sua ação eficiente, que se deve o triunfo da idéia». Ainda a propósito da fundação da Associação, a *Tribuna de Petrópolis*, comentando, disse: «Joaquim Gomes dos Santos esboçou a idéia em carta dirigida a J. R. d'Escragnolle, êsse grande espírito, capaz de tôdas as realizações».

Uma das suas paixões foi a idéia de tornar a hortênsia a flor-símbolo de Petrópolis, idéia partida da notável escritora Júlia Lopes de Almeida, que em carta aberta publicada no *O País*, terminava assim: «Não é preciso dizer mais, nem quero distanciar-me do assunto desta carta. A idéia aí vai, sem esperança, sem brilho, mas nem por isso sem entusiasmo. O senhor muito melhor do que eu conhece o gosto e a disposição de espírito das pessoas que nesse meio podem cooperar para o êxito, dirá se a acha exequível, ou se ela ficará para sempre inerte nestas linhas».

E o eterno sonhador não descansou enquanto não assistiu a realização da primeira festa da hortênsia, em 2 de fevereiro de 1919, no Palácio de Cristal e em toda a cidade.

Sobre o noticiário do acontecimento destacamos do *Diário da Tarde* de 3 de fevereiro de 1919 o seguinte trecho:

«A pena, caneta e tinteiro que serviram para lavrar a ata da festa, no Palácio de Cristal, foram, por seu possuidor, Dr. J. R. d'Escragnolle oferecidas ao Dr. Oscar Weinchenck, prefeito municipal. A referida pena e caneta, artístico trabalho todo de ouro, foi a mesma que serviu, nessa cidade, ao ato da inauguração da pedra fundamental da estátua de D. Pedro II, da Avenida Rio-Petrópolis e da Exposição Industrial, há pouco realizada, com grande sucesso, nesta cidade».

No ano seguinte assim se referia, sobre a festa da hortênsia o *Século* de 1 de fevereiro de 1920:

«É o segundo ano que esta festa se leva a efeito, materializando-se um sonho de beleza que o nosso colega Dr. J. Roberto d'Escragnolle teve um dia e que a alma artística de D. Júlia Lopes de Almeida evocou em uma das suas páginas mais formosas. Petrópolis necessitava dedicar um dia à flor, dia em que se cultuassem também a mulher e a criança, festa admirável ressuscitando neste tempo vertiginoso de descrença o «college de la gaie science» dos provençais».

Propôs, em novembro de 1921, à Companhia Leopoldina um serviço de viagens de excursões entre o Rio e Petrópolis.

Apesar da saúde agora bastante combalida, não lhe fraquejava o cérebro quando as iniciativas eram para Petrópolis. O seu grande companheiro — o telefone, foi no fim de sua vida, o maior de seus soldados. Comandando junto ao telefone, sem desfalecimento, per-tinazmente, apelando ou convidando, conseguiu por vezes o que se afigurava impossível.

E, em 5 de agosto de 1921, aparecia na *Tribuna de Petrópolis* o seguinte: Pelo progresso de Petrópolis — «O nosso confrade João Roberto d'Escragnolle dirigiu-nos o seguinte aviso: Sabendo quanto o sr. se interessa pelo progresso desta cidade adorável, pedimos a sua inestimável presença à reunião que deverá realizar-se no próximo domingo».

O jornal *O Século*, de 9 de agosto de 1921, publicou o resultado dessa reunião, assim se exprimindo: «O antigo jornalista e grande amigo de Petrópolis, o Dr. João Roberto d'Escragnolle, cujo estado de saúde fê-lo afastar um tanto a pena da intensa combatividade de imprensa, não descansa e jamais descursa dos

interesses vitais desta cidade e que sempre lhe foram objetos dos seus mais bem trabalhados artigos.

Acaba de reunir o antigo trabalhador grande número de amigos e conhecidos, no salão da Escola de Música Santa Cecília, a fim de serem ventiladas e estudadas várias questões relativas ao progresso e embelezamento de Petrópolis, e cuja solução pudesse ser encontrada em iniciativas particulares.

Teve grande êxito a idéia dêsse nosso confrade, aceitando o seu apêlo muitos nomes conhecidos no comércio e na nossa imprensa, e que afluíram àquela reunião. É pensamento do Dr. João d'Escragnolle fazer iniciar, o mais breve possível, o funcionamento das feiras, entre nós, tendo para tal fim dirigido um requerimento ao prefeito municipal».

É ainda d'O Século, em 8 de agosto de 1921, o seguinte comentário: «Como já temos noticiado, o jornalista Dr. João Roberto d'Escragnolle empenha-se, presentemente, em acelerar, por todos os meios lícitos e possíveis, o progresso definitivo de Petrópolis. Nada mais louvável, temo-lo dito. O objetivo único de tais reuniões são os interesses gerais de nossa cidade, não se cuidando absolutamente de política propriamente dita. Só pode, ou por outra, só deve merecer encômios, a boa vontade, o esforço, o incansável labor, inteligente aliás e de prováveis resultados do nosso colega, o Dr. João Roberto d'Escragnolle».

Por sua exclusiva iniciativa fundou-se o Centro de Imprensa, cuja inauguração data de 24 de maio de 1922, comentada num dos jornais locais desta maneira: «Devido ao formidável poder de iniciativas do antigo jornalista, o qual, nem os anos, nem a fadiga, nem a enfermidade, têm conseguido abater ou diminuir».

É interessante notar que a única obrigação exigida para os frequentadores da sede do Centro de Imprensa era — ser o melhor amigo de Petrópolis. O Centro de Imprensa promoveu diversas interessantes sessões literárias, inclusive em memória do saudoso jornalista Gregório de Almeida. Teve, também, a iniciativa de inauguração das placas da Rua Dr. Sá Earp. A propósito dessa inauguração, em 11 de março de 1923, um dos oradores do ato fez o seguinte comentário: «Não deixo sem registo público a iniciativa do Dr. João Roberto d'Escragnolle, espírito infatigável e realizador a cuja influência devemos a celebração do culto a muito dos nossos homens ilustres». Aliás, é preciso fazer notar que era uma das preocupações de João Roberto d'Escragnolle cultivar a memória dos amigos de Petrópolis que desapareciam.

Não é demais transcrever o trecho de um artigo publicado na *Tribuna de Petrópolis* de 26 de junho de 1923, o título UM SÍMBOLO: «Para os adolescentes que ambicionam a fortuna ou a

glória, o Dr. João Roberto d'Escragnolle é um exemplo adorável a apontar. Um símbolo verdadeiro do «homem férreo» a renascer para novas aspirações.

E êsse homem férreo tinha principalmente um grande traço em sua vida — a modéstia. Ainda poucas horas antes de morrer, falou a um dos seus filhos: «Levai-me, tu e teus irmãos, ao cemitério em um caixão modesto; bem sabes que fugi às fantasias aparatosas da vida».

João Roberto d'Escragnolle faleceu em Petrópolis, a 27 de março de 1925. Do seu consórcio deixou três filhos: Alexandre, Roberto e Luís Afonso d'Escragnolle, o primeiro e o último com descendência.

Noticiando a sua morte a imprensa de Petrópolis assim se referiu:

Jornal de Petrópolis — 28 de março de 1925:

«Tôdas as homenagens que lhe foram prestadas serão tantas quantas êle se tornou credor. Tudo êle merece de Petrópolis, da qual êle só pedia a beleza que tanto decantou, dedicando tôda a sua vida a uma propaganda por Petrópolis como se a nossa cidade fôsse o único ideal de sua vida de poeta e de artista».

Tribuna de Petrópolis — 18 de março de 1925

«Sonhador eterno das quimeras azuis, na frase de um dos nossos homens de letras. Ligado à evolução de Petrópolis, teve grande destaque em todos os maiores surtos de progresso. Sabia querer, e por isso quase sempre triunfava na lutas que empreendia».

Um colaborador da *Tribuna de Petrópolis*, em 5 de novembro de 1925, iniciou seu artigo nestes têrmos: «O Dr. João Roberto d'Escragnolle, desprovido de bens de fortuna e até de saúde do corpo, mais, muito mais fêz em propaganda de sua querida Petrópolis, que muitos que passaram pelos altos postos municipais do país, dispondo de amplas verbas e farta messe de recursos».

Por sua vez, um colaborador do *Jornal de Petrópolis* em 22 de março de 1925, assim se manifestou: «Foi sempre um idealista, sempre sonhador, arquiteto de novas obras, sempre idealizador de novas revelações».

«Junta à tua biblioteca um pequeno jardim, e nada mais poderás desejar». É a resposta de um poeta latino a um amigo que lhe perguntara qual o melhor modo de viver a vida. Que melhores palavras se poderiam escrever para a biografia de um dos mais abnegados amigos que Petrópolis já possuiu? Certo, aquêlê jovem que, em 1896, veio fixar residência em Petrópolis, não ocorreu esta fórmula adorável, porque êle já a trazia gravada em sua alma

de poeta, e seus sentidos se deliciaram na plenitude de sua encantadora realidade, ao contemplar as florescentes encostas destas montanhas e ao encher os pulmões com o ar ozonizado dêstes vales amenos. E logo a amizade se transformou em amor e o amor em verdadeira ternura pela terra de sua eleição, sentimento que até a morte foi verdadeiro e desinteressado.

Surgiu assim a legenda: «Um dia em Petrópolis é o melhor tônico», que durante um quartel de século propugnou pelo progresso de Petrópolis, síntese das vantagens de uma estada na Capital Diplomática do Brasil, benefícios para o corpo e para a alma — Jardim e Biblioteca.

Petrópolis foi reconhecida a tais esforços e de dedicação e pelo Ato do Executivo nº 99 de 26 de dezembro de 1929, assinado pelo prefeito A. de Paula Buarque, tendo em vista a indicação do vereador J. Napoleão Olive, aprovada em 26 de novembro de 1929 pela Câmara Municipal, resolve dar a denominação de rua *João d'Escragnolle* à via pública que partindo da rua Gonçalves Dias, entre os prédios 399 e 423, vai terminar nos fundos da Praça de Esportes do Petropolitano.

O autor da indicação, aprovada pela unanimidade dos edis petropolitanos, justificou-a do seguinte modo:

«Considerando que o Sr. João Roberto d'Escragnolle, que residiu por longos anos nesta cidade, era um dos mais brilhantes espíritos, que contribuíram para o relêvo de nossas letras e de nossas artes; considerando que durante todo o tempo que residiu nesta cidade não teve outra preocupação senão contribuir para o progresso de Petrópolis; considerando que, como jornalista e literato, publicou revistas e jornais que foram recebidos com aplausos e tanto concorreram para o renome da nossa querida Rainha das Serras; considerando que o Sr. João Roberto d'Escragnolle era dotado das maiores qualidades de coração, proponho que se renda à sua memória um preito de homenagem, simbolizando na presente indicação, que liga o seu nome a uma das ruas de nossa cidade».

A propósito da promulgação do referido ato, transcrevemos o seguinte comentário:

Em 3 de dezembro de 1929, na *Tribuna de Petrópolis*, com o pseudônimo de Omarmo:

«J. Roberto d'Escragnolle vai ter o seu nome ligado à vida de Petrópolis: deram-lhe uma rua, homenagem que lhe presta a cidade. O velho Escragnolle, na sua bondade em extremo para todos que com êle conviviam, não foi desconhecido para nós. Escragnolle foi sempre o poeta do coração, aberto às imaginações

novas, à mocidade viva de sua alma jovem, muito embora a traiçoeira moléstia tivesse minado aos poucos seu organismo.

Para quem conheceu J. Roberto d'Escragnolle, atravessando diariamente as avenidas com um sorriso bom, acercando-se dos amigos, dizendo-lhes tudo em propaganda da poesia que nos cerca, o seu desaparecimento para o Além representa ainda hoje a saudade ao espírito daquela criatura, que se tornou alguma coisa do nosso eu, compartilhando ainda de tudo que de belo existe na decantada Petrópolis. Ele vive no círculo dos dedicados amigos que muito o admiravam e queriam.

J. Roberto d'Escragnolle vai ter uma rua da cidade com o seu nome. Devemo-la à indicação apresentada à Câmara Municipal pelo operoso vereador Sr. Coronel João Napoleão Olive.

Assim, Petrópolis paga uma dívida de gratidão ao velho Escragnolle, jornalista talentoso, amigo dedicado, apaixonado das hortênsias que engrinaldam os nossos jardins e do perfume suave das nossas flores... Que sua boníssima alma seja sempre lembrada com saudade por todos que amam esta terra».

O semanário *Pequena Ilustração*, em seu número de apresentação, a 7 de setembro de 1921, assim recordava J. R. d'Escragnolle, em um dos seus principais tópicos:

«*Evocação Oportuna* — Neste dia, de festas para nós, em que a terra de Pedro serve de berço a uma nova empresa jornalística, é justo e oportuno recordarmos a figura expressiva do ardoroso idealista que tanto amou e enalteceu a nossa encantadora serra, João Roberto d'Escragnolle, que, se vivo fôsse, estaria ao nosso lado, animando-nos, inspirando-nos e compartilhando de nossas lides e alegrias, cheio de entusiasmo que o caracterizava.

À sua memória de impertérito cruzado das letras e progresso de nossa terra, a homenagem mais fervida de *Pequena Ilustração*.

Ainda, recentemente, o escritor Jorge Ferreira Machado, em artigo assinado no *Jornal de Petrópolis*, de 13-3-1957, sob o título: «À margem das comemorações do centenário da imprensa petropolitana», iniciou sua interessante colaboração nestes termos:

«A Academia Petropolitana de Letras, em que pese a suspeição que sobre nós se possa lançar, está lavrando um tento, nestas comemorações do Centenário da Imprensa Petropolitana.

Tomando a seu encargo a programação dos diversos atos que se vêm desenrolando, nesta semana, em Petrópolis — e cuja repercussão se fez sentir nas cidades vizinhas do Estado e do País, através do noticiário dos jornais — a entidade máxima das letras petropolitanas, presidida por José Kopke Fróes, nada mais fez

do que cumprir um dever, por assim dizer, filial, uma vez que nascera da Associação de Ciências e Letras, tendo como um dos seus fundadores João Roberto d'Escragnolle, um dos mais festejados e mais cultos jornalistas, vinculados pela morte à história desta cidade».

DOCUMENTOS ANEXOS

Nº 1 — *Bibliothèque & Archives Municipales de Grasse*

Cote GG 18 état civil

Année 1774

Page 28, 29

Le second juin a été baptisé de notre agrément par Monsieur Louis de Suffret, prêtre docteur de la Maison et Société de Sorbonne, Chanoine sacristain de l'Eglise Cathédrale de Fréjus, grand oncle maternel du baptisé Monsieur *Louis Alexandre de Robert d'Escragnolle* né le même jour, fils de Monsieur Antoine, Joseph, Robert de Robert d'Escragnolle, officier de cavalerie au régiment de Berry et de Claudine Caroline de Suffret, son épouse, de cette paroisse le parrain Monsieur Alexandre de Robert d'Escragnolle, son arrière grand-oncle, de la paroisse d'Escragnolle et la marraine Dame Anne de Camelin du Revest épouse de Monsieur noble César, François de Suffret de Villeneuve — un mot illisible — son aïeule maternelle de la paroisse de Fréjus.

Ont signé: Robert d'Escragnolle, Blacas d'Escragnolle, Funel du Villard, Camelin du Sufret, et 4 autres signatures.

Certifié conforme au registre de l'Etat-civil.

Le Bibliothécaire-Archiviste Grasse, le 31 mars 1955.

Nº 2 — *Bibliothèque & Archives Municipales de Grasse*

Cote GG 18 Année 1775 Page 56

Le trente Octobre est né et a baptisé de notre agrément par Monsieur Louis de Sufret prêtre Docteur de la Maison et Société de Sorbonne, Chanoine sacristain de l'Eglise Cathédrale de Fréjus *Louis, César, Marie de Robert d'Escragnolle*, fils de Monsieur Antoine, Joseph, Robert de Robert d'Escragnolle, ancien officier de cavalerie et de Claudine, Caroline de Suffret Villeneuve son épouse. Le parrain, noble César François de Suffret Villeneuve, arrière-grand-oncle du nouveau né, la marraine Dame Françoise, Madeleine de Blacas, épouse de Monsieur Alexandre Joseph de

Robert d'Escragnolle, Capitains de Cavalerie dans le régiment de Berry, son grand père paternel.

Ont signé: Robert d'Escragnolle, Blacas d'Escragnolle, Suffret de l'Eglise cathédrale de Fréjus Monsieur de Roquefort de Roquefort, Chanoine.

Certifié conforme au registre de l'Etat-civil le Bibliothécaire-Archiviste Grasse, le 31 mars 1955.

N° 3 — *Bibliothèque & Archives Municipales de Grasse*
Cote GG 18 Année 1779 Page 3 (en haut)

Le onze janvier — un mot illisible — de la permission de Monsieur de Grand Vicaire, a été ondoyé un garçon de Monsieur de Robert d'Escragnolle et de Dame Caroline de Suffret Villeneuve, Dame d'Escragnolle, son épouse.

GASQ. curé

Louis-August-Joseph

Certifié conforme au registre de l'Etat-civil. Le Bibliothécaire-Archiviste Grasse, le 31 mars 1955.

N.° 4 — Department des Alpes — Maritimes.

Arrondissement de Grasse.

Mairie de Escragnolle. — Archives Municipales.

Serie GG n.° 4 — Année 1777 — Baptême.

Régistre de l'état-civil naissances-mariages-décès — Années 1761 à 1789.

Marie, Louise, Josephine, Elizabeth, Rosalie de Robert d'Escragnolle fille légitime de messire Antoine Joseph Robert de Robert d'Escragnolle ancien officier dans le légitime de Berry, cavalerie et de Dame Claudine Caroline de Suffret de Villeneuve, son épouse est née le vingt sept du mois d'Aout et le même jour. Elle a été baptisé en notre présence par messire Louis de Suffret prêtre docteur de la Maison de Sorbonne, chanoine sacristain de l'Eglise cathédrale de Fréjus, son grande-oncle maternel — le parrain a été Mrse. Alexandre-Joseph de Robert d'Escragnolle — Capitaine dans le dit régiment de Berry — Chevalier de l'ordre Royale et Militaire de St. Louis — son grand-père et la Marraine demoiselle Fortunée Elizabeth de Robert d'Escragnolle soeur du dit parrain et grand'tante paternelle de la nouvelle née lesquels ont tous signés ainsi que nous, prêtres de cette paroisse d'Escragnolle.

Ont signé: Robert d'Escragnolle — Elizabeth d'Escragnolle — Villeneuve Paget — Robert d'Escragnolle — Rouguier — procure.

Certifié conforme à l'original comparé à cet extrait par Nous Hamely Rger Adjoint au Maire Secrétaire de Mairie Escragnolle 30 mar 1955.

N.° 5 — Bibliothèque & Archives Municipales de Grasse.

Cote GG 18 état civil — Année 1781 — Page 17 & 18.

Le vingt sept février les cérémonies du Saint Baptême ont été célébrés par Monsieur l'Evêque, assisté de ses deux curés de la ville, à un garçon né et ondoyé le 21 du courant, fils de Monsieur Antoine Joseph Robert de Robert Seigneur d'Escragnolle, premier Consul de cette ville et de Claudine Caroline de Suffret, Dame d'Escragnolle, son épouse.

Nous l'avons appelé *Louis, Maximin, Jacques, Grasse*.

Il a été présenté sur les fonds baptismaux au nom de la ville par le sieur Maximin Isnard et Jacques Roy, second et troisième consuls, parrains; la marraine a été Dame Anne, Th. Fanton épouse du sieur Isnard, second consul et ont signé avec lui cinq conseillés auditeurs des comptes de la communauté.

Robert d'Escragnolle Maire — Maximin Isnard Consul — Monsieur de Roquefort, Chanoine et 19 signatures illisibles.

Certifié conforme au registre de l'Etat-civil — Le Bibliothécaire-Archiviste — Grasse, le 31 mars 1955.

N.° 6 — Department des Alpes — Maritimes.

Arrondissement de Grasse.

Mairie de Escragnolle.

Archives Municipales (registre état-civil des années 1761 à 1789).

Année 1784 (mil sept cent quatre vingt *quatre*) Page 5 — ondoyé serie GG — N.° 4.

Louis Alexandre Marie de Robert d'Escragnolle, fils légitime de Mrsse. Antoine Joseph Robert ancien officier de Cavallerie et de dame Claudine Caroline de Suffret de Villeneuve son épouse est né le vingt un du mois de décembre et le même jour il a été baptisé par l'infusion de l'eau en la forme ordinaire dans le chateau Segneurial de ce lieu, par moi prêtre procuré de cette paroisse suivant la permission de l'abbé de Montgrand vicaire

général de Mg. l'Evêque en date du — illisible — courant que j'ai retenue par devers moi la dite permission portant que les cérémonies du baptême seraient supplées dans un temps plus commode et plus opportun, le tout en présence du père de l'enfant et de *Mre Charles Joseph Lomore* prêtre, et Sr. Jean — illisible — chirurgien de la ville de Grasse qui ont signé avec moi.

Robert d'Escragnolle — Lomore prêtre illisible — Rouquier — procuré.

Certifié conforme à l'original comparé à cet extrait par Nous Hamely Roger Adjoint au Maire Secrétaire de Mairie Escragnolle 30 mar 1955.

N.º 7 — Department des Alpes — Maritimes — Arrondissement de Grasse — (Série GG n.º 4).

Mairie de Escragnolles.

Archives Municipales registre état-civil des annés 1761 à 1789 Année 1785 (mil sept cent quatre vingt cinq) Pages 3 et 4 — Baptême — L'an-mil sept-cent — quatre vingt cinq et le dix huitième jour du mois de septembre ont été suplées les cérémonies du Baptême par le révérend pere Jean François Xavier de Suffret, de Salle prêtre religieux de l'ordre de la Mercy Soustiquè a *Louis Alexandre Marie* de Robert d'Escragnolle fils légitime de mrs. Antoine Joseph Robert ancien officier de Cavalerie et de Dame Claudine Caroline de Suffret de Villeneuve son épouse, né le Vingt-Un du mois de Décembre de l'année mil sept cent quatre vingt quatre et ondoyé le même jour par permission de N. de Montgrand vicaire général de N l'Evêque de Fréjus en date du secon décembre mil sept cent quatre vingt quatre par moi, soussigné prêtre de cette paroisse et parrain pour les dites cérémonies était Arnoux Funel morguillier de la confrérie du rosaire de cette paroisse et Mairaine Honorade Chiris prieuresse de la dite confrérie qui nous l'ont présenté comme un enfant voué par la piété de ses parents à la très Sainte Vierge Marie, et mis sous sa protection le père et la mère ont signé avec le parrain — 3 mots illisibles — ainsi que moi prêtre procuré de cette paroisse qui ai assisté au supplement des dites cérémonies du baptême ayant declarée ne savoir de ce interpellée (?)

Robert d'Escragnolle — Suffret d'Escragnolle — Blacas d'Escragnolle — Auguste de Robert — Fj. Fx. Suffret de Salle — Rouquier procuré.

Certifié conforme à l'original comparé a cet extrait par Nous Hamely Roger Adjoint au Maire Secrétaire de Mairie Escragnolle 30 mar 1955.

N.º 8 — Département des Alpes — Maritimes.

Mairie d'Escragnolle.

Archives Municipales.

Registre état-civil des années 1761 a 1789.

Année 1784 — Page 4 — serie GG — nº 4.

Décès — *Louis Alexandre de Dieu de Robert d'Escragnolle* fils de noble Antoine Joseph Robert d'Escragnolle et de Dame Claudine Caroline de Suffret de Villeneuve agé d'environ onze ans est mort le trois du mois d'aout et le lendemain il a été enseveli dans cette paroisse et dans le Caveau de ses pères en présence de plusieurs prêtres et ecclésiastiques qui ont assisté à son enterrement et de Sr. Jean Funas maitre en chirurgie résidant à la ville de Grasse et de Sre. Pons Chiris bourgeois de ce lieu qui ont signé avec moi.

Chiris — Rouquier, procuré — Funas, chirurgien.

Certifié conforme à l'original comparé a cet extrait par Nous Hamely Roger adjoint au Maire Secrétaire de Mairie Escragnolle 30 Mars 1955.

BIBLIOGRAFIA

ARTEFEUIL (Louis V. de la Toulaubre) — «Histoire héroïque et Universalle de la Noblesse de Provence». Avignon — Tome II — 1776.

BOREL D'HAUTERIVE — «Annuaire de la Noblesse de France». 1869.

VISCONDE DE TAUNAY (Alfredo d'Escragnolle Taunay). — «*Trechos da Minha Vida*» — 1921.

JOSÉ RIBEIRO DO AMARAL — «O Conde d'Escragnolle» — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. 1.º Congresso Nacional de História (1914) — Tomo I — Pág. 681.

Ministério da Guerra — «Ordens do Dia». Imprensa Nacional — 1877.

Arquivos na França: — Nice, Grasse, Bargemau, Calliau, Escragnolle, Aix-en-Provence, Draguignan e do Sr. Paul Laval (particular).

Arquivo em Portugal: — Arquivo Histórico de Ultramar (Lisboa).

Arquivos no Brasil: — Arquivo Nacional (Rio) e Arquivo do Museu Imperial (Petrópolis) e do Sr. Afonso d'Escragnolle Taunay (particular).

O "ERARIO MINERAL" DE LUIZ GOMES FERREIRA

MIGUEL COSTA FILHO

O *Erario Mineral* de Luís Gomes Ferreira, editado em Lisboa no ano de 1735, é, seguramente, o primeiro tratado de medicina brasileira em língua portuguesa.

É certo que muito antes da obra do cirurgião português, precisamente em 1648, fôra publicado na Holanda o compêndio de Guilherme Piso. *De medicina brasiliensi*, êste, na realidade, o primeiro dedicado à medicina do Brasil, mas de autor holandês e em língua latina.

Eis o que se lê na fôlha de rosto do livro português:

«*Erario Mineral* dividido em doze Tratados, Dedicado, e offerecido á purissima, e serenissima Virgem Nossa Senhora da Conceição. Autor Luis Gomes Ferreyra, Cirurgião approvedo, natural da Villa de S. Pedro de Rates, e assistente nas Minas do ouro por discurso de vinte annos.

Lisboa Occidental.

Na Officina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca.

M.DCC.XXXV

Com todas as licenças necessarias».

De formato 28 x 19,5 consta, ao todo, de 596 páginas, sendo 488 de texto, e as restantes com pareceres, proêmio, índices, etc.

Muito embora, tenha resultado êsse volume da prática da medicina durante cêrca de cinco lustros nas Minas de ouro, foi escrito em menos de um ano, segundo assevera o autor.

Pormenor curioso é o de que Luís Gomes Ferreira não veio para o Brasil a fim de se dedicar à medicina ou cirurgia; veio para tentar fortuna na mineração, que esperava o enriquecesse em «poucos annos».

Não nos diz se voltou rico, remediado ou pobre, mas confessa que não tomou notas no correr dêsse longo período em que morou na Capitania de Minas, por isto mesmo que, vindo da Europa, não tivera em vista o exercício da arte de curar.

Afazendou-se, não se sabe bem quando, e exerceu a «precisa occupação de Mineyro» (p. iij), mass, devido às exigências do meio e às suas disponibilidades de tempo, passou a tratar de doentes, que eram certamente sem conta, regiões havendo «nestas Minas aonde não chegam Medicos nem Cirurgioens, por cuja causa padecem os povos grandes necessidades». Adiante, porém, esclarece que muitos cirurgiões modernos iam de Portugal. Dirá mesmo, já no corpo de um dos tratados, aludindo a médicos e cirurgiões, provavelmente já numa fase mais avançada, no tempo, de sua residência em Minas, que «não faltavaõ nas duas Villas vizinhas, a do Carmo, e a do Ouro preto, além de outros arrayaes, onde não faltava quem lhe assistisse melhor do que eu» (p. 70).

Não temos capacitação para julgar dos méritos específicos do trabalho médico de Luís Gomes Ferreira.

Queremos apenas respigar nas suas quase seis centenas de páginas as indicações que possam interessar à história geral de Minas Gerais.

Há, realmente, algo que anotar nêle, no concernente à história econômica e social e a outros aspectos da vida mineira, ainda na primeira e na segunda décadas do século dezoito.

Vindo de Portugal em 1707, Luís Gomes Ferreira esteve algum tempo na Bahia, logo retornando à sua pátria. Não demorou muito tempo, porém, na Europa. Em 1708, estava de novo naquela Capitania, de onde se transportou para Minas Gerais. A sua primeira residência na região mineira foi em Sabará, onde ficou, pelo menos, até 1714. Em 1716, residia em Mariana, onde adquiriu ou estabeleceu uma fazenda, de nome São Miguel do Bom Retiro de Itacolomi, onde ficou quando menos até 1722. Por fim, morou no Arraial do Padre Faria, onde estava em 1724. Parece que deixou Minas em 1730, ano em que esteve em Sabará, possivelmente de passagem para a Bahia. No ano seguinte, já se achava em seu país natal, definitivamente.

Pode dizer-se que Luís Gomes Ferreira chegou às Minas às vésperas da eclosão da guerra dos emboabas, quando o ambiente já estava eletrizado pelas disputas que a prenunciavam ou prefaciavam.

Nelas viveu, em regiões e tempos turbulentos, marcados a principio pelas dissensões entre paulistas e forasteiros e em seguida

pela oposição encoberta ou ostensiva, mas permanente, da parte mais ponderável da população à política fiscal da metrópole e de seus agentes, oposição que ocasionou a deflagração de vários levantes.

O *Erário Mineral* não dá nenhuma informação sôbre tais acontecimentos. É claro, aliás, que não tinha o dever nem mesmo motivo ou pretexto para dá-la.

No seu volumoso compêndio, o Professor Luís Gomes Ferreira não se manifestou sôbre essas divisões dos povos das Minas, sôbre a turbulência, que tantas vêzes perturbou a vida da Capitania. A não ser, no início, quando se refere a êsse «povo tão dividido, e tão numeroso», compadecendo-se das «calamidades, que padece, pelas ter visto» (p. iij).

Mas narra uma briga entre o capitão Matias Barbosa da Silva e o Brigadeiro João Lôbo de Macedo, ambos portugueses e personagens históricos, em consequência de «razoens» que tiveram. «Remettêrao o caso ás mãos repentinamente, de que resultou ficarem ambos feridos; porque cada hum tinha a sua faca, com que fazia o que podia: ficou o Brigadeyro com huma facada junto ao embigo, não penetrante, e o Capitão com outra no bucho do braço esquerdo, que lhe chegou ao osso: este como ficou com os nervos, embigo, não penetrante, e o Capitão com outra no bucho do braço (p. 290).

Na época em que Luís Gomes Ferreira chegou às Minas, clinicava nas mesmas um «grande médico húngaro» (p. 2), cujo nome o autor traduziu para o nosso idioma, de forma que não sabemos como se chamava em sua língua materna. João da Rosa, assim se lê no *Erário Mineral* (p. 13), era muito conhecido nas Minas; cirurgião eminentíssimo, químico, herbolário e farmacêutico, orientou o colega português, quando êste chegou, instruindo-o sôbre «clima (p. 14). Naturalmente acêrca do comportamento do organismo dos colonos no novo meio, a sua reação aos remédios em voga na Europa etc.

Põe em evidência a diversidade dos climas europeu e americano, observando que, na sua opinião, «o clima das Minas he totalmente differente de todos os mais» (p. 2). «Os Brasis», diz, são uma região «muyto calida» (p. 419).

Esclarece mais adiante que «esta região do Brasil foy reputada dos antigos por Zona torrida, e inhabitavel; enganârao-se; porque he habitavel; e tambem se enganârao em parte; porque não he torrida, supposto bastantemente calida, quasi todo o tempo do anno, que só nos mezes de Mayo, Junho, Julho e alguma parte de Agosto, são mezes

mais temperados; que nos mais he calidissima, por passar ella o Sol duas vezes no anno, e por ficar dentro nos Tropicos, o que também succede no Rio de Janeyro, supposto em tempo diverso, e he clima mais temperado, e por tudo mais appetecido».

Quanto à observação sôbre o clima do Rio, é bem de ver que o escritor não estabeleceu comparação entre êle e o de Minas. Não poderia expressar-se daquela maneira quem residiu em lugares como Mariana e Ouro Preto.

Cabe esclarecer que Luís Gomes Ferreira conheceu o Rio de Janeiro, onde esteve como cirurgião do «exercito» que desceu das Minas para ajudar a repelir os franceses (p. 451).

Não falou de oitiva sôbre o clima desta cidade.

Luís Gomes Ferreira, que, como bom filho da Europa, conhecia os hábitos europeus, dá uma versão interessante sôbre os motivos porque os colonos passaram a fazer uso freqüente de banhos no Brasil.

É que se verificou que as pessoas que se lavavam curavam-se das bichas; estas, no entanto, matavam muitas outras, que não tinham êsse hábito salutar.

Dai, resultou «o costume, que hoje ha em todos os habitadores da América, e muyto principalmente nas mulheres, em o fazerem a miudo, ou todos os dias...» (p. 428).

Se non è vero ...

Luís Gomes Ferreira faz severos comentários sôbre a maneira como os brancos tratavam os escravos.

É assim que, ao recomendar para um escravo doente «boa cobertura, casa bem recolhida, e o comer de boa sustancia», declara que «nisto peccaó muyto os senhores de escravos, de que haõ de dar conta a Deos» (p. 31).

Morriam muitos escravos, «por se não fazer exame particular» (p. 41).

Estabelecendo uma comparação entre a alimentação das pessoas em Portugal e os mantimentos das Minas «tão differentes», gaba a «boa sustancia» daquela, para acrescentar que «os dos pretos com muyta mayor razaõ; porque habitaõ sempre, ou quasi sempre dentro da agua, e depois que entraõ a trabalhar, andaõ expostos ao rigor da chuva, do frio e do sol; roins coberturas, roins camas, e roim tratamento, como todos sabem, os que habitaõ nestas partes»... (p. 59).

O trabalho na mineração era particularmente duro. Se bem que o autor do *Erario Mineral* não diga novidades importantes sobre êle, menciona pormenores e faz observações curiosas.

Dos negros escravos diz que «huns habitão dentro da agua (como são os mineyros, que mineraõ nas partes bayxas da terra, e veyos dela), outros feytos toupeyras, minerando por bayxo da terra; huns em altura de fundo cincoenta, oytenta, e mais de cem palmos; outros pelo comprimento em estradas subterraneas, muytos mais, que muytas vezes chegaõ a seiscentos, e a setecentos: lá trabalhaõ, lá comem, e lá dormem muytas vezes»... (p. 2).

Conta-nos Luís Gomes Ferreira que muitas «doenças perseguem os pobres pretos nestas Minas» e que «pela mayor parte os senhores os não alliviaõ do trabalho por causa della, e andaõ com muyto grande molestia, sem se poderem ter em pé». (p. 358).

Uma das doenças mais comuns entre os escravos de Minas era a cangalha «e he só nos pretos de toda a costa da Mina, exceptuãdo todos os de Angola somente, e pela mayor parte he só nos que são mineyros, que andaõ metidos dentro da agua, ou com os pés nella, que os que se occupaõ em rossas, nunca neles vi tal doença: algumas pessoas chamaõ... camba, e vulgarmente cangalha... eu não lhe dou outro nome, senaõ convulsaõ por causa fria» (p. 360).

Outra doença que grassava entre os pretos escravos eram as «pontadas». Isso acontecia também com os brancos que exercessem «o mesmo officio dos pretos, ou quasi o mesmo; como he o serem feytores de lavras, ou roças, ou andarem em outros ministerios descalços, com má ordem de viver, ou mal comidos, mal enroupados, molhados, suados &c. que estes taes se curãõ de pontadas pelo mesmo methodo que os pretos; porque he provavel, lhe procedaõ as pontadas das mesmas causas; só com huma differença... a que os pretos são dotados de naturezas mais robustas; porque os que são bons, quando chegaõ a dizer, que estão doentes, estão meyo mortos, como eu muytas vezes tenho visto; e destes ha alguns, que pela mayor parte morrem, e outros custaõ muyto a livrar. Os brancos... os de nação Cobús, e os Angolas nas doenças são muyto molles, e os de nação Mina muyto duros» (p. 55).

Sôbre os paulistas, diz que «muyto vistos, e experimentados em raizes, hervas, plantas, arvores, e frutos, por andarem pelos sertoes annos, e annos, não se curando de suas enfermidades, senaõ com as taes cousas, e por terem muyta communicacão com os carijós».

Nota-se aí uma insinuação de que os bandeirantes, os paulistas em geral, muitos dos quais o autor conheceu em Minas, empregavam os remédios da medicina indígena.

Confrontemos essa informação, implícita naquela frase de Luís Gomes Ferreira, com o que diz Martius: «Em geral, a maioria das plantas, hoje empregadas no Brasil pela medicina, foram achadas pelos primeiros colonos, em particular os paulistas, e por aquêles que já traziam reminiscências das plantas úteis das Índias Orientaes» (1).

Não me parece que a observação do sábio alemão invalide a do *Erario Mineral*. Embora Martius desautorize a noção geral de que «os índios dispõem de muitos e eficazes medicamentos», não deixa de reconhecer que os «médicos indígenas» obtêm, às vezes, curas que raíam pelo «maravilhoso» (2).

A medicina indígena, aliás, praticada pelos pagês era uma arte mágica, era feitiçaria.

De certo, os paulistas, a que se refere o médico português, não jogavam com o sobrenatural, mas, conforme se viu, utilizavam o arsenal medicamentoso dos indígenas, fenômeno de aculturação que se explica pelo fato de conhecerem melhor as plantas do país do que os europeus e os brancos nativos.

Luís Gomes Ferreira, que se vangloria de usar da experiência (p. 5), e de graças a isso de receitar «remédios ainda não escritos» (p. iij), inclusive «inventos» seus, de acôrdo com as suas observações do clima local, assevera que «as pessoas, que comerem alguma cousa nestas Minas pela manhã, e lhe beberem em sima hum copinho de agua ardente do Reyno, conservarão melhor a saude». Se não puderem comer pela manhã, bebam «hum didal da dita bebida» (p. 22).

E para confirmar as virtudes daquela bebida, ingerida em tais oportunidades e condições, acrescenta ter feito a experiência em si mesmo. Com proveito, é bem de ver.

Mas, só servia para êsse e outros casos, de doenças, a aguardente do Reino.

O autor do *Erario Mineral* não tinha em bom conceito a aguardente feita em Minas, a cachaça mineira.

A respeito de sua fabricação fornece um dado muito interessante, absolutamente novo para mim, não obstante os meus cinco anos de pesquisas acêrca da economia canavieira de Minas Gerais.

É à página 470, quando, mais uma vez, indica a conveniência do emprêgo da aguardente de Portugal nas tisanas que manda aviar. A «de Minas, diz, tem certas qualidades muyto contrarias

(1) Carlos Friedr. Phil. von Martius *Natureza, doenças, medicina e remédios dos índios brasileiros*, Trad. de Pirajá da Silva, Brasileira, p. 250.

(2) Id., 233.

à nossa natureza... não digo porém o mesmo da agua ardente da Bahia; porque aquella he feyta de cana de assucar espremida, e esta de mel já depurado, e não tem aquella, senão huns poucos espiritos, e o mais venenoso à natureza, ainda que ha muytas pessoas, que dizem della milagres, porque assim lhe tem em conta».

Tome-se nota dessa preciosa informação a respeito da técnica de fabricação da aguardente mineira, em comparação com a utilizada na Bahia.

Ora, acontece que as boas aguardentes que hoje se fabricam no Brasil são feitas diretamente do caldo de cana, tal como se fazia em Minas Gerais, ao tempo em que nela residia o cirurgião português.

Não só ela, assim feita, é mais saborosa, segundo dizem os bebedores e mais entendidos, entre os quais felizmente me não encontro, como também observa-se que o outro processo determina o aparecimento de gás sulfídrico, nocivo à saúde.

A menos que o processo condenado pelo cirurgião luso fôsse aquêle a que alude um documento de 1662 e do qual resultava um produto muito apetecido pelos aborígenes: «... agoa ardente da terra feita das escorias do sumo das canas que lansaõ fora os engenhos do assucar» (3).

De que acusa a aguardente de cana mineira, a cachaça colonial, o cirurgião lusitano?

Inicialmente, de provocar obstruções. Diz mesmo que «a maior parte destas obstruçoens procedêraõ de beberem agua ardente de cana continuadamente» (p. 72).

Mas, não se contenta com isso.

O capítulo segundo do décimo tratado do *Erario Mineral*, livro, sem dúvida, digno de se ler ainda hoje, é toda uma catilinária contra a aguardente de cana, contra essa bebida tão popular, celebrada em prosa e verso.

Chega a dizer que de uma coisa que não presta se afirmava ser uma cachaça. Hoje, emprega-se êsse vocábulo em sentido oposto, isto é, querendo significar uma coisa boa, de que se gosta, que não se larga...

Aliás, o leitor verá que o autor reconhece que os adeptos da bebida nacional lhe gabavam as virtudes inúmeras. Fantasias de viciados... Ou iniciados...

(3) «Como se tira o ouro das Minas que chamão de Pernagua», *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LVII, p. 165.

Eis, na íntegra, êsse segundo capítulo:

«CAPITULO II

da aguardente de cana

Segundo as muytas observaçoens, que tenho feyto, e a experiencia me tem mostrado em todo o tempo, que tenho assistido nestas Minas, não ha cousa alguma nellas, que seja mais prejudicial á saude assim de pretos, como de brancos, como he a dita agua ardente, ou por outro nome, e bem proprio cachaça; pois ordinariamente quando queremos affirmar, q̃ huma cousa não presta para nada, dizemos q̃ he hũa cachaça. Esta tem sido a causa de morrerem innumeraveis escravos, no baço, no mesenterio, e no figado pela mayor parte, e esta mais difficil de curar: os brancos de tal sorte se casaõ com este vicio, que quasi todos morrem hydropicos; sendo a origem desta hydropesia o formarselhe no figado obstrucção, e augmentada esta por se ir cevando com a tal bebida, e o figado obstructo, vay inchando, e faz compressão ao bofe, e o vay apertando de tal modo, que os doentes desta obstrucção vem a morrer suffocados, não podendo tomar a respiração, senão meyo sentados, como eu muytas vezes tenho visto, e presenciado, de que já faley no capitulo desta obstrucção; e se as razoes referidas não agradarem, ou forem menos doutes, estimarey haja quem as dé melhores, e escreva com melhor doutrina para os doentes serem melhor soccorridos, que he o meu unico objecto.

2 Os que não tem morrido hydropicos, tem morrido tremulos, e com as entranhas assadas; porque estes, e aquelles, tanto que cahem neste miseravel, e abominavel vicio, quanto mais bebem, mais securas tem, e por isso compraõ hum barril, e em quanto elle dura, não cessaõ de beber, e como he barata, mais cubiça faz; e o peyor he que os devotos lhe daõ tantas virtudes, como dias tem o anno, faltandolhe pouco para venenosa.

3 Os que tem falecido de obstrucçoens no figado, quasi posso dizer, que a sua causa foy por continuarem a tal bebida; e os que tenho curado por me chamarem a tempo, e se emendarem, se pôde ver no tratado das obstrucçoens na obstrucção do figado, não fallando em muytos mais».

A cachaça mineira, que vimos ser objeto de críticas severas e de uma discriminação pertinaz de Luís Gomes Ferreira, que as fazia com a sua autoridade de «professor mais antigo» residente

nas Minas, o que deve significar que havia outros mestres naquela Capitania, a cachaça mineira sofreu severa perseguição do governo português.

As razões de ordem médica mobilizadas contra a aguardente de cana ajudaram, com toda a probabilidade, os que contra ela desencadearam a ação das próprias autoridades governamentais, apoiadas em leis que a propósito foram baixadas.

Antes mesmo da descoberta das minas de ouro, já se cuidava de proibir o seu fabrico, como se verifica pelo Aviso do Rei, datado de 9 de abril de 1693, mandando se informasse 'si seria prejudicial a proibição de se fazerem no Estado do Brazil aguas arden-tes por constar que da multiplicação delles se segue danno irrepara-vel ao Real Serviço, e a Fazenda, e ao socego dos moradores de Minas, pelas inquietaçoens, que occasiona nos Negros esta be-bida» (4).

No que diz respeito a Minas Gerais, por Ordem Régia de 18 de novembro de 1715, era proibida a construção de novos engenhos e se pedia informação «sobre os engenhos de destilar Aguas Arden-tes por constar que da multiplicação delles se segue danno irrepara-vel ao Real Serviço, e a Fazenda, e ao socego dos moradores de Minas, pelas inquietaçoens, que occasiona nos Negros esta be-bida» (5).

Na realidade, não foram tomadas providências eficientes, deci-sivas, para o cumprimento da ordem do Rei.

Mais tarde, o Governador da Capitania de Minas dirá que êsses engenhos são «a causa das ruinas das minas» (6).

Uma ordem de 11 de fevereiro de 1735 revela outro aspecto, ou outra causa, muito importante, dêsse combate à aguardente da terra, quando pede para «informar do prejuizo, que fez ao consumo das Aguas Arden-tes do Reino, o estabelecimento dos Engenhos, e Engenhocas, que ha em Minas» (7).

Eram muitas, como se vê, as razões invocadas contra a bebida e que motivavam as ordens, bandos etc. determinando a destruição dos engenhos: distraía os negros das minas, diminuindo a renda dos quintos, embebedava-os e os levava a praticar distúrbios, prejudi-cava-lhes a saúde, fazia concorrência ao produto de Portugal.

(4) *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. I, p. 69.

(5) «Coleção summaria das proprias leis, Cartas Regias, Avisos e ordens...», *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano XVI, vol. I, 462.

(6) «R.A.P.M., XX, 479».

(7) *Publicações do Arquivo Nacional*, vpl. I, p. 69.

Alastravam-se, porém, os engenhos de cana em Minas Gerais, a ponto de José João Teixeira dizer, já em 1780, serem «raras as fazendas, ainda que pequenas, onde os não ha» (8).

Isso é confirmado por uma representação enviada à metrópole; a essa representação alude D. Maria I em carta de 5 de março de 1784, falando no grande número de engenhos de águas ardentes de cana. Nesse documento, são rememorados todos aquêles motivos determinantes das medidas mandadas executar pelo govêrno português, reconhecendo-se, todavia, não terem sido «bastantes as providencias Regias». (9)

À guisa de «mot de la fin», citarei uma passagem do manuscrito, inspirada, com tôda a probabilidade, além de outras, na obra de Luís Gomes Ferreira: «... succede muitas vezes por cauza desse viço fugirem os Escravos a seus Senhores, e apparecerem mortos pelas portas dos vendeiros; assentando os Professores de Medicina proceder da muita abundancia daquella bebida».

(8) «Instrucção para o governo da capitania de Minas Gerais», in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 15, p. 453.

(9) Códice 19, Secretaria do Govêrno de Minas Gerais, Arquivo Público Mineiro, ms. n. 80.

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

VARIAÇÕES EM TÔRNO DO PAN-AMERICANISMO (*)

CLAUDIO GANNS

Ao viajante que se aproxima, pelo mar, do pôrto de Nova York, o primeiro espetáculo que se lhe depara, entre brumas envolventes, como imagem viva da grande República, é a estátua monumental da Liberdade, em proporções colossais, que ali foi erigida, com o farol do seu braço estendido para o alto, a convidar o visitante a penetrar-lhe, em confiança, o abrigo da casa acolhedora — como uma sentinela simbólica.

Mas, se outras demonstrações arquitetônicas da grande cidade — como o *Rockfeler Center* ou o *Empire Building* incitam no forasteiro o sentido das proporções descomunais, para um observador mais agudo, não está ainda aí o primor dos monumentos norte-americanos.

Saindo da cidade tentacular e passando-se ao oasis florido de Washington — lá já encontra outras expressões diferentes do seu estilo de vida, do seu apêgo ao passado ou do seu amor a determinadas tradições: entre a cúpula refulgente do Capitólio, entrevista num pôr de sol doirado, a majestade tranqüila da sua casa de Congresso; ou a sóbria imponência do «memorial de Lincoln» e a linha carteziana do obelisco de George Washington. Há entretanto outros segredos, na paisagem próxima ou longínqua, que ali exprimem a imagem da América. Um dêles é a casa de campo, escondida em Monte Vernon — onde viveu o Patriarca; e que ali parece simbolizar, na honestidade das suas côres brancas, de telhado vermelho, — estilo século XVIII — em face do verde dos campos, o seu ideal de isolamento. Outro, dentro da própria capital, é o novo edifício da União Pan-Americana, mandado construir pela filantropia de Carnegie, onde foram acolhidos, desde 1910, os ideais difusos que, de início, e no correr dos tempos, se abrigaram na proclamação histórica de James Monroe.

* * *

Paremos em frente dessa última construção singular — a casa internacional dos países americanos — que tanto deve a

(*) Conferência feita no Instituto Histórico, celebrando o Dia Pan Americano, em 1957.

Elihu Root, a Leo Rowe e a Joaquim Nabuco — e façamos uma ligeira evocação dos antigos propósitos que hoje pleijamente a justificam, como o legítimo «solar das Américas».

Passando do isolacionismo político, que George Washington deixou, como conselho ao seu povo — na célebre mensagem de despedida, a «farwell address», viram-se os Estados Unidos, na 5ª presidência, forçados a adotar outras diretrizes, em face da atitude das nações européias, que tentavam restabelecer o colonialismo na América, votado em segredo, nos conciliábulos da Santa Aliança, que vinham desde Aix-la-Chapele até o Congresso de Verona (1822), mas com a oposição calculada de George Canning (1).

Quem a proclamou, bem o sabeis, foi James Monroe, secundado pelo Secretário John Quincy Adams, em fins de 1823, na mensagem ao Congresso: a Europa, a partir daí não interviria mais na América; os negócios do novo continente seriam tratados apenas pelos seus componentes (2).

Política não mais de abstenção, mas de defesa — sobretudo em face dos desejos expansionistas da Rússia, através do Alaska.

A êsse insipiente programa de solidariedade continental, embora unilateral, deram logo adesão ostensiva outros eminentes vultos da América.

A primeira foi a iniciativa de José Bclafácio (1822) insinuada ao «agente» Correia da Câmara, em Buenos Aires, para estabelecer a liga com a nação platina. A outra foi a que, poucos meses depois da proclamação de Monroe, o nosso ministro Carvalho e Melo (1824) dera instruções ao primeiro delegado do

1) Ver: Hélio Lôbo — George Canning ou Jaime Monroe (in Rev. Americana — Rio, 1909); e George Canning e a América Latina (in Rev. do Inst. Hist. Anais do 2.º Cong. de História Nacional, II, 411 — Rio, 1942); Pedro Calmon — *A butrina anglo-americana* (in Brasil e América — 2ª ed. 1944, pág. 24).

2) A declaração de Monroe (2-12-1823) na sua Mensagem ao Congresso, é a seguinte: «Devemos declarar, por amor da franqueza e das relações amigáveis que existem entre os Estados Unidos e aquelas potências (européias) que consideraremos qualquer tentativa de sua parte para estender o seu sistema a qualquer parte deste hemisfério como cousa tão perigosa para a nossa tranquilidade, como para a nossa segurança. Com as colônias existentes e as dependências das mesmas potências não temos intervindo, nem interviremos. Em relação porém aos governos que declararam a sua independência e que a têm mantido, independência que, depois de grande reflexão e por justos princípios, nós reconhecemos, toda interferência, por parte de qualquer potência européia com o fim de oprimi-las e de qualquer modo dominar os seus destinos, não poderá ser encarada por nós senão como uma manifestação pouco amigável para com os Estados Unidos». (Apud Eduardo Prado — *A ilusão americana* — 3ª ed. S. Paulo 1902, pág. 21/22).

Brasil em Washington (Silvestre Rebelo) para propor o tratado de cooperação e amizade com os Estados Unidos, fundamentado nos interesses recíprocos e sob a égide da aludida proclamação.

É bem verdade que essa aproximação política já fôra tentada pelo estudante José Joaquim da Maia, na entrevista de Nimes com Thomaz Jefferson (3) e que nessa direção seguiu o estadista norte-americano, quando se correspondia com D. João VI, através do Abade Correia da Serra — como Aloysio Napoleão Alcindo Sodré já divulgaram (4). Outra tentativa — fôra o pedido de ajuda, feito em vão, por Cruz Cabungá, para os revolucionários republicanos de 1817.

Não é menos certo que, se quisermos chegar às supostas raízes, iríamos encontrar em 1750, na elaboração do tratado de Madrid, outra iniciativa brasileira, a de Alexandre de Gusmão, quando ali se proscreveu as guerras entre as colônias americanas, mesmo quando as metrópoles estivessem em conflito e assim se estabeleceu entre elas a política da boa vizinhança, de que seria o esplêndido precursor. Essa iniciativa, divulgada por Rodrigo Otávio, infelizmente porém hoje não deve mais subsistir, à vista das pesquisas de Silvio Júlio e Jaime Cortesão — que a atribuem, não ao negociador brasileiro, mas justamente ao espanhol — Carvajal.

Outra — foi a que o gênio de Simão Bolívar concebeu — depois de várias medidas aglutinadoras, que datam de 1812 a 1817, (Carta da Jamaica) quando convocou, em 1824, as nações americanas para o Congresso de Panamá (1826), tão ardentemente concebido, nos sonhos do seu criador e tão melancolicamente malogrado, pelo comparecimento apenas de quatro nações. Os Estados Unidos e o Brasil, convidados, por motivos diversos, arripiaram o caminho ou chegaram tarde demais... Era assim o ideal da solidariedade continental que fracassava, em virtude de incompreensões, que iriam amargurar a alma do seu idealizador: «*He arado en el mar!*» exclamaria êle, depois, desiludido.

Ficou porém na história política do continente, a lembrança dessa assembléia do istmo — comparado ao de Corinto — como o germe da reunião primordial, para tratar-se inter-americanamente os problemas continentais.

Da reserva egoística de Monroe que, talvez, no momento, só interessasse aos Estados Unidos, como base de sua própria defesa continental — passou o princípio aos poucos, a adquirir um

3) Cartas de Vendeck — (in Rev. do Instituto Histórico, tomo III, página 289).

4) Aloysio Napoleão — Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos — (Rio, 1947, pág. 35); Alcindo Sodré — Jefferson, D. João VI e o Panamericanismo (Petrópolis — Revista *Tradição*, 1948).

sentido mais amplo e generoso, que porventura não estava nas vistas do seu autor — vamos a dizer mesmo *protetor* — estabelecendo *d'avance* o fortalecimento da independência de tôdas as antigas colônias americanas, já libertadas do jugo pátrio; e daí por diante assumindo a ascendência de uma regra moral, que numa grande família, tem os irmãos mais velhos sôbre os menores.

Seguindo a trajetória dos seus inevitáveis objetivos, — «o destino manifesto», a grande república do norte, quando se proclamou independente, era constituída apenas de 13 colônias; a borda do atlântico, — foi aos poucos, na febre de sua expansão territorial, estendendo as suas asas, a águia do Potomack, voando para o Oeste — até atingir o Pacífico; e tanto assim que hoje, num milagroso crescimento, já conta 48 estrelas, na constelação da sua bandeira. Essa conquista de «espaço vital» — para empregarmos uma frase conhecida — fez-se por diversos modos, como o sabeis: seja de início com a compra da Luiziania (1803) à França, e adiante da Flórida (1819) à Espanha. Depois vieram as anexações do Texas (1845), da Califórnia e do Arizona (1848), sacrificando o México. Como só se mata o apetite, comendo mais: veio a ocupação das ilhas Wake, Howland, Baker e Jarvis (1857); a compra do Alaska e seus arredores (1867) da Rússia; ainda adiante, com a guerra de Cuba, a cessão feita pela Espanha, de Porto Rico, ilhas Guani (1898); logo a seguir a anexação das ilhas Marcus, Haway e Sandwich (1898). Do novo século já é a ocupação da Samôa (1900) e a aquisição ou arrendamento a longo prazo, da Zona do Canal — Panamá (1903).

Por fim a compra das ilhas Virgens (Sto. Tomás, San Juan e Sta. Cruz — 1917). Sem falar na «administração» das ilhas Marianas, Carolinas, Paláos, Marshall e Yap, que é dos nossos dias (1947).

É o que fêz dizer a algum observador, não destituído de malícia, que a fórmula antiga de Monroe, agora enunciada por Blaine: «A América para os Americanos», fôra convertida, no correr de quase um século, numa tese mais explícita: «A América para os Americanos do Norte». A sátira de Eça de Queirós sublinharia o conceito: — «a América pertence exclusivamente aos Europeus, que nasceram na América». Ao contrário, em sentido mais amplo e generoso, contestaria Saens Pena, repetido em Rui Barbosa: «A América para a humanidade».

Ora, no tecido dessa história continental, se se distingue às vêzes, o lado avêso, que é sempre feio, ressalta também o seu lado direito, que aparece com os traços da sua bordadura nítida e indelével. Os Estados Unidos, mesmo nesse período, puderam também contar no seu ativo, a guerra a favor de Cuba, a princípio anexada e depois tornada independente; e outras atitudes

generosas e conciliadoras, que agora seria supérfluo mencionarmos. Em relação ao Brasil estão relatadas com fidelidade no célebre estudo do Barão do Rio Branco sobre: *O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo*, que o nosso chanceler publicou, sob pseudônimo de J. Penn, no *Jornal do Comércio*, ao tempo em que se instalava, em 1906, a nossa embaixada em Washington (5).

Dir-se-á que o leão, agora saciado, deixava passar à distância das suas garras, sem apetite, as tímidas ovelhas... Ai se incluiria a atitude norte americana, depois da guerra de secessão, contra a invasão francesa, no México (1867) que obrigava a retirada das tropas européias e a conseqüente queda e fuzilamento do Imperador Maximiliano, atitude coerente com os princípios de Monroe.

* * *

A marcha da humanidade, apesar dêsses tropeços inevitáveis, segue sempre para adiante, numa caminhada progressiva. Contra os choques do materialismo brutal, alenta-a, para a frente, no seu sonho de melhoria e aperfeiçoamento, alguns ideais ecumênicos.

Da semente do malogrado Congresso do Panamá, em 1826, vão nascer outros propósitos, no começo imperfeitos, não de todo articulados, mas que acabam, na solidariedade bolivariana de outros congressos interamericanos, sobretudo de origem hispânica, até se atingir em 1889-90, o da esplêndida reunião anfitriônica de Washington — que se batiza com o título pomposo de «1.º Congresso Internacional Pan-Americano».

Dessa marcha irregular — que todos conheceis, vale a pena, lembrar as datas, — já referidas por Leitão de Carvalho e Hildebrando Accioly (6), como marcos significativos, ao longo da longa estrada: as tentativas sem êxito virtual dos congressos convocados pelo govêrno do México, em 1833, 1838 e 1840, as conferências de Lima (1847), Santiago do Chile (1856) e de novo em Lima (1864), com diminuto comparecimento das nações do continente. Não passariam de meras reuniões regionais.

Na assembléia de Washington, convocada pelo secretário de Estado norte-americano, James Blaine, retomando a nomeada que, nos começos do século, coubera a Adams e a Clay — é que, pela sua importância, avultava, com um prestígio novo, o princípio do arbitramento, que de facultativo passaria depois a obrigatório, para a solução pacífica dos conflitos internacionais. A idéia vinha

5) Nos «a pedidos» do *Jornal do Comércio*, de 12-5-1906. Reeditado na *Revista Americana* — 1912 e na *Revista do Instituto Histórico*, vol. 178, 1943 — atualizado até 1930, por O.N.B. (Octavio Nascimento Brito).

6) Conferência no Instituto Histórico — *Revista*, vol. 191 — 1946, Accioly — *Raízes ou causas históricas do Panamericanismo*. Rio, 1953. Hêlio Lôbo — *O pan-americanismo e o Brasil* (S. Paulo, 1939) — Pedro Calmon — op. cit.

de longe: passara mesmo, como recomendação pela 1ª assembléia de Haya (1889) e acabaria por ser corporificada, como princípio de direito público interno, em nossa primeira constituição republicana (1891), por iniciativa, parece-nos, de Nilo Peçanha.

Nos debates dessas conferências anteriores, quase que exclusivamente hispano-americanas — os pontos de desconfiança que impediam uma perfeita fraternidade continental, em relação aos Estados Unidos eram: a diferença de raça (anglo-americana), a diferença da língua inglesa e, bem assim, algumas daquelas atitudes contraditórias, no proceder da política norte americana, em relação a algumas das suas irmãs do continente, e da religião protestante (7) e no tocante ao Brasil, sendo a da língua portuguesa mais atenuada em relação à espanhola, eram: a nossa forma de governo monárquico, em contraste com as demais *soit-disants* repúblicas da América e a persistência da instituição servil, cuja abolição se recomendava desde o Congresso do Panamá; que dificultara, em muitos anos, a marcha do nosso progresso industrial — como Lidia Besouchet acaba de demonstrar (8) — e que só vínhamos a extirpar em 1888, às portas da República.

Proclamado em nosso país o novo regime; o gênio de Rui Barbosa plasmou-o, no seu projeto constitucional, sob a forma presidencial federativa — segundo o grande modelo da irmã do norte. Pouco importa saber agora, se ela teria sido melhor, sob o molde parlamentar e unitário, que por um lado seria mais democrático e, por outro, evitaria os perigosos esfacelamentos provinciais — de que a América espanhola nos trazia o exemplo visível. Corremos êsse risco, com a federação, ainda aqui mal aclimatada. A crítica dos sociólogos avisados de hoje, poderá achar também na estrutura dêsse presidencialismo de importação, os resquícios de um mandonismo pessoal, que os positivistas logo apoiaram, visando a «ditadura esclarecida», recomendada pelo mestre Augusto Comte. Mas o que é certo é que os perigos da descentralização, no rumo da dispersão política, em face da extensa realidade geográfica, foram felizmente ultrapassados — cobertos por cerca de 70 anos de sofrível prática constitucional.

Mas o que sobressaiu logo evidentemente, do ponto de vista internacional, pela evolução do nosso desenvolvimento populacional, pela nossa importância e riqueza, é que ficamos desde aí realmente no continente, o *pendant* no sul do que, no norte, exerciam, pelo seu prestígio singular, os Estados Unidos: repúblicanos, presidencialistas e federativos — como um estágio talvez

7) Hoje em dia bastante atenuada — pois para cerca de 160 milhões de habitantes — há nos Estados Unidos 40 milhões de católicos militantes.

8) Lydia Besouchet. *História do Ministério do Trabalho* (Rio — 1956).

para uma nova era, quando formos mais instruídos e educados, visando a verdadeira república democrática do futuro, na base do parlamentarismo, que só pode ser estabelecido através de governos que se sustentem pela realidade de uma opinião pública, verdadeiramente organizada. Por enquanto, com os índices de analfabetismo vergonhoso, parece-nos ainda uma utopia política.

Como quer que seja, naquela época, a aproximação que assim se fazia com os Estados Unidos — iria irritar espíritos polêmicos, como o de Eduardo Prado que, sendo monarquista convicto — sentia nas novas fórmulas, sem dúvida, uma aliança, senão virtualmente pactuada, ao menos sólidamente estabelecida, entre o Brasil e os Estados Unidos.

Nessa época (1893), a revolta da armada na baía de Guanabara, talvez de fundo monarquista, não foi adiante porque o governo norte-americano com sua esquadra, ficou ao lado de Floriano, chegando até a fornecer-lhe navios, para vencer a insurreição.

Daí a vigorosa, mas injusta agressão de Eduardo Prado, na *Ilusão Americana* — armazenando todos os rancores da sua argumentação histórica, senão para combater essa aproximação, ao menos para denunciar-lhe os supostos perigos, à base dos acontecimentos pretéritos, olhados com má vontade, só de um ângulo partidário. Como toda obra de apaixonada intenção política, faltou a êsse escaldante panfleto a serenidade de crítico ou de historiador: a ponto de combater o arbitramento, talvez só porque êle havia sido recomendado pelo Congresso de Washington — e também porque o recente texto constitucional da República nascente o tivesse adotado. É, pois, um libelo acusatório superado, a que os acontecimentos futuros não deram confirmação às suas lamentações de Cassandra... E, o mais curioso: os dois mais íntimos amigos seus, Rio Branco e Joaquim Nabuco, dois antigos monarquistas, é que viriam a ser mais tarde os dois mais decididos advogados da nossa aproximação com os Estados Unidos da América. Êste — pleiteando e indo inaugurar, brilhantemente, com a fascinação da sua presença e do seu talento, a nova embaixada em Washington, essa política de entendimento cada vez mais cordial; aquêle — dando os rumos vitoriosos dessa inclinação política com o país que é maior consumidor do nosso café, preparando a 3ª Conferência Pan-Americana do Rio (1906) com a prestigiosa presença do secretário de Estado Elihu Root, de tão úteis resultados para a nossa vida comum.

Não obstante, quando a Bolívia chegou a negociar a venda do Acre, com um grupo norte-americano do «Bolivian Syndicate», a interferência rápida e direta de Rio Branco, com aguda visão política, obteve logo a compra de região para o Brasil — sem

que os Estados Unidos lhe obstassem a ação ou quisessem acaso advogar os interesses e a causa dos seus patricios *yankees*. Hábil manobra diplomática, que nos evitou o perigo de um quisto, bem ao centro da América do Sul...

* * *

Outro ponto de singular relêvo, que aqui não deve ser omitido, como desdobramento lógico da doutrina de Monroe — é o que se consubstanciou na famosa tese de Drago, ministro do exterior da Argentina (1902).

Deu-lhe ensejo a manifestar-se, quando navios de guerra europeus (inglêses, alemães e italianos) cercaram portos venezuelanos, a pretexto de cobrar dívidas de seus súditos. O protesto argentino, alto e desinteressado, baseava-se na tese de que não podia nenhum país usar dêsse meio violento e coercitivo para obrigar, *manu militari*, os Estados devedores a pagarem seus compromissos financeiros (9).

A América do Norte não se absteve de intervir, e lembrando-se da doutrina de Monroe, forçou-os a recuar. Mas quando foi de outra tentativa, contra S. Domingos, pagou-lhe logo a dívida, e ficou tomando conta da alfândega local, até cobrar-se integralmente de que adiantara aos europeus.

Essa atitude é que foi estereotipada caricaturalmente na imagem irreverente de um jornalista da época: Ms. Roosevelt (o Teddy) — o primeiro dêsse nome célebre — a brandir, com eficácia contundente, o seu robusto bengalão policial, para pôr em ordem, na vida interna, os irrequietos e boêmios irmãos americanos...

Dessa diplomacia de bastonadas (a do *big-stick*), passaram os Estados Unidos à outra diplomacia, chamada dos *dólares* (empréstimos aos centro-americanos) e intervenção para garantir o pagamento dêsses empréstimos — Nicarágua, Cuba, Haiti, executados pelos sucessores do 1.º Roosevelt. Da diplomacia dos dólares evoluiu para a diplomacia da «boa vizinhança» preconizada por Herbert Hoover e coerentemente desenvolvida pela alta e generosa visão política do 2.º Roosevelt (Franklin Delano) e o seu prestigioso secretário de Estado Cordell Hull. Daí para cá, invariavelmente seguida pelos presidentes norte-americanos: Truman e Eisenhower.

Da conferência pan-americana do Rio de Janeiro, marchamos confiantes para a segunda de Haya (1907) — onde a manifestação

9) Vide: Oliveira Lima — *O Pan-Americanismo* (Rio, 1907 e J. M. Drago — *Les emprunts d'Etat et cours rapports avec la politique international* (Paris, 1907).

de nosso idealismo jurídico, teve a sua expressão, oracular, na palavra mágica de Rui Barbosa, quando, recusando um lugar entre as grandes potências, que fôra oferecido ao Brasil, no Tribunal Internacional, defendeu com bravura a igualdade jurídica de tôdas as nações. O Brasil — disse depois um delegado francês, com velada ironia — preferia não se equiparar às maiores nações do mundo, para ficar assentado ao lado da Nicarágua... Essa posição tão original, mas tão humana e cristã — em meio aos egoísmos internacionais — não foi, entretanto, compreendida pelo delegado norte-americano, Mr. Choate — mas nos ganhou prestígio e consideração perante as outras nações da América Latina. Era um esforço para pormos em prática, sem cálculos — os princípios genuínos do pan-americanismo!

* * *

Não nos esqueçamos que estávamos, até aqui, nessa meditação retrospectiva, parados, em plena «Constitution Avenue» de Washington, a admirar o belo edifício da União Pan-Americana, todo embandeirado, em alegre dia festivo, com os 21 pavilhões dos países da América, soltos ao vento das comemorações, contornando sua fachada sóbria, de só dois andares, em estilo renascimento, preferido por uma sugestão de Joaquim Nabuco (1908).

E com ser o «Dia das Américas» (14 de abril), que ali se celebra todos os anos, a partir de 1930 por proposta do delegado brasileiro (Silvino Gurgel do Amaral) — não quer dizer que fiqüemos ao sol ou à chuva, que ambos também em Washington, são as vêzes inclementes.

Deixando de lado a bela estátua de Artigas, que está próxima no jardim, à altura normal da familiaridade do nosso olhar curioso — entremos, pois, no «solar das Américas». No formoso pátio interno, de azulejos, à moda espanhola — está o monumento que a piedade dos amigos americanos ali ergueu à memória de Leo Rowe — o seu incansável e saudoso diretor-geral (1920-46).

Ali se guardam, numa reminiscência pagã, as cinzas do grande homem devotado — como a cidade do Porto retém o coração do nosso D. Pedro I, e aqui no Rio temos o de Santos Dumont, encerrado num escrínio.

Por um desses acasos felizes, o alto funcionário que, por hipótese, então nos recebe — é o diretor do Departamento Cultural (1951-1954): o escritor brasileiro Alceo Amoroso Lima (Tristão de Ataíde), escolhido para o alto cargo, pelo secretário-geral da Organização e depois substituído por Êrico Veríssimo. O acatado presidente da Organização e também outro ilustre brasileiro, eleito pela unanimidade dos votos dos seus pares (1950-1951), é o Embaixador Hildebrando Accioly, que esconde na

reserva das suas maneiras, o sólido saber de internacionalista, louvado para além das fronteiras da pátria. É preciso ir lá fora, para se sentir e apalpar circunstâncias tão desvanecedoras.

A nossa vocação de ex-jornalista, procura indagar dos dados daquela original criação. Os ouvidos atentos e os olhos ávidos ouvem e lêem o que dizem e escrevem os doutos.

* * *

É sabido que a atual «Organização dos Estados Americanos» (OEA), nasceu naquele Congresso de Washington (1890), pelo voto de 18 nações nele representadas, como um simples «escritório comercial», para servir aos países do continente, à sombra da secretaria de Estado e presidido pelo ocupante daquele posto político. Sua finalidade era apenas econômica e informativa: reunir, editar e distribuir, entre os países, informes relativos ao comércio e indústria — vedando-se-lhe qualquer interferência em matéria política, mesmo que fôsse exclusivamente internacional. Em 1894 foi criado um comité executivo de cinco membros, ainda presidido pelo secretário de Estado norte-americano.

Mais tarde êsse escritório transformou-se, em 1910, na União Pan-Americana, e foi admitido um conselho internacional, composto dos diplomatas que representavam os seus países em Washington. Adiante o secretário de Estado deixou a sua presidência ostensiva, mas ali foi conservado um diretor-geral efetivo Leo Rowe — que permaneceu no cargo, com zêlo e eficácia, até morrer (1920-1946). Na conferência de Bogotá (1948) foi o «bureau» transformado na atual «Organização dos Estados Americanos», presidida por um delegado, mesmo estrangeiro, mas americano, eleito pelo referido Conselho, que não é mais constituído por diplomatas, mas por delegados diretos, nomeados pelos respectivos países.

Hoje, em virtude da carta de Bogotá, que é o seu estatuto, elaborado desde a Conferência de Chapultepec (1945), constituiu-se num vasto organismo, verdadeiramente internacional, desdobrando em numerosos setores culturais, educacionais, econômicos — de assistência agrícola, de atividade jurídica, e de cooperação financeira, competindo-lhe agora interferência também na política internacional — como organização regional, ligada e dependente, nesse ponto, das Nações Unidas (O.N.U. — arts. 51 e 54).

* * *

De uma bem feita publicação, que ali se nos ofereceu, com a história e a finalidade da OEA — inferimos que ela está subordinada às Conferências Internacionais, que se devem reunir

de cinco em cinco anos — como seu órgão supremo, que dita as normas do seu destino, seja na ação, seja na política a ser desenvolvida.

O Conselho da organização é o seu órgão executivo permanente e órgão de consulta. Diretamente subordinado a este conselho, estabelece-se, na ordem da gradação hierárquica, a secretaria-geral (que conservou para si o antigo título da organização: «União Pan-Americana», ambos com sede em Washington. Lateralmente figuram no diagrama — à esquerda os conselhos: econômico e social (Washington), cultural (México) e de jurisconsultos (Rio). Dependentes da União (secretaria) estão diversos departamentos: o de assuntos jurídicos (ligado ao do Rio), o de assuntos culturais (ligado ao do México), o de assuntos econômicos e sociais (ligado ao de Washington), os de assuntos administrativos, o de relações públicas e o de estatística. Do lado direito do diagrama informativo, se alinham outros organismos especializados inter-americanos — que englobam as Ciências agrícolas (Costa Rica), a comissão de Mulheres (Washington), a organização sanitária (Washington), e os institutos: de proteção à infância (Montevidéu), de Geografia e História (México), o indigenista (México) e o de estatística (Washington).

Em outra publicação, tão fértil em explicações e detalhes, como são as informativas, elaboradas na América do Norte — encontramos outros dados preciosos e perfeitos, com o relato de todas as conferências interamericanas.

Para aqui os transladamos, sem quase os resumir, dada a sua concisão inicial: a 1ª foi, como já sabemos, a de Washington — De 2 de outubro de 1889 a 14 de abril de 1890. Resultados: aprovou regras, recomendações e resoluções sobre vários assuntos, como a criação da «União Internacional de Repúblicas Americanas» para a compilação e distribuição de informações comerciais.

A malícia européia na denúncia de um despeito incontido, havia de assinalar aquela reunião com o traço da sua ironia: de ser a do velho gato e dos seus camondongos!

A 2ª teve lugar, no México. De 22 de outubro de 1901 a 22 de janeiro de 1902. Resultados: assinatura de 10 tratados e convenções e um protocolo de adesão às convenções de Haya (1899). Aprovação de várias resoluções e recomendações, tais como as referentes a reorganização de «escritório internacional das Repúblicas Americanas». Criação do conselho executivo para administrá-lo e de um sistema de conferências especializadas e técnicas.

A 3ª Conferência realizou-se no Rio de Janeiro. De 21 de julho a 26 de agosto de 1906. Resultados: assinatura de quatro convênios. Aprovação de resoluções e moções sobre diversos assuntos: relações comerciais, recursos naturais, estrada de ferro

pan-americana e outros — e onde Elihu Root, Rio Branco e Nabuco, proferiram maravilhosos discursos — cheios de sentido pan-americano (10).

A 4ª Conferência realizou-se em Buenos Aires. De 12 de julho a 30 de agosto de 1910. Resultados: assinatura de quatro convenções. Aprovação de várias resoluções e moções, tais como: mudança de nome do escritório internacional das Repúblicas Americanas para: «União Pan-Americana». Recomendações de caráter comercial-jurídico, sobre intercâmbio de professores e estudantes e outros meios de cooperação intelectual e estatísticas comerciais (11).

10) Trecho do discurso do Barão do Rio Branco, na abertura da III Conferência Internacional Americana, Rio. 1906 — procurando manter o primado entre a América e a Europa. «Nações ainda jovens, não podemos esquecer o que devemos aos formadores do capital com que entramos na competição social. A própria considerável extensão dos nossos territórios em grande parte desertos, alguns inexplorados, e a segurança de que temos recursos para que neste continente viva com folga uma população dez, vinte vezes maior, nos aconselharia a estreitar cada vez mais as relações de boa amizade, e procurar desenvolver as de comércio com esse inexgotável viveiro de homens e fonte prodigiosa de fecundas energias que é a Europa. Ela nos criou, ela nos ensinou, dela recebemos incessante apoio e exemplo, a claridade da ciência e da arte, as comodidades da sua indústria e a mais proveitosa lição de progresso. O que nós lhe podemos oferecer, em troca desse inapreciável contingente moral e material, ao crescer e prosperar, como o fazemos, é sem dúvida alguma, abrir-lhe um campo mais vasto para o feliz emprego de sua atividade comercial e industrial».

Trecho do discurso de Elihu Root, procurando desfazer as justificadas prevenções que ainda havia contra a política do 1.º Roosevelt: «Não queremos obter vitória alguma, não desejamos mais território que o nosso, nem mais soberania senão a soberania sobre nós mesmos. Consideramos a independência e a igualdade de direitos dos menores e mais fracos membros da família de nações com direito a tanto respeito como o dos grandes impérios e consideramos a observância do dito respeito como a principal garantia dos fracos contra a opressão dos fortes. Não pretendemos nem desejamos direito algum, privilégio ou poderes que não concedamos livremente a cada uma das Repúblicas americanas.

Desejamos aumentar nossa propriedade, dar oportunidades ao nosso comércio, crescer a nossa riqueza, nosso saber e nosso espírito, mas a nossa concepção do verdadeiro meio de realizá-lo não é derrotando aos outros e nos beneficiarmos com a sua ruína, senão ajudar a todos os amigos para uma comum prosperidade e um comum desenvolvimento, de modo que possamos todos engrandecer-nos e juntos chegar a ser mais fortes».

11) Proposta da delegação brasileira na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires (1910):

«O largo período decorrido desde a declaração da doutrina de Monroe habilita-nos a reconhecer nela uma fala permanente de paz externa do continente americano. Por isso, festejando os primeiros esforços para a sua independência, a América Latina envia à grande irmã do norte a expressão de seu

A 5ª Conferência teve lugar em Santiago do Chile de 25 de março a 3 de maio de 1923. Resultados: Pacto Gondra, para evitar e prevenir conflitos entre os Estados. Criação de uma comissão de investigação para evitar hostilidades. Assinatura de três convenções. Aprovação de diversas resoluções e moções sobre higiene e salubridade pública, cooperação agrícola e intelectual, transportes, direitos da mulher, censo e comunicações e outros assuntos.

A 6ª Conferência instalou-se em Havana (Cuba). Trabalhou de 16 de janeiro a 20 de fevereiro de 1929. Resultados: assinatura de 11 convênios, sobre codificação do direito internacional privado, adoção do Código de Bustamante, criação (como órgão da União das Repúblicas Americanas) — das Conferências Inter-nacionais Americanas, a União Pan-Americana e outros que possam surgir das convenções. Aprovação de resoluções e moções sobre diversos assuntos, como aviação, arbitragem comercial, sistema métrico, agricultura, rodovia pan-americana, conferências e organismos especializados, educação e intercâmbio cultural e outros materiais.

A 7ª Conferência realizou-se em Montevideu (Uruguai). De 2 a 26 de dezembro de 1933. Resultados: Convenção sobre direitos e deveres dos Estados e outras cinco convenções e um protocolo. Aprovação de resoluções e recomendações sobre um projeto de Código de Paz para a prevenção e solução pacífica dos conflitos, arbitragem comercial, responsabilidade de Estado. Combinou-se prestar maior atenção aos assuntos sociais, econômicos e culturais.

A 8ª Conferência teve lugar em Lima (Peru). De 9 a 27 de dezembro de 1938. Resultados: Aprovação das declarações, resoluções e recomendações, entre elas a «Declaração de Lima» e a «Declaração dos Princípios Americanos». Ampliação da cooperação interamericana a todos os aspectos do campo social, econômico, jurídico e cultural da atividade humana e aos problemas da mulher e da criança. Concordou-se em fazer estudo detalhado de projeto de criação da «Associação das Nações Americanas», que preparou o projeto da futura «Carta da Organização».

A 9ª Conferência iniciou-se e terminou em Bogotá (Colômbia). De 30 de março a 2 de maio de 1948. Resultados: Mudança definitiva de nome da associação e da organização dos Estados Americanos. Assinatura da «Carta da O.E.A.», do «Tratado

reconhecimento por aquela nobre e desinteressada iniciativa de tão grande benefício para todo o Novo Mundo».

Não foi apresentada porque não contou com o apoio da Argentina e do Chile. (in Hélio Lôbo — *De Monroe a Rio Branco*, pág. 98).

Americano de Soluções Pacíficas» (Pacto de Bogotá) do Convênio Econômico de Bogotá e das convenções sobre concessão de direitos civis e políticos à mulher. Aprovação de resoluções sobre tópicos diversos: turismo, comércio, garantias sociais, condição econômica da mulher trabalhadora, comitê jurídico interamericano e outros assuntos. Aí ficou pactuada e vitoriosa a arbitragem obrigatória, por proposta do Brasil (embaixador João Neves da Fontoura).

A 10ª Conferência em Caracas (Venezuela). De 1 a 28 de março de 1954. Resultados: assinatura de três convenções sobre: asilo territorial, asilo diplomático e desenvolvimento das relações culturais interamericanas. Aprovação das resoluções e declarações sobre diversos temas, em campos específicos: jurídico-político, econômico, social, cultural, de organização e funções. A conferência não fez mudanças básicas no sistema interamericano estruturado em Bogotá em 1948, mas reconheceu a necessidade de dar maior impulso ao pan-americanismo econômico. Deu ao Conselho da OEA — maior autoridade para estudar e rever os estatutos de vários órgãos, como o do Conselho Econômico e Social, e para reformar os tratados existentes.

A 11ª Conferência deve reunir-se em Quito no Equador, no ano de 1959. Entre outras matérias: examinará o progresso da O.E.A. nos últimos cinco anos e determinará a política e os programas que devam ser estabelecidos para o futuro».

Além dessa tarefa ampla, em que se descortinam os horizontes da sua atividade — a princípio modesta, a partir de 1890 — até as realizações cada vez mais amplificadoras dos últimos anos, não ficam aí circunscritos à norma de proceder, produzir e colaborar, na vida internacional, em benefício da América — os propósitos da O.E.A.

Há outros campos e outros setores especializados, naquele objetivo pan-americano, que ainda convém aqui registrar — para conhecimento detalhado dos brasileiros.

Assim — ainda daquele folheto precioso, ousar tomar outras notas conclusivas, que servem para melhor conhecimento dessa matéria, pouco acessível ao grande público.

No campo das conferências especializadas, por exemplo, há um acervo útil de trabalho que hoje, pelo novo estatuto da O.E.A. (1948) são atribuídas como tarefa para as «Conferências Interamericanas» e para as «Reuniões de Consulta».

Mas, antes daquela data — tiveram lugar algumas conferências especializadas, cuja atividade, também convém sejam aqui expostas, em benefício dos estudiosos, embora resumidamente.

Foram em número de quatro, essas conferências.

A 1ª chamou-se de «Conciliação e Arbitragem» e teve lugar em Washington — De 10 de dezembro de 1928 a 5 de janeiro de 1929. Resultados: Convenção geral de Conciliação Interamericana (que completa o tratado Gondra, de 1923). Tratado geral de arbitragem interamericano e Protocolo de Arbitragem progressiva (12) — todos êles encaminhados a promover o desenvolvimento dos métodos internacionais para o ajuste pacífico das controvérsias.

A 2ª Conferência chamou-se de «Consolidação da Paz» e foi realizada em Buenos Aires, de 1 a 23 de dezembro de 1936. Resultados: assinatura de tratados e convenções sobre procedimentos pacíficos para o ajuste de disputas e prevenção de conflitos, um protocolo relativo a não intervenção. Aprovação de resoluções e recomendações sobre vários assuntos e «Declaração de Solidariedade» a qual estipula que «todo ato suscetível de perturbar a paz de qualquer Estado americano afeta a todos e a cada um dêles e justifica o início de procedimentos de consulta». Tentativa do Brasil de estender a doutrina de Monroe a tãda América: continentalização do monroismo.

A 3ª Conferência denominada: «Sobre problemas da guerra e da paz» teve lugar na cidade do México, de 21 de fevereiro a 8 de março de 1945. Resultados: Aprovação de resoluções e recomendações como a «Ata de Chapultepec» que estipula a defesa conjunta de todos os Estados, em caso de agressão contra qualquer dêles. A reorganização, consolidação e fortalecimento do sistema interamericano. Deu-se maior autoridade e responsabilidade ao Conselho Diretivo da União Pan-Americana e se criou o Conselho Interamericano econômico e social. Traçou-se a «Carta Econômica» tendente a produzir reajustes econômicos, no período da post-guerra.

A 4ª Conferência foi chamada de «Manutenção da Paz e segurança do continente». Teve lugar, no Brasil — (Petrópolis). De 15 de agosto a 2 de setembro de 1947. Resultados: o «Tratado Interamericano de assistência recíproca» que estipula a legítima defesa coletiva, no caso de um país, seja ou não americano, lance um ataque armado ou ameace a paz e a segurança de qualquer dos Estados americanos. O tratado, primeiro convênio regional que foi subscrito, cingiu-se ao art. 51 da Carta das Na-

12) Yepes — *Le Pan-americanisme au point de vue historique juridique et politique* — Paris; 1936, pág. 105. O protocolo adicional visa sobretudo eliminar as reservas opostas ao tratado de arbitramento. Preâmbulo: «d'établir une procédure par laquelle ces exceptions ou ces réserves puissent de temps à autre, être abandonnées entièrement ou partiellement par les parties au dit traité, tendant ainsi progressivement le domaine de l'arbitrage».

ções Unidas, constitui um dos três documentos fundamentais da Organização dos Estados Americanos (O.E.A.).

Por outro lado, ficou nas atribuições da O.E.A. promover, a pedido do país interessado, reuniões de consulta, para considerar problemas urgentes de interesse comum. Nesse caráter atua como mecanismo complementar de «Tratado de Assistência Recíproca» firmado no Rio de Janeiro, em 1947 — continua informando o folheto de propaganda da O.E.A.

Até agora essas reuniões de consulta foram quatro, embora se tivessem convocado outras, que afinal não se realizaram — porque o Conselho da O.E.A. tomando a si os casos apresentados, atuou como Órgão de Consulta, e os resolveu satisfatoriamente.

As reuniões realizadas foram as seguintes. 1ª Reunião — Panamá — De 23 de setembro a 3 de outubro de 1939. Emergência: a declaração de guerra na Europa. Resultados: medidas sobre a segurança do Continente e neutralidade dos Estados Americanos.

2ª Reunião — Havana. De 21 a 30 de julho de 1940. Emergência: Situação criada pela 2ª guerra mundial, depois da queda da França. Resultados: medidas para a coordenação da defesa do Continente.

3ª Reunião — Rio de Janeiro — De 15 a 28 de janeiro de 1942. Emergência: Ataque a Pearl Harbor e extensão da segunda guerra mundial ao hemisfério ocidental. Resultados: medidas para proteger o continente e cooperar em sua defesa e solidariedade econômica — saçazmente tecidas, sob a presidência de Oswaldo Aranha.

4ª Reunião — Washington — De 23 de março a 7 de abril de 1951. Emergência: Política de agressão do comunismo internacional. Resultados: Medidas de cooperação política e militar para a defesa da América e de cooperação econômica, de emergência.

Tôda essa engenhosa combinação de órgãos e funções, para lograr eficiência num trabalho de equipe — há uma probabilidade de êxito, à medida que se vai aperfeiçoando: do primitivo relógio de sol — que fôra a organização comercial de 1890, passou-se ao velho relógio de pesos e contra-pesos. Atinge-se agora, na marca do tempo, um perfeito mostrador moderno — onde se registram, com precisão os meses, as semanas, os dias, as horas, os minutos e os segundos, na sua marcha regular e isocrônica.

Por amor às datas históricas, diremos que o fato culminante da vida dessa admirável organização internacional foi a 30 de abril de 1948, quando os representantes das 21 nações americanas firmaram, na IX Conferência, de Bogotá, a Carta que é o seu atual estatuto. Pelo que ficou então resolvido, parte desse estatuto entrou desde logo em vigor. Quando em 1951 a Colômbia depositou o décimo quarto instrumento de ratificação, entrou êle em pleno vigor. A 10 de abril de 1956, durante a Semana Pan-Americana, a Argentina depositou na União Pan-americana o último instrumento de ratificação, realizando-se assim nesse momento a outra data histórica da Organização. Em oito anos o estatuto adquiriu, aos poucos, a sua total validade jurídica, firmando-se, na sua carta, a Constituição interamericana dos países do Continente.

E, como coroamento dessas reuniões da América, o encontro dos seus 19 presidentes — chefes de Estado — no Panamá (1956), quando ali firmaram a «Declaração do Panamá» — documento «de profundo significado interamericanista».

* * *

Se a conferência de Buenos Aires (em 1936) foi o lugar do encontro de três presidentes: Franklin Roosevelt, Augustin Justo e Getúlio Vargas e dos chanceleres Saavedra Lamas e J. C. de Macedo Soares — a de Petrópolis (1947) foi a dos Presidentes Dutra e Trumann e dos chanceleres das 20 nações do Continente presididos por Raul Fernandes, piloto êste seguro, que conduziu com êxito a elaboração do «Tratado de Manutenção da Paz e da Segurança do Continente», que depois serviria de modelo para outros pactos não-americanos (o do Atlântico Norte por exemplo).

Já os chefes de Estado sentiam que deviam prestigiar com a sua presença, endossando a obra da solidariedade americana.

* * *

Em atitudes marcantes da vida internacional americana, haveria ainda que mencionar, três fatos isolados, mas de repercussões no continente.

O primeiro, na história da nossa amizade tradicional, foi a visita que o Imperador do Brasil, D. Pedro II, fez em 1876, aos Estados Unidos, para assistir à exposição internacional de Philadelfia, comemorativa do 1.º centenário da Independência norte-americana. A presença ali do primeiro monarca que pisou o solo norte-americano impressionou a todos pela lhanza democrática do seu trato, e outros atributos da sua alta personalidade.

O segundo foi quando, concluída a Guerra do Paraguai, de que fomos as vítimas agredidas, apressamo-nos nobremente em firmar o tratado de paz com a nação vencida, sem fazermos ne-

nhuma reivindicação de territórios, como parece era dos desejos de outro nosso aliado.

O terceiro, já na República, que imortalizou o nome do Barão do Rio Branco, foi o Tratado de 1910, de que se beneficiou o Uruguai, quando permitimos o condomínio da Lagoa-Mirim, e do rio Jaguarão, que se concluiria com os aplausos do continente — sábia política que contrastaria por exemplo com a outra, seguida pelos Estados Unidos, no mar das Caribes, ou nas Filipinas, na lógica da sua política expansionista...

* * *

Todavia, convém não esquecer que, no bombardeio de Valparaíso, de 1856, pela esquadra espanhola, os Estados Unidos manifestaram a sua solidariedade com o país agredido.

Em 1895, por igual, no conflito anglo-venezuelano, na questão de limites da Guiana, declarando-se a favor do país americano, obrigando a Inglaterra a conduzir a questão, para ser resolvida em tribunal arbitral.

Na questão do Amapá — é sabido, quando os franceses preparavam tropas para a ocupação, foram advertidos pela América do Norte — o que os levou, por sua vez, a aceitar o arbitramento, proposto pelo Brasil, e felizmente decidido a nosso favor, pelo presidente suíço. (1898).

* * *

As glórias do país se ampliam, os seus títulos se enaltecem, pela participação que tem os seus filhos eminentes na solução pacífica dos conflitos internacionais, pela colaboração de suas inteligências privilegiadas nos projetos de encaminhamento da vida coletiva, pela atuação moral da sua presença, nas conclusões superiores, que interessam aos demais povos — seja da América ou de outros pontos do universo civilizado.

Para só falarmos do nosso Continente, conviria assim que aqui não fôsse também olvidada, no tempo do Império, a honrosa posição de arbitros — confiança na imparcialidade dos nossos julgamentos — que tiveram os Barões de Itajubá e de Arinos, os conselheiros Lopes Netto e Lafayette Rodrigues Pereira e o Barão Aguiar de Andrade — respectivamente nos casos de Alabama (1872), na pendência franco-americana (1882) e nas gestões oriundas das reclamações chilenas (1882-87), como se acham registrados com exatidão, no belo livro de Pedro Calmon — *O Brasil e a América* (pág. 78, nota 94).

Se nos quase 70 anos do Império Brasileiro a nossa colaboração, na vida internacional, foi eficiente, embora discreta — nos outros quase 70 da República ela foi mais efetiva e não menos útil...

Lembremos, portanto, de comêço, a presença de Salvador de Mendonça, no Congresso de Washington (1889) — quando dali se retirava o Conselheiro Lafayette, pela mudança do nosso regime político;

— que José Higino faleceu no México (1901), quando lá exercia o mandato de nosso representante; tendo proposto a codificação do direito internacional americano;

— que a amistosa mediação de Joaquim Nabuco, também atuou nos Estados Unidos, por ocasião da questão Alsop (1909) evitando o conflito com o Chile, transferindo a sua solução para a arbitragem da Inglaterra;

— que Epitácio Pessoa e o conselheiro Lafayette foram codificadores eminentes do Direito internacional público e privado, constituindo justo título de nosso orgulho, os seus sapientíssimos projetos (1912);

— que Afranio de Melo Franco, diplomata exímio, após uma longa carreira em representações internacionais, seja em Lima seja em Santiago do Chile, seja em Montevidéu, seja em Genebra (Sociedade das Nações), foi o apaziguador singular, na questão de Leticia (Peru-Colômbia — 1934);

— que J. C. de Macedo Soares, pela sua atuação pessoal pôs termo feliz na questão do Chaco (Bolívia-Paraguai — 1936). Muito embora nas glórias do feito apareçam outros nomes — não se lhe conseguiu arrancar o merecido título de «Chanceler da Paz»;

— que a ação de Oswaldo Aranha, com a fulguração do seu espírito, se exerceu com êxito, por duas vêzes, na presidência da O.N.U., o lugar mais alto do mundo; mas também em outras reuniões internacionais, a benefício do Brasil — seja em Washington, em Buenos Aires e no Itamarati — notadamente neste, com a liderança da campanha para a nossa maior aproximação com os Estados Unidos, e para a nossa entrada e participação na última guerra, ao lado daquela grande nação;

— que, se Clóvis Bevilacqua colaborou no ante-projeto para a criação do Tribunal de Haia, devemos à aguda inteligência de Raul Fernandes, nos Conselhos da Liga das Nações (1920), à fórmula adequada que permitiu a sua viabilidade, e lhe outorgou, ao depois, a prática imprescindível ao seu funcionamento, como «Côrte Suprema de Justiça Internacional», mediante a famosa cláusula facultativa para a sua jurisdição (13);

13) Vale a pena ver resumida, na discreção do seu eminente autor, em folheto de 1925, o relato desse acontecimento histórico: «Esse indiscutível triunfo, imputável aos métodos e ao espírito que prevaleceu em Genebra, não foi

— que se Rui Barbosa foi escolhido para juiz daquele alto tribunal, na sua composição inaugural (1921), embora sem nêle ter podido tomar parte, Epiácio Pessoa, que lhe succedeu (1923), Filadelfo Azevedo e Levy Carneiro nêle se assentaram, discutindo e votando em momentosas questões jurídicas e políticas, de real interêsse para a vida dos povos;

— que devemos à competência especializada de Hildebrando Accioly a aceitação da idéia do estabelecimento de árbitros individuais, para dirimir conflitos entre nações;

— que a poderosa cerebração de Francisco Campos assiste, com a profundidade da sua cultura, desde a criação, às reuniões da Junta de Jurisconsultos Americanos (Rio);

e que devemos ao destemor de João Neves da Fontoura, a reação vigilante contra manobras «peronistas» na tentativa, felizmente por êle posta em fracasso, de não mais ressuscitar, em novos moldes «econômicos», o pacto regional do A.B.C. — antes lembrado por Rio Branco e insuflado depois pelo espirito ardiloso de Lauro Muller.

Haveria ainda que citar, para não incorrer na falta de omissões imperdoáveis, a participação que tiveram em assembléias internacionais, os nomes de Gastão da Cunha, Rodrigo Octavio, Ingles de Souza, Haneman Guimarães, Santiago Dantas, Calógeras, Gilberto Amado, Castro Rebelo, Haroldo Valadão, Temistocles Cavalcanti, Hélio Lôbo e Carlos Medeiros Silva.

* * *

Há, no Palácio do Itamarati, em sóbria galeria da entrada lateral, destacando-se no fundo róseo dos mármorees — as figuras, em bronze, dos pro-homens da América: José Bonifácio, Hoggins, Miranda, Bolivar, Washington, Sucre, San-Martin, Marti, etc.

Tomamos a liberdade de sugerir agora ao nosso chanceler que, com a criação do seu museu diplomático, — se é que já não está feita — sejam levantados em suas paredes, ou guardados em albuns apropriados, — como se fôssem retratos de família, os

completo porque as grandes potências se insurgiram contra o texto de projeto, que faria obrigatória a jurisdição do tribunal mediante citação de uma das partes pela outra. Mas por uma emenda da undécima hora de iniciativa da delegação do Brasil, abriu-se margem a que a obrigatoriedade da jurisdição existisse, sob a reserva de reciprocidade, para os Estados que a ela quisessem se subordinar e assinassem para êsse fim um protocolo, que permanecesse franqueado a ulteriores adesões». Raul Fernandes — *A Sociedade das Nações*, pág. 41. Então 15 Estados aderiram ao protocolo; hoje são mais de 40. Vide: J. C. de Macedo Soares — *O Brasil e a Sociedade das Nações* — 1927, pág. 202 e Gilberto Amado — Raul Fernandes (Traços para um estudo). Rio, 1952.

fotos de todos êsses eminentes patrícios, mesmo dos diplomatas da carreira — como um lembrete às gerações futuras, o devotado serviço que exemplarmente prestaram ao Brasil. Claro está que aí se incluíam, mercedamente, as imagens de Duarte da Ponte Ribeiro, de F. A. Varnhagen, de Penedo, de Paulino de Sousa, do visconde do Rio Branco e de L. de Sousa Dantas.

* * *

Depois dêsse instrutivo colóquio e divagações saímos, já ao cair da noite, da sede da «Organização dos Estados Americanos». A massa branca do seu proporcionado edifício, envolvia-se, serena e tranqüila, no discreto manto de tênue neblina, para dormir o seu sono merecido, depois de um longo dia de festas e trepidante agitação.

Olhando o céu azul escuro, banhado pela prata do luar, êle nos parecia agora um amplo pavilhão, cobrindo o repouso dos homens fatigados, desfraldando o estandarte das 48 estrêlas da Confederação, acrescido das outras 21 dos Estados Americanos. Tôdas elas palpitavam, no seio escuro da noite, embaladas no sonho harmonioso da fraternidade inter-continental.

* * *

Estamos assim a entrever, olhando para trás, como através de um gráfico demonstrativo, a linha ascendente das aspirações americanas. De começo, com Monroe, simples política de defesa contra a Europa, senão do continente, ao menos da América do Norte. Política, talvez egoista que, com os seus desdobramentos futuros e as suas incoerências na prática, iria despertar ciúmes e desconfianças, nos países hispânicos da América. Refugiaram-se êstes, assim, sob a inspiração de Bolívar, num ideal de mais nitida solidariedade continental, quase que exclusivamente hispano-americano, não inteiramente lógico, nos vai-vens que os acontecimentos lhes imprimiram, no correr dos 60 anos de esforços associativos.

Passamos, a seguir, para um outro estágio: o denominado de *pan-americanismo*, a começar pelo Congresso de Washington, já aí com a iniciativa e a colaboração norte-americana. Êle se desdobra, nos sucessivos congressos e conferências, desde 1889, e vai nitidamente até as duas guerras mundiais: a de 1914 e a de 1939.

Nesse novo período da fase histórica — as tendências se bifurcam. Os Estados-Unidos, de país esplêndidamente isolado, no continente — ou melhor, de indisfarçável ascendência sôbre os demais — passam a ser a grande e próspera, senão a maior nação do mundo contemporâneo. Com a sua ingerência ostensiva é que aquelas guerras finalizam; e, em consequência da sua cola-

boração preponderante, se riscam os futuros problemas da paz. De Wilson a Eisenhower — o *pan-americanismo* persistindo, iria atingir agora a zona do *universalismo* por assim dizer «esférico» mundial — que culminaria na criação engenhosa das Nações Unidas (O.N.U.). Nenhum Estado poderá mais agora declarar-se neutro — escapar da solução dos problemas da hora atual — em face dos graves acontecimentos mundiais. Nem a América do Norte fugirá das responsabilidades da sua missão ímpar e civilizadora, de nação condutora dos povos do ocidente — para cuja sobrevivência lutara nos campos de batalha, com o sacrifício dos seus homens, e depois dêle, com a sua decidida cooperação financeira, tão útil às regiões devastadas.

O êrro primordial dessa nova criação jurídica, êrro de ingenuidade, ao ajuntar-se o mundo em tórno dessa assembléia ecumênica — foi o de dar a um só país o direito de veto, nas deliberações coletivas, exercido com eficaz tenacidade, pelos russos, em cêrca de 60 casos, contra a decisão majoritária dos demais.

Temos assim que a Sociedade das Nações — apesar do idealismo inicial de Wilson, que a propiciara, — acabou por falecer, impotente — gendarme desarmado, quando foi da vergonhosa ocupação da Abissínia, pelos italianos; e que agora, a ONU também tropeça, sem meios de ação, ou acovardada, diante da ofensiva fulminante, de que se viu vítima a Hungria, sob o protesto unânime do mundo civilizado.

Outra atitude mais recente, que não concorre para estabelecer uma perfeita confiança, entre povos divididos por interesses contraditórios — está na adoção de critérios diversos, para a solução de problemas idênticos. Agora, por exemplo, pretende-se impor, no benefício coletivo, que o regime do Canal de Suez pasará a um contrôle internacional, desprezando-se o direito do Egito. Por que então não se aplicará, nessa mesma hora, o mesmo critério, na exploração do Canal de Panamá, que seria administrado por uma comissão internacional, oriunda da própria O.N.U.?

Balanças, como se vê, de dois pesos e de duas medidas — não dão força moral aos que as manejam arbitrariamente. O prumo das orientações retilíneas, exige essas retificações de propósitos, se se quiser obter a confiança inequívoca dos povos. Somos insuspeitos para proclamá-lo, porque devolvemos a Guiana a França (1817) e restituímos a Cisplatina à sua independência (1828). Não podemos ter ambições territoriais. Temos terra em excesso, carecemos de gente para a povoar.

Mas, como quer que seja, já estamos agora numa dessas encruzilhadas aflitivas, — em que a Torre de Babel antiga aparece como um símbolo eloqüente da confusão contemporânea — dispostos todos a nos enfileirar, de um ou de outro lado das ten-

dências opostas; nessa surda e inumana rivalidade armamentista, baseada nas descobertas da era atômica, das bombas de hidrogênio e dos foguetes teleguiados — para marcar o nosso destino de sobrevivência, através de dôres e sacrifícios, entre as demais nações do globo. E' lógico, é natural que, esteiados em razões históricas e motivos sentimentais e em interesses legítimos, nascidos no monroismo e no bolivarismo, desdobrados no panamericanismo, nos abriguemos e nos reunamos em tórno do irmão mais velho — como os filhos de uma mesma família, ficando ao lado dos Estados Unidos, sob o teto protetor da mesma casa secular, que é a América Continental. Êles, com melhores recursos humanos, técnicos e econômicos, com bem maiores elementos de defesa — é que, na luta de futuro, terão de ser o nosso guia clarividente, o condutor experiente e forte das nações americanas. Insensato e até criminoso será o que se aventurar numa posição de neutralidade e de abstenção, que não será respeitada por ninguém. Como na fábula dos feixes de varas, unidos na coesão solidária, teremos força e valimento; dispersos, seremos os instrumentos dóceis, na mão dos mais ousados ou dos mais violentos. Jogados os dados — a sorte do nosso destino já estará prefigurada, sem apelação. Cooperação de amigos, solidariedade de irmãos, nunca absoluta e irrestrita, mas compatível com os pontos melindrosos de nosso patriotismo, que não suporta nem sujeições, nem servilismo degradante.

* * *

Conta-se que, na entrada apoteótica dos generais romanos, quando regressavam vitoriosos das suas batalhas — era costume que viessem atrelados aos carros dos triunfadores, alguns escravos que os injuriavam, para lembrar-lhes a condição precível da sua natureza humana, e não se embriagassem com os incensos dos louvores, apontando-lhes a precariedade dos sucessos de um dia.

No relato dessa longa marcha vitoriosa dos êxitos norteamericanos e inter-americanos, por mais de 150 anos de caminhada, as vêzes ásperas e insegura — aqui se acentuou, de quando em quando, uma voz divergente, ali se deu relêvo a um grito de protesto, perdido entre ovações festivas. Com isso se quis apenas fazer chegar, no meio de aclamações ruidosas, aos ouvidos dos triunfadores, aquela advertência dos vencidos: — *Vae victoribus!* Quem nos dá hoje notícia daquele poderoso império romano — do outro de Carlos Magno — ou daquele outro orgulhoso império napoleônico — ou dos megalomaniacos de Hitler e de Mussolini — senão o frio relato histórico da sua força, da sua grandeza e o legado vivo das suas misérias?

Isso quer dizer que as nações, como os generais vitoriosos, também são perecíveis — e da sua lembrança ilustre, na caminhada incessante dos séculos, só perdurará, na memória fugaz dos homens, o que houverem praticado de bom e de perfeito, baseados nas leis divinas da Caridade e da Justiça.

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

(Dia Pan-Americano)

- 1 — RODRIGO OCTAVIO — O Dia das Américas (in Rev. do Instituto Histórico, vols. 168 — 1933 — p. 714-722).
- 2 — RODRIGO OCTAVIO — O Dia das Américas — (in Rev. do Instituto Histórico, vol. 169 — 1934 — p. 261-266).
- 3 — MANOEL CICERO — Dia da América — (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 170 — 1935 — p. 222/237).
- 4 — PEDRO CALMON — Dia da América (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 171 — 1936 — p. 225-270).
- 5 — BASÍLIO DE MAGALHÃES — Dia Pan-Americano (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 172 — 1937 — p. 426-441).
- 6 — RODRIGO OCTAVIO FILHO — Monroismo — Pan-Americanismo (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 173 — 1938 — p. 690/707).
- 7 — CAIO DE MELLO FRANCO — O Dia da América (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 174 — 1939 — p. 693-711).
- 8 — LEONCIO PEREIRA FERRAZ — O Pan-Americanismo e as suas origens (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 175 — 1940 — p. 373/394).
- 9 — ERNESTO LEME — O conceito atual do Pan-americanismo — (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 176 — 1941 — p. 292/307).
- 10 — OSWALDO ARANHA — O Dia da América (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 177 — 1942 — p. 516/524).
- 11 — SOUZA DOCCA — Tradição pan-americanista do Brasil (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 179 — 1943 — p. 105/198).
- 12 — CARVALHO MOURÃO — O Dia Pan-Americano (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 183 — 1944 — p. 236/251).
- 13 — PEDRO CAVALCANTI — O Dia Pan-Americano (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 187 — 1945 — p. 105/122).
- 14 — LEITÃO DE CARVALHO — Dia Pan-Americano (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 191 — 1946 — p. 285/293).
- 15 — ATALIBA NOGUEIRA — O Pan-americanismo e o super-estado americano (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 195 — 1947 — p. 35/41).
- 16 — J. B. MAGALHÃES — O Pan-Americanismo no quadro da civilização ocidental (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 199 — 1948 — p. 119/142).
- 17 — ARIOSTO GONZALEZ — A obra de Alexandre Dumas: «Montevideo ou me Nouvelle Troie» (in Rev. do Inst. Histórico — vol. 203 — 1949 — p. 155/169).
- 18 — FEIJÓ BITTENCOURT — Dia Pan-Americano e o generalíssimo Franco Miranda (in Rev. do Inst. Histórico — vol. 207 — 1950 — págs. 128/158).
- 19 — FEIJÓ BITTENCOURT — O Pan-Americanismo e a obra histórica de Affonso Taunay (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 211 — abril — 1951 — p. 62/81).

- 20 — A. C. FERREIRA REIS — Primeiras manifestações pan-americanistas no Brasil (in Rev. do Inst. Histórico, vol. 215 — 1952 — p. 167/182).
- 21 — RENATO DE MENDONÇA — Novas formas de cooperação interamericana (in Rev. do Inst. Histórico — vol. 219 — 1953 — págs. 46/58).
- 22 — IVO LINO VASCONCELOS — Asclépio e o Pan-americanismo (in Rev. do Inst. Histórico — vol. 223 — abril 1954 — p. 425/446).
- 23 — A. BANDEIRA DE MELO — O espírito do pan-americanismo (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 228 — julho 1955 — p. 279/289).
- 24 — SÉRGIO CORRÊA DA COSTA — O pan-americanismo e os modernos pactos regionais (in Rev. do Instituto Histórico — vol. 233 — 1956 p. 159/172).

BIBLIOGRAFIA

A — Nacional

- 1 — DUARTE DA PONTE RIBEIRO — Reflexões sobre as vantagens do preconizado congresso americano (Mem. Ms. 1841).
- 2 — J. B. CALÓGERAS — Política Americana, 1866.
- 3 — EDUARDO PRADO — A ilusão americana — 1893.
- 4 — JOAQUIM NABUCO — A intervenção estrangeira durante a revolta de 1893.
- 5 — MANOEL BONFIM — A América Latina, Rio, 1905.
- 6 — ALBERTO SEABRA — Ensaio pan-americanos, S. Paulo, 1906.
- 7 — ARTUR ORLANDO — Pan-americanismo — Rio, 1906.
- 8 — AMARO CAVALCANTI — Trabalhos da 3ª Conferência Internacional Americana — Rio, 1906.
- 9 — (ASSIS BRASIL — O Brasil e o pan-americanismo, por um ex-monarquista, 1906 (resposta ao livro de A. Orlando).
- 10 — (RIO BRANCO) — O Brasil, os Estados Unidos e o Monroísmo (art. pseud. J. Penn — in *Jornal do Comércio* de 12-5-1906 — reproduzido em 20-1-1908 — Transcrição na Revista Americana, Rio — Ano III — maio-junho, 1912 n. 5/6 p. 469/490 e na Rev. do Inst. Tomo 178, p. 169/187.
- 11 — A. DE SOUZA PINHO — A doutrina Drago — Liv. Econômica — Recife, 1907.
- 12 — OLIVEIRA LIMA — Pan-americanismo — Rio, 1907.
- 13 — HÉLIO LOBO — George Canning ou James Monroe (in Rev. Americana — Rio — ano 1 — outubro, 1909, p. 86/113).
- 14 — ARARIPE JÚNIOR — A doutrina de Monroe (in Rev. Americana, Rio — ano I — n. 3 — dezembro 1909 — p. 279/298 e n. 4 — janeiro, 1910 p. 60/80.
- 15 — ALBERTO TORRES — Vers la paix — Rio, 1909.
- 16 — DUNSHEE DE ABRANCHES — A lagoa Mirim e o Barão do Rio Branco — Rio Imp. Nacional, 1910.
- 17 — DUNSHEE DE ABRANCHES — Brasil and the Monroe Doctrine — Rio, 1915 (Trad. — O Brasil perante a doutrina de Monroe — in Revista Americana — Rio — ano I — n. 5 — p. 181/193 — 1910).
- 18 — JOAQUIM NABUCO — «A aproximação das duas Américas» (in Rev. Americana — Rio — ano I — n. 8 — Maio, 1910 — p. 173/181). «A parte da América na civilização» in Rev. Americana — Rio, 1909 — ano I n. 1 p. 9/22).

- 19 — VALENTE DE ANDRADE — A aliança necessária entre o Brasil e a América do Norte — O Brasil e o pan-americanismo — S. Paulo, 1911.
- 20 — CARVALHO DE MENDONÇA (M. — I) — A intervenção e a doutrina de Monroe — Curitiba, 1896.
- 21 — DUNSHEE DE ABRANCHES — O Brasil e o Arbitramento, Tratados e convenções — Rio — Tip. Leuzinger, 1911.
- 22 — SÁ VIANNA — De la non existence d'un droit international americain — Rio, 1912.
- 23 — HELIO LOBO — (especialmente o capítulo: Uma amizade tradicional. De Monroe a Rio Branco), Rio, 1912.
- 24 — HELIO LOBO — Brasil, terra chara — Rio, 1913.
- 25 — OLIVEIRA LIMA — América Latina e América Inglesa — Rio, Garnier, 1913.
- 26 — SALVADOR DE MENDONÇA — A situação internacional do Brasil — Rio s/ data (1913).
- 27 — AMARO CAVALCANTI — Pan American Questions — Rio, 1913.
- 28 — J. P. CALOGERAS — Rio Branco e a política exterior (in Rev. Americana, 1913 — Rep. in «Rex-nostra» — S. Paulo, 1930).
- 29 — DUNSHEE DE ABRANCHES — O A.B.C. e a política americana — Rio — 1915 (Discurso na Câmara dos Deputados).
- 30 — ARGEU GUIMARÃES — O pan-americanismo (art. in *Jornal do Comércio*, ed. da tarde — 2-6-1915).
- 31 — JOAQUIM EULALIO DO NASCIMENTO SILVA — O camaleão de Monroe — A sua última cambiante — «Modernizing the Monroe doctrine» pelo Sr. Schrril — Rio (*Jornal do Comércio* — 2-10-1916).
- 32 — SÁ VIANNA — L'arbitrage au Bresil (in Revista Americana — Rio — Ano VI — fev. 1917 p. 18/51 e ano VI — Março 1917 p. 15/47).
- 33 — HELIO LOBO — Coisas diplomáticas, Rio, 1918.
- 34 — J.C. GOMES RIBEIRO — O precursor da independência hispano-americana (Miranda) — (in Rev. Americana — ano XII — jan. 1918 — n. 6 p. 54/59).
- 35 — THEODORO FIGUEIRA DE ALMEIDA — Política Americana — 3ª ed. Belém — 1918.
- 36 — THEODORO FIGUEIRA DE ALMEIDA — A missão americana — 1918.
- 37 — HEITOR LYRA — O pan-americanismo no Brasil, antes de Monroe (in Ensaio diplomáticos — Pub. antes da Rev. Americana, ano VIII — Maio — 1919 — n. 8 — p. 22/47 — Rio, 1922).
- 38 — LEONARDO TRUDA — O Brasil e a doutrina de Monroe — S. Paulo, 1924.
- 39 — FELIX PACHECO — A propósito da doutrina de Monroe — (Disc. na Soc. Bras. de Direito Internacional, Rio, 1924).
- 40 — RAUL FERNANDES — L'Amerique du Sud et la Société des Nations (Kobornhavn, 1924).
- 41 — RAUL FERNANDES — A Sociedade das Nações (Conferência) — Rio, 1925.
- 42 — FELIX PACHECO — Bolivar e o centenário do Congresso de Panamá — Rio, 1926.
- 43 — PANDIÁ CALÓGERAS — Directrizes internacionais do Brasil (in o *Jornal* — Rio — n. de 29 e 30-10-1926).

- 44 — ARGEU GUIMARÃES — O Congresso de Bolivar — Paris, 1927.
- 45 — J. C. DE MACEDO SOARES — O Brasil e a Sociedade das Nações — Paris, 1927.
- 46 — RAUL FERNANDES — Le principe de l'égalité juridique des Etats — Geneve, 1929.
- 47 — MANUEL BONFIM — O Brasil na América — Rio, 1929.
- 48 — ARGEU GUIMARÃES — Bolivar e o Brasil — Paris, 1930.
- 49 — RODRIGO OCTAVIO — Traços da política internacional do Brasil na América (in Rev. da Academia Brasileira de Letras n. 107 — 1930).
- 50 — RODRIGO OCTAVIO — Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale — Paris, ed. Sirey — 1930.
- 51 — *Brasil e Estados Unidos da América* — Um artigo de Rio Branco, seguido de anotações que abrangem o período de Rio Branco até os nossos dias por O.N. Brito (Octavio N. Brito), Rio, 1930.
- 52 — CESAR FELICIANO XAVIER — Alexandre de Gusmão, o pan-americanista (in Assembléia Nacional do Instituto Pan-Americano de Geografia e História — Rio, 1932 — Tomo III — p. 155/304).
- 53 — PANDIÁ CALÓGERAS — Política exterior do Império — São Paulo, 1933.
- 54 — ILMAR PENNA MARINHO — O Pan-americanismo — Rio, 1933.
- 55 — R. TEIXEIRA MENDES — A doutrina de Monroe, Rio, 1933.
- 56 — RODRIGO OCTAVIO — Discurso no Centenário na doutrina de Monroe (in Soc. Brasileira de Direito Internacional — anuário 1934/35 p. 14).
- 57 — ELYSEO MONTARROYOS — Le Bresil et la crise de la Société des Nations — Geneve, 1936.
- 58 — *Arquivos Diplomáticos da Independência* — 6 vols. ed. do Itamaraty — 1922.
- 59 — FERNANDO SABOIA DE MEDEIROS — A liberdade de navegação do Amazonas. Relações entre o Império e os Estados Unidos da América — S. Paulo, 1938.
- 60 — CARLOS PONTES — Tavares Bastos — S. Paulo, 1939.
- 61 — SAMUEL FLAGG BENIS — A doutrina de Monroe em nossos dias (Discurso no Itamaraty — in *Jornal do Comércio* — 28-8-1938).
- 62 — ILMAR PENNA MARINHO — O pan-americanismo e a doutrina internacional do esbulho — Rio, 1938.
- 63 — J. PANDIÁ CALÓGERAS — Formação histórica do Brasil — Rio (1930).
- 64 — HELIO LOBO — O pan-americanismo e o Brasil — S. Paulo, 1939.
- 65 — OSWALDO ARANHA — A revolução e a América (Discurso 23-12-1940).
- 66 — CARLOS MAUL — As fontes brasileiras do pan-americanismo — Rio. — Z. Valverde, 1941).
- 67 — SÉRGIO CORREA DA COSTA — A diplomacia brasileira na questão de Leticia — Rio, 1942.
- 68 — PAULO MEDEIROS — Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira (in Cultura Política, Rio, 23-1-1943).
- 69 — BRAZ DO AMARAL — Os pan-americanos — Rio, 1943.
- 70 — PEDRO CALMON — Brasil e América — Rio, ed. José Olímpio, 1943.
- 71 — JAYME DE BARROS — A política exterior do Brasil (1930, 1942) — 2ª ed. — Rio — 1943.
- 72 — OLYMPIO GUILHERME — A luta pela liberdade nas Américas, Rio, 1945.
- 73 — HILDEBRANDO ACCIOLY — Reconhecimento da Independência do Brasil pelos Estados Unidos (S. Paulo, 1936, 2ª ed. Rio, 1946).

- 74 — ILMAR PENNA MARINHO — Características essenciais do novo direito internacional — Rio, 1947.
- 75 — ILMAR PENNA MARINHO — O sistema interamericano e a sua entrosagem no sistema mundial — Rio, 1947.
- 76 — RAUL FERNANDES — Evolução necessária à O.N.U., no sentido da aplicação da lei internacional (in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional — Rio, 1947 — n. 6 — p. 5/10).
- 77 — HILDEBRANDO ACCIOLY — A paz mundial e a organização das Nações Unidas — in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional, Rio, 1947 — n. 5/ p. 26/40.
- 78 — BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO — Uma interpretação das Américas — Rio, J. Olympio, ed. 1948.
- 79 — ALCINDO SODRÉ — Jefferson, D. João VI e o Pan-americanismo (in Rev. Tradição Petrópolis, Jan.-fev. 1948).
- 80 — HAROLDO VALLADÃO — Direito, solidariedade e justiça — Rio, 1943.
- 81 — HAROLDO VALLADÃO — Justiça, Democracia e Paz — Rio, 1948.
- 82 — JOÃO NEVES DA FONTOURA — IX conferência Internacional Americana — Bogotá — Relatório ao Chefe da Delegação do Brasil — Rio, 1948.
- 83 — JOÃO NEVES DA FONTOURA — Apreciação geral sobre a Conferência de Bogotá (in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional, Rio 1948 — n. 8, p. 34/39).
- 84 — A. TEIXEIRA SOARES — A Conferência Interamericana de Bogotá — in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional, Rio, 1948, n. 8, p. 40/49).
- 85 — JAYME CORTEZÃO — Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, Rio, 1949.
- 86 — RAUL FERNANDES — As modificações do conceito de soberania (in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional, Rio, 1949, ns. 9/10, p. 65/78).
- 87 — ARTUR SANTOS — Novas tendências do direito internacional e os pactos internacionais do após-guerra (in Bol. da Soc. Brasileira de Direito Internacional — Rio, 1949, ns. 9/10 — p. 103/120).
- 88 — NELSON W. SODRÉ — Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo — Rio, 1949.
- 89 — ALOYSIO NAPOLEÃO — Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos — Rio, 1947.
- 90 — R. MENDES GONÇALVES — A conferência de Petrópolis, Rio, 1947.
- 91 — LUIZ DE SOUZA GOMES — América Latina — Rio, 1948.
- 92 — ARTHUR SANTOS — A conferência de Bogotá (discurso) — Rio, 1948.
- 93 — O. DE SOUZA ANDRADE — Joaquim Nabuco e o Pan-americanismo — S. Paulo, 1950.
- 94 — JOÃO NEVES DA FONTOURA — IV Reunião de Consulta — Washington — Relatório do Chefe da Delegação — Rio, 1951.
- 95 — EVERARDO DAYRELL DE LIMA — O papel internacional da organização dos Estados Americanos — Rio, 1951.
- 96 — GILBERTO AMADO — Raul Fernandes (traços para um estudo) — Rio, s/ data (1952).
- 97 — CLÁUDIO ARAÚJO LIMA — Plácido de Castro — Um caudilho contra o imperialismo — S. Paulo.
- 98 — HILDEBRANDO ACCIOLY — Raízes ou causas históricas do pan-americanismo (ed. Ministério das Relações Exteriores — Rio, 1953).
- 99 — HENRIQUE DE SOUZA GOMES — As Nações Unidas — Dez anos de realizações — Rio, 1955.

- 100 — AFFONSO T. BANDEIRA DE MELLO — O espírito do pan-americanismo (ed. Ministério das Relações Exteriores — Rio — 1956).
- 101 — JOÃO NEVES DA FONTOURA — Depoimentos de um ex-ministro — Rio, 1957.
- 102 — OLYMPIO GUILHERME — A realidade americana (s/ data).
- 103 — HÉLIO VIANNA — O Brasil e o pan-americanismo — Rio — *Jornal do Comércio* — 14-4-57).
- 104 — Conferência Financeira Pan-Americana-Relatório da alta comissão internacional brasileira de uniformização de leis sobre intercâmbio, comércio e arbitramento internacional — Rio, 1915.

B — ESTRANGEIRA

- 1 — ABADÉ DU PRADT — Congrès de Panamá — Paris, 1826.
- 2 — J. B'. ALBERDI — Memoria sobre la conveniencia y objeto de un congreso general americano — Tese na Fac. de Direito da Univ. Chile — 1834.
- 3 — BERNARDO MONTEAGUDO — Ensaio sobre la necesidad de una federacion general entre los estados hispano-americanos (Publ. pela Soc. de la Unión Americana de Santiago de Chile — Santiago, 1862).
- 4 — CARLOS CALVO — Recueil des traités, conventions, capitulations, armistices et autres actes diplomatiques de tous les Etats de l'Amerique latine — Paris — A. Durand, 1862.
- 5 — J. M. TORRES CAICEDO — Union Latino-americano — Paris, 1865.
- 6 — TUCKER — The Monroe doctrine — Boston, 1885.
- 7 — ALEJANDRO ALVAREZ — The Monroe Doctrine — Washington, 1924.
- 8 — A. PRINCE — Le congrés des trois Ameriques — Paris, 1891.
- 9 — J. M. CESPEDAS — La doctrina de Monroe — Havana, 1893.
- 10 — J. BASSET MOORE — The Monroe doctrine its origin and meaning — New York — 1895.
- 11 — ISMAEL SALAS — La doctrina de Monroe es un principio del derecho de gentes, reconocido y aceptado en Europa y America — Mexico, 1896.
- 12 — FRANCIS DE PRENÉ — La doctrine de Monroe — (Revue des Deux Mondes — 1896 — p. 431).
- 13 — CARLOS M. URIEN — El derecho de intervencion y la doctrina de Monroe — Buenos Ayres, 1898.
- 14 — JOHN BASSET MOORE — A digest of international law — Washington, 8 vols. 1906.
- 15 — JOHN BASSET MOORE — International arbitrage.
- 16 — ALBERTO DEL SOLAR — La doctrine de Monroe y la America Latina — Buenos Aires, 1898.
- 17 — GASPÁR TORO — Notas sobre arbitraje internacional en las repúblicas latino-americanas — Santiago de Chile, 1898.
- 18 — HECTOR PETIN — Les Etats Unis et la doctrine de Monroe — Paris, Rousseau, 1900.
- 19 — JOHN H. LATANÉ — The diplomatic relations of the United States and Spanish America — Baltimore, 1900.
- 20 — ANIBAL MAÚRTUA — La idea pan-americana y la question de arbitrage — Estado historico a proposito del Congreso de Mexico, Lima, 1901.
- 21 — FOSTER — A century of american diplomacy — 1901.
- 22 — Segunda Conferência Internacional Americana — México — 1901-1902 — Organizacion de la Conferencia, Proyectos, informes, declames,

- debates y resoluciones (Ed. hecha bajo la direccion de la Secretaria General) Mexico, 1901.
- 23 — FELIX AVELINO ARAMAYO — La question del Acre — La legacion de Bolivia en Londres — London, 1903.
 - 24 — BONAPARTE WYSE ET GEORGES GUILLAUMIN — Le rapt du Panamá (Protestains et plaidoiries) — Toulon, 1904.
 - 25 — T. B. EDINGTON — The Monroe doctrine — Boston, 1904.
 - 26 — BRUNET — Le procès du Panamá (Plaidoirie et replique pour la Colombie) — Paris — Dangon — 1904.
 - 27 — CARLOS A. ALDÃO — La question de Misiones ante el presidente de Estados Unidos de America — New York, 1904.
 - 28 — DANIEL ANTOKOLETZ — La doctrine de Monroe et l'Amérique Latine — Paris, 1905.
 - 29 — BARRAL MONTFERRAT — De Monroe a Roosevelt (1823-1905) — Paris — Liv. Plon — 1905.
 - 30 — HENRI HAUSER — L'imperialisme americain — Paris, 1905.
 - 31 — L. M. DRAGO — Cobro coercitivo de deudas públicas — Buenos Aires, 1906.
 - 32 — LUIZ ALBERTO DE HERRERA — La doctrina Drago y el interes del Uruguay — Montevideo, 1906.
 - 33 — LUIZ MARIA DRAGO — Les emprunts d'etat et Cours rapports avec la politique international — Paris A. Pedone, 1907.
 - 34 — Tercera Conferencia Internacional Americana — Actas, resoluciones y documentos. Rio de Janeiro, 1907.
 - 35 — Vicuna Subercasaux — Los congresos pan-americanos — Santiago, 1908.
 - 36 — BASDEVANT — La conference de Rio de Janeiro et l'Union international des republics americaines (in *Rev. gen. droit int. pol.* 1908).
 - 37 — M. GOROSTIAGA — El pan-americanismo (in *El Diario* — B. Aires, 27-7-1910).
 - 38 — ALEJANDRO ALVAREZ — Le droit international americain — Paris, 1910.
 - 39 — PEDRO IRIGOYEN — Mediacion é intervention (in *Rev. Americana* — Rio, ano II (1910) n.º 3 — p. 315/322).
 - 40 — G. NICOLAS MATIENZO — La politica Americana de Alberdi (in *Rev. Argentina de Ciencias Politicas* — Buenos Ayres, 1910 — Tomo I).
 - 41 — Quarta Conferencia Internacional Americana — I Diário de Sesiões 1910.
 - 42 — ALEXANDRO ALVAREZ — La solidariedad americana (in *Rev. Argentina de Ciencias Politicas* — Tomo I — p. 159/178) B. Ayres, 1910.
 - 43 — ALFRED VIVOT — La doctrine Drago — Buenos Ayres, 1911.
 - 44 — MANUEL UGARTE — El porvenir de la America Latina, Vallencia, 1911.
 - 45 — HENRY BARD — South America: study, suggestions.
 - 46 — ALEXANDRO ALVAREZ — La codification du droit international: ses tendances, ses bases. Paris, 1912.
 - 47 — WILLIAM SPENCER ROBERTSON — The Monroe doctrine abroad 1823-1824 (in *American Political Science Review* — vol. 6-1912).
 - 48 — WILLIAM SPENCER ROBERTSON — South America and the Monroe doctrine (in *Political Science Quarterly* — vol. XXX, n.º 1, 1915).
 - 49 — JAMES BRYCE — South America, observations and impressions — London, 1912 — New York, 1913.
 - 50 — VICENTE GAY — El canal de Panamá (in *Rev. Americana* — ano IV — março 1913 — n. 3 p. 317/323).
 - 51 — JOHN BASSET MOORE — Henry Clay and pan-americanism (in *Columbia*. — *University Quarterly* — Setembro, 1915).

- 52 — ERNESTO QUESADA — El nuevo pan-americanismo y el Congreso Científico de Washington — Buenos Ayres, 1916.
- 53 — ELYSIO ESBERJA — El pan-americanismo y el pan-hispanismo (in La reforma social — Havana — jan. 1916).
- 54 — RICARDO ALFARO — A significação do pan-americanismo.
- 55 — F. GARCIA CALDERON — Les democraties latines de l'Amerique — Paris, 1912.
- 56 — ALEJANDRO ALVAREZ — Le droit international de l'avenir — Washington, 1915.
- 57 — CARLOS PEREYRA — Bolivar: interpretaciones.
- 58 — CARLOS PEREYRA — Meditaciones para un estudio sobre Bolivar (in Rev. Americana, Rio, ano VI — jan. — 1917 — n.º 4, p. 69/81).
- 59 — ROLAND G. USHER — Panamericanism — London, 1915.
- 60 — JACINTO LOPEZ — La doctrina de Monroe y el Congreso de Panamá (in La Reforma Social — Havana — Fev. 1916 p. 353/384).
- 61 — CARLOS A. VILLANUEVA — La diplomatie française dans l'Amerique Latine (in Rev. Americana, vol. VI — junho, 1917 — n.º 9 — p. 53/77).
- 62 — ALEJANDRO ALVAREZ — La 5eme. Conference Pan-Americaine et la Société des Nations — Paris, 1923.
- 63 — ALBERT BUSHNELL HART — The Monroe doctrine: an interpretation — Boston, 1916.
- 64 — ERNESTO QUESADA — La evolucion del pan-americanisme — Buenos Ayres, 1919.
- 65 — H. B. MEYER — List of references on the Monroe doctrine — Washington — 1919.
- 66 — CHARLEMAGNE TOWER — Origen y significado de la doctrina de Monroe (in Rev. Americana de Derecho Intern. Tomo 14 — n.º 1 e 2 — p. 16 — Enero — abril, 1920).
- 67 — JOSEPH BYRNE LOCKLEY — Pan-americanism its beginnings — New York, 1920.
- 68 — S. PLANA-SUAREZ — L'extention de la doctrine de Monroe en Amerique du Sud (in Recueil des Cours de l'Academie de la Haye — T. 5 — p. 304 — Paris, 1925).
- 69 — NICOLAS MURRAY BLUTER — American foreign policy (2eme. ed. Washington, 1920).
- 70 — WILLIAM I. HULL — The Monroe doctrine: national or international? The problem and its solution — New York — 1915.
- 71 — HIRAN BINGHOM — The Monroe doctrine an obsolete shibboleth — New Haven, 1915.
- 72 — Conferência Financeira Pan-americana — A Correspondência do Emb. D. da Gama.
- 72-A — Conferência Financeira Pan-americana — Relatório do Dr. Amaro Cavalcanti, Rio, 1915.
- 73 — JAMES BROWN SCOTT — La politica exterior de los Estados Unidos — New York, 1922.
- 74 — ALBERTO GUANI — La solidarité internationale dans l'Amerique Latine. Recueil des Cours — Tom. 8 — Haya — 1925.
- 75 — TRELLES Y GOVIN — Estudio de la bibliografia cubana sobre la doctrina de Monroe — Havana, 1922.
- 76 — JOSÉ SALGADO — El Uruguay y la doctrine del arbitraje amplio (in Cong. Intern. de Historia da America — Rio, 1922 — Anais. Tomo II p. 153/198).
- 77 — Conferencia de los Profesores Americanos de Derecho Internacional — celebrada en Washington del 23 al 25 de abril de 1914 — Washington, 1915 (Pres. de J.B. Scott — Introd. de Elihu Root).

- 78 — J. M. YEPES — La codificación del derecho internacional americano y la Conferencia de Rio de Janeiro — Bogotá, 1927.
- 79 — Comisión encargada del estudio de la responsabilidad de los autores de la guerra e imposición de penas — (Informe presentado a la Conferencia Preliminar de Paz) Pub. por la Dotación Carnegie — Washington, 1921.
- 80 — ELIHU ROOT — Latin American and the United States — Cambridge — Harvard — 1917.
- 81 — L. MACHADO Y ORTEGA — La enmienda Platt — Havana — 1922.
- 82 — SPENCER ROBERTSON — Hispanic american relations with the United States — New York, 1923.
- 83 — GRAHAM STUART — La politique étrangère des Etats-Unis et l'Amerique latine — Paris, 1930.
- 84 — C. BARCIA TRELLES — La doctrina de Monroe dans son développement historique (in Recueil des Cours de l'Académie de Droit International — Haye — T. 32, p. 399) — Paris, editôra — Sirey, 1930.
- 85 — J. M. YEPES — Contribution de l'Amerique Latine au développement du droit international public et privé (in Recueil des Cours de l'Académie de la Haye — T. 32 — p. 735, 1930).
- 86 — J. M. YEPES — Le pan-americanismo et le droit international — Bogotá, 1930.
- 87 — ANDREW N. CLEVEN — The reaction in Great Britain — The United States and Hispania America to the iberian policy of the Holy Alliance and France — 1815-1826 (in Assemb. Pan-americana de Geografía e Historia — Rio, 1932 — Tomo IV — p. 173/274).
- 88 — BALTAZAR BRUM — El arbitraje amplio — Montevideo, 1922.
- 89 — J. M. YEPES — L'affaire de Leticia devant le droit international — Paris, 1933.
- 90 — *Quinta Conferencia Internacional Americana* — Manual especial para uso dos Delegados — Preparado pela V.P.A. — Washington, 1922.
- 91 — J. M. YEPES — La solution du conflit de Leticia et le progrès du droit international — Paris, 1935.
- 92 — ANDRÉ SINGFRIED — L'Amerique Latine — 1934.
- 93 — REMIGIO CRESPO TABAL — El pan-americanismo, Ecuador, 1923.
- 94 — NORBERTO PINERO — La política internacional argentina — (in Rev. Americana, abril, 1912 — janeiro, fevereiro e março, 1913 (Reedición — Buenos Ayres — 1924).
- 95 — ALEJANDRO ALVAREZ — La futura Sociedad de las Naciones — Washington, 1917.
- 96 — BALTAZAR BRUM — Solidaridad americana — Montevideo, 1920 e Paris, 1927.
- 97 — BALTAZAR BRUM — La Paix de l'Amerique — Montevideo, 1923.
- 98 — MORENO QUINTANA — El sistema internacional americano — Buenos Aires, 1925.
- 99 — SAMUEL INNMANN — Problems in pan-americanism. N. York, 1925.
- 100 — CARLOS PEREYRA — El mito de Monroe (ed. America — Madrid).
- 101 — CECILIO BAEZ — Política Americana — Asuncion, 1925.
- 102 — FELIPPE BARREDA LAOS — Dos Americas; dos mundos — Madrid, 1952.
- 103 — CARLOS CASTRO RUIZ — The Monroe doctrine and the Government of Chile (in American Political Science Review — Vol. 11 — p. 231/238).
- 104 — FREDERIC WILLIAM GANZERT — The baron do Rio Branco, Joaquim Nabuco and the growth of Brazilian-american friendship — 1900-1910 (in the Hispanic American Historical Review — vol. XXII — n.º 3).
- 105 — ACHILLE VIALATE — Les Etats-Unis et le pan-americanisme (in Revue des deux-mondes — vol. 51 — p. 419/445).

- 106 — La organizacion de los Estados Americanos-Union Pan-Americana- Washington, D. C. 1956).
- 107 — DESJARDINS — La doctrine de Monroe (in Rev. Gen. de Droit intern. T. III).
- 108 — JOSEPH ROBERT — Le vol. de l'Aigle — De Monroe a Roosevelt — Paris, ed. Flammarion (s/d?).
- 109 — JOSEPH AGAN — The diplomatic relations of the United States and Brazil — Paris, 1926.
- 110 — CARLOS A. ALDÃO — Prefacio à tradução argentina da obra de Brackenridger: «La independencia argentina» — Buenos Aires, 1927.
- 111 — ALEJANDRO ALVAREZ — The Monroe doctrine. Its importance in the international life of the States of the New World — New York, 1924 (Publ. Carnegie).
- 112 — C. PARRAS PEREZ — Bolivar: contribucion al estudio de sus ideas politicas — Paris, 1928.
- 113 — LOUIS GUILAINE — L'Amerique Latine et l'imperialisme americain — Paris, 1928.
- 114 — W. S. PENFIELD — The legal States of the Panamerican Union — Washington, 1926.
- 115 — A. S. DE BUSTAMANTE — La comision de juriconsultos de Rio de Janeiro y el derecho internacional — Havana, 1927.
- 116 — ELIHU ROOT — Politique exterieure des Etats Unis et droit international — Paris, 1927.
- 117 — A. CURTIS WILGUS — The United States and the fourth international conference at Buenos Aires, en 1910 (In Assembl. Pan-americana de Geografia e Historia — Rio, 1932 — Tomo IV — p. 141/172).
- 118 — ENRIQUE GIL — Evolution del panamericanismo — Buenos Aires, 1933.
- 119 — BYRNE LOCKEY — Origines del panamericanismo — Caracas, 1927.
- 120 — A. DE LA PRADELLE — L'Amerique a Montevideo (in Rev. de Droit Intern. Paris, 1934).
- 121 — J. M. YEPES — Le panamericanisme au point de vue historique, juridique et politique — Paris, 1936.
- 122 — JOSEPH B. LOCKEY — The meaning of pan-americanism (in American Journal, 1925).
- 123 — O. FERRARA — El panamericanismo y la opinion europea — Paris, 1930.
- 124 — *The international conferences of American — States — 1889 — 1928* — New York, 1931.
- 125 — PIERRE SEBILLAN — Le Canadá et la doctrine de Monroe — Paris, Lib. Sirey — 1937.
- 126 — B. J. URRUTIA — Le continent americain et le droit international — Paris, 1928.
- 127 — J. GUSTAVO GUERRERO — La sexta conferencia pan-americana — Salvador, 1928.
- 128 — SAAVEDRA LAMAS — La conception argentina de l'arbitrage et de l'intervention — Paris, 1928.
- 129 — CHARLES EVANS HUGHES — Relaciones de los Estados Unidos con las otras naciones del hemisferio occidental — Princeton, 1929.
- 130 — EUGENE PEPIN — Le Pan-americanisme — Paris, 1938.
- 131 — *Conferencias Internacionales americanas, 1889-1936* — pub. de dotação Carnegie para a Paz Internacional — Washington, 1938.
- 132 — *Septima Conferencia Internacional Americana* — Montevideo — Uruguay — 3 a 26 de Diciembre de 1933 — Acto final (con las convenciones aprobadas en la Conferencia).

- 133 — RUIZ MORENO — Role et action de l'Argentine a la sixième conférence pan-américaine (in Rev. Gen. de Droit intern. publ. 1929).
- 134 — *El Paraguay en la VII Conferencia Internacional Americana de Montevideo* — Asuncion, 1934.
- 135 — ESTEBAN GIL BORGES — Los procedimientos de investigation de conciliación y de arbitraje — Washington, 1933.
- 136 — C. A. SANCHEZ BUSTAMANTE — Los problemas de la seguridad continental (C. Trujillo, Imp. Montalvo, 1941).
- 137 — DEXTER-PERKINS — Hands of a history of the Monroe doctrine — Boston, 1941.
- 138 — GRAHAM STUART — Concepcion americana de relaciones intervencionales — Paris, 1935.
- 139 — SAAVEDRA LAMAS — Exposicion de motivos del proyecto de tratado sud-americano para prevenir la guerra — Buenos Aires, 1933.
- 140 — J. M. YEPES — Pan-american — The new pan-americanism — Washington, 1936.
- 141 — M. SIBERT — La sixième conférence pan-américaine — Etude de deux aspects primordiaux (in Rev. gen. de droit int. pub. 1929).
- 142 — ADAM CARTER — Labor de la cuarta conferencia comercial pan-americana (in Bol. de Un. Panam., 1932).
- 143 — WILLIAM MANGER — La union panamericana organo permanente de las conferencias internacionales americanas (in Bol. Union Panamericana, 1932).
- 144 — JAMES BROWN SCOTT — The panamerican conference on conciliation and arbitration — Washington, 1929.
- 145 — JAMES BROWN SCOTT — The VIIth panamerican conference — Washington.
- 146 — A. S. DE BUSTAMANTE — ElCodigo de Derecho internacional privado y la VIª Conferencia pan-americana — Havana, 1928.
- 147 — REUBEN CLARK — Memorandum on the Monroe doctrine — Washington, 1930.
- 148 — JAMES BROWN SCOTT — The international conference of American States — New York, 1931.
- 149 — J. M. YEPES — Les institutions americaines et le droit des gens à la dernière assemblée de la Société des Nations — Paris, 1934.
- 150 — J. M. YEPES — Les problemes fondamentaux du droit des gens en Amérique — Recueil des Cours de la Haye — T. 47 — p. 91 — 1934.
- 151 — MANLEY O. HUDSON — Le systeme interamericain pour le reglement pacific des diferends — Paris, 1936.
- 152 — G. CHINARD — Les origines historiques de la doctrine de l'isolement aux Etats Unis — (in Rec. Cours Acad. droit intern. de la Haye, 1937).
- 153 — FRANCISCO DE LA BARRA — L'evolution du principe de non intervention en Amerique et la doctrine de Monroe — Paris, 1936.
- 154 — ALBERTO LAMAR SCHWEYER — Como cayó el Presidente Machado — Havana — 2ª ed. 1934.
- 155 — CARLO GERETI — Panamericanismo e diritto internazionale — Introd. del Dr. G. B. Beverini — Milano, 1939.
- 156 — J. GUSTAVO GUERRERO — La VIIeme Conference panamericaine — Paris, 1934.
- 157 — J. M. YEPES — Philosophie du pan-americanisme et l'organisation de la paix — Neuchatel (1945) — s.d.

- 158 — F. DE LA BARRA — L'évolution du principe de non intervention en Amérique et la doctrine de Monroe (in Rev. Dir. int. 1936).
- 159 — ADOLFO BERLE JOR. — New directions in the new world — New York, 1940.
- 160 — PEDRO DE ALBA — Breve reseña histórica del movimiento pan-americana — Mexico Inst. Pan-Americano de Geografía e Historia — Pub. n.º 49 — 1940.
- 161 — JOSEPH B. LOCKEY — Pan-Americanism and Imperialism (in American Journal — 1938).
- 162 — *Boletim da União Pan Americana* — Washington, 1946.
- 163 — LUÍZ QUINTANILHA — Pan-Americanismo e Internacionalismo (in Bol. da U. P. A., fevereiro, 1947 — Washington).
- 164 — ALBERTO LLERAS — O systema regional americano (in Bol. da U.P.A., agosto, 1947).
- 165 — MANUEL S. CANYES — A IX Conferencia Internacional americana (in Bol. da U. P. A. setembro, 1947).
- 166 — *Conferencia interamericana para el mantenimiento de la paz y la Seguridad de continente* (Rio de Janeiro — 15 de agosto a 2 de setembro de 1947). Tratado inter-americano de asistencia reciproca y acta final) — Montevideo, 1947.
- 167 — *Conferência Interamericana para a manutenção da Paz e da Segurança do Continente* — Tratado interamericano de assistência reciproca e ata final — Rio de Janeiro, 1947.
- 168 — E. LOPES CONTRERAS — El pensamiento de Bolívar el libertador — Havana, 1950.
- 169 — SAMUEL FLAGG BENIS — La política internacional de los Estados Unidos — Interpretaciones — Lancaster — P. A., 1939.
- 170 — ALEJANDRO ALVAREZ — Le pan-américanisme et la sixième Conférence Pan Américaine — Paris, 1928.
- 171 — LAWRENCE F. HILL — Diplomatic relations between the United States and Brasil — Durban — 1932.
- 172 — SAMUEL FLAGG BENIS — The Latin American policy of the United States — New York, 1943.
- 173 — J. M. YEPES — L'Union pan-américaine. Un synthese historique et juridique — Paris, 1936.
- 174 — J. M. YEPES — La Société des Nations Americaines — Geneve, 1936.
- 175 — CHARLES LYON CHANDLER — O Brasil e os Estados Unidos de 1774 a 1820 (in Rev. do Inst. Brasil-Estados Unidos — I — n.º 3 — 1943).
- 176 — J. TORRES BODET — Transformacion del Pan-Americanismo (in Anuario Jurídico da União Pan-Americana (1949)).
- 177 — J. GUSTAVO GUERRERO — La question de l'intervention à la VIème Conférence pan-américaine.
- 178 — GEORGE A. FINCH — A contribuição de Elihu Root para o Pan-americanismo (in Bol. da União Pan-Americana — Fevereiro, 1945).
- 179 — *Mexico en la IX Conferencia Internacional Americana* — Mexico, 1948.
- 180 — CAMILO BARCIA TRELLES — Doctrina de Monroe y cooperacion internacional (Madrid, ed. Mundo Latino s/d).

ARAÚJO PÔRTO ALEGRE E O INSTITUTO HISTÓRICO (*)

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Quando se fundou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, já Manuel de Araújo Pôrto-Alegre se alistava entre os maiores artistas, cujas telas foram justamente premiadas desde a primeira Exposição de Pinturas promovida pela Academia Imperial de Belas Artes, em 1829.

Recomendado à proteção de Pedro I pelo admirável retrato, em que o representou, preparava-se para a viagem à Itália, que lhe concedeu o soberano, quando a Abdicação a impediu.

Mas, Debret, seu professor e amigo, de regresso à França, anima-o à grande aventura de acompanhá-lo, sem recursos particulares, nem auxílio oficial.

Com passagem gratuita no navio de guerra *Durance*, concedida pelo Almirante Grivel, a pedido de José Bonifácio, e a quantia de 400\$000, obtida por Evaristo Ferreira da Veiga, mediante subscrição entre amigos e a promessa de pensão de 20,000 fortes por mês, prometida pelo Senador Soledade, "Cônego Antônio Vieira vigário geral do Rio Grande do Sul, com atribuições de bispo, antes da criação da diocese gaúcha", ensina De Paranhos Antunes na magnífica biografia em que evocou o "Pintor do Romantismo".

Deslumbrou-o Paris a 4 de outubro de 1831, e mais ainda a aula do Barão de Gross, para a qual o encaminhara Debret, que ainda lhe proporcionaria ensejo de subir à tribuna do Instituto da França, para tratar de "síntese histórica das belas artes no Brasil", e afirmar: "posso dizer-vos com orgulho que as belas artes encontraram no Brasil um solo fértil: a escola do Rio de Janeiro, filha legítima da escola de Paris, terá muito breve filhos dignos dela".

(*) *Jornal do Comércio*, 23-12-57.

Apesar dos aplausos que lhe conquistou a alocação, viu-se, em curto prazo, impellido a abandonar os ensinamentos de Gross, pela impossibilidade de pagar-lhe a devida mensalidade.

Por golpes sucessivos de infortúnio, viu-se reduzido à penúria angustiante, em que se engolfou, em contraste com o ambiente radioso do Romantismo nascente.

Como, todavia, ansiava por aprender, ingressou na aula de arquitetura de Francisco Debret, irmão do seu mestre, por ser gratuita e permitir-lhe “trabalhar tôda a hora do dia”.

Fez-se amigo de escritores e artistas, do porte de Gonçalves de Magalhães e Garrett, que não lhe podiam valer naquela conjuntura, por sofrerem análogas provações.

Animou-o, porém, o projeto, apresentado à Câmara por Martin Francisco, de pensão que lhe garantisse a continuação dos estudos.

Negada a sanção por Aureliano Coutinho, preparava-se para interrompê-los, quando a chegada de Antônio Carlos e Vasconcelos Drummond conseguiu despertar-lhe novas esperanças.

Da oferta de 20.000 francos que êste lhe fizera, aceitou 4.000 para ir à Itália.

Nessa ocasião, escreveria a Evaristo da Veiga a 8 de maio de 34: “Eu não sei se partirei para o Brasil no fim do mês que vem, ou para a Itália... Paris já não tem atrativos para mim, quem gosta de vadiação tem nêle seu elemento, teatro, danças etc. é para quem tem dinheiro e gosta, porém, eu já não posso aqui viver, demais a idade avança, o tempo foge e a minha Pátria e família me chamam; agora o meu único desejo é ter discípulos, vê-los mais fortes que eu”.

Tomada a decisão, partiu a 4 de setembro para a Itália, levando em sua companhia o amigo Magalhães, que o deixa, quatro meses depois, para encetar a carreira na diplomacia, como “adido à Legação da França”.

Sôzinho, continuou os seus estudos, até que, por necessidade pecuniária e conveniência, retornou a Paris, onde o surpreendeu o ato de 29 de junho de 35, que lhe concedeu, por um triênio, a pensão anual de 600\$000.

Com tais disponibilidades, visita a Bélgica, os seus famosos museus, as livrarias, onde se lhe depara o manuscrito *Niterói*, de J. C. B., “obra do cônego Januário da Cunha Barbosa, que ainda vive”, conforme a nota na última página, com a data de Bruxelas, 1837.

Atravessa, em seguida, o Canal da Mancha, para examinar as opulentas coleções artísticas do Museu Britânico, antes de ir

à Grécia e ao Egito. Alcança-o, em Londres, dolorosa notícia de sofrimentos de sua família, provenientes da revolução dos farra-
pos, que lhe apressa a volta ao Brasil.

Ainda no pôrto, por maio de 37, enlutou-lhe a alma a noti-
cia do falecimento do amigo Evaristo da Veiga, desaparecido
dias antes. Também não mais encontraria o Senador Soledade
e o Bispo do Rio de Janeiro, a quem se afeiçoara.

Acolheu-o, todavia, a Academia de Belas Artes, como pro-
fessor, e, em breve trecho, o promissor estabelecimento de ensino
secundário.

Assim garantido nos resultados dos seus esforços e saber,
manda vir de Pôrto Alegre a sua família e constitui o próprio lar,
pelo casamento com Dona Ana Paulina, filha do professor Carlos
Delamare.

Sem abandonar de todo a paleta, envereda Pôrto Alegre para
as letras, animado, porventura, pela convivência com Magalhães,
que se demitira do cargo diplomático, por desavença com o Minis-
tro. Juntos, entram para o corpo docente do Imperial Colégio
de Pedro II, fundado a 25 de março de 38.

E tornam-se paladinos do movimento renovador da litera-
tura, que em França tomara o nome de "Romantismo".

Mas é o Instituto Histórico, inaugurado a 21 de outubro de
1838, que lhe proporciona mais adequado cenário às suas ati-
vidades.

Contemporâneamente, deflagra a campanha da Maioridade,
que antecipa o reinado de D. Pedro II. Para as cerimônias fes-
tivas, que lhe realçaram a coroação, Antônio Carlos, Ministro do
Império, incumbe o artista das decorações apropriadas do Paço
Imperial.

A varanda, que construiu a propósito, em sete meses, dis-
tendia-se por 310 palmos, entre o adro da Capela Imperial e o
passadiço do Palácio da Cidade, assinalou Marques dos Santos.

Do corpo central, denominado templo, "com peristilo de 6
colunas coríntias, de 30 palmos de altura", saíam "duas galerias
em sentido oposto, que iam dar a dois pavilhões laterais, cha-
mados Prata e Amazonas".

"A varanda, que importou em 104 contos de réis, foi ava-
liada em 500 contos pelo Corpo Diplomático", lembrou, mais tarde,
o seu construtor, que além dos louvores gerais, "foi nomeado Ca-
valeiro da Ordem de Cristo, no dia 2 de dezembro de 1840, em
que o Sr. D. Pedro II fez as primeiras graças, e Cavaleiro da
Rosa no dia da Sagração".

Ainda mais, recebeu “uma boceta de ouro do Imperador, e a quantia de quatro contos de réis do Govêrno”.

Conquistara, pelos dons artísticos, patenteados na ocasião, a simpatia do jovem imperante, a quem saudou, a 7 de abril de 1843, em nome da Comissão designada, para tal fim, pelo Instituto Histórico.

No cargo de seu orador oficial, permaneceu por mais de uma década, em cujo decurso não lhe faltou ensêjo de proferir alo-cuções eruditas.

Iniciou-lhes a série no dia 30 de novembro de 1841, quando, em sessão comemorativa do 3.º aniversário da fundação do grêmio de estudos históricos, leu, perante o Imperador, erudita “Memória sôbre a escola antiga da pintura fluminense”.

Aplaudido pelos que lhe acompanhavam as manifestações das suas atividades culturais, desenvolvidas, principalmente, no Colégio Pedro II e na Academia em que lecionava, no Paço, como Pintor da Imperial Câmara, ideou obra monumental, inspirada pela coroação do Imperador.

Por larga parede da Sala Varnhagen, do Instituto, onde fronteira pomposo retrato do Conde de Nova Friburgo e Senhora, estende-se o painel inacabado, “no qual figuram os principais personagens da época e o Imperador adolescente no ato de cingir a coroa”.

As vastas proporções da tela, 5 × 10 metros, exigiram sala espaçosa, no “antigo edifício da Praça do Comércio, à rua Primeiro de Março”, que lhe serviu de atelier. Ai encetou os trabalhos com a colaboração de João Maximiliano Mafra, professor da Academia, que “traçou as quadriculas e os primeiros delineamentos da perspectiva do quadro”.

Pôrto Alegre incumbiu-se dos retratos, que pintava “diante dos respectivos modelos vivos”, mercê do seu prestígio nos meios intelectuais.

A tarefa grandiosa, porém, desviava-o de afazeres, que lhe garantiam o ganha pão. Mas as amofinações de tôda ordem embaraçam-lhe o prosseguimento da execução.

Após perder os dois escravos que o ajudavam, viu-se obrigado a “moer as tintas e a mover a escada pesada de que se servia”, assim retardando o andamento dos trabalhos.

Por fim, o govêrno exigiu-lhe a “sala para nela fazer-se a junta dos corretores”, forçando-o a “enrolar tôdas as suas telas de maior dimensão e fechou-as numa caixa, que se acha num dos armários do Paço”.

Desgostoso com o lamentável desfecho de suas aspirações, que encarniçados concorrentes hostilizavam, ausentou-se do Rio, para conveniente repouso.

Em janeiro de 1844, hospedou-se na fazenda de S. Pedro, na serra de Santana, de seu amigo Inácio Dias Paes Leme.

É aí que começa a escrever as "Brasilianas", assegura o seu douto biógrafo.

Esforçou-se por esquecer as asperezas das lutas que o envolveram nos meios artísticos, onde o amofinaram hostilidades de toda espécie, que revidava com ímpeto combativo.

Mas, desgostoso com os colegas, que lhe moveram incessante campanha demolidora, obteve a transferência para a "Escola Militar, na qualidade de lente substituto de desenho".

Desligado da Academia, não cessaria de acompanhar-lhes dos passos, ao mesmo tempo em que se ocupava de projetos de arquitetura, para o Banco do Brasil, para a Casa Imperial, quanto lhe permitisse o magistério, sem restringir sua atuação crescente no Instituto Histórico.

A Exposição de Belas Artes de 1849 abre-lhe oportunidade de assinalar os defeitos dos seus antagonistas, apontados em crítica veemente, pelas colunas da revista *Guanabara*, que fundou, com J. M. Macedo e A. Gonçalves Dias, e do *Correio Mercantil*.

As idéias que pregava, de reforma do ensino artístico, levá-lo-iam ao pôsto de diretor da Academia, cujo exercício assumiu a 4 de maio de 54. As aspirações renovadoras, que propugnava, em sua crítica das deficiências do estabelecimento, concretizaram-se na edificação da Pinacoteca Imperial, cuja pedra fundamental foi solenemente colocada a 2 de dezembro, dia do 29.º aniversário do soberano, estando presente Luis Pedreira de Couto Ferraz, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império.

Assim mereceu que lhe atribuíssem a glória de "fundador da Galeria nacional de pintura e escultura". Também criou a biblioteca e cuidou de vários melhoramentos, de ordem material e intelectual, até que, em setembro de 1857, ao ter ciência da nomeação, a sua revelia, de "um cenógrafo quase analfabeto para a primeira cadeira da Academia, a de Pintura Histórica", assim qualificado em sua auto-biografia, protestou contra o ato, em veemente carta endereçada ao Marquês de Olinda, Ministro do Império.

Demitindo-se do cargo, apresentou-se ao Ministro da Guerra, que também decidiu hostilizá-lo. Sem receio de enfrentar maiores dificuldades, requereu a sua jubilação, que lhe reduziu os ven-

cimentos a 160\$000 por mês. Não obstante, o aparecimento, em 1856, do poema *A Confederação dos Tamoios* impele-o à polémica, em defesa do poeta, seu amigo Magalhães, contra quem Ig, pseudônimo de José de Alencar, assestara bateria arrasadora.

Podia, então, ufanar-se de ter, “até o ano de 1858, representado sempre um papel importante no mundo artístico e aparecido com uma dualidade por figurar no número dos literatos do país”.

Autor das *Brasilianas*, tinha na forja poema de maior fôlego, sobre a descoberta da América, intitulado *Colombo*.

Reservava, porém, os mais dedicados esforços para o Instituto, onde, como orador, “fêz muitas biografias, memórias históricas e elogios dos mortos durante 14 anos de reeleições”.

E sufocando os impulsos da modéstia, considerou-se “o mais firme apoio do Instituto Histórico desde a sua fundação, não só pelos cargos que tem ocupado na mesa e comissões, como pela sua constante presença”.

As honrarias obtidas pelas suas obras artísticas e literárias não lhe bastavam, porém, para atenuar as aperturas financeiras. A amizade do Imperador indicou-o, então, para o cargo de Cônsul em Berlim, por volta de 1859. De viagem, com a família, salta em Lisboa, onde se demora, em visita a personalidades, monumentos e instituições.

Em abril de 1860, monta casa em Berlim, donde escreve:

Berlin 5 de 8bro de 1861

2.^a carta.

Link-strasse N. 21

Amigo e Sr.

Ca tenho a sua carta de 5 de 7bro que lhe agradeço cordialmente. Se la estivesse não consentia em corte algum, amenos que o M. m’o aconselhasse, pr que é o maior poeta nosso; como porém o Muzzio e o Bocaiuva entravam n’isso dou-me pr satisfeito. A Muzzio tem sangue italiano e basta; e o Bocaiuva tem o hespanhol e ambos são homens de gosto e grande talento.

Venham os cobrinhos, que estou mto. necessitado; e agradeço-lhe a inspiração.

Se João Caetano quer comprar um drama de arromba — *A Escrava* — eu o vendo. Um conto de uma só vez; e a compra ha de ser como nabos em sacos. Eu creio que é m^a melhor obra, e de um efeito inesperado, pelas antíteses.

Pague o que representar os Ourives, pague a minha opera, a sorte, e pague tudo, por que estão em terra de pagãos literarios. Não escrevi uma só linha contra o seu paiz aqui, porque já há de mais, e somos olhados assim. Não suje a estrada por onde temos de passar.

O Colombo está a terminar. O Magalhaens o achou bom, e faz agora comigo o que eu faria com êle para concluir os Tamoios. Eu estou melhor da cabeça e espero acabal-o n'este iuverno.

Consta por ai que eu me dou mal aqui, é verdade que o frio é frio, porém sinto as pernas capazes de dançar a gavota, e a intelligência mais clara.

Os meus livros la lhe irão ter.

Estamos com festas á porta, e não ha um quarto em Berlin para alugar-se. Creio que serão mais as vozes do que as nozes. O Paulo quimico está perfeito alemão; o Inacio perfeitissimo, as meninas meias germanisadas.

Saud. os a todos. Todos vão bem e contentes.

Seu do C

Porto-Alegre

P.S. Li a sua carta á meza, e ficaram todos á espera do resto d'este romance supremo. Se João Caetano disser bem os dous monologos, creio que obterá palmas.

Se o Sena não quiser dar nada, e argumentar com dádiva da peça, nada exija, porque não quero desgostar a ninguém.

Agradeço ao Muzzio.

O Correio vai partir.

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ms. 45).

Mas o frio começou a molestá-lo, como confidenciou ainda a Capanema.

Berlin 18 de abril de 1863

Amigo e Cunhado.

Estive bem doente. Vejo que o inverno me é funesto. Se me mandassem para mais perto do sol, assim para Trieste, ficaria contente, porque o Paulo

acabaria os seus estudos em Viena, que é, como sabe, uma cidade completa para a alta instrução.

O casamento da Carlota está desfeito, e acabado. Ela foi tomando asco ao noivo, que soube de dia em dia inspirar-lhe, assim como a todos, e até á *minha mãe*, uma repugnancia invencivel!...

Não falemos mais nisto. Vou melhor um pouco. O clima do norte é mau para os nervos doentes, e os encomodos que de lá trouxe, como do figado e um pouco do coração, fazem uma teia de Penelope, que se tece no verão e se desmancha no inverno, sobre tudo o dos nervos, que me poem em estado de não poder escrever e estudar, o que é um inferno. Saudades ao Macedo e ao Aluizio e ao Bocaiuva, aquem escreverei em breve. O Bruno Seabra mandou-me uma comedia, que dedicou ao Macedo. Não gostei, com quanto lhe ficasse muito obrigado.

O Dias, que estive 6 semanas doente em m^a casa, vai melhor. Deus queira que o verão o cure e Carlsbad.

Isto pr. aqui anda cheirando a polvora e bala. A Polonia está, e não quer insurreiçãõ, mas resurreiçãõ. Esta gente do norte só conhece a violência: o alemão é soldado, e quer chefe e obediência passiva. O nosso negocio com Londres parece que não vai bem, e eu estimo, para mais levantar a nossa dignidade. O Imperador brilhou. Ads. seu do C.

Porto-Alegre

O Dias vai para T. antes de ir para Carlsbad, o reumatismo gotoso não o qr. deixar. Feche-me esta carta, e mande-a ao Inacio Dias, p.^a que eu tenha a certeza de que êle recebeo-a. Sou-lhe obrigado, e devo-lhe amizade.

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ms. 57).

Obtida a transferência, que solicitou, por motivo de saúde, continuou a sua correspondência.

Dresde de 4 de 9bro 1863

Amigo e Cunhado

Não temos noticias da familia ha dous paquetes. Creio que a sua ida para Ipanema motiva isso. Ninguem, exceto Vm. e o Paranhos, me escreve.

Isto por aqui vai melhor de saude, e melhor iria se o tal tenente nos deixasse tranquilos!...

O Paulo está boticário em Berlin, mas agora estuda em Freiberg, e acho deve acabar. Precisa-se lá desta gente.

Sua cunhada vai bem, e também lançou calculos, o que a tem aliviado muito fisica e moralmente. Eu sinto-me mais aliviado depois que descarreguei-me de tantas areias!

A Carlota lucrou e muito. Lá estarão as Brasilianas.

Veja-se livre delas, seja a 1000 cada uma, vendendo-as por junto, pr. que preciso muito pagar a asneira que fiz.

Segundo penso o Macedo estará deputado, e se assim for, hei de escrever-lhe sobre certas coisas, que lhe competem fazer como literato professo...

Isto por aqui, no que se chama politica, vai mal. Os horisontes de paz me dizem guerra! Na Polonia vão as coisas acima de tudo quanto se pode imaginar. Enforca-se, fusila-se; rouba-se, saqueia-se legalmente so pr. suposiçõem ou parentesco de rebeldia. A humana Britania, depois de cosinhar a bebedeira, deixou o negócio como estava, ou em peor estado. Na Prussia veio uma Camara peor do que a outra! e não sei... sei mas não digo, pr. que são tão pequeninos que causa dó.

Saudades a todos.

Seu do C.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ms. 59).

Já se sentia mais eufórico, depois da temporada de Carlsbad, onde, além do tratamento hidrico, alegrou-se em rever os amigos G. de Magalhães e Gonçalves Dias, com os quais figura em fotografia histórica existente no Instituto Histórico.

Animado, entrega aos prelos a coletânea de poesias, enfaixadas com o titulo de *Brasilianas*, cuja publicação lhe pesou no orçamento mal equilibrado e por isso instou com o cunhado para recuperar ao menos uma parte da quantia desembolsada. Todavia, continuava a composição do *Colombo*, que vô viria a lume no Rio de Janeiro, por volta de 1866, "com mais de 20.000 versos, distribuídos por 40 cantos".

Embora afastado do Brasil, trazia-o sempre no pensamento, como também seria lembrado pelos amigos e até pelo Governo, quando necessitasse recorrer-lhe às aptidões profissionais.

Assim, quando se cogitou de constituir a comissão brasileira, que deveria representar o país na exposição Universal de Paris, de 1867, coube-lhe o encargo de organizar a seção de Belas Artes.

Sem tardança entrou a examinar os planos de decoração, que modificou, para lhe imprimir feições patricias.

"Fiz suprimir da fachada principal uma cabocla mamuda, dependurada em uma maca, recordaria mais tarde, e tratei de ensinar ao pintor o que convinha ao simbolismo da nossa exposição, porque nem êle e nem o arquiteto sabiam as côres das armas brasileiras e o mais que é conveniente em semelhantes aparatos".

Após seis meses de permanência na capital francesa, onde redige o memorável "Relatório sôbre as Belas Artes", consegue a transferência para o consulado de Lisboa, que lhe proporcionou o prazer de rever velhos amigos, além do Imperador, muito de sua estima, como confidenciaria a Capanema.

Lisboa, 26 de Março de 1872

Amigo e Cunhado.

Não lhe escrevi pelo paquete em que partiram Suas Magestades, porque não tive tempo para isso, e o mesmo aconteceu ao Ministro.

Cada vez tenho motivos para mais estimar nossos Soberanos, por que sou grato a tantos favores.

O Imperador deixou uma esteira gloriosa e uma reputação quasi divina por todos os logares por onde passou. Aqui recebeu de tudo o que ha de mais elevado as mais respeitosas oblações, que são as que se devem acolher, não se fazendo caso de um ou outro fato isolado, que representa o reverso da medalha humana. A canalha é a mesma em toda a parte, porque não sabe medir nem apreciar o que é grande.

Pelo que li nos jornaes officiaes, pareceu-me vel-o na direcção da estrada Pedro 2.^o inda que interinam.^{te}, pela morte do estimavel Lage. Não sei se me enganei. Semelhante emprego na sua mão seria de louvar, porque tem tudo o que êle requer.

Pretendo, se Deos não mandar o contrário, partir d'aqui no dia 4 de Agosto deste anno, assistir lá ao jubileu da Independência, com meus filhos e amigos, e regressar em 7br.^o para o meu emprego.

Escrevo agora ao Carlos pedindo-lhe que me veja ahi a licença para usar commenda de Isabel Catholica que me deram em Madrid, depois de uma visita ao Museo Arqueologico, e que eu, por complacencia ao homem eminente que m'a ofereceu, aceito. Não creio em ordens de certas nações, creio nos obsequios somente. Se o Carlos estiver impossibilitado e o Sr. igualmente, diga ao Americo ou Faulhaber de cuidar nisso.

Estou ja com medo do que me poderá acontecer na ausência, pr. que não tenho aqui quem me cuide seriamente no Consulado. Os homens bons e inteligentes são raros nesta época de mediocridades e pataratas.

A m.^a saude é a de um barco velho que se vai aguentando em quanto Deus é servido...

Seu do C.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ms. 92).

Conforme pretendia, viajou na época marcada, conforme assinou em carta.

Rio de Janeiro, 3 de Agosto de 1872

Paulina.

Depois de uma viagem de rosas, e de ter agradáveis momentos em Pernambuco e Bahia, onde jantei com o nosso arcebispo, chegamos aqui no dia 30.

O Nosso bom amigo Conselheiro Sales mandou-me buscar a bordo por um empregado da Alfandega, e ficou no cães á minha espera.

Minha comadre D. Isabel me recebeu como irmão, e aqui estou em magnifico palacio, como principe.

Suas Magestades me receberam como filho, e a Imperatriz te mda. muitas lembranças.

Achei o Paulo bom e de perfeita saude, assim como a Marieta; A Carlota está magra, mas de saude; a Sinhá com o mesmo aspecto. A menina dela é bonita, e o Camarrá esperto e cabeçudo.

A pequena da Carlota é a cara do Americo, e está gorda.

A Amélia, tua irmã, não está gorda como esteve. As meninas são claras e alegres, e tem uma que é

muito formosa. O Capanema está o mesmo, e só um pouco avelhantado.

Não achei tua mãe! seu quarto estava vazio, sua cama desmanchada, porque Deus a chamou para si.

A sua agonia foi de meia hora, e só dice: minha filha, Nenê, meu marido. Já rezei no quarto dela.

O Rio está muito maior do que Lisboa, com mta. vida. Não há em Londres um squaer como o Rocio. Tenho visto o que vae pela estrada, muitos amigos, e antes de hontem não saí, por causa das visitas, que tem sido immensas.

Ainda tenho cartas e algumas encomendas a entregar.

A minha demanda foi vencida, fiquei triunfante de um lado, mas fomos ambos repreendidos; eu por certas ironias, e o Ministro por se importar com os meus negocios consulares, não devendo fazel-o.

Dize a nossa querida D. Josefina, que suas ordens foram cumpridas.

A Princesa me recebeu divinamente assim como seu marido.

Hontem estive longamente no Paço, e achei o Imperador tão sereno, tão bom, e tão bonito de rosto, que me pareceu um Anjo!

Já sabereis que nos fez a graça de dar o tratamento de excelencia, do que lhe devemos agradecer mto. e muito.

Ainda não estudei o estado domestico de nossos filhos, para te dizer com certeza como vão as coisas; porque tendo andado sempre em giro, e as visitas que estou recebendo me impedem de vel-os mais vezes.

Aqui tem jantado todos, porque são tratados como filhos nesta casa.

Dá saudade a todos os nossos amigos e aceita as minhas de ti e de nossos filhos.

Teu amigo do C.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ns. 26).

Corriam-lhe a contento os dias, referidos em carta particular:

Rio, 24 de Agosto de 1872.

Paulina.

Deixei de te escrever pelo Douro, porq o Bom Retiro me levou consigo para o Paraiba, onde passei amáveis dias na magnifica fazenda do Sr. Faro.

A viagem se faz em 3 horas, e passa-se por 16 tuneis, o ultimo dos quaes tem perto de uma legua, e é uma obra estupenda.

Já vi D. Joana, que está gordissima; a Nhanhã, que é sempre a mesma boa menina. Vi D. Francisca Lagos, que ficou pobrissima no meio de uma riqueza de livros, os quais valerão a 8.^a parte da venda.

Ja jantei com a Nenê e com a Paulina e a Carlota. A Paulina vai andando adoentada, e a Carlota sofrendo do seu estado, A Marieta e Paulo estão ótimos, e em bom estado de vida, porque passam bem e lucram nos seus negocios. O Paulo tem mto. credito, e trabalha mto. Vai agora montar uma fabrica de fundir ferro, que lhe dará muito dinheiro. O Americo já tem 17 contos nos bancos. Quer ir a Viena comigo; fazer aí um grande quadro, e deixar contigo a Carlota com os dous filhos em quanto vai ver a Austria e Italia, o que será uma viagem de 3 mezes...

Tenho tido mil visitas, e toda a imprensa me saudou com expressões lisongeiras, quer de um lado, quer do outro.

Vi a Coruja que está caducando, e assim mais outras pessoas de amisade. O Porto vai para a Europa, depois do parto da Eugenia, que já está gordinha. Que festa me tem feito! O Jubin está velho e quebrado.

D. Joana vem hoje cá me falar.

Encontrei na estação da Barra, que está à margem do Paraiba, o Pedro Leme, velho e doente; a condeça de Iguassu ainda fraca; a filha casada com o Fernão, que está velho; a mulher do Betim, velhinho; dous irmãos dela, tambem velhos, e o Inacio Dias, sempre o mesmo, só com barbas brancas. O Pedro, filho do Fernando, está tão bonito como o pai, e o Chico Garcia ainda caça e dança o catirite. Todos iam para Rezende.

Quizeram-me prender para Reitor do Colegio de Pedro 2.º, e eu desculpei-me, e ja foi nomeado um Padre.

Tenho sido muito festejado por todos, e tratado admiravelmente por tudo o que ha de mais grande no pais.

Estou com grandes saudades de vocês todos, e logo que poder partirei.

O Rio está maior do que Lisboa, e seus arrabaldes são lindos. Os bonds transportaram o anno passado mais de 4 milhões de pessoas, e são tão commodos, que se preferem ás seges. Não me farto de ver tanta belesa.

D. Senhorinha está boa e forte, mas ainda não vi a mãe dela.

D. Nisia está boa, e menos vermelha, e ela e todos te mandam saudades.

Até a volta.

Teu do C.

Porto-Alegre

Auschen,

Estou com muitas saudades de ti e do Manoel Maria.

Recebe a minha benção, assim como teu irmão.

Teu Pae.

Ainda não gastei as libras que me deste em Lisboa, porque ainda tenho 3, e 7\$000 réis em papel.

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ns. 23).

Ainda por outubro se conservava na côrte, festejado pelos admiradores, cujas amabilidades communicava à esposa:

Rio de Janeiro, 18 de 8bro. de 1872.

Paulina.

Acabo de desembarcar, e com prazer porque o Paulo me foi buscar a bordo.

São Paulo é uma linda cidade pela sua situação, que é num alto e tem horizontes encantadores. Foi hospedado em casa de um santo e rico conego, que me tornou em amisade. A subida da serra é bela, e o caminho é feito por um sistema novo. Santos é feia, mas tive o gosto de ver D. Francisca, viuva do Jeremias, que me tratou como irmão. Sendo da mesma idade,

ela está muito velha e quebrada. Queria que eu fosse para sua casa, mas não fui.

Estive em Itu, cidade morta, onde fui ver a Sra. do Paula Souza. Vi ahí o seminário do irmão Joaquim, e a casa do Regente Feijó.

Em Sorocaba fomos hospedados pelo Rogish, que me deu um chapeo da sua fabrica, e nos tratou bem. Ahí vi o Munsa, que tem brilhado pelo seu talento e boa administração.

Fomos a Campinas, que é uma grande cidade, cheia de vida.

Tudo isto foi de galope, parte em caminho de ferro, e parte em trolly, que é um carro americano, agora em uso, q escangalha a gente.

Fui 3 vezes ao Ipiranga, e lá estudei o projeto do monumento que farei em Lisboa.

Fico ainda trez dias em casa do Sales, hoje Visconde de Inhomerim, e irei passar outros 3 dias em casa do Bom Retiro, e o resto com o Paulo, até embarcar.

Preciso sondar o que quer o Japurá fazer, e no entanto fazer as minhas longas despedidas.

D. Joanna e Maria Olaria me trataram como sempre, e com a mesma amizade; ela foi para a fazenda ficar com os dous filhos, cujas mulheres são lindas e boas.

Logo que eu marcar o dia de minha partida, e o paquete, te escreverei. Tenho ainda muito que fazer, e as distancias são grandes, e o inventario não está feito, que é muito preciso, porque são 7 contos de reis que te tocam, e servem. O Carlos é mole e anda doente sempre.

Espero ver o Joaquim Amaral antes de partir, e falar com ele.

O Sr. Japurá, se soubesse o conceito em que é tido aqui, não se faria de tão valente.

Saudades ao Inacio, e beijos à Auschen e Manoel Maria.

Teu do C.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto Histórico — Lata 431 — ns. 23).

De regresso para o Consulado Geral de Lisboa, levou a incumbência de secretário da Comissão Organizadora do mostruário do Brasil na Exposição Universal de Viena, de 1873, presidida pelo Duque de Saxe, de que era imediato, como vice presidente, o Barão de Porto Seguro.

A êsse período referem-se as cartas, em que registra os seus trabalhos e aborrecimentos, compensados, não raro, por momentos de alegrias.

Palacio da Exposição de Viena

20 de maio de 1873.

Minha amiga.

Só hoje te posso escrever, tanto tem sido o movimento e o trabalho em que estamos todos.

Diceram aqui ao Barão de Porto Seguro, e o confirmaram em Lisboa, que tinhas ido comigo para o Rio; logo que o avistei, deu-me ele uma longa satisfação diante da comadre, que me dice ficara ele muito pesado, e que sempre andava a falar nisto.

Eu moro na Riemerstrasse 8, em casa dele, com quem janto e converso todas as noites, quando não saímos juntos a fazer visitas.

A Austria brilhou em grandeza e belesa: é uma coisa imensa e de dimensões assombrosas. Não somos somente nós os atrasados, são tambem todas as grandes nações como a Itália, França, etc. Lastimo muito que não possas ver esta exposição, superior á de Paris em tudo, porque é 6 vezes maior, e rodeada tambem de edificios e jardins.

O tempo tem estado frio e inconstante, e eu ainda tenho passarinhos na garganta, porq. o defluxo reapareceu-me.

Os trabalhos, depois da minha chegada, tomaram novo aspecto; e o Barão, que achei de cara chupada, já está remoçando, porque dorme e não se aflige.

Já fui uma noite ao teatro, e tão cansado estava, que dormi no Camarote, como um malandro.

A orquestra é o que sabes, as vozes boas e a sala a mais rica do mundo. A escada é uma maravilha.

Dá saudades á nossa querida D. Josefina, á sua familia, ao Oliveira e Senhoras, e escreve-me ainda que sejam duas linhas.

Minhas saudades e benções aos nossos filhos.

Teu amigo.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ns. 25).

Palacio da Exposição de Vienna.

25 de Maio de 1873.

Senhora Velha.

Aqui vamos andando desde as 7, 8, até as 4 e meia, no centro de caixas, de palha, poeira, e pancadas de martelo e ranger de serras.

Agora já começamos a folgar, porque vieram as vitrinas de Paris, não todas.

A comadre trata-me como irmão! O compadre deu-me casa em baixo, onde estou só! Ele tem boa casa; camarote efetivo no magnifico e admiravel teatro; traz carroagens, e bons cavalos, e tudo o que faz o tentar de seu emprego.

Vou com eles ao teatro, e ao passeio, e só com eles saio á noite, porque a tosse não me deixa. Tenho melhorado muito com os remédios da comadre, que são leite com goma, e um chá particular. A espetoração é grande.

Recebi uma carta do Americo, que nada me diz a respeito de sua vinda, talvez por ser de recommendação.

Ja te disse o que é a Exposição.

O Duque de Saxe não falha, e ha pouco cá esteve. E' muito amavel. Disse-me êle que o Conde d'Eu tem estado doente, e se acha muito fraco. O Imperador também anda doente e de má molestia. Resa por êle, e pede á nossa boa D. Josefina que o faça, assim como a Auschen, porq. Deus ha de ouvil-as.

Vou escrever ao Oliveira e pedir o mesmo á boa D. Ana e filhas, por que hão de ser ouvidas.

Estou vendo o Imperador d'Austria colocar n'um carrinho de mão sua augusta esposa.

Saudades aos nossos amigos e amigas, e benções aos filhos.

Teu do C.

Porto-Alegre

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ns. 28).

Em Portugal, de novo, ocupa-se da glória nascente de Pedro Americo, seu genro.

Lisboa, 10 de Março de 1874.

Amigo e Cunhado.

Estão todos mal comigo ou eu estou excommungado, porque ninguém me escreve desse Rio Lethes. A minha infelicidade aumenta.

Pelo amor de Deus, mande-me notícias de meus filhos Paulos.

O Faulhaker já não me escreve, e o Porto-Alegre não sei por onde anda, e o que faz. Se soubesse, escreveria.

Se é bom ter filhos, é melhor não tel-os, porque os paes são amigos até á morte.

Isto por aqui vai na mesma, exceto sua cunhada que está melhorando de um atroz reumatismo, que me obrigará a levar-a ás Caldas da Rainha em Junho, porque é preciso cuidar seriamente nisso.

Eu vou indo, e de vez em qd.^o tendo meu desgostoso com o Varhnagen, que não tem juizo prudencial, e se crê em estado de rei absoluto.

Ainda não recebi os dous caixotes de Viena. Olha que a nossa Alemanha nada deixa a desejar em velhacada e ladroeira! Caramba!

O Américo em quanto não vae para Florença, por causa do estado de sua sobrinha, está fazendo o — Passo da Patria, — magnifica composição que vai indo bem.

O bosquejo da batalha de Avahy é soberbo, porque tem tudo o que se pode desejar. Não sei se êle executará o quadro nas dimensões que intenta. Acho que fará bancarrota com o Govêrno, se este não tiver dó d'elle,

Veiu tão irritado que não ousei falar-lhe de certo do Brasil. Assim vim eu, pr. que também sofri.

Saudades à Amélia, à Menina, ao Guilherme, e ao nosso bom Macambusio e ao Carlos.

Seu amigo.

Porto-Alegre.

(Arquivo do Instituto — Lata 431 — ns. 95).

Agraciado com o título de Barão de Santo Angelo, por decreto de 21 de maio de 1874, não o usaria por longo prazo.

Da excursão a Itália, em 1877, tornou com os achaques agravados pela congestão cerebral, que o deixou hemiplégico e afásico, até emudecer definitivamente a 29 de dezembro de 1879.

Nesse dia desapareceu o "Pintor do Romantismo", como o qualificou em feliz expressão o seu douto biógrafo, que ao mesmo tempo lhe apontou os méritos de "poeta, pensador, orador, crítico, arqueólogo, historiador, arquiteto, além de conhecer os segredos todos das artes plásticas".

Não lhe faltaram expressivas homenagens do Instituto Histórico, tanto nessa ocasião, como ao ser promovida a transladação do seu corpo embalsamado para o torrão natal — Rio Pardo, onde chegou a 7 de janeiro de 1930, com as mais significativas honras oficiais, quando a posteridade lhe exaltou a benemerência gloriosa, pela palavra de intérpretes autorizados.

ALCINDO SODRÉ, JORNALISTA PETROPOLITANO (*)

CLÁUDIO GANNES

Entre as predominantes qualidades intelectuais de Alcindo Sodrê, não se poderá dizer, com isenção, que figura, como exponencial, aquela sua atividade jornalística, exercida em Petrópolis.

Ele foi, em grau elevado — ensaísta, historiador, professor, conferencista e orador.

Das primeiras, podemos destacar, como rútilo exemplo: *A gênese da desordem* (1933), belo ensaio político. Da segunda: *A cidade imperial* (1929) o seu primoroso livro de evocações. Da terceira o seu magistério de historiador no Liceu Fluminense e no Ginásio Estadual de Petrópolis. Da quarta — as suas conferências e palestras nos Institutos Históricos, do Rio, de São Paulo, de Petrópolis e no Uruguai. E da última — os seus discursos na Câmara Municipal, em solenidades cívicas, na Academia Petropolitana de Letras, e no Colégio de São Vicente de Paulo.

Jornalista militante ele o foi também, mas esporadicamente, no curso da sua vida pública. Não um jornalista profissional, que fizesse da carreira o seu meio de vida ou a diretriz de uma vocação indesejável, como foi em Petrópolis e alhures, Carlos Rizzini.

Jornalista político, sim, porque precisava do jornalismo, — em função dos interesses da política que abraçava. Como meio e não como finalidade.

Mas, com os dons superiores de escritor elegante, com a sua formação intelectual, com a sua retilínea base moral, fez jornalismo político — salvo em poucas exceções — sem descer ao terreno de retaliações pessoais.

Por isso, nesses raros casos, os amigos da véspera, adversários de um dia, como Ascânio de Mesquita Pimentel e Carlos Rizzini — esquecendo os agravos, ferimentos leves de uma hora de combate — acabaram de novo seus amigos do dia seguinte.

(*) A estas notas foram feitos agora dois apêndices — que podem servir melhor ao estudo da personalidade de A. Sodrê.

Assim, os temas que mais atraíam a pena de Alcindo Sodré, nos jornais petropolitanos, eram quase sempre através de colaboração assinada — bordando comentários aos aspectos da cidade e da sua paisagem pitoresca: os da sua história e das suas tradições. Própriamente os de articulista político, rareavam.

Nem por isso a sua presença nos jornais, em trabalhos assinados com o seu nome ou pseudônimos (Marcelo Maia, Martim Cruz) deixou de ser assídua e prestimosa.

Podemos, todavia, assinalar particularmente a sua atuação, quando dirigiu dois órgãos locais. Em começo — na *Tribuna de Petrópolis* que arrendou de Artur Barbosa, desde 1 de novembro de 1923, até maio de 1925 (1). De início, associado a Carlos Rizzini (3 meses) — depois só. A seguir, adquirindo do Centro de Boa Imprensa a propriedade do *Jornal de Petrópolis*, que era vespertino e passou então a matutino. Essa direção vai desde 1 de setembro de 1925 até fins de 1929, com interrupções eventuais: viagem à Europa — por quatro meses; quando o jornal passa ao subdiretor Paulo Monte e, mais tarde dirigido por Jorge Jobim (poucos dias) e afinal por Almeida Azevedo.

Além dessa atividade, não propriamente militante, mas intermitente, marginal — poderíamos ainda registrar a sua participação numa pequena revista dos tempos da mocidade *Petrópolis — revista* — dirigida por Paulino Neto (Alcindo era o secretário), e, mais adiante a sua colaboração na *Pequena Ilustração* de Armando Martins e, por fim nas *Vozes de Petrópolis*.

Limitamo-nos a aludir apenas à sua atuação petropolitana — que êle considerava sempre a primordial — pelo amor que tinha à cidade das hortências e aos seus problemas — sem querer lembrar a outra — a das suas notas sobre livros médicos no *Brasil Médico*, à sua colaboração em *O Jornal*, e no *Jornal do Comércio*, do Rio, na Revista dos Institutos Históricos do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul — na *Revista do Brasil* (de São Paulo), no *Malho*, do Rio — que lhe deram, sem dúvida, maior irradiação aos trabalhos assinados (2).

(1) A *Tribuna de Petrópolis* noticiou assim a transação: «Por contrato assinado nas notas do Tabelião Gualberto, a *Tribuna de Petrópolis* passará a ser dirigida pelos Srs. Dr. Alcindo Sodré e Carlos Rizzini».

(2) A colaboração de Alcindo Sodré em publicações fora de Petrópolis, é por igual extensa. Desde os tempos acadêmicos êle escrevia para os jornais. Na folha de estudantes: *Avatar* dirigida por Gomes Leite, publicou: *Terapêutica acadêmica* 27-11-1915 e na *Época* (revista da Faculdade de Ciências Jurídicas) — *Roosevelt* (em março, 1914) e *Pinto da Rocha*

É que êle era, por excelência, um municipalista arraigado, que amava, defendia e gabava sempre o objeto dos seus amores: a cidade de sua eleição, que para os seus olhos apaixonados, não tinha defeitos, — e onde êle viveu, desde menino, onde constituiu família, onde lutou e venceu — pelos dotes da sua inteligência e do seu coração — e onde afinal desapareceu tão inesperadamente.

Como exemplo maior da sua dedicação à *urbs* — tendo sido vereador e prefeito, — aí está essa criação admirável do Museu Imperial, que, auxiliado pelos poderes públicos, êle idealizou, fundou (1942) e superiormente dirigiu, por 10 anos, até a sua morte. Complemento dessa obra — que é o seu cartão de visitas lá fora — são os 12 volumes do belo *Anuário* — que então dirigiu e editou.

Não esquecer ainda que, por afeição a Petrópolis — (como secretário da Comissão do Centenário 1937) Alcindo Sodré coligiu a colaboração de especialistas, nos sete volumes que, sob sua direção apareceram, editados nesta cidade — onde surgem muitas das suas inúmeras «crônicas petropolitanas».

Com fundamento do que aludimos acima — com a *Tribuna de Petrópolis* — consolidou Alcindo Sodré a sua vereança na

(abril, 1916). No *Malho* imprimiu: «De Portugal — Por terras de João dos Dornas» 9-11-1918 e *A feira de Sevilha* (23 de agosto de 1918).

Mais tarde colaborou no *Jornal* — «As margens do baixo rio Doce e as suas possibilidades econômicas» (1925) e *O Café em Petrópolis* (15-10-1927) que foi transcrito no Boletim do Departamento Nacional do Café. Ainda nesse órgão, escreveu «Um viajante apressado», respondendo a críticas de José Mariana Filho sobre Petrópolis.

No *Correio do Povo* de Pôrto Alegre inseriu um ensaio sobre: «O neo-presidencialismo» (7-9-1933) que, com outro saído no *Jornal do Comércio* — sobre «O Governo do Brasil — a lição dos fatos» — reuniu adiante no livro: *A Gênese da Desordem* (1933).

Para a *Revista do Brasil*, de São Paulo, escreveu outro artigo: «A higiene no Rio Grande do Sul» (n.º 54 de junho, 1920 — págs. 152-156. E para o *Brasil-Médico* do Rio, o acreditado jornal dos clínicos, mandou «notas», registrando livros de medicina aparecidos, e um estudo sobre: «Campos do Jordão». Há ainda, nesse mesmo semanário, uma outra sua colaboração: «Higiene do espírito» (notas sobre o trabalho mental) — 15-8-1931 — seguimento da sua tese de formatura — sobre: «Fadiga da atenção» premiada na Faculdade de Medicina.

Na *Revista do Instituto Histórico* de São Paulo (vol. XLV de 1945) — sai a sua conferência, ali proferida, sobre: Primeira visita de Pedro II a São Paulo (págs. 129-143).

Por fim, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, de que era sócio efetivo, insere trabalhos seus, como sejam: *Solano Lopes* (vol. 182, 1944), *D. Pedro II e a Pacificação do Rio Grande do Sul* (vol. 188 — 1945), *Rio Branco e o seu título de barão* (vol. 189 — 1945),

Câmara Municipal, da qual foi vice-presidente — e como diretor do *Jornal de Petrópolis* fez campanha a favor dos seus amigos Paula Buarque e Ari Barbosa para prefeitos, saindo êles em ambas vitoriosos.

Em começos de 1929 faleceu-lhe o tio e sogro, o eminente Professor Azevedo Sodré, que era um dos nortes da sua vida pública fluminense e, meses após, o seu velho adversário local, o Senador Joaquim Moreira — a quem êle inconciliável em vida, atacando-o as vêzes com mordentes ironias — na hora do sepultamento, abre no seu jornal eloqüente homenagem à projeção na vida pública, enchendo a primeira página com o relato da sua benemerente popularidade, baseada tôda ela na prestigiosa atividade do velho e caritativo médico petropolitano. Alcindo, como médico e clínico que era, sabia dêsses prestígios, por auscultá-los, nas veias do povo, quase diáriamente...

* * *

Faltando-lhe aquela meta de direção afetuosa (Alcindo era antes de tudo um sentimental), e êste alvo de combate quase quotidiano, Alcindo Sodré, daí por diante arrefeceu o seu ardor

Um médico da monarquia — Jobim (vol. 195, 1947), *O aio do Príncipe*, (vol. 191, 1946); *Isabel a Redentora e a Rosa de Ouro*, (vol. 192, 1946).

Ainda no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, destaca-se a sua colaboração no 3.º Congresso de História Nacional (1939) para o qual envia a tese: «Elemento servil — a abolição», publicada nos respectivos *Anais* (vol. IV, págs. 51-146) e as suas conferências sobre: «O Visconde de Mauá» (1939), sobre: «Prudente de Moraes» (1942), sobre: «Sagração e coroação de D. Pedro II», (1946 — *Revista*, vol. 176, págs. 389-403); e sobre: «O Senador Jobim» (1947).

Participou ainda do 1.º Congresso do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1949) com duas teses: «Sentido político das visitas de D. Pedro I, Pedro II e Conde d'Eu à Bahia» (in *Anais*, Tomo III — Salvador, 1950) e «Um governador da Bahia» Afonso Miguel de Portugal e Castro — 1778-1783 (in *Anaes* — Tomo IV — Setembro, 1950).

Para a Quarta Assembléia do Instituto Panamericano de Geografia e História — enviou um trabalho sobre «O processo revolucionário da América. A Independência dos Estados Unidos e a sua influência na emancipação das colônias latino-americanas. Rumos econômicos e políticos nos últimos dias da Colônia».

Outro trabalho seu sobre: *Jefferson, Dom João VI e o panamericanismo* «se encontra na revista *Tradição* — n.º — janeiro, fevereiro de 1948 — Petrópolis — de que existe separata de 15 págs.

Sobre Alcindo Sodré, para uma informação mais detalhada, há que consultar a sua bibliografia feita pela Sta. Maria Carolina M. Fleiuss (*Revista*, vol. 209, págs. 253-254, a notícia do seu falecimento (vol. 214, págs. 267-271 — 1952) e a recente publicação: *In memoriam* (ed. do Ministério da Educação e Cultura — 1956 — 135 págs.).

político. Recolheu-se aos quartéis de inverno. Salvo uma ajuda amistosa e desinteressada a Magalhães Bastos, na Prefeitura, cada vez mais se situa na colaboração dos assuntos históricos, quase só ligados à tradição da cidade.

São dessa época: a edição da *Cidade Imperial* (1929), o seu melhor livro — e adiante a sua polêmica com Paula Buarque, a propósito da data da fundação de Petrópolis.

Ele, com melhores argumentos (era bem mais inteligente que Buarque), a exhibir a certidão de nascimento do burgo, no decreto imperial nº 155 de 16-3-1843 — data que acabou oficializada pelos poderes públicos municipais; Buarque a situar o nascimento, na chegada dos primeiros colonos alemães (29-6-1845), quando a colônia, já estava, em pequena parte, povoada por brasileiros e portugueses: ponto que era de pouso das tropas que iam e vinham de Minas, pelo «caminho novo» da Serra (3).

É essa preciosa colaboração petropolitana — que agora se pretende ver reunida em livro, — é que lhe vai realçar o prestígio do historiador-ensaista e do cronista petropolitano — como a dêse, inédito *Abrindo um cofre*, de publicação póstuma (1956). Ele e Walter Bretz são considerados os dois melhores cronistas da cidade.

Porque a atividade propriamente política, do jornalista petropolitano, ficará, como é natural, aos poucos esquecida, nos jornais locais, para a consulta futura de algum paciente pesquisador de acontecimentos quotidianos, que já se afundaram no passado, sem memória.

(3) A contenda apaixonada os espíritos locais. Ao lado de Alcindo Sodrê ficaram H. C. Leão Teixeira, Américo Jacobina Lacombe, Nereu Rangel Pestana e Manoel Viana de Castro — cujos trabalhos foram publicados no *Centenário de Petrópolis* — Trabalhos da Comissão — vols. II e III (1939-40). Ao lado de Buarque — coadjuvando-o, ficou o Professor Paulo Monte e o cronista petropolitano Walter Bretz.

Quem tenha interesse em ouvir a voz do outro sino, leia o trabalho de Paula Buarque — *A fundação de Petrópolis* (Conferência na Academia Petropolitana de Letras — in *Revista da Academia* n.º 8 — junho, 1939 e *Petrópolis e o seu centenário* — *Documentos confirmam a sua fundação em 1845* (Rio de Janeiro, 1943 — 291 págs.).

Uma terceira data, entre as duas acima indicadas, é a de 8 de julho de 1843, quando Caldas Viana presidente da Província, manda por decreto — erguer duas cruzes de madeira sobre um pedestal alto e elegante, com o nome de: *Petrópolis* — escrito em grandes letras, na encruzilhada de dois caminhos da povoação — espécie de certidão de batismo oficial, a denunciar aos viajantes a existência efetiva do novo burgo fluminense.

Para esta última data, incluía-se entre outros, o historiador Guilherme Auler.

São fôlhas efêmeras, que se desprendem, no correr da vida, da árvore poderosa, mas que agora — fôlhas mortas — não darão mais, aos caminhantes de outra idade; nem sombra, nem abrigo.

(Colaboração na *Tribuna de Petrópolis*, de 3-3-1957, no suplemento destinado a celebrar o centenário da imprensa petropolitana, com o aparecimento de *O Mercantil*, em 1857).

ADENDUM

1 — *Curriculum vitae* (Fornecido por Gabriel Kopke Fróes)

A vida pública de Alcindo Sodré em Petrópolis tem algumas datas que merecem assinalar. Foi prefeito interino da cidade — a primeira vez de 31-1 a 7-3-1923; e a segunda vez de 10 a 28-4-1939. Prefeito de nomeação — de 14-4 a 14-11 de 1945. Vereador: a primeira vez em 19-7-1922; a segunda vez em 28-5 de 1924; a terceira vez em 2-10-1929 e a quarta vem em 5 de agosto de 1936.

Secretário da Prefeitura (adm. Magalhães Bastos) de 22 de dezembro de 1939 a 1 de abril de 1940.

Diretor da *Tribuna de Petrópolis* de 1-11-1923, conjuntamente com C. Rizzini — e só, a partir de 19-1-1924 até 14 de maio de 1925.

Membro da Associação Petropolitana de Ciências e Letras a 14-9-1824.

Presidente da Liga Petropolitana de Esportes — a 29-1-1925.

Presidente do Petropolitano Football Clube — a 3-11-1929.

Proprietário e diretor do *Jornal de Petrópolis* — de 1-9-25 a 1929.

Secretário da Comissão do Centenário de Petrópolis (1937).

Diretor do Museu Histórico Municipal — a 2-4-1938.

Diretor do Museu Imperial — a 6-4-1940.

Presidente da Sociedade Filatélica de Petrópolis — 6-8-43.

Sócio fundador do Instituto Histórico de Petrópolis — a 24-9-38 (art. 4º, § 1º dos Estatutos).

1º Secretário do Instituto Histórico de Petrópolis — 2-12-38 — reeleito em 1940, 1942 e 1944.

Passou para a Comissão de Estatutos do Instituto Histórico em 1948, reeleito em 1948.

Presidente do Instituto Histórico de Petrópolis em 2-12-1950.

Presidente da Academia Petropolitana de Letras — a primeira vez em 1933 e a segunda vez em 1946.

Secretário da Alliance Française (Petrópolis).

2 — COLABORAÇÃO DE ALCINDO SODRÉ EM JORNAIS E REVISTAS LOCAIS

A — Na *Tribuna de Petrópolis*:

Praça Rui Barbosa — 7-11-1923.

O Conselheiro Jobim (s/ass.) — 14-3-1924.

Um perigoso comediante: aviso aos incautos — 25-4-1924.

A margem da poesia de Manuel Bandeira (com pseudônimo Marcelo Maia) — 3-9-1924.

O encanto das nossas florestas — 12 e 13-9-24 (M. Maia).

Associação de Ciências e Letras — 16-9-24.

Meu Cinema (sec. perm. Marcelo Maia) — de 15-10-1924 a 19-11-1924.

Médicos e Medicina — 23-10-24.

Por terras de João das Dornas — em 21-12, 28-12-1924 e 4-1-1925.

O vale de Petrópolis — 1-1-1925.

Os nossos quarteirões — 20-1-25 (Marcelo Maia).

Petrópolis ao luar — 1-2-25 (transcrição M. Maia).

O Pintor Betinelli — 1-2-25 (M. Maia).

Raul de Leoni — 23-11-1926.

Uma tradição de 12 lustros — 7-8-1926.

As surpresas do novo Código Sanitário — 15-3-1933.

Paulo Barbosa (Algumas notas históricas) — 8-6-1933.

Petrópolis através Rt. H. Klumb — 4-8-37.

Pedro I e Petrópolis — 5-12-37.

Uma obra alemã de 1853 — 19-12-37.

A subordinação política de Córrego Sêco — 1-1-1938 — Marcelo Maia.

A comissão do Centenário e a História de Petrópolis — 10-1-38.

Sant'Ana do Córrego Sêco — 13-1-38.

Petrópolis de outrora — 1-1-1942.

Petrópolis colonial — 29-6-1945.

Pedro II a caminho do exílio (in *Suplemento Arte e Literatura*) — 5-12-1949.

B — No *Jornal de Petrópolis*

Meu Cinema — sec. permanente — Marcelo Maia (de 4 de setembro de 1925 a 9 de setembro de 1926).

Petrópolis e o Barão de Ubatuba — 23-2-1926.

Uma evocação (Marcelo Maia) — 12-2-1927.

Os nossos artistas: Jorge de Mendonça, um pintor nacionalista — 29-6-1927.

- O café em Petrópolis* (transcrição) — 16-10-1927.
Petrópolis e Afrânio Peixoto (M. Maia) — 26-10-27.
Os vales de Petrópolis — 25-12-1927.
Discurso sobre o Visconde de Mauá — 22-5-1928.
Os caminhos antigos do Rio para Minas e a passagem por Petrópolis — 25-12-1933.
A fundação de Petrópolis — 4-5-1937.
A Primeira Câmara Municipal de Petrópolis — 11-5-1937.
Os fundadores de Petrópolis: Paulo Barbosa da Silva — 23-5-37.
História retrospectiva de Petrópolis — 30-5-1937.
A sesmaria do Piabanha e o rio da Cidade — 6-6-37.
Visitantes de Petrópolis: Ave Lallement e Burmester — 25-12-37.
Petrópolis no Arquivo do Castelo d'Eu — 17-4-1938.
O Monte de Santa Cruz — 1-5-1938.
A colonização de Petrópolis e a brasilidade de Koeler — 29-6-38.
8 de julho de 1843 — 8-7-1938.
Proposta para condução urbana em Petrópolis, no último quartel do século passado — 28-8-1938.
O sabor dos arquivos: abaixo assinado à municipalidade para estender roupa na beira do rio e colocar chafariz na rua do Imperador — 4-9-38.
O enfeitado Moisés — 2-10-1938.
O Córrego Sêco em 1817 — 30-10-1938.
Petrópolis nas portarias do Presidente Aureliano — 9-10-38.
A iluminação pública em Petrópolis, de 1862 a 1882, através de documentos do Arquivo Municipal — 13-9-38.
Petrópolis em 1845 — 16-10-38.
Petrópolis, colônia em 1845 — 23-10-38.
Coisas do passado — 24-12-1944.
Um ilustre filho da Bahia (Franklin Doria) — 25-12-49.
As flores de Petrópolis — 25-12-1950.

C — Na *A Pequena Ilustração* (Petrópolis):

- Saint-Hilaire e Petrópolis* — 7-2-1932.
Os fundadores de Petrópolis: Caldas Viana — 13-3-38.
O maior cérebro criador do Primeiro Império (sobre Mauá) — 29-10-39.
O português como fator etnológico — 1-12-1940.
Armando Martins — 23-5-43.
As jóias do Museu Imperial — 15-6-1951.

D — No *Jornal de Cascatinha* (Petrópolis):

Charles Ribeyrolles e Petrópolis — 7-8-1938.

E — Nas *Vozes de Petrópolis*:

Armando Martins — número de maio-junho, 1943.

D. Pedro II e a paróquia de Petrópolis — número de setembro-outubro, 1946.

Primeira visita de Pedro II a São Paulo — número de maio-junho, 1947.

F — No *Centenário de Petrópolis* — Trabalhos da Comissão (1938-1943 — 7 vols.):

A fundação de Petrópolis, 16 de março de 1843 — vol. I, págs. 5-23.

Crônicas petropolitanas — vol. II, págs. 67-160.

Fundação de Petrópolis — A evidência de um fato — vol. II, págs. 225-259.

Crônicas petropolitanas — vol. III, págs. 65-106.

Petrópolis na sua expressão geográfica e climática — vol. III, págs. 209-252.

Crônicas petropolitanas — vol. IV, págs. 225-276.

Crônicas petropolitanas — vol. V — págs. 223-268.

Crônicas petropolitanas — vol. VI — págs. 85-132.

Como surgiu Petrópolis — vol. VII — págs. V-XI.

G — No *Anuário do Museu Imperial*:

D. Pedro II em Petrópolis — vol. I, 1940 — págs. 7-45.

Andrés Lamas em Petrópolis — vol. XII, 1951 — págs. 13-34.

H — Na *Revista da Academia Petropolitana de Letras*:

A fazenda da mandioca — n.º 1 — 1934 — págs. 15-17.

Discurso em homenagem ao Bispo D. José Pereira Alves — n.º 9, junho, 1940 — págs. 36-38.

I — Na *Revista do Instituto Histórico de Petrópolis*:

Quando Petrópolis amanhecia — n.º 1 de 1950.

J — Na revista *Tradição* (Petrópolis):

O sabor dos arquivos — agosto-setembro — 1947 — págs. 16-165.

Jefferson, D. João VI e o Pan-Americanismo — janeiro-fevereiro 1948 — págs. 4-12.

K — Esparsos

Discurso de posse na Câmara Municipal — 18-9-1922.

Discurso de recepção ao Professor Paulo Monte, na Associação de Ciências e Letras de Petrópolis.

Discurso em homenagem a Carlos Magalhães Bastos.

Da necessidade e das vantagens do espírito de sacrifício (Palestra em Petrópolis).

A fundação de Petrópolis — Conferência no Palácio de Cristal (pub. em *Jornal do Comércio*) — Rio — 3-4-38.

Honra a Portugal: (Discurso ao Embaixador Português) *Diário Português* — Rio 29-11-36.

Discurso na inauguração do Museu Imperial — Petrópolis 16-3-1943 (publ. no *Jornal do Comércio* — Rio).

Discurso na Associação dos Antigos Alunos do Colégio São Vicente de Paulo (Petrópolis 14-5-1950).

PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKE DE OLIVEIRA

A fim de se desobrigar do encargo de entregar ao Presidente da República o diploma de Presidente de honra do Instituto Histórico, votado pela assembléia-geral de 6 de maio, esteve, a 6 de junho último, no Palácio do Catete a diretoria do Instituto.

Fêz a entrega o Vice-Presidente do Instituto, Ministro Alfredo Valadão, que proferiu, então, as seguintes palavras:

«Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

No impedimento comunicado pelo Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cabe-me, como Vice-Presidente, a honra de, cumprindo a deliberação tomada pela Diretoria, entregar a V. Excia. o título de Presidente Honorário que o mesmo Instituto, por voto unânime de sua última Assembléia Geral, resolveu conferir-lhe.

Nem por ser praxe dêste Soldalício, conceder êsse título aos nossos Chefes de Estado, se constitui menor a homenagem prestada, de tão alta significação.

Quis êle com tal praxe pôr os Chefes de Estado em contato com a Casa por excelência do Brasil, a que lhe guarda e cultiva a História, e que em si mesma é histórica, surgiu nos albores do Brasil-Autônomo, e no meio de vivas e fervorosas expansões patrióticas.

Casa que guarda e cultiva a nossa gloriosa História, cheia de altos e brilhantes ensinamentos.

Tal é, pois, Sr. Presidente, a importância e a significação do título conferido.

Falo em nome de uma Casa, que, pela sua própria natureza, vivendo fora da política partidária, tem os seus olhos erguidos acima de tudo para o Brasil.

Assim, Sr. Presidente, ao passar êsse tão expressivo diploma às mãos de V. Excia., faço votos para que o seu govêrno consiga realizações dentre as melhores, para a paz e o engrandecimento de nosso querido Brasil, que tudo merece».

O Presidente declarou-se desvanecido pela honra recebida, anunciando que ainda iria agradecer, pessoalmente, ao Egrégio Instituto, manifestou a sua simpatia pelos assuntos históricos, e tendo palavras de muita consideração pela pessoa do Ministro Alfredo Valadão, de quem disse «ser um nome nacional, cujos serviços ao País, sem esquecer os que prestou à terra mineira, iluminando com o seu alto saber e patriotismo as suas origens municipais, o recomendam à consideração e ao respeito dos brasileiros».

PRESIDENTE CRAVEIRO LOPES

O Instituto Histórico, em ligação com a Sociedade Brasileira de Geografia e o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, recepcionou a 11 do corrente, na sua sede, o General Francisco Higino Craveiro Lopes, presidente de Portugal, então em visita ao Brasil, a fim de fazer-lhe a entrega dos três diplomas de presidente de honra das aludidas associações.

A solenidade magna, presidida pelo Embaixador José Carlos de Macedo Soares, compareceram o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Cardeal D. Jaime Câmara, arcebispo do Rio de Janeiro, Ministros Clóvis Salgado e Henrique Fleiuss, Ministro Paulo Cunha, Embaixador Antônio de Faria, General Jaguaribe de Matos, presidente da Sociedade Brasileira de Geografia e General Tristão de Alencar Araripe, presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, professor Medeiros Gouveia, adido cultural de Portugal, e ex-ministro Sousa Campos.

Nas cadeiras reservadas assentaram-se cêrca de 50 sócios do Instituto e no recinto especial, os sócios das demais sociedades sâbias. Inúmeras personalidades e convidados enchiam os outros lugares do salão de honra.

O Dr. Pedro Calmon, orador oficial, fêz calorosa e eloqüente saudação ao Presidente Craveiro Lopes, que lhe respondeu em simpático e afetuoso improvisado.

O Sr. Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira fêz a seguir a entrega dos três diplomas ao General Craveiro Lopes, sob as palmas da assistência.

Notícia detalhada da solene reunião, será aqui publicada, na ata respectiva, em ocasião oportuna, com os brilhantes discursos então proferidos.

VISCONDE DE CABO FRIO

O Embaixador Hildebrando Accioly, ilustre sócio correspondente, proferiu a 21 do mês corrente, no Instituto Histórico — uma excelente palestra sobre o Visconde de Cabo Frio (Joaquim Thomaz do Amaral), o venerando e saudoso brasileiro, que serviu, por muitos anos, com infatigável competência, na direção Geral da Secretaria das Relações Exteriores — casa prestigiosa a que o conferencista também ilustrou com o seu saber de internacionalista e diplomata, e agora ainda serve, como consultor jurídico.

A brilhante conferência do Embaixador Hildebrando Accioly será publicada no próximo número desta revista.

ATOS DO SR. PRESIDENTE

Por portaria de 8 de maio último o Sr. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, embaixador José Carlos de Macedo Soares, resolveu preencher, de acôrdo com o art. 28 dos Estatutos em vigor, as vagas existentes na Comissão de bibliografia e de história, pelo falecimento dos Srs. Afonso Costa e L. A. Feijó Bittencourt, transferindo o sócio Benemérito Dr. Cláudio Ganns, para o de bibliografia e o sócio benemérito Dr. Wanderley de Pinho, para a de história.

Por portaria de 29 de maio último, o Sr. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico, embaixador José Carlos de Macedo Soares, de acôrdo com as atribuições que lhe conferem os Estatutos resolveu designar para a vaga existente na comissão diretora da Revista, o sócio efetivo Coronel João Batista de Magalhães.

Por portaria de 29 de maio último, o Sr. Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, embaixador José Carlos de Macedo Soares, usando das atribuições que lhe conferem o art. 28 letra B dos Estatutos — resolveu nomear para a vaga de 2.º secretário, para completar o biênio corrente, o sócio efetivo Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa.

ASSEMBLÉIA DE 6 DE MAIO DE 1957

Na assembléia-geral realizada em 6 de maio último, foram feitas as seguintes promoções no quadro social: a do Dr. Afonso de Escagnole Taunay, para sócio grande benemérito, na vaga do Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva.

Na vaga resultante desse acesso e na do Dr. Feijó Bittencourt — foram promovidos a sócios beneméritos os efetivos: Drs. Barbosa Lima Sobrinho e Rubem Rosa.

Para as duas vagas, assim existentes na classe de sócios efetivos, foram admitidos os Drs. Daniel de Carvalho e Aloísio Napoleão de Freitas Rêgo.

TÍTULO DE PROPRIEDADE DO INSTITUTO

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro recebeu, aos dezoito dias do mês de janeiro de 1957, do Govêrno da União, escritura de cessão do terreno nacional interior e do domínio útil do terreno de marinha situado na Avenida Augusto Severo número quatro (Silogeu). A escritura foi lavrada no Livro 5-A, fôlhas 18v. a 21v., na Procuradoria da Fazenda Nacional do Distrito Federal (Serviço do Patrimônio da União).

A área do Silogeu de acôrdo com as plantas e mais elementos técnicos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número quarenta e nove mil, setecentos e noventa e cinco, de 1956, compreende terreno nacional interior e terreno de marinha num total de 2.425 m² (dois mil quatrocentos e vinte cinco metros quadrados).

O terreno nacional interior minuciosamente descrito na escritura abrange 2.227 m² (dois mil duzentos e vinte sete metros quadrados) e a parte do terreno de marinha compreende 198 m² (cento e noventa e oito metros quadrados).

A escritura foi devidamente registrada pelo Tribunal de Contas em sessão de 26 de fevereiro de 1957, conforme comunicação feita pelo ofício número 2.279-S/57, de 12 de março de 1957 da Secretaria daquele Tribunal, constante de fls. 89 do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o n.º 49.795, de 1956.

A escritura transferiu a propriedade do Silogeu ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, foi registrada no 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro no Livro B, n.º 45 do Registro Integral de Títulos e Documentos, sob o número de Ordem 49.134 em 14 de maio de 1957.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1957

Os Monumentos Nacionais — Bahia — Coronel João Batista de Matos — Imp. Exército — Rio de Janeiro, 1956.

Centenário de la Guerra Nacional de Nicaragua contra Walker — Gustavo Aleman Bolaños — Tip. Nacional de Guatemala, 1956.

Aspectos da Indústria Açucareira no Município de Ponte Nova — Jarbas Sertório de Carvalho — Inst.^o Pontenovense — Minas Gerais.

Visita do Imperador D. Pedro II ao Município de Ponte Nova — Conferência feita no Rotary Club de Petrópolis em 1 de junho de 1955. — Jarbas Sertório de Carvalho — Tip. *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1955.

O homicídio do Dr. Cláudio Manuel da Costa — II Separata da Rev. do Inst.^o Hist^o e Geog^o do São Paulo — vol. LIII. 1956.

A Crise Econômica Nacional. — Flagrantes do Brasil Hodierno — M. Viana de Castro — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1957.

D. Pedro II e a Academia Imperial das Belas-Artes, conferência realizada na Escola Nacional de Belas-Artes pelo ilustre historiador e jornalista Dr. Guilherme Auler — Rio de Janeiro, 1956.

Contributions from the Museum of Paleontology — University of Michigan — Ann Arbor, 1956.

O Brasil perante as Nações — Alcindo Sodré — Tip. Revista dos Tribunais — Rio de Janeiro, 1916. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, planejada e orientada por Juran-dir Pires Ferreira — (1^o volume) I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1957.

Estudo Geral do Aproveitamento Múltiplo do Rio das Velhas, realizado por Machado da Costa S.A. com um Anexo. Rio de Janeiro, 1956.

Acto celebrado en la Universidad Central de Venezuela con motivo de la entrega del titulo de "Doctor Honoris Causa" en Ciencias Economicas y Sociales, al Doctor Tito Gutierrez Alfaro — Editorial Sucre — Caracas, 1956.

Livro do Centenário de Mouzinho de Albuquerque 1855-1955 — Tip. Casa Portuguesa — Lisboa, 1955.

Anuário Estatístico do Brasil — 1956 — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.

Cartas de D. João de Castro — Elaine Sanceau — Atica Ltda. — Lisboa, 1955.

Historia del Tribunal de la Inquisicion de Lima — I — II — 1569-1820 — José Toribio Medina — Imprenta Nascimento — Chile, 1956.

El Argos de Chile — El Duende — El Sol de Chile — El Chileno — 1818. Estadío bibliográfico de Guillermo Feliú Cruz — Imprenta Cultura — Chile, 1955.

The Dutch in Brazil — 1624-1654 — C.R. Boxer — University Press — Oxford, 1957.

El Archivo del Libertador (Índice) 2.º vol. 1ª edição — Angel Crisanti — Imprenta Nacional Caracas, 1956.

Democracia do Parlamento — Paulo Pinheiro Chagas — Livraria São José — Rio de Janeiro, 1956. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Do Alto desta Tribuna — Paulo Pinheiro Chagas — Livraria São José — Rio de Janeiro, 1956. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Arca de Noé (Ensaio, Crítica & Tribuna) Paulo Pinheiro Chagas — Livraria São José — Rio de Janeiro, 1956. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Cervantes en la Biblioteca Nacional — (Ensayo Bibliográfico) Sérgio Costagliola C. — Editorial Universitária — Chile, 1950.

História do Povo Brasileiro — Luís Pinto — A. Coelho Branco F. Edit. — Rio de Janeiro, 1948.

Terra Sêca — Luís Pinto — Editôra Minerva Ltda. — Rio de Janeiro, 1948.

Idéias e Pensamentos de Tavares Bastos — Luís Pinto — Editôra Minerva Ltda. — Rio de Janeiro, s/d.

Os Desgraçados — Luís Pinto — Editôra Minerva Ltda. — Rio de Janeiro, 1952.

Discurso — Programa — Luís Pinto — Rio de Janeiro, 1955.

Conferência: Ruralismo e Municipalismo — Luís Pinto — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1955.

Antologia da Paraíba — Luís Pinto — Editôra Minerva Ltda. — Rio de Janeiro, 1951.

Estudos de História Luso-Brasileira — Damião Peres — Sociedade Industrial Gráfica — Lisboa, 1956.

Inauguração dos Caminhos de Ferro em Portugal — (Uma data e um nome) Conferência comemorativa do 1.º centenário — Raul da Costa Couvereur — Sociedade Industrial Gráfica — Lisboa 1956.

Mensagem a Assembléia Legislativa — Fernando Corrêa da Costa — Imprensa Oficial, Cuiabá, 1955. (Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho).

Papel e Valor do Ensino de Geografia e de sua Pesquisa — Pierre Monbeig — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1956.

Tavares Bastos — Luís Pinto — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1955.

Pandιά Calógeras — Luís Pinto — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.

Crônicas Históricas de San Antonio Abad de los Baños t.º 3 — Julian Vivanco — Editorial "El Sal" — La Habana, 1957.

Fronteiras Flutuantes — Gen. Antônio de Sousa Júnior — Gráf. Laemmert Ltda. — Rio de Janeiro, 1954.

Meio Século de Trabalho de Ernesto de Sousa Campos — setembro 1906-1956 — Gráf. Saraiva — São Paulo, 1956.

Brasil Sempre Nosso — Francisco Fernandes Sobral — Editôra Lar Católico — Juiz de Fora, 1956.

O mais antigo mapa da América — Gago Coutinho — Gomes & Sobrinho — Lisboa, 1955.

Canudos — (Ilustrações de Poty) — Euclides da Cunha — Cem Bibliófilos — Rio de Janeiro, 1956.

Acuário — Claribel Alegria — Editorial Universitária — Santiago do Chile — 1955.

Os Monumentos Nacionais — Piauí — Separata — Ten. Cel. João B. de Matos — Imprensa Militar — Rio de Janeiro, 1949.

Pepe Vila — La Zarzuela Chica en Chile — M. Abascal Brunet — E. Pereira Salas — Impr. Universitária — Chile, 1955.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE MAIO DE 1957

O Banguê nas Alagoas, sep. de Cultura — n.º 1 — 948 — Gilberto Freyre — Imp. Nacional — Rio de Janeiro, 1948.

Anuário de Publicaciones Periódicas Chilenas — 1954 — La Nacion — Chile, 1954.

Likhetsideen I Norge 1. 1790. Arene — Erik Vea — Universitetsforlaget — Oslo, 1956.

“Brasileis” Epopéia Nacional Brasileira — Augusto Meira — Rio de Janeiro, 1956.

Os Xavantes e a Civilização (Ensaio histórico) — Lincoln de Sousa — I.B.G.E. — Rio de Janeiro, 1953 (Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho).

O Paralelo 20 passa no Espírito Santo — Cícero Moraes — Depto. Imp. Oficial — Vitória, 1953.

Campanha Presidencial — vol. XLVI — 1919 — tomos I — II — Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1956.

Trabalhos Jurídicos — vol. XIX — 1892 — tomos III — IV — Rui Barbosa — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1956.

Campanhas Jornalísticas (República) 2.º vol. — Rui Barbosa — Gráf. Olímpica Edit. — Rio de Janeiro, 1956.

Recordações de Rui Barbosa — Aloisio de Castro — Impr. Nacional — Rio de Janeiro, 1956.

História da Criação do Ministério do Trabalho — Lídia Besouchet — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.

Cultura Popular e Formação de Elites — Sérvulo de Melo — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro, 1956.

Misiones Nicaraguenses en Archivos Europeus — Carlos Molina Arguello — Editorial Jus., S.A. — México, 1957.

Catálogo de Livros Seleccionados, n.º 2. Nota do Visconde de Lagôa — O Mundo do Livro — Lisboa, 1952. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Catálogo de Livros Seleccionados, n.º 3. Nota do Aquilino Ribeiro — O Mundo do Livro — Lisboa, 1955. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Catálogo Geral — Livros Novos e Usados, n.º 1 — O Mundo do Livro — Lisboa. (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

Assistência Técnica a Mágica da Cooperação a Serviço do Desenvolvimento do País — Luís Carlos Mancini — *Jornal do Brasil* — Rio de Janeiro, 1956.

Ofertas do Dr. Cláudio Ganns:

Guerra Junqueiro, sua vida, obra e momentos finais, depoimento de uma testemunha — Tomás da Fonseca — Edit. Liberdade — São Paulo, 1956.

Tratado Interamericano de Assistência Recíproca e Ata Final — Impr. Nacional — Rio de Janeiro, 1947.

A Política Exterior do Brasil na Gestão do Chanceler Raul Fernandes — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1951.

Tratado Americano de Soluções Pacíficas Pacto de Bogotá — Washington, 1948.

Actas y Documentos — volumen VII — Colombia, 1954.

Relatório do Chefe da Delegação do Brasil, Embaixador João Neves da Fontoura — Impr. Nacional — Bogotá, 1948.

Relatório do Ministro João Neves da Fontoura, Chefe da Delegação do Brasil — Impr. Nacional — Washington, 1951.

Relatório da Delegação do Brasil — A Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz — Impr. Nacional — México, 1945.

Responsabilidade — Liberdade — Progresso, conferência realizada em 14-11-1927 na Faculdade de Direito de Belo Horizonte — Raul Fernandes — *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1927.

Collection of Courses — General Index — vols. 1 — 84 — Leyde, 1954.

Depoimentos de um ex-ministro. (Peronismo — Minerais Atômicos — Política Externa) — João Neves da Fontoura — Simões Editôra — Rio de Janeiro, 1957.

Do Regime Democrático — 2ª edição — João Arruda — Gráf. J. Magalhães — São Paulo, 1949.

Dois Notáveis Engenheiros — Pereira Passos — Vieira Souto — Adolfo Morales de Los Rios Filho — Edit. *A Noite* — Rio de Janeiro, 1951.

A Princesa e Petrópolis — Guilherme Auler — Petrópolis, 1953.

Discursos e Conferências — Francisco Morato — São Paulo, 1952.

A Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro — n.º 10 — Afrânio Peixoto — Rio de Janeiro, 1943.

História Numismática de la Campaña Libertadora de Urquiza (Argentina Brasil-Uruguai) — Eduardo de Urquiza — Buenos Aires, 1928.

O Exército, a Universidade e a Nação — Ernesto Leme — Rev. Tribunais Ltda. — São Paulo, 1953.

Leis Vigentes do Exercício da Engenharia, Arquitetura e Agrimensura, comentadas pelo Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho — Editôra *A Noite* — Rio de Janeiro, 1952.

Conferências — Ernesto Leme — Floresta de Miranda — José Fernando Carneiro — Lemos Brito — Pereira Rebelo — Gráf. Olímpica Edit. — Rio de Janeiro, 1954.

Gonçalves Dias, Conferências realizadas na Academia Brasileira — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro, 1948.

Boceta de Pandora — João Lima — Edit. Artes Gráf. — Rio de Janeiro, 1953.

Camilo, homem de vidro de pimenta — Rodrigo Otávio Filho — Pongetti Edit. — Rio de Janeiro, 1950.

Tricentenário da Primeira Batalha dos Guararapes. Separata do vol. XIII — ns. 13 e 14 da Rev. do Inst.º de Geografia e História Militar do Brasil. 1º e 2º semestres de 1948. — Brigadeiro Lysias A. Rodrigues — Rio de Janeiro, 1948.

Livro do Cinquentenário — Academia Brasileira de Letras — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1948.

A Proclamação da Maioridade — (Conferência realizada na celebração do seu centenário) Separata da Rev. do Instituto — vol. 175 — Cláudio Ganns — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1941.

Raul Fernandes (Traços para um Estudo) — Gilberto Amado — *Tribuna da Imprensa* — Rio de Janeiro, s/d.

Justiça, Democracia, Paz — Haroldo Valladão — Livr. José Olímpio Edit. — Rio de Janeiro, 1948.

Direito Solidariedade Justiça — Haroldo Valladão — Livr. José Olímpio Edit. — Rio de Janeiro, 1943.

Das Américas: dos Mundos — Felipe Barreda Laos — Cultura Hispânica — Madrid, 1952.

Bibliografia sobre Rio Branco — Cláudio Ganns — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1946.

A Sociedade das Nações — Dr. Raul Fernandes — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1925.

Joaquim Nabuco e o Pan-Americanismo — Nelson W. Sodré — Editorial Sul América — Rio de Janeiro, 1949.

Le Panaméricanisme au point de vue historique, juridique et politique — J. M. Yepes — Les Editions Internationales — Paris, 1936.

Le Panaméricanisme et la sixième Conférence panaméricaine — Alejandro Alvarez — Les Editions Internationales — Paris, 1928.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE JUNHO DE 1957

Outras Reivindicações a favor do Cônego Fernandes Pinheiro — Mário Portugal F. Pinheiro — Empresa Gráfica Carioca — Rio de Janeiro, 1956.

Guilherme Studart (Barão de Studart) — Edit. «Inst. Ceará» — Ceará, 1955.

Diplomacia do Império no Rio da Prata até 1865 — Alvaro Teixeira Soares — Edit. Brant Ltda. — Rio de Janeiro, 1955.

Um Panorama do Rio de Janeiro de 1775, separata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 233 — Gilberto Ferrez — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1957.

Raimundo Correia Estudante (Ensaio) — Waldir Ribeiro do Val — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1955.

Contos de Ontem e de Hoje — Antonio Vicente de P. Faria — Pongetti Edit. — Rio de Janeiro, 1957.

O Brasil e suas Riquezas (Brasilogia) — Waldemiro Potsch — Livr. Francisco Alves — Rio de Janeiro, 1956.

Tamandaré, o Nelson Brasileiro — Gustavo Barroso — Edit. Fon-Fon — Rio de Janeiro, 1956.

A Luta contra a Tuberculose no Brasil — apontamentos para sua história — Lourival Ribeiro — Edit. Sul Americana — Rio de Janeiro, 1955.

Mensagem apresentada à Câmara dos Vereadores pelo Prefeito Francisco Negrão de Lima — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1957.

Recenseamento Geral de 1950 — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Volume X — Tomo 2 — Pará — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Volume XIV — Tomo 2 — Ceará — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Volume XVI — Tomo 2 — Paraíba — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Volume XVIII — Tomo 2 — Alagoas — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Volume XXII — Tomo 2 — Espírito Santo — I. B. G. E. — Serviço Gráfico I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1950.

Anuário do Museu Imperial — Volume XIV — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1953.

Dom Pedro II em Aix-Les-Bains — Carlos da Silva Araujo — Rio de Janeiro, 1953.

Compromisso e Posse dos novos Órgãos de Direção do Tribunal de Justiça do Estado. (Discursos). Livraria Regina Ltda. Sergipe, 1953.

Redacción y estilo de los Tratados y demás instrumentos convencionales del derecho de gentes. Separata da Revista Nacional — Ariosto D. Gonzalez — Imp. L. I. G. U. Montevideo, 1953. Of. C. Ganns.

Problemas de Base do Estado da Bahia — Archimedes P. Guimarães — Fundação Gonçalo Moniz — Bahia — 1952. Of. C. Ganns.

Brasil e América. História d'uma Política — Pedro Calmon — José Olímpio Edit. — Rio de Janeiro, 1943. Of. C. Ganns.

Os Louros do Brasil a Joaquim Nabuco — Ubaldo Soares — Irmãos Pongetti Edit. — Rio de Janeiro, 1949. Of. C. Ganns.

Joaquim Nabuco, «Libertador da Raça Negra» — Celso Vieira — Inst. Progresso Editorial — São Paulo, 1949. Of. C. Ganns.

O reumatismo através da História (Separata da Impr. Médica — XIX — março 1955) — Prof. Dr. Ivolino Vasconcellos — Rio de Janeiro, 1955.

Uma Comunidade Amazônica (Estudo do homem nos Trópicos) tradução de Clotilde da Silva Costa. Vol. 290 — Charles Wagley — Comp. Edit. Nacional — São Paulo, 1957. (Adquirido por compra).

Oferta do Dr. Cláudio Ganns:

A Igreja no Brasil. (Notas para a sua história) — Padre Manoel Barbosa — Edit. A Noite — Rio de Janeiro, 1945.

General Gois Monteiro, o comandante de um destino — Romeu de Avelar — Imprensa Oficial — Alagoas, 1949.

Rosario desde lo mas remoto de su historia — 1650-1750 — Augusto Fernandez Diaz — Rosario, 1941.

Sob o signo da Resistência — Virgilio A. de Mello Franco — Zelio Valverde — Rio de Janeiro, 1947.

Le Risque Social — E. Van Den Broeck — Marcel Rivière, Editeur — Paris, s. d.

Trois Precurseurs Portugais — Moses Bensabat Amzalak — Imp. G. Thone — Belgique, 1950.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE ABRIL DE 1957

Brazila Esperantisto — setembro — outubro 1956 — n.º 510-511-50 — A. Jaro.

Catalogue Overseas n.º 3 — Periodica Japonica. Tokio.

Notícia mensal da Campanha de Consolidação — novembro 1956. Real Gabinete Português de Leitura. Rio de Janeiro.

Vida e Saúde — agosto de 1956 — vol. 18 — n.º 8. Rio de Janeiro.

Informação Agrícola — dezembro, 1956 — n.º 134 e janeiro, 1957 — n.º 135 — ano X. Rio de Janeiro.

Correio do Senac — 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 1957 — n.º 167 — 168 — ano VIII. Rio de Janeiro.

Notícias da Indústria — 17 de janeiro de 1957 — n.º 1 — vol. IV. Rio de Janeiro.

I. B. B. D. — Boletim informativo — n.º 5 — setembro e outubro de 1956 — vol. 2 — Rio de Janeiro.

Quinzena Judiciária — janeiro de 1957 — n.º 10 — ano XXXI — 2ª fase. Rio de Janeiro.

O Conselho de Santo Tirso — (Boletim Cultural) — vol. V — n.º 1. Santo Tirso.

Catálogo — Bibliotheks — Informationen — januar 1957 — n.º 1. Berlin.

Boletim quincenal del Ministerio de Salud Publica y Bienestar Social — 15 e 31 de enero de 1957 — ns. 19 e 20 — vol. I. Santa Fé.

Soluciones a los Problemas Economico-Sociales Actuales en América — enero de 1957. Buenos Aires.

Boletin de la Sociedad Chihuahuense de Estudios Históricos — marzo, abril, mayo — ns. 9, 10 e 11 — tomo 9. México.

Separata do Brasil Médico — ano 70 — ns. 5 a 8 — fevereiro de 1956. (Noticiário) Ponte Nova. Minas Gerais.

Estudio — octubre de 1956 — n.º 250 — año XXV. Bucaramanga.

América Indígena — enero, 1957, núm. 1 — vol. XVII. México, D. F.

Saúde — novembro de 1956 — n.º 107 — ano IX. Rio de Janeiro.

Boletín Cultural Mexicano — nov. e dic. de 1956 — ns. 55 e 56 — México, D. F.

Observatório Campos Rodrigues. 1957. Lourenço Marques.

Catalogue General of Printed Books — 1955. London.

Italia Informazione — 30 Gennaio 1957. Rio de Janeiro.

Noticiário das Nações Unidas — fevereiro, 1957 — n.º 2 — ano 7. Rio de Janeiro.

Publication of The American Jewish Historical Society — vol. XLVI — n.º 1 — september, 1956. New York.

Jewish Social Studies — vol. XVIII — n.º 3 — july 1956. New York.

Catalogue Overseas — n.º 3 — Periodica Japonica. Tokyo.

Italia informazioni — 15 e 28 de fevereiro de 1957. Rio de Janeiro.

Informação Agrícola — n.º 135 — janeiro 1957 — ano XI. Rio de Janeiro.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — n.º 164 — fevereiro de 1957 — ano XIV. Rio de Janeiro.

Revista Ecuatoriana de Educacion — n.º 42 — mayo — junio de 1956 — año VIII. Quito.

Boletín de Informaciones Científicas Nacionales — ns. 77, 78 e 79 — julio, setiembre e diciembre de 1956 — vol. IX. Quito.

Revista do Professor — ano XV — n.º 31 — fevereiro, 1957. São Paulo.

Catálogo mensal n.º 1 — janeiro de 1957 — Edições: O Cruzeiro.
Rio de Janeiro.

Américas — janeiro de 1957 — n.º 1 — vol. IX. Rio de Janeiro.

Revista de la Facultad de Filosofía y Letras — octubre de 1956 — n.º 1
— Vol. I — Medellín. Colombia.

Universidad Pontificia Bolivariana — febrero — marzo de 1956 — n.º 75
— vol. XXI. Medellín. Colombia.

Acta Agronomica — julio — octubre de 1956 — ns. 3 e 4. vol. VI.
Palmira.

Catalogue (n.º 727) of books and periodicals on Voyages and travels
Ethnography, Ethnology, Colonial History, etc. Holland.

Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institu-
cional — n.º 9 — Junio de 1954. Cuba.

Boletim do Arquivo Histórico Militar — 26.º volume — 1956. Lisboa.

Verlag Bibliographisches Institut Ag Mannheimneue bucher 1956/57.
Verlag.

Catalogo — Martinus Nijhoff. 1957. Holland.

The Geographical Journal — December 1956, vol. CXXII — part. 4.
London.

Bulletin de la Commission Internationale de Juristes — ns. 5 e 6 —
fevrier 1957. La Haye.

Journal Français du Brésil — 1 e 15 de fevrier e 1 mars, 1957 — ns. 112,
113 e 114 — 5eme Annés. Rio de Janeiro.

Catalogo — Praeger Publications in Russian History and World Communism.
New York.

La Universidad del Zulia — 12 e 19 de enero de 1957 — n.º 25 — 26
— año I. Maracaibo.

Revista de Direito da Procuradoria Geral — n.º 4 — 1956. Prefeitura
do Distrito Federal. Rio de Janeiro.

Suas Atividades em 1956 — no Instituto Histórico e Geográfico de Minas
Gerais. Belo Horizonte — Minas Gerais.

Universidad de San Francisco Xavier — Tomo XVII — ns. 41 — 42.
Enero — diciembre, 1952. Sucre, Bolivia.

Bulletin of The New York Public Library — february 1957 — volume 61 —
number 2. New York.

O Momento — fevereiro de 1957 — n.º 346 — ano 33. Rio de Janeiro.

Oferta do Dr. Virgílio Corrêa Filho:

Boletim Geral das Colônias — outubro, novembro e dezembro de 1950
— ns. 304, 305 e 306 — ano XXVI. Lisboa.

Boletim Geral do Ultramar — agosto, setembro, outubro, novembro e
dezembro de 1951 — ns. 314-315-316-317-318 — ano XXVII — janeiro,
março, abril, maio, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 1952 —
ns. 319, 321, 322, 323, 325, 326, 327, 328 e 329 — ano XXVIII; janeiro e
maio de 1953 — ns. 331 e 335 — ano XXVIII. Lisboa.

Censo Demográfico:

Pará — tomo I — Volume X.

Rio de Janeiro — tomo 2 — Volume XXXIII.

Distrito Federal — tomo 2 — Volume XXIV.

Rio Grande do Sul — tomo 2 — Volume XXVIII.

Goiás — tomo 1 — Volume XXX — 1950. — I. B. G. E. Rio de Janeiro.

Divisão Territorial do Brasil — Quadro vigente em 31 de dezembro de 1954. Rio de Janeiro.

Revista Militar Brasileira — 25 de agosto de 1953 — vol. LIX — ano XLI. Rio de Janeiro.

Excursão à Central Térmica de São Jerônimo e às Minas de Arroio dos Ratos. Rio de Janeiro.

IX Assembléia Geral e XVIII Congresso Internacional de Geografia (Programa) — agosto de 1956. Rio de Janeiro.

Revista Geográfica — n.º 42 — tomo XVI — 1.º semestre de 1955 comemorativo do XXV aniversário do I. P. G. H. Rio de Janeiro.

América Indígena — enero e outubro de 1942 — ns. 1 e 4 — vol. II; enero, abril e julho de 1943 — ns. 1, 2 e 3 — vol. III; enero, abril, julho e outubro de 1948 — ns. 1, 2, 3 e 4 — vol. VIII; julho e outubro de 1949 — ns. 3 e 4 — vol. IX; enero, julho e outubro de 1950 — ns. 1, 3 e 4 — vol. X; enero, abril, julho de 1951 — ns. 1, 2 e 3 — vol. XI; abril de 1952 — n.º 2 — vol. XII; enero e abril de 1953 — ns. 1 e 2 — vol. XIII; enero de 1954 — n.º 1 — vol. XIV. México, D. F.

O Mundo Português — julho, agosto, setembro e outubro de 1941 — ns. 91 — 92 — 93 — 94 — vol. VIII; março de 1942, n.º 99 — vol. IX; setembro de 1943 — n.º 117 — vol. X; agosto — setembro e dezembro de 1945 — ns. 140/141/144 — vol. XII; abril de 1946 — II série — n.º 2 — n.º 7 e n.º 8 — ano XIV — 1947. Lisboa.

Regimento da Assembléia Geral do Conselho. Rio de Janeiro.

Regulamento do Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro.

Revista Brasileira dos Municípios — n.º 33 — janeiro — março e n.º 34 — abril — junho de 1956 — ano IX. Rio de Janeiro.

Resoluções da Assembléia Geral — XIV Sessão Ordinária 1954 — ns. 429 a 446. Rio de Janeiro.

Trabalhos Técnicos da Divisão de Cartografia — outubro de 1952. Rio de Janeiro.

Moçambique — ns. 47 e 48 de setembro e dezembro de 1946; n.º 51 setembro de 1947; ns. 29 — mês de março e n.º 30 — mês de junho de 1942 — n.º 35 — setembro e n.º 36 — dezembro de 1943, — n.º 37 — março de 1944 — ns. 45, 46, 47 e 48 — março, junho, setembro e dezembro de 1946 — ns. 49, 50, 51 e 52 — março, junho, setembro e dezembro de 1947; ns. 54, 55 e 56 — junho, setembro e dezembro de 1948; n.º 57 — março de 1949; ns. 22 e 64 — junho e dezembro de 1950 — n.º 65 — março de 1951 — n.º 69 — março de 1952. Lourenço Marques.

Boletim Geral das Colônias — janeiro, março e abril de 1940 — ns. 175, 177 e 178 — ano XVI — junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, ns. 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258 — ano XXII — junho 1947, n.º 264 — ano XXIII; novembro e dezembro de 1948 — ns. 281 e 282 — ano XXIV — fevereiro, março, abril e maio de 1949 — ns. 284, 285, 286 e 287 — ano XXV; janeiro de 1950 — n.º 295 — ano XXVI — março e abril de 1951 — ns. 309 e 310 — ano XXVI. Lisboa.

Censos Econômicos — Estado do Rio Grande do Sul — Tomo 2 — Volume XXVIII; Estado do Rio de Janeiro, Tomo 2 — Volume XXIII; Estado de Goyaz — Tomo 1 — Volume XXX e Distrito Federal — Tomo 2 — Volume XXIX. Rio de Janeiro.

Bibliografia Geográfico-Estatística Brasileira — Volume I — 1936/1950 — 1956. Rio de Janeiro.

Moçambique — n.º 24 — dezembro de 1940; n.º 21 — março de 1940; n.º 27 — setembro de 1941; n.º 31 — outubro de 1942; ns. 33 e 34 — março e junho de 1943; ns. 38, 39 e 40 — junho, setembro e dezembro de 1944; ns. 41 e 42 — março e junho de 1945; ns. 66, 67 e 68 — junho, setembro e dezembro de 1951; n.º 70 — junho de 1952, com o índice geral dos números 1 — ano I — 1935 a 32 — ano VIII de 1942. Lourenço Marques.

Boletim Estatístico — julho — setembro de 1950 — n.º 55 — ano XIV. I. B. G. E. Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de Estatística — janeiro — março de 1956 — n.º 65 — ano XVII. Rio de Janeiro.

Inquéritos Econômicos — 1955 — abril — 1956 — janeiro, fevereiro e março. I. B. G. E. Rio de Janeiro.

Produção Industrial — Minas Gerais e Santa Catarina — 1953. I. B. G. E. Rio de Janeiro.

Exportação do Distrito Federal por vias internas — 1.º trimestre, 1956. I. B. G. E. Rio de Janeiro.

Relatório das atividades do Diretório Regional de Geografia, referente ao ano de 1953 do Estado do Pará. 1954. Pará. Belém.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO INSTITUTO NO MÊS DE MAIO DE 1957

Boletim Mensal das Observações Meteorológicas — março e abril de 1956 — ns. 3 e 4 — ano XXIII. Lourenço Marques.

Catálogo — General Books — January, 1957. London.

Catálogo — Scientific and Technical Books — January 1957. London.

Arquivo Nacional da República dos Estados Unidos do Brasil. (Fotografias) 1951. Rio de Janeiro.

Revista do Colegio de Ingenieros da Venezuela — n.º 250 — enero, 1957. Caracas.

Catálogo da Exposição Bibliográfica Comemorativa do Primeiro Centenário do Nascimento de Marcelino Menéndez Pelayo. 1956. Rio de Janeiro.

Catálogo — New Books — february and july 1957. London.

Journal Français du Brésil — 15 mars 1957 — n.º 115 — 5ème année. Rio de Janeiro.

Liga Marítima Brasileira (Revista) — fevereiro, 1957 — n.º 589 — ano 50. Rio de Janeiro.

Humanitas — Dezembro 1956 — n.º 1 — ano I. Curitiba.

Catálogo — Bibliotheks — Informationen — februar 1957 — nummer 2 4 Jahrgang. Berlin.

Itália informazioni — 20 de março de 1957. Rio de Janeiro.

Catalogue n.º 770 — Military History Uniforms Regimental Records Arms and Armour Memoirs etc. 1956. London.

Revista de História — n.º 1 — 1er trimestre 1957. Buenos Aires. R.A.

Revista de História — outubro-dezembro de 1956 — n.º 28 — ano VII. São Paulo.

Catalogue n.º 11 — Bibliothekswerke. Wurttemberg. 1957.

Lista Diplomática — novembro e dezembro — janeiro e fevereiro de 1956-1957. Rio de Janeiro.

Revista da Faculdade de Letras — tomo XXII — 2.ª série — n.º 1. 1956. Lisboa.

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa — janeiro — março de 1956 — série 74 — ns. 1-3. Lisboa.

Para Todos — 2.ª quinzena de fevereiro e 1.º de março de 1957 — ns. 19-20 — ano I. Rio-São Paulo.

Catálogo — n.º 140 — Livros famosos e raros sobre Brasil. Kosmos Editora. Rio de Janeiro.

Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito — janeiro de 1957 — n.º 1 — volume III. Rio de Janeiro.

Nação Brasileira — março de 1957 — n.º 403 — ano XXXIV. Rio.

Bulletin des Etudes Portugaises et de l'Institut Français au Portugal — nouvelle serie — tome dix — neuvieme 1955-56. Portugal.

Para Todos — 2.ª quinzena de março e 1.ª de abril de 1957 — ns. 21-22 — ano I. Rio -São Paulo.

Rodovia — outubro, 1956 — n.º 200 — ano XVIII. Rio de Janeiro.

Arquivos Brasileiros de Medicina Naval — janeiro a março de 1957 — n.º 62 — ano XVIII. Rio de Janeiro.

Revista de Tecnologia das Bebidas — ano IX — março de 1957 — n.º 3 — Rio-São Paulo.

Correio do Senac — 15 de março de 1957 — n.º 169 — ano VIII. Rio de Janeiro.

Revista do Clube de Engenharia — fevereiro de 1957 — n.º 246. Rio de Janeiro.

Engenharia — ano XV — vol. XV — n.º 170 — janeiro de 1957. São Paulo.

Revista e Boletim da Academia Nacional de Belas Artes — n.º 9 — 2.ª série. 1956. Lisboa.

Annales Universitatis Mariae Curie — Sktodowska — Sectio B — vol. X — 1955. Lublin.

Catálogo n.º 88 (Galerias Layetanas). Barcelona.

Informação Agrícola — fevereiro de 1957 — n.º 136 — ano XI. Rio de Janeiro.

Foldrajzi Kozlemények — vol. 80 — ns. 3 e 4 — 1956. Budapest.

Catalogue 634 — Religion — histoire — textes — études. Paris.

Endeavour — volumen XVI — n.º 61 — enero, 1957. Londres.

Katalog Verlag Vittorio Kolostermann — abril 1957. Frankfurt-Main.

Noticiário das Nações Unidas — março, 1957 — ano 7 — n.º 3. Rio de Janeiro.

Italia Informazioni — 30 de março de 1957. Rio de Janeiro.

Boletim Informativo do Japão — 1.º de janeiro e fevereiro de 1957 — ano 3 — ns. 1 e 2. Rio de Janeiro.

Da India Distante — 1.º de abril de 1957 — n.º 146. Rio de Janeiro.

Catalogue — Maps. Views. 1957. London.

Imprensa Rural (Jornal noticioso e cultural) — 30 de março de 1957 — n.º 60 — ano VI Santa Cruz, D.F.

Journal Français du Brésil — 1er avril 1957 — n.º 116 5eme année. Rio de Janeiro.

Cultura Universitária — LVIII — noviembre — diciembre, 1956, n.º 58. Venezuela.

Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto — ns. 1 e 4 — volumes XXXVII-XXXVIII. Pôrto — Imprensa Portuguesa.

Doação do Dr. Claudio Ganns :

Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional — ns. 3 a 14 — 1946-1947-1948-1949-1950-1951. Rio de Janeiro.

Relatório das Atividades durante os anos de 1954-1957 — 25 — III — 1957. Rio de Janeiro.

Agressão e o Direito à Auto-Defesa. Legação de Israel. Serviço de Informações. Rio de Janeiro, 1956.

Revista Brasileira de Estatística — abril-junho de 1954 — n.º 58 — ano XV. Rio de Janeiro.

Programa Oficial do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional. 1955. Rio de Janeiro.

Bibliografia Cartográfica do Brasil — 1951-1952. 1954. Rio de Janeiro.

Catálogo Geral — Livraria Agir Editôra. 1954. Rio de Janeiro.

Discriminação das Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura. 1948. E.E.U.U. do Brasil.

Catalogue Jean Rousseau-Girar. Paris.

Leitores e livros — n.º 13. Rio de Janeiro.

Homenaje al Gral. San Martin. Instituto Historico y Geografico del Uruguay. Montevideo, 1950.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO INSTITUTO NO MÊS DE JUNHO DE 1957

Moçambique — documentário trimestral — n.º 86 — junho 1956. Lourenço Marques.

Boletim Bibliográfico — 15 de enero e 1.º e 15 de febrero de 1957 — ns. 101, 102 e 103. Mexico, D.F.

Polônia de Hoje — fevereiro — março de 1957 — ano XI n.º 2 — 3 (74-75). Rio de Janeiro.

Revista Brasileira de História da Medicina — janeiro de 1957 — volume VIII — n.º 1 — ano VIII. Rio de Janeiro.

Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos — n.º 166 — abril de 1957 — ano XIV. Rio.

Catalogue 103 — Frank Hammond. England.

Boletim Informativo da Biblioteca do Exército — n.º 25 — abril de 1957 — ano XIX. Rio.

Catálogo n.º 141 — Livraria Kosmos Editôra — Public. no *Jornal do Comércio* de 7 de abril de 1957. Rio de Janeiro.

Boletim Cultural Mexicano — febrero, 1957 — n.º 58. Mexico.

Movimento Econômico — enero, 1957. Porto Rico.

Regimento do Congresso comemorativo — Tricentenário da Restauração Pernambucana. Pernambuco.

Notícias da Indonésia — 17 de março de 1957 — n.º 3 — vol. IV. Rio.

Boletim Informativo do Japão — 15 de janeiro e 1.º de fevereiro de 1955 — ns. 3 e 4 — vol. I e 18 de fevereiro e 3 de março de 1955 — ns. 5 e 6 — vol. I. Rio de Janeiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — volume LIII. São Paulo.

Bollettino Statistico — ottobre 1956 — n.º 10. Roma.

Revista Nacional — julio — setiembre de 1956 — n.º 189. Montevideo.

Brasil Açucareiro — ano XXV — vol. XLIX — janeiro 1957 — n.º 1. Rio de Janeiro.

Bulletin of the New York Public Library — march 1957 — vol. 61 — number 3, New York.

Aspectos Estatísticos da Vida Cultural Brasileira — 1956 — I.B.G.E. Rio de Janeiro.

Boletin Indigenista — marzo, 1957 — num. 1 — vol. XVII. México, D.F.

Deutsche Bibliographie Das Deutsche Buch — heft 1 — 1957. Frankfurt/M.

Sorocaba — Boletim mensal do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico — n.º. 11 — ano III — 20 de março de 1957. Sorocaba.

O Mundo do Livro — Boletim mensal de livros — novembro de 1956 e janeiro de 1957. Lisboa.

Italia informazioni — 15 Aprile 1957. Rio.

Boletim quincenal del Ministério de Salud Publica y Bienestar Social — 15 de febrero de 1957 — n.º 21 — vol. I — Santa Fé.

O Panamericanismo em ação. Suplemento da Revista "Américas". Rio de Janeiro.

Catalogue 633. Livres anciens et modernes. Paris.

Catalogue — seventy-six — spring 1957 — A Select List of Periodicals and Publications of Learned Societies. New York.

Noticia mensal da Campanha de Consolidação. Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Journal Grnçais du Brésil — 15 avril de 1957 — n.º 117 — 5ème année. Rio de Janeiro.

La Universidad del Zulia — 9 e 16 de febrero de 1957 — ns. 20 e 30 — año I. Maracaibo.

Sociedade de Geografia de Lisboa (Boletim) — Abril — junho de 1956 — Série 74 — Ns. 4 — 6. Lisboa.

Revista Geográfica — n.º 43 — tomo XVII — 2.º semestre de 1955. Rio de Janeiro.

Revista do I.R.B. (Instituto de Resseguros do Brasil) — abril de 1957 — n.º 102 — ano XVIII. Rio de Janeiro. (Oferta do Dr. Claudio Ganns.)

Anuário Brasileiro de Literatura — 1943-1944. Rio de Janeiro. (Oferta do Dr. Claudio Ganns.)

Revista do Clube de Engenharia — março de 1957 — n.º 247. Rio de Janeiro.

Rodovia — novembro, 1956 — n.º 201 — ano XVIII. Rio de Janeiro.

O Puritano (Jornal) — 10 de abril de 1957 — n.º 2.123 — ano LXIII. Rio de Janeiro.

Geographical Review — April, 1957 — number 2 — vol. XLVII. New York.

Ciencias Sociales — volumen VII — número 39 — setiembre de 1956. Washington.

Sorocaba — Boletim mensal do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico — 15 — 11 — 1957 — n.º 10 — ano III. Sorocaba.

Boletim Informativo — Instituto Nacional de Cultura — diciembre — enero e febrero de 1956 — 1957 — ns. 12, 13 e 14. La Habana.

Noticiário das Nações Unidas — abril 1957 — n.º 4 — ano 7. Rio de Janeiro.

Geographie — Antiquariats — Katalog 2. Allemagne.

Catalogo Francis Edwards Ltd. — december, 1956 — february — march — 1957 — ns. 27 — 29 e 30 — january — n.º 28 — april — n.º 31 London.

Quinzena Judiciária — fevereiro de 1957 — n.º 11 (2.º fasc.) ano XXXI. Rio de Janeiro.

Catalogue n. 772 — 1957. Francis Edwards Limited. London.

Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos — vol. XII — n.º 22 — janeiro — dezembro de 1956. Rio de Janeiro. }

Boletim Bibliográfico Brasileiro — janeiro, fevereiro, 1957 — n.º 1 — vol. V. Rio de Janeiro.

Nachrichten — Aus Dem Kosel — Verlag Munchen — folge 5 — fruhjahr — 1957. Verlag.

Nação Brasileira — ano XXXIV — n.º 404 — abril de 1957. Rio de Janeiro.

Notícias da Indonésia — 17 de abril de 1957 — n.º 4 — vol. IV, Rio de Janeiro.

Revista de Tecnologia das Bebidas — ano IX — n.º 4 — abril 1957. Rio de Janeiro-São Paulo.

Catalogue 202 (Catholic Theology) Holland.

Subsídios para apreciação da atuação do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, como Militar, como Ministro da Guerra e como Presidente da República. 1955. Rio de Janeiro.

Ciencias Sociales — ns. 39 e 40 — volumen VII — setiembre/diciembre de 1956. Washington.

Guia de Campo del Investigador Social — Manuales Tecnicos, III. 1956. Washington.

Catalogue n.º 842 — vol. 5 — part VII — Voyages and Travels. London.

Ciencia y Cultura — diciembre, 1956 — n.º 4 — año I. Venezuela.

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — Exposições Comemorativas do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo. (1.ª Exposição de "Vestes e Objetos Imperiais" e de "Louça Histórica em São Paulo". Setembro-Outubro, 1954. São Paulo.

Bulletin of the New York Public Library — April 1957 — volume 61 — number 4. New York.

Rodovia — n.º 195 — maio 1956 — ano XVIII. Rio de Janeiro.

Catalogo — Scientia Scandinavica — n.º 1 — 1957. Stockholm.

Informação Agrícola — n.º 137 — março, 1957 — ano XI Rio de Janeiro. Ayacucho — Revista del Centro de Estudios Historicos Regionales del Departamento — n.º 9 — ano III — diciembre de 1954. Ayacucho.

Correio do Senac — 15 de abril e 15 de maio — ns. 170-171 — ano VIII. Rio de Janeiro.

Boletim Bibliográfico Brasileiro — janeiro-fevereiro, 1957 — n.º 1 — vol. V. Rio de Janeiro.

Correspondencia Oficial — 1817 —1818, 1956. Santa Fé.

Revisita da Liga Marítima Brasileira Ltda — março de 1957 — n.º 590 — ano 50. Rio de Janeiro.

Italia informazioni — 30 de abril de 1957. Rio de Janeiro.

Catalogue of Books in the Social Sciences. 1956-1957. New York.

Boletín quincenal del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social — 15 e 31 de marzo de 1957 — ns. 23 e 24 — vol. I. Santa Fé.

Bibliotheks — Informationem — mǎrz 1957 — n.º 3 — (Catalogo). Berlin.

Catalogo Johann Ambrosius Barth. 1957. Leipzig.

Rodovia — n.º 202 — dezembro, 1956 — ano XVIII. Rio de Janeiro.

Bibliografia Brasileira de Educação — julho-setembro de 1956 — n.º 3 — vol. 4. Rio de Janeiro.

Revista de História — volume VI — julio e diciembre de 1955 — ns. 34 y 35. Pasto Nariño. Colombia.

Para Todos — 2.ª quinzena de abril e 1 de maio 1957 — ns. 23-24 — ano I. Rio — São Paulo.

The Geographical Journal — march 1957 — vol. CXXIII — parte I. London.

Memórias do Instituto Oswaldo Cruz — dezembro 1956 — tomo 54 — fascículo 3. Rio de Janeiro.

Bulletin of Information — 1957 Summer Session — july 8 to august 16 and June and August Inter-Sessions — march 2, 1957. New York.

Boletim mensal de Livros novos e usados — março 1957 — (Catálogo). Lisboa.

Catalogo — Max Niemeyer Tubingen — september 1956. Verlag.

Catalogo — Verlag Styria Graz, Wien Köln — fruhjahr 1957. Verlag.

Catalogo — Martinus Nijhoff — List 362. Netherlands.

Boletim Bibliográfico e Informativo — dezembro-janeiro, 1956-1957 — n.º 2 — ano I. São Paulo.

Boletín Mensual — Crónica de la Unesco — enero-febrero 1957 — vol. III — n.º 1-2. Paris.

General Catalogue — march 1957 — Iliffe Brooks. London.

Books and Periodicals on Russia including the Baltics — List nr. 360.

Para Todos — 2.ª quinzena de maio de 1957 — n.º 25 — ano I. Rio — São Paulo.

Boletín de la Academia Nacional de la Historia — tomo XXXIX — octubre-diciembre de 1956 — n.º 156. Caracas.

América Indígena — abril 1957 — n.º 2 — vol. XVII — México, D.F.

Anais da Faculdade de Ciências do Porto — ns. 3 e 4 — volume XXXVIII. Porto 1955.

Américas — fevereiro e março de 1957 — ns. 2-3-4 — vol. IX. Rio de Janeiro.

Revista da Academia Cearense de Letras — n.º 27 — ano LX — Imprensa Oficial — Fortaleza — Ceará, 1956.

Estudos Italianos em Portugal — ns. 14-15 — 1955-56. Lisboa.

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

TRIMESTRE — 1957

	Abril	Maiο	Junho	TOTAL
Obras oferecidas	45	52	33	130
Revistas nacionais e estrangeiras ...	65	42	76	183
Catálogos recebidos	8	13	16	37
Documentos recebidos	—	—	48	48
Jornais recebidos	3	4	5	12
Mapas recebidos	—	—	1	1
Arquivo				
Documentos consultados	6.820	5.900	7.820	20.540
Museu				
Visitantes	58	90	120	268
Sala Pública de Leitura				
Consultas				
Obras	4.780	5.956	7.233	17.969
Jornais	794	937	1.086	2.816
Revistas	1.846	2.987	3.720	8.553
Mapas	628	974	859	2.438
Secretaria				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos	187	153	295	635
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	365	380	670	1.515

ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1957

	Págs.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1 — <i>Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre brasileiros e venezuelanos. Documentário</i> , por Arthur Cezar Ferreira Reis	3
2 — <i>Na Holanda, com Frans Post</i> , por Argeu Guimarães ..	85
3 — <i>Genealogia da Família d'Escragnolle (França-Brasil)</i> , por Luiz Affonso d'Escragnolle	296
4 — <i>O Erario Mineral de Luiz Gomes Ferreira</i> , por Miguel Costa Filho	331
II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO	
5 — <i>Variações em torno do Pan-Americanismo</i> , por Cláudio Ganns	341
III — TRANSCRIÇÕES	
6 — <i>Araújo Porto Alegre e o Instituto Histórico</i> por Virgílio Corrêa Filho	376
7 — <i>Alcindo Sodré, jornalista petropolitano</i> , por Cláudio Ganns	395
IV — NOTICIÁRIO	
8 — <i>Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira</i>	405
9 — <i>Presidente Craveiro Lopes</i>	406
10 — <i>Visconde de Cabo Frio</i>	407
11 — <i>Atos do Sr. Presidente do Instituto</i>	407
12 — <i>Assembléia de 6 de maio de 1957</i>	407
13 — <i>Título de Propriedade do Instituto</i>	408
V — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	409
VI — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO	424

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

